



Universidade Católica Dom Bosco
Instituição Salesiana de Educação Superior

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

v. 16 n. 2 p. 233-500 jul./dez. 2015



Universidade Católica Dom Bosco

Chanceler: Pe. Gildásio Mendes dos Santos

Reitor: Pe. Ricardo Carlos

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Dr. Hemerson Pistori

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Conselho de Redação

Arlinda Cantero Dorsa
Cleonice Alexandre Le Bourlegat
Heitor Romero Marques
Maria Augusta de Castilho
Pedro Pereira Borges

Editora Responsável

Arlinda Cantero Dorsa

Coeditor

Pedro Pereira Borges

Coordenação de Editoração

Ereni dos Santos Benvenuti

Editoração Eletrônica

Glauciene da Silva Lima

Revisão

Maria Helena Silva Cruz

Traduções

Os próprios autores

Capa

Projeto: Marcelo Marinho

Foto: Disponível em: <<http://mercadodocacau.com/noticia/23956/no-ano-da-agricultura-familiar-produtores-pedem-melhorias-no-setor.html>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

Tiragem

500 exemplares.

Distribuição

Bibliotecas universitárias; permutas nacionais e internacionais.

Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local,
v. 16, n. 2 (jul./dez. 2015). Campo Grande: UCDB, 2000.

ISSN 1518-7012

Semestral

1. Desenvolvimento Local.

Cecília Luna
Bibliotecária - CRB n. 1/1.201

Conselho Editorial

Alicia Rivero (CONSULT-AR - Bonn - Alemanha)
Antonio Elizalde Hevia (Universidad Bolivariana do Chile - Santiago - Chile)
Bartomeu Melià (Universidad do Sacramento - Asunción - Paraguay)
Christian Krajewski (Institut für Geographie - Universität Münster - Munique - Alemanha)
Christian Luiz da Silva (Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Curitiba - Brasil)
Doris Morales Alarcón (Pontificia Universidad Javeriana - Bogotá - Colômbia)
Eduardo Abdo Yázigi (Universidade de São Paulo - São Paulo - Brasil)
Emiko Kawakami Rezende (EMBRAPA-MS - Campo Grande, MS - Brasil)
João Ferrão (Instituto de Ciências Sociais de Lisboa - Lisboa - Portugal)
Jorge Bacelar Gouveia (Universidade Nova Lisboa - Lisboa - Portugal)
José Arocena (Universidad Católica del Uruguay - Montevideo - Uruguay)
José Carpio Martín (Universidad Complutense de Madrid - Madrid - Espanha)
Leo Dayan (Université Panthéon Sorbonne - Paris I - Sorbonne - França)
Marcel Bursztyn (Universidade de Brasília - Brasília, DF - Brasil)
Marília Luiza Peluso (Universidade de Brasília - Brasília, DF - Brasil)
Marisa Bittar (Universidade Federal de São Carlos - São Carlos, SP - Brasil)
Maurides Batista de Macedo Filha Oliveira (Universidade Católica de Goiás - Goiânia - Brasil)
Michel Rochefort (Université de Paris VIII - Paris - França)
Miguel Ángel Troitiño Vinuesa (Universidad Complutense de Madrid - Madrid - Espanha)
Milton Augusto Pasquotto Mariani (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campo Grande, MS - Brasil)
Oséias de Oliveira (Universidade Estadual do Centro Oeste - Irati, PR - Brasil)
Rafael Ojeda Suarez (Universidad Agraria de la Habana - Havana - Cuba)
Ricardo Méndez Gutiérrez del Valle (Universidad Complutense de Madrid - Madrid - Espanha)
Rosa Esther Rossini (Universidade de São Paulo - São Paulo - Brasil)
Sérgio Boisier (Universidad do Chile - Santiago - Chile)

Conselheiros fundadores

Milton Santos (*in memoriam*)
Nilo Odália (*in memoriam*)

Missão:

Publicar matérias que possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico com destaque para a área de Desenvolvimento Local.

Publicação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local
da Universidade Católica Dom Bosco.

Indexada em:

SciELO - Scientific Electronic Library Online
(www.scielo.br)

Latindex, Directorio de publicaciones cientificas seriadas de America Latina, El Caribe, España y Portugal
(www.latindex.org)

GeoDados, Indexador de Geografia e Ciências Sociais. Universidade Estadual de Maringá
(www.dge.uem.br/geodados)

Dursi, Sistema d'informació per a la identificació i avaluació de revistes, Catalunya
(www10.gencat.net/dursi/ca/re/aval_rec_sist_siar_economia_multidisciplinar.htm)

Clase, Base de datos bibliográfica en ciencias sociales y humanidades
(www.dgb.unam.mx/clase.html)

IAIPK, Instituto Ibero Americano do Patrimônio Prussiano
(<http://www.iai.spk-berlin.de>)

IBSS, International Bibliography of the Social Sciences, London
(www.ibss.ac.uk)

EBSCO, Information Services, Massachussets
(<https://www.ebsco.com>)

Editorial

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1518-70122015200>

A Revista **Interações**, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, do Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, a partir do v. 16, n. 2, de jul./dez. 2015, além do aperfeiçoamento editorial, de publicação e interoperabilidade de acordo com a linguagem XML, atendendo às normas do Scielo, atinge um novo patamar na construção do debate sobre a temática do Desenvolvimento Local. A partir deste número, ela já estará indexada internacionalmente pela EBSCO, de Massachussets, nos Estados Unidos. Trata-se de uma indexadora que possui mais de 13 mil editores em âmbito internacional, que dará visibilidade aos trabalhos que são publicados na Interações.

Outra conquista se volta a assegurar, frente ao Scielo, a publicação dos artigos no portal eletrônico da Interações a partir do 2º semestre do corrente ano.

O Comitê de Redação externa o seu agradecimento a todos os autores, aos Membros do Conselho Editorial e a todos os avaliadores *ad hoc*, pelo trabalho realizado para a elaboração deste número da Interações.

O presente número conta com 19 artigos, nos quais os autores apresentam os seus posicionamentos mediante elementos teóricos e metodológicos dentro da temática do Desenvolvimento Local.

Abrindo a seção o artigo intitulado “*A etnobotânica e as plantas medicinais na comunidade Sucuri, Cuiabá, MT, Brasil*”, as autoras Karina Gondolo Gonçalves e Maria Corette Pasa apresentam uma análise do conhecimento empírico dessa comunidade sobre a utilização de ervas medicinais, dando destaque à sua finalidade e aos seus usos. Da Colômbia, Elizabeth Ruano, Valcilon Gomes e Wilfred Rivera trazem a lume o artigo com o título “*Cadena productiva y capital social: el caso de la piscicultura del Cauca, Colômbia*”, com destaque para a retomada dos conceitos de cadeia produtiva, capital social e a

importância das redes de relação como requisito para gerar investimentos e agregar tecnologias na piscicultura de Cauca.

No artigo que tem por título “*Comportamento de consumo de alimentos de famílias de baixa renda de pequenas cidades brasileiras: o caso de Mato Grosso do Sul*”, os autores Lilliane Renata Defante, Leidy Diana Oliveira Nascimento e Dario de Oliveira Lima-Filho oferecem uma análise dos hábitos alimentares de famílias de baixa renda nos municípios abrangidos pelos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local de Mato Grosso do Sul, trazendo à tona dois segmentos distintos, ou seja, o “saudável” e o dos “apreciadores de comida”. Frankcione Borges de Almeida, Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida e Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante, por meio do artigo “*Avaliação do Programa Bolsa Família na segurança alimentar das famílias rurais do Município de Rio Verde, GO: efeitos, entraves e diferenciações*”, mostram que os resultados avançaram na avaliação da eficácia e na identificação dos entraves da Gestão Municipal nos eixos de atuação do PBF e revelaram que o universo empírico estudado não completa o ciclo da política com o estágio de avaliação.

Em “*Espaços de produção e comercialização da agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas do Sul Catarinense*”, Dimas de Oliveira Estevam, Giovana Ilka Jacinto Salvaro e Carla Spillere Busarello e apresentam discussão sobre os espaços de produção e comercialização, por meio de cooperativas rurais descentralizadas, dos produtores rurais familiares do sul catarinense. Vera Araujo Cafure e Suelen Regina Patriarcha-Graciolli discorrem sobre os resíduos de serviços de saúde no artigo “*Os resíduos de serviço de saúde e seus impactos ambientais: uma revisão bibliográfica*”, apontando para a necessidade de desenvolvimento de ações com os órgãos geradores dos RSS sobre o que é realizado nos estabelecimentos de saúde sobre o objeto discutido.

Marlon Javier Méndez Sastoque discorre propositivamente sobre a incorporação rural não agrícola como estratégia que contribua no desenvolvimento local, com o artigo *“Ocupación rural no agrícola y desarrollo rural local: reflexiones y aportes para una articulación efectiva”*. Já o artigo *“Distribuição da pobreza no estado do Ceará: uma abordagem multidimensional”*, de autoria de Renata Firmino do Amaral, Kilmer Coelho Campos e Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima se propõe a analisar a pobreza considerando funcionamentos econômicos, de capital humano, de infraestrutura e meio ambiente no estado do Ceará sob uma ótica multidimensional. No artigo *“Desarrollo de capacidades para el desarrollo local en cambio de época”*, Alejandro Emilio Ramos Rodríguez, Darais Báez Fernández e Elaine Artigas Pérez falam da gestão e da necessidade de pôr em prática critérios, criatividade e imaginação para gerir processos que solucionem os problemas presentes no município para que aconteça o Desenvolvimento Local. João Henrique Zanelatto e Paulo Sérgio Osório, em *“História econômica de Forquilha (1895-2011): de núcleo colonial a município”*, falam do desenvolvimento, ao mesmo tempo em que objetivam historicizar sobre o processo de desenvolvimento das atividades econômicas de Forquilha.

No artigo *“Turismo alternativo solidário e o centro público de economia solidária de Itajaí, SC”*, as autoras Idalina Maria Boni e Rafaela Vieira abordam sobre associação do Turismo à economia solidária e do interesse dos associados e parceiros do CEPESI para esse objetivo. Rafael Fragassi Oliveira, Carina Angélica dos Santos e Laura Jane Gomes apresentam o artigo *“Análise do Programa Nacional de Capacitação com Gestores Ambientais de Sergipe na visão dos participantes”*, no qual concluem que alguns avanços foram alcançados. Analisando a produtividade total dos fatores na região Nordeste do Brasil, o artigo *“Produtividade e eficiência no setor agropecuário do nordeste brasileiro”*, de Jair Andrade Araujo e Ansu Mancal, leva a concluir que o crescimento da PTF não foi homogêneo entre os estados nordestinos e que o setor agropecuário obteve ganhos de produtividade crescentes entre 1970 a 2006.

Valdemar João Wesz Junior, em *“Estratégias de desenvolvimento e a expansão das capacidades em um grupo produtivo de mulheres rurais assentadas”*, apresenta uma reflexão que fala do empoderamento e da autonomia no Assentamento Santa Lúcia, de Bonito, MS, que gerou, através do Grupo Pé-da-Serra, melhorias nas

condições de vida, processos sustentáveis e crescimento na renda familiar nessa localidade.

Em *“O empoderamento de lideranças indígenas Kaingang no sul do Brasil”*, Antonio Cavalcante de Almeida fala da intermediação, que começa com o empoderamento das autoridades tradicionais, passando pelas instituições e espaços de disputas no Estado-nação. Cecília Ricardo Fernandes discorre sobre as demandas da comunidade quilombola Kalunga, do nordeste do estado de Goiás, nos últimos 30 anos, em seu artigo *“O que queriam os kalungas? A transformação do olhar acadêmico sobre as demandas quilombolas do nordeste de Goiás”*.

Gabriela Mello Sabbag, Ariane Kuhnen e Mauro Luís Vieira discorrem sobre a necessidade de políticas e planejamentos urbanos que proporcionem espaços seguros e maior participação da criança na cidade em seu artigo *“A mobilidade independente da criança em centros urbanos”*.

Os últimos dois artigos deste número da Interações: o primeiro, *“A pesquisa na área econômica sobre meio ambiente no Brasil: um estudo sobre a produção dos programas de pós-graduação stricto sensu da área de Economia de 2007 a 2012”*, de autoria de Valdineia Ribeiro de Oliveira, Valdir Fernandes e Christian Luiz da Silva, procura responder ao objetivo de compreender como as questões ambientais vêm sendo incorporadas pela Área de Ciências Econômicas, no contexto dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da CAPES; e o segundo, *“Problemas percibidos y concepciones de extensión de los técnicos del Centro Nacional de Tecnología Agropecuaria y Forestal de El Salvador, Centroamérica”*, Fernando Landini aborda o reposicionamento da extensão rural transferencista no âmbito do debate dessa temática em El Salvador.

A seguir, Arlinda Cantero Dorsa, Maria Augusta de Castilho e Maria Christina de Lima debatem sobre o patrimônio presente no artesanato de algumas etnias indígenas como parte da cultura de Mato Grosso do Sul, na Iconografia *“Artesanato de etnias indígenas: patrimônio cultural de Mato Grosso do Sul”*.

Para finalizar este número, a revista traz a seção especial Personalidade Científica, na qual é apresentada a *“Trajetória de Rosa Ester Rossini”*, pesquisadora e membro do Conselho Editorial da Revista Interações.

Arlinda Cantero Dorsa
Editora
Pedro Pereira Borges
Coeditor

Sumário

Artigos

A etnobotânica e as plantas medicinais na Comunidade Sucuri, Cuiabá, MT, Brasil.....	245
The ethnobotany and medicinal plants in Community Sucuri, Cuiabá, MT, Brazil.....	245
<i>L'ethnobotanique et plantes médicinales dans Communauté Sucuri, Cuiabá, MT, Brésil</i>	<i>245</i>
<i>La etnobotánica y plantas medicinales en Comunidad Sucuri, Cuiabá, MT, Brasil.....</i>	<i>245</i>
Karina Gondolo Gonçalves	
Maria Corette Pasa	
Cadena productiva y capital social: el caso de la piscicultura del Cauca, Colombia.....	257
Productive chain and social capital: the case of fish farmers of Cauca, Colombia.....	257
<i>Cadeia produtiva e capital social: o caso dos piscicultores de Cauca, Colômbia</i>	<i>257</i>
<i>La chaîne de production et capital social: le cas de la pisciculture du Cauca, Colombie</i>	<i>257</i>
Elizabeth Ruano	
Valcilon Silva	
Wilfred Rivera	
Comportamento de consumo de alimentos de famílias de baixa renda de pequenas cidades brasileiras: o caso de Mato Grosso do Sul.....	265
Food consumption behavior of low-income households from families of small brazilians cities: the case of Mato Grosso do Sul	265
<i>Comportement de la consommation alimentaire des familles à faible revenu dans les petites villes brésiliennes: le cas du Mato Grosso do Sul.....</i>	<i>265</i>
<i>Comportamiento del consumo de alimentos de las familias de bajos ingresos de pequeñas ciudades de Brasil: el caso en Mato Grosso do Sul.....</i>	<i>265</i>
Lilliane Renata Defante	
Leidy Diana Oliveira Nascimento	
Dario de Oliveira Lima-Filho	
Avaliação do Programa Bolsa Família na segurança alimentar das famílias rurais do município de Rio Verde, GO: efeitos, entraves e diferenciações	277
Evaluation of Bolsa Familia Program in the alimentary safety of rural families in the municipality of Rio Verde, GO: effects, obstacles and differentiation.....	277
<i>Évaluation du Programme Bolsa Família sur la sécurité alimentaire des familles rurales de la ville de Rio Verde, GO: effets, empêchement et différenciations.....</i>	<i>277</i>
<i>Evaluación del Programa Bolsa Familia en la seguridad alimentaria de las familias rurales del municipio de Rio Verde, GO: efectos, impedimentos y diferencias.....</i>	<i>277</i>
Frankcione Borges de Almeida	
Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida	
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante	
Espaços de produção e comercialização da agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas do Sul Catarinense.....	289
Spaces of production and marketing of family farming: the decentralized cooperatives South Santa Catarina.....	289
<i>Des espaces de production et de commercialisation de l'agriculture familiale: les coopératives décentralisées Sud Santa Catarina</i>	<i>289</i>
<i>Espacios de producción y comercialización de la agricultura familiar: las cooperativas descentralizadas del Sur de Santa Catarina.....</i>	<i>289</i>
Dimas de Oliveira Estevam	
Giovana Ilka Jacinto Salvaro	
Carla Spillere Busarello	

Os resíduos de serviço de saúde e seus impactos ambientais: uma revisão bibliográfica.....	301
Residues of health services and their environmental impacts: a bibliographical revision	301
<i>Les résidus de service de santé et ses impacts environnementaux: une révision bibliographique</i>	<i>301</i>
Los residuos de servicio de salud y sus impactos ambientales: una revisión bibliográfica	301
Vera Araujo Cafure	
Suelen Regina Patriarcha-Gracioli	
Ocupación rural no agrícola y desarrollo rural local: reflexiones y aportes para una articulación efectiva	315
Ocupação rural não agrícola e desenvolvimento rural local: reflexões e aportes para uma articulação efetiva	315
<i>Rural non-farm employment and local rural development: reflections and contributions to the effective articulation</i>	<i>315</i>
Emploi rural non agricole et développement rural local: réflexions et apports pour une articulation effective	315
Marlon Javier Méndez Sastoque	
Distribuição da pobreza no estado do Ceará: uma abordagem multidimensional.....	327
Distribution of poverty in the state of Ceará: a multidimensional approach	327
<i>Répartition de la pauvreté dans l'État du Ceará: une approche multidimensionnelle.....</i>	<i>327</i>
Distribución de la pobreza en el estado de Ceará: un enfoque multidimensional.....	327
Renata Firmino do Amaral	
Kilmer Coelho Campos	
Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima	
Desarrollo de capacidades para el desarrollo local en cambio de época.....	339
Capacitação para o desenvolvimento local em tempos de mudança	339
<i>Development of capacities for the local development on the other hand of time</i>	<i>339</i>
Renforcement des capacités pour le développement local en période de changement	339
Alejandro Emilio Ramos Rodríguez	
Darais Báez Fernández	
Elaine Artigas Pérez	
História econômica de Forquilha (1895-2011): de núcleo colonial a município	351
History of economic Forquilha (1895-2011): from colonial village to county	351
<i>Histoire économique de Forquilha (1895-2011): colony pour la municipalité.....</i>	<i>351</i>
Historia de los derechos económicos forquilha (1895-2011): a ciudad colonial núcleo	351
João Henrique Zanelatto	
Paulo Sérgio Osório	
Turismo alternativo solidário e o Centro Público de Economia Solidária de Itajaí, SC.....	365
The alternative solidarity tourism and the Public Center for Solidarity Economy of Itajaí, SC	365
<i>Le tourisme alternatif de la solidarité et le Centre Public de L'économie Solidaire Itajaí, SC.....</i>	<i>365</i>
El turismo alternativo solidario y el Centro Público de Economía Solidária de Itajaí, SC	365
Idalina Maria Boni	
Rafaela Vieira	
Análise do Programa Nacional de Capacitação com Gestores Ambientais de Sergipe na visão dos participantes	377
Analysis of the National Training Program with Environmental Managers of Sergipe in the view of participants	377
<i>Analyse du Programme National de Formation avec Gestionnaires de L'environnement de Sergipe dans la vue des participants.....</i>	<i>377</i>
Análisis del Programa Nacional de Formación en Gerentes Ambiental Sergipe, en vista de los participantes	377
Rafael Fragassi Oliveira	
Carina Angélica dos Santos	
Laura Jane Gomes	
Produtividade e eficiência no setor agropecuário do nordeste brasileiro.....	385
Productivity and efficiency in the northeast brazil agricultural sector	385
<i>Productivité et l'efficacité dans le secteur agricole du nord-est du Brésil.....</i>	<i>385</i>
Productividad y eficiencia en el sector agrícola del noreste Brasil.....	385
Jair Andrade Araujo	
Ansu Mancal	

Estratégias de desenvolvimento e a expansão das capacidades em um grupo produtivo de mulheres rurais assentadas	395
Development strategies and the expansion of capabilities in a productive group of settled rural women.....	395
<i>Las estrategias de desarrollo y la expansión de la capacidad en un grupo productivo de mujeres rurales asentadas.....</i>	<i>395</i>
<i>Stratégie de développement et expansion des capacités d'un groupe productif composé de femmes d'un assentamento rural.....</i>	<i>395</i>
Valdemar João Wesz Junior	
O empoderamento de lideranças indígenas Kaingang no sul do Brasil	407
The empowerment of indigenous Kaingang leaders in southern Brazil	407
<i>L'autonomisation des dirigeants autochtones Kaingang dans le sud du Brésil.....</i>	<i>407</i>
<i>El empoderamiento de los líderes indígenas Kaingang en el sur de Brasil.....</i>	<i>407</i>
Antonio Cavalcante de Almeida	
O que queriam os Kalungas? A transformação do olhar acadêmico sobre as demandas quilombolas do nordeste de Goiás	421
What do the Kalungas want? The evolution of academic analysis of the demands of former-slave communities in the Northeastern region of Goiás.....	421
<i>Lo que querían los Lalungas? La transformación de la mirada académica a las demandas cimarrones del nordeste de Goiás.....</i>	<i>421</i>
<i>Que voulaient les Kalungas? La transformation du point de vue de l'académie sur les demandes des communautés d'ex-esclaves au Nord-Est de Goiás</i>	<i>421</i>
Cecilia Ricardo Fernandes	
A mobilidade independente da criança em centros urbanos	433
The child's independent mobility in urban centers	433
<i>Mobilité indépendante de l'enfant en centres urbains.....</i>	<i>433</i>
<i>Movilidad independiente del niño en los centros urbanos.....</i>	<i>433</i>
Gabriela Mello Sabbag	
Ariane Kuhnen	
Mauro Luís Vieira	
A pesquisa na área econômica sobre meio ambiente no Brasil: um estudo sobre a produção dos Programas de Pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> da área de Economia de 2007 a 2012.....	441
Research in the economic area of the environment in Brazil: a study on the production of Graduate Programs <i>Stricto Sensu</i> Economic area from 2007 to 2012.....	441
<i>La investigación en el área económica del medio ambiente en Brasil: un estudio sobre la producción de los Programas de Postgrado Stricto Sensu del área Económica de 2007 a 2012.....</i>	<i>441</i>
<i>Recherche dans le domaine de économie sur l'environnement au Brésil : une étude sur la production de programmes d'études supérieures Stricto Sensu la zone économique de 2007 à 2012.....</i>	<i>441</i>
Valdineia Ribeiro de Oliveira	
Valdir Fernandes	
Christian Luiz da Silva	
Problemas percibidos y concepciones de extensión de los técnicos del Centro Nacional de Tecnología Agropecuaria y Forestal de El Salvador, Centroamérica.....	455
Problemas percebidos e concepções de extensão dos técnicos do Centro Nacional de Tecnologia Agropecuária e Forestal de El Salvador, América Central	455
<i>Perceived problems and conceptions of extension of the practitioners of the Centro Nacional de Tecnología Agropecuaria y Forestal, El Salvador, Central America.....</i>	<i>455</i>
<i>Les problèmes perçus et les conceptions de la extension de techniciens du Centre National de technologie agricole et des forêts en El Salvador , en Amérique Centrale</i>	<i>455</i>
Fernando Landini	

Iconografia

Artesanato de etnias indígenas: patrimônio cultural de Mato Grosso do Sul	467
Indigenous groups handicraft: Mato Grosso do Sul cultural heritage.....	467
<i>Artisanat des ethnies autochtones: patrimoine culturel du Mato Grosso Sul.....</i>	467
<i>Artesania de los grupos indígenas: herencia cultural de Mato Grosso do Sul</i>	<i>467</i>
Arlinda Cantero Dorsa	
Maria Augusta de Castilho	
Maria Christina de Lima Félix Santos	

Personalidade científica

Trajetória de Rosa Ester Rossini – pesquisadora e membro do Conselho Editorial da Revista	
<i>Interações</i>	477
Rosa Ester Rossini trajectory – researcher and member of the Editorial Board of the Revista	
<i>Interações</i>	477
<i>Rosa Ester Rossini trajectoire – chercheur e membre du Comité de Rédaction des Revista</i>	
<i>Interações</i>	477
<i>Rosa Ester Rossini trayectoria – investigador y miembro del Consejo Editorial de la Revista Interações.....</i>	<i>477</i>

Resumos de dissertações

Resumos das dissertações apresentadas em 2013, no Programa de Pós-Graduação em	
Desenvolvimento Local (PPGDL) – Mestrado Acadêmico – Universidade Católica Dom	
Bosco, Campo Grande, MS.....	485

Artigos



A etnobotânica e as plantas medicinais na Comunidade Sucuri, Cuiabá, MT, Brasil

The ethnobotany and medicinal plants in Community Sucuri, Cuiabá, MT, Brazil

L'ethnobotanique et plantes médicinales dans Communauté Sucuri, Cuiabá, MT, Brésil

La etnobotánica y plantas medicinales en Comunidad Sucuri, Cuiabá, MT, Brasil

Karina Gondolo Gonçalves*

(gondolo.karina@gmail.com)

Maria Corette Pasa**

(pasamc@brturbo.com.br)

Recebido em 02/04/2015; revisado e aprovado em 24/05/2015; aceito em 22/07/2015

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1518-70122015201>

Resumo: Objetivou-se investigar e analisar sistematicamente o conhecimento empírico dos moradores da Comunidade Sucuri em Cuiabá, MT, sobre a utilização dos recursos vegetais, ressaltando a finalidade e suas formas de usos. A pesquisa qualitativa e quantitativa utilizou o Pré-teste, Observação direta, Turnê guiada, Entrevistas, Frequências absoluta e relativa. Identificou-se 201 espécies vegetais em 36 quintais visitados. Foram citadas também 54 espécies medicinais retiradas da flora local.

Palavras-chave: Saber local. Recursos vegetais. Categorias de uso.

Abstract: This study aimed to investigate and analyzing empirical knowledge of the residents of Sucuri Community in Cuiabá, MT, on the use of plant resources, highlighting the purpose and forms of uses. Qualitative and quantitative research used the pre-test, Direct observation, guided tour, Interviews, absolute and relative frequencies. It identified 201 plant species visited by 36 yards. They were also cited 54 medicinal species taken from the local flora.

Key words: Local knowledge. Plant resources. Use categories.

Résumé: Cette étude visait à examiner et analyser la connaissance empirique des résidents de Sucuri Communauté à Cuiabá, MT, sur l'utilisation des ressources végétales, en soulignant le but et les formes d'utilisations. La recherche qualitative et quantitative a utilisé le pré-test, observation directe, visite guidée, Interviews, fréquences absolues et relatives. Elle a identifié 201 espèces de plantes visitées par 36 verges. Ont également été cités 54 espèces médicinales prises de la flore locales.

Mots-clés: Les connaissances locales. Ressources végétales. Catégories d'utilisation

Resúmen: Este estudio tuvo como objetivo investigar y analizar el conocimiento empírico de los residentes de Sucuri Comunidad en Cuiabá, MT, en el uso de los recursos vegetales, destacando el propósito y las formas de usos. La investigación cualitativa y cuantitativa utiliza el pre-test, la observación directa, visita guiada, Entrevistas, frecuencias absolutas y relativas. Se identificaron 201 especies de plantas visitadas por 36 yardas. También fueron citadas 54 especies medicinales tomados de la flora local.

Palabras clave: conocimiento local. Recursos vegetales. Categorías utiliza.

1 Introdução

A etnobotânica é classicamente definida como a ciência que estuda o conhecimento e as conceituações desenvolvidas por qualquer sociedade a respeito do mundo vegetal, englobando tanto a maneira como o grupo social classifica as plantas, como a finalidade que lhes dá (AMOROZO, 1996).

Nessa percepção, a Etnobotânica passa a existir como sendo o campo interdisciplinar que compreende o estudo e a interpretação do conhecimento, significação cultural, manejo e usos tradicionais dos elementos da flora (CABALLERO, 1979).

Como ferramenta da etnobotânica, o saber local compreende em um sistema de classificação, uma série de observações empíricas do meio ambiente local, um sistema autônomo organizacional com fortes raízes no passado, um conhecimento ecológico acumulativo e dinâmico, o qual é construído sob a experiência de antepassados (JOHNSON, 1992).

Assim as observações populares sobre o uso e a eficácia de plantas medicinais contribuem de forma relevante para a divulgação das virtudes terapêuticas dos vegetais, prescritos com frequência, pelos efeitos medicinais que produzem, apesar de não te-

* Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. Bolsa CAPES.

** Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil.

rem seus constituintes químicos conhecidos. Dessa forma, usuários de plantas medicinais de todo o mundo, mantém em voga a prática do consumo de fitoterápicos, tornando válidas informações terapêuticas que foram sendo acumuladas durante séculos (COSTA; SILVA, 2014).

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), as plantas consideradas como medicinais precisam conter, em um ou mais de seus órgãos, substâncias que possam ser usadas com propósitos terapêuticos ou que sejam precursoras de síntese de fármacos (WHO, 1979).

Uma das mais importantes unidades de paisagem utilizadas nos estudos etnobotânicos são os quintais, tanto rurais como urbanos, por ser um local rico em diversidade vegetal e de conservação da biodiversidade. O quintal, de uma forma geral, pode ser compreendido como um espaço de usos múltiplos que fica próximo à residência do grupo familiar (AMOROZO, 2008).

De acordo com Pasa (2004, 2011), a produção nos quintais conserva não só os recursos vegetais como também a riqueza cultural, fundamentada no saber e na cultura dos moradores locais.

Corroborando com as afirmações acima, observa-se, nos dias atuais, uma grande evasão da população jovem pertencente às comunidades tradicionais ou de saberes locais para os grandes centros, em busca de melhores oportunidades de estudo ou de trabalhos, fazendo com que a perpetuação da cultura, dos costumes e saberes locais caminhem para a extinção. É possível que, em alguns anos, só se ouvirá falar de certas culturas em livros e registros.

O presente estudo tem por finalidade investigar e analisar sistematicamente o conhecimento empírico dos moradores da comunidade Sucuri em Cuiabá, MT, sobre a utilização das plantas da vegetação local, ressaltando a finalidade e suas formas de uso com intuito de resgatar o saber local dessa população.

2 Metodologia

O estudo foi realizado na Comunidade Sucuri, que é considerada politicamente como Distrito do município de Cuiabá e encontra-

se circunscrita nas coordenadas geográficas latitude 15° 32' 50" Sul e longitude 56° 09' 26" Oeste, situada na porção Centro-Sul do Estado de Mato Grosso, estabelecido à margem esquerda do Rio Cuiabá. Altitude média correspondente é de 125 metros. Possui clima tropical semiúmido, apresentando duas estações bem definidas: uma seca (outono-inverno) e outra chuvosa (primavera-verão), predominando altas temperaturas, com médias de 24 a 34°C e de acordo com a classificação Aw Köppen (IBGE, 2010).

A pesquisa abordou uma análise qualitativa que, segundo Minayo (2007), leva em consideração os níveis mais profundos das relações sociais, operacionalizando-os através dos aspectos subjetivos, visando compreender a lógica interna de grupos, instituições e atores quanto aos valores culturais e representações sobre sua história.

Os sujeitos participantes da pesquisa foram os moradores da Comunidade Sucuri que atenderam aos seguintes critérios de inclusão: ambos os sexos, maiores de 18 anos de idade e que, após a explicação do objetivo do estudo, aceitaram de livre e espontânea vontade dela participar, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Para a coleta dos dados socioeconômicos e etnobotânicos, foram utilizadas as técnicas metodológicas como o Pré-teste, Observação direta, Turnê guiada, Entrevistas dos tipos semiestruturada e aberta (MINAYO, 1994). As Entrevistas ocorreram entre os meses de julho a dezembro de 2014 totalizando 44 informantes residentes em 36 casas da comunidade local. As perguntas norteadoras da entrevista sobre os dados socioeconômicos foram: idade, sexo, religião, atividade profissional, escolaridade, renda familiar, estado civil, cor, número de pessoas na família, entre outras. Foram abordadas ainda questões referentes ao estado e hábitos de saúde, sobre o imóvel e quintal e, por fim, os dados etnobotânicos, que resgatam a relação do ser humano com as plantas na unidade de paisagem quintal e as diversas etnocategorias de usos pela população local.

O registro das entrevistas foi realizado por meio de um gravador digital portátil complementado por um diário de campo que tem por finalidade registrar as informações e acontecimentos pertinentes à pesquisa, sendo

uma importante ferramenta usada durante a coleta de dados. Também foi utilizada uma máquina fotográfica digital para armazenar imagens que envolvem o manejo com as plantas, bem como dos diferentes equipamentos e materiais *in loco*.

Os nomes científicos e suas respectivas famílias botânicas foram classificados de acordo com o sistema de taxonomia vegetal APG III (APG, 2009).

3 Resultados e discussão

3.1 Dados socioeconômicos

Foram entrevistados 44 indivíduos, moradores das 36 residências visitadas, sendo a maioria do sexo feminino (77%), que se justifica pelas atividades do lar e assim proporcionando a permanência da mulher na residência. Siveiro et al. (2014), em sua pesquisa realizada em três bairros da cidade de Rio Branco, no Acre, nos anos de 2009 a 2011, também mencionaram que maioria dos entrevistados foi do gênero feminino e casada. Esses dados são semelhantes também para muitas pesquisas realizadas em Mato Grosso porque, geralmente, as mulheres se ocupam com as tarefas do lar e os cuidados com os filhos, por isso passam mais tempo em casa e apresentam maior disponibilidade para participar da pesquisa.

A cor da pele não teve diferença significativa obtendo um resultado de 38,5%, 34,1% e 27,5% respectivamente para negros, brancos e pardos.

A idade entre os informantes variou de 25 a 84 anos, tendo como representante da idade mais avançada o sexo masculino. No estudo de Almeida; Pasa; Guarim (2014) realizado em 2011, nas Comunidades Tradicionais da região de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, obtiveram-se resultados semelhantes tendo como faixa etária dos informantes a variação entre 33 e 85 anos de idade.

A religião católica obteve 57%, seguida da evangélica, com aproximadamente 30%, e a espírita, com quase 10%, e dois homens relataram não possuírem religião.

Em relação ao estado civil dos depoentes, houve um destaque para os casados totalizando 23 indivíduos, os viúvos são representados por sete pessoas, os outros cinco

referiram ser viúvos do primeiro casamento, porém hoje vivem amasiados com outro cônjuge, três mencionam ser solteiros e dois são divorciados.

O grau de instrução variou de não alfabetizado até nível superior, com ênfase para ensino fundamental completo, com aproximadamente 30%, e ensino médio completo, com 25%. O Estado de Mato Grosso foi o estado de origem que mais sobressaiu entre os moradores, com 86,5%, sendo que muitos são de origem do próprio Distrito Sucuri. Entre outros Estados de origem, foram mencionados Mato Grosso do Sul, Paraná e Paraíba.

O tempo de residência no Distrito Sucuri teve uma variação de dois meses até 76 anos. A atividade exercida atualmente por essa população apresentou 34,10% para a classe dos aposentados e 13,60% do lar e, classificados como outros, estão: comerciantes, cabeleireira, costureira, agente de saúde, pescador, merendeira etc. O estudo realizado no Acre por Siveiro et al. (2014) também apontou os 'aposentados' e as 'donas de casa' como as principais categorias de ocupação. A renda familiar que mais se destacou foi a dos que recebem entre um a três salários mínimos com um percentual de 68,20%, seguido dos que recebem mais que três salários com 22,7%, e os que sobrevivem com até um salário são representados por 9,1%.

Referindo-se ao estado de saúde desses informantes e seus hábitos, pode-se identificar, através das informações emitidas pelos depoentes, que 61% deles possuem algum tipo de doença crônica, como diabetes, hipertensão arterial, hipotireoidismo, entre outras. Do total de entrevistados, 79,5% não praticam nenhuma atividade física e também não fazem uso de cigarros, e 61% possuem planos de saúde, entre os quais o mais citado foi a Plano de Aposentadoria Complementar (PAC), que não tem cobertura total, mas sim um auxílio em consultas e exames.

Das 36 residências da comunidade local, a maioria é de alvenaria (95%), sendo duas casas de madeira. Quanto à aquisição do imóvel, a maioria dos depoentes referiu morar em imóvel próprio, sendo que alguns disseram adquiri-los como herança de família. Um informante relatou morar de favor na casa de uma irmã, e outro mencionou residir na casa dos pais, e por fim um citou que mora

de aluguel. A quantidade de peças variou entre três a dez cômodos. A energia elétrica e a água encanada estão presentes em 100% das residências, e o Distrito Sucuri como um todo não possui rede de esgoto, e sim sistema de fossa séptica.

3.2 Dados etnobotânicos dos quintais

Os quintais são uma das formas mais antigas de manejo da terra que persiste até os dias atuais, pode-se dizer que essa tradição vem sendo passada de geração em geração. Para Siviero et al. (2014), os quintais residenciais são espaços de fácil acesso no qual os moradores cultivam uma diversidade de espécies vegetais com diversas funções de uso, como por exemplo: ornamentação, alimentação, medicação entre outros.

Os sistemas de quintais agroflorestais são conhecidos também como hortos caseiros onde ocorre o uso da terra na qual várias espécies de árvores são cultivadas junto com culturas perenes e anuais e, ocasionalmente, criação de pequenos animais ao redor da casa (DE DAVI et al., 2015).

Neste estudo, foi registrado um total de 201 espécies nos quintais da comunidade local, que estão distribuídas em 73 famílias botânicas e com um número de 992 citações para as espécies vegetais presentes nos quintais das residências locais. As espécies mais citadas foram: *Mangifera indica* L. (manga), *Citrus limonum* Risso. (limão), *Cocos nucifera* L. (coco), *Malpighia glabra* L. (acerola), *Psidium guajava* L. (goiaba), *Allium fistulosum* L. (cebolinha), *Carica papaya* L. (mamão), *Anacardium occidentale* L. (caju) e *Musa sp.* (banana). As famílias botânicas mais citadas são: Anacardiaceae com 91 espécies, Rutaceae com 80 e Lamiaceae com 62. Do total das 73 famílias, 15 foram citadas uma única vez, sendo Apocynaceae, Balsaminaceae, Burseraceae, Caprifoliaceae, Caricaceae, Compositae, Ericaceae, Nyctaginaceae, Orchidaceae, Polygonaceae, Portulacaceae, Punicaceae, Sapindaceae, Umbelliferae, Violaceae. Corroborando com os resultados, Almeida, Pasa e Guarim (2014) também apontaram a família Anacardiaceae, sendo a que apresentou maior riqueza de espécies nos quintais estudados na Comunidade de Cuiabá Mirim, Barão de Melgaço, Mato Grosso.

Os quintais do Distrito Sucuri são bastante variados tanto em tamanho como nas formas, quantidade e a variedade de espécies vegetais presentes nessa unidade de paisagem. Os quintais não foram mensurados, porém pode-se perceber a existência de quintais de todos os tipos desde os que circunvizinham toda a casa (frente, lateral e fundo) até os que ocupam somente uma das partes. Existem quintais limitados por muros e cercas, e também aqueles cujo limite é a própria vegetação nativa. Encontram-se ainda terrenos compartilhados, os quais antigamente eram de uma chácara, que, após herdarem dos pais, foi repartida entre os irmãos ou os filhos, que casaram e construíram suas casas próximas às dos pais, dividindo assim espaço no mesmo lote.

A quantidade de espécies vegetais presentes nos 36 quintais variou entre oito e 55 espécimes, com uma média de 23 espécies vegetais por quintal, nas residências visitadas. Como a maioria dos entrevistados é do sexo feminino, as mulheres são responsáveis pelos cuidados com o quintal. Quanto à frequência dispensada aos cuidados com o quintal, a maioria trabalha todos os dias.

A maioria dos depoentes informou que o principal destino das folhas e capinas é a compostagem, que serve de adubo para as plantas. Alguns depoentes referiram amontoar as folhas e depois, quando estiverem em fase de decomposição, as utilizam, e outros fazem buracos e as enterram usando esta terra para plantar.

A seca foi a época do ano relatada pela maioria dos entrevistados como sendo a mais trabalhosa para cuidar dos quintais, isto devido ao sol muito forte e à falta de chuva. Quanto ao uso de insumos, 73% não fazem, utilizam nem compram, mas desenvolvem o adubo orgânico, através de métodos e produtos naturais, como terra preta e esterco de animais.

Conforme exposto na Tabela 1, as etnocategorias de uso são: alimentar, medicinal, ornamental e outros. A mais expressiva foi a medicinal, com aproximadamente 42%; em seguida, a alimentar com 25%, a ornamental com 17% e 7% o total da categoria nomeada como outros, em que se inclui sombreamento, lenha, construção e, ainda, 9% representando classe das espécies com mais de uma etnocategoria de uso.

Tabela 1 - Plantas nos quintais da Comunidade Sucuri. Distrito Sucuri, Cuiabá, MT. 2014.

Nome Popular	Nome Científico	Família	Categoria de Uso	NC
manga	<i>Mangifera indica</i> L.	Anacardiaceae	A, M	40
limão	<i>Citrus limonum</i> Risso.	Rutaceae	A, M	31
coco	<i>Cocos nucifera</i> L.	Arecaceae	A, M	28
acerola	<i>Malpighia glabra</i> L.	Malpighiaceae	A, M	27
goiaba	<i>Psidium guayava</i> L.	Myrtaceae	A, M	27
cebolinha	<i>Allium fistulosum</i> L.	Alliaceae	A	25
mamão	<i>Carica papaya</i> L.	Caricaceae	A, M	24
caju	<i>Anacardium occidentale</i> L.	Anacardiaceae	A	23
banana	<i>Musa</i> sp.	Fabaceae	A, M	20
boldo do Chile	<i>Plectranthus barbatus</i> Andrews	Lamiaceae	M	18
laranja	<i>Citrus aurantium</i> L.	Rutaceae	A, M	18
orquídea	<i>Cattleya</i> sp., <i>Oncidium</i> sp.	Orchidaceae	O	18
samambaia	<i>Nephrolepis exaltata</i> (L.) Schott	Polypodiaceae	O	18
mandioca	<i>Manihot esculenta</i> Crantz.	Euphorbiaceae	A	17
cidreira ou capim-santo	<i>Cymbopogon citratus</i> (DC.) Stapf.	Poaceae	M	16
camomila	<i>Chamomilla recutita</i> L. Rauschert.	Asteraceae	M	14
coentro	<i>Coriandrum sativum</i> L.	Umbelliferae	A	14
arruda	<i>Ruta graveolens</i> L.	Rutaceae	M	13
jabuticaba	<i>Myrciaria jaboticaba</i> (Vell.) Berg	Myrtaceae	A	13
abacate	<i>Persea americana</i> Mill.	Lauraceae	A, M	11
ata ou pinha ou fruta-do-conde	<i>Annona squamosa</i> L.	Annonaceae	A	11
babosa	<i>Aloe Vera</i> (L.) Burm. F.	Liliaceae	M	11
cajá-manga	<i>Spondias dulcis</i> Forst.F.	Anacardiaceae	A	11
espada-de-são-jorge	<i>Sansevieria trifasciata</i> var. <i>laurentii</i> (Dewild.) N. E. Br.	Liliaceae	O	11
hortelã	<i>Mentha</i> sp.	Lamiaceae	M	11
jaca	<i>Artocarpus heterophyllus</i> Lam.	Moraceae	A	11
romã	<i>Punica granatum</i> L.	Punicaceae	A, M	11
seriguela ou jacote	<i>Spondias purpurea</i> L.	Anacardiaceae	A	11
abacaxi	<i>Ananas comosus</i> (L.) Merrill	Bromeliaceae	A	10
bocaiúva	<i>Acrocomia aculeata</i> (Jacq.) Lodd. Ex mart.	Arecaceae	A, M	10
pimenta	<i>Capsicum</i> sp.	Solanaceae	A	10
caninha-do-brejo	<i>Costus spicatus</i> (Jacq.) Sw.	Costaceae	M	9
noni	<i>Morinda citrifolia</i> L.	Rubiaceae	M	9
pitomba	<i>Talisia esculenta</i> (St. Hil.) Radlk	Sapindaceae	A	9
cacto	<i>Nopalea cochenillifera</i> Salm Dyck., <i>Ferocactus</i> sp.,	Cactaceae	O	8
cana	<i>Saccharum officinarum</i> L.	Poaceae	A	8
colônia	<i>Alpinia zerumbet</i> (Pers.) B.L. Burt & R.M. Sm.	Zingiberaceae	M	8
erva-cidreira	<i>Melissa officinalis</i> L.	Lamiaceae	M	8
antúrio	<i>Anthurium andraeanum</i> Lindl.	Araceae	O	7
comigo-ninguém-pode	<i>Dieffenbachia picta</i> Schott.	Araceae	O	7
hortência	<i>Hydrangea macrophylla</i> Ser.,	Saxifragaceae	O	7
jatobá	<i>Hymenaea courbaril</i> L.	Fabaceae	A, M	7
poejo	<i>Mentha pulegium</i> L.	Lamiaceae	M	7
abóbora	<i>Cucurbita pepo</i> L.	Cruciferae	A	6
batata-doce	<i>Ipomoea batatas</i> (L.) Lam.	Convolvulaceae	A	6
beijinho	<i>Impatiens walleriana</i> Hook. f.	Balsaminaceae	O	6
espada-de-ogum	<i>Sansevieria stuckyi</i> God.-Leb	Rubiaceae	Ot	6
guaco	<i>Mikania glomerata</i> Spreng.	Asteraceae	M	6
jucá	<i>Caesalpinia ferrea</i> Mart.	Caesalpinaceae	M	6
rosa	<i>Rosa</i> sp.	Rosaceae	O	6
salsa	<i>Petroselinum sativum</i> Hoffm.	Apiaceae	A	6
tamarino	<i>Tamarindus indica</i> St.-Hil.	Caesalpinaceae	A, M	6
algodão	<i>Gossypium hirsutum</i> L.	Malvaceae	M	5

Nome Popular	Nome Científico	Família	Categoria de Uso	NC
anador	<i>Justicia pectoralis</i> Jacq.	Acanthaceae	M	5
cancerosa ou espinheira-santa	<i>Maytenus ilicifolia</i> Mart.	Celastraceae	M	5
carambola	<i>Avehrroa carambola</i> L.	Oxalidaceae	A	5
dama-da-noite	<i>Epiphyllum oxipetalum</i> (DC.) Haworth	Cactaceae	O	5
erva-de-bicho	<i>Polygonum persicaria</i> var. <i>persicaria</i>	Polygonaceae	M	5
gerbão	<i>Stachytarpheta cayennensis</i> (Rich.) Vahl.	Verbenaceae	M	5
jurubeba	<i>Solanum paniculatum</i> L.	Solanaceae	A, M	5
maracujá	<i>Passiflora alata</i> Curtis.	Passifloraceae	A, M	5
pitanga	<i>Eugenia uniflora</i> L.	Myrtaceae	A	5
quebra pedra	<i>Phyllanthus niruri</i> L.	Dilleniaceae	M	5
tangerina	<i>Citrus reticulata</i> Blanco	Rutaceae	A	5
alecrim	<i>Rosmarinus officinalis</i> L.	Lamiaceae	M	4
algodãozinho-do-cerrado	<i>Cochlospermum regium</i> (Mart. & Sch.) Pilger	Cochlospermaceae	M	4
cabaça	<i>Lagenaria vulgaris</i> Ser.	Cucurbitaceae	O	4
caferana ou boldo-do-chile	<i>Vernonia polyanthes</i> L.	Compositae	M	4
erva-de-santa-maria	<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.	Chenopodiaceae	M	4
gengibre	<i>Zingiber officinale</i> Roscol.	Zingiberaceae	M	4
jenipapo	<i>Genipa americana</i> L.	Rubiaceae	Ot	4
lima-da-pérsia	<i>Citrus</i> sp.	Rutaceae	A, M	4
mamona	<i>Ricinus communis</i> L.	Euphorbiaceae	M	4
mexirica	<i>Citrus nobilis</i> Lour.	Rutaceae	A	4
papoula	<i>Papaver rhoeas</i> L.	Papaveroideae	O	4
pimentão	<i>Capsicum annuum</i> L.	Solanaceae	A	4
sangra-d'água	<i>Croton urucurana</i> Baill.	Euphorbiaceae	M	4
santa-rita ou flor-de-primavera ou primavera ou buganvília	<i>Bougainvillea glabra</i> Choisy	Nyctaginaceae	O	4
urucum	<i>Bixa orellana</i> L.	Bixaceae	M	4
vick	<i>Mentha arvensis</i> L.	Lamiaceae	M	4
alfavaca	<i>Ocimum basilicum</i> L.	Lamiaceae	M	3
amora	<i>Morus nigra</i> L.	Moraceae	A, M	3
azaleia	<i>Rhododendron simsii</i> Planch.	Ericaceae	O	3
castela (tipo de coentro)	S.I.	S.I.	A	3
embaúba ou embaúva	<i>Cecropia pachystachya</i> Trèc.	Malvaceae	M, Ot	3
fedegoso	<i>Senna occidentalis</i> St.-Hil.	Caesalpiniaceae	M	3
lírio	<i>Lilium</i> L.	Liliaceae	O	3
lixeria	<i>Curatella americana</i> L.	Dilleniaceae	M	3
manjerona (orégano)	<i>Origanum majorana</i> L.	Lamiaceae	M	3
melão-de-são-caetano	<i>Momordica charantia</i> L.	Cucurbitaceae	M	3
norvônica ou losna	<i>Artemisia absinthium</i> L.	Asteraceae	M	3
pata-de-boi ou pata-de-vaca	<i>Bauhinia nitida</i> St.-Hil	Caesalpiniaceae	M	3
picão	<i>Bidens pilosa</i> L.	Asteraceae	M	3
quiabo	<i>Abelmoschus esculentus</i> (L.) Moench.	Malvaceae	A	3
uva	<i>Vitis</i> L.	Vitaceae	A	3
alface	<i>Lactuca sativa</i> L.	Asteraceae	A	2
amescla	<i>Protium heptaphyllum</i> (Aubl.) March.	Burseraceae	M	2
angélica	<i>Polianthes tuberosa</i> L.	Agavaceae	O	2
aroeira	<i>Myracondruon urundeuva</i> FR.All.	Anacardiaceae	M	2
babaçu	<i>Orbignya oleifera</i> Burret.	Arecaceae	O	2
boldo-miúdo	<i>Plectrantus ornatus</i> (Lour.) Spreng	Lamiaceae	M	2
cajá	<i>Spondias mombin</i> L.	Anacardiaceae	A	2
carrapicho	<i>Acanthospermum</i> sp.	Asteraceae	M	2

Nome Popular	Nome Científico	Família	Categoria de Uso	NC
carvão-branco	<i>Callisthene fasciculata</i> (Spr.) Mart.	Vochysiaceae	M	2
chifre-de-veado	<i>Platynerium bifurcatum</i> (Cav.) C. Chr.	Polypodiaceae	O	2
conta-de-leite	S.I.	S.I.	M	2
coroinha	S.I.	S.I.	Ot	2
erva-molar	<i>Holcus lanatus</i> L.	Poaceae	M	2
eucalipto	<i>Eucalyptus globulus</i> Labill.	Myrtaceae	M	2
feijão-andú	<i>Cajanus cajan</i> (L) Hunth.	Fabaceae	A	2
figo	<i>Ficus carica</i> L.	Moraceae	A	2
gonsaleiro	<i>Stronium fraxinifolium</i> Schott ex Spreng.	Anacardiaceae	M	2
graviola	<i>Annona muricata</i> L.	Annonaceae	A	2
ingá	<i>Inga laurina</i> (Sw.) Willd. Seeds.	Fabaceae	A	2
ipê	<i>Tabebuia</i> sp.	Bignoniaceae	O	2
mama-de-porca	<i>Zanthoxylum rhoifolium</i>	Rutaceae	M	2
mangaba-brava	<i>Lafoensia pacari</i> St. Hil	Lythraceae	M	2
manjerição	<i>Ocimum</i> sp.	Lamiaceae	A	2
marmelada-de-espinho	S.I.	S.I.	Ot	2
maxixe	<i>Cucumis anguria</i> L.	Cucurbitaceae	A	2
palmeira	S.I.	S.I.	O	2
pepino	<i>Cucumis sativus</i> L.	Cucurbitaceae	A	2
pimenta-vermelha	<i>Capsicum baccatum</i> L.	Solanaceae	A	2
Pinhão-roxo	<i>Jatropha gossypifolia</i> L.	Euphorbiaceae	M	2
pocã	<i>Citrus reticulata</i> L.	Rutaceae	A	2
quina	<i>Strychnos pseudoquina</i> A. St.-Hil.	Loganiaceae	M	2
radite	<i>Cichorium intybus</i> L.	Asteraceae	A	2
tarumã	<i>Vitex cymosa</i> Bert	Verbenaceae	M	2
terramicina	<i>Alternanthera brasiliana</i> (L.) Kuntze.	Amaranthaceae	M	2
tomate	<i>Lycopersium esculentum</i> L.	Solanaceae	A	2
uiti	<i>Licania tomentosa</i> (Benth.) Fritsch	Chrysobalanaceae	Ot	2
violeta	<i>Viola</i> sp.	Violaceae	O	2
açoita-cavalo	<i>Luehea divaricata</i> Mart.	Malvaceae	M	1
acuri	<i>Phalerata Scheelea</i> (Mart. ex Spreng.) Burret	Arecaceae	A	1
amburana	<i>Amburana cearenses</i> (Freire Allemão) A. C. Smith.	Fabaceae	Ot	1
ampicilina-roxa	<i>Alternanthera brasiliana</i> (L.) Kuntze	Amaranthaceae	M	1
artemisia	<i>Artemisia annua</i> L.	Asteraceae	M	1
assa-peixe	<i>Vernonia ferruginea</i> Less.	Asteraceae	M	1
atrativo	S.I.	S.I.	M	1
beladona	<i>Atropa belladonna</i> L.	Solanaceae	Ot	1
boldo-chinês	<i>Plectranthus ornatus</i> (Lour.) Spreng	Lamiaceae	M	1
bromélia	<i>Alcantarea imperialis</i> (Carrière) Harms	Bromeliaceae	O	1
cacau	<i>Theobroma cacao</i> L.	Malvaceae	A	1
cainca	<i>Chiococca anguicida</i> Mart.	Rubiaceae	M	1
cambará	<i>Lantana camara</i> L.	Verbenaceae	M	1
cambarú	<i>Dipteryx alata</i> Vog.	Fabaceae	M	1
cânfora	<i>Cinnamomum comphora</i> (L.) Nees & Eberm.	Lauraceae	M	1
caruru-de-porco	<i>Amaranthus viridis</i> L.	Amaranthaceae	M	1
cavalinha	<i>Equisetum giganteum</i> L.	Equisetaceae	M	1
cereja	<i>Prunus serrulata</i> Lindl.	Rosaceae	O	1
chagueira	S.I.	S.I.	Ot	1
chama-dinheiro	S.I.	S.I.	Ot	1
chapecanga	S.I.	S.I.	M	1

Nome Popular	Nome Científico	Família	Categoria de Uso	NC
chimbuva	<i>Enterolobium timbouva</i> Mart.	Fabaceae	Ot	1
cinco-palma	S.I.	S.I.	O	1
costela-de-adão	<i>Monstera deliciosa</i> Liebm.	Araceae	M	1
couve	<i>Brassica oleracea</i> L.	Cruciferae	A	1
cumbarú	<i>Dipteryx alata</i> Vog.	Fabaceae	M	1
ecsória	<i>Ixora coccinea</i> L.	Rubiaceae	O	1
elixir paregórico	<i>Piper callosum</i> Ruiz & Pav.	Piperaceae	M	1
erva-doce	<i>Pimpinella anisum</i> L.	Apiaceae	M	1
espinho-de-touro	S.I.	S.I.	M	1
espirradeira	<i>Nerium oleander</i> L.	Apocynaceae	O	1
figueira	<i>Ficus</i> L.	Moraceae	Ot	1
fortuna	<i>Bryophyllum pinnatum</i> (Lam.) Kurz	Crassulaceae	M	1
fruta-de-veado	<i>Platynerium bifurcatum</i> (Cav.) C. Chr.	Polypodiaceae	O	1
gariobinha	<i>Syagrus oleracea</i> (Mart.) Becc.	Arecaceae	Ot	1
hortelanzinho	<i>Hyptis cana</i> Pohl ex Benth.	Lamiaceae	M	1
ingá-de-metro	<i>Inga laurina</i> (Sw.) Willd.	Fabaceae	A	1
jacinto	<i>Hyacinthus</i> L.	Asparagaceae	O	1
jambo	<i>Syzygium malaccense</i> (L.) Merr. & L.M. Perry	Myrtaceae	A	1
jaquicendi	S.I.	S.I.	M	1
jasmim	<i>Jasminum officinale</i> L.	Oleaceae	A	1
jatobá-mirim	<i>Hymenaea coubarill</i> var. <i>stilbocarpa</i> (Hayne) Lee	Caesalpiniaceae	A	1
jurema	<i>Chloroleucon acacioides</i> (Ducke) Barneby & J.W. Grimes	Fabaceae	Ot	1
laião	S.I.	S.I.	M	1
laranja para doce	<i>Citrus medica</i> L.	Rutaceae	M	1
levante	<i>Mentha spicata</i> L.	Lamiaceae	M	1
malva	<i>Malva sylvestris</i> L.	Malvaceae	M	1
malva-branca	<i>Malva sylvestris</i> L.	Malvaceae	M	1
melancia	<i>Citrullus lanatus</i> (Thunb.) Mansf.	Cucurbitaceae	A	1
melissa ou cidreira de folha	<i>Melissa officinalis</i> L.	Lamiaceae	M	1
milho	<i>Zea mays</i> L.	Poaceae	A	1
nil	S.I.	S.I.	M	1
onze-horas	<i>Portulaca grandiflora</i> Hook.	Portulacaceae	O	1
pachulin	<i>Pogostemon patchouly</i> Pellet.	Lamiaceae	O	1
pau-de-bicho	<i>Erminalia argentea</i> Mart.	Combretaceae	Ot	1
pau-brasil	<i>Caesalpinia peltophoroides</i> Benth.	Fabaceae	Ot	1
pimenta-do-reino	<i>Piper nigrum</i> L.	Piperaceae	A	1
pingo-de-ouro	<i>Duranta repens aurea</i> L.	Verbenaceae	O	1
rabo-de-raposa	<i>Arrojadoa rhodantha</i> (Gürke) Britton & Rose	Cactaceae	O	1
rosa branca	<i>Rosa alba</i> L.	Rosaceae	O	1
rosa-do-deserto	<i>Adenium obesum</i> (Forssk.) Roem. & Schult.	Apocynaceae	O	1
rosamélia	S.I.	S.I.	O, M	1
rosquinha	S.I.	S.I.	M	1
rúcula	<i>Eruca sativa</i> Mill.	Brassicaceae	A	1
sabugueiro	<i>Sambucus nigra</i> L.	Caprifoliaceae	M	1
tapera-velha	<i>Hyptis suaveolens</i> (L.) Poit.	Lamiaceae	M	1
tomate-cereja	<i>Lycopersicum</i> sp.	Solanaceae	A	1
vassourinha	<i>Scoparia dulcis</i> L.	Scrophulariaceae	M	1

Legenda: NC: Número de Citações; A: Alimentar; M: Medicinal; O: Ornamental; Ot: Outros; S.I.: Sem Identificação.

Do total dos informantes, 85% relataram que, além das plantas utilizadas como medicinais pertencentes aos quintais, eles retiram do cerrado e da mata ciliar alguns dos seus remédios. O depoente que mais nomeou espécies retiradas dessa unidade de paisagem com um total de 14 plantas medicinais foi do sexo feminino. Essas duas unidades de paisagem constituem a flora do Distrito Sucuri.

Pasa (2007) afirma que é de fundamental importância coletar junto à população informações a respeito do uso de plantas, ressalta também que as plantas medicinais estão sendo revalorizadas porque, entre outras razões, é a forma mais acessível para a população local curar suas enfermidades.

A Tabela 2 registra as 54 espécies medicinais usadas pelos depoentes da comunidade, bem como a forma de uso e as finalidades de usos, através do conhecimento empírico da população local. Foram identifi-

cadas 31 famílias botânicas com um total de 148 citações. *Hymenaea courbaril* L. (jatobá) e o *Strychnos pseudoquina* A. St.-Hil. (quina) foram as mais citadas, ambas com 8,10%. Metade das espécies foi citada uma única vez com o total 21. A parte da planta mais utilizada foi a entrecasca com 45%, em segundo lugar estão as folhas com 28%, raiz com 15% e a categoria outros com aproximadamente 12% incluindo fruto, semente, planta inteira, vagem, resina e broto. A forma de preparo que recebeu destaque com quase 30% foi o xarope, seguido do chá com 27%, e a categoria outros com 16,5%, seguido de banho de assento e maceração com 7%, infusão com 5%, garrafada com 3%, torrada e queimada com 2,5% e serenada com 1%. A categoria outros está representada por compressa, emplastro, curtido no vinho ou na água, fervido ou descansado no leite, batido no leite ou na água com sal e outras formas.

Tabela 2 - Espécies medicinais usadas na Comunidade Sucuri, Cuiabá, MT. 2014.

Nome Popular	Nome Científico	Parte Utilizada	Forma de Uso	Indicação	NC
jatobá	<i>Hymenaea courbaril</i> L.	entrecasca e fruto	xarope, curtido no vinho branco e chá	sistema respiratório, anemia, anti-inflamatório, bom para tudo	12
quina	<i>Strychnos pseudoquina</i> A. St.-Hil.	entrecasca	xarope, chá, torrada, serenada, queimada e curtida na água	vermífugo, anemia, ânimo na criança, sistema digestório	12
aroeira	<i>Myracrodruon urundeuva</i> Fr. All.	entrecasca, folhas e resina	emplastro, chá e xarope	sistema respiratório, cicatrização, hematoma e anti-inflamatório	8
cambará	<i>Lantana camara</i> L.	entrecasca e folhas	xarope	sistema respiratório	7
jucá	<i>Caesalpinhiaceae ferrea</i> Mart.	vagem	curtido no vinho, cozido, chá, banho e macerado	anti-inflamatório, cicatrizante, emagrecedor, sistema digestório e diabetes	6
algodão-do-cerrado	<i>Cochlospermum regium</i> (Schrank) pilg.	raiz e folhas	chá, batido com água e sal e garrafada	aparelho reprodutor feminino, sistema circulatório	5
hortelã-do-campo	<i>Hyptis cana</i> Pohl ex Benth.	folhas e entrecasca	chá, torrada e xarope	sistema digestório, sistema respiratório, vermífugo	5
quebra-pedra	<i>Phyllanthus niruri</i> L.	folhas e raiz	chá e infusão	sistema urinário	5
tapera-velha	<i>Hyptis suaveolens</i> (L.) Poit.	planta inteira	chá, xarope e infusão	dor de cabeça, sistema digestório, diarreia	5
para-tudo-domato	<i>Tabebuia aurea</i> (Chamisso) Sandwith	entrecasca	xarope e fervido no leite	anemia, vermífugo	5
amescla	<i>Protium heptaphyllum</i> (Aubl.) March.	entrecasca	xarope	sistema respiratório	4
melão-de-são-caetano	<i>Momordica charantia</i> L.	cipó e folhas	chá, banho e macerado	dengue, malária, fungo no couro cabeludo, hemorroida	4

Nome Popular	Nome Científico	Parte Utilizada	Forma de Uso	Indicação	NC
negramina	<i>Siparuna guianensis</i> Aublet.	folhas	banho e chá	dor de cabeça, mal estar, sistema respiratório, quebrante	4
angico	<i>Anadenanthera falcata</i> (Benth.) Speg.	entrecasca	xarope	sistema respiratório	3
barbatimão	<i>Stryphnodendron adstringens</i> (Mart.) Coville	entrecasca	curtido na água e chá	aparelho reprodutor feminino, cicatrização, coceira	3
cajazinho	<i>Spondias mombin</i> L.	entrecasca e raiz	macerado	diabetes	3
erva-de-bicho	<i>Polygonum persicaria</i> var. <i>persicaria</i>	folhas	banho e xarope	sistema respiratório	3
jequitibá	<i>Cariniana legalis</i> Kuntze.	entrecasca	banho e banho de assento	aparelho reprodutor feminino, dor na coluna	3
nó-de-cachorro	<i>Heteropteris aphrodisiaca</i> O. Mach.	raiz	macerado	anti-inflamatório	3
tarumã	<i>Vitex cymosa</i> Bert	folhas e entrecasca	chá	dor de barriga, diarreia	3
assa-peixe	<i>Vernonia ferruginea</i> Less.	raiz	xarope	sistema respiratório	2
crista-de-galo	<i>Celosia cristata</i> L.	folhas	pó da folha e chá	cicatrização, câncer, sistema urinário, coluna	2
cumbaru	<i>Dipteryx alata</i> Vog.	entrecasca	chá	diarreia	2
erva-de-santa-maria	<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.	folhas	xarope	vermífugo	2
erva-molar	<i>Holcus lanatus</i> L.	folhas	chá	sistema urinário	2
espinheiro	<i>Crataegus Oxyacantha</i> L.	entrecasca	xarope	sistema respiratório	2
gerbão	<i>Stachytarpheta cayennensis</i> (Rich.) Vahl.	raiz	xarope e infusão	sistema digestório, diarreia	2
jatobá-mirim	<i>Hymenaea coubarill</i> var. <i>stilbocarpa</i> (Hayne) Lee	entrecasca	xarope	sistema respiratório	2
lixreira	<i>Curatella americana</i> L.	folhas	chá	emagrece	2
mangava-brava (piúna)	<i>Lafoensia pacari</i> St. Hil	entrecasca	curtido na água e chá	sistema digestório	2
pequi	<i>Caryocar brasiliense</i> Camb.	folhas secas	infusão e chá	sistema urinário, coluna	2
vassorinha	<i>Scoparia dulcis</i> L.	planta inteira	chá e compressa	sistema urinário, torção	2
alecrim-do-mato	<i>Baccharis caprariifolia</i> DC.	folhas	garrafada	aparelho reprodutor feminino	1
amora	<i>Morus alba</i> L.	folhas	infusão	reposição hormonal	1
arnica (picão branco)	<i>Arnica montana</i> L.	raiz	infusão	hepatite	1
aspirina-do-campo	S.I.	raiz	chá	febre	1
bocaiuva	<i>Acrocomia aculeata</i> (Jacq.) Lodd. Ex mart.	fruto	batido com leite	anemia	1
caiapia	<i>Dorstenia Multiformis</i> Miq.	batata (raiz)	garrafada	aparelho reprodutor feminino	1
caju-amarelo	<i>Anacardium occidentale</i> L.	fruto	comer	diabetes	1
cajuzinho-do-campo	<i>Anacardium humile</i> A. St.-Hil	raiz	garrafada	reumatismo	1
calunga	<i>Simaba ferruginea</i> A. St.-Hil.	raiz	curtido na água	gordura do fígado	1
caninha-do-brejo	<i>Costus spicatus</i> (Jacq.) Sw.	folhas	chá	sistema urinário	1
dorme-dorme	<i>Mimosa pudica</i> L.	folhas	banho	criança dormir	1

Nome Popular	Nome Científico	Parte Utilizada	Forma de Uso	Indicação	NC
embaúba	<i>Cecropia pachystachya</i> Tréc.	broto	xarope	sistema respiratório	1
fedegoso	<i>Senna occidentalis</i> St.-Hil.	folhas	curtido na pinga	sistema digestório	1
genciana (5 folhas)	<i>Genciana Lutea</i> L.	raiz	queimada	dor de cabeça, menstruação	1
goiaba-branca	<i>Psidium guajava</i> L.	broto	chá	disenteria	1
gonsaleiro	<i>Stronium fraxinifolium</i> Schott ex Spreng.	entrecasca	xarope	sistema respiratório	1
ipê-roxo	<i>Tabebuia impetiginosa</i> (Mart.ex DC.) Standl.	entrecasca	chá	limpa o organismo, abre o apetite	1
mastruz	<i>Chemopodium ambrosioides</i> L.	folhas	curtido no leite	vermífugo	1
picão	<i>Bidens pilosa</i> L.	raiz	infusão	hepatite	1
sangra-d'água	<i>Croton urucurana</i> Baill.	sangue (seiva)	1 gota de sangue + água	câncer	1
saúde-da-mulher	S.I.	batata (raiz)	garrafada	aparelho reprodutor feminino	1

Legenda: NC: Número de Citações; S.I.: Sem Identificação.

As indicações mais citadas foram para as patologias do Sistema Respiratório com 22%, seguidas do Aparelho Digestório com 11%; na sequência, as doenças do Sistema Urinário com 8%, o aparelho reprodutor feminino e os vermífugos com 7,5% cada um, os indicados para cicatrização ocuparam o quinto lugar com 6%, os anti-inflamatórios totalizaram 4,5%, os menos citados foram anemia, diarreia e dor de barriga com 4,0%, diabetes com 3,5% e Sistema Circulatório com 1,5%. A categoria outros agrupou indicações para câncer, febre, dor de cabeça, apetite, limpa o organismo, criança dormir melhor, torção, dor na coluna, emagrecer, reumatismo entre outras com 19% de um total de 197 indicações conforme a classificação de doença segundo a Organização Mundial de Saúde, CID-10 (OMS, 2000).

4 Considerações finais

A importância do estudo etnobotânico realizado na comunidade Sucuri, que é considerada tradicional e em fase de aculturação, nos permite aproximar da realidade dessas populações resgatando o que elas possuem de melhor, que é o seu conhecimento de vida adquirido por décadas de experiências empíricas com a natureza.

Esse resgate do saber local serve de base para muitos estudos científicos que acabam testando e confirmando o que esses povos já utilizam na prática por muitos anos.

Na comunidade local, as pessoas locais praticam a conversação da biodiversidade mantendo assim a sustentabilidade ambiental referente às comunidades vegetais, como fonte permanente de uso diário para às diferentes etnocategorias botânicas locais.

Referências

- ALMEIDA, Suzanne Estéfanie; PASA, Maria Corette; GUARIM, Vera Lucia Monteiro Santos (in memoriam). Uso da biodiversidade em quintais de comunidades tradicionais da Baía de Chacorore, Barão de Melgaço, Mato Grosso, Brasil. *Biodiversidade*, v. 13, n. 1, p. 141-155, 2014.
- AMOROZO, Maria Christina Mello. A abordagem etnobotânica na pesquisa de plantas medicinais. In: DI STASI, L. C. (Org.). *Plantas medicinais: arte e ciência, um guia de estudo interdisciplinar*. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 47-68.
- AMOROZO, Maria Christina Mello. Os quintais – funções, importância e futuro. In: GUARIN NETO, Germano; CARNIELLO, Maria Antônia (Org.). *Quintais mato grossenses: espaços de conservação e reprodução de saberes*. Cárceres, MT: Editora Unemat, 2008.
- ANGIOSPERM PHYLOGENY GROUP - APG III. An update of the Angiosperm Phylogeny Group classification for the orders and families of flowering plants: APG III. *Botanical Journal of the Linnean Society*, 161: 105-121, 2009. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1095-8339.2009.00996.x/epdf>>. Acesso em: 7 jan. 2015.
- CABALLERO, Javier. La etnobotânica. In: BARRER, A. (Ed.). *La etnobotânica: tres puntos de vista y una perspectiva*. Xalapa: Instituto de Investigación sobre Recursos Bióticos, 1979. p. 27-30.
- COSTA, Gilmar da; SILVA, Patrícia Sanches da. Tratamento bioenergético: estudo etnofarmacológico de

plantas medicinais da Pastoral da Saúde Alternativa de Cotriguaçu, MT. *Biodiversidade*, v. 13, n. 1, p. 115-124, 2014. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/biodiversidade/article/view/1544/1214>>. Acesso em: 7 fev. 2015.

DE DAVI, Margô; PASA, Maria Corette. As plantas medicinais e a etnobotânica em Várzea Grande, MT, Brasil. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 16, n. 1, p. 97-108, jan./jun. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=51&dados=6>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

JOHNSON, Martha C. *Lore-Capturing Traditional Environmental Knowledge*. Ottawa, CA: Diane Publishing, 1992. 190p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS. *CID - 10: Classificação Estatística Internacional de doenças*

e problemas relacionados à saúde. 10. ed. São Paulo: EDUSP, 2000. 354p.

PASA, Maria Corette. *Etnobiologia de uma comunidade ribeirinha no alto da bacia do rio Aricá-Açu, Cuiabá, Mato Grosso, Brasil*. 2004. 174f. Tese (Doutorado em Ciências) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.

_____. *Um olhar etnobotânico sobre as comunidades do Bambá, Cuiabá, MT*. Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2007.

_____. Abordagem etnobotânica na Comunidade de Conceição-Açu, Mato Grosso, Brasil. *Polibotânica, México*, v. 31, p. 169-197, 2011.

SIVIERO, Amauri; DELUNARDO, Thiago Andrés; HAVERROTH, Moacir; OLIVEIRA, Luis Claudio de; ROMAN, André Luis Cote; MENDONÇA, Ângela Maria da Silva. Plantas ornamentais em quintais urbanos de Rio Branco, Brasil. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 9, n. 3, p. 797-813, set./dez. 2014. Disponível em: <http://www.museu-goeldi.br/editora/bh/artigos/chv9n3_2014/plantas%28siviero%29.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. *Who handbook for reporting results for cancer treatment*. Geneva: World Health Organization, 1979.

Cadena productiva y capital social: el caso de la piscicultura del Cauca, Colombia*

Productive chain and social capital: the case of fish farmers of Cauca, Colombia

Cadeia produtiva e capital social: o caso dos piscicultores de Cauca, Colômbia

La chaîne de production et capital social: le cas de la pisciculture du Cauca, Colombie

Elizabeth Ruano**

(elizabeth@unb.br)

Valcilon Silva***

(valcilon@unb.br)

Wilfred Rivera**

(wrivera@uniautonomia.edu.co)

Recebido em 26/03/2015; revisado e aprovado em 24/07/2015; aceito em 31/07/2015

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/151870122015202>

Resúmen: Este texto analiza la adopción del enfoque de cadena productiva en la piscicultura del Cauca, Colombia. Se trata de un estudio cualitativo apoyado en la investigación acción y en entrevistas abiertas. El análisis retoma los conceptos de cadena productiva y capital social. El análisis confirmó el fortalecimiento de redes relacionales como requisito fundamental para generar capacidades empresariales y tecnológicas en la piscicultura caucana.

Palabras clave: Capital social. Cadena productiva. Piscicultura-Cauca-Colombia.

Resumo: Neste trabalho se analisa a tentativa de adoção do enfoque de cadeia produtiva na piscicultura de Cauca, Colômbia. Trata-se de um estudo qualitativo voltado para a pesquisa-ação e entrevistas abertas. Na análise retomam-se os conceitos de cadeia produtiva e capital social. Os resultados evidenciam que o fortalecimento das redes relacionais entre os agentes constituíram uma etapa fundamental para gerar capacidades empresariais e tecnológicas na atividade piscícola dessa região.

Palavras-chave: Capital social. Cadeia produtiva. Piscicultura-Cauca-Colômbia.

Abstract: This paper analyzes the adoption of the approach used on the aquaculture production chain in Cauca, Colombia. It is about a qualitative study supported in participatory action research and open interviews. The analysis retakes the concepts of supply chain and social capital. The results confirmed that the strengthening of networks of relationships as a fundamental requisite to generate entrepreneurial and technological capabilities on Cauca's aquaculture.

Key words: Social capital. Productive chain. Aquaculture-Cauca-Colombia.

Résumé: Cette article analyse l'adoption de chaîne de production dans la pisciculture du Cauca en Colombie. Il s'agit d'une étude qualitative basée sur la recherche, l'action et sur des entretiens. L'analyse reprend les concepts de chaîne productive et de capital social. Cette analyse a confirmé que les réseaux de relations sont une condition indispensable pour générer des compétences entrepreneuriales et technologiques dans le secteur piscicole du Cauca.

Mots clés: Capital social. Chaîne de production. Pisciculture-Cauca-Colombie.

1 Introducción

Este trabajo analiza el proceso mediante el cual los agentes vinculados a la piscicultura del Cauca, región localizada al sur de Colombia, intentaron adoptar del enfoque de cadena productiva. La promoción de ese enfoque a la piscicultura, en particular, y en general a otros sectores productivos de pequeña escala, constituyó una estrategia gubernamental colombiana ejecutada sistemáticamente a partir

de la década de 1990. La promulgación de la Ley n° 811 de 2003, conocida como Ley de Cadenas Productivas, fue el marco jurídico que legitimó esa iniciativa gubernamental.

La promoción del enfoque de cadena productiva por el gobierno colombiano inició a partir de 1996, cuando los sectores textil, siderúrgico, metalmecánico y de la industria gráfica, fueron pioneros en adoptar dicha perspectiva. Posteriormente, los sectores avícola, porcino, lechero y acuícola lo promovieron

* Este manuscrito se elaboró a partir de los datos empíricos obtenidos en marco del proyecto titulado "Fortalecimiento de la piscicultura del Cauca", financiado por el Programa Colombia de la Universidad Georgetown y la Agencia para el Desarrollo Internacional de los Estados Unidos (USAID) y ejecutado por el Centro Regional de Productividad e Innovación del Cauca (Crepic).

** Corporación Universitaria Autónoma del Cauca, Cauca, Colombia.

*** Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

como estrategia de fortalecimiento. Entre los años 1998 a 2002, el fomento estatal de las cadenas productivas regionales, constituyó el eje central de la política pública para la productividad y competitividad (COLOMBIA, 2003).

A partir del 2003, el Centro Regional de Productividad e Innovación del Cauca (Crepic) con financiamiento del Programa Colombia de la Universidad *Georgetown*, en concordancia con las disposiciones de la Ley n° 811 de 2003, inició un proyecto de fortalecimiento de la piscicultura del Cauca¹. Esa actividad productiva había sido identificada como prioritaria en diferentes ejercicios de planeación territorial adelantados desde la década de 1990². El perfil étnico de los piscicultores – mayoritariamente afrodescendientes e indígenas –, la significativa expansión territorial de esa actividad a 30 de los 42 municipios que componen el Cauca, el potencial en recursos hídricos y condiciones climáticas favorables son criterios que orientaron esa priorización. Dicho proyecto fue orientado a mejorar la competitividad piscícola del Cauca tomando el enfoque de cadena productiva como referente de actuación. También incentivó la utilización de instrumentos de la investigación acción (FALS BORDA, 1992; ORTIZ; BORJAS, 2008) direccionados a la sistematización de los aprendizajes del proyecto.

¹ En el año 2005, la región tenía 1.268.937 habitantes, 60% de ellos en el ámbito rural. En ese año alcanzó 1,7% del PIB nacional, en el PIB caucano se destacan el sector industrial y el gubernamental contrastando con el rezado del sector agropecuario. Ocupa el segundo lugar a nivel nacional por la desigualdad en la distribución de la tierra. A pesar de la diversidad de suelos, solamente el 25,1% pueden destinarse a la producción agrícola y forestal, 36, 4% deben dedicarse a la conservación forestal y agroforestal. Más de la mitad de los suelos no son aptos para la agricultura, 32% son de baja fertilidad y 25% de muy baja fertilidad. Adicionalmente persisten las restricciones de infraestructura como carreteras, energía eléctrica, agua potable, entre otros. La mayoría de sus municipios registran un porcentaje de necesidades básicas insatisfechas entre 50 y 80% (GAMARRA, 2007).

² Plan de Ciencia y Tecnología del Pacífico Colombiano (1996); Visión Cauca 2020 (1999), Comité Asesor de Comercio Exterior - CARCE (2001), Agenda Caucana de Ciencia y Tecnología - CAUCACYT (2003), Agenda Interna para la productividad y la competitividad del Cauca (2004), Plan Regional de Competitividad del Cauca (2007), Visión Cauca 2032 (2010), Pacto por la Innovación (2011), Construcción Plan Departamental de Desarrollo 2012-2015 (2012), Contrato Plan (2013) y CONPES Cauca (2013).

Este artículo retoma datos empíricos a la luz de los conceptos de cadena productiva y capital social. Las siguientes preguntas orientaron el análisis aquí presentado: ¿Cómo se dinamizó la adopción del enfoque de cadena productiva entre los agentes de la piscicultura del Cauca? ¿Cuáles fueron los avances más relevantes en el proceso de transición del enfoque de subsistencia para el enfoque de cadena productiva en la piscicultura del Cauca? Este trabajo incluye tres subtítulos además de esta introducción. En la primera parte se describe la metodología y los conceptos de referencia. Enseguida se analizan las tensiones y avances del proceso estudiado. Para concluir se incluyó un ítem dedicado a las consideraciones finales.

2 El enfoque de cadena productiva como objeto de estudio

Analizar el proceso emprendido por los agentes de la piscicultura del Cauca, Colombia, se justifica porque ese caso permite cuestionar las especificidades que surgen durante una pretendida transición del enfoque de subsistencia hacia la perspectiva de cadena productiva. Mediante ese proceso los agentes locales buscaron encuadrarse en los lineamientos de una política pública de carácter nacional. Después de la expedición de la Ley n° 811 de 2003, denominada 'Ley de cadenas productivas', varios sectores productivos colombianos, en su mayoría minifundistas, iniciaron procesos de reorganización bajo dicha perspectiva (COLOMBIA, 2003).

Abordar el proceso de organización de la cadena piscícola del Cauca como objeto de estudio permite indagar sobre el potencial del concepto de cadena productiva en la definición de políticas públicas para sectores productivos con carácter de subsistencia. En el debate académico, Morvan (1985) defendió dicho potencial. Piñones et al. (2006), defienden que la adopción del enfoque de cadena productiva vía políticas públicas contribuye mejorando la distribución del ingreso en áreas rurales, aumentando los niveles de competitividad de los diferentes agentes y eslabones de la cadena. Para esos autores, el concepto de cadena productiva destaca las relaciones de agregación de valor entre los agentes de producción, comercialización y consumo de un producto agropecuario.

Según Tomta y Chiatchoua (2009, p. 149), el objetivo principal del enfoque de cadena productiva consiste en “localizar las empresas, las instituciones, las operaciones, capacidades de negociación, las tecnologías, las relaciones de producción y las relaciones de poder en la determinación de los precios”. Para Morvan (1985), las relaciones entre los agentes del encadenamiento están determinadas por fuerzas jerárquicas, enfatiza la jerarquía y poder del mercado y de la acción gubernamental directa o indirectamente al encadenamiento productivo.

En el debate académico se buscó que el enfoque de cadena productiva superara la visión estática y secuencial incorporando una perspectiva no lineal, dinámica, colaborativa y sistemática. Sin embargo, la racionalidad económica continúa como determinante de las relaciones entre los agentes. En ese sentido, el establecimiento de precios competitivos, la agregación de valor mediante la apropiación de conocimiento, la inserción en el mercado y el aumento de las ganancias delimitarían las relaciones entre los agentes (TOMTA; CHIATCHOUA, 2009).

De manera amplia, el concepto cadena productiva refiere un sistema relativamente autónomo y capaz de asegurar su propia transformación mediante una secuencia de operaciones que conducen a la producción de bienes o servicios. Esa producción es ampliamente influenciada por una frontera de posibilidades que es definida, principalmente, por la tecnología y por las estrategias de los agentes que buscan maximizar sus ganancias (MORVAN, 1985).

En la ley colombiana la cadena productiva fue definida como un espacio de encuentro que surge de una libre decisión de sus integrantes de aliarse para mejorar su competitividad, con el fin de obtener un mejor desempeño técnico, económico individual y colectivo. Esa decisión requería ser formalizada mediante la firma de un acuerdo de competitividad (COLOMBIA, 2003). El enfoque de cadena productiva fue promocionado como una estrategia de diferenciación para acceder a recursos públicos para enfrentar problemas comunes a varios sectores productivos.

En el Cauca el enfoque de cadena productiva recibió significativa acogida. Tal receptividad se explica, en primer lugar, porque

la referida ley estableció que el financiamiento de proyectos productivos, con recursos del gobierno nacional, estaría condicionado a la existencia de los acuerdos de competitividad. De otro lado, la importante demanda por recursos públicos del orden nacional se apoya en diagnósticos oficiales (COLOMBIA, 2004b) que revelaron una crítica situación financiera del Departamento del Cauca y entabes financieros, tecnológicos y mercadológicos en los sectores productivos representativos de la región.

En los ejercicios gubernamentales de planeación territorial, realizados entre 1996 a 2013, la piscicultura fue priorizada como apuesta estratégica del Cauca. Tal priorización, liderada por el gobierno local con la participación de diversos agentes locales, posicionó a la piscicultura como un sector productivo con potencial para estimular el desarrollo de la región (COLOMBIA, 2004c). Sin embargo, los piscicultores del Cauca son, principalmente, afrodescendientes e indígenas que poseen unidades productivas de subsistencia que no superan cinco hectáreas de extensión.

En el Cauca, según declaraciones de los piscicultores, la piscicultura se inició en los años 80, mediante una iniciativa estatal para regiones vulnerables al conflicto armado y a la expansión de cultivos de uso ilícito. En ese sentido, la piscicultura del Cauca inició gracias al asistencialismo estatal que estimuló esa cultura productiva con carácter de subsistencia. En el resto del país la explotación comercial de la piscicultura se estableció una década antes, al final de la década de los años sesenta (COLOMBIA, 2004a; ESPINAL, 2005).

De otro lado, los estudios del capital social en contextos rurales han destacado el potencial explicativo de las nociones como reciprocidad, cooperación y confianza entre los agentes. La incorporación de esas dimensiones en el análisis aquí presentado permite relativizar la centralidad de la racionalidad económica presente en el concepto de cadena productiva (FORONDA; GALINDO, 2012). El pretendido proceso de transición de la piscicultura de subsistencia hacia el enfoque de cadena productiva puede ser mejor comprendido a la luz de la noción de capital social en contextos rurales.

La importancia del capital social fue discutida por Foronda y Galindo (2012, p.

46), a partir del contexto español. Se trata de un concepto académico que enriquece la comprensión de las dinámicas socioeconómicas de los territorios rurales. El capital social, en contextos rurales, puede definirse como una “habilidad para acceder a una serie de recursos que es facilitada por el hecho de estar incluido en una “red estable” de relaciones personales y sociales”. Esas redes presentan valores de pertenencia y adscripción que van a marcar la cohesión entre agentes, sean estos individuos o instituciones.

No es factible reproducir aquí la amplia discusión en torno del concepto de capital social. Sin embargo, conviene citar que en el enfoque estructural (BOURDIEU, 1984), destaca la totalidad de los recursos, actuales o potenciales, de los agentes que integran redes relativamente institucionalizadas de conocimiento y reconocimiento mutuo. La movilidad de esos recursos ocurre a través de acciones intencionadas de los agentes. La confianza y compromiso con las normas por parte de los agentes y grupos se dinamizan a partir de objetivos y acciones conjuntos. De ese modo, el capital social se potenciaría a partir del dinamismo de las relaciones entre los agentes.

De otro lado, en el enfoque culturalista (PUTNAM, 1993), el capital social se aborda como un fenómeno subjetivo compuesto por valores éticos como la reciprocidad, cooperación y compromisos y también por valores sociales como la confianza en el poder individual para transformar su entorno, el sentido de pertenencia, arraigo e identidad. En ese sentido, el capital social sería un atributo individual que se expresa en las redes de reciprocidad a las cuales tienen acceso los agentes.

Según Putnam (1993), el capital social contribuye a sumar esfuerzos para fines comunes, a pesar de las diferencias de origen socioeconómico y cultural de los agentes. En ese orden, la confianza se revela como un fenómeno cultural colectivo resultante de la acumulación y actualización de experiencias colectivas o individuales propiciadas en ambientes de socialización (PUTNAM, 2002). Por eso, el capital social sería portátil, es decir, los individuos lo llevan consigo a donde quieran. Siendo así, el capital social es plausible de ser inculcado.

En este trabajo se utiliza el concepto de capital social en contextos rurales para destacar la centralidad de los valores de pertenencia y adscripción en la cohesión entre los agentes que se requiere en el enfoque de cadena productiva. Aquí se presenta el análisis detallado de un único caso, centrado en la particularización de la piscicultura del Cauca. Es decir, constituye una investigación típicamente cualitativa (BOLSEGUÍ; FUGUET, 2006). El análisis de ese caso, permite contrastar el potencial y desafíos del enfoque de cadena productiva en las políticas públicas para sectores productivos con carácter de subsistencia en Colombia.

El abordaje metodológico incluyó la realización de 21 entrevistas abiertas a interlocutores clave que ostentaban una década de experiencia, o más, en la producción piscícola caucana. A los entrevistados fue solicitado que identificaran las dificultades, las transformaciones y resultados del proyecto que dinamizó el proceso de transición de la subsistencia para el enfoque de cadena productiva. Todos los entrevistados corresponden al sexo masculino. 14 de ellos, en esa época, poseían escolaridad básica y su edad oscilaba entre 40 y 60 años. Siete entrevistados se desempeñaban como representantes de las Secretarías departamental y municipal de Agricultura, tenían entre 30 y 55 años de edad, amplia experiencia en piscicultura y poseían título universitario.

También se retoman los datos sistematizados en marco del proyecto de fortalecimiento de la piscicultura del Cauca iniciado a partir del año 2003. El análisis retoma la primera etapa del proyecto la cual se finalizó en julio del 2006. En ella se promovió la realización de reuniones como mecanismo de aproximación entre los actores convocados. Según Comerford (2002), las reuniones crean espacios de sociabilidad que ayudan en la consolidación de redes de relaciones y accionan múltiples concepciones sobre los temas en pauta. En total fueron realizadas 20 reuniones que permitieron la observación, el diálogo informal, la reflexión sobre la práctica y la planificación de acciones frente a los problemas identificados. Cada una de esas reuniones alcanzó una duración de seis horas continuas de trabajo conjunto.

De esas reuniones participaron un total de 130 agentes: 80 piscicultores de pequeña

escala, 10 proveedores de insumos, cinco comercializadores, 20 entidades públicas y 15 entidades privadas. Durante las reuniones, el saber empírico de los piscicultores buscó conjugarse con el conocimiento técnico de los agentes externos, de orden gubernamental y privado. Para facilitar la interacción entre los agentes y validar la información se formaron cuatro grupos temáticos de discusión: asociatividad, financiamiento, comercialización y tecnología productiva. Los datos primarios obtenidos en las reuniones fueron complementados con los datos oficiales disponibles en los censos agropecuarios. De ese modo, se avanzó en la elaboración de un diagnóstico de la piscicultura del Cauca.

Al tornar el enfoque de cadena productiva como objeto de estudio se observa que esa dinámica presenta de un lado, estrategias utilizadas en la promoción gubernamental de su política pública y de otro lado, estrategias de los agentes de la piscicultura caucana que buscaron respuestas para los problemas de su actividad productiva. Si bien esos intereses no son totalmente opuestos, para los agentes de la piscicultura caucana la adopción de ese enfoque implicó en un proceso de transición que requería recursos no disponibles. Enseguida se describen algunos momentos del proceso con énfasis en las tensiones observadas.

3 De la subsistencia hacia el enfoque de cadena productiva: tensiones de la transición pretendida

Durante los primeros meses, segundo semestre del 2003, se hizo evidente cierta incompatibilidad respecto a la temporalidad del proyecto. Para los investigadores, el tiempo aparecía asociado, principalmente, al cronograma a ser cumplido. Para los piscicultores, ese cálculo remitía a un balance entre las expectativas de resultados y concretos frente al tiempo invertido en las actividades del proyecto y horas de ausencia de su unidad productiva. Los piscicultores insistían en que era urgente “pasar de la problemática a la *solucionática*” (Entrevista abierta. Popayán, Cauca, 20/01/2008). Es decir, los piscicultores esperaban que el proyecto aportara soluciones concretas para los problemas que enfrentaban.

Según los entrevistados, dicha discrepancia fue superada por que los pisciculto-

res adoptaron las “nuevas prácticas” que el proyecto defendía (Entrevista abierta. Silvia, Cauca, 10/12/2007). La elaboración participativa de un diagnóstico constituyó uno de los objetivos comunes entre los agentes. Mediante 20 reuniones, realizadas en diferentes localidades del Cauca, de las cuales participaron 130 agentes – piscicultores de pequeña escala, proveedores de insumos, comercializadores y entidades públicas y privadas – se consiguió información primaria actualizada sobre la piscicultura del Cauca. A partir de ese diagnóstico se constató la predominancia del enfoque de subsistencia en la piscicultura del Cauca.

También se logró trazar el perfil de los agentes y la identificación de las relaciones pre-existentes entre ellos. Se identificaron siete organizaciones de productores: Asociación de Productores Piscícolas de Popayán (Asoprop), Asociación de Piscicultores de Silvia (Apropesca), Asociación de Productores Piscícolas de Mindalá (Asopin), Cooperativa de Trabajo de Coconuco (Cootraco), Cooperativa de Piscicultores de Suarez (Tilapaez), Cooperativa Piscícola de Timbio (Coopetim) y la Asociación de Productores Piscícolas del Centro del Cauca (Asopiscec). Esas organizaciones de productores estaban legalmente constituidas, pero prevalecían entre los asociados desconfianzas heredadas de proyectos anteriores. De esa manera, la dinámica productiva, cultural y económica piscícola fue sistematizada a partir de la comprensión de los agentes allí vinculados.

Esos agentes coincidieron al declarar que los siguientes aspectos incidían negativamente en su actividad productiva: a) insipiente de las organizaciones de productores, constituidas legalmente para facilitar el acceso a proyectos de inversión pública; b) desarticulación con las instituciones locales de fomento; c) carencia del enfoque empresarial y de articulación con el mercadeo; d) desactualización tecnológica de las prácticas de producción, que inciden en la baja productividad y e) limitado acceso a fuentes de crédito y financiación.

Esa identificación colectiva de la situación piscícola del Cauca generó un sentido de responsabilidad y solidaridad reflejadas en la agenda de trabajo y cartera de proyectos que, posteriormente, buscaron articular con la ofer-

ta de servicios institucionales disponibles en la región. La expresión “ninguno de nosotros es tan fuerte como todos juntos” (Entrevista abierta. Silvia, Cauca, 02/02/2008), expresa pertenencia y entendimiento de que el trabajo conjunto les permitiría cierta representatividad para acceder a los recursos públicos necesarios para el fortalecimiento de la piscicultura del Cauca.

El respeto a los compromisos pactados entre los agentes se destacó en los estudios amparados en el enfoque cultural del capital social. De modo similar, el enfoque estructural también defiende las relaciones sociales de largo plazo como una manifestación de la existencia de capital social. Sin embargo, la línea de base para estimular el trabajo conjunto entre los piscicultores presentaba saldos negativos que se reflejaban en desconfianzas antiguas heredadas en disputas por recursos públicos de fomento a la piscicultura.

Por eso resulta razonable cierto grado de sospecha e incluso de desconfianza entre los agentes en el proceso adelantado. En ese sentido, Foronda y Galindo (2012) alertaron que es erróneo entender la desconfianza como un aspecto negativo cuando se analiza la existencia de capital social. En el caso aquí estudiado, se buscó abordar el recelo existente entre los agentes como un “estado temporal de balance”, asumiendo la existencia de las tensiones como inherentes al proceso de consolidación de capital social entre los agentes.

Cimentar capital social, entendido como relaciones duraderas caracterizadas por el respeto a valores como pertenencia y adscripción, no es neutral en el horizonte conceptual de cadena productiva citado en este trabajo. Entre tanto, el caso estudiado mostró que esa dinámica constituye una etapa necesaria para que sectores con carácter de subsistencia logren apropiarse del enfoque de cadena productiva. Ante tal constatación, el proyecto aquí analizado requería ser redimensionado temporalmente y respecto a las metas económicas que el enfoque de cadena productiva presupone. No obstante, las entidades financiadoras en Colombia generalmente adoptan el corto plazo – máximo dos años – como plazo para esos proyectos y exigen mejoramiento del desempeño técnico, económico individual y colectivo.

Al finalizar la primera etapa del proyecto, en el año 2006, continuaban siendo incipiente las relaciones comerciales entre los agentes de los distintos eslabones del encadenamiento productivo. Los negocios entre los productores y los proveedores de insumos se limitaban a la compra individual de insumos que, generalmente, era intermediada por agentes (casas agropecuarias) no vinculados a esa iniciativa. La comercialización también continuaba siendo realizada individualmente, predominando la venta al por menor en los mercados locales.

Los agentes entendían que realizando compras individuales no tenían capacidad para incidir en los costos de los insumos. También sabían que su producto final era comercializado a un precio equivalente a los costos de producción, con escasa rentabilidad. Tanto en la compra de insumos como en la comercialización de los productos piscícolas inexistía una estrategia asociativa orientada a incidir en la rentabilidad piscícola. A pesar de la comprensión clara del problema no se logró avanzar en respuestas sostenibles a largo plazo. Por ejemplo, Apropesca, una de las siete asociaciones de productores participante del proceso, avanzó significativamente en la tecnificación de la producción, industrialización y comercialización de trucha. Sin embargo, tales innovaciones no representaron, en la primera etapa del proyecto, incremento en la rentabilidad de dicha asociación de productores.

Otro aspecto identificado en el diagnóstico indicó la desarticulación entre las instituciones locales de fomento y entre ellas y los agentes de la piscicultura del Cauca. La débil presencia de instituciones de apoyo incidía negativamente en los servicios de apoyo a la piscicultura. En ese contexto, la intervención de una institución interfaz fue consolidándose en torno de actividad piscícola. Para Sánchez (1999), la interfaz promueve servicios de apoyo orientados a viabilizar la articulación de los productores al mercado. Es una institución que también actúa como puente entre los técnicos y el tejido empresarial facilitando la adopción de prácticas empresariales.

La capacidad institucional del CREPIC para estimular la articulación estratégica entre los agentes de la piscicultura del Cauca resultó de su creciente interacción con diferentes sectores productivos en Colombia. Desde su

creación, en el año 2000, había estimulado la apropiación de la gestión de conocimiento en encadenamientos productivos con pequeños productores rurales. El proyecto de fortalecimiento de la piscicultura del Cauca iniciado por el CREPIC en el año 2003, en alguna medida, retomó aprendizajes apropiados por esa institución.

Sin embargo la intervención de la institución interfaz en la pretendida transición en la piscicultura del Cauca no estuvo libre de tensiones. De un lado, fue importante porque soportó institucionalmente el proceso, facilitando el acceso a recursos y potenció el capital relacional entre los agentes del encadenamiento productivo. De otro lado, se evidenció el riesgo de actualizar, en torno de la interfaz, relaciones de dependencia y asistencialismo generalmente atribuidas a los agentes estatales. Es decir, las relaciones de dependencia y cierta subordinación de los agentes de la piscicultura ante las capacidades institucionales y tecnológicas de la institución interfaz, de cierto modo, colocan en evidencia los trazos de una actividad productiva de subsistencia.

La predominancia del carácter de subsistencia exige contextualizar las particularidades del Cauca y de las políticas públicas que han incidido en ese territorio. El Cauca presenta un alto índice de concentración de la tierra, entre 0.73 a 0.98 en el índice de Gini. La mayoría de los municipios presentan un bajo desempeño del índice de necesidades básicas insatisfechas, porcentaje que oscila entre 20 a 80%. La tasa de desempleo alcanza un 11,3%. Esas variables denotan la fragilidad socioeconómica de ese territorio. Sin embargo, la política pública de incentivo a las cadenas productivas relativizó esas especificidades de orden estructural.

No obstante, hay que destacar el dinamismo alcanzado a partir de la articulación interinstitucional en torno de la piscicultura del Cauca. Al vincular nuevos agentes como grupos de investigación, instituciones interfaz y fuentes de financiación se potenciaron resultados e indicadores de desempeño que no son valorados desde la óptica económica tradicional. La articulación interinstitucional surgió en respuesta a las demandas identificadas por los agentes piscícolas. De ese modo, se logró iniciar estrategias de socialización de conocimiento que facilitó el delineamiento

de redes de relaciones, más o menos institucionalizadas, entre los piscicultores y sus respectivas asociaciones y entre estas y las instituciones de apoyo a la piscicultura.

4 Consideraciones finales

En este trabajo se buscó entender cómo se dinamizó la adopción del enfoque de cadena productiva entre los agentes de la piscicultura del Cauca. En esa dinámica la figura del acuerdo de competitividad se tornó un aspecto diferenciador en la disputa por recursos públicos para financiar el mejoramiento de las actividades productivas rurales. Dicho acuerdo, conforme la Ley n° 811 de 2003, constituye un instrumento formal que ratifica la organización de un sector productivo bajo el enfoque de cadena productiva. Es decir, dicho enfoque conquistó su espacio en la medida en que se constituyó en una estrategia diferenciada de acceso a recursos públicos.

La etiqueta “cadena productiva” fue adoptada por los agentes de la piscicultura, a partir de mayo del 2003, al inicio del proyecto aquí estudiado. Esa etiqueta representa un encuadramiento problemático para esos agentes. Si de un lado, esa etiqueta facilitó la participación en procesos de evaluación de proyectos que demandan recursos públicos al ser comparados con cadenas productivas propiamente dichas se encuentra que no poseen indicadores de desempeño exigidos – mejoramiento de la distribución del ingreso, aumento de los niveles de competitividad de los agentes y eslabones de la cadena, agregación de valor, entre otros. Esos indicadores enfatizan aspectos económicos que indican que la piscicultura del Cauca continúa siendo una actividad productiva en la cual predomina el enfoque de subsistencia.

El análisis aquí desarrollado mostró que los avances más relevantes, en el proceso que buscó la transición del enfoque de subsistencia para el enfoque de cadena productiva en la piscicultura del Cauca, indican esfuerzos de los agentes que contribuyeron con el fortalecimiento de las redes de relaciones entre ellos y su sentido de pertenencia con las organizaciones existentes en torno de la piscicultura caucana. Es decir, ese proceso estimuló el capital social mediante espacios de reconocimiento y encuentro entre esos agentes.

Las relaciones entre los agentes de la piscicultura del Cauca se fortalecieron mediante la materialización de acciones conjuntas orientadas a ganar representatividad y viabilizar respuestas para los problemas identificados en el diagnóstico, principalmente, el acceso a recursos tecnológicos y financieros. Para tal propósito fue elaborada una cartera conjunta de proyectos cuya gestión garantizó la continuidad de esa intervención. En esa dinámica se destaca que las redes estables de relaciones individuales e institucionales facilitó el acceso a diferentes recursos potenciando el capital social.

A partir del análisis del caso de la piscicultura del Cauca se verifica que las políticas públicas para sectores productivos con carácter de subsistencia o integrados por pequeños productores pueden ganar densidad explorando las dimensiones del capital social en contextos rurales. En esa lógica es necesario, reconocer las múltiples variables que inciden en la vulnerabilidad de los territorios con agentes que producen bajo el enfoque de subsistencia. De otro lado, ante la inconsistencia de la institucionalidad pública en el ámbito rural las instituciones interfaz muestran su importancia porque además de acompañar y documentar esas dinámicas producen conocimiento sobre las especificidades de cada caso – enfoque de subsistencia o enfoque de cadena productiva.

Referencias

- BOURDIEU, Pierre. *Distinctions: a social critique of the judgment of taste*. Londres: Routledge, 1984.
- BOLSEGUÍ, M; FUGUET A. Construcción de un modelo conceptual a través de la investigación cualitativa. *Revista Sapiens*, 7(1), p. 207-229, 2006.
- COLOMBIA. *Anuario 2003: Observatorio Agro cadenas*. Bogotá: Panamericana, 2003. 153p.
- COLOMBIA. *Convenio de competitividad cadena piscícola nacional*. Bogotá: Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural, 2004a. 92p.
- _____. *Plan estratégico exportador regional cauca*. Popayán: CARCE, 2004b. 70p.
- _____. *Convenio de competitividad cadena piscícola nacional*. Bogotá: Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural, 2004c. 102p.
- COMERFORD, John. Reuniões camponesas, sociabilidade e lutas simbólicas. En: PEIRANO, Mariza (Org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- ESPINAL, F. *La cadena de la piscicultura en Colombia*. Una mirada global de su estructura y dinámica 1991-2005. Documento de Trabajo n° 72. Bogotá: Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural, 2005.
- FALS BORDA, O. La ciencia y el pueblo: nuevas reflexiones. En: SALAZAR, María Cristina (Ed.). *La investigación-acción participativa*. Inicios y desarrollo. España: Popular, 1992.
- FORONDA, C.; GALINDO, L. Argumentación relativa a la confianza territorial. Claves sobre capital social. *Revista Cuadernos de desarrollo rural*, 9(68), p. 41-63, 2012.
- GAMARRA, José. La economía del departamento del Cauca: concentración de tierras y pobreza. *Revista Documentos de trabajo sobre economía regional*, (95), 2007.
- MORVAN, Y. *Filière de Production: Fondaments d'économie industrielle*. Paris: Économica, 1985.
- ORTIZ, M.; BORJAS, B. La Investigación Acción Participativa: aporte de Fals Borda a la educación popular. *Revista Espacio Abierto*, 17(4), p. 615-627, 2008.
- PIÑONES, S.; ACOSTA, L.; TARTANAC, F. *Alianzas Productivas en Agro cadenas*. Experiencias de la FAO en América Latina. Santiago de Chile: FAO, 2006.
- PUTNAM, R. *Making Democracy work. Civic traditions in Modern Italy*. New Jersey: Princeton, 1993.
- _____. *Solo en la bolera*. Colapso y resurgimiento de la comunidad norteamericana. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2002.
- SÁNCHEZ, P. Política tecnológica para sectores tradicionales: lecciones de los Estados Unidos. *Revista Papeles de Economía*, 81, p. 242-259, 1999.
- TOMTA, D.; CHIATCHOUA, C. Cadenas productivas y productividad de las Mipymes. *Revista Criterio Libre*, 7(11), p. 145-164, 2009.

Comportamento de consumo de alimentos de famílias de baixa renda de pequenas cidades brasileiras: o caso de Mato Grosso do Sul

Food consumption behavior of low-income households from families of small brazilians cities: the case of Mato Grosso do Sul

Comportement de la consommation alimentaire des familles à faible revenu dans les petites villes brésilien: le cas du Mato Grosso do Sul

Comportamiento del consumo de alimentos de las familias de bajos ingresos de pequeños ciudades de Brasil: el caso en Mato Grosso do Sul

Lilliane Renata Defante*
(lillianerenata@gmail.com)

Leidy Diana Oliveira Nascimento**
(leidynha_diana@yahoo.com.br)

Dario de Oliveira Lima-Filho*
(dariolimafilho@gmail.com)

Recebido em 18/09/2014; revisado e aprovado em 24/10/2014; aceito em 22/11/2014
DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/151870122015203>

Resumo: Este trabalho teve como objetivo analisar os hábitos alimentares de famílias de baixa renda nos territórios dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local de Mato Grosso do Sul (CONSAD). Foi feito um estudo quantitativo-descritivo junto a 584 indivíduos moradores dos 24 municípios abrangidos, pertencentes às classes sociais C2, D e E, no ano de 2010, utilizando questionário estruturado. Os resultados mostram a existência de dois *clusters*, nomeados de segmento “saúdável” e segmento “apreciadores de comida”.

Palavras-chave: Alimentação. Comportamento alimentar. Cultura alimentar.

Abstract: This study aimed to examine the eating habits of low-income families in the territories of the Consortium for Food Security and Local Development of Mato Grosso do Sul (CONSAD). A quantitative-descriptive study was done with the 584 individuals living in the territory of the municipalities of CONSAD, social classes C2, D and E, in 2010, using a structured questionnaire. The results showed the existence of two clusters, named “healthy” segment and segment “food lovers”.

Key words: Food. Feeding behavior. Food culture.

Résumé: Cette étude visait à examiner les habitudes alimentaires des familles à faible revenu dans les territoires du Consortium pour la sécurité alimentaire et le développement local du Mato Grosso do Sul (CONSAD). Une étude quantitative descriptive a été réalisée avec les 584 personnes qui vivent sur le territoire des municipalités de CONSAD, classes sociales C2, D et E, en 2010, à l’aide d’un questionnaire structuré. Les résultats ont montré l’existence de deux groupes, nommés secteur «santé» et «amoureux de la nourriture» segment.

Mots-clés: Alimentation. Comportement alimentaire. De la culture alimentaire.

Resúmen: Este estudio tuvo como objetivo examinar los hábitos alimenticios de las familias de bajos ingresos en los territorios del Consorcio de Seguridad Alimentaria y Desarrollo Local de Mato Grosso do Sul (CONSAD). Un estudio cuantitativo descriptivo se hizo con las 584 personas que viven en el territorio de los municipios de CONSAD, clases sociales C2, D y E, en 2010, utilizando un cuestionario estructurado. Los resultados mostraron la existencia de dos grupos, denominados segmento “saludable” y “amantes de la comida” del segmento.

Palabras clave: Alimento. Comportamiento de alimentación. La cultura alimentaria.

1 Introdução

A escolha alimentar é despertada muito cedo, desde a infância, por meio das sensações (tátil, gustativa, olfativa) sobre o que se come, e é pouco permeável homogeneizar essas escolhas de acordo com a imposição feita pela produção e distribuição massificada. A escolha alimentar também faz

uma interlocução com os recursos, gostos e hábitos, e dependem de maneira direta da classe social do indivíduo e da cultura em que vive (CANESQUI; GARCIA, 2005). O estudo dos hábitos alimentares tem papel fundamental para identificar o que os consumidores adquirem em termos de alimentos e, também, quais os fatores que permeiam a escolha deles.

* Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

** Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCT&I), Brasília, Distrito Federal, Brasil.

O consumo de alimentos está aumentando globalmente, porém os padrões de consumo variam de acordo com os países e os níveis de renda (LIMA-FILHO; OLIVEIRA, 2009; REGMI; GEHLHAR, 2005). Estudos prévios (FAO, 2008; INGLIS et al., 2009; MISHRA et al., 2002) mostram que a renda é um fator determinante do comportamento de consumo de alimentos, embora existam outras variáveis relevantes.

Para definir os hábitos, a cultura e o comportamento alimentar da população de baixa renda, é preciso atentar-se à definição dessa classe social. De acordo com o IBGE (2006), famílias de baixa renda são aquelas com poder de compra até 2 salários mínimos, consideradas de nível E (classe baixa); entre 2 e 5 salários mínimos, denominada classe D; e as famílias de 4 a 8 salários mínimo são consideradas C2 (renda média baixa). A mesma fonte revela que todas essas três classes juntas representam 45% dos lares urbanos brasileiros; esse dado mostra que o poder individual dessas classes é baixo, dispondo de apenas R\$ 35,00 diários para gastar com alimentação.

Por volta de três quartos das famílias brasileiras pertencem hoje às classes C, D e E, conforme o Critério Econômico Brasil (IBGE, 2006). Essas famílias respondem por 42% do consumo do país e mobilizam, por ano, cerca de R\$ 390 bilhões (CHAUVEL, MATTOS, 2008).

A pesquisa do orçamento familiar [POF 2008-2009] (IBGE, 2010) avaliou a quantidade consumida de alimentos pelas famílias diante de três possibilidades de resposta: normalmente insuficiente; às vezes insuficiente; e sempre suficiente. Esses dados confrontados com o da POF de 2003 apresentaram robusta melhora da satisfação das famílias em todas as Regiões do Brasil. Mais de 60% das famílias (64,5%) avaliaram como suficiente a quantidade de alimento, ante 53% da pesquisa de 2003. Em contrapartida, 35% das famílias diziam que a quantidade de alimento consumido normalmente ou eventualmente era insuficiente, dado que confronta os quase 47% da pesquisa anterior. Os estados que apresentaram maior satisfação na quantidade de alimentos consumidos foram Rio Grande do Sul e Santa Catarina (80,7% sempre suficiente). Mato Grosso do Sul (MS), na Região Centro-Oeste, apresentou 77% das famílias com resposta para sempre suficientes.

Entre as famílias (no Brasil) que avaliaram como insuficiente, 20,3% registravam até R\$ 1.245,00 de rendimento familiar; 14,5% recebiam de R\$ 1.245,00 a R\$ 2.490,00; cerca de 10% têm rendimento de R\$ 2.049,00 a R\$ 6.225,00; e 2,4% recebiam acima de R\$ 6.225,00 mensalmente. Os rendimentos *versus* gasto mensal com alimentos são especificados pelo IBGE (2010), segundo o qual famílias que têm rendimentos de até R\$ 830,00 mensais gastam R\$ 207,15 com alimentação; as famílias com rendimento mensal de R\$ 830,00 a R\$ 1.245,00 gastam R\$ 279,02 com alimentação mensalmente; famílias com rendimento mensal de R\$ 1.245,00 a R\$ 2.490,00 gastam R\$ 378,83 mensais com alimentação; as famílias com rendimento mensal de R\$ 2.490,00 a R\$ 4.150,00 gastam R\$ 522,66 mensalmente com alimentação.

O estudo da renda familiar não abrange 100% das famílias, já que a POF só inclui famílias com domicílios temporários ou permanentes, ficando de fora aqueles que não possuem moradia. Não se incluem na renda os recursos de doações ou de programas do governo nem a produção para autoconsumo, as quais podem ter um impacto elevado no consumo alimentar.

O hábito alimentar da população brasileira originou-se a partir da miscigenação de culturas existentes ou trazidas ao país. No Brasil, a alimentação teve influência da cultura indígena, por meio do modo de economia alimentar que eles utilizavam, como a atividade coletora, vivendo à custa da natureza e utilizando a mandioca na produção de variados alimentos. A alimentação vegetariana teve papel fundamental na atividade de subsistência, bem como a caça e a pesca. A contribuição da cultura alimentar de Portugal era mostrar a existência da oliveira; já os africanos introduziram o consumo de manga, de arroz e da cana-de-açúcar. Na atualidade, foram percebidas importantes mudanças nos hábitos alimentares dos brasileiros, tais como: a redução no consumo *per capita* de arroz, o aumento do consumo da carne, ovos e laticínios, e um incremento nos gastos com produtos industrializados (CONTRERAS; GRACIA, 2011).

Mas nem toda a população pode usufruir de alimentos saudáveis e em quantidades suficientes regularmente. Concernente a

essa afirmação, Monteiro (2003) afirma que a população de baixa renda, mesmo tendo acesso ao alimento, se mostra propensa a economizar na compra, o que pode significar a redução da qualidade de vida e da variedade. Segundo Belik (2003), a fome não está apenas ligada à quantidade de alimentos consumidos, mas, também, à qualidade desses alimentos. Assim, um estudo para verificar os hábitos alimentares de uma determinada população proporciona base para a formulação de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

A SAN significa dar garantia e condições de acesso a alimentos básicos de qualidade a todos, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, considerando todos os aspectos que são importantes para o desenvolvimento completo de um indivíduo saudável (OMS, 2003). Assim, para a melhor compreensão da SAN, existem quatro estágios como sugeridos por Weingartner (2004):

- i) “disponibilidade” refere-se à existência física do alimento na produção ou no próprio mercado;
- ii) “acesso” é garantido quando toda a família, todos os indivíduos dentro deste agregado familiar possuem recursos suficientes para obter uma alimentação apropriada para uma dieta nutritiva, mas o acesso ao alimento depende, ainda, do ambiente físico, político e social;
- iii) “consumo de alimentos” refere-se ao aspecto socioeconômico da segurança alimentar da família, se o alimento é suficiente e nutritivo ou disponível e acessível;
- iv) “absorção biológica de alimentos” significa que a pessoa deve ter uma boa saúde para assimilar os alimentos ingeridos.

Neste estudo, analisou-se a etapa “consumo de alimentos”. O consumo é dependente da cultura alimentar de uma determinada população. Especificamente neste trabalho, os hábitos alimentares da população de baixa renda são considerados *proxies* da cultura alimentar.

De acordo com Poulain (2004), pesquisas científicas atreladas ao conhecimento científico podem ser usadas para aprimorar os padrões de alimentação da população, no

que diz respeito a técnicas de produção, com um “olhar” mais crítico aos riscos sanitários, sem interferir nas dimensões gustativas e/ou simbólicas, assim como podem ajudar no reconhecimento da população de risco conduzindo de melhor forma as políticas informacionais.

Em nível microeconômico, os critérios de consumo são usados para avaliar as implicações de preço *versus* renda sobre o estado nutricional, particularmente entre as pessoas com menos renda. São importantes, também, para idealizar ou melhorar programas governamentais que representam a população, no âmbito da identificação de grupos vulneráveis à insegurança alimentar e nutricional para que logo sejam desenvolvidas políticas públicas a esses grupos, de acordo com sua colocação social, atendendo, assim, às necessidades específicas que foram identificadas.

Dessa forma, no que diz respeito a políticas públicas, este trabalho contribui como embasamento de inclusão social que surge a partir da variável consumo. Tratando-se de políticas agrícolas e alimentares, ao aperfeiçoarem as condições de saúde da população e darem auxílio a outras vertentes, como a fome, a desnutrição e a mortalidade infantil, podem proporcionar emprego e renda à população, exercendo efeito proliferador da economia e, assim, contribuindo diretamente no desenvolvimento econômico, local e social de MS.

O trabalho traz contribuição gerencial, pois, como se trata da análise do comportamento de consumo de uma determinada população residente em pequenas cidades de MS, oferece uma base para desenvolver estratégias que sejam adequadas a esse mercado. À luz da academia, o estudo pode contribuir com uma discussão sobre a caracterização do comportamento do consumidor de baixa renda no interior do Brasil, permitindo uma compreensão mais apurada das suas determinantes.

Muitos estudos realizados para medir o comportamento de consumo de alimentos focam no viés econômico, como renda e preço (CUDJE; BREISINGER; DIAO, 2010; POWELL; ZHAO; WANG, 2009; MYERS, 2006) e, mesmo que prevejam as preferências individuais, não as investigam profundamente. Já os estudos do comportamento do consumidor de alimentos atrelados ao marketing costumam focar no hábito e preferência da população, com o

intuito de estratificar o mercado e determinar públicos-alvo (LENGARD; JOHANSEN; HERSLETH, 2010; LEIBTAG; KAUFMAN, 2003; BRADY; ROBERTSON; CRONIN, 2001). Entender quais são os hábitos ou comportamentos alimentares de uma população torna-se importante quando se fala de baixa renda. Cada vez mais, o problema alimentar é considerado de ordem mundial, no qual os modelos de consumo são representados por desigualdade, da insuficiência ao desperdício, o que acarreta desequilíbrios nutricionais.

Assim, entender os hábitos e preferências alimentares dos consumidores ou da população significa compreender como eles estão dispostos a gastar os recursos (dinheiro, tempo e esforço). No entanto são diversos os fatores que influenciam esse processo de tomada de decisão (BELIK, 2003).

Nesse sentido, as preferências alimentares estão diretamente ligadas ao comportamento de compra dos indivíduos, que, por sua vez, é induzido pela relação direta e indireta com o ambiente micro e macroeconômico.

Este estudo tem como objetivo analisar os hábitos alimentares de famílias de baixa renda de pequenas cidades de MS. Especificamente, pretende-se: i) identificar os hábitos alimentares da população dos territórios CONSAD de MS; ii) analisar as preferências alimentares da população de baixa renda; e iii) identificar segmentos de consumidores.

2 Material e métodos

O presente estudo utilizou o banco de dados de um projeto maior, que aborda Segurança Alimentar e Nutricional e o Desenvolvimento Local, conduzido pela UFMS e UCDB. A pesquisa foi realizada junto a 584 famílias, em 24 pequenos municípios de MS,

em 2010. Esses municípios compõem os três Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) de MS. Territórios CONSAD são organizações territoriais formalizadas institucionalmente pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com um número definido de municípios de baixo IDH e que se agrupam para desenvolver ações, diagnósticos, projetos de SAN e são relacionados a sistemas agroalimentares que visem à luta contra a pobreza e que sejam capazes de interferir na realidade socioterritorial, de forma a integrarem as políticas públicas realizadas nos territórios e envolver os atores sociais (BRASIL, 2008).

O comportamento do consumidor de alimentos foi analisado com base em amostras aleatórias estratificadas de cada território (584 famílias). As entrevistas foram efetuadas por estudantes de graduação e mestrado das duas IES, todos bolsistas do CNPq. A pesquisa abordou os hábitos e preferências alimentares da população de baixa renda (com renda média de até 4 salários mínimos) nesses municípios. Foi utilizado questionário estruturado, denominado "Inquérito de SAN".

Técnicas estatísticas descritivas, como distribuição de frequência, média aritmética e desvio padrão, foram utilizadas na análise quantitativa. Outras técnicas de análise foram: médias, teste Qui-quadrado para as significâncias das médias e análise de agrupamento hierárquica aglomerativa [análise de *clusters*] (HAIR, JR. et al., 2005). As dimensões que analisadas foram: hábitos (MAIA-FILHO, 2008) e preferências alimentares (LEIBTAG; KAUFMAN, 2003; MURARO, 2007) dos consumidores. As variáveis utilizadas na análise de *clusters* estão no quadro 1, inspiradas em Drichoutis, Lazaridis e Nayga (2007).

Quadro 1 - Variáveis utilizadas para a análise de Cluster

Variáveis
Comer Bastante.
Comer carne.
Várias vezes ao dia em pequenas quantidades.
Variado (prato colorido).
Várias vezes ao dia em grande quantidade.
Comer fruta e verdura.
No processo de escolha do alimento a ser consumido, você considera o fato de ele fazer bem à saúde.
No processo de escolha do alimento a ser consumido, você considera o preço.
No processo de escolha do alimento a ser consumido, você considera o sabor.
No processo de escolha do alimento a ser consumido, você considera o tempo de preparo.

Fonte: Elaborado pelos autores.

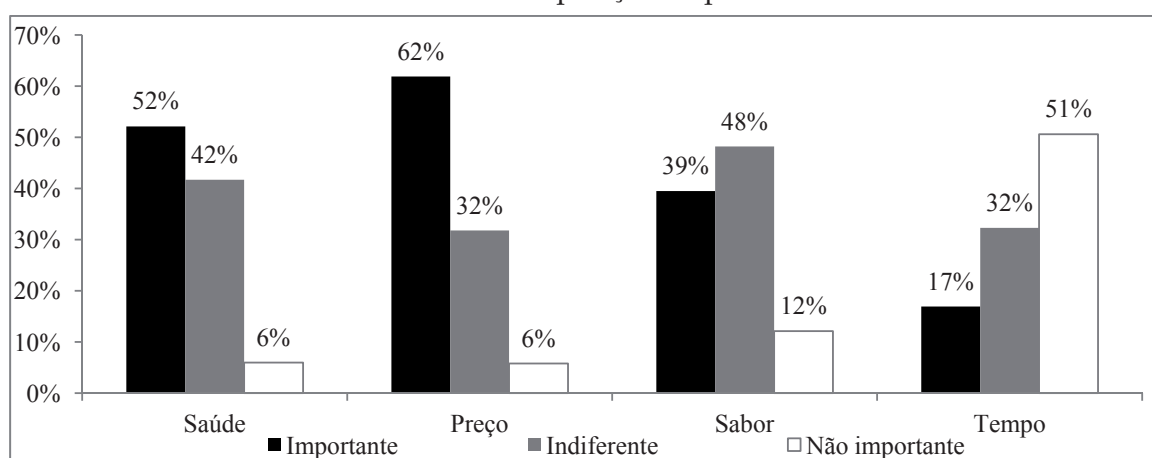
O presente estudo não seguiu um modelo específico completo, investigou em pormenores algumas variáveis do modelo de Drichoutis, Lazaridis e Nayga (2007) para definir as escolhas e hábitos alimentares da população de baixa renda dos territórios CONSAD de MS.

3 Resultados e discussão

3.1 Hábitos alimentares da população: critério de escolha e preocupação com a saúde

Para avaliar o critério de escolha em relação à compra de alimentos, foi utilizada estatística descritiva, através das variáveis: sabor, preço, se o produto faz bem à saúde e o tempo de preparo. Observando de maneira geral (Gráfico 1), verifica-se que os graus de importância dos atributos analisados são diferentes (teste Qui-quadrado; p -valor < 0,000001).

Gráfico 1 – Atributos mais relevantes na aquisição do produto



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa realizada.

Se comparar dois a dois na amostra de 584 pessoas, obter-se-á diferença significativa quando as porcentagens forem maiores que 8%. Dessa forma, pode-se afirmar que, em um nível de confiança de 95%, preço é o atributo mais importante para a população-alvo, seguido da saúde, sabor e tempo. Isso significa que preço, nas famílias de baixa renda, é o principal quesito na hora de escolher um alimento. Estudo realizado por Chauvel e Mattos (2008) confirma esse resultado, no qual os consumidores dedicam muita atenção e tempo às decisões de alocações de recursos (tempo, dinheiro e esforço) e hierarquizam seus gastos em ordem de prioridade, pesquisam preços e buscam organizar suas compras e consumo de forma a evitar desperdícios.

Considerando que possuem recursos escassos para gastarem com alimentos mais caros, e considerando que as formas atuais de distribuição são menos eficientes para famílias de renda baixa, o preço é primordial na

escolha dos alimentos nessa classe social. Por outro lado, não significa que a racionalidade econômica seja, de fato, sempre dominante nas escolhas de consumo.

Considerando, ainda, a relação de proporcionalidade inversa entre preço e renda, quanto menor a renda da população, maior a importância do preço como critério de escolha dos produtos alimentícios. Estudo realizado no mesmo território, com uma amostra de 1.200 pessoas, confirma essa afirmação. Oliveira et al. (2010) afirma que variáveis socioeconômicas (renda, escolaridade, tamanho de família) impactam no comportamento de consumo de alimentos, principalmente no que diz respeito ao comportamento saudável; ou seja, quem tem menor renda tende a ser flexível em sua decisão de compra de alimentos quando existem mudanças no ambiente econômico, o que vai de encontro às sugestões da FAO (2008).

Apenas 39% da população considerou sabor como atributo relevante na escolha dos

alimentos. Ou seja, os benefícios intrínsecos, como o sabor, não mostram relevância alta entre a população entrevistada, dado que diversas marcas não *premium* são consumidas de forma a satisfazer as famílias.

Pode-se constatar (Gráfico 2), observando de modo geral, que as considerações sobre a importância dos hábitos alimentares são diferentes ($p\text{-valor} < 0,000001$). Se comparar de dois a dois na amostra de 584 pessoas, como pode ser visto na figura 1, neste também se obterá diferença significativa quando os percentuais forem maiores que 8%. Assim, pode-se afirmar, a um nível de confiança de 95%, que comer frutas e verduras é o mais importante ao se alimentar, seguido de prato variado (colorido), comer carne, comer várias vezes ao dia em pequenas quantidades, comer bastante e, por último, comer várias vezes ao dia em grande quantidade.

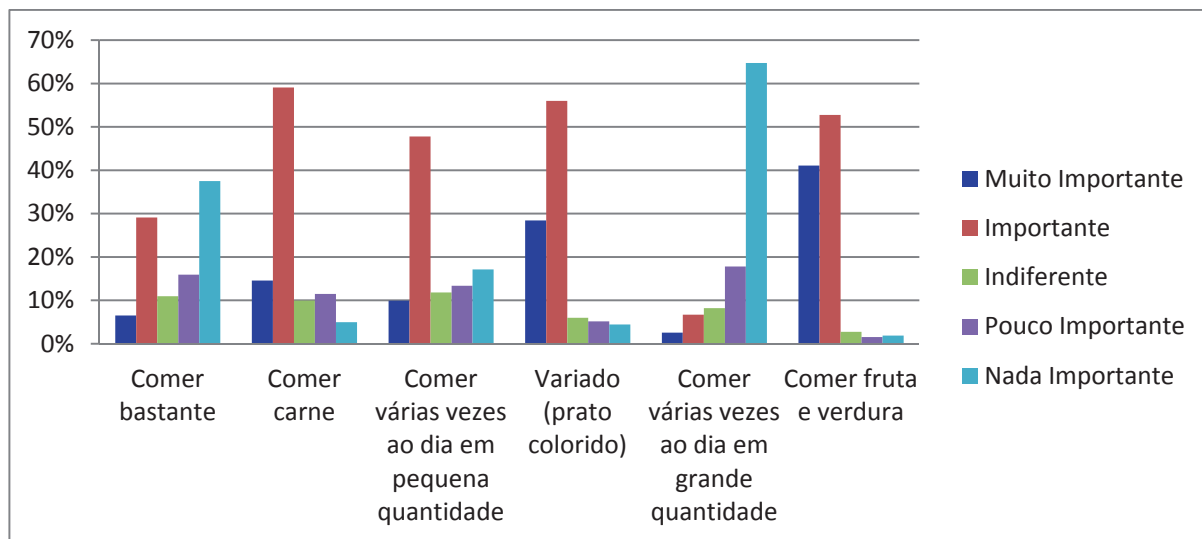
Assim, a população de baixa renda

mostra-se preocupada com a saúde, e sabe que comer frutas e verduras (94%) e comer várias vezes ao dia em pequenas porções (58%), são práticas adequadas para alimentar-se melhor. Porém resta a questão preço, que pode acarretar ainda na escolha errada dos alimentos que fazem bem à saúde.

3.2 Preferências alimentares da população de baixa renda

Os dados revelam que a preferência alimentar da população guarda coerência com identidade cultural do Brasil, tratando-se do arroz e feijão como refeição principal, sendo consumidas duas ou mais vezes ao dia; carne de frango, carne suína e peixe foram relatados por mais de 90% dos entrevistados como alimento indispensável pelo menos uma vez ao dia, assim como frutas (90,74%), frituras (94,50%), macarrão (96,26%) e o ovo (95,72%).

Gráfico 2 - Considerações de importância ao se alimentar



Fonte: Elaborado pelos autores

As verduras e legumes também tiveram grande impacto (mais de 80% dizem comer pelo menos uma vez ao dia), bem como o

leite, relatado por mais de 70% da população de baixa renda, e carne bovina (67,81%).

Tabela 1 – Preferências alimentares da população de baixa renda

Alimentos	Número de vezes no dia	
	Frequente (1x/dia)	Muito Frequente (2x ou mais/dia)
Arroz	16,10%	83,90%
Feijão	21,32%	78,68%
Carne Bovina	67,81%	32,18%
Carne Suína	99,03%	0,97%
Frango	96,80%	3,20%
Ovo	95,72%	4,28%
Leite	77,03%	22,97%
Peixe	98,12%	1,88%
Verduras / Legumes	86,07%	13,93%
Frutas	90,74%	9,25%
Frituras	94,50%	5,51%
Macarrão	96,26%	3,74%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Arroz e feijão é uma combinação de alimentos que não pode faltar na mesa dessa população, sendo os dois alimentos que a população de baixa renda consome com muita frequência todos os dias. Os outros alimentos também são considerados de consumo frequente. O IBGE (2010) confirma que a população de baixa renda é a que mais consome arroz e feijão. Ainda de acordo com o IBGE (2010), corroborando ainda com os resultados encontrados, há um baixo consumo de frutas, legumes e verduras, fonte de vitaminas e minerais, e fibras que são muito importantes para o regulamento intestinal.

1.3 Cluster de consumidores

Para verificar a possível existência de segmentos distintos considerando hábitos e preferências alimentares da população de

baixa renda de pequenas cidades, foi feita uma análise de *clusters* utilizando as variáveis do quadro 1. O método escolhido foi o aglomerativo *Ward* (HAIR et al., 2009), que inicia a análise com um segmento para cada respondente (584) e, a partir daí, vai aglomerando os mais próximos até formar um grande e único segmento, buscando sempre minimizar a variação interna dos agrupamentos.

Para selecionar a quantidade ideal de segmentos, é preciso observar a variação percentual dos coeficientes de aglomeração (Tabela 2). Depois de selecionar a quantidade de segmentos, é necessário identificá-los. Para tanto, foram analisadas as médias de notas atribuídas em cada segmento. Feito o cruzamento com as variáveis elencadas no quadro 1, por meio do teste qui-quadrado, foi avaliada a relação de dependência (Tabela 2).

Tabela 2 – Coeficientes de aglomeração

Clusters	Coeficientes de aglomeração	Número de observações	Distância média
Cluster 1	3485,34	353	3,017
Cluster 2	2193,56	231	2,97

Fonte: Elaborado pelos autores com fontes de dados primária.

Assim, a análise de *clusters* identificou dois tipos de segmentos presentes na população de baixa renda, cujo perfil demográfico consta da tabela 3. A maioria dos entrevistados é composta por mulheres (79%), nos dois segmentos. O elevado percentual de mulheres

foi devido ao local e horário de entrevista, que foi realizada de segunda a sábado – nos domicílios, em horário de comercial – o que resultou no fato de que, em grande parte dos casos, os homens se encontravam fora.

Tabela 3 – Perfil amostra/população

Variáveis	Segmentos		p-valor
<i>Idade</i>	<i>Cluster 1</i>	<i>Cluster 2</i>	
até 44	223	165	0.039
45 ou mais	130	66	
	Segmentos		p-valor
F	281	178	0.481
M	71	52	
	Segmentos		p-valor
<i>Zona</i>	<i>Cluster 1</i>	<i>Cluster 2</i>	
Urbano	297	199	0.525
Rural	54	31	
	Segmentos		p-valor
<i>Escolaridade</i>	<i>Cluster 1</i>	<i>Cluster 2</i>	
Até ensino primário incompleto	190	132	0.39
Ensino primário completo	37	21	
Ensino ginásial incompleto	57	49	
Ensino ginásial completo	27	11	
Ensino médio incompleto	19	14	
Ensino médio completo	18	2	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em sua maioria (85,2%), os entrevistados são residentes urbanos. Quanto à escolaridade, 55,3% tinham ensino primário incompleto - no Brasil este índice é de 44,7% - de acordo com dados da PNUD (2009). Apenas 3,4% dessa população entrevistada terminou o ensino médio (contra 24,5 % no Centro-Oeste). A taxa de analfabetismo no Brasil, segundo a PNUD (2009), é de 9,7% e, no Centro-Oeste, de 8%. Porém a pesquisa demonstra que essa taxa é de 11,01% nos territórios CONSAD de MS, com índice de escolaridade menor que as médias nacionais e regionais.

A nomeação dos segmentos foi feita de acordo com a frequência das respostas e notas atribuídas às variáveis. O segmento X foi nomeado de “Saudável” por considerar mais importante o fator saúde na hora de escolher um alimento. E o segmento Y foi designado de “apreciadores de comida” por considerar “comer bastante e sabor” como elementos cruciais na hora da escolha de alimentos.

Ambos os segmentos são marcados por pessoas que consideram importante comer frutas e verduras. Para o segmento “saudável”, essa foi uma variável que mais obteve notas altas, sendo considerado determinante na alimentação da população, com nota de

4,34. O p-valor nesses critérios foi significativo. Em sequência, o preço foi destacado com a nota de 3,96 de importância; o prato variado (colorido) ficou com nota de 3,9, também muito importante; comer bastante obteve 1,58 de nota; comer várias vezes ao dia em grandes quantidades ficou com nota 1,37; e comer carne com nota de 1,06, foi destacado como significativo.

O segmento “apreciadores de comida” é formado por pessoas que assumiram a mesma situação de escolha, considerando importante comer frutas e verduras, item com nota de 4,22. O que se pode considerar aqui é que, mesmo sendo de renda baixa, essa população tem como preocupação alimentar-se de maneira saudável incluindo frutas e verduras na dieta diária. Isso pode ser explicado pelo fato de muitos entrevistados possuírem, em suas casas, hortas para consumo próprio. Aqueles que não produzem para autoconsumo adquirem o produto dependendo do preço e do acesso a esses alimentos. O prato variado (prato colorido), com nota de 4,12, é muito importante para esse segmento, seguido do preço com 3,78; comer bastante, com 3,93; e sabor, com 3,28 (Tabela 4).

Tabela 4 – Segmentos dos hábitos e preferências alimentares da população

Variáveis	Notas médias		p-valor
	Segmento “saúdável”	Segmento “apreciadores da comida”	
Comer bastante	1,58	3,93	0,00
Comer carne	1,06	0,88	0,00
Várias vezes ao dia em pequenas quantidades	3,2	3,19	0,93
Variado (prato colorido)	3,9	4,12	0,01
Várias vezes ao dia em grande quantidade	1,37	2,06	0,00
Comer fruta e verdura	4,34	4,22	0,05
Fazer bem a saúde	3,7	3,58	0,12
Preço	3,96	3,78	0,03
Sabor	3,38	3,28	0,19
Tempo de preparo	2,4	2,32	0,44

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa realizada.

O *cluster* 1 teve 353 casos (60,45% da população) e o *cluster* 2 teve 231 casos (39,55% da população). Ao analisar as notas médias obtidas em cada segmento, bem como os seus respectivos p-valores, pode-se perceber seis variáveis que apresentam diferença significativa entre as médias. São elas: comer bastante, comer carne, prato variado, comer várias vezes ao dia em grandes quantidades, comer frutas e verduras e o preço, ou seja, através delas é possível atender de maneira adequada cada um dos segmentos, sendo eles significativos, e confiáveis, pois, o p-valor foi menor que 0,05. Feito isso, cruzaram-se os segmentos encontrados com os dados sociodemográficos.

O único cruzamento (*cross-section*) considerado significativo devido ao p-valor menor 0,05 foi a idade *versus* segmento; então, a idade impacta significativamente no comportamento alimentar da população de baixa renda. Tanto no segmento “saúdável” quanto no segmento “apreciadores de comida”, a maioria dos entrevistados tem idade menor que 44 anos, com um total de 63,17% no segmento “saúdável” e 71,43% no segmento “apreciadores de comida”. Os demais estão acima dos 45 anos. A análise detalhada da relação entre idade e hábitos e preferências alimentares está representada na tabela 5.

Tabela 5 – Segmentos dos hábitos e preferências alimentares versus idade da população

Variáveis	Notas médias											
	Segmento X “saúdável”						Segmento Y “apreciadores da comida”					
	Até 18	18-24	25-34	35-44	45-54	55 ou mais	Até 18	18-24	25-34	35-44	45-54	55 ou mais
Comer bastante	2,20	1,73	1,59	1,40	1,70	1,58	4,13	4,04	3,99	3,91	3,78	3,87
Comer carne	3,20	3,43	3,49	3,47	3,54	3,50	3,75	4,08	4,07	3,75	3,89	4,00
Várias vezes ao dia em pequenas quantidades	2,60	3,70	3,11	3,18	3,24	3,15	3,00	3,08	3,20	3,28	3,22	3,13
Variado (prato colorido)	2,80	3,60	4,04	4,07	3,84	3,73	4,00	4,08	4,03	4,21	4,22	4,13
Várias vezes ao dia em grande quantidade	1,80	1,73	1,43	1,28	1,39	1,20	2,88	2,13	2,03	1,98	1,94	2,17
Comer fruta e verdura	3,20	4,27	4,41	4,48	4,31	4,22	4,13	4,25	4,21	4,28	4,19	4,17
Fazer bem a saúde	3,40	3,80	3,73	3,74	3,64	3,67	3,63	3,79	3,63	3,77	3,19	3,43
Preço	3,80	3,77	4,00	3,92	4,00	3,97	3,13	3,38	3,91	3,79	3,69	3,90
Sabor	3,00	3,33	3,44	3,33	3,40	3,40	3,75	3,46	3,38	3,33	3,00	3,03
Tempo de preparo	2,60	2,10	2,34	2,51	2,46	2,43	2,50	2,33	2,39	2,53	2,17	1,93

Fonte: elaborado pelos autores com dados da pesquisa realizada

Observa-se a regularidade nas notas atribuídas aos quesitos, tanto no segmento “saúdável”, quanto no segmento “apreciadores de comida”. Porém o item “comer bastante” é o que apresenta a maior divergência entre os segmentos, visto que, enquanto para o segmento “saúdável” ele é considerado de nenhuma a pouca importância, para o segmento “apreciadores de comida”, ele é considerado muito importante.

Para o segmento “saúdável”, um quesito diverge: variedade dos pratos. Nas faixas de idade de 25 a 34 anos e de 35 a 44 anos, o quesito variedade dos pratos é considerado importante, porém, para as demais faixas, é considerado de pouca importância a indiferente. Para a idade inferior a 18 anos, no segmento “saúdável”, é importante mencionar que a nota atribuída ao quesito “comer fruta e verdura” destoa das demais notas para o mesmo quesito, o que pode ser justificado pelo fato de a população jovem “fugir” de uma alimentação “saúdável”.

Quando se comparam os dois segmentos, nota-se que o item “comer várias vezes ao dia”, é o que apresenta as notas mais baixas dentre os quesitos avaliados, para os dois segmentos, que o consideram um item de nenhuma a pouca importância. Quando se comparam idade *versus* segmentos, para a faixa etária de 18 a 24 anos, do segmento “saúdável”, comer bastante é considerado de nenhuma a pouca importância, enquanto na mesma faixa, para o segmento “apreciadores de comida”, é considerada importante.

Em consonância aos resultados apresentados, de acordo com Laureatti et al. (2006), as pessoas idosas escolhem alimentos mais saudáveis por se preocuparem com a boa nutrição. Por outro lado, Pagotti (2006) afirma que para os jovens, de modo geral, é considerada uma alimentação equilibrada o estado de bem-estar físico, mental e social, e não simplesmente a ausência de doenças ou debilidades. No entanto muitos jovens têm o FISBERG et al. (2003), conhecimento de uma boa alimentação, mas, em sua maioria, não optam por ela.

4 Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo identificar os hábitos alimentares da população de

baixa renda nos territórios CONSAD de MS. Para tanto, foi realizado um *survey* sobre as preferências e hábitos alimentares da população de baixa renda em 24 pequenas cidades. Buscou-se estudar tais comportamentos a partir de informações reveladas pelos próprios entrevistados sobre os produtos alimentares que mais consomem, as considerações de importância ao se alimentar e os hábitos alimentares.

Com isso, foi possível identificar os alimentos que não podem faltar à mesa do consumidor e os hábitos alimentares. O principal critério de escolha de alimentos, nessa população, é o preço do alimento. Em segundo lugar, as pessoas são conscientes de que o alimento precisa fazer bem à saúde, mas, muitas vezes, é preciso fazer escolhas que podem não ser as melhores para a saúde devido ao recurso disponível para gastar com alimentação, precisando, em alguns momentos, fazer ponderações sobre o que se pode ou não comprar.

Os alimentos que compõem o prato principal em MS são o arroz e o feijão, combinação consumida pelo menos duas vezes ao dia, assumindo o que foi relatado sobre a identidade cultural do local. Ao se analisar os critérios de comer pelo menos uma vez ao dia, percebe-se que os entrevistados consomem carne de frango, suína, bovina ou de peixe, frutas, verduras, macarrão, fritura, ovo e leite. Eles têm o conhecimento de que, para obter uma alimentação saúdável, é essencial comer sistematicamente frutas e hortaliças e ter um prato com diversidade de alimentos (variedade na composição da dieta, como: carboidratos, fibras, legumes e verduras etc.); todavia nem sempre é possível manter essa composição que está relacionada aos recursos disponíveis (dinheiro, esforço, tempo).

Mediante da análise de *cluster* identificaram-se dois segmentos principais, nomeados pelos autores como “saúáveis”, aqueles que têm mais preocupação com a saúde, e “apreciadores de comida”, referente ao que gostam de comer bastante e um prato bem colorido, nos quais o preço foi apontado por ambos os segmentos como o critério decisivo na escolha dos alimentos. As duas categorias responderam que o preço é decisivo na hora de comprar os alimentos, sendo o critério de escolha mais importante. Eles também falam

que o prato precisa ser variado, comer em pequenas porções várias vezes ao dia e que o alimento precisa fazer bem à saúde.

A idade da população tem importância significativa na escolha dos alimentos. De um lado, o mais jovem, mesmo conhecendo alguns conceitos sobre a alimentação saudável, nem sempre opta por ela; por outro lado, os idosos preferem a redução em comidas muito gordurosas e começam a ingerir menos açúcares e diminuem o nível de sal.

Os dados deste estudo podem ser úteis tanto para as políticas públicas quanto para a classe empresarial. No que diz respeito a políticas públicas, o conhecimento das escolhas alimentares ser dependente do recurso disponível (dinheiro, tempo e esforço) para essa população poderia contribuir para uma melhor orientação das políticas de distribuição de renda e saúde pública, que pretendem melhorá-las através da alimentação. Apresenta dois segmentos de consumidores dentro dessa população, podendo contribuir para a orientação e a realização de campanhas de reeducação alimentar para populações de baixa renda, na busca de informações sobre a maneira que o indivíduo pode usar os alimentos disponíveis para sua alimentação. Ou seja, além de proporcionar uma melhor distribuição de alimentos e com preços menores, as políticas públicas devem colocar em sua envergadura programas que conscientizem a população sobre nutrição.

No que diz respeito a contribuições gerenciais, este estudo oferece a caracterização do comportamento de consumidor de alimentos de baixa renda, residentes em pequenas cidades, que serve como base para desenvolvimento de estratégias orientadas para o mercado, conhecimento essencial para que os agentes da cadeia produtiva (agricultores, fabricantes e varejistas) agreguem valor aos produtos, podendo direcionar tipos de alimentos para as diferentes classes sociais. À luz da academia, o estudo contribui com a caracterização do comportamento do consumidor de alimentos no que diz respeito à escolha e aos hábitos e preferências alimentares.

Referências

- BELIK, W. Perspectiva para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Saúde e sociedade*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 12-20, 2003.
- BRADY, M. K.; ROBERTSON, C. J.; CRONIN, J. J. Managing behavioral intentions in diverse cultural environments: an investigation of service quality, service value, and satisfaction for American and Ecuadorian fast-food customers. *Journal of International Management*, v. 7, n. 2, p. 129-149, 2001.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2008. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/consad>>. Acesso em: 08 fev. 2009.
- CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. Uma introdução à reflexão sobre a abordagem sociocultural da alimentação. In: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. (Org.). *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. 306p. (Col. Antropologia e Saúde).
- CHAUVEL, M. A.; MATTOS, M. P. A. Z. Consumidores de baixa renda: uma revisão dos achados de estudos feitos no Brasil. *Cadernos EBAPE.BR*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 1-17, jun. 2008.
- CONTRERAS, J.; GRACIA, M. *Alimentação, sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. 496p.
- CUDJE, G.; BREISINGER, C.; DIAO, X. *Local impacts of a global crisis: food price transmission, consumer, welfare and poverty in Ghana*. Food Policy. In press, available online, 2010. Disponível em: <<http://www.ifpri.org/sites/default/files/publications/gsspwp15.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2013.
- DRICHOUTIS, A. C.; LAZARIDIS, P.; NAYGA JR, R. M. An assessment of product classe involvement in food purchasing behavior. *European Journal of Marketing*, v. 41, n. 7-8, 2007, p. 888-914.
- FISBERG, M. et al. Hábitos alimentares na adolescência. *Pediatr Mod*, v. 36, p. 766-70, 2000. In: GARCIA, R. W. D. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. *Revista de Nutrição*, Campinas, p. 483-492, out./dez. 2003.
- FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. *The state of food insecurity in the world 2008: high food price and food security – threats and opportunities*, 2008. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/011/i0291e/i0291e00.htm>>. Acesso em: 24 out. 2013.
- HAIR, J. F. et al. *Análise multivariada de dados*. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- INGLIS, V.; BALL, K.; CRAWFORD, D. Does modifying the household food budget predict changes in the healthfulness of purchasing choices among low- and high-income women? *Appetite*, v. 52, n. 2, p. 273-279, abr. 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar*. Rio de Janeiro, 2006, p.1-267.
- _____. *Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009: despesas, rendimentos e condições de vida*. Rio de Janeiro, 2010.

- LAURETTI, M. et al. Sensory acceptability of traditional food preparations by elderly people. *Food quality and preference*, v. 17, n. 1-2, p. 43-52, jan./mar. 2006.
- LEIBTAG, E. S.; KAUFMAN, P. R. Exploring food purchase behavior of low-income households: how do they economize? *Agriculture Information Bulletin*, n. 747, 2003. Disponível em: <<http://www.ers.usda.gov/Publications/AIB747/aib74707.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2009.
- LENGARD, V.; JOHANSEN, S. B.; HERSLETH, M. Alternative methods for combining design variables and consumer preference with information about attitudes and demographics in conjoint analysis. *Food Quality and Preferences*, v. 21, n. 4, p. 368-378, jun. 2010.
- LIMA-FILHO, D. O.; OLIVEIRA, L. D. S. Food distribution retail technologies: a comparison between countries with different income levels. *Espacios*, Caracas, v. 30, n. 3, 2009, p. 21-24.
- MAIA-FILHO, N. S. *Análise descritiva dos hábitos de lazer do consumidor idoso de baixa renda*. 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.
- MISHRA, G., BALL, K., ARBUCKLE, J., CRAWFORD, D. Dietary patterns of Australian adults and their association with socioeconomic status: results from the 1995 National Nutrition Survey. *Eur J Clin Nutr*, v. 56, n. 7, 2002, p. 687-93.
- MONTEIRO, C. A. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 7-20, 2003.
- MYERS, R. J. On the cost of food price fluctuations in low-income countries. *Food Policy*, v. 31, n. 4, 2006, p. 288-301.
- OLIVEIRA, L. D. S.; WATANABE, E. A. M.; LIMA-FILHO, D. L.; SPROESSER, R. L. Public policies for food security in countries with different income levels. *International Public Management Review*, v. 11, n. 3, p. 122-141, 2010.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. *Diet, nutrition and the prevention of excess weight gain and obesity*. Geneva: WHO, 2003. Disponível em: <http://whqlibdoc.who.int/trs/WHO_trs_916.pdf> Acesso em: 17 out. 2009.
- PAGOTTI, A. W. et al. *As preocupações dos estudantes universitários do curso de Psicologia de duas instituições de ensino superior*, 2006. Disponível em: <<http://www.psicologia.com.pt/artigos/textos/A0324.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2010.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD, 2009. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3187&lay=pde>. Acesso em: 27 out. 2013.
- POULAIN, J-P. *Sociologias da alimentação*. Florianópolis: Editora UFSC, 2004.
- POWELL, L. M.; ZHAO, Z.; WANG, Y. Food prices and fruit and vegetable consumption among young American adults. *Health & Place*, v. 15, n. 4, p. 1064-1070, 2009.
- REGMI, A.; GEHLHAR, M. New directions in global food markets. *Agriculture Information Bulletin Number*, n. 794, p. 1-81, 2005.
- WEINGARTNER, L. The concept of food and nutrition security. Background Paper n. 1 in International Training Course. *Food and nutrition security: Assessment instruments and intervention strategies*. Welt Hunger Hilfe, 2004.

Avaliação do Programa Bolsa Família na segurança alimentar das famílias rurais do município de Rio Verde, GO: efeitos, entraves e diferenciações

Evaluation of Bolsa Familia Program in the alimentary safety of rural families in the municipality of Rio Verde, GO: effects, obstacles and differentiation

Évaluation du Programme Bolsa Familia sur la sécurité alimentaire des familles rurales de la ville de Rio Verde, GO: effets, empêchement et différenciations

Evaluación del Programa Bolsa Familia en la seguridad alimentaria de las familias rurales del municipio de Rio Verde, GO: efectos, impedimentos y diferencias

Frankcione Borges de Almeida*
(frankcione.almeida@ifgoiano.edu.br)

Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida**
(manoel77@yahoo.com.br)

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante***
(mestrado@uniara.com.br/vbotta@techs.com.br)

Recebido em 20/03/2015; revisado e aprovado em 24/07/2015; aceito em 31/07/2015

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/151870122015204>

Resumo: O objetivo deste estudo foi demonstrar os efeitos, entraves e diferenciações do Programa Bolsa Família (PBF) na Segurança Alimentar das famílias rurais do município de Rio Verde, GO. Os resultados avançaram na avaliação da eficácia e na identificação dos entraves da Gestão Municipal nos eixos de atuação do PBF e revelaram que o universo empírico estudado não completa o ciclo da política com o estágio de avaliação.

Palavras-chave: Políticas públicas. Programa Bolsa Família. Segurança alimentar e nutricional.

Abstract: This study had the objective of showing the effects, obstacles and differentiation of Family Bag Program (FBP) in the Alimentary Safety of rural families in the municipality of Rio Verde, GO. The results advanced in the evaluation of the efficacy and the identification of obstacles of the Municipal Management in the acting axis of FBP and reveal that, in the researched empirical universe, the cycle of this program is not completed with the evaluation stage.

Key words: Public policies. Family Bag Program. Nutritional and alimentary safety.

Résumé: Le but de cette étude était de démontrer les effets, empêchement et différentes variabilités de Programme Bolsa Familia (PBF) sur la sécurité alimentaire des familles rurales de la commune de Rio Verde, GO. Les résultats étaient insuffisants, selon l'estimation et la prévue de la gestion de commune au niveau de la situation de programme bourse familial et a révélé que l'univers empirique étudié pas terminé le cycle que l'univers empirique étudié pas complète le cycle de la politique exigé dans l'estimation.

Mots-clés: Politique publique. Programme Bourse Familial. Sécurité alimentaire et nutritionnelle.

Resúmen: Este estudio tuvo como objetivo demostrar los efectos, impedimentos y diferencias del Programa Bolsa Familia (PBF) en la Seguridad alimentaria de las familias del municipio de Rio Verde (GO). Los resultados ayudaron en la evaluación de la eficacia y en la identificación de los obstáculos por parte de la Gestión Municipal en los ejes de actuación del PBF, y revelaron que el universo experimental estudiado no completa el período de evaluación.

Palabras clave: Políticas públicas. Programa Bolsa Família. Seguridad alimentaria y nutricional.

1 Introdução

Segundo Menezes (1998), o Brasil segue uma tendência mundial em que se identificam índices de pobreza e carência nutricional mais altos no meio rural do que no urbano, mesmo com os avanços obtidos nos últimos anos

na gestão do governo federal em termos de formulação de política pública, mudanças na legislação, ampliação do crédito produtivo e aumento da produção.

Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009, cujos resultados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro

* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano), Campus Rio Verde, Goiás, Brasil.

** Centro em Ciências da Natureza do Campus Lagoa do Sino da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Buri, São Paulo, Brasil.

*** Centro Universitário de Araraquara (UNIARA), Araraquara, São Paulo, Brasil.

de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2010a), a prevalência de Insegurança Alimentar (IA) moderada¹ ou grave² foi maior nos domicílios das áreas rurais do que nos das áreas urbanas.

Em relação a 2004, houve uma queda na proporção de domicílios em situação de IA grave e moderada, tanto na área urbana quanto na rural. Entre 2004 e 2009, a redução da proporção de domicílios com moradores em situação de IA caiu na área urbana (de 33,3% para 29,4%) e na rural (de 43,6% para 35,1%), contudo, ao desagregar por intensidade de IA, verificou-se que, na área rural, ocorreu redução da prevalência de domicílios em IA leve³, o que não foi encontrado na área urbana.

Um dos maiores desafios do governo é conciliar o crescimento econômico com a erradicação da pobreza, principalmente no meio rural, pela necessidade de diminuir a desigualdade social e setorial. Nesse sentido, o Programa Bolsa Família surgiu como uma alternativa com o objetivo de combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional (SAN). É um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o Brasil. Integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que tem como foco de atuação milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77,00 mensais e está baseado na garantia de renda, na inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos (BRASIL, 2013).

Para a população, a discussão entre segurança alimentar e o combate à fome, o segundo prevalece no entendimento. Um dos fatores que contribuem para a dificuldade da compreensão é que o conceito de SAN ainda não foi assimilado no país, por ser um tema mais ligado às organizações não governamentais da área, embora a segurança alimentar e a

fome sejam partes complementares (TAKAGI; BELIK, 2007).

A pobreza é um problema complexo, portanto não é fácil de ser resolvido. “Nos estudos sobre extrema pobreza, as realizações e capacidades centrais são básicas, relacionadas com nutrição, abrigo, em como evitar mortalidade prematura ou doenças” (KAGEYAMA, 2008, p. 55). A autora afirma ainda que essa abordagem advoga a ideia de pobreza como privação das necessidades básicas, e que a falta de renda pode ser a causa principal, mas não a única. A pobreza “real” pode ser muito maior do que aquela medida unicamente pela renda.

O problema não pode ser resolvido apenas por meio de um programa de transferência de renda como o PBF. Segundo o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) (BRASIL, 2008), na perspectiva de Amartya Sen, devem-se privilegiar as habilidades e as capacidades das pessoas e não apenas a renda e a posse de bens.

De acordo com Traldi (2011), com base na pesquisa do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) (BRASIL, 2008), a articulação de programas de SAN com o PBF fornece subsídios importantes para uma reflexão sobre a proposição de políticas públicas voltadas para a garantia do direito humano à alimentação adequada e emancipação das famílias brasileiras mais vulneráveis.

Em virtude dessa realidade, este estudo teve por objetivo demonstrar os efeitos, entraves e diferenciações do Programa Bolsa Família (PBF) na Segurança Alimentar das famílias rurais. Para avaliar o programa e atender os objetivos propostos, o desenvolvimento do trabalho teve apoio na análise quantitativa e qualitativa dos dados da pesquisa de campo realizada com aplicação de questionários no período de junho a outubro de 2013 com 94 famílias rurais beneficiárias do PBF, no município de Rio Verde, GO.

Esse município foi escolhido pela dicotomia apresentada no meio rural entre a riqueza propiciada pelo desenvolvimento do agronegócio e a pobreza de pequenos produtores e moradores de distritos marginalizados nesse modelo produtivista, os quais sobrevivem apenas do PBF e de outras redes de proteção e cooperação social.

¹ Insegurança Alimentar Moderada: quando há restrições quantitativas especialmente relevantes entre pessoas adultas.

² Insegurança Alimentar Grave: quando há redução importante da quantidade de alimentos disponíveis, a adultos quanto às crianças.

³ Insegurança Alimentar Leve: quando há preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos, ou seja, risco para a sustentabilidade e comprometimento da qualidade da dieta.

2 Contornos teórico-metodológicos do trabalho

Este artigo é baseado em revisão bibliográfica e na análise quantitativa e qualitativa dos dados provenientes de pesquisas de campo da dissertação de mestrado⁴ produzida pela primeira autora deste trabalho. Na pesquisa em questão, foi aplicado um questionário semiestruturado com as famílias rurais beneficiárias do PBF e foram realizadas entrevistas abertas com a gestão local do programa. Ambos os instrumentos utilizados na pesquisa foram adaptados de Traldi (2011) e de Santos (2011). Também foram utilizados dados estatísticos organizados e publicados por órgãos públicos.

As famílias entrevistadas residem em assentamentos rurais, distritos do município de Rio Verde e pequenas propriedades rurais. Para realizar a caracterização do perfil da situação socioeconômica e sociodemográfica dos sujeitos e de suas percepções em relação ao programa e às entidades responsáveis, foram analisadas as variáveis seguintes: renda, escolaridade, trabalho, perfil produtivo, autoconsumo e perfil alimentar e proteção social.

Para medir a situação da segurança alimentar e nutricional, foi utilizada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). A EBIA é aplicada diretamente a uma pessoa da família que seja responsável pela alimentação do domicílio, por meio de um questionário composto por 15 questões fechadas, o que possibilita estimar a prevalência de segurança alimentar e que classifica as famílias pesquisadas em quatro níveis⁵. Também para ampliar analiticamente as condições de segu-

rança alimentar, foi realizado um cruzamento da EBIA com as variáveis: renda agrícola e não agrícola; nível de escolaridade do chefe de família e do beneficiário; pluriatividade⁶; nível de diversificação da produção; nível de autoconsumo e discriminação das famílias por realização das refeições diárias e auxílios recebidos.

Para avaliar a eficácia e demonstrar os entraves institucionais e organizacionais da gestão do PBF em Rio Verde, GO, foram feitas entrevistas com os gestores da saúde, educação e assistência social que integram a gestão local do Programa. Visou-se analisar a gestão local, infraestrutura, recursos humanos e financeiros, comunicação, cadastramento, condicionalidades, controle social, intersectorialidade, gestão compartilhada e segurança alimentar.

A eficácia corresponde ao resultado de um processo, entretanto contempla também a orientação metodológica adotada e a atuação estabelecida na consecução dos objetivos e metas, em um tempo determinado, tendo em vista o plano, programa ou projeto originalmente exposto.

Entraves são filtros institucionais e organizacionais que dificultam a capacidade de operação e de obtenção de recursos dos atores em uma política pública. Filtros institucionais (regras, normas, políticas públicas, convenções de mercado etc.) pesam sobre as atuações dos atores e, quando se consolidam, passam a filtrar as capacidades destes de produzir, negociar, obter recursos e permanecer nos mercados (avanzando ou retrocedendo). O diagnóstico dos filtros institucionais é fundamental para o encaminhamento de políticas públicas e privadas de aprimoramento da competitividade (ALMEIDA, 2009).

⁴ A pesquisa aqui relatada seguiu o protocolo de ética em pesquisa com seres humanos e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Goiás (UFG) sob o número 047/2013.

⁵ (1) Segurança alimentar (SA): quando não há restrição alimentar de qualquer natureza, nem mesmo a preocupação com a falta de alimentos no futuro; (2) Insegurança Alimentar Leve (IAL): quando há preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos, ou seja, risco para a sustentabilidade e comprometimento da qualidade da dieta; (3) Insegurança Alimentar Moderada (IAM): quando há restrições quantitativas especialmente relevantes entre pessoas adultas e; (4) Insegurança Alimentar Grave (IAG): quando há redução importante da quantidade de alimentos disponíveis, tanto aos adultos quanto às crianças.

⁶ Pluriatividade: uma unidade de análise que tem como referência a propriedade produtiva multidimensional, em que empreendem atividades agrícolas e não agrícolas dentro e fora do estabelecimento, e pelas quais diferentes tipos de remuneração são recebidos. Incluem-se atividades não necessariamente remuneradas em dinheiro, atividades assalariadas e por conta própria.

3 Revisão bibliográfica

3.1 Programa Bolsa Família e segurança alimentar no meio rural

Os programas de transferência de renda começaram a ser desenvolvidos em vários países da Europa a partir dos anos de 1930. Os programas de transferência de renda surgiram como uma alternativa para combater a pobreza. Eles foram concebidos segundo a ideia de que o beneficiário tem a autonomia para definir como melhor utilizar o benefício por saber quais são suas necessidades mais urgentes (SANTANA, 2007).

No Brasil, a temática dos programas de transferência de renda ganha espaço e tem seu desenvolvimento a partir dos anos noventa. Desde então, a transferência de renda se caracteriza como uma transferência monetária direta a indivíduos ou a famílias. No caso brasileiro, e de várias experiências da América Latina, são programas focalizados em segmentos pobres da população que, em geral, têm sua prestação condicionada a determinadas exigências.

No final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2003), foram lançadas algumas políticas voltadas para a melhoria da renda e da qualidade de vida da população mais pobre, tais como: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Agente Jovem, Sentinela, Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Cartão-Alimentação e Auxílio-Gás.

Em 2003, primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que centralizou as ações dos programas sociais geridos pelo governo federal. O principal avanço foi a unificação dos programas já existentes de transferência de renda. O governo incorporou e integrou, em um único programa, as ações públicas nas áreas de assistência social, segurança alimentar e nutricional, saúde, educação infantil e transferência de renda, denominando-o Programa Bolsa Família.

O governo Dilma lançou, em 2011, o programa Brasil Sem Miséria, cujo principal público-alvo são milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 77,00 mensais, visando sua inserção na cidadania.

O mesmo tem ações nacionais e regionais baseadas em três eixos: a) garantia de renda, b) inclusão produtiva e c) acesso a serviços públicos. Houve uma continuidade dessas políticas no governo em relação ao anterior, havendo apenas algumas alterações, como, por exemplo, de “Fome Zero” para “Brasil Sem Miséria”, abrangência do número de pessoas a serem atingidas e ampliação de alguns programas.

As políticas de transferência de renda podem ter papel relevante na melhoria das condições sociais e de segurança alimentar das famílias rurais beneficiárias, especialmente entre aquelas em situação de extrema pobreza e fome.

Os fatores que condicionaram a fome no mundo são distintos entre os territórios e municípios. Nos continentes asiático e africano, de modo geral, a fome é o resultado da ausência de alimentos, embora existam países em que a fome resulta da desigualdade social em condições extremas que ocasiona a falta de renda, educação e informação mínimas, além de ausência de empregos dignos para grande parte da população. Entretanto o acesso à renda mínima individual também não é garantia *per se* da segurança alimentar de um povo, embora em curto prazo seja uma medida bem-vinda, em longo prazo a renda mínima poderá se tornar o norte de um programa exclusivamente assistencialista, viciando ainda mais um sistema de perfil concentrador, desigual e excludente do qual a redução ou a precariedade do emprego e a escassez de saúde, educação e informação são os principais resultados (ALMEIDA, 2009; PAULILLO, 2010).

A segurança alimentar vai além, portanto, do acesso à renda porque deve ser reconhecida como um recurso fundamental de inclusão social. Isso significa fazer com que as camadas sociais marginalizadas tenham acesso a recursos básicos da vida em sociedade (emprego, educação, saúde, informação, etc.), de modo que possam participar das decisões que afetam suas vidas. Este último aspecto é muito importante, pois, com o avanço da globalização e a fragmentação do Estado, as agendas de decisões relevantes (em setores produtivos ou não produtivos) estão cada vez mais distantes e fechadas para a grande parte dos empreendedores (agricultores,

comerciantes, pequenos industriais etc.) e trabalhadores (rurais e urbanos). Em algumas redes de decisões estratégicas, certos interesses estão fechados até mesmo para os governantes (ALMEIDA, 2009; PAULILLO, 2010).

Desde 1997, fruto da conferência mundial realizada pela FAO/ONU em Roma, as políticas de segurança alimentar devem responder pela produção e distribuição, assim como pelo acesso e consumo de alimentos através de uma cadeia ligada a valores fundamentais da população e expressados por meios dos cinco eixos (saúde, higiene, meio ambiente, autenticidade e solidariedade), todos socialmente construídos e compartilhados na sociedade, nos mercados e nas políticas públicas (PAULILLO; PESSANHA, 2002).

No Brasil, mesmo as regiões com produções agroindustriais relevantes não resolveram as questões de segurança alimentar. O universo empírico estudado se destaca como um dos maiores produtores de grãos do país e, no entanto, conforme relatório divulgado pelo MDS baseado nos dados do censo de 2010, 4% da população apresentava situação de extrema pobreza (BRASIL, 2014b).

Segundo Brasil (2010a), a insegurança alimentar das famílias do meio rural é maior do que as do meio urbano em nível nacional. Esses dados apontam para o que foi levantado por Paulillo e Alves (2009), que defendem a criação de políticas de segurança alimentar direcionadas. Nesse sentido, fortalecem-se também as ideias de que as famílias rurais possuem prioridades diferenciadas, que o gasto com o benefício nem sempre é destinado à alimentação devido à especificidade e peculiaridades do meio rural e que a efetividade dos programas de segurança alimentar, no caso o PBF, tem especificidades, o que não significa a defesa, neste trabalho, de uma dicotomia rural-urbano, superada na teoria e na realidade contemporânea.

Campello e Neri (2013) destacam que, ao longo desses dez anos, o PBF criou uma nova estrutura, aperfeiçoou mecanismos, adicionou benefícios e ampliou o alcance e o impacto distributivo das transferências. O programa se consolidou e assumiu centralidade na política social brasileira. Internacionalmente é referência em tecnologia de transferência de renda condicionada e está entre as ações mais efetivas de combate à pobreza.

Questionamentos e críticas ao modelo do PBF sempre ocorrerão. De tempos em tempos, mesmo sistemas de proteção social muito consolidados passam por questionamentos e reformas. Haverá aqueles que defenderão sua transformação em um benefício de caráter universal e aqueles que argumentarão por um benefício de caráter mais restritivo. Mesmo para os mais críticos, seria difícil imaginar o Brasil sem um instrumento que vocalizasse e explicitasse as necessidades da parcela mais vulnerável da população. Ou em uma situação na qual os mais pobres não tivessem acesso a uma renda modesta – tanto do ponto de vista da família beneficiária quanto, especialmente, da renda nacional –, de natureza complementar à renda do trabalho. Ou, ainda, em situação na qual as crianças continuassem apresentando taxas de extrema pobreza duas vezes mais altas que a média nacional (PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013).

No rural, o PBF tem um desafio ainda maior: a geração de condições estruturantes que permitam a inclusão das famílias na sociedade, garantindo uma educação no campo e qualificação através de cursos que possibilitariam o acesso ao mercado de trabalho. Isso poderia melhorar as condições de vida e minimizar o êxodo rural.

4 Resultados e discussões

4.1 O Programa Bolsa Família em Rio Verde, GO

O Programa Bolsa Família (PBF) foi implantado no município em 2004, sendo de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social. O programa está relacionado também com as Secretarias Municipais da Saúde, de Educação, Esporte e Lazer e com o Conselho Municipal de Assistência Social.

Segundo o MDS (BRASIL, 2014a), e de acordo com o censo IBGE de 2010 (BRASIL, 2010b), o município de Rio Verde, GO, tinha, naquele ano, as estimativas que estão apresentadas no Quadro 1.

Estimativa de famílias de baixa renda – Perfil Cadastro Único	13.909
Estimativa de famílias pobres – Perfil Bolsa Família	8.028

Quadro 1 – Estimativa de famílias de baixa renda e pobres

Fonte: Adaptado de Brasil (2014a).

Ao fazer o levantamento de dados no Cadastro Único da Secretaria de Assistência Social de Rio Verde, pôde-se constatar que o número de famílias inscritas é bastante superior ao da estimativa do IBGE em 2010. Em setembro de 2012, existiam 17.238 famílias cadastradas em diversos programas sociais existentes, no entanto, em dezembro de 2013, o total de famílias inscritas no Cadastro Único havia se elevado para 24.636 famílias.

Observa-se que há uma disparidade entre o número de famílias de baixa renda estimadas pelo IBGE em 2010 e as cadastradas no CadÚnico do município. A resposta dada pela Secretaria de Assistência Social em relação a essa disparidade é que existe um grande número de famílias que migram para o município, principalmente das regiões norte e nordeste à procura de melhores condições de vida. O acompanhamento dessas famílias pelos assistentes sociais é fundamental para um diagnóstico preciso da real necessidade de cobertura pelo PBF.

Em relação às condicionalidades, a família assume alguns compromissos: as crianças e jovens devem frequentar a escola, as crianças precisam ser vacinadas e ter acompanhamento nutricional, e as gestantes devem fazer o pré-natal. Segundo o relatório de informações sociais, divulgado pelo MDS (BRASIL, 2014a), os indicadores do município de Rio Verde eram os seguintes:

a. Na educação, 74,01 % das crianças e jovens de seis a dezessete anos do Bolsa Família têm acompanhamento de frequência escolar. A média nacional é de 85,84%. O município está abaixo da média, por isso é importante que as secretarias de assistência social e de educação se articulem para melhorar esse percentual, ou seja, para aumentar o número de famílias cujos filhos têm frequência escolar verificada.

b. Na saúde: o acompanhamento da saúde das famílias chega a 84,7%. Na vigência de dezembro de 2012, atingiu 73,44 %. A média nacional é de 73,12%. Quanto aos Benefícios Variáveis Gestantes (BVG) e Nutrízes (BVN), em março de 2013, no município, 45

famílias recebiam o BVG e 95 recebiam o BVN. Já em janeiro de 2014, 65 famílias recebiam o BVG e 108 recebiam o BVN.

Os dados divulgados pela Secretaria de Assistência Social de Rio Verde e também pelo MDS são apresentados de forma geral, não demonstrando dados específicos do meio rural no município. A divulgação dos resultados do rural e do urbano desses órgãos daria maior subsídio ao pesquisador, permitiria um comparativo com os resultados encontrados na pesquisa e traria uma maior transparência e eficácia ao PBF.

Este trabalho partiu do princípio de que os diagnósticos dos filtros institucionais são fundamentais para o encaminhamento de políticas públicas e privadas e de aprimoramento de suas eficácias. Nesse sentido, identificou-se um conjunto de eficácias e de entraves na gestão municipal do programa do Bolsa Família em Rio Verde, GO.

A Secretaria Municipal de Assistência Social de Rio Verde dispõe de uma estrutura física adequada para atender ao número de famílias que são atendidas pelo programa. Recentemente, houve uma reforma no local, e todo mobiliário e equipamentos foram substituídos por novos. Com a reforma, foi implantado o sistema de senha eletrônica, o que tem proporcionado mais agilidade no atendimento das famílias.

Verificou-se um entrave organizacional de recursos humanos, pois o número de assistentes sociais é insuficiente para o acompanhamento em função do número de famílias cadastradas e beneficiárias do programa. Nas entrevistas realizadas com as famílias rurais, detectou-se que estas nunca foram visitadas pela equipe da gestão local da assistência social; o contato se dá apenas no momento do cadastramento. Quadro este revelador de faltas graves no plano da gestão do programa.

Na visita aos locais selecionados para o estudo, constatou-se um entrave informacional relevante. Identificaram-se muitas famílias em situação de vulnerabilidade social que poderiam estar participando do PBF ou até mesmo estarem cadastradas para possível

enquadramento em programas sociais destinados a famílias de baixa renda. Questionou-se a uma das famílias encontradas nessa situação por que não estavam cadastradas em programas sociais. A responsável pela unidade familiar disse que desconhecia os critérios e que nunca foram visitados pela assistência social, recebiam apenas o acompanhamento dos agentes de saúde.

Segundo a assistente social da Secretaria de Assistência Social de Rio Verde, as metas de credenciamento ainda não foram cumpridas, e a principal tarefa é identificar as famílias em situação de vulnerabilidade que ainda não foram cadastradas.

Na área da saúde, a entrevista foi realizada com uma nutricionista, que também coordena o PBF. Percebeu-se que a situação se inverte, uma vez que a entrevistada relata que uma das maiores dificuldades no acompanhamento das condicionalidades seriam entraves de infraestrutura e de recursos humanos. Outro filtro organizacional, segundo a entrevistada, é a busca ativa das famílias, o que deveria ser feito por agentes comunitários.

Na entrevista com as famílias rurais, percebeu-se que apenas a Secretaria de Saúde, através dos agentes de saúde, faz um acompanhamento contínuo das famílias. Nas regiões em que há cobertura, o agente de saúde é como se fosse o canal de comunicação entre as famílias e o Programa. Assim, as famílias têm os agentes como facilitadores e tecem elogios a todos pelo trabalho desempenhado. Os agentes residem no local ou em regiões próximas e suas condições de trabalho não são favoráveis. Existe falta de equipamentos e de transporte para realização das visitas. Em alguns assentamentos, a distância entre um domicílio e outro é grande, e muitos dos agentes realizam as visitas a pé, a cavalo ou em veículo próprio, contatando-se um entrave proveniente do isolamento territorial do meio rural do município.

Na área da educação, o acompanhamento se restringe apenas ao monitoramento da frequência escolar, que é realizado bimestralmente. Os dados são levantados pelas unidades escolares, que os enviam ao gestor para conferência e posterior encaminhamento, via *on-line*, ao MDS. O gestor da educação não informou como é feito o acompanhamento das famílias que estão em descumprimento com a condicionalidade frequência escolar, identi-

ficando um gravíssimo entrave institucional. Segundo ele, as principais dificuldades dos beneficiários são: evasão escolar, mudança de endereço (escola/cidade/estado) e falta de compromisso dos responsáveis pelas crianças.

Quando perguntados sobre: como está a situação de segurança alimentar no seu município? O que já está sendo feito e o que deveria ser feito para garantir a segurança alimentar dos beneficiários do Bolsa Família no seu município? Que políticas você identifica nesta área na secretaria da qual você faz parte? Os gestores deram a seguinte resposta: “não sei responder”. Evidências de que os programas e políticas públicas têm que ser analisados em ação, não pelo discurso e/ou retórica da sua formulação.

Isso relata o desconhecimento por parte dos gestores que o programa tem sobre o recorte da temática segurança alimentar, refletindo-se em filtros informacionais e de transferência de conhecimento entre os atores do programa. Em trabalhos futuros, podem-se identificar que esses entraves tornam fracas as conexões da rede formada a partir dessa relevante política pública.

Em relação à Instância de Controle Social, esta é representada pelo Conselho de Assistência Social, não sendo exclusiva para o PBF. Segundo a assistente social, existem dificuldades em se tratar de assuntos específicos do PBF, já que o conselho precisa discutir problemas diversos relacionados à assistência social, e o tempo dispendido ao programa é inferior ao necessário. Torna-se o conselho apenas deliberativo o que é incipiente para a discussão e proposta de aprimoramento do programa.

No decorrer da pesquisa em questão, estava sendo implantado o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) nos distritos com o apoio das subprefeituras. Acredita-se que essa iniciativa vá melhorar o atendimento e acompanhamento das famílias que residem nesses locais e daquelas que residem em assentamentos próximos. Com a implantação do CRAS, poderão ocorrer também melhorias na oferta de cursos para capacitação profissional.

Detectou-se pouca articulação e comunicação entre as Secretarias que compõem o programa no município, e não foi possível durante a pesquisa identificar nenhuma ação sendo realizada em conjunto pelas Secretarias envolvidas no rural.

Principais efetividades e entraves identificados	
Eficácias	• Esforço e comprometimento quanto às metas de cadastramento e recadastramento; • Satisfação dos beneficiários em relação ao atendimento no Cadastro Único; • Implantação do CRAS nos distritos; • Satisfação dos beneficiários quanto ao acompanhamento e atendimento pelos agentes de saúde; • Planejamento de ações que serão desenvolvidas em conjunto pelas secretarias envolvidas.
Entraves institucionais e organizacionais	• Falta de investimento em infraestrutura e em funcionários diante da grande demanda; • Espaço físico e quantidade de equipamentos inadequados para a Secretaria da Saúde; • Falta de comunicação entre gestão local e os beneficiários, em relação ao conhecimento do programa (100% das famílias desconhecem o Eixo de Programas Complementares); • Ausência de cursos de capacitação para os beneficiários; • Falta de atuação da instância de controle social, bem como a criação de conselho específico e a inclusão de beneficiários no Conselho; • Ausência do Conselho de Segurança Alimentar; • Baixa intersetorialidade entre as entidades responsáveis pelas condicionalidades e pelo controle social; • Ausência de monitoramento e avaliação para aprimoramento do programa.

Quadro 2 – Diagnóstico e identificação das principais efetividades e entraves da gestão do PBF em Rio Verde, GO

Fonte: Elaboração própria (2013).

O Quadro 2 acima apresenta um resumo as principais efetividades e entraves identificados na análise qualitativa da gestão local. Observa-se, assim, que o PBF no município apresenta dificuldades de gestão que interferem diretamente no atendimento das famílias beneficiárias do programa.

A seguir, será apresentada a caracterização dos sujeitos desta pesquisa quanto a aspectos socioeconômicos e sociodemográficos.

4.2 Diagnóstico da situação socioeconômica e sociodemográfica das famílias rurais beneficiárias do Programa Bolsa Família em Rio Verde, GO

Para se delinear esse diagnóstico, foi necessária a avaliação de alguns quesitos.

4.2.1 Caracterização das famílias: uma análise a partir das diferenciações entre moradores dos distritos rurais e pequenos produtores

Das 375 famílias beneficiárias do PBF residentes no rural, 153 estão localizadas em pequenas propriedades e assentamentos rurais e 222 nos distritos. Foram entrevistadas 40 famílias das beneficiárias residentes em pequenas propriedades rurais e assentamentos, o que representa 26,14% do total das famílias entrevistadas. Nos distritos, foram entrevistadas 54 famílias, representando 57,45% do total das famílias entrevistadas.

Na maioria dos domicílios, os chefes de família possuem baixo grau de escolaridade. Tanto nos distritos quanto nos assentamentos rurais e pequenas propriedades, a faixa maior, entre os entrevistados, concentra-se no Ensino Fundamental I.

Apenas 20% das famílias residentes nos distritos possuem renda advinda das atividades agrícolas; para os outros 80%, a renda é proveniente de outras atividades.

Detectou-se que 24,07% são trabalhadores rurais e que 75,93% exercem outras atividades. A pesquisa apontou que, além de trabalhadores rurais, existem servidores públicos nas diversas áreas, como educação, saúde e limpeza pública. O comércio local é bastante fraco, empregando apenas os proprietários, e as indústrias próximas exigem mão de obra qualificada.

A renda das famílias residentes nos assentamentos rurais e pequenas propriedades é proveniente da produção agrícola, o que configura apenas renda agrícola. A maioria dedica todo o tempo de trabalho na propriedade, e em nenhuma das famílias detectou-se a pluriatividade.

Em relação à participação dos beneficiários em organizações sociais, 80% das famílias residentes nos assentamentos rurais e pequenas propriedades participam de pelo menos um grupo. Já nos distritos a situação é bastante diversa, apenas 43% participam.

Em relação à alimentação, a maioria das famílias dos distritos e dos assentamentos rurais e pequenas propriedades toma café da manhã (81,48% e 92,5%, respectivamente), almoçam (100%) e jantam (100%) nos sete dias da semana. A porcentagem do café da manhã é a menor, pois muitos relataram não estar acostumados a fazer a refeição matinal, principalmente nos dias em que as crianças não têm aulas.

Das famílias que possuem crianças frequentando escolas ou creches, 100% recebem refeição escolar, em média, uma vez ao dia. Nos distritos, algumas escolas passaram a funcionar em período integral no ano de 2013, e as crianças que estão matriculadas nessas escolas recebem três refeições diárias, assim como nas creches. A merenda escolar é complementar e pode contribuir, mesmo que indiretamente, para a melhora dos níveis de insegurança alimentar, além de ser importante para o orçamento doméstico, gerando menos gastos em casa com alimentação das crianças, de acordo com o IBASE (BRASIL, 2008).

Todas as famílias entrevistadas nos distritos afirmaram efetuar a compra de alimentos em supermercados, assim como as famílias dos assentamentos rurais e pequenas propriedades. Nos distritos, 50,24% das famílias possuem dívidas com alimentos,

contraídas nos supermercados locais, já nos assentamentos rurais e pequenas propriedades, as famílias efetuam suas compras à vista.

Ao serem questionadas sobre o que acontece com a alimentação das crianças menores de 14 anos durante as férias escolares, 63% das famílias nos distritos disseram que não há alteração; 18,12% disseram que piora e 18,9% disseram que melhora. Nos assentamentos rurais e pequenas propriedades, 15,21% responderam que melhora a alimentação; 77,08% disseram que não há alteração e 7,71% não têm filhos menores de 14 anos.

Não foi possível levantar o percentual de famílias que apresentam problema crônico de saúde. De acordo com os agentes de saúde, as doenças mais comuns são hipertensão e/ou colesterol alto.

Em relação à situação de trabalho dos chefes de família dos distritos, 20,37% têm trabalho permanente, ou seja, têm registro em carteira ou são servidores públicos efetivos e/ou comissionados; 66,67% trabalham sem registro em carteira, temporariamente ou por conta própria; 1,85% são aposentados e 11,11% estão desempregados ou à procura de emprego. No caso dos chefes de família dos assentamentos rurais e pequenas propriedades, 90% trabalham somente nos lotes; 2,5% trabalham como servidor público (auxiliar de serviços gerais na escola); 2,5% estão procurando emprego e 5% são trabalhadores rurais com carteira assinada. Todas as mulheres exercem algum tipo de atividade na propriedade em que residem.

4.2.2 Caracterização da (in) segurança alimentar das famílias

Seguindo o que preconiza a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), a pesquisa detectou que 28,72% das famílias pesquisadas beneficiárias do PBF se encontram em situação de segurança alimentar (SA), ou seja, não apresentam nenhuma restrição alimentar e preocupações futuras com a falta de alimentos.

Já 71,28% apresentam níveis de insegurança alimentar (IA) ou algum tipo de privação de alimentos. A pesquisa revelou que 54,25% das famílias apresentam insegurança alimentar leve (IAL), ou seja, as famílias quando há preocupação ou incerteza quanto

ao acesso aos alimentos. Ainda 12,77% apresentam insegurança alimentar moderada (IAM), quando há restrições quantitativas especialmente relevantes entre pessoas adultas. Apenas 4,26% apresentaram insegurança alimentar grave (IAG), caracterizada pela fome entre adultos e/ou crianças.

O nível de segurança alimentar nos distritos (31,48%) é maior do que nos assentamentos (25%). Em relação à insegurança alimentar, nos assentamentos não aparece a IAG, enquanto que nos distritos o índice desta é de 7,41%.

O cruzamento das variáveis com os níveis de (in) segurança alimentar permitiu identificar as principais dificuldades das famílias e as oportunidades para alcançar a segurança alimentar. De acordo com a análise feita, as variáveis renda e escolaridade interferem diretamente na segurança alimentar das famílias. Quanto maior a renda, melhores são os níveis de segurança alimentar. A maioria das famílias complementa a renda com o valor do benefício do PBF que, segundo eles, contribui de forma significativa nos gastos com alimentação e, nesses casos, contribuem para o aumento dos níveis de segurança alimentar.

A diversificação da produção das famílias proporciona-lhes estágios mais favoráveis quanto à segurança alimentar. Na pesquisa, famílias nessas condições apresentaram um percentual de 30,43% em condições de segurança alimentar, com redução nos percentuais de IAM. As famílias com maior diversificação de culturas apresentam 69,57% de insegurança alimentar, enquanto que as pouco diversificadas apresentam 86,67%. Esse dado vem reforçar as conclusões de estudos (DUVAL; FERRANTE, 2008) que têm mostrado que, nos lotes onde a diversificação agrícola é maior, há melhores condições de se ter uma alimentação saudável.

Ainda que alguns estudos revelem uma tendência à diminuição de níveis mais críticos de insegurança alimentar mediante um maior percentual de autoconsumo, pode-se afirmar que essa tendência não se confirmou na pesquisa realizada, uma vez que muito pouco do que é consumido pelas famílias é produzido por elas. A pesquisa apontou que apenas 25% das famílias consomem quase tudo do que é produzido na propriedade. E, dentre as que consomem quase tudo vindo

da propriedade, 70,59% estão em condição de insegurança alimentar. A conclusão é de que quanto menor a renda dessas famílias, maior o autoconsumo.

5 Considerações finais

O estudo desenvolvido demonstra a importância da discussão da avaliação das políticas sociais direcionadas à segurança alimentar das famílias rurais, em especial o Programa Bolsa Família. Observa-se interesse, por parte do governo e também da população, na avaliação dos programas e das políticas públicas, avaliação esta que reflete maior transparência nas ações governamentais.

Dentre as variáveis pesquisadas, observou-se que os principais entraves para a efetividade social do programa na segurança alimentar das famílias em questão estão relacionados à baixa renda, baixa escolaridade, ausência de atividades pluriativas, dificuldade de acesso ao crédito, falta de qualificação, ausência de assistência técnica e tendência ao trabalho informal, no caso dos distritos. Percebeu-se baixa qualificação das famílias, pouca diversificação da produção e uma grande dificuldade no acesso às políticas públicas.

O universo empírico estudado não completa o ciclo da política com o estágio de avaliação. A avaliação constitui exame sistemático do programa e destaca-se como um instrumento valioso para a gestão. Ela permitiria, no caso específico, a identificação das fragilidades levantadas pela pesquisa, a transparência das ações e correções do programa. Os resultados do programa com as famílias rurais não são monitorados pelo governo e atores sociais.

Em relação à diferença na efetividade do Programa Bolsa Família entre as famílias residentes nos distritos e assentamentos rurais, verificou-se que as famílias residentes nos distritos têm maior facilidade em acessar as ações desenvolvidas pela gestão local, ações essas que geram oportunidades de capacitação, de trabalho e renda. Essas ações são elementos necessários à emancipação dessas famílias e terão reflexo direto nos níveis de segurança alimentar e se traduzirão em maior efetividade do programa nos distritos.

Percebe-se que há muito a evoluir, principalmente no que diz respeito à gestão

local na articulação com outras secretarias para o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades, na identificação das famílias que estão excluídas do Programa e na oferta de capacitação profissional aos beneficiários que vivem no meio rural. Os produtos propostos neste estudo serão caminhos importantes de avaliação continuada e de transferência de conhecimento ao poder público dessa política social tão relevante, especificamente para as famílias rurais.

Referências

- ALMEIDA, L. M. M. C. *Estrutura de governança e gestão das redes e programas de segurança alimentar: análise comparativa entre municípios paulistas*. 2009. 220p. Relatório técnico-científico (Pós-Doutorado) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiadas. *Documento síntese*. 2008. Disponível em: <<http://www.ibase.br/pt/wp-content/uploads/2011/06/segal-repercussões-do-bolsa-familia.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2012.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Segurança alimentar*. 2010a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/seguranca_alimentar_2004_2009/pnadalimentar.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2012.
- _____. *Censo demográfico*. 2010b. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=521880&search=goias|rio-verde>>. Acesso em: 19 abr. 2014.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Bolsa Família*. 2013. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 22 maio 2013.
- _____. *Relatório de Informações Bolsa Família e Cadastro Único*. 2014a. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php>>. Acesso em: 19 abr. 2014.
- _____. *A extrema pobreza no seu município*. 2014b. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/ead/ri/carrega_pdf.php?rel=extrema_pobreza>. Acesso em: 19 abr. 2014.
- CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Org.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA, 2013.
- DUVAL, Henrique Carmona; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Autoconsumo e políticas municipais: perspectivas de segurança alimentar e de desenvolvimento. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta (Org.). *Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2008. p. 308-323.
- KAGEYAMA, Angela A. *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro*. Porto Alegre, RS: EDUFRGS, 2008.
- MENEZES, Francisco. *Panorama atual da segurança alimentar no Brasil*. Brasília: IBASE, 1998. Disponível em: <<http://amar-bresil.pagesperso-orange.fr/documents/secual/san.html>>. Acesso em: 5 nov. 2012.
- PAIVA, Luis Henrique; FALCÃO, Tiago; BARTHOLO, Leticia. Do Bolsa Família ao Brasil Sem Miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Org.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA, 2013. p. 25-46.
- PAULILLO, Luiz. Fernando; PESSANHA, Lavinia. Segurança alimentar, políticas públicas e regionalização. In: PAULILLO, Luiz. Fernando et al. *Reestruturação agroindustrial, políticas públicas e segurança alimentar regional*. São Carlos: Edufscar, 2002.
- PAULILLO, Luiz Fernando; ALVES, Francisco (Org.). *Reestruturação agroindustrial: políticas públicas e segurança alimentar regional*. São Carlos, SP: EDUFSCAR, 2009.
- PAULILLO, L.F. Entraves para políticas de segurança alimentar: uma análise comparativa da eficácia e aplicabilidade dos programas e redes de inclusão criadas em municípios paulistas. *Relatório de Projeto apresentado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Bolsa Produtividade em Pesquisa*. São Carlos, 2010.
- SANTANA, Jomar Álace. A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família. In: SEMINÁRIO POPULAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE, 1., 2007, Belo Horizonte, MG. *Resumos...* Belo Horizonte, MG: Cedeplar/UFMG, 2007. p. 1-19.
- SANTOS, Leandro de Lima. *Políticas públicas de reforma agrária e segurança alimentar: análise comparativa dos agricultores familiares no território rural Vale do Rio Vermelho - GO*. 2011. 123f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio)–Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.
- TAKAGI, Maya; BELIK, Walter. A implantação da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: entre a caridade e os gastos sociais. In: ORTEGA, Antônio Cesar; ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). *Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária*. Campinas, SP: Alínea, 2007. p. 187-207.
- TRALDI, Daiane Roncato Cardozo. *Efetividades e entraves do Programa Bolsa Família no município de Araraquara/SP: um olhar sobre a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários*. 2011. 192f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, 2011.

Espaços de produção e comercialização da agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas do Sul Catarinense*

Spaces of production and marketing of family farming: the decentralized cooperatives South Santa Catarina

Des espaces de production et de commercialisation de l'agriculture familiale: les coopératives décentralisées Sud Santa Catarina

Espacios de producción y comercialización de la agricultura familiar: las cooperativas descentralizadas del Sur de Santa Catarina

Dimas de Oliveira Estevam**
(doe@unescc.net)

Giovana Ilka Jacinto Salvaro**
(giovanasalvaro@unescc.net)

Carla Spillere Busarello**
(carlaspillere@gmail.com)

Recebido em 17/03/2015; revisado e aprovado em 24/07/2015; aceito em 31/07/2015

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/151870122015205>

Resumo: O artigo apresenta uma discussão sobre os espaços de produção e comercialização de agricultores familiares, por meio de cooperativas rurais descentralizadas. Como procedimentos metodológicos, foram utilizadas fontes bibliográficas documentais e de campo. Além da pesquisa documental, foi realizada a de campo, em que foram entrevistados cooperados de seis cooperativas. Entre os resultados obtidos, constatou-se que a comercialização é realizada em feiras e Programas Institucionais.

Palavras-chave: Cooperativismo. Agricultura. Mercados.

Abstract: The article presents a discussion of the areas of production and marketing of family farmers by means of decentralized rural cooperatives. The methodological procedures bibliographical, documentary and field sources were used. Besides the documentary research was carried out in the field, there were interviewed cooperative members from six cooperatives. Among the results, it was found that the marketing is performed in fairs and Institutional Programs.

Key words: Cooperative. Agriculture. Markets.

Résumé: L'article présente une analyse des zones de production et de commercialisation des agriculteurs famille par le biais de coopératives rurales décentralisées. Les procédures méthodologiques bibliographiques, sources documentaires et sur le terrain ont été utilisés. Outre la recherche documentaire a été effectuée dans le domaine, qui ont été interviewés six membres de coopératives. Parmi les résultats, il a été constaté que la commercialisation est effectuée à des foires et des programmes institutionnels.

Mots-clés: Coopération. L'agriculture. Les marchés.

Resumen: El artículo presenta un análisis de las áreas de producción y comercialización de los agricultores/familia por medio de la cooperativas rurales descentralizadas. Los procedimientos metodológicos bibliográficos, se utilizaron fuentes documentales y de campo. Además de la investigación documental se llevó a cabo en el campo, que fueron entrevistados /las cooperativas/las seis cooperativas. Entre los resultados, se encontró que la comercialización se realiza en las ferias y Programas Institucionales.

Palabras clave: Cooperativas. La agricultura. Los mercados.

1 Introdução

Este artigo é parte integrante de estudos realizados pelo Grupo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Socioeconômico, Agricultura Familiar e Educação do Campo (GIDAFEC/UNESC/CNPq). O GP

desenvolve atividades de pesquisa e extensão sobre temáticas da agricultura familiar, organizações coletivas, redes e cadeias produtivas, consumo consciente, entre outros temas.

Os estudos sobre os processos de inserção de produtos da agricultura familiar no mercado têm despertado o interesse de

* Uma versão preliminar do artigo foi apresentada no IX Congresso ALASRU – México, 2014. Os resultados apresentados neste artigo integram uma pesquisa que tem apoio financeiro do Edital nº 15/2013 PIBIC/CNPq/UNESC.

** Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

muitos pesquisadores nos últimos anos. As pesquisas sobre a construção de mercados e a inserção dos produtores em cadeias mercantis estão entre as mais inovadoras, por isso têm motivado outras pesquisas. Ressalta-se que essas discussões não estão retomando o debate sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura com o aparecimento de formas de inserção mercantil (SCHNEIDER, 2013).

As pesquisas atuais sobre os mercados evidenciam que há um processo em formação, em que se destaca que os mercados não são apenas espaços de interação entre demanda e oferta, restritos às leis econômicas de formação da riqueza, sua alocação e distribuição nas sociedades. Os mercados passam a ser percebidos e entendidos como espaços de interação social, formados por meio de sinais e relações que não são apenas materiais e tangíveis, mas fundamentalmente ativados mediante interações sociais, culturais e cognitivas (SCHNEIDER, 2013). Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar os espaços de produção e comercialização de produtos de cooperativas rurais descentralizadas da Região Sul do estado de Santa Catarina.

No que compreende os procedimentos metodológicos, a pesquisa serviu-se de fonte bibliográfica documental e de campo. A documental foi realizada em arquivos das próprias cooperativas. Na de campo, optou-se pelo estudo de algumas cooperativas da região. A amostra foi definida por acessibilidade (GIL, 2010) e constituída por dezoito cooperados de cooperativas descentralizadas da região Sul de Santa Catarina. O instrumento de coleta de dados foi um questionário constituído por questões abertas e fechadas.

No processo de análise das informações, foram aliados procedimentos quantitativos e qualitativos pela estatística descritiva e análise de conteúdo. Segundo Richardson (1999), como o próprio nome indica, o método quantitativo se caracteriza pelo emprego da quantificação em processos de coleta de análise de informações. Quanto à análise de conteúdo, “entre as diversas técnicas [...] a mais antiga e a mais utilizada é a análise por categoria”, [baseada] “na decodificação de um texto e, diversos elementos, os quais são classificados e formam agrupamentos analógicos” (RICHARDSON, 1999, p. 243).

O artigo está organizado em três tópicos: o primeiro trata da introdução; o segundo retoma e apresenta os espaços de produção/comercialização de produtos da agricultura familiar; o terceiro apresenta a análise das informações obtidas nas pesquisas documental e de campo.

2 As transformações recentes da agricultura familiar

No Brasil, no início da década de 1960, a agricultura passou por um intenso processo de modernização, por meio da introdução de novas tecnologias, máquinas agrícolas que visavam a aumentar intensivamente a produtividade. Tal processo ficou conhecido como “revolução verde”, por alavancar extraordinariamente os procedimentos produtivos agroindustriais, transformar atividades rurais em industriais, sem levar em consideração as questões ambientais, transformando rapidamente os recursos naturais em capital (MOREIRA, 1999; GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990).

As consequências advindas da “revolução verde” são descritas por Palmeira (1989) como a grande concentração de terras nas mãos de poucos proprietários; a distribuição desigual da riqueza; o aumento do êxodo rural; e, ainda, o aumento da exploração de trabalho sobre as propriedades menores. Todos esses fatores contribuíram para a intensificação da desigualdade no campo, onde os grandes produtores rurais acumularam cada vez mais riqueza e os pequenos agricultores ficaram mais empobrecidos.

A partir da década de 1980, com o processo de redemocratização do país, houve a possibilidade de reorganização dos movimentos sociais e a categoria “agricultura familiar” passou a ser reconhecida pelo Estado. Com isso, os agricultores começaram a ter acesso a políticas públicas, assim como outras visões acerca da agricultura familiar e do ambiente rural (DENARDI, 2001). As políticas públicas para o meio rural trouxeram não somente o fortalecimento da agricultura familiar, mas também um desenvolvimento agrário que visa ao crescimento do ambiente rural como um todo, analisando os agentes envolvidos por diversos campos do conhecimento.

No que diz respeito ao processo de modernização do campo brasileiro e suas

transformações para a agricultura familiar, Wanderley (2009, p. 185) enfatiza que não ocorreu a decomposição esperada do campesinato e que a agricultura familiar, enquanto forma social de produção, “ocupa um lugar importante no cenário atual da economia e da sociedade brasileiras”. No entanto, entre o que fica e o que continua, Wanderley (2009) faz algumas ponderações: I) é falsa a suposição de que os camponeses não estariam interessados em produzir além de suas necessidades, pois os agricultores familiares “podem demonstrar uma importante capacidade de investimento, tanto maior quanto são efetivamente integrados aos mercados modernos” (WANDERLEY, 2009, p. 192); II) mudança no princípio do rendimento indivisível, pois “ao se integrar ao mercado, nas condições modernas de produção, a unidade familiar introduz, em seu funcionamento, a necessidade de pagamentos diferenciados” (WANDERLEY, 2009, p. 192); III) em relação ao tempo, “enquanto o camponês tradicional ressaltava o “passado e suas tradições”, a agricultura moderna, ao introduzir a noção de progresso, transfere o primado ao futuro” (WANDERLEY, 2009, p. 192); IV) a pluriatividade das famílias rurais, entendida como “uma estratégia da família, a fim de, diversificando suas atividades, fora do estabelecimento, assegurar a reprodução deste e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família” (WANDERLEY, 2009, p. 193).

Ainda, com base na autora acima, o aprendizado que pode ser obtido por meio desse processo: I) no Brasil, a agricultura familiar é relevante do ponto de vista econômico e social; II) em função do processo de modernização da agricultura que, via de regra, significa a ampliação das relações capitalistas na agricultura, esses agricultores “metamorfosaram-se” por meio da crescente “mercantilização”; III) permaneceu o trabalho familiar, contudo sua reprodução social passa a ser influenciada pela sua relação (cada vez maior) com os mercados; IV) assim sendo, o novo desafio passa a ser compreender a “morfologia” dos mercados da agricultura familiar (WANDERLEY, 2009).

Dessa maneira, a agricultura familiar está integrada ao mercado, mas não perdeu sua característica de trabalho familiar, sendo

importante do ponto de vista social e econômico. No próximo tópico, discutir-se-á o modelo de cooperativismo rural descentralizado em Santa Catarina, como uma estratégia de organização dos agricultores familiares, a fim de enfrentarem os desafios atuais.

2.1 As cooperativas descentralizadas de Santa Catarina

Em Santa Catarina, com o objetivo de amenizar os riscos e acessar o mercado formalmente, agricultores familiares têm buscado redes de cooperação, especialmente as organizadas sob a forma de cooperativas descentralizadas. Embora essas redes de cooperação compreendam outras formas de organização (condomínios, associações e cooperativas por produto), as cooperativas descentralizadas se constituem na mais recente forma de inovação organizativa da agricultura familiar (MIOR et al., 2014).

As cooperativas descentralizadas, para os autores supracitados, são formas de organização que abrigam diversos empreendimentos e diversas atividades da agricultura familiar, constituída por uma sede e por unidades de produção e/ou filiais da cooperativa de produção agroindustrial, localizadas nas propriedades ou nas comunidades rurais dos/as associados/as. Desse modo, são descentralizadas da sede da cooperativa, e a formalização de seus empreendimentos é realizada por meio de um contrato de comodato, “cessão e uso”, com a cooperativa. Para fins de legalização, as unidades são repassadas à cooperativa por meio desse contrato de comodato (por isso, elas são denominadas “descentralizadas”). As unidades descentralizadas são empreendimentos formais, filiados a uma cooperativa, cujo CNPJ utilizam (ESTEVAM et al., 2014; MIOR et al., 2014).

Essa forma de organização cooperativa, segundo Estevam et al. (2011), tem contribuído na superação de importantes gargalos na comercialização de produtos dos agricultores familiares, particularmente aos relacionados às legislações fiscais e sanitárias. Além disso, tem viabilizado as escalas mínimas de produção e logística. As cooperativas descentralizadas podem ser vistas como um mecanismo para viabilizar a entrada autônoma dos agricultores familiares no mercado. O acesso

pode ocorrer de forma mais direta e menos intermediada pelas grandes agroindústrias e cooperativas tradicionais (MIOR et al., 2014).

O que diferencia as cooperativas descentralizadas do modelo tradicional de cooperativa é que, no primeiro, o ativo imobilizado não existe, uma vez que cada sócio é proprietário e responsável pela produção e distribuição, utilizando a cooperativa como amparo jurídico e canal de comercialização (BIALOKORSKI NETO, 2002). Nesse sentido, tem-se a diminuição da intermediação no processo de comercialização, reduzindo custos da transação entre a compra e a venda, além de aproximar o produtor do consumidor, criando uma relação de confiança, uma vez que é possível conhecer a origem da produção. Ainda, sobre o processo de comercialização, sem a intermediação tradicional do atravessador, o consumidor passa a consumir um produto de qualidade, visto sua forma de produção artesanal, com um preço mais justo para ambas as partes (ESTEVAM et al., 2014).

As cooperativas descentralizadas possibilitam ao agricultor familiar diversificar sua produção, não precisando se concentrar em apenas um produto para atender a uma determinada demanda, como acontece na integração com as agroindústrias. Essa flexibilidade produtiva permite aos agricultores escolher o que, como e onde produzir, possibilitando atuarem em novas dinâmicas de mercado. Além disso, os resultados financeiros do processo de produção e comercialização são distribuídos quase em sua totalidade ao cooperado, sendo retido somente um percentual para cobrir os custos operacionais e os determinados pela legislação cooperativa vigente (ESTEVAM et al., 2011).

Por isso essas cooperativas representam uma quebra de paradigma organizacional, social e econômico ao fugirem da ideia majoritária de que, para constituir uma cooperativa, é necessário investir em grandes instalações e em infraestrutura, e, conseqüentemente, reter em quase sua totalidade as sobras (ESTEVAM et al., 2011). As cooperativas descentralizadas recebem o mesmo tratamento legal das cooperativas tradicionais, tais como: o número mínimo de vinte sócios para a fundação; registro em juntas comerciais; inscrição na receita federal e estadual, bem como todos os demais registros necessários em decorrência do ramo de atividade de cada cooperado.

Essas cooperativas são bem mais flexíveis em comparação às cooperativas tradicionais, por atender às peculiaridades de cada sócio e do mercado. Como se trata de pequenas estruturas organizacionais, a autonomia de cada cooperado é mantida, e o processo de decisão é mais democrático e participativo (ESTEVAM et al., 2014).

Nesse processo, dá-se especial enfoque às cooperativas rurais descentralizadas, o que leva a abordar, no próximo tópico, sobre os espaços de produção e comercialização da agricultura familiar.

2.2 Espaços atuais de produção e comercialização da agricultura familiar

A organização dos agricultores familiares em cooperativas descentralizadas tem possibilitado a revitalização e diversificação da produção, e, dessa forma, viabilizado a permanência de muitos agricultores no campo. Isso acontece porque o agricultor organizado de forma cooperada tem possibilidade de obter uma renda melhor por meio da valorização e da ressignificação de seus produtos, num trabalho conjunto de valorização do espaço rural (ESTEVAM; MIOR, 2014).

Dessa maneira, tem-se a possibilidade da integração entre produção e consumo, conforme Cruz e Schneider (2010), por meio de cadeias curtas em que há a valorização local de produtos tradicionais com características histórico-culturais, que foram enraizadas socialmente, ressaltando valores tais como: confiança, localidade e reconhecimento entre produtores e consumidores, favorecendo dinâmicas socioeconômicas positivas. Essa estratégia representa a possibilidade de desenvolvimento de algumas regiões, notadamente aquelas que têm procurado inserir-se no mercado por meio da produção e comercialização de alimentos que foram colocados à margem de redes hegemônicas de comercialização. A inserção se dá pela valorização da produção em espaços que a diferenciam dos produtos produzidos, industrialmente e em larga escala, pelo sistema agroalimentar hegemônico, comercializados em mercados alternativos e institucionais.

Quando se refere ao sistema agroalimentar hegemônico, Ploeg (2008) ressalta que o mercado está estruturado e controlado

pelos impérios alimentares, em que há perda da identidade dos produtos. Sendo assim, o alimento já não é mais produzido num determinado lugar, por determinadas pessoas, num determinado período, nem distribuído por meio de circuitos mais ou menos conhecidos ou, pelo menos, cuja procedência seja conhecida pelos consumidores.

O efeito desse processo é a artificialização da produção, como define Ploeg (2008), caracterizada pelo modo empresarial de fazer agricultura e por um grau elevado de modernização. A partir desse modelo, são criadas novas relações de dependência entre essas instituições, agentes e unidades agrícolas envolvidas. Essas relações de dependência são de natureza dupla: incluem novas relações mercantis, bem como relações técnico-administrativas por meio das quais o processo de trabalho na unidade produtiva é prescrito, condicionado e controlado.

No sistema hegemônico, Giddens (1991) afirma que a confiança das instituições modernas tem suas raízes em sistemas obscuros, nos quais não existe um contato direto entre os atores envolvidos. A essência da confiança se baseia em simbolismos ilusórios sobre a capacidade de um técnico operar sistemas (ou mecanismos) que um leigo não teria capacidade de compreender. Esse fenômeno é caracterizado pelo autor como “confiança sem rosto”, pois se acredita na sistematização de um processo justamente pelo fato de a pessoa leiga não compreender o seu funcionamento e não conhecer quem o opera.

Contrapondo-se a esse mercado “sem rosto”, surge a abordagem teórica da localização e diversidade dos sistemas agroalimentares. A localidade entra como elemento explicativo principal da diferenciação do desenvolvimento, já que os fenômenos globais sofrem reações, reinterpretações e ressignificações dos sujeitos locais (MIOR et al., 2014). Dessa maneira, propõe-se que as análises sobre mudanças sociais deixem de valorizar apenas as forças externas e passem a ser centradas nos atores sociais locais (PLOEG, 2006). A partir dessa perspectiva teórica, ao tratar das redes sociais colaborativas, estudos (PLOEG, 2006; 2008) fazem uma contraposição entre as perspectivas da globalização e as da realocação e diversidade dos sistemas alimentares, cujo argumento se centra nos

processos de mudança rural, para que, nesse sentido, seja incluída a reestruturação rural a partir de dinâmicas socioeconômicas agrícolas e não agrícolas dos territórios locais e regionais (MIOR et al., 2014).

Portanto, quando se aborda a tipologia dos mercados acessados por agricultores familiares, existe uma carência em termos de literatura que analise as peculiaridades de cada um. Os trabalhos de Abramovay (2003) e Wilkinson (2008) constituem boas referências de ensaios que tentam uma abordagem para compreender as particularidades das diferentes formas de integração mercantil dos agricultores familiares na atualidade.

Na última década, ocorreram profundas transformações nas formas de intermediação entre a produção familiar e o mercado, acesso que agora exige maior autonomia e capacidades próprias por parte dos agricultores. Segundo Wilkinson (2008), ao mesmo tempo, inexistia na literatura um respaldo analítico para pensar os novos espaços da agricultura familiar. Na visão ortodoxa, a pequena produção se caracteriza ou pela falta de acesso a recursos ou pelo uso inadequado destes. Os enfoques, a partir da inovação, valorizam o setor de Pequenas e Médias Empresas (PMEs) apenas na medida em que tratam os novos entrantes abrindo mercados de nicho com base em tecnologias de ponta. O desafio, portanto, é elaborar uma tipologia de mercados que seja relevante para a agricultura familiar e construir uma base analítica que permita compreender a dinâmica desses mercados, que sirva, ao mesmo tempo, para treinar os quadros que trabalham nesse campo (WILKINSON, 2008).

A partir dos anos de 1990, segundo Wilkinson (2008), três enfoques passaram a ser dominantes na discussão sobre agricultura familiar: o primeiro trata da recuperação da noção de agricultura familiar, principalmente na literatura americana e europeia, que substituiu o conceito de pequena produção ou produtor de baixa renda, identificando-o como um sujeito estratégico para o modelo de desenvolvimento desses países; o outro enfoque, também inspirado nas experiências desses países, analisa as atividades não agrícolas como estratégicas para a reprodução social da família rural; o terceiro são estudos que focalizam a dinâmica da integração entre a agricultura familiar e a agroindústria, com

uma forte tendência de exclusão, com base nas novas exigências de escala e qualidade (ABRAMOVAY, 2003).

Todas essas abordagens mostram fragilidades que apontam para a necessidade de uma nova síntese que já se desenha na convergência em torno da noção de território. Os estudos sobre a agricultura familiar tendem a superestimar o grau de consolidação de certas faixas de produtores por não levarem em conta as fortes transformações na recente dinâmica dos mercados. Em se tratando de mercados para agricultura familiar, quando se abordam essas transformações, especificamente os mercados de produção e comercialização, entende-se que a reprodução social das famílias está diretamente ligada a eles. Com base em Wilkinson (2008), resumidamente, pode-se apontar três tendências ou dinâmicas de mercado, bastante distintas. A primeira é a produção de *commodities*, como soja, milho, fumo, leite, suínos e aves, que são dominados pelas agroindústrias e atravessadores; a segunda tendência se refere às iniciativas dos agricultores e à construção de sua autonomia contando com a participação de ONGs, como, por exemplo, na produção de orgânicos e na produção de produtos artesanais; a terceira dinâmica está relacionada às políticas públicas (de cunho não assistencialista) que pretendem fortalecer a agricultura familiar criando espaços específicos de comercialização de seus produtos.

Em suma, a partir dos anos noventa, os mercados para os agricultores familiares têm sido favorecidos para atuarem em nichos de mercados em cadeias curtas. Com isso, parte da população tem a possibilidade de acesso a alimentos saudáveis e de qualidade. Dessa forma, no terceiro tópico do artigo, faz-se referência à pesquisa de campo realizada na Região Sul de Santa Catarina.

3 Espaços de produção e comercialização dos cooperados das cooperativas descentralizadas do sul catarinense

A pesquisa foi desenvolvida na região sul de Santa Catarina, especificamente nas áreas de abrangência da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC), constituída por 12 municípios associados, a saber: Balneário Rincão, Cocal do Sul,

Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga.

Nesses municípios, a participação da agricultura familiar é de grande relevância, sobretudo em termos sociais e econômicos. Contudo os agricultores enfrentam dificuldades por causa do caráter informal envolvido na comercialização da produção e, consequentemente, vivenciam problemas de acesso a variadas dinâmicas de mercado. Em tal contexto, as cooperativas descentralizadas se apresentam como forma de superar o caráter informal da comercialização da produção, bem como de oportunizar a entrada nos mercados da produção.

Com o objetivo de avaliar os espaços de produção e comercialização dos agricultores familiares em mercados alternativos e institucionais, buscou-se obter informações junto aos cooperados de algumas das cooperativas descentralizadas da região em estudo. Ao todo foram entrevistados 18 agricultores familiares de seis cooperativas oriundas de seis municípios do sul catarinense, conforme descrição que segue: Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Içara-SC (Coopafi); Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Forquilha-SC (Coonafor); Cooperativa Nosso Fruto de Criciúma-SC; Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares Fumacences (Cooaff); Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Urussanga-SC (Coofasul); Cooperativa dos agricultores familiares de Nova Veneza-SC (Coofanove).

3.1 Perfil sociodemográfico dos entrevistados

A tabela 1 apresenta o perfil sociodemográfico dos entrevistados. Com o objetivo de manter o anonimato dos entrevistados, a identificação foi feita por meio de numeração, em ordem decrescente por idade. Dos 18 entrevistados, quatro são do sexo feminino e 14 do sexo masculino, com idades entre 24 e 62 anos. A grande maioria é casada, com exceção de duas mulheres solteiras e um homem viúvo. Outro ponto a ser destacado se refere à média de idade dos entrevistados, superior a cinquenta anos, o que acompanha a tendência de envelhecimento da população rural.

Tabela 1 – Perfil sociodemográfico dos entrevistados

Entrevistado	Sexo	Idade	Estado Civil	Número de Filhos	Filhos na propriedade	Tempo de Associado
1	Feminino	24	Casada	0	0	4 meses
2	Feminino	31	Solteira	0	0	1 ano
3	Masculino	38	Viúvo	2	0	1 ano
4	Masculino	41	Casado	3	1	3 anos
5	Masculino	45	Casado	1	1	10 anos
6	Masculino	47	Casado	3	0	3 anos
7	Masculino	47	Casado	2	0	5 anos
8	Masculino	47	Casado	3	0	3 anos
9	Masculino	49	Casado	2	2	3 anos
10	Masculino	50	Casado	2	0	3 anos
11	Masculino	50	Casado	3	1	3 anos
12	Masculino	50	Casado	2	0	4 anos
13	Masculino	53	Casado	4	0	9 anos
14	Masculino	54	Casado	2	0	5 anos
15	Masculino	57	Casado	2	0	5 anos
16	Feminino	57	Casada	1	0	5 anos
17	Masculino	58	Casado	3	0	5 anos
18	Feminino	62	Solteira	0	0	5 anos

Fonte: Pesquisa de campo (2014).

A pesquisa evidenciou algumas barreiras para a viabilidade da comercialização dos produtos provenientes da agricultura familiar, entre as quais a inspeção sanitária e questões tributárias. Estevam et al. (2012) já haviam observado essas dificuldades e afirmam que os pequenos produtores rurais encontram barreiras para entrar no mercado em função da vigilância sanitária e tributária, principalmente quando a venda ultrapassa o espaço territorial municipal. Para comercializar fora do município, como os estabelecimentos rurais têm licenciamento para comercializar a produção dentro do município, pelo Sistema de Inspeção Municipal (SIM), alguns cooperados optam por se associar em mais de uma cooperativa para ampliar os espaços de comercialização. Essa é uma estratégia que muitos cooperados têm adotado.

Em relação ao número de filhos, totalizam-se 35 descendentes. Destes, apenas cinco permaneceram na propriedade rural e 30 migraram para os centros urbanos dos municípios da região. Gaviria e Menasche (2006) explicam a migração dos jovens do campo para as cidades, justificando que os pais incentivam os filhos a estudarem para sair do trabalho rural. Quando estes atingem a idade adulta, buscam a independência familiar e a garantia de um salário mensal.

3.2 A divisão do trabalho nos estabelecimentos

Dos 18 agricultores entrevistados, apenas dois não possuem áreas de produção e moradia próprias. Os demais entrevistados possuem pequenas propriedades que variam de tamanho entre 2,5 a 22 hectares. Os agricultores produzem e comercializam uma grande diversidade de produtos. Entretanto o milho e o arroz ainda são mais produzidos, seguidos do leite, com um total de quatro estabelecimentos. Os embutidos de carne suína e o fumo também estão entre os mais produzidos, com três estabelecimentos. Os demais produtos variam entre dois e três estabelecimentos. É importante destacar que, entre todos os entrevistados, nenhum pratica a monocultura, ou seja, os estabelecimentos produzem mais de um tipo de alimento para o consumo e para o mercado.

Conforme se verifica, os agricultores têm buscado a diversificação da produção como forma alternativa de obtenção de renda e, como afirma Bianchini (2007), também produzem para o autoconsumo, uma vez que o produtor que cultiva uma única cultura corre o risco de passar períodos do ano sem renda em função da sazonalidade do produto. De acordo com Schejtman e Berdegú (2004),

o desenvolvimento da agricultura familiar depende do fortalecimento de pequenos empreendedores rurais pela diversificação da produção e da endogenia, pelas cadeias de cooperação de populações que vivem em estado de pobreza e ampliação do seu poder competitivo. Outra característica da agricultura familiar é a família como centro produtivo e, ainda, a propriedade agrícola tem como sustentação a tríade família-produção-trabalho (WANDERLEY, 2009).

Como a força de trabalho é tipicamente familiar, buscou-se compreender como os entrevistados se organizam para a divisão do trabalho dentro da propriedade. Os entrevistados 05, 06 e 10 têm seus filhos trabalhando na propriedade, porém as divisões de tarefas não são claras: todos os membros da família desempenham todas as funções. Os entrevistados 09, 11, 15, 16 e 17 contam com a força de trabalho somente do casal, o esposo e a esposa executam todas as atividades. O entrevistado 01 tem um empreendimento que conta com a mão de obra de cinco funcionários, mesmo assim, a divisão de tarefas não é clara, cada funcionário desempenha a atividade de acordo com a demanda. O entrevistado 18 conta com a ajuda de seu irmão, de sua cunhada e de seu sobrinho para realizar as tarefas, mas também não tem uma divisão clara das funções a serem desempenhadas.

Dos 18 entrevistados, quatro deles relataram uma divisão clara de trabalho na propriedade e unidade de produção. Cabe destacar o entrevistado 02, cuja divisão de trabalho fica disposta da seguinte maneira: uma filha e a esposa ficam encarregadas pela produção; o esposo embala e faz as entregas; a outra filha é responsável pelas vendas. Além deste, o entrevistado 14 é responsável pela produção de arroz, e a esposa pelos embutidos de carne suína.

Como se verifica, a divisão do trabalho nos estabelecimentos não é bem definida. Isso pode ser explicado porque não há separação entre a produção para o mercado e para o autoconsumo, diferentemente da divisão tradicional da agricultura em que se tinha a separação entre a produção para o autoconsumo produzido majoritariamente pelas mulheres e para o mercado produzido pelos homens.

3.3 Funções nas cooperativas e espaços de produção e comercialização dos cooperados

Em relação ao desempenho de funções nas cooperativas, do total de 18 entrevistados, oito ocupam algum cargo na diretoria. Em termos de relacionamento entre os cooperados, 11 entrevistados não percebem conflitos de interesses nas cooperativas; sete entrevistados destacaram a existência de divergências dentro das cooperativas, como o individualismo, a concorrência entre cooperados, questões de percentual retido e o preço pago pelos produtos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Entretanto todos concordam que, depois que se tornaram cooperados, foi possível aumentar a produção e o retorno financeiro. É importante destacar o caso dos entrevistados 03 e 06, que eram produtores de fumo e, como cooperados, passaram a cultivar mais de um tipo de alimento, recebendo o mesmo retorno financeiro em função da capacidade que a marca da cooperativa tem de agregar valor aos produtos. É o que relata o entrevistado 15:

Depois de entrar na cooperativa, nós conseguimos tirar um dinheiro maior dos produtos que a gente vende, porque aquela marquinha que vai no pacote [dos produtos] já mostra que o que a gente produz tem qualidade e tem o certificado da inspeção.

Além da valorização dos produtos, os entrevistados destacaram que a entrada na cooperativa promoveu aumentos significativos nas vendas dos produtos. Quatro entrevistados declararam, ainda, que a cooperativa possibilitou a diversificação da produção, visto que abriu espaços no mercado para várias culturas. Os entrevistados 05, 10 e 13 observaram que a cooperativa auxiliou na revitalização da produção de defumados, hortaliças e feijão.

A comercialização da produção ocorre, principalmente, nas feiras municipais, onde todos os entrevistados participam semanalmente. A venda de porta em porta também é um canal importante de comercialização e bastante utilizado pelos agricultores, e, para 08 entrevistados, um dos principais meios de comercialização da produção. Outro mercado importante são os programas governamentais, tais como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de

Alimentos (PAA) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), acessados por 12 dos dezoito entrevistados.

Entretanto cabe ressaltar as feiras livres municipais como um dos principais canais de comercialização utilizado por esses agricultores. O estudo de Estevam, Salvaro e Lanzarini (2014) aponta a importância das feiras para comercialização da produção dos cooperados, bem como o seu ressurgimento na última década, as quais praticamente haviam desaparecido na região e, atualmente, estão ressurgindo e até mesmo sendo criadas outras em locais que não existiam. Esse fato está relacionado também à formação de cooperativas, que se organizaram na perspectiva de comercialização de seus produtos na venda direta ao consumidor e, assim, consolidando uma maneira diferenciada de entrada no mercado. A comercialização da produção em feiras pode ser vista como um fator positivo, pois, ao possibilitar o contato direto dos produtores com os consumidores, permite conhecer preferências, criar vínculos de amizade e respeito que vão além do ato de vender alimentos. Ou seja, possibilitam a criação de laços de confiança, amizade, reciprocidade e credibilidade.

3.4 A qualidade dos alimentos na perspectiva dos entrevistados

No processo de consumo alimentar moderno, a confiança tem sido um preceito que não se limita à relação de parentesco ou amizade entre produtor e consumidor. Alves (2005, p. 87) caracteriza a confiança como “[...] um bem intangível signatário dos sistemas peritos”, ou seja, as pessoas não têm contato com o agricultor que plantou os alimentos que elas consomem, nem com o cozinheiro que os cozinhou e muito menos com o processo produtivo das grandes cadeias agroalimentares, ou com os órgãos responsáveis pela fiscalização sanitária. Na atualidade, as pessoas são, na maioria das vezes, dependentes da garantia de confiança de uma grande empresa.

As cadeias produtivas curtas vêm justamente na contramão desse paradigma, visto que seu objetivo é criar relações diretas entre consumidor e produtor, resgatando conceitos pré-modernos de confiança que, de acordo com Giddens (1991), ocorriam pelos contatos

face a face, ligações de parentesco, amizade, comunidade local, tradições e práticas religiosas. Certa relação de confiança entre produtor e consumidor pode ser observada no relato do entrevistado 17:

Os produtos familiares têm mais qualidade, porque quando vem alguém pra comprar, eles veem quem que está vendendo e sempre acaba se conhecendo. [...] Eles sabem como que a gente planta, a terra que nós preparamos, e daí então eles gostam e sabem que o produto é de qualidade.

De modo geral, os agricultores familiares entrevistados atribuem qualidade aos seus produtos e a justificam a partir de alguns fatores: baixo ou não uso de agrotóxicos; compra direta que permite o conhecimento da origem do produto; produtos frescos, produzidos e comercializados na mesma semana; e, ainda, o cuidado com a produção.

Aqui a gente produz com carinho. Nós cuidamos de cada produto e produzimos especial para cada cliente. Nós colocamos pouco agrotóxico, o produto é praticamente orgânico. Daí dá pra dizer que tem qualidade, porque aqueles produtos lá do mercado tem tudo os conservantes, os agrotóxico e tudo isso. Porque só assim pra uma laranja ficar bonita por uma semana e pro leite aguentar mais de 15 dias fora da geladeira. (Entrevistado 12).

Percebe-se que o agricultor, com todo o seu conhecimento pragmático sobre os alimentos e suas formas de produção, reconhece a importância de se produzir um produto de qualidade, além de se fazer questionamentos quanto à qualidade dos produtos industrializados.

4 Considerações finais

A partir da década de 1980, por um lado, teve-se o aumento do controle do mercado pelos impérios alimentares, que atuavam em cadeias longas, o que possibilitou a perda da identidade dos produtos, com restrição à entrada para os agricultores familiares; por outro, os agricultores foram favorecidos para atuarem em nichos de mercados em cadeias curtas. Com isso, parte da população passou a ter a possibilidade de acesso a alimentos saudáveis e de qualidade nessa cadeia curta.

Nesse contexto, na região estudada, as cooperativas descentralizadas têm viabilizado a entrada autônoma dos agricultores familiares

no mercado. Esse acesso se dá de forma direta e sem a intermediação de atravessadores. Esse contato “face a face” reduz os custos de transição ao aproximar o produtor do consumidor, uma vez que é possível conhecer a origem dos produtos.

Em relação aos entrevistados, todos afirmaram que, depois de se tornarem cooperados, houve aumento na quantidade produzida e na comercialização de seus produtos. Além disso, passaram a produzir mais de um tipo de produto, havendo o aumento da renda na propriedade em função da possibilidade de se ter uma marca própria da cooperativa, o que contribui para agregar valor aos produtos.

Pelos resultados obtidos, pôde-se constatar que as vendas têm acontecido nas duas dinâmicas: no mercado alternativo (participação em feiras) e na venda em domicílio; também que o Institucional tem se mostrado de grande importância na composição da renda das famílias.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolver os territórios fortalecendo o empreendedorismo de pequeno porte. In: FÓRUM INTERNACIONAL TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO RURAL E DEMOCRACIA, 1., 2003, Fortaleza. *Relatório Final*. Disponível em: <http://www.fea.usp.br/feacon//media/fck/File/empreendedorismo_e_desenvolvimento_territorial.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2013.
- ALVES, A. F. Boca invisível – incerteza, risco e confiança na rede de produção e consumo. In: CASARIL, Karley Braga Pereira Bento; PLEIN, Clério. *Segurança alimentar numa perspectiva multidisciplinar: contribuição ao debate brasileiro*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2005, p. 79-90.
- BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Estratégias e cooperativas agropecuárias: um estudo analítico. In: SEMINÁRIO DE POLÍTICA ECONÔMICA E AGRONEGÓCIOS, 2002, Viçosa, MG, *Anais...* Viçosa: UFV, out. 2002. Disponível em: <http://www.fearp.usp.br/~sigbial/inserir_out2002/Estrategias_e_Cooperativas_Sig2.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2014.
- BIANCHINI, Valter. *O universo da agricultura familiar e sua contribuição ao desenvolvimento rural*. Brasília: Embrapa, 2007. Disponível em: <<http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar>>. Acesso em: 02 mar. 2014.
- DENARDI, Reni Antônio. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. *Rev. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 56-62, 2001. Disponível em: <http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/_Agricultura.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2014.
- CRUZ, F.; SCHNEIDER, Sérgio. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. *Rev. Bras. de Agroecologia*, v. 5, n. 2, p. 22-38, 2010. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/778.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2012.
- ESTEVAM, Dimas de O. et al. Cooperativas descentralizadas: (re)conectando pessoas, produtos e o lugar em cadeias curtas de produção e comercialização. In: ESTEVAM, Dimas de Oliveira; MIOR, Luiz Carlos (Org.). *Inovações na agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 2014.
- ESTEVAM, Dimas de O.; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; LANZARINI, Joelcy José Sá. O perfil socioeconômico dos/as consumidores/as das feiras livres municipais da agricultura familiar na região sul catarinense. In: SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS, 6., 2014, Araraquara. *Anais...* Araraquara: UNIARA, 28-31 maio 2014. CD-ROM.
- ESTEVAM, Dimas de O.; MIOR, Luiz Carlos. (Org.). *Inovações na agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 2014.
- ESTEVAM, Dimas de O. et al. Cooperativas rurais não-patrimoniais (ou virtuais) e o difícil caminho da formalidade: o caso dos agricultores familiares da região do sul do Estado de Santa Catarina. *REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, Araraquara, v. 5, n. 2, jul./dez. 2012.
- ESTEVAM, Dimas de O. et al. Cooperativismo virtual: o caso da cooperativa de produção agroindustrial familiar de Nova Veneza (COOFANOVE), em Santa Catarina. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 28, n. 2, p. 485-507, maio/ago. 2011.
- GAVIRIA, Margarida Rosa; MENASCHE, Renata. A juventude rural no desenvolvimento territorial: análise da posição e do papel dos jovens no processo de transformação do campo. *Rev. Estudo e Debate*, Rio Grande do Sul, v. 10, n. 1, p. 69-82, 2006. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/526.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2014.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2010.
- GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. *Da lavoura às novas biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- MIOR, L. C. et al. Inovações organizacionais da agricultura familiar: as agroindústrias e cooperativas descentralizadas no sul catarinense. In: CONGRESSO SOBER – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 52., 2014, Goiânia. *Anais...* Goiânia, GO: SOBER, 2014. p.1-20. Disponível em: <<http://congresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.4/1/3664.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2015.
- MOREIRA, Roberto José. *Agricultura familiar: processos sociais e competitividade*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 87-108, 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jun. 2014.

PLOEG, Jan Douwe van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na Era da Globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sérgio. *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jerry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SCHEJTMAN, Alexander; BERDEGUÉ, Julio A. *Desarrollo territorial rural*. Santiago: Rimisp – Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural, 2004. Disponível em: <http://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1363093392schejtmman_y_berdegue2004_desarrollo_territorial_rural_5_rimisp_CARdumen.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2014.

SCHNEIDER, Sérgio. Prefácio. In: CONTERATO, Marcelo Antônio et al. (Org.). *Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos*. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013, p. 08-11. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/livros/outras_publicacoes/ebooks/03_ebook_PGDR.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Braudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: _____. *Mundo rural como um espaço de vida*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 155-183.

WILKINSON, John. *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

Os resíduos de serviço de saúde e seus impactos ambientais: uma revisão bibliográfica

Residues of health services and their environmental impacts: a bibliographical revision

Les résidus de service de santé et ses impacts environnementaux: une révision bibliographique

Los residuos de servicio de salud y sus impactos ambientales: una revisión bibliográfica

Vera Araujo Cafure*
(vcafire@hotmail.com)

Suelen Regina Patriarcha-Gracioli**
(suelenpatriarcha@yahoo.com.br)

Recebido em 23/02/2014; revisado e aprovado em 24/07/2014; aceito em 22/11/2014

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/151870122015206>

Resumo: As normas brasileiras de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) definem o descarte dos resíduos de serviços de saúde. Com o objetivo de discorrer sobre os RSS e seus impactos ambientais, foi realizada uma pesquisa bibliográfica. Doze artigos foram encontrados, e observou-se uma discreta elevação dos artigos publicados entre os anos de 2005 e 2011. Na região sul, encontrou-se a maior concentração de pesquisas relacionadas ao tema, e também as maiores taxas de processamentos desses resíduos. Percebeu-se a necessidade de desenvolvimento de ações com os órgãos geradores dos RSS, já que existe um distanciamento entre a teoria e o que é realizado nos estabelecimentos de saúde.

Palavras-chave: RSS. Meio Ambiente. Materiais infectantes.

Abstract: Brazilian norms of Residues of Health Services (RHS) define the discard of residues of health services. With the purpose of discoursing about RHS and their environmental impacts a bibliographical research was accomplished. Twelve articles were found and it was perceived a discreet increment of articles published between the years of 2005 and 2011. In the south area, it was found the greatest concentration of researches related to the theme and, also, the largest taxes of processing those residues. It was noticed the need of developing actions with the producing entities of RHS, considering that exists a big distance between the theory and what it is really performed on health institutions.

Key words: RHS. Environment. Infectious Materials.

Résumé: Les réglementations brésiliennes sur les Résidus de Services de Santé (RSS) définissent la décharge des résidus de santé. Une recherche bibliographique a été réalisée en objectivant le discours sur les RSS et ses impacts environnementaux. Dans les douze articles retrouvés s'observe une discrète augmentation des articles publiés entre les années 2005 et 2011. Dans la région Sud se trouve la plus grande concentration de recherches concernant à ce sujet et aussi les plus grands taux de traitement de ces résidus. La nécessité de développement des actions avec les organismes produisant des RSS a été aperçue, une fois qu'il existe un éloignement entre la théorie et ce qui est pratiqué dans les établissements de santé.

Mots-clés: RSS. Environnement. Matériaux infectants.

Resúmen: Las normas brasileñas de Residuos de Servicios de Salud (RSS) definen el desecho de los residuos de servicios de salud. Con el objetivo de discurrir sobre los RSS y sus impactos ambientales se realizó una investigación bibliográfica. Se encontraron doce artículos y se observó un aumento discreto de los artículos publicados entre los años de 2005 y 2011. En la región sur, se encontró la mayor concentración de investigaciones relacionadas con el tema y, también, las mayores tasas de procesamiento de dichos residuos. Se evidenció la necesidad de desarrollar acciones con los órganos generadores de RSS, ya que existe un distanciamento entre la teoría y lo que es realizado en los establecimientos de salud.

Palabras clave: RSS. Medio ambiente. Materiales infecciosos.

1 Introdução

Segundo a norma brasileira NBR 10004/04 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), resíduos sólidos são definidos como resíduos em estado sólido e semissólidos, produtos da ação da indústria,

de atividades domésticas, do comércio, de serviços agrícolas e também de serviços hospitalares (ABNT, 2004).

Os Resíduos Sólidos Hospitalares ou, como é mais comumente denominado, lixo hospitalar, podem tornar-se um problema de saúde pública, devido principalmente à

* UNIGRAN CAPITAL, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

** Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e UNIGRAN CAPITAL. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

falta de informações da população sobre suas particularidades, ocasionando riscos à saúde.

Resíduos de Serviços da Saúde (RSS), para as normas brasileiras de terminologia, classificação, manuseio e coleta de resíduos e serviços de saúde, são definidos como resíduos resultantes das atividades exercidas por estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, abrangendo os resíduos provenientes das mais diversas fontes potencialmente geradoras, como hospitais, clínicas médicas, veterinárias, odontológicas, farmácias, ambulatórios, postos de saúde, laboratório de análises clínicas, laboratórios de análises de alimento, laboratórios de pesquisa, consultórios médicos e odontológicos, empresas de biotecnologia, casas de repouso e casas funerárias (SCHNEIDER, 2004).

Segundo Ramos et al. (2011), os RSS compõem parte importante do total dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) não pela quantidade gerada, mas pelo potencial risco que afeta à saúde ambiental e coletiva.

Para Schneider (2004), o risco ambiental é o risco que ocorre no meio ambiente e pode ser submetido à classificação de acordo com o tipo de atividade; exposição instantânea, crônica; probabilidade de ocorrência; severidade; reversibilidade; visibilidade; duração e possibilidade de ocorrência de seus efeitos em vários locais ao mesmo tempo. No contexto da gestão governamental, o risco ambiental pode ser classificado como de saúde pública, recursos naturais, desastre natural e introdução de novos produtos.

De acordo com Brasil (2001a), os RSS representam uma fonte de risco à saúde e ao meio ambiente principalmente pela falta de adoção de procedimentos técnicos adequados no manejo dos diferentes resíduos, como material biológico contaminado, objetos perfurocortantes, peças anatômicas, substâncias tóxicas, inflamáveis e radiativas.

Existe também risco às pessoas que manuseiam os RSS dentro e fora dos estabelecimentos geradores. Há ainda os riscos que podem afetar a comunidade hospitalar, principalmente o grupo constituído por pacientes em tratamento que, devido ao estado de doença, encontra-se com suas defesas comprometidas. O manejo inadequado dos RSS pode causar risco ambiental, que ultrapassam limites do estabelecimento, podendo gerar

doenças e ainda perda da qualidade de vida da população que, direta ou indiretamente, venha ter contato com o material descartado, no momento do seu transporte para fora do estabelecimento e seu tratamento e destinação (BRASIL, 2001a).

Em 07 de dezembro de 2004, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) dispôs a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 306, que regulamenta normas para gestão de resíduos de serviços de saúde, portos, aeroportos, e terminais rodoviários formados por representantes do governo federal, autoridade normativa para discutir, elaborar regulamentos específicos ao meio ambiente (BRASIL, 2004). Salienta-se ainda que, na década de 1970, foi criado o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) o qual, em 29 de abril de 2005, na Resolução nº 358, dispõe sobre tratamento e disposição final dos resíduos de saúde (BRASIL, 2005).

Com a Política Nacional de Resíduo Sólido (PNRS), por meio da Lei 12.305, que dispõe diretrizes aplicáveis aos resíduos sólidos, estabeleceu-se proteção da saúde e qualidade ao meio ambiente (BRASIL, 2010).

“Os RSS são de natureza heterogênea” (GARCIA; ZANETTI-RAMOS, 2004, p. 746), e diferentes classificações já foram propostas por várias entidades, como o CONAMA, a ANVISA e ainda governos estaduais e municipais, já que se faz necessária uma classificação e separação desses tipos de resíduos, além da preocupação com os manipuladores desse material e com o meio ambiente.

Há de se evidenciar que existe um amparo legal, composto por leis e normas para a minimização dos problemas envolvendo as gestões dos resíduos sólidos de saúde. Entretanto é constatado que, na prática, ainda há um não cumprimento das normas vigentes, pois são observados que a cada dia são desprezados de maneira inadequada os resíduos sólidos hospitalares de área específica, como centro cirúrgico, onde restos de tecido humano, placenta, resíduos pós-aborto, bolsa de hemoderivados e prótese, são descartadas em lixeira comum hospitalar sem a menor preocupação dos impactos que estes podem acarretar no ambiente e no ser humano assim como seu destino final.

Assim, esta pesquisa busca realizar um estudo de revisão bibliográfica, para investi-

gar se as normas existentes para o descarte desses resíduos estão sendo cumpridas pelos profissionais da saúde e também pelas empresas às quais eles estão ligados profissionalmente; e ainda, entender o impacto que o ambiente e a sociedade como um todo recebem quando não há um descarte correto desses resíduos sólidos hospitalares.

2 Material e métodos

Para o presente trabalho realizou-se uma pesquisa bibliográfica. Segundo Almeida (2011), a pesquisa bibliográfica busca relações entre conceitos, características e ideias, muitas vezes unindo dois ou mais temas.

Para Severino (2007), essa modalidade de pesquisa se caracteriza a partir do registro disponível, que decorre de pesquisas já realizadas, em livros, artigos, teses e documentos impressos. Dessa forma, os textos tornam-se fontes dos temas que serão trabalhados e pesquisados. Para Martins e Lintz (2000), essa pesquisa busca conhecer e analisar contribuições científicas sobre determinado assunto. Alves (2007, p. 55) escreve

Pesquisa bibliográfica é aquela desenvolvida exclusivamente a partir de fontes já elaboradas – livros, artigos científicos, publicações periódicas, as chamadas fontes de “papel”. Tem como vantagem cobrir uma ampla gama de fenômeno que o pesquisador não poderia contemplar diretamente.

Para a busca de trabalhos como fontes de pesquisa, foram empregados os descritores: lixo hospitalar; resíduos hospitalares; e resíduos em saúde; na base de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), no período de fevereiro a abril de 2013.

A questão que orientou a busca pelos artigos nessa revisão foi: Na literatura científica nacional, como tem sido relatado o descarte e manuseio, assim como os impactos ao meio ambiente dos RSS?

Na divisão da Ciência da Saúde da BVS encontraram-se 566 artigos, nos idiomas português, inglês e outros. Dentre esse montante, somente 44 artigos continham textos completos liberados para consulta e em português.

Dessa forma, após um estudo dos 44 artigos, foram selecionados 12 que enfatizaram o descarte dos resíduos sólidos em saúde.

A análise das informações foi realizada por meio de leitura exploratória do material encontrado, em uma abordagem qualitativa.

3 Resultados e discussão

Após a busca dos artigos que correspondessem ao tema pesquisado, excluindo-se os artigos que se tratavam de revisão de literatura, foram obtidos 12 artigos, dispostos entre os anos de 2005 e 2011. Uma discreta evolução no número de artigos publicados ao longo desses anos, sobre o tema estudado aqui, foi possível de ser observado, conforme gráfico 1.

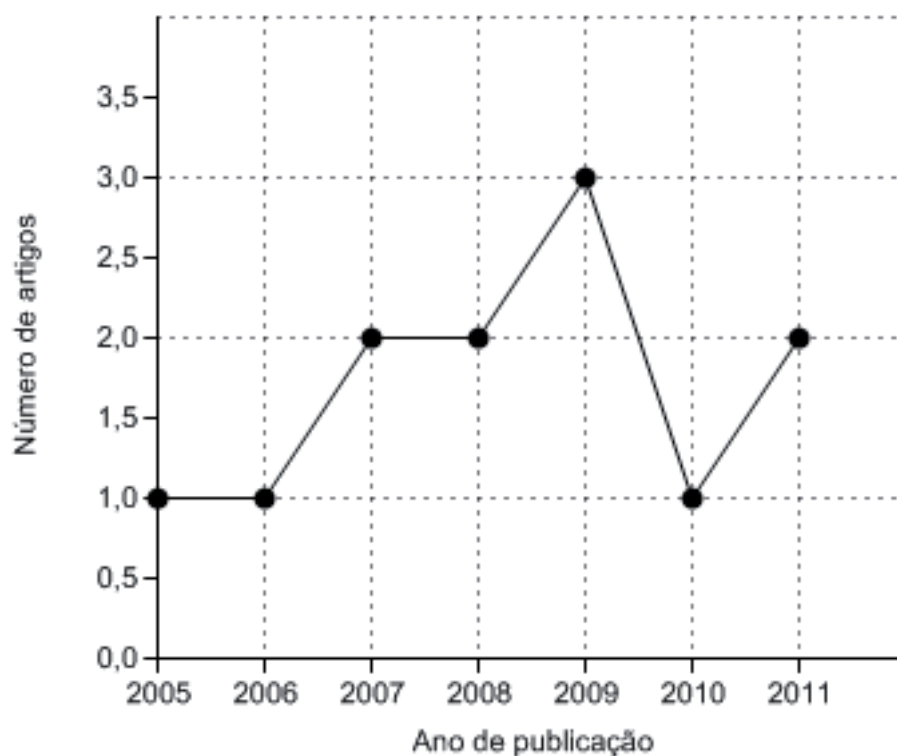


Gráfico 1 - Evolução do número de artigos publicados entre os anos de 2005 e 2011 sobre RSS.

A partir do exposto, foi possível verificar uma discreta evolução no número de artigos publicados sobre RSS entre os anos de 2005 e 2011, já que, durante os anos de 2005 e 2006, o número de artigos que abordaram esse tema, encontrados na base BVS, foi de apenas um para cada ano. Já para os anos de 2007, 2008, pôde-se observar que o número dobrou em relação aos dois anos anteriores. Em 2009, foi encontrado o triplo de artigo que no ano de 2005. No ano de 2010, o número volta a cair para apenas um trabalho e, em 2011, a pesquisa mostrou que as publicações voltaram a crescer. Cabe ressaltar que as pesquisas utilizadas neste estudo não abordaram os trabalhos de revisão de literatura. Caso esses trabalhos tivessem sido incluídos, o número de trabalhos seria ainda maior.

O sensível crescimento no número de artigos publicados nesse período e relacionado ao tema RSS tem grande relação com

a recente preocupação com as questões ambientais. Foi em 2005, por meio da resolução nº 358 (BRASIL, 2005), que o CONAMA dispôs sobre a destinação e tratamento de RSS. Anteriormente, já havia outras Resoluções do CONAMA sobre o assunto, como a nº 5 de 1993 (BRASIL, 1993) e a 283 de 2001 (BRASIL, 2001b), no entanto essas Resoluções não abordavam o tratamento desse tipo de resíduo, apenas os classificava e propunha a adoção de medidas para controle e disposição desse material, ficando a resolução nº 5 revogada, e a 283 complementada pela de nº 358 (BRASIL, 2005).

Para melhor disposição e compreensão dos estudos encontrados para composição do material bibliográfico desta pesquisa, segue quadro (Quadro 1), o qual foi construído a partir das datas de publicação, do mais antigo ao mais recente, dos artigos que compõem a base deste estudo.

	Ano	Título do Artigo	Autor (es)	Periódico
1.	2005	Diagnóstico dos resíduos de serviços de saúde no interior do Rio Grande do Sul	SILVA, C. E. da; HOPPE, A. E.	<i>Eng. sanit. ambient.</i> , v. 10, n. 2, p. 146-151.
2.	2006	Diagnóstico do problema dos resíduos sólidos hospitalares: o caso de Campina Grande (PB)	VASCONCELLOS, E. A. de et al.	<i>Hygeia</i> , v. 2, n. 3, p. 28-34.
3.	2007	A situação dos hospitais quanto ao gerenciamento dos aspectos e impactos ambientais.	PFITSCHER, E. D. et al.	<i>Cadernos EBAPE.BR</i> , v. 5, n. 3.
4.	2007	O processo de formação em saúde: o saber resíduos sólidos de serviços de saúde em vivências práticas	CORRÊA, L. B.; LUNARDI, V. L.; CONTO, S. M. de.	<i>Rev Bras Enferm</i> , v. 60, n. 1, p. 21-25.
5.	2008	Construção do saber sobre resíduos sólidos de serviços de saúde na formação em saúde	CORRÊA, L. B.; LUNARDI, V. L.; SANTOS, S. S. C.	<i>Rev. Gaúcha Enfermagem</i> , v. 29, n. 4, p. 557-564.
6.	2008	Avaliação do Sistema de Gestão dos resíduos sólidos do Hospital de Clínicas de Porto Alegre	NAIME, R.; RAMALHO, A. H. P.; NAIME, I. S.	<i>Revista Espaço para a Saúde</i> , v. 9, n. 1, p. 1-17.
7.	2009	Um olhar sobre a interface trabalho hospitalar e os problemas ambientais	CAMPONOGARA, S.; RAMOS, F. R. S.; KIRCHHOF, A. L. C.	<i>Rev Gaúcha Enferm.</i> , v. 30, n. 4, p. 724-731.
8.	2009	Gerenciamento dos resíduos sólidos dos serviços de saúde: aspectos do manejo interno no município de Marituba, Pará, Brasil.	SALES, C. C. de L. et al.	<i>Ciência & Saúde Coletiva</i> , v. 14, n. 6, p. 2231-2238.
9.	2009	Resíduos Sólidos de Serviço de Saúde: um estudo sobre o gerenciamento	CAMARGO, M. E. et al.	<i>Scientia Plena</i> , v. 5, n. 7, p. 1-14.
10.	2010	Análise preliminar de riscos sobre o gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde de uma instituição de ensino em Mato Grosso do Sul: estudo de caso	SHINZATO, M. P. et al.	<i>Rev. Bras. Saúde Ocup.</i> , v. 35, n. 122, p. 340-352.
11.	2011	Vulnerabilidade no manejo dos resíduos de serviços de saúde de João Pessoa (PB, Brasil)	RAMOS, Y S. et al.	<i>Ciência & Saúde Coletiva</i> , v. 16, n. 8, p. 3553-3560.
12.	2011	Resíduos Sólidos de Serviço de Saúde: uma fotografia do comportamento da equipe de enfermagem	DOI, K. M.; MOURA, G. M. S. S. de	<i>Rev. Gaúcha Enfermagem</i> , v. 32, n. 2, p. 338-344.

Quadro 1 – Lista de artigos selecionados na base Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) de 2005 a 2011.

Foi possível observar, após a leitura e análise dos artigos encontrados, que os autores Silva e Hoppe (2005), Vasconcellos et al. (2006), Pfitscher et al. (2007), Naime, Ramalho e Naime (2008), Camponogara, Ramos e Kirchhof (2009); Camargo et al. (2009), Shinzato et al. (2010) e Ramos et al. (2011) buscaram dialogar sobre o manejo dos resíduos sólidos hospitalares pelos profissionais ligados à área de saúde.

Ramos et al. (2011) tiveram como foco da pesquisa a vulnerabilidade existente no manejo dos resíduos de serviços de saúde de João Pessoa, PB, no Brasil. Os autores construíram um *checklist*, com o intuito de descobrir a origem dos problemas e definir ações corretivas para o manejo ambientalmente correto dos RSS. Tiveram como referencial

os requisitos para o gerenciamento de RSS da RDC nº 306 (BRASIL, 2004).

Estes instrumentos nortearam a construção de sete parâmetros de vulnerabilidade no manejo dos RSS: segregação, tratamento prévio, acondicionamento, transporte interno, armazenamento intermediário, armazenamento externo e disposição final de estabelecimentos de saúde de atenção primária, secundária e terciária, localizados em João Pessoa. (RAMOS et al., 2011, p. 3555).

Foi possível observar que a vulnerabilidade do manejo dos RSS do município de João Pessoa/PB, de 48,02%, é bastante significativa, traduzindo a não observância dos elementos legais e tático-operacionais do processo. Assim, o autor conclui que a educação é uma maneira de dar sentido para

as práticas do dia a dia, pois é a partir da vida cotidiana, das necessidades e interesses das pessoas que as exigências da sociedade do planeta precisam ser trabalhadas.

Em outra região do país investigada, a região sul, a referida vulnerabilidade também foi demarcada por Camponogara, Ramos e Kirchhof (2009), os quais enfatizam que os sujeitos, embora expressem certa preocupação com os problemas ambientais e desenvolvessem algumas ações em prol da preservação ambiental em âmbito doméstico, parecem não transferir esse conhecimento para o seu cotidiano no local de trabalho.

Podemos destacar também a dificuldade manifestada pelos trabalhadores em listar outros fatores de relação entre o hospital e o meio ambiente. Para muitos a pergunta era impactante, deixando explícito o fato de que trabalhador é fortemente afetado pela norma institucional e têm dificuldades de argumentar, de forma crítica, sobre a possibilidade de outras questões relacionadas ao trabalho hospitalar. (CAMPONOGARA; RAMOS; KIRCHHOF, 2009, p. 729).

Para Naime, Ramalho e Naime (2008), a falta de informações sobre o assunto é um dos principais motivos para a ausência de projetos bem sustentados que determinem melhorias no setor. Particularmente os resíduos dos serviços de saúde merecem atenção especial em suas fases de separação, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final.

Corrêa, Lunardi e Conto (2007) assim como Corrêa, Lunardi e Santos (2008),

enfatizaram a necessidade de formação dos profissionais da área da saúde menos fragmentada quando se trata de RSS, já que realizaram pesquisas em instituições de ensino superior e puderam concluir que grande parte dos profissionais, apesar de conhecerem, não realiza procedimentos adequados quanto ao condicionamento, armazenamento e também o descarte de RSS.

Doi e Moura (2011) investigaram a percepção de profissionais da área da saúde quanto aos RSS. As autoras encontraram uma maioria de profissionais dizendo que realizam a separação dos RSS. Os profissionais que relataram não realizar tal procedimento justificaram suas ações; alegaram falta de tempo, já que o número de profissionais da unidade é inadequado e a prioridade é o cuidado com o paciente.

Os impactos ambientais causados pelo gerenciamento inadequado dos resíduos hospitalares podem atingir grandes proporções, levando a contaminações e elevados índices de infecção hospitalar, ou até mesmo à geração de epidemias devido a contaminações do lençol freático pelos diversos tipos de resíduos dos serviços de saúde.

Para que fosse possível a visualização das principais regiões em que o tema tem tido maior destaque, as pesquisas levantadas por este estudo também foram agrupadas por regiões brasileiras, conforme o gráfico 2. É importante ressaltar que as pesquisas foram agrupadas por regiões de estudo, e não quanto ao local do periódico de publicação.

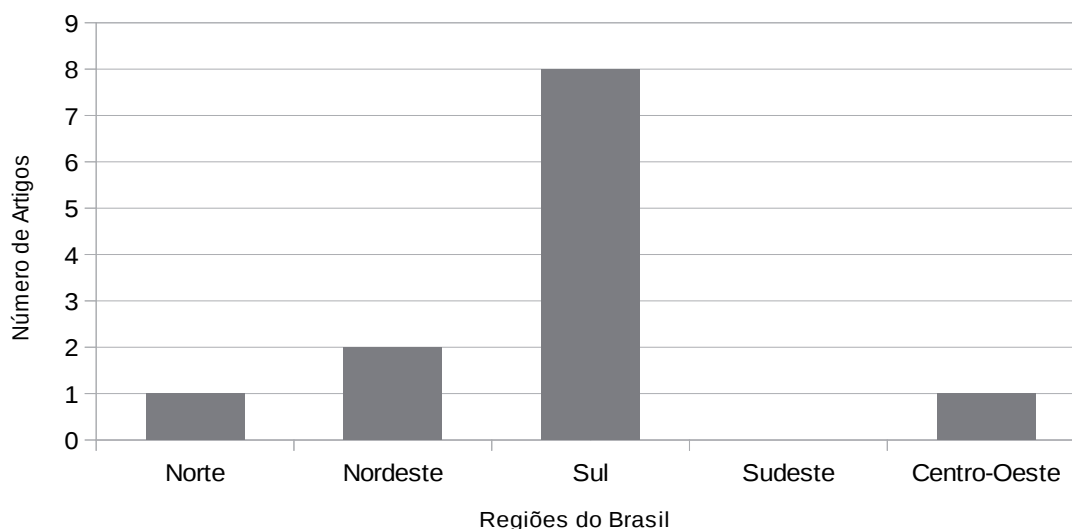


Gráfico 2 – Regiões do Brasil em que foram encontrados artigos sobre o tema RSS, na base de dados BVS entre os anos de 2005 e 2011.

De acordo com informações levantadas por meio do estudo dos artigos pesquisados por regiões, evidenciou-se que, na Região Sul, concentra-se um maior número de pesquisa relacionada aos resíduos sólidos de saúde, um total de oito artigos publicados.

A região Nordeste vem em seguida, com a presença de dois artigos publicados, e as regiões Norte e Centro-Oeste, apresentaram-se um artigo cada.

Dados do IBGE demonstram que a região Sul do Brasil apresenta uma das maiores taxas de processamento correto dos RSS nos

seus municípios. Nessa região, de um total de 997 municípios que contam com coleta ou recebimento de RSS, 705 declaram processar os RSS, sendo a incineração e o tratamento em autoclave a maioria absoluta desses processamentos. O quadro 2 apresenta o total de municípios de cada região do Brasil agrupando-os quanto à existência ou não de processamento de RSS, e o quadro 3 apresenta os dados referentes ao processamento dos RSS distribuídos por região, segundo dados apresentados pela Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008, do IBGE (IBGE, 2010).

Região do Brasil	Total de Municípios	Existência de processamento de RSS	Não existe processamento de RSS
Norte	304	140	164
Nordeste	1309	790	519
Sul	997	705	292
Sudeste	1492	806	686
Centro-Oeste	367	172	195

Quadro 2 - Total de Municípios do Brasil separados por regiões que apresentam coleta e/ou recebimento de RSS.

Região do Brasil	Incineração	Queima em forno simples	Queima a céu aberto	Tratamento em Autoclave	Tratamento por micro-ondas	Outro
Norte	48	10	69	1	-	23
Nordeste	276	48	439	6	-	75
Sul	487	5	1	461	19	67
Sudeste	488	38	68	285	57	99
Centro-Oeste	80	30	39	10	-	27

Quadro 3 - Tipos de processamento dos RSS nos municípios das regiões do Brasil.

Diante dos dados apresentados, pode-se observar que, na região Sul, das cidades que têm coleta ou recebimento de RSS, aproximadamente 70% declaram possuir e seguir processamento para os RSS (IBGE, 2010). Nesse caso, torna-se bastante justificável o fato de, nesta pesquisa, o número de artigos encontrados que fazem referência aos RSS na região Sul, ter sido bastante significativo, se comparado às demais regiões, já que os dados demonstram que a região tem se preocupado com a destinação desse tipo de resíduo.

A Região Nordeste vem em seguida com um número expressivo, se comparado com as demais regiões do país, de aproximadamente 60% de seus RSS seguindo algum tipo de processamento (IBGE, 2010). No entanto o processamento mais recorrente entre as cidades da região Nordeste é a queima de RSS a céu aberto, causando outros problemas ambientais, como a poluição do ar e aumento do efeito estufa.

As regiões Norte e Centro-Oeste apresentam índices parecidos quanto à existência de processamento dos RSS, em torno de 46% (IBGE, 2010). Paralelamente a esse dado, podemos destacar que, nessas duas regiões, o número de artigos encontrados com o tema RSS foi apenas um, o que também demonstra que as pesquisas em RSS não têm sido muito significativas, assim como as políticas de implantação de métodos eficientes e de acordo com a Resolução nº 358 do CONAMA.

Por fim, a região Sudeste, aparece, segundo o IBGE (2010), com 54% dos seus municípios com algum processamento dos RSS. Apesar de, nesta pesquisa, não terem

sido encontrados artigos com o tema RSS nessa região, os processamentos mais comuns nessas áreas são a incineração e o tratamento em autoclave.

Diante do exposto, iniciou-se uma busca a partir da legislação vigente para a destinação correta dos resíduos sólidos hospitalares. A Portaria MINTER 53, de 1º de março de 1979 (BRASIL, 1979), foi a primeira legislação federal que abordou os resíduos hospitalares e indicou a obrigatoriedade de incinerá-los. Essa portaria foi alterada pela resolução CONAMA nº 6 em 1991 (BRASIL, 1991), que desobrigou a incineração ou qualquer outro tratamento de queima dos resíduos sólidos provenientes dos estabelecimentos de saúde. Em 1993, esses documentos foram revogados pela Resolução nº 5 (BRASIL, 1993), que, mais tarde, também foi revogada pela Resolução 358 (BRASIL, 2005), vigente até os dias atuais.

Vale destacar que, em 1993, por meio da Resolução CONAMA nº 5, já se definiam os procedimentos mínimos para o gerenciamento de resíduos sólidos provenientes de serviços de saúde, portos e aeroportos: Resíduos Sólidos, Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, Sistema de Tratamento de Resíduos Sólidos e Sistema de Disposição Final de Resíduos Sólidos (BRASIL, 1993).

A ABNT publicou a NBR 10.004, em maio de 2004, que estabelece os critérios de classificação e os códigos para a identificação dos resíduos de acordo com suas características (ABNT, 2004).

No âmbito da ABNT, existem algumas normas relativas ao controle dos RSS, que podem ser observadas, conforme quadro 4.

NORMAS	DESCRIÇÃO
NBR 10.004 maio/2004	Classifica os Resíduos Sólidos quanto aos riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública.
NBR 12.807 jun/2013	Terminologia dos Resíduos de Serviços de Saúde.
NBR 12.808 jan/1993	Classificação de Resíduos de Serviços de Saúde - RSS,
NBR 12.809 abr/2013	Procedimento de Manuseio dos Resíduos de Serviços de Saúde.
NBR 12.810 jan/1993	Procedimento de Coleta de Resíduos de Serviços de Saúde
NBR 7.500 mar/2000	Símbolos de Risco e Manuseio para transporte e Armazenagem de Materiais.
NBR 9.190 maio/1994	Classificação de sacos plásticos para acondicionamento de lixo.
NBR 9.191 maio/2008	Especificação de sacos plásticos para acondicionamento de lixo.

Quadro 4 – Normas relativas aos RSS (ABNT, 1993a; 1993b; 1994; 2000; 2004; 2008; 2013a; 2013b).

Embora existam evidências de uma tomada de consciência dos problemas ambientais, o ser humano recebe forte influência do meio em que vive ao mesmo tempo em que o influencia em inúmeras situações, como na que concerne ao nível de higiene e de limpeza pública. Dessa forma, os RSS fazem parte do montante de resíduos sólidos gerados nos municípios e, embora representem uma pequena parcela, devem ser estudados com atenção devido ao grau de periculosidade a eles atribuídos (FERREIRA, 1995).

Para Ferrareze et al. (2005), a produção contínua e inesgotável de resíduos sólidos tem gerado constantes preocupações, já que os resíduos podem oferecer riscos, não só à sociedade, mas também ao meio ambiente. Para esses autores

[...] nas últimas décadas o gerenciamento de resíduos doméstico, industrial, bem como, aquele produzido em serviços de saúde tem envolvido estudiosos da área de saúde, ambientalistas, entre outros. Os esforços desses estudiosos são em prol de medidas eficazes de tratamento ou de destinação final desses resíduos. (FERRAREZE et al., 2005, p.134).

O direito ambiental brasileiro engloba dois princípios básicos - o Princípio da Precaução e do Poluidor Pagador -, que, se fossem colocados em prática por parte da população em geral, poderiam atenuar os problemas de depósito de lixo, pois estes fazem referência ao fato da cautela que a população em geral deve ter em relação a qualquer tipo de resíduo e, ao ônus que deve ser suportado ao gerador do resíduo depositado em lugares indevidos (RIBEIRO, 2008).

A Constituição promulgada em 1988 em seu artigo 196 diz que “saúde é um direito de todos e dever do Estado”. Para alcançar este objetivo fazem-se necessárias políticas econômicas e sociais que buscam o bem estar, o bem social e a redução do risco de doenças e de outros agravos, garantindo acesso às ações e serviços de saúde de maneira universal e igualitária. Ao longo dos tempos, as Instituições Hospitalares passaram de simples locais destinados ao atendimento e abrigo, a instituições de cura, transmissão e formação do saber. (CAMARGO et al., 2009, p. 1).

Na Lei 6.938 de 1981, o Art. 4º, VIII, re-trata que os recursos ambientais são escassos, sua produção e consumo geram reflexos que podem resultar em degradação e escassez.

Além disso, ao utilizar gratuitamente um recurso ambiental, está se gerando um enriquecimento ilícito, pois, como o meio ambiente é um bem que pertence a todos, todos deveriam ter acesso e participação de forma igualitária a ele, no entanto parte da comunidade nem utiliza determinados recursos ou, se utilizam, o fazem em menor escala (BRASIL, 1981).

O Princípio do Usuário Pagador estabelece que quem utiliza o recurso ambiental deve suportar seus custos, sem que essa cobrança resulte na imposição de taxas abusivas. Então, não há que se falar em Poder Público ou terceiros suportando esses custos, mas somente naqueles que dele se beneficiaram. Princípio do Poluidor Pagador obriga quem poluiu a pagar pela poluição causada ou que pode ser causada.

Os RSS, aqueles resultantes de atividades exercidas por prestadores de assistência médica, odontológica, laboratorial, farmacêutica e instituições de ensino e pesquisas médicas relacionadas tanto à saúde humana quanto veterinária, necessitam de processos diferenciados em seu manejo, exigindo ou não tratamento prévio à sua disposição final (SILVA; HOPE, 2005; BRASIL, 2005).

A Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305 de 2 de agosto de 2010, possui uma subseção dedicada especialmente aos resíduos de serviços de saúde, na qual define os estabelecimentos geradores de resíduos de saúde e determina que resíduos potencialmente infectantes não podem receber disposição final sem tratamento prévio que assegure a eliminação de suas características de patogenicidade. Essa Lei atribui aos serviços de saúde a responsabilidade pelo gerenciamento completo de seus resíduos, desde sua geração até a destinação e disposição final. Além disso, fixa que o importador, o fabricante e o distribuidor de medicamentos, bem como os prestadores de serviço de saúde são corresponsáveis pela coleta dos resíduos especiais resultantes dos produtos vencidos ou considerados, por decisão de autoridades competentes, inadequados ao consumo (BRASIL, 2010).

A segregação do RSS por grupos é recomendada pela ANVISA e CONAMA e, se realizada, possibilitaria o melhor manejo e destino para cada tipo de resíduo, reduzindo custos e permitindo inclusive a implantação do sistema de coleta seletiva e reciclagem (SALES et al., 2009). Caberá aos estabelecimentos o gerenciamento de seus resíduos, desde a geração até a disposição final, de forma a atender aos requisitos ambientais e de saúde pública.

A classificação adotada pela ABNT, através da NBR 12.807/jun/13, que trata da terminologia do RSS, divide os resíduos em três classes: Classe A - Infectantes; Classe B - Especiais (químicos, farmacêuticos e radioativos) e Classe C - Comuns. Esses resíduos são gerados nas etapas de atendimento, diagnóstico e tratamento de pacientes em clínicas médicas, veterinárias, odontológicas, laboratórios, drogarias, centros de pesquisas (ABNT, 2013a).

A NBR nº 12807 da ABNT define resíduo como “todo material desprovido de utilidade para o estabelecimento gerador” (ABNT, 2013a), em outras palavras, resíduo

é todo material que foi utilizado em uma determinada situação e que não poderá ser utilizado novamente para a mesma finalidade, tornando sua vida útil não mais adequada, evidenciando o RSS.

Diante de toda a legislação vigente, é primordial que os hospitais implantem planos de gerenciamento de resíduos aprovados pelos órgãos fiscalizadores competentes, contemplando não apenas os fatores estéticos e de controle de infecção hospitalar, mas também considerando as questões ambientais tão importantes para a geração atual e futura.

É necessário desenvolver, através da educação, a consciência crítica dos grupos sociais, buscando o seu comprometimento com as questões ambientais, procurando alternativas para a equação desenvolvimento versus qualidade de vida.

No ano de 1993, ainda surge a NBR 12.808, que classifica os RSS quanto aos riscos potenciais ao trabalho, ao meio ambiente e à saúde pública, para que tenham gerenciamento adequado (ABNT, 1993a), conforme o quadro 5.

CLASSIFICAÇÃO A - Resíduos infectantes	
Tipo	Constituintes
Tipo A.1 - Biológico	Cultura, inóculo, mistura de microorganismos e meio de cultura inoculado proveniente de laboratório clínico ou de pesquisa, vacina vencida ou inutilizada, filtro de gases aspirados de áreas contaminadas por agentes infectantes e resíduos contaminados por estes materiais.
Tipo A.2 - Sangue e hemoderivados	Bolsa de sangue após transfusão, com prazo de validade vencido ou sorologia positiva, amostra de sangue para análise, soro, plasma e outros subprodutos.
Tipo A.3 - Cirúrgico Anatomopatológico e Exsudato	Tecido, órgão, feto, peça anatômica, sangue e outros líquidos orgânicos resultantes de cirurgia, necropsia e resíduos contaminados por estes materiais.
Tipo A.4 - Perfurante ou cortante	Agulha, ampola, pipeta, lâmina de bisturi e vidro.
Tipo A.5 - Animal contaminado	Carcaça ou parte de animal inoculado, exposto a microrganismos patogênicos ou portador de doença infectocontagiosa, bem como resíduos que tenham estado em contato com este.
Tipo A.6 - Assistência ao paciente	Secreções, excreções e demais líquidos orgânicos procedentes de pacientes, bem como os resíduos contaminados por estes materiais, inclusive restos de refeições.
CLASSIFICAÇÃO B - Resíduos especiais	
Tipo B.1 - Rejeito radioativo	Material radioativo ou contaminado, com radionuclídeos proveniente de laboratório de análises clínicas, serviços de medicina nuclear e radioterapia.
Tipo B.2 - Resíduo farmacêutico	Medicamentos vencidos, contaminados, interditado ou não utilizado.
Tipo B.3 - Resíduo químico perigoso	Resíduo tóxico, corrosivo, inflamável, explosivo, reativo genotóxico ou mutagênico.
Classe C - Resíduo comum	Todos os que não se enquadram nos tipos A e B, com semelhança aos resíduos domésticos que não oferecem risco adicional a saúde pública.

Quadro 5 - Classificação dos RSS segundo NBR 12.808 (ABNT, 1993a).

Para os autores Garcia e Zanetti-Ramos (2004), não se pode analisar a questão dos resíduos de serviços de saúde somente no aspecto da transmissão de doenças infecciosas, mas envolver também a questão da saúde do trabalhador e a preservação do meio ambiente. Acredita-se que o gerenciamento adequado dos resíduos possa contribuir significativamente para a redução da ocorrência de acidentes de trabalho.

De acordo com as considerações dos autores Silva e Hoppe (2005, p. 146)

Os RSS, apesar de representarem uma pequena parcela em relação ao total de resíduos gerados em uma comunidade, são fontes potenciais de propagação de doenças e apresentam um risco adicional aos trabalhadores dos serviços de saúde e a comunidade em geral, quando gerenciados de forma inadequada.

De acordo com os dados IBGE, cerca de 4.000 toneladas de resíduos produzidos pelos serviços de saúde são coletadas a cada dia, segundo as prefeituras de 5.507 municípios brasileiros. Quase todos esses produtos perigosos estão sendo despejados no ambiente sem o tratamento adequado – muitas vezes sem nenhum tratamento. Esses dados são demonstrados pelos resultados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), realizada pelo IBGE, nos quais os dados coletados relatam que, das prefeituras ouvidas no estudo, apenas 14% (779) disseram tratar o lixo de saúde adequadamente, seguindo o que determinavam as Resoluções nº 5/93 e nº 283/2001 do CONAMA (IBGE, 2010).

O tratamento adequado para resíduos de saúde pode ser considerado aquele que permita condições de segurança e eficiência e que possa modificar as características físicas, químicas e biológicas, ajustando-as a padrões aceitos legalmente como disposi-

ção final. Nesse sentido, o tratamento pode ocorrer por si só ou associado a um tratamento prévio que impeça a disseminação dos agentes patogênicos ou outra forma de contaminação, acima do que legalmente é aceito. (PFITSCHER et al., 2007, p. 9).

Dessa forma, a questão dos RSS não pode ser analisada apenas no aspecto da transmissão de doenças infecciosas. A questão da saúde do trabalhador e a preservação do meio ambiente também estão envolvidas e são questões de preocupação da biossegurança.

Biossegurança é o conjunto de ações voltadas para a prevenção, minimização ou eliminação dos riscos inerentes às atividades de pesquisa, produção, ensino, desenvolvimento tecnológico e prestação de serviços. Esses riscos podem comprometer a saúde do homem e animais, o meio ambiente ou a qualidade dos trabalhos desenvolvidos (TEIXEIRA, 1996).

Em linhas gerais, são exigidos os seguintes acondicionamentos para alguns tipos de RSS: Resíduo infectante: recipiente (lixeira) com tampa e pedal, sinalizado com o símbolo internacional de risco biológico, forrado com saco plástico tipo II, regulamentado para resíduo infectante. Resíduos perfurocortantes: recipiente rígido, inquebrável, reforçado, estanque e sinalizado com o símbolo internacional de risco biológico. Resíduo comum: recipientes forrados com saco plástico do tipo I, regulamentado para resíduo comum.

A seguir um quadro (Quadro 6), com a classificação, acondicionamento, identificação, armazenamento temporário e disposição final dos RSS, instituídos a partir da RDC 306 (BRASIL, 2004), que dispõe sobre o regulamento técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. A resolução passou a considerar os riscos aos trabalhadores, à saúde e ao meio ambiente.

RESÍDUO - GRUPO	RDC - ANVISA 306 - TRATAMENTO
GRUPO A1 resíduo de laboratórios de manipulação genética, meios de cultura e materiais utilizados para o preparo do mesmo, resíduos de fabricação dos produtos biológicos, exceto hemoderivados.	Tratamento prévio na unidade geradora. O acondicionamento em saco branco leitoso, se não houver descaracterização física das estruturas, se houver descaracterização acondicionados como resíduos do GRUPO D.
GRUPO A2 carcaças, peças anatômicas e vísceras de animais submetidos a processo de experimentação.	Tratamento antes da disposição final. Acondicionados em saco branco leitoso até 2/3 de sua capacidade ou uma vez a cada 24 horas e devidamente identificados "PEÇAS ANATÔMICAS DE ANIMAIS".
GRUPO A3 Peças anatômicas e produto de fecundação com peso menor que 500 gramas ou estatura menor que 25 cm ou idade gestacional menor que 20 semanas.	Uma vez autorizado pelo órgão competente Município, Estado ou Distrito Federal, realizar sepultamento em cemitério. O tratamento é realizado por incineração ou cremação, com equipamento devidamente licenciado para esse fim. Acondicionados em saco vermelho até 2/3 de sua capacidade ou uma vez a cada 24 horas e devidamente identificados "PEÇAS ANATÔMICAS".
GRUPO A4 Kits de linhas arteriais e venosas e dialisadores descartados. Filtros de ar e gases oriundos de áreas críticas.	Acondicionados em saco branco leitoso até 2/3 de sua capacidade ou uma vez a cada 24 horas devidamente identificados. Destino final sem tratamento prévio, em local licenciado para este fim.
GRUPO A5 Materiais perfurocortantes ou escarificantes, fluidos orgânicos, tecidos, órgãos e outros materiais resultantes da atenção a saúde de indivíduos desde que tenha suspeita ou certeza de contaminação com prions.	Acondicionados em dois sacos vermelhos até 2/3 de sua capacidade, sendo expressamente proibido o seu esvaziamento e reaproveitamento. Destino final sistema de incineração, definido na RDC ANVISA nº 205/2002

Quadro 6 - Classificação, tratamento e disposição final dos RSS segundo RDC 306 (BRASIL, 2004).

Dessa forma, torna-se importante frisar que em relação aos RSS - lixo hospitalar - apesar de representarem uma pequena parcela do total dos resíduos sólidos produzidos em uma comunidade, seu tratamento, acondicionamento e manuseio correto são particularmente importantes tanto para a segurança ocupacional dos funcionários, como para a saúde pública e qualidade do meio ambiente.

A educação ambiental é imprescindível para o desenvolvimento de projetos de saneamento ambiental. É sabido que a falta de saneamento básico pode provocar diversos riscos à saúde humana e de animais, bem como o comprometimento do meio ambiente.

4 Conclusões

Primeiramente há de se evidenciar a existência de normas e diretrizes públicas para buscar solucionar o descarte incorreto dos RSS, entretanto parece existir um distanciamento entre a teoria e o que é propriamente feito dentro e fora dos estabelecimentos de

saúde, seja por parte dos gestores, profissionais de saúde e até mesmo pelos profissionais que manuseiam diariamente esses resíduos.

Diante da pesquisa, observou-se a importância de desenvolver instruções de trabalho para suprir a falta de informação, orientar e padronizar as operações que envolvem os RSS. Há uma necessidade de se estabelecer uma nova cultura de responsabilidade dos funcionários dos hospitais quanto a sua participação nos procedimentos sobre geração e manuseio de resíduos.

Para os órgãos que criam as Leis e juntamente os municípios, acredita-se haver uma necessidade de se ampliar as pesquisas na área de resíduos de serviços de saúde e espera-se que decisões legais sejam feitas com objetividade e sem a existência de brechas no que tange às responsabilidades do setor público e privado que atuam na coleta e disposição final dos RSS.

Portanto torna-se necessário um estudo da percepção pública de risco dos resíduos comuns e de serviços de saúde, e ainda a

avaliação integrada de risco e gestão ambiental intra e extra-hospitalar dos resíduos de serviços de saúde.

Diante das afirmações e da literatura pesquisada, há de se conscientizar a população em geral sobre os riscos de doenças em que estão expostas ao entrar em contato com os RSS.

É importante frisar ainda que os RSS, na maioria das vezes, são armazenados adequadamente; entretanto, por falta de destino adequado, são jogados em locais com grande número de pessoas e animais, os conhecidos lixões. Os lixões, conforme estabelecidos em legislação brasileira, não são locais adequados ao descarte desse tipo de resíduo.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. *NBR 12808: Resíduos de Serviços de Saúde: classificação*. São Paulo, 1993a.

_____. *NBR 12810: Resíduos de Serviços de Saúde: especificação técnica transporte interno e externo*. São Paulo, 1993b.

_____. *NBR 9190: Classifica sacos plásticos para acondicionamento de lixo*. São Paulo, 1994.

_____. *NBR 7500: Símbolos de risco e manuseio para o transporte e armazenamento*. São Paulo, 2000.

_____. *NBR 10.004: Classificação de resíduos sólidos*. Rio de Janeiro, 2004.

_____. *NBR 9191: Especificação de sacos plásticos para acondicionamento de lixo para coleta*. São Paulo, 2008.

_____. *NBR 12807: Resíduos de Serviços de Saúde: terminologia*. São Paulo, 2013a.

_____. *NBR 12809: Resíduos de Serviços de Saúde: procedimentos necessários ao gerenciamento intraestabelecimento*. São Paulo, 2013b.

ALMEIDA, M. de S. *Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva*. São Paulo: Atlas, 2011.

ALVES, M. *Como escrever teses e monografia: um roteiro passo a passo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BRASIL. Ministério de Estado do Interior. *Portaria MINTER nº 53, de 1º de março de 1979*. Disponível em: <<http://www.ima.al.gov.br/legislacao/portarias-ministeriais/Portaria%20nb0%2053.79.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2013.

_____. Presidência da República. *Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 20 maio 2013.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). *Resolução nº 6, de 19 de setembro de 1991*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res91/res0691.html>>. Acesso em: 20 maio 2013.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). *Resolução nº 5, de 5 de agosto de 1993*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=130>>. Acesso em: 20 maio 2013.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Projeto Reforço à reorganização do Sistema Único de Saúde (REFORSUS). *Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2001a.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). *Resolução nº 283, de 12 de julho de 2001b*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res01/res28301.html>>. Acesso em: 20 maio 2013.

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Resolução RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004*. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0306_07_12_2004.html>. Acesso em: 20 maio 2013.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). *Resolução nº 358, de 29 de abril de 2005*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res05/res35805.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2013.

_____. Presidência da República. *Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 21 maio 2013.

CAMARGO, M. E. et al. Resíduos Sólidos de Serviço de Saúde: um estudo sobre o gerenciamento. *Scientia Plena*, v. 5, n. 7, p. 1-14, 2009.

CAMPONOGARA, S.; RAMOS, F. R. S.; KIRCHHOF, A. L. C. Um olhar sobre a interface trabalho hospitalar e os problemas ambientais. *Rev. Gaúcha Enf.*, Porto Alegre, RS, v. 30, n. 4, p. 724-731, 2009.

CORRÊA, L. B.; LUNARDI, V. L.; CONTO, S. M. de. O processo de formação em saúde: o saber resíduos sólidos de serviços de saúde em vivência práticas. *Rev. Bras. Enf.*, Brasília, DF, v. 60, n. 1, p. 21-25, jan./fev. 2007.

CORRÊA, L. B.; LUNARDI, V. L.; SANTOS, S. S. C. Construção do saber sobre resíduos sólidos de serviços de saúde na formação em saúde. *Rev. Gaúcha Enf.*, Porto Alegre, RS, v. 29, n. 4, p. 557-564, dez. 2008.

DOI, K. M.; MOURA, G. M. S. S. de. Resíduos sólidos de serviços de saúde: uma fotografia do comprometimento da equipe de enfermagem. *Rev. Gaúcha Enf.*; Porto Alegre, RS, v. 32, n. 2, p. 338-344, jun. 2011.

FERRAREZE, M. V. G. et al. Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde: avaliação de um centro de terapia intensiva. *REME – Rev. Min. Enf.*, Ribeirão Preto, SP, v. 9, n. 2, p. 133-139, abr./jun. 2005.

FERREIRA, J. A. Solid Waste and Nosocomial Waste: An Ethical Discussion. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 314-320, apr./jun. 1995.

GARCIA, L. P.; ZANETTI-RAMOS, B. G. Gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde: uma questão de biossegurança. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 744-752, maio/jun. 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008*. Rio de Janeiro, 2010.

- MARTINS, G. de A.; LINTS, A. *Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso*. São Paulo: Atlas, 2000.
- NAIME, R.; RAMALHO, A. H. P.; NAIME, I. S. Avaliação do sistema de gestão dos resíduos sólidos do hospital de clínicas de Porto Alegre. *Revista Espaço para a Saúde*, Londrina, PR, v. 9, n. 1, p. 1-17, dez. 2008.
- PFITSCHER, E. D. et al. A situação dos hospitais quanto ao gerenciamento dos aspectos e impactos ambientais. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 5, n. 3, 2007.
- RAMOS, Y. S. et al. Vulnerabilidade no manejo dos resíduos de serviço de saúde de João Pessoa (PB, Brasil). *Ciências & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 8, p. 3553-3560, ago. 2011.
- RIBEIRO, C. da S. *Análise das tecnologias de tratamento de resíduos biológicos de serviço de saúde em hospitais públicos no Município do Rio de Janeiro*. 2008. 145f. Dissertação (Mestrado em Ciências na Área de Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro.
- SALES, C. C. de L. et al. Gerenciamento dos resíduos sólidos dos serviços de saúde: aspectos do manejo interno no município de Marituba, Pará, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 6, p. 2231-2238, dez. 2009.
- SCHNEIDER, V. E. et al. *Manual de gerenciamento de resíduos sólidos em serviços de saúde*. 2. ed. rev. e ampl. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2004.
- SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2007.
- SHINZATO, M. P. et al. Análise preliminar de riscos sobre o gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde de uma instituição de ensino em Mato Grosso do Sul: um estudo de caso. *Rev. Bras. Saúde Ocup.*, v. 35, n. 122, p. 340-352, 2010.
- SILVA, C. E.; HOPPE, A. E. Diagnóstico dos Resíduos de Serviço de Saúde no interior do Rio Grande do Sul. *Revista Engenharia Sanitária e Ambiental*, v. 10, n. 2, p. 146-151, 2005.
- TEIXEIRA, P. *Biossegurança: uma questão multidisciplinar*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.
- VASCONCELLOS, E. A. de; et al. Diagnóstico do problema dos resíduos sólidos hospitalares: O caso de campina Grande (PB). *HYGEIA - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, v. 2, n. 3, p. 28-34. 2006.

Ocupación rural no agrícola y desarrollo rural local: reflexiones y aportes para una articulación efectiva

Ocupação rural não agrícola e desenvolvimento rural local: reflexões e aportes para uma articulação efetiva

Rural non-farm employment and local rural development: reflections and contributions to the effective articulation

Emploi rural non agricole et développement rural local: réflexions et apports pour une articulation effective

Marlon Javier Méndez Sastoque*
(marlon.mendez@ucaldas.edu.co)

Recebido em 31/03/2015; revisado e aprovado em 13/06/2015; aceito em 23/07/2015
DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/151870122015207>

Resúmen: El propósito del artículo es reflexionar propositivamente sobre la incorporación de la ocupación rural no agrícola como estrategia aportadora al desarrollo rural local, enfatizando cuatro retos para su inclusión efectiva: a) superación de la precariedad del trabajo rural no agrícola, b) identificación y aprovechamiento de las oportunidades locales, c) reconocimiento de los productores rurales en su doble condición de productores/consumidores, y d) activación del talento humano endógeno para el desarrollo rural.

Palabras clave: Ocupación rural no agrícola. Desarrollo rural. Desarrollo local.

Resumo: O propósito do artigo é refletir propositivamente sobre a incorporação da ocupação rural não agrícola como estratégia que contribui ao desenvolvimento rural local, enfatizando quatro desafios para sua inclusão efetiva: a) superação da precariedade do trabalho rural não agrícola, b) identificação e aproveitamento das oportunidades locais, c) reconhecimento dos produtores em sua dupla condição de produtores/consumidores, e d) ativação do talento humano endógeno para o desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Ocupação rural não agrícola. Desenvolvimento rural. Desenvolvimento local.

Abstract: The purpose of the paper is to cast a reflective outlook over the incorporation of the rural non-farm employment as a strategy which contributes to local rural development, emphasizing four challenges for effective inclusion: a) improvement of precarious rural non-farm employment, b) identifying and exploiting local opportunities, c) recognition of rural producers in his dual capacity as producer/consumer, and d) activation of endogenous human talent for rural development.

Key words: Rural non-farm employment. Rural development. Local development.

Résumé: Le but cet article est refléter prépositivement sur l'incorporation de l'**emploi rural non-agricole** comme stratégie que contribue au développement rural local, en soulignant quatre défis pour son inclusion effective: a) dépassement de la précarité du travail rural non-agricole, b) identification et exploitation des occasions locales, c) reconnaissance des producteurs ruraux dans son double rôle de producteurs/consommateurs, et d) activation du talent humain endogène pour le développement rural.

Most-clés: Emploi rural non-agricole. Développement rural. Développement local.

1 Introducción

Como fenómeno social, la capacidad familiar de combinar actividades agrícolas con otras de índole no agrícola es una cualidad antigua particularmente asociada a las características intrínsecas del proceso agroproductivo (KAGEYAMA, 1998). En periodos donde la demanda de fuerza de trabajo disminuye, buscar otras fuentes de ocupación e ingreso es una decisión fundamentada en que el tiempo necesario de trabajo para la actividad agrícola sería menor que el tiempo efectivo de producción, lo cual permite a algunos miembros de

las familias rurales ejercer transitoriamente otro tipo de actividades.

En este contexto, algunos miembros de familias rurales optan por ocuparse en otro tipo de oficios generadores de renta, diseñando estrategias socioproductivas que combinan dos o más actividades, incluyendo algunas de orden no agrícolas. Esta forma de organización del trabajo viene siendo denominada pluriactividad y se refiere a situaciones sociales en las que los individuos que componen una familia con domicilio rural pasan a dedicarse a un conjunto de actividades no necesariamente ligadas a la producción agro-

* Universidad de Caldas, Caldas, Colombia.

pecuaria y cada vez menos realizadas dentro del mismo espacio productivo (SCHNEIDER, 2003). Situación que tiende a ser más intensa en la medida en que las relaciones entre los agricultores y el medio social y económico de influencia (piénsese en el local o regional) se tornan más estrechas y complejas.

Aunque la multiocupación no es un fenómeno reciente, varios elementos clave distinguen a la pluriactividad hoy: i) la combinación de actividades deja de ser un recurso ocasional y temporal, pasando cada vez más a ser una estrategia planeada y permanente (SCHNEIDER, 2009), ii) la naturaleza de las fuentes de empleo o ingreso ahora son otras (industria, comercio y servicios, por ejemplo), debido tanto a cambios en el mercado de trabajo (BARKIN; ROSAS, 2006) como a las oportunidades brindadas por la intensificación de las interacciones entre el campo y la ciudad (CARNEIRO, 2006), iii) la combinación de actividades no es una respuesta de simple sobrevivencia, es decir, tendiente a garantizar la persistencia de unidades productivas menos capitalizadas, sino que responde también a intereses de diversificación, búsqueda de otros medios de acumulación (BERDINI; STEIMBEGER, 2011) y a opciones personales de vida, en donde lo económico no es el único factor determinante.

Como argumenta Ellis (2000), la pluriactividad puede ser entendida como estrategia de reacción frente a una situación de vulnerabilidad o riesgo o como estrategia de adaptación, que acontece cuando los individuos con capacidad de elegir, logran optar y decidir dentro de un conjunto de oportunidades y posibilidades.

En este orden, los individuos que conforman una familia rural pueden optar entre combinar dos o más actividades (asumiendo la condición de pluriactivos cuando una de estas es la agricultura) o elegir el cambio total de ocupación, dedicándose exclusivamente a actividades no agrícolas, pero manteniendo la habitación en el campo (SCHNEIDER, 2009), el compromiso con un proyecto familiar de vida y un lazo de unión funcional y afectivo con el propio medio rural-local.

En términos generales, se trata de un fenómeno social activo y claramente reconocible en el contexto latinoamericano (DE GRAMMONT; MARTÍNEZ, 2009; RODRÍ-

GUEZ; MENESES, 2010), que al asumirse como objeto de estudio sugiere tres ejes básicos de análisis: a) que el espacio rural no es exclusivamente agrícola, b) que las actividades agrícolas no son o han de ser las únicas opciones disponibles para o deseables por los habitantes del campo, y c) que para generar bienestar social rural, considerar la dimensión no agrícola de los espacios rurales es una condición ineludible.

En este marco, usando como base de reflexión analítica las conclusiones generales de dos investigaciones propias en torno a la incursión ocupacional de miembros de familias rurales en escenarios no agrícolas, estudios realizados en la zona rural del municipio de Manizales, capital del departamento de Caldas, Colombia (MÉNDEZ, 2009; 2012), como resultado de un proceso más pausado de reflexión crítica alrededor del fenómeno, a manera de instigación académica, el objetivo del artículo es ensayar dar respuesta a las siguientes preguntas:

- a) En un contexto de movilidad continua entre el lo rural y lo urbano, en donde las actividades no agrícolas realizadas por miembros de familias pluriactivas suelen ser de orden marginal -servicio doméstico, venta ambulante e informal de productos varios, reciclaje, por ejemplo-, ¿cómo favorecer un tránsito ocupacional más próspero del trabajo agrícola en el campo al no agrícola en pueblos, poblados urbanizados o ciudades?
- b) Si se acepta que, por distintas circunstancias (ambientales, políticas, culturales y económicas, entre otras), la ocupación agrícola no es hoy una opción para todos los miembros de las familias rurales, ¿por qué resistirse a la incursión, sobre todo de jóvenes del campo, en escenarios ocupacionales distintos a los tradicionalmente agrícolas? En esta misma vía, si hoy más que nunca se promulga que lo rural es mucho más que lo agrícola, ¿cómo aplicar esta premisa en términos de buscar alternativas no agrícolas que puedan absorber el exceso de fuerza de trabajo disponible?
- c) Si se toma conciencia de que los productores agrícolas, además de productores son también consumidores (no hay que olvidar que los bienes y servicios demandados por los habitantes del campo, sin desco-

nocer la existencia algunas diferencias, son prácticamente los mismos requeridos por los habitantes de las ciudades), ¿de qué manera incentivar que sean los mismos habitantes del campo quienes den respuesta a las necesidades y deseos de consumo de otros habitantes de espacios sociogeográficos rurales, vía prestación de servicios, producción y mercadeo de bienes agrícolas y no agrícolas?

- d) Si se asume a los habitantes del campo como individuos poseedores de múltiples potencialidades y talentos (aptitudes casi siempre inexploradas, coartadas o invisibilizadas debido a la prevalencia de una visión estereotípica que los reduce a su condición de agricultores), en aras de avanzar hacia un tipo de sociedad rural más incluyente y sustentable que otorgue a sus integrantes posibilidades de realización individual y colectiva más allá de la predestinación agrícola, ¿cómo estimular la activación de esos talentos y cómo encausarlos en pro del bienestar colectivo de las comunidades rurales? A manera de incitación prospectiva, ¿cuál sería la situación de aquellos pueblos y comunidades que alberguen en su seno a múltiples profesionales (agricultores, profesores, médicos, políticos, músicos y abogados, por ejemplo), quienes una vez formados en escenarios urbanos opten por regresar al campo e integrarse a las dinámicas sociales locales de aquellos lugares que conocen y aprecian?

En síntesis, cuestionar la ocurrencia del fenómeno, proponiendo ir más allá de su mera descripción, responde a la urgente necesidad de aportar elementos concretos que, surgidos desde el ámbito académico, informen, orienten y permeen el diseño de políticas públicas más acordes con una realidad rural contemporánea más diversa, multifuncional y menos unisectorial.

1 Superación de la precariedad ocupacional no agrícola

Para las familias rurales de menores ingresos, la ocupación de algunos de sus miembros en actividades no agrícolas causantes de renta es una práctica habitual, permanentemente incorporada a las estrategias

domesticas de reproducción socioeconómica. Éstas son principalmente realizadas en poblados o centros urbanos próximos a los sitios de residencia, en donde, debido a las características del mercado de trabajo, la experticia agrícola suele ser subvalorada. Cuando este es el caso, realizar actividades denominadas de refugio es lo que queda para ellos, es decir, ocupaciones informales, de supervivencia y mal remuneradas, cuyo desempeño no exige mayores grados de escolaridad ni conocimientos especializados (REARDON et al., 2006).

En este caso, sabiendo que para las familias rurales la ocupación de algunos de sus miembros en actividades no agrícolas es una necesidad *sine qua non*, superar la precariedad, principalmente reflejada en la informalidad y el tipo de actividades no agrícolas realizadas, constituye una acción perentoria.

Si se opta por intervenir sobre el problema, posibilitar que miembros de familias rurales transiten de una ocupación agrícola en el campo a otra no agrícola ejercida en escenarios bien sea urbanos o rurales, implica intervenir sobre su cualificación, tomando como punto de partida las informaciones provenientes de los mercados de trabajo potenciales a los que, por distintas situaciones (proximidad, por ejemplo) les sea posible acceder.

Como es reconocido en distintas investigaciones (DE JANVRY; SODOULET, 2004; VASCO; VASCO, 2012), el grado de escolaridad es el factor que principalmente influye sobre la posibilidad y el deseo de incursión en mercados de trabajo distintos al agrícola. Sin embargo, sin desconocer lo anterior, es prudente considerar que la obtención de grados adicionales de escolaridad no es una medida suficiente para ello. En los contextos de estudio, a pesar del esfuerzo que muchas veces supone, los jóvenes que culminan la formación secundaria, generalmente formados como técnicos agropecuarios o agrícolas, frecuentemente no pueden llegar más allá de la dedicación a actividades refugio. Debido a que la demanda de perfiles agrícolas suele ser nula o muy baja, emplearse informalmente como servidores domésticos, vigilantes, mensajeros o auxiliares de construcción (contratados principalmente para cargar y descargar ladrillos, transportar arena o cavar

zanjas), entre otros oficios de similar estilo, es lo disponible para ellos.

Consecuentemente, si se quiere ampliar la capacidad de los sujetos para incursionar de buena forma en escenarios ocupacionales no agrícolas, la hiperespecialización agrícola, condición comúnmente esperada en los sujetos rurales, se torna desventajosa. Como es corroborado por distintos estudios, poseer conocimientos y destrezas distintos a los tradicionales (procesamiento y transformación de alimentos, panificación, enfermería, contabilidad, ornamentación, construcción, mecánica automotriz, electricidad, costura y confección de prendas de vestir, por ejemplo), facilita a los pobladores rurales acceder a escenarios no agrícolas bien sea en la ciudad o en el mismo campo, ahora en mejores condiciones. En este caso, diversificar las oportunidades de formación, incorporando nuevas modalidades en la enseñanza media: agrícola, comercial, industrial, pedagógica y de promoción social, entre otras, permitiría reforzar las condiciones de equidad y oportunidad en el acceso a los mercados de trabajo no agrícola.

En términos propositivos, si se concibe la incursión de los pobladores rurales en escenarios ocupacionales no agrícolas como estrategia que contribuye al bienestar social de las familias del campo, quien lo haga ha de estar preparado para ello. Formativamente, esto implica introducir lo no agrícola como componente integral de la educación y la capacitación rural, lo cual demanda romper con el purismo rural/agrícola presente en su concepción original, lectura excluyente y dual predominante entre algunos formuladores de política, para quienes lo rural ha de mantenerse al margen de la cultura no agrícola y foránea.

Grosso modo, contribuir a que los pobladores del campo adquieran diversos conocimientos y destrezas que los habiliten para desempeñar actividades no agrícola debe constituir un lineamiento de política en pro del bienestar social rural, entendido éste en sentido amplio, sin demeritar las tradicionales y promisorias agrícolas.

Pero si se trata de tomar en serio el valor de lo no agrícola en el desarrollo familiar y sociocomunitario rural, ¿hacia cuáles actividades orientar la acción?

3 Conocimiento y aprovechamiento de las oportunidades locales disponibles

Asociado al aumento de la escolaridad y a la adquisición de nuevos saberes y destrezas, es preciso considerar que el hecho de que en una familia existan miembros con edad económicamente activa, y ahora mejor cualificados para realizar trabajos no agrícolas, no es suficiente para generar efectivas estrategias de reproducción pluriactiva. Para que esto se desate es necesario que en los escenarios geográficos más próximos exista un mercado de trabajo con capacidad de absorber la fuerza laboral disponible, siendo los poblados o centros urbanos adyacentes espacios propicios para ello. En este caso, la clave para impulsar modelos socioeconómicos pluriactivos prósperos es identificar cuáles son los perfiles allí demandados, según las necesidades y potencialidades de las sociedades locales y regionales.

Lo anterior implica asumir los espacios físico-sociales rurales no como entes herméticos y aislados sino articulados a otros más amplios y envolventes, incluidos tanto aquellos de índole urbana como otros también rurales.

En este escenario de movilidad espacial, planear en qué capacitar y capacitarse, qué tipo de formación ofrecer y cómo intervenir la educación rural demanda conocer a profundidad los requerimientos profesionales en los espacios de influencia, información que no pueden tomarse a la ligera. En la medida en que se brinde y acceda a un tipo de formación que habilite a los ciudadanos rurales para responder a lo que se demanda en la región o territorio, el tránsito ocupacional de lo agrícola a lo no agrícola podría ser menos traumático, más efectivo y productivo. Una vez adquiridos los conocimientos y competencias pertinentes, aprovechar la oferta ocupacional disponible y proponer nuevos emprendimientos promisorios se haría más factible para los habitantes del campo.

Es necesario considerar que para fortalecer y ampliar las posibilidades de los miembros de las familias pluriactivas, la estrategia no puede limitarse a ofrecer formación complementaria o diferente a la específicamente agrícola.

La formación dirigida tanto a superar el sesgo unisectorial como a facilitar la in-

cursión en el mercado de trabajo no agrícola debe ir acompañada del esfuerzo público y privado por crear condiciones más favorables y propicias de inclusión económica y social, que contemple, de manera integral, generar empleo y otras fuentes de ingreso tanto en el campo como en la ciudad. De lo contrario, si la formación apenas le apunta a la profesionalización de la gente, sin ir acompañada de la generación sostenida de oportunidades acordes con las potencialidades del lugar, interpretando lo expuesto por Abramovay (2009), lo máximo que podría acontecer es que el espacio rural donde se introdujo el cambio se convierta en exportador o expulsor de sujetos con formación para el trabajo no agrícola, hecho que poco contribuiría al desarrollo endógeno local.

Asociado a lo anterior, considerando que los espacios rurales no pueden considerarse aislados de otros más amplios y englobantes (espacios formados por redes de actores movilizados en torno a la valoración y el aprovechamiento de los atributos, recursos y potencialidades de cierta localidad o territorio), propiciar el reconocimiento y la sinergia entre actores y sectores económicos presentes en ese espacio compartido (escenario que supera las fronteras entre lo rural y lo urbano) es un significativo aporte al desarrollo (inter) local.

Como ilustración, pensando en la movilidad no sólo de personas sino también de iniciativas productivas, estimular la migración para las zonas rurales de algunas industrias y empresas prestadoras de servicios sería una opción para diversificar y ampliar las oportunidades laborales locales, siempre y cuando primen condiciones justas y dignas de trabajo, bajo modalidades contractuales formales. En esta misma vía, crear oportunidades para que otras potencialidades locales y regionales se tornen productivas (aprovechamiento del paisaje para el turismo rural, la educación socioambiental, el manejo y conservación de recursos naturales, bajo un esquema de ambientalización de los espacios rurales, por ejemplo) es otra forma de diversificar las fuentes de generación de ingresos (BUARQUE, 2008), además de estrategia de retención poblacional, en circunstancias en las que la agricultura no da para emplear toda la fuerza de trabajo disponible.

En estos casos, el desafío estaría en dotar a los pobladores del campo de las facultades necesarias para que sean ellos los principales o primeros beneficiarios de las oportunidades abiertas en sus espacios de vida, lo cual exige correspondencia entre la formación ofrecida y las oportunidades resultantes de esos nuevos emprendimientos productivos. Esto sería prerrequisito para que los habitantes rurales puedan aprovechar íntegramente la capacitación recibida (JACINTO, 2004), justificando la inversión de tiempo y recursos (propios, públicos y privado) destinados a su formación.

Verbigracia, en regiones de vocación o potencialidad turística, uno de los obstáculos para adoptar el turismo rural como componente integral de las estrategias pluriactivas en el seno de la agricultura familiar es la carencia de personal calificado para desempeñar varias de las actividades requeridas (MORALES, 2006; SILVA, 2007). Involucrarse en actividades de esta índole (bien sea en emprendimientos propios, comunitarios o privados) exige a algunos miembros de las familias rurales adquirir habilidades específicas ajenas a las agroproductivas rutinarias, requisito usualmente cubierto mediante el acceso a capacitación formal y no formal en áreas determinadas: manejo de establecimientos turísticos, guía, hospitalidad, perfiles de los turistas, diseño de atractivos turístico, gastronomía regional e idioma inglés, por ejemplo. En este caso es necesario que parte de la institucionalidad creada en torno a lo rural y el desarrollo rural asuma la función de incentivar y fortalecer procesos de formación integral que respondan a estas nuevas demandas.

Soportado en lo hasta aquí dicho, más allá de circunscribirse a los ámbitos de decisión individual y familiar, fomentar que algunos miembros de las familias rurales se capaciten para realizar actividades no agrícolas debe constituir una decisión de Estado. Acción que debe ir acompañada de la destinación de recursos para su ejecución, incluyendo los aplicados a facilitar el acceso a servicios de aprendizaje, a líneas especiales de financiamiento, a programas de apoyo a la formulación de proyectos y de seguimiento a su realización. Esto recordando que dichos proyectos, además de aportadores al bienestar familiar y al fortalecimiento de la economía local, también cumplen la función de afian-

zadores de la permanencia voluntaria de los ciudadanos rurales en sus localidades o territorios de origen.

Definitivamente, reconocer el carácter multifuncional de lo rural y la creciente adopción familiar de modelos pluriactivos de reproducción socioeconómica justifica concebir las actividades no agrícolas como alternativas viables para los habitantes del campo y componentes activos de estrategias integrales que buscan obtener grados ascendentes de desarrollo o bienestar social rural.

Mas si acogemos esto último, es decir, si se fomenta que algunos miembros de las familias rurales opten por ocuparse en actividades no agrícolas, ¿hacia quiénes o a qué público iría dirigido su quehacer?, ¿acaso solamente a pobladores urbanos demandantes de bienes y servicios diversos, en un contexto de complementariedad e interacción entre los mundos rurales y urbanos?

4 Reconocimiento de los pobladores del campo en su doble condición de consumidores/productores

Para quienes lo rural representa su espacio inmediato de vida, es decir, para los propios pobladores de las áreas rurales, sus necesidades cotidianas y las de sus congéneres del campo como las de cualquier persona independientemente de su ubicación geográfica, son múltiples y diversas, necesidades que van más allá de lo únicamente asociado a los proceso de producción agropecuaria. Sustentado en lo anterior, algunos miembros de las familias rurales consiguen percibir a sus análogos del campo desde otra perspectiva no siempre tan usual: además de productores (agrícolas), perfil con el que usualmente son tipificados los pobladores del campo, también son visualizados como consumidores de una alta gama de bienes y servicios comúnmente concentrados u ofrecidos en los poblados o centros urbanos adyacentes.

Adoptar esta visión les permite a los habitantes del campo ampliar el abanico de actividades no agrícolas asumibles como fuentes complementarias de ingreso, trabajos particularmente ejercidos en el mismo espacio rural de habitación.

Se trata de actividades de orden más terciario que primario, asociadas a la presta-

ción de múltiples servicios requeridos por los propios habitantes del campo, que responden a sus necesidades o deseos. Como ejemplo, la apertura de bares, tiendas y minimercados, la venta de prendas de vestir, cosméticos y artículos para el hogar de forma directa o por catálogo, la prestación de servicios de mensajería (pago de servicios públicos en bancos, compra o retiro de medicamentos en droguerías y entidades de salud en la ciudad), mecánica automotriz, transporte individual y colectivo de personas o enseres, construcción y reparaciones locativas (electricidad, plomería, pintura, principalmente), entre otros, están entre los principales servicios no agrícolas prestados por algunos miembros de familias productivas a sus congéneres rurales. A esta lista hoy se suman los servicios de navegación en internet, impresión de documentos y alquiler de juegos electrónicos, principalmente demandados por la comunidad estudiantil que acude a los colegios y escuelas rurales.

Además de lo anterior, algunos miembros de familias pluriactivas encuentran en labores coligadas a la misma producción agropecuaria fuentes alternativas de trabajo y generación de ingresos. Entre estas destacan: venta de insumos agrícolas y pecuarios, operación, alquiler y reparación de maquinaria agrícola, transporte y la comercialización de productos de cosecha y asistencia técnica, actividades y servicios denominados para-agrícolas, que cubren las necesidades productivas de los propios habitantes del campo.

En conjunto son actividades y servicios cuya realización y prestación requiere que los individuos posean habilidades o saberes especiales (saber conducir vehículos, desenvolverse con solvencia en la ciudad, llevar una contabilidad básica, tener conocimientos técnicos y tecnológicos específicos al área de desempeño, por ejemplo), distintos a los tradicionales agrícolas, generacionalmente transmitidos. En consecuencia, transitar de una ocupación agrícola (fundamentada en el conocimiento de técnicas de labranza, manejo de cultivos y sistemas pecuarios de producción) a una no agrícola o para-agrícola insta a los habitantes rurales a buscar dónde y cómo cualificarse para su desempeño efectivo.

De una u otra forma, dicha búsqueda los remite a la ciudad, al ser allí donde usualmente se concentran las distintas posibilidades de

capacitación y formación. Aunque las nuevas competencias concisamente se apliquen en ámbitos rurales, adquirirlas implica trasladarse a la ciudad en su búsqueda o gestionar que quienes median en su apropiación (servicios de aprendizaje, centros de formación técnica y tecnológica, universidades, agencias de extensión, profesionales e instructores particulares, por ejemplo) se trasladen de la ciudad al campo con el fin de ofrecer *in situ* las capacitaciones requeridas. Esto se produce en un ámbito de fronteras abiertas, donde el linde entre el campo y la ciudad en vez de dividir une estos dos espacios, permitiendo la circulación no únicamente de bienes sino también de personas, conocimientos e ideas, en un contexto de articulación funcional entre lo rural y lo urbano.

Para que lo anterior surja efecto, es necesario que los habitantes del campo sepan identificar las oportunidades emergentes en sus propios espacios cotidianos de vida, incluyendo poder reconocer y convertir en idea de negocio las necesidades y anhelos de consumo de los distintos integrantes de las comunidades locales. Esta acción demanda recurrir a la creatividad y capacidad de emprendimiento para concretar proyectos promisorios, siendo la labor de los mediadores externos contribuir a consolidar esas propuestas, coadyuvando a impulsar la activación y el incremento de dichas facultades en los actores rurales.

Lo expuesto hasta aquí permite visualizar que los intereses de algunos miembros de las familias rurales superan lo usualmente predispuesto para ellos: ser el relevo generacional de los agricultores de hoy y los responsables de reproducir y sostener la dinámica productiva agropecuaria en determinadas localidades y regiones. Ambas premisas de corte sectorial niegan o minimizan la existencia de la dimensión no agrícola de los mundos rurales, componente empíricamente sustentado en la acción de sujetos igualmente rurales que también requieren ser relevados en el tiempo.

Bajo esta mirada, es preciso subrayar que el potencial intrínseco de cada actor rural, en un contexto en el que predomina el interés y el sesgo sectorial, no ha de coartarse por la predestinación a adoptar el rol social de productor agrícola, inferencia que invita

a explorar toda una serie de talentos e inclinaciones que, si no se activan o estimulan a tiempo, simplemente nunca saldrán a flote. □

5 Activación de talentos para el desarrollo rural-local

En el escenario descrito, si se acepta que lo rural no es solamente agrícola y que los usualmente tipificados como productores agrícolas también son consumidores de toda una gama de bienes y servicios, ¿por qué limitar el futuro de los miembros de las familias rurales a la reproducción del estatus funcional e identitario agrícola en un contexto de vida que se muestra cada vez más intersectorial, multidimensional y multiactivo? Asumir críticamente esta pregunta implica tener en cuenta que contribuir a la libre construcción de la vida personal de los sujetos (TOURAINÉ, 2000) debe ser también un elemento integral de los procesos conducentes a crear condiciones de bienestar social entre los miembros de las sociedades rurales.

En términos del desarrollo del ser, asegurar y respetar las libertades de cada quien demanda evitar concebir e imponer modelos universales de trayectorias de vida que mínimamente dan cuenta de las expectativas, aspiraciones y experiencias de los jóvenes y otros sujetos rurales ni de las limitaciones, oportunidades y posibilidades de las localidades y regiones donde se desenvuelven.

A manera de instigación, para un sujeto cualquiera nacer en una familia agrícola es una casualidad. Sin posibilidad de elección, el individuo nace en un contexto socio-familiar agrícola/rural, adoptando, vía socialización primaria, los sistemas de normas y valores que orientan la acción de sus referentes inmediatos (padres, hermanos y otros miembros de la familia, principalmente), condición identitaria que se irradia al ser y el hacer. Ser productor o trabajador agrícola, o más específicamente, caficultor, ganadero, papero, entre otros muchos roles, es lo que le espera o lo que de él esperan.

No obstante, en segundo momento asimilable a un proceso de socialización secundaria, algunos individuos pueden poner en duda lo heredado, optando por buscar otras posibilidades más afines a sus propios proyectos individuales y deseados de vida.

En coherencia con lo dicho, se puede plantear que por encima de toda tipificación e institucionalización del rol social preatribuido a los sujetos, ellos, en su condición de seres libres, tienen la posibilidad de crear su propia historia. En este contexto, quienes nace en un entorno socioespaciales o familiar agrícola pueden elegir reproducir o no el papel socialmente asignado. Se trata, en otras palabras, de hacer valer su condición de constructores de historia, y no de simples sujetos históricos socialmente contruidos.

Para ello, que los jóvenes exploren sus múltiples talentos, es decir, aquellas actitudes que a lo mejor tienen para algo, pero que no se ejercitan o emergen debido a las limitaciones del entorno (la existencia de agentes externos que ideológicamente definen cuál es su potencial, por ejemplo), sería el camino más apropiado a seguir, enrutamiento en el que la escuela juega un papel preponderante. Si se trata de sondear otras posibles vías, así como de activar en los jóvenes facultades escondidas o identificables prematuramente en el contexto familiar y escolar, la escuela, en cuanto institución reguladora de la enseñanza que se da y adquiere, debería estar en sintonía con ello. Contrario a ciertas políticas que reivindican la educación rural como instrumentos de reafirmación de la vocación agrícola, una educación más acorde con el carácter multidimensional de lo rural debería fomentar la exploración de talentos, dejando de insistir y concentrar su quehacer en la formación vocacional monotemática (MÉNDEZ, 2005). En este caso, adoptando lo expuesto por Zemelman (2000) sobre la formación de la subjetividad, se trata de evitar que lo ideológicamente deseado se imponga como sentido de la propia subjetividad, quedando esta podada de sus propias posibilidades de sentidos alternativos.

Favorecer lo anterior implica concebir esquemas de educación rural formal y no formal que tengan como objetivo formar estudiantes que puedan autodeterminarse en relación con su futuro facultativo, en este caso. Sobre este supuesto, la escuela rural debería convertirse en un escenario que brinde a los discentes la posibilidad de explorar el mundo de las profesiones y el trabajo, estimulando el acercamiento a las opciones por las que sienten simpatía. En términos vocacionales,

lo que le corresponde a la escuela, más que favorecer la construcción de un proyecto laboral en sí, es brindar al estudiante una serie de herramientas que le faciliten forjar un proyecto de vida.

Esto se conecta con la precaria existencia en regiones y localidades rurales de maestros, médicos, abogados, políticos, administradores públicos, agrónomos, zootecnistas, músicos, trabajadores sociales, artistas, administradores de empresas, odontólogos, psicólogos, ingenieros, ecólogos, entre otros, necesidad a suplir en buena parte de los países latinoamericanos, no únicamente por personas venidas de afuera. Es un vacío que idealmente podría ser cubierto por profesionales de ascendencia rural dispuestos a prestar sus servicios allí donde los requieren. En este caso, el acceso de los jóvenes rurales a la educación superior, siempre y cuando muestren vocación para ello, además de fomentada por el Estado y gestionada por las autoridades locales/regionales, debería estar condicionada al regreso a las localidades o regiones de origen, en donde más que una obligación, dicho retorno sea una muestra voluntaria de compromiso con el mejoramiento de lo propio.

En este contexto, activar y desarrollar los múltiples talentos y vocaciones existentes entre los pobladores rurales debe ser parte de una estrategia integral para el desarrollo, orientada a hacer del campo y los poblados rurales sitios aptos y atractivos para el buen vivir.

Conclusiones y consideraciones finales

En la actualidad prácticamente nadie controvierte que la agricultura ha dejado de ser la única actividad de pervivencia y ocupación económica de las familias rurales. Como estrategia de reproducción socioeconómica, las familias han tenido que ampliar y diversificar al máximo las fuentes de ingresos no agropecuarios, configurando modelos familiares pluriactivos en los que el trabajo rural no agrícola cobra cada vez más relevancia (ARIAS, 2009), existiendo socialmente como un hecho empírico.

A su vez, dicha diversificación de las fuentes de ingreso remite a pensar lo rural no sólo como un espacio aislado y especializado en la producción primaria, sino como un esce-

nario abierto en el que coexisten actividades económicas de orden primario, secundario y terciario (ROMERO, 2012), lo cual implica tener presente, sobre todo en términos de la formulación de políticas y estrategias de desarrollo rural, su carácter pluriactivo y multifuncional.

Con todo, a manera de instigación reflexiva, vale la pena preguntar lo siguiente: ¿puede la cuestión del desarrollo rural-local restringirse a la expansión de lo no agrícola en el campo?

Por más relevante que sea la extensión contemporánea de las oportunidades no agrícolas, la cuestión del desarrollo rural no se limita a su expansión. En este escenario, i) la pérdida de rentabilidad y productividad general de la economía agropecuaria y su impacto sobre los mercados laborales y el ingreso rural, ii) las discrepancias entre la vocación del suelo y la utilización productiva, iii) la inequidad en la distribución de la tierra, iv) la oferta limitada de tecnología, restringida a pocos usuarios con capacidad de adquirirla y adoptarla, v) el restringido acceso al crédito del grueso de los habitantes rurales, vi) la inseguridad en el campo ligada a conflictos políticos y armados, vii) la destinación de un gasto público muy bajo, con recursos dirigidos a cubrir burocracia y programas de bajo impacto, viii) la pérdida de la riqueza natural y el deterioro de ecosistemas frágiles, ix) la carencia de infraestructura básica y x) la capacidad económica de las familias, entre otros, son problemas de orden estructural cuya intervención debe hacer parte de una política integral de desarrollo. Situación decisiva al momento de decidir quedarse en el propio espacio rural, salir y regresar, salir y no volver, si es el caso. Pues, ¿quién querría vivir en un lugar subjetiva u objetivamente visto como poco apto para ello?

Definitivamente, dado el carácter multidimensional de lo rural, mejorar el bienestar social de los habitantes del campo no puede conseguirse únicamente aumentando la productividad de los sistemas de producción agropecuaria, perdiendo de vista la mirada integral del desarrollo. No obstante, esto en ningún sentido significa demeritar o subestimar el peso de esta actividad primaria imprescindible en la activación de las dinámicas sociales locales.

Sobre el papel de la producción agropecuaria, es necesario considerar que una significativa fracción de la población rural (productores a tiempo total o parcial, familias pluriactivas o exclusivamente agropecuarias) genera la totalidad o parte de sus ingresos de esta explotación, actividad que dinamiza innumerables economías locales, activando el comercio de todo tipo de bienes y la prestación de múltiples servicios (institucionales, bancarios, recreativos, religiosos y alimentarios, entre otros no agrícola o para-agrícolas), consumidos por los ciudadanos del campo. Vale plantear que para ellos la actividad agropecuaria, más que un fin en sí, es el medio para garantizar la reproducción socioeconómica individual y familiar, yendo incluso más allá de la mera supervivencia.

Bajo esta perspectiva, la promoción del trabajo rural no agrícola no puede hacerse en detrimento de la energía y los recursos destinados a la producción agropecuaria, sino que debe realizarse simultáneamente, pensando en la complementariedad entre lo no agrícola y agrícola.

Como ilustración, a mayor prosperidad sectorial, los requerimientos locales de bienes y servicios para-agrícolas y no agrícolas también crecen. Igualmente, cuando aumenta la capacidad adquisitiva de las familias rurales, las economías locales se tornan más energéticas, dado al incremento del consumo, la demanda de más bienes y servicios, la dotación de la infraestructura necesaria para su oferta y la generación de opciones generadoras de renta, lo cual puede ser visto como indicador de ganancia de grados de bienestar social local.

Con todo, con el ánimo de hacer una lectura más integral del fenómeno, es necesario precisar que la opción por el trabajo o la ocupación no agrícola no obedece únicamente a intereses económicos.

Para el caso de las generaciones más jóvenes, derivado de la propia condición de ser joven, el interés por hacer algo distinto a lo realizado por los padres, explorar otras posibilidades informadas por las particularidades del entorno, salir así sea temporalmente del campo y experimentar con más fuerza lo que acontece en el entorno urbano, entre otras razones, sería algo predecible en ese momento de la vida.

En esta etapa, el joven estaría en una fase definida por la discrepancia entre el proyecto de vida propio y el derivado de formar parte de un núcleo familiar rural/agrícola. Abrirse a lo nuevo, indagar sobre otros escenarios distintos a los conocidos, asumir como referencia a pares que han quebrado las reglas e ido más allá de lo usual, hace parte de esa búsqueda de autenticidad e independencia, en donde decidir qué hacer (o quién ser o qué llegar a ser) trasvasa las argumentaciones de índole meramente económica.

También es clave reconocer que parte de los jóvenes rurales no se proyectan como productores agrícolas debido a lo observado en la vida cotidiana familiar: mucho trabajo y bajos ingresos, exposición a la intemperie durante largas jornadas de trabajo, bajo estatus otorgado al oficio de agricultor, fluctuación desmedida de los precios de venta, sentimiento de mínima movilidad social ascendente, entre otras situaciones que sustentan la decisión de desistir. Son motivos que combinan hechos concretos y simbólicos, que estimulan optar por actividades no agrícolas, en un contexto de libre elección, mas también con restricciones sociales, lo que sugiere establecer un balance entre lo posible, lo probable y lo deseable.

Similarmente, un número de jóvenes del campo, entre los que hay técnicos, tecnólogos y profesionales en áreas no agrícolas y agrícolas, no encuentran en el medio rural-local un trabajo acorde con sus especialidades y pretensiones salariales (DIRVEN, 2011), lo cual causa frustración e incrementa la fuga de talentos, en perjuicio del desarrollo local.

Se trata de situaciones previsibles, mas no absolutas, que dan cuenta de la necesidad de diseñar y ejecutar políticas y programas firmes que apoyen a quienes decidan quedarse, salir a formarse y regresar, privilegiando a quienes demuestren liderazgo, capacidad de gestión y, al mismo tiempo, preocupación por el bienestar de su comunidad y no únicamente por el beneficio individual. En términos generales, favorecer la retención poblacional implica, desde una perspectiva global, dar solución efectiva a problemas estructurales como los señalados, en busca de hacer de los espacios rurales escenarios deseables de vida y desempeño profesional. Cuando esto gradualmente se cumpla, vivir en el campo o en

poblados rurales resultará más satisfactorio y atractivo para todos.

Para finalizar, vale subrayar que la aplicación familiar de estrategias pluriactivas y la emergencia de alternativas de ocupación no agrícola dependen de las particularidades de cada localidad o región. En este contexto, las características de la economía local y regional, la diversidad espacial y socioeconómica, los potenciales talentos presentes en la población, la existencia de mercados de trabajo con necesidades que puedan ser suplidas por miembros de las familias rurales, las condiciones medioambientales y los grados de articulación espacial (rural-urbano, rural-rural, rural-urbano-rural, rural disperso-rural aglomerado, por ejemplo) deben ser puntos de partida para diseñar estrategias de desarrollo que involucren el trabajo rural no agrícola como una de las vías promotoras de bienestar social rural.

Referencias

- ABRAMOVAY, R. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.
- ARIAS, P. La pluriactividad rural a debate. In: DE GRAMMONT, H.; MARTINEZ, L. (Org.). *La pluriactividad en el campo latinoamericano*. Quito: FLACSO-Ecuador, 2009. p. 171-205.
- BARKIN, P.; ROSAS, M. ¿Es posible un modelo alternativo de acumulación? Una propuesta para la nueva ruralidad. *Polis*, Santiago de Chile, v. 5, n. 13, 2006. Disponible en: <<http://polis.revues.org/5442>>. Accedido en: 12 mar. 2013.
- BERDINI, M.; STEIMBREGER, N. Ocupaciones y movilidades en pueblos rurales de la Patagonia. Una mirada desde lo agrario. *Mundo Agrario*, La Plata, v. 12, n. 23, 2011. Disponible en: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1515-59942011000200003&lng=es&nrm=iso>. Accedido en: 21 abr. 2013.
- BUARQUE, S. *Construindo o desenvolvimento rural sustentável: metodologia de planejamento*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. (Org.). *Diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- DE GRAMMONT, H.; MARTINEZ, L. (Org.). *La pluriactividad en el campo latinoamericano*. Quito: FLACSO-Ecuador, 2009.
- DE JANVRY, A.; SADOULET, E. Estrategias de ingresos de los hogares rurales en México: el papel de las actividades desarrolladas fuera del predio agrícola. In: CEPAL (Org.). *Empleo e ingresos rurales no agrícolas en América Latina*. Santiago de Chile: CEPAL-FAO, 2004. p. 107-128.

- DIRVEN, M. El empleo rural no agrícola. Tendencias, interpretaciones y políticas. REUNIÓN DE EXPERTOS SOBRE POBLACIÓN, TERRITORIO Y DESARROLLO SOSTENIBLE, 2011, Santiago de Chile. *Memorias...* Santiago de Chile: CEPAL, 2011.
- ELLIS, F. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University Press, 2000. 273p.
- JACINTO, C. Ante la polarización de oportunidades laborales de los jóvenes en América Latina. In: _____ (Coord.), *¿Educar para qué? Discutiendo rumbos en América Latina*. Buenos Aires: RedEtis, 2004. p. 187-200.
- KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. *Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 515-551, 1998.
- MÉNDEZ, M. Estrategias pluriactivas de reproducción socioeconómica como generadoras de bienestar social rural. CONGRESO INTERNACIONAL PERSPECTIVAS DEL DESARROLLO RURAL REGIONAL, 4., 2012, Villahermosa. *Memorias...* Villahermosa: Universidad Autónoma Chapingo, 2012. 1 CD-ROM.
- _____. Incursión ocupacional rural en escenarios no agrícolas: tendencias y desafíos. In: DE GRAMMONT, H.; MARTINEZ, L. (Org.). *La pluriactividad en el campo latinoamericano*. Quito: FLACSO-Ecuador, 2009. p. 127-144.
- _____. Los retos de la educación formal ante una nueva y cambiante noción de lo rural. *Pedagogía y Saberes*, Bogotá, v. 22, p. 41-47, 2005.
- MORALES, H. Turismo comunitario: una nueva alternativa de desarrollo indígena. *Revista de Antropología Iberoamericana*, Alicante, n.1, v. 2, p. 249-264, 2006.
- REARDON, T.; BERDEGUÉ, J.; BARRETT, C.; STAMOULIS, K. Household income diversification into Rural Nonfarm Activities. In: HAGGBLADE, S.; HAZELL, P.; REARDON, T. (Editors). *Transforming the Rural Nonfarm Economy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2006. Disponible en: <http://dyson.cornell.edu/faculty_sites/cbb2/Paper/IFPRIbookchapter2006Final.pdf>. Accedido en: 23 mar. 2013.
- RODRÍGUEZ, A.; MENESES, J. Condiciones socioeconómicas y laborales de los hogares rurales en doce países de América Latina. In: CONGRESO DE LA SOCIEDAD BRASILEÑA DE ECONOMÍA, ADMINISTRACIÓN Y SOCIOLOGÍA RURAL, 48., 2010, Campo Grande, MS. *Memorias...* Campo Grande, MS: SOBER, 2010.
- ROMERO, J. Lo rural y la ruralidad en América Latina. *Psicoperspectivas*, Valparaíso, v. 11, n. 1, p. 8-31, 2012.
- SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- _____. La pluriactividad en el medio rural brasileño: características y perspectivas para la investigación. In: DE GRAMMONT, H.; MARTINEZ, L. (Org.). *La pluriactividad en el campo latinoamericano*. Quito: FLACSO-Ecuador, 2009. p. 207-242.
- SILVA, L. A procura do turismo em espaço rural. *Etnográfica*, Lisboa, v. 11, n. 1, p. 141-163, 2007.
- TOURAINÉ, A. *¿Podemos vivir juntos?: iguales y diferentes*. México: FCE, 2000.
- VASCO, C.; VASCO, D. El empleo rural no agrícola en Ecuador. *Ecuador Debate*, Quito, n. 86, p. 131-142, 2012.
- ZEMELMAN, H. *Problemas antropológicos y utópicos del conocimiento*. México: El Colegio de México, 2000.

Distribuição da pobreza no estado do Ceará: uma abordagem multidimensional
Distribution of poverty in the state of Ceará: a multidimensional approach
Répartition de la pauvreté dans l'État du Ceará: une approche multidimensionnelle
Distribución de la pobreza en el estado de Ceará: un enfoque multidimensional

Renata Firmino do Amaral*
(amaralrenataf@gmail.com)

Kilmer Coelho Campos*
(kilmer@ufc.br)

Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima*
(pvpslima@gmail.com)

Recebido em 17/06/2015; revisado e aprovado em 24/07/2015; aceito em 31/07/2015
DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1518-70122015208>

Resumo: O artigo teve como objetivo analisar a pobreza considerando funcionamentos econômicos, de capital humano, de infraestrutura e meio ambiente no estado do Ceará sob uma ótica multidimensional. Nos resultados, observou-se que o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) decresceu ao longo dos anos estudados, porém o funcionamento ambiental foi o que menos contribuiu para essa evolução, concluindo-se que, as melhorias no índice do Ceará ocorrerão com a ampliação das políticas de convivência com a seca.

Palavras-chave: Municípios cearenses. Funcionamentos. Índice de Pobreza Multidimensional.

Abstract: This paper aimed to analyze poverty considering economic functionings, human capital, infrastructure and the environment in the state of Ceará in a multidimensional optical. In analysis of the results, it can be observed that the Multidimensional Poverty Index (IPM) to the state decreased over years studied, but the environmental functioning was that less contributed to the improvement of the index, concluding that the improvement in the index of Ceará will occur with the expansion of policies dealing with drought.

Key words: Ceará's counties. Functionings. Multidimensional Poverty Index.

Résumé: L'article vise à analyser la pauvreté fonctionnement considérant économique, le capital humain, les infrastructures et l'environnement dans l'état de Ceará dans une perspective multidimensionnelle. Dans les résultats, il a été observé que l'indice de pauvreté multidimensionnelle (IPM) a diminué au cours des années étudiées, mais le fonctionnement sur l'environnement a été le moins contribué à cette évolution. Concluant que l'amélioration de l'indice de Ceará, se produisent avec l'expansion des politiques relatives à la sécheresse.

Mots-clés: Municipalités Ceará. Fonctionnements. L'indice de Pauvreté Multidimensionnelle.

Resumen: El artículo tiene como objetivo analizar la pobreza considerando los funcionamientos, económico, el capital humano la infraestructura y el medio ambiente en el estado de Ceará, en una perspectiva multidimensional. En los resultados, se observó que el Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) se redujo durante los años estudiados, pero el funcionamiento ambiental era lo menos contribuido a este desarrollo. Concluyendo que la mejora en el índice de Ceará, se producen con la expansión de las políticas relacionadas con la sequía.

Palabras clave: Municipios de Ceará. Funcionamientos. Índice de Pobreza Multidimensional.

1 Introdução

A pobreza é um problema mundial bastante antigo e de difícil solução, principalmente em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. A partir do Governo Federal no período de 1995 a 2002 até o atual governo, foram propostas várias políticas para o seu combate, sendo grande parte delas de cunho assistencialista. Além disso, eram mais representativas em programas direcionados para os efeitos da fome e da pobreza na perspectiva da baixa renda no Nordeste do país, região mais afetada por esses problemas (ABARCHE, 2003).

Porém a pobreza é um problema multidimensional, pois, segundo Kakwani (2006), engloba as necessidades humanas mais importantes, podendo ser mais bem definida como sendo uma privação parcial ou total das necessidades básicas dos indivíduos. Esse tema já vem sendo estudado há algum tempo, e um dos autores que contribuíram bastante para essa discussão foi Amartya Sen, que, a partir da teoria das capacitações, demonstrou que uma baixa renda é apenas um dos fatores que contribuíram para a situação da pobreza, pois as privações de outras capacidades básicas, como acesso à saúde, educação, nutrição,

* Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, CE, Brasil..

entre outras, são igualmente importantes para o entendimento do tema (SEN, 2000)¹.

Salienta-se que uma das causas da pobreza ainda não vem sendo estudada com a mesma frequência que as demais, quando se trata das múltiplas dimensões desse fenômeno; é o fator ambiental. Bucknall *et al.* (2006) consideraram que as condições ambientais podem ajudar na redução da pobreza. Desse modo, o presente artigo pretende analisar a pobreza utilizando características ambientais, de infraestrutura, de capital humano e econômico, sob uma ótica multidimensional. O recorte adotado é o estado do Ceará sendo o período de análise, os anos 2000 e 2010.

2 Pobreza e suas multidimensões no estado do Ceará

Sabe-se que não há um consenso no que diz respeito ao conceito de pobreza, conseqüentemente não existe um modelo único para mensurá-la. Essa discussão vem-se propagando por vários anos, e formou-se uma linha de pensamento que defende que a mensuração da pobreza deve ser feita por meio de indicadores unidimensionais econômicos como a renda ou produto interno bruto (PIB) *per capita* da população. A partir desse posicionamento, o Relatório do Banco Mundial (1990) definiu pobreza como sendo a incapacidade de um indivíduo atingir um padrão de vida mínimo, ou seja, é a falta de recursos financeiros para atender as necessidades básicas.

Porém a margem de pobreza pode ser ainda maior se a abordagem dada a essa problemática for multidimensional e definida como uma escassez das “capacidades básicas”, sendo esta a conceituação mais ampla de pobreza dada por Sen (2000). Segundo o trabalho de Klasen (2000) realizado na África do Sul, boa parte das pessoas mais necessitadas nesse país não era identificada pela renda, ou seja, a pobreza pode ser mais intensa se avaliada por outras dimensões que

não somente a renda.

Segundo Sen (2000), a pobreza é conceituada como sendo uma privação das capacidades básicas, isto é, uma combinação de funcionamentos que um indivíduo escolheria para si. Baseado nisso, uma das formas de mensuração da pobreza multidimensional consiste em avaliar o conjunto de funcionamentos já realizados por um grupo de pessoas, sendo esta a forma de avaliação da pobreza utilizada neste trabalho. Nesse caso, cada uma das dimensões escolhidas são funcionamentos que contêm um conjunto de indicadores que as pessoas foram privadas de realizar, nos anos de estudo. Assim, a pobreza seria considerada como carência de oportunidades de se atingir os funcionamentos comuns a esta sociedade (DINIZ; DINIZ, 2009)².

Sen (2000) não nega a pobreza baseada na renda, pois, segundo ele, essa condição rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome e de vestir-se, por exemplo. Porém há outras liberdades que não podem ser compensadas monetariamente, como as liberdades políticas, o acesso a serviços públicos, a assistência social, as heranças culturais e a liberdade substantiva que possibilita a combinação de alternativas de “funcionamentos” e realização concreta dos “seres” e “fazeres” que os indivíduos consideram importantes. Mas, para que as pessoas possam realizar os funcionamentos, elas precisam ter “capacidade” para isso. Esta é um tipo de liberdade substantiva de que um indivíduo dispõe, ou seja, é a liberdade de escolha das oportunidades reais de cada um. Nessa perspectiva, pode ser considerado, ainda, o capital humano que pode ser conceituado como um composto de ativos que a pessoa possui e que a caracterizam como conhecimento, saúde, competências, dentre outros (BEBBINGTON *et al.*, 2002). Na perspectiva da multidimensionalidade da pobreza, admite-se no presente artigo que indicadores relacionados à educação, saúde, infraestrutura básica, habitação e renda, ou seja, aqueles ligados ao bem-estar das famílias

¹ Alguns avanços, no estudo da pobreza, podem ser percebidos a partir da incorporação desta visão multidimensional em artigos internacionais, nacionais e até mesmo no Estado do Ceará. Para este Estado podem ser citados alguns trabalhos que vislumbraram este objeto de estudo como o de Araújo, Moraes e Cruz (2012), Deus (2012), Campos e Amaral (2013) e Amaral *et al.* (2013).

² Vários autores como Narayan *et al.* (2000), Alkire (2002), Nussbaum (2003), Canova *et al.* (2005), fizeram seus estudos sobre pobreza a partir da abordagem das capacitações de Sen, ratificando a teoria ou propondo melhorias. Além desses autores, algumas instituições como PNUD (2010) também se apoiaram nas pesquisas desse autor.

são essenciais para o entendimento da pobreza no estado do Ceará. Dados os problemas locais relacionados às condições climáticas e processos avançados de degradação dos recursos naturais, acrescentam-se, ainda, indicadores ambientais.

Avaliando-se o capital humano cearense, Bar-El (2006) afirma que, no desenvolvimento do estado do Ceará, foi observado que os níveis de analfabetismo e de anos de escolaridade da população cearense obtiveram progressos significativos no presente milênio, com taxas de crescimento mais elevadas que a do País, conseqüentemente, a renda *per capita* do Estado também melhorou significativamente, podendo-se assim inferir que provavelmente as melhorias na educação levaram a melhorias na renda do Ceará.

Já com relação a indicadores de saúde, até a década de 1980 o Ceará possuía uma taxa média de mortalidade infantil de 150 mortes por mil nascidos, um índice bem mais elevado que os de outros países mais pobres (BANCO MUNDIAL, 2003). Porém a criação do Programa Agente Comunitário de Saúde (PACS), estabelecido no Estado em 1991, proporcionou um grande progresso nos indicadores de saúde, principalmente para as famílias mais carentes. Isso pode ser visualizado no trabalho de Bar-El (2006), em que o autor afirma que a taxa de mortalidade infantil foi reduzida praticamente pela metade entre os anos de 1992 e 2004. Além da contribuição dos agentes comunitários de saúde, houve também melhorias relacionadas ao abastecimento adequado de água e esgotamento sanitário, além da intensificação de vacinação das crianças com menos de cinco anos, principalmente contra sarampo e poliomielite.

A desnutrição também foi um problema a ser solucionado pelo PACS cujos agentes com frequência visitavam as casas em que havia crianças de 0 a 5 anos para verificação do peso. Se houvesse desnutrição era administrado a multimistura, um suplemento alimentar, para que as crianças pudessem superar o quadro de deficiência nutricional (LIMA et al., 2008).

O problema habitacional é antigo, por isso, muitos programas foram criados pelo Governo Federal para solucioná-lo, porém os *déficits* continuaram intensos em todo o País. Um dos programas criados pelo estado

do Ceará que obtiveram grandes impactos, principalmente em infraestrutura, foi o Programa de Combate à Pobreza Rural, que ficou conhecido como Projeto São José e que tinha como objetivo apoiar o desenvolvimento nas áreas rurais carentes facilitando o acesso a atividades geradoras de emprego e renda, a serviços básicos e à infraestrutura como meios de reduzir a pobreza no campo. A importância desse programa se dá pelo fato de que, nos estudos sobre pobreza, seja no Brasil, seja no Ceará, unidimensional ou multidimensional, a pobreza é mais intensa no meio rural que no meio urbano (LACERDA; NEDER, 2010; ARAÚJO; MORAIS; CRUZ, 2013).

É de conhecimento que o indicador mais utilizado para medir o crescimento econômico de uma população é o PIB, apesar do seu aumento não estar relacionado diretamente à divisão igualitária do montante arrecadado. Corroborando com essa afirmação, Kim (2007) comentou sobre o risco do aumento da desigualdade com o crescimento econômico, pois, para que haja um crescimento econômico eficaz, é necessário que seja este acompanhado de um processo de industrialização, mesmo na zona rural, pois esta deve ter outras fontes de emprego que não seja a agricultura para absorver a mão de obra excedente e para que a população tenha a liberdade de escolher qual segmento quer seguir sem ter necessidade de migrar para outros lugares. Acrescente-se, no caso específico do Ceará, reduzir dos riscos inerentes às secas recorrentes.

Para que houvesse uma redução imediata desses elevados níveis de pobreza que acometiam não somente o Ceará, mas o Brasil como um todo, mesmo que em menores proporções, foi criado em 2003 o Programa Bolsa Família (PBF), que é um programa do Governo Federal de transferência condicionada de renda. Segundo Neri (2006), o PBF está contribuindo bastante para a redução da pobreza no país quando se define a pobreza unicamente como a falta de recursos financeiros de uma população. Constata-se, assim, a ótica unidimensional atribuída à pobreza.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2011), geralmente à medida que há uma evolução na economia de um país, a degradação ambiental piora. Isso ocorre pelo fato de que essa evolução leva a uma melhor distribuição

de renda, mesmo que esta não seja igualitária; isso faz com que ocorram mudanças nos padrões de produção e consumo, que aumenta o grau de insustentabilidade do país. A degradação ambiental é também um empecilho para o bem-estar dos indivíduos e, conseqüentemente, pode impedir o desenvolvimento das suas capacidades por meio de danos à saúde, à educação, dentre outros.

Os problemas ambientais podem ser causados diretamente pela ação humana. Entretanto também podem ser causados por alterações climáticas. No caso do Estado do Ceará que possui a maior parte do seu território na região semiárida, as alterações climáticas são mais graves.

No clima semiárido, a degradação ambiental é sinônimo de desertificação, um processo que culmina com a transformação de áreas em deserto por meio de um conjunto de fenômenos naturais, intrínsecos ao clima, e por meio de ação antrópica (CEARÁ, 2010). Com o agravamento desse processo, ocorre uma maior escassez dos recursos hídricos, um empobrecimento dos solos e o assoreamento de reservatórios. Isso tem como consequência uma maior dificuldade da população de se manter nessa área, intensificando, assim, o esvaziamento das regiões de clima semiárido.

3 Metodologia

A área de estudo compreende os 184 municípios do estado do Ceará, que se situam na Região Nordeste do Brasil e possuem uma população de 8.452.381 habitantes, dos quais 75,09% se encontram na zona urbana, e 24,91% residem na zona rural, segundo os dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010.

Com o propósito de analisar a pobreza na região em uma perspectiva multidimensional, optou-se pela construção de um índice sintético – Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) – resultado da agregação de um conjunto de indicadores definidos com base na teoria de Sen (2000), artigos e documentos oficiais apresentados no Relatório do Desenvolvimento Humano elaborado em 2010 pelo PNUD, e os Objetivos do Milênio. Além disso, foram consideradas as características intrínsecas ao estado do Ceará. Os indicadores selecionados se enquadram

em quatro dimensões que são capital humano, economia, infraestrutura e ambiente, e todas elas estão correlacionadas entre si, de acordo com o método de análise utilizado. Os indicadores que fizeram parte de cada uma das dimensões podem ser encontrados em Amaral (2014).

O método adotado na construção do IPM foi a análise fatorial, uma técnica de análise multivariada de interdependência que tem como objetivo descobrir e analisar as inter-relações de um conjunto de variáveis para sintetizá-las, buscando identificar fatores comuns. Esse procedimento é bastante utilizado na construção de índices sintéticos conforme descrito por Nardo et al. (2005). Para Fávero et al. (2009), a maior vantagem da análise fatorial é a redução, ou seja, a simplificação de um grande número de dados, de forma que se reduz a complexidade e se facilita a interpretação dos dados.

$$IPM_m = \sqrt{\sum_{j=1}^{184} (f_{ij})^2}$$

A aplicação da análise fatorial neste trabalho teve como objetivo a produção dos escores fatoriais que foram utilizados no cálculo do IPM conforme a metodologia utilizada por Silva e Ribeiro (2004), Rodrigues (2006) e Rodrigues (2009), e a fórmula consiste em:

Em que: IPM_m = Índice de Pobreza Multidimensional do município “m” do estado do Ceará; i = número de fatores; j = município do estado do Ceará ($j = 1, \dots, 184$) e f_{ij} = escore fatorial estimado do fator i no município j .

Após calcular o IPM, foi realizada uma análise de agrupamentos que, segundo Maroco (2003), é uma técnica exploratória de análise multivariada que tem como objetivo agrupar as variáveis em grupos, de forma que cada grupo formado tenha objetos com características semelhantes. Adotou-se o método k-médias, e a análise definiu os seguintes intervalos de IPM para cada um deles: i) Municípios com menores níveis de pobreza, IPM compreendido entre 0,00 e 47,00; ii) municípios com níveis intermediários de pobreza, IPM compreendido entre 47,01 e 69,19 e iii) municípios com maiores níveis de pobreza o IPM é compreendido entre 69,20 e 100.

O IPM não mensura a intensidade da pobreza. O seu objetivo é permitir uma análise

relativa ou comparação entre os municípios de modo a identificar as áreas mais afetadas a partir de uma visão multidimensional. Adicionalmente, o IPM permitiu uma análise da evolução da pobreza no estado, dado que foi calculado para os anos 2000 e 2010.

4 Resultados e discussão

No presente estudo, foram realizadas duas análises fatoriais para os indicadores selecionados, uma para dados referentes ao ano 2000 e outra para o ano de 2010. Os resultados obtidos para o KMO foram de 0,821 para o ano de 2000 e 0,780 para o ano de 2010, demonstrando assim a adequação das variáveis selecionadas ao modelo.

A distribuição de municípios entre os três *clusters* para os anos de 2000 e 2010 está demonstrada na Tabela 1. No *cluster* 1, estão inseridos oito dos quinze municípios da Região Metropolitana de Fortaleza, além dos principais centros urbanos de outras macrorregiões como Cariri Centro Sul, em que oito de seus municípios também se concentraram nesse *cluster*. Isso se deve ao melhor nível de desenvolvimento dessas regiões nas várias dimensões estudadas. Além disso, entre os municípios que estão inseridos nesse grupo, estão algumas das principais economias do estado, como é o caso de Sobral, Quixeré,

Aracati e Iguatu (IPECE, 2011).

O *cluster* 3 também, em 2000, possui como seu pior representante Salitre. Segundo o IPECE (2011), o referido município se encontrava nas piores colocações do IDH de 2000, mais precisamente na 181ª colocação entre os demais municípios e na 184ª posição no Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), índice gerado pelo IPECE. Assim, pode-se observar que, possivelmente, esse município apresenta baixo desenvolvimento humano. No caso do IDH, feita a análise do município desagregado, observou-se que o IDH – renda foi o que mais contribuiu para a baixa classificação de Salitre no ranking (IPECE, 2011).

Para sintetizar as mudanças ocorridas entre os anos estudados de forma quantitativa nota-se que o índice médio para o estado do Ceará obteve uma leve melhora, passando de 62,57 para 61,08 (Tabela 1), vale destacar que há uma média variabilidade nos valores dos índices para o Estado, demonstrando assim que, entre os municípios cearenses, não há uma homogeneidade entre os valores dos índices.

O IPM aumentou, de 2000 para 2010, em 2,03 pontos percentuais ao ano. Além disso, existia uma alta heterogeneidade nos valores dos índices nos dois períodos analisados, provavelmente, por isso, ocorra essa transição de municípios entre os grupos.

Tabela 1 – Número de municípios, média e coeficiente de variação percentual (CVP) do IPM, segundo os *clusters* e Estado do Ceará (Geral) nos anos 2000 e 2010

<i>Clusters</i>	IPM	Número de municípios		Média do IPM		CVP	
1	$0,00 \leq \text{IPM} \leq 47,00$	28	24	33,29	35,32	32,95	32,19
2	$47,01 \leq \text{IPM} \leq 69,19$	92	115	60,21	60,84	10,47	9,47
3	$69,20 \leq \text{IPM} \leq 100,00$	64	45	78,79	75,41	9,30	9,13
Geral	$0,00 \leq \text{IPM} \leq 100,00$	184	184	62,57	61,08	26,77	22,33

Fonte: Resultados da Pesquisa (2013)

Na Tabela 2, pode-se perceber, de um modo geral, que todos os indicadores de capital humano progrediram ao longo da década estudada, porém os níveis de redução da taxa de crescimento nos indicadores educacionais foram mais modestos. Segundo o Banco Mundial (2003), a taxa de analfabetismo de-

cresce de forma lenta devido à dificuldade de se alfabetizar as pessoas adultas que passaram pela negligência educacional sofrida nas décadas passadas. Pierro (2010) corrobora essa afirmação e assevera que os programas governamentais que têm como objetivo a alfabetização de jovens e adultos são postos à margem, ou

seja, não são tratados como prioridade. Foram criados programas como o Brasil Alfabetizado e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), porém não lhes foi dada a devida importância. O mesmo autor também afirma que os progressos que podem ser observados com relação aos indicadores devem-se mais à dinâmica demográfica do que às políticas e programas implementados.

Vale destacar que, na Tabela 2, os municípios inseridos no *cluster* 1 obtiveram

melhor desempenho, até mesmo maiores que o valor geral para o Estado, com exceção dos indicadores de mortalidade infantil e probabilidade de sobrevivência até 60 anos. Este foi o índice que menos progrediu se comparado aos demais. Isso não é bom, pois, segundo Sen (2000), a expectativa de vida, que é reflexo do indicador mencionado, é uma capacidade que as pessoas valorizam bastante, quase que universalmente.

Tabela 2 – Taxa de crescimento médio anual dos indicadores de capital humano, segundo os *clusters* nos anos 2000 e 2010

Indicadores	Clusters			
	1	2	3	Geral
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais	-0,0373	-0,0219	-0,0192	-0,0237
Proporção da população de 25 anos ou mais sem o ensino fundamental completo	-0,0295	-0,0207	-0,0171	-0,0210
Taxa de mortalidade infantil até cinco anos de idade	-0,0771	-0,0777	-0,0811	-0,0791
Proporção de crianças desnutridas de 0 a 1 ano acompanhadas pelo programa Agente de saúde	-0,1587	-0,1287	-0,1314	-0,1340
Probabilidade de sobrevivência até 60 anos	0,0081	0,0098	0,0115	0,0101

Fonte: Resultados da Pesquisa (2013)

Com relação aos indicadores de saúde, o grande destaque deve ser dado aos programas que priorizaram o combate à mortalidade infantil e à desnutrição que atingiam níveis bastante elevados em 2000 e obtiveram um decréscimo considerável na taxa de crescimento.

Os indicadores relacionados à renda, como a renda *per capita* média e a proporção de pessoas com renda até R\$140,00, apresentados na Tabela 3, obtiveram melhoras significativas. Não se pode negar que esses valores são consequência principalmente das políticas de transferências de renda que têm como principal representante o Programa Bolsa Família. Rocha, Khan e Lima (2008) corroboraram essa afirmação em seu trabalho sobre o impacto no bem-estar das famílias beneficiadas pelo referido programa no estado do Ceará. Os autores concluíram que a renda média proveniente do trabalho das famílias beneficiadas pelo Programa era significativamente inferior à mesma renda das famílias não beneficiadas, sugerindo que existe dependência entre aquelas famílias e o Programa.

Em relação ao indicador de proporção de ocupados sem carteira de trabalho assinada, houve aumento nos valores comparados nos anos 2000 e 2010, fenômeno que reflete um aumento do número de empregos informais. Segundo Menezes (2005) este é um fenômeno que, ao longo da história do Ceará, ocorre como causa principal da migração da população da zona rural para o meio urbano, principalmente, para o município de Fortaleza, em decorrência dos períodos de seca, pois os trabalhadores sem qualificação profissional têm o mercado informal como fonte de sustento para suas famílias.

Na Tabela 3, podem-se observar quais indicadores econômicos obtiveram melhorias a partir de suas respectivas taxas de crescimento. Vale destacar que a proporção de pessoas desocupadas cresceu apenas no *cluster* 3, devendo-se isso, provavelmente, ao fato de que neste *cluster* estão reunidos os menores municípios situados no interior do Estado e com uma maior proporção de indivíduos que vivem no meio rural. Bar-El (2006) faz observações a respeito da proporção de

empregos no meio rural cearense, afirmando que, para que os municípios de pequeno porte se desenvolvam e reduzam a migração para os

centros urbanos, é necessário criar empregos não agrícolas para absorver o excedente da população economicamente ativa do campo.

Tabela 3 – Taxa de crescimento médio anual dos indicadores econômicos, segundo os *clusters* nos anos 2000 e 2010

Indicadores	Clusters			
	1	2	3	Geral
Renda <i>per capita</i> média (R\$)	0,0509	0,0463	0,0561	0,0505
Proporção de indivíduos com renda domiciliar <i>per capita</i> de até R\$ 140,00 mensais	-0,0685	-0,0399	-0,0370	-0,0425
Proporção da população economicamente ativa de 18 anos ou mais desocupada	-0,0502	-0,0261	0,0071	-0,0221
Proporção de ocupados de 18 anos ou mais que são empregados sem carteira de trabalho assinada	-0,0048	0,0171	0,0423	0,0223

Fonte: Resultados da Pesquisa (2013)

Percebe-se uma desuniformidade dos resultados do funcionamento econômico, pois, diferente do que ocorreu com os indicadores de capital humano em que todos os indicadores obtiveram melhorias em todos os resultados e em todos os *clusters*, na presente dimensão, grosso modo, o *cluster 3* apresentou os piores resultados em relação às variáveis, salvo a variável renda *per capita* média. Esse resultado positivo deve-se, provavelmente, pelo Programa Bolsa Família, que, embora a cada ano amplie sua cobertura, não se trata de uma ação que crie o alicerce necessário à redução da pobreza, visto que não desenvolve capacidades.

A partir dos indicadores do funcionamento de infraestrutura, pode-se perceber que, salvo proporção de domicílios sem energia elétrica, os demais não apresentaram melhorias significativas ao longo dos dez anos estudados. Vale ressaltar que a proporção de pessoas que vivem em domicílios que não são próprios foi o indicador que obteve menos avanços ao longo do período analisado.

Segundo a notícia divulgada no blog do Planalto em fevereiro de 2011, o Programa minha casa minha vida (PMCMV) superou sua meta ao atingir a marca de 1.005.028 unidades habitacionais em todo o país. Para o PMCMV, famílias que ganham de zero a três salários mínimos são prioritárias, além das que estão inseridas nas Regiões Metropolitanas e muni-

cípios com mais de 100 mil habitantes, pois o déficit habitacional concentra-se nessas regiões (SHIMIZU, 2010). Porém não se observa, nos dados da tabela 4, o reflexo desses resultados, especificamente no *cluster 1*, que, segundo os objetivos do programa, deveria ser o grupo mais beneficiado. Um dos motivos para isso é o alto grau de migração para a Região Metropolitana, problema de difícil solução no Estado do Ceará (BAR-EL, 2006). Corroborando com essa afirmação, o IPEA (2013) mostrou que houve um aumento absoluto nos déficits habitacionais na Região Metropolitana de Fortaleza, mas em termos relativos esse valor diminuiu, entre os anos de 2007 e 2012.

Para Araújo (2003), o Projeto São José, entre os anos de 1996 a 2001, cobriu 96% do território cearense, e 50% dos subprojetos liberados foram direcionados para a eletrificação dos domicílios rurais, elevando para 32% os domicílios com acesso a esse serviço. O mesmo autor afirma que, apesar dos avanços alcançados por esse projeto, o objetivo genérico de erradicar a pobreza no campo foi pouco significativo. Isso pode ser observado nos resultados desta pesquisa, segundo a qual houve uma drástica redução no número de municípios sem energia elétrica, porém vale destacar que o *cluster 3* obteve, também, uma redução modesta se comparado com os demais *clusters*. Essa taxa de crescimento está representada na Tabela 4.

Tabela 4 – Taxa de crescimento médio anual dos indicadores de infraestrutura, segundo os *clusters* nos anos 2000 e 2010

Indicadores	Clusters			
	1	2	3	Geral
Proporção da população que vive em domicílios não próprios	0,0062	-0,0089	-0,0032	-0,0057
Proporção da população que vive em domicílios sem energia elétrica	-0,2144	-0,2425	-0,2191	-0,2350
Proporção da população que vive em domicílios sem banheiro	-0,0427	-0,0886	-0,0963	-0,0865

Fonte: Resultados da Pesquisa (2013).

De uma forma geral, pode-se perceber, a partir da análise dos indicadores de infraestrutura, que todos apresentaram valores negativos em sua taxa de crescimento, porém o número de municípios sem energia elétrica obteve uma melhora acentuada em relação às demais variáveis. Pode-se mencionar também que um ponto básico, como por exemplo, ter banheiro em um domicílio, é estritamente necessário e precisa melhorar os índices brevemente, visto que a falta desse cômodo em uma casa pode levar a vários problemas de saúde, como diarreias em crianças, além da privação de bem-estar da família.

Sabe-se que há uma relação entre degradação ambiental e pobreza. Segundo Bucknall et al. (2006), existe uma relação direta de causalidade entre esses dois temas, em que a degradação ambiental é uma das causas da pobreza. Na Tabela 5, encontram-se os indicadores selecionados para compor o funcionamento ambiental. Entre eles, estão os indicadores de sustentabilidade ambiental, que são os três primeiros, denominados assim pelo fato de serem problemas ambientais que têm consequências diretamente sociais (MORETTO; SCHONS, 2007). O PNUD (2011) e Comim (2008) também utilizam esses indicadores como ambientais.

Tabela 5 – Taxa de crescimento médio anual dos indicadores ambientais, segundo os *clusters* nos anos 2000 e 2010

Indicadores	Clusters			
	1	2	3	Geral
Proporção da população que vive em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo	-0,0838	-0,1081	-0,1150	-0,1112
Proporção da população que vive em domicílios sem água encanada	-0,2466	-0,1814	-0,1443	-0,1746
Proporção da população que vive em domicílios sem esgoto adequado	-0,1210	-0,0935	-0,0675	-0,0884
Índice de distribuição de chuvas (IDC)	0,0336	0,0687	0,0804	0,0670
Escoamento superficial de água (mm)	0,0007	-0,0761	-0,1228	-0,0786
Índice de aridez	0,0266	0,0086	-0,0281	0,0000

Fonte: Resultados da Pesquisa (2013)

Entre os indicadores de sustentabilidade ambiental, pode-se perceber que houve melhorias significativas, principalmente no *cluster* 1. Para garantir a sustentabilidade por meio da coleta de lixo, esta deve ser realizada com frequência, e o material coletado deve ter um destino adequado. De nada adianta coletar o lixo e despejá-lo em um local inadequado, como os lixões, que irão promover

degradação ambiental por meio de contaminação do lençol freático, mau cheiro, além de vetores de doenças.

Programas que visavam expandir o acesso a serviços tanto de coleta de lixo como de água e esgotamento sanitário, como foi o caso do Programa de Infraestrutura Básica e Saneamento (SANEAR), tinham como público alvo a zona urbana de Fortaleza e da Região

Metropolitana. O Projeto Cidades do Ceará, elaborado em 2004, expandiu esses serviços para alguns municípios do interior do Estado como Sobral, Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, entre outros que têm em comum serem cidades secundárias (BENTO, 2011). Ou seja, o projeto contemplou os centros urbanos e deixou à margem os pequenos municípios que são essencialmente rurais.

Os indicadores ambientais de ordem natural foram considerados importantes para a caracterização da pobreza no Estado. Todos eles fazem parte do Índice Municipal de Alerta, divulgado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) anualmente desde 2004, com o intuito de acompanhar a vulnerabilidade dos municípios cearenses com relação às questões agrícolas e climatológicas.

Em relação aos indicadores de IDC, escoamento superficial de água e o índice de aridez, obviamente não tem como interferir nos seus valores, uma vez que estando relacionados à precipitação, não existe a possibilidade de “fazer chover”, embora haja algumas alternativas para conviver com esse tipo de situação.

O indicador índice de aridez está relacionado à quantidade de precipitação e à perda máxima de água por meio da evapotranspiração. Baseando-se nisso, verifica-se que quanto menor o valor do índice, maior o grau de aridez. Vale ressaltar que os valores municipais do índice de aridez são os mesmos para os dois anos de análise, por esse fato a taxa de crescimento do *cluster* geral é igual a zero. Em relação aos demais *clusters*, houve alteração nos valores do índice pelo fato de ter havido mudanças no número de municípios por *cluster*.

Em relação ao funcionamento ambiental, pode-se inferir que, entre os indicadores selecionados, houve melhorias, salvo os indicadores relacionados à precipitação, pois ocorreram períodos de estiagem, e isso fez com que o IDC e o escoamento superficial obtivessem taxas de crescimento pouco satisfatórias. Vale ressaltar que no *cluster* 3 foram agrupados os municípios com piores índices de aridez, confirmando a teoria de Finco et al. (2004), segundo a qual, em áreas degradadas é comum encontrar bolsões de pobreza.

5 Considerações finais

Diante dos resultados apresentados na pesquisa, pode-se constatar que o IPM para o Estado do Ceará reduziu entre os anos de 2000 e 2010 em 1,49 pontos percentuais e que houve uma redução no número de municípios nos *clusters* 1 e 3, migrando todos para o *cluster* 2, que teve seu número aumentado de 92 para 115 municípios. Essa afirmação corrobora com a hipótese proposta deste trabalho, de que o nível de pobreza, considerando características ambientais, de infraestrutura, de capital humano e econômico, nos municípios cearenses tem diminuído dos anos 2000 para 2010.

A variação de posição dos municípios entre os grupos é muito intensa dentro do decênio estudado, demonstrando uma mudança dinâmica na pobreza do Estado. Os únicos municípios que se mantiveram na mesma posição foi o primeiro colocado, Fortaleza, com o IPM igual a 0,00 e Salitre, que se encontrava na 184ª posição com o IPM igual a 100,00. Entre os funcionamentos analisados, o econômico apresentou um fator negativo para todos os *clusters*, que foi o aumento da proporção de pessoas ocupadas sem carteira de trabalho assinada. Esse fato representa a realidade histórica do sertanejo cearense que migra para os centros urbanos na época de estiagens prolongadas e, por não ter qualificação, sua mão de obra é absorvida pelos empregos informais.

Porém a dimensão que mereceu um maior destaque foi a ambiental, pois apresentou o maior número de indicadores com taxa de crescimento negativa, devido ao fato de os indicadores de Índice de Distribuição de Chuvas (IDC) e de escoamento superficial apresentarem valores muito negativos. Isso ocorreu porque, ao longo do período analisado, a precipitação no Estado atingiu índices baixos. Deve-se ressaltar, a partir desse resultado, que no Estado do Ceará a escassez de chuva sempre foi, e continua sendo, um agravante da pobreza, apesar das políticas de convivência com a seca, as políticas de cunho assistencialista e imediatistas são ainda preponderantes no Estado.

O Índice de Pobreza Multidimensional aqui proposto buscou contribuir na identificação de áreas mais propensas ao fenômeno, no entanto sem mensurar a intensidade do

processo. Buscou-se ainda identificar as debilidades de cada município quanto ao referido fenômeno como forma de subsidiar as decisões dos planejadores de programas de combate à pobreza.

Referências

- ALKIRE, S. Dimensions of human development. *World development*, v. 30, n. 2, 2002.
- AMARAL, R. F. et al. Pobreza multidimensional nas áreas susceptíveis à desertificação no estado do Ceará. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 51., 2013, Belém. Novas fronteiras da agropecuária no Brasil e na Amazônia: desafios da sustentabilidade. *Anais...* Belém, 2013.
- AMARAL, R. F. *Distribuição da pobreza no estado do Ceará: uma abordagem multidimensional*. 2014. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.
- ARAÚJO, M. H. *Desigualdade e pobreza no Ceará: o caso do Projeto São José*. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.
- ARAÚJO, J. A.; MORAES, G. S.; CRUZ, M. S. *Estudo da pobreza multidimensional no Estado do Ceará*. Sobral: Laboratório de Estudos Regionais, 2012. (Texto para discussão). Disponível em: <http://ler.ufc.br/arquivos/textos%20para%20Discussao_03.pdf>. Acesso em: 1º ago. 2013.
- ARBACHE, J. S. *Pobreza e mercados no Brasil: uma análise de iniciativas de políticas públicas*. Brasília: Cepal/DFID, 2003.
- BANCO MUNDIAL. Departamento do Brasil. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1990*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- BANCO MUNDIAL. *Brasil: estratégias de redução da pobreza no Ceará. O desafio da modernização incluyente*. Brasília: Banco Mundial, 2003.
- BAR-EL, R. (Org.). *Reduzindo a pobreza através do desenvolvimento econômico do interior do Ceará*. Fortaleza: Premius, 2006.
- BEBBINGTON, A. et al. *El programa de cofinanciamento de Holanda y sus contribuciones al desarrollo rural en las zonas altas de Peru y Bolivia*. Informe de pesquisa. Boulder Colorado, 2002.
- BENTO, V. R. S. *Centro e periferia em Fortaleza sob a ótica das disparidades na infraestrutura de saneamento básico*. 2011. 173f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE.
- BUCKNALL, J.; HAMILTON, K.; KISHOR, N.; KRAUS, C.; PILLAI, P. *Capítulo sobre meio ambiente*, 2006. Disponível em: <<http://www1.worldbank.org/prem/poverty/portuguese/strategies/srcbook/env0101.pdf>>. Acesso em: 1º nov. 2013.
- CAMPOS, K. C.; AMARAL, R. F. Índice de pobreza municipal: hierarquização dos municípios no estado do Ceará. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 51., 2013, Belém. Novas fronteiras da agropecuária no Brasil e na Amazônia: desafios da sustentabilidade. *Anais...* Belém, 2013.
- CANOVA, L. et al. *Operationalising Senian capability approach by modelling human development*. MPRA Paper, n. 251, posted 8, 2005.
- CEARÁ. *Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca*. Fortaleza, 2010. Disponível em: <www.al.ce.gov.br/index.php/publicacoes?download=166...36>. Acesso em: 18 mar. 2012.
- COMIM, F. (Coord.). *Poverty & environment indicators*. Report prepared for UNDP-UNEP under the poverty and environment initiative. Capability and Sustainability Centre (CSC), St. Edmund's College, Cambridge. Cambridge, mar. 2008.
- DEUS, J. D. B. V. *Análise multidimensional da pobreza rural no Brasil para os anos de 2004 e 2009*. 2012. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.
- DINIZ, M. B.; DINIZ, M. M. Um indicador comparativo de pobreza multidimensional a partir dos objetivos do desenvolvimento do milênio. *Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, v. 13, n. 13, jul./set. 2009.
- FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. *Modelagem multivariada para tomada de decisões*. São Paulo: Campus, 2009. 544p.
- FINCO, M. V. A.; WAQUIL, P. D.; MATTOS, E. J. Evidências da relação entre pobreza e degradação ambiental no espaço rural do Rio Grande do Sul. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 249-276, abr. 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo demográfico de 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2013.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. *Estimativas do déficit habitacional brasileiro (PNAD 2007-2012)*. Brasília, 2013.
- INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ - IPECE. *A caracterização da extrema pobreza no estado do Ceará*. Informe n. 9, 2011. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br>> Acesso em: 24 out. 2011.
- KAKWANI, N. What is Poverty? *International Poverty Centre*. United Nations Development Programme, Brasília, n. 22, set. 2006.
- KIM, S. Changes in the nature of urban spatial structure in the United States, 1890-2000. *Journal of Regional Science*, London, v. 47, n. 2, 2007.
- KLASEN, S. Measuring poverty and deprivation in South Africa. *Review of Income and Wealth*, v. 46, n. 1, mar. 2000.
- LACERDA, F. C. C.; NEDER, H. D. Pobreza multidimensional na Bahia: uma análise fundamentada no indicador multidimensional de pobreza. *Revista Desenharia*, Salvador, v. 7, p. 33-70, 2010.
- LIMA, P. V. P. S. et al. O programa dos agentes comunitários de saúde (PACS) e os indicadores de saúde da família no Estado do Ceará. In: ENCONTRO ECONOMIA DO CEARÁ EM DEBATE, 4., 2008. *Anais...* Fortaleza, 2008.

- MAROCO, J. *Análise estatística com utilização do SPSS*. 2. ed. Lisboa: Edições Silabo, 2003.
- MENEZES, V. P. S. *As feiras-livres em Fortaleza - retrato da polissemia urbana*. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE.
- MORETTO, C. R.; SCHONS, M. A. Pobreza e meio ambiente: evidências da relação entre Indicadores sociais e indicadores ambientais nos estados brasileiros. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, FORTALEZA, 7. 2007. *Anais...* Fortaleza, 2007.
- NARAYAN, D. et al. *Voices of the Poor: Crying out for Change*. Washington, D.C.: The World Bank, 2000.
- NARDO, M.; SAISANA, M.; SALTELLI, A.; TARANTOLA, S. *Tools for composite indicators building*. Italy: European Communities, 2005. 134p.
- NERI, M. *Desigualdade, estabilidade e bem-estar social*. EPGE/FGV, 2006. (Série Ensaios Econômicos, n. 637). Disponível em: <<http://epge.fgv.br/portal/arquivos/2168.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2013.
- NUSSBAUM, M. C. Capabilities as fundamental entitlements: sen and social justice. In: *Feminist Economics*, v. 9, n. 2-3, p. 33-59, 2003.
- PIERRO, M. C. D. A educação de jovens e adultos no plano nacional de educação: avaliação, desafios e perspectivas. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul./set. 2010.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2010*. New York: PNUD, 2010. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>>. Acesso em: 20 jul. 2013.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2011*. New York: PNUD, 2011. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>>. Acesso em: 20 jul. 2013.
- ROCHA, L. A.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S. Impacto do Programa Bolsa-Família sobre o bem-estar das famílias beneficiadas no estado do Ceará. In: ENCONTRO ECONOMIA DO CEARÁ EM DEBATE, 4., 2008. Fortaleza. *Anais...* 2008. Fortaleza.
- RODRIGUES, M. I. V. *A propensão à desertificação do estado do Ceará: análise dos aspectos agropecuários, econômicos, sociais e naturais*. 2006. 116 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- RODRIGUES, M. I. V. *Análise do plano de desenvolvimento sustentável do estado do Ceará*. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SHIMIZU, J. Y. *Projeção de impactos econômicos do Programa Minha Casa, Minha Vida: uma abordagem de equilíbrio geral computável*. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG.
- SILVA, R. G.; RIBEIRO, C. G. Análise da degradação ambiental na Amazônia Ocidental: um estudo de caso dos municípios do Acre. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 91-110, jan./mar. 2004.

Desarrollo de capacidades para el desarrollo local en cambio de época
Capacitação para o desenvolvimento local em tempos de mudança
Development of capacities for the local development on the other hand of time
Renforcement des capacites pour le developpement local en periode de changement

Alejandro Emilio Ramos Rodríguez*
(alerr@unah.edu.cu, cedardos@infomed.sld.cu)

Darais Báez Fernández*
(daraisbf@unah.edu.cu)

Elaine Artigas Pérez*
(elaine_artigas@unah.edu.cu)

Recebido em 01/09/2014; revisado e aprovado em 24/10/2014; aceito em 22/11/2014
DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/151870122015209>

Resumen: El desarrollo de capacidades en los actores sean personas o colectivos necesita de marcos filosóficos, conceptuales, programáticos y metodológicos que orienten sus acciones de desarrollo, se requiere poner en práctica criterios, creatividad e imaginación para gestionar procesos en la actualización, transformación e innovación de los conocimientos, actitudes y prácticas en la solución de los problemas presentes en el municipio para la consecución del Desarrollo Local.

Palabras clave: Desarrollo local. Desarrollo de capacidades de base conceptual y metodológica. Generación de conocimientos.

Resumo: O desenvolvimento de competências nos atores são indivíduos ou grupos precisam ter estruturas filosóficas, conceituais, programáticas e metodológicas para orientar suas ações de desenvolvimento são necessários para implementar as normas, a criatividade e imaginação para gerir o processo de atualização, transformação e inovação de conhecimentos, atitudes e práticas em resolver os problemas do município para alcançar o Desenvolvimento Local.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Desenvolvimento de capacidades de base conceitual e metodológica. Geração de conhecimento.

Abstract: The development of skills in the actors are individuals or groups need to have philosophical, conceptual, programmatic and methodological frameworks to guide their development actions are required to implement standards, creativity and imagination to manage the update process, transformation and innovation of knowledge, attitudes and practices in solving the problems in the municipality to achieve the Local Development.

Key words: Local development. Development of conceptual and methodological base capacities. Knowledge generation.

Résumé: Le développement des compétences dans les acteurs sont des individus ou des groupes ont besoin d'avoir des cadres philosophiques, conceptuels, programmatiques et méthodologiques pour guider leurs actions de développement doivent mettre en œuvre des normes, de la créativité et de l'imagination pour gérer le processus de mise à jour, la transformation et l'innovation des connaissances, attitudes et pratiques en matière de résolution des problèmes dans la municipalité de réaliser le développement local.

Mots-clés: Développement local. Renforcement des capacités, la base conceptuelle et méthodologique. La production de connaissances.

1 Introducción

Las sociedades se transforman al resolver práctica y culturalmente sus necesidades y sus conflictos; al hacerlo surgen nuevas necesidades y nuevos conflictos, al tiempo que es posible generar recursos, capacidades y creatividad para enfrentarlos. El principio filosófico del desarrollo humano sostenible se refiere a la permanente generación humana de necesidades, aspiraciones y expectativas, y al imperativo de innovar formas creativas de atenderlas sin perjudicar a las sociedades,

a las comunidades, a las personas, ni al medio ambiente.

La dimensión humana del desarrollo es otro cambio paradigmático que abre una perspectiva completamente nueva para redefinir el acercamiento convencional al desarrollo. Desde esa nueva perspectiva, los seres humanos finalmente podrán convertirse en principal objeto y sujeto de su acción: ya no serán una abstracción económica sino una viviente realidad operativa, además de guías de los procesos de desarrollo cuyo control no ha estado en sus manos.

* Universidad Agraria de La Habana (UNAH), San Antonio de las Vegas, Cuba.

Pero, ¿qué significa exactamente desarrollo de capacidades? Al crecer su popularidad, también parecen haber crecido ciertas confusiones al respecto. Para algunos, el desarrollo de la capacidad puede ser cualquier esfuerzo por enseñarle a alguien a hacer algo, o a hacerlo mejor. Para otros, puede significar crear nuevas instituciones o fortalecer las ya existentes. Hay quienes consideran que el desarrollo de capacidades tiene su centro en la educación y la capacitación; pero también hay quienes adoptan una visión de mayor alcance e incluyen mejorar el acceso, los derechos y las libertades individuales. Quizás todos tengan razón, lo que los significados atribuidos conllevan una visión desde la complejidad y es función de cada actor integrar para alcanzar el objetivo del desarrollo de las capacidades. Quizás a la Universidad corresponda la educación y la capacitación para el desarrollo de las capacidades, a otros actores les puede corresponder crear nuevas instituciones o brindar servicios.

2 Desarrollo de capacidades para el Desarrollo Local

El desarrollo de capacidades desde una mirada coyuntural o también desde una visión estratégica del desarrollo apunta al fomento de una cultura democrática y de concertación. Así, por ejemplo, para el Centro de Estudios de Desarrollo Agrario y Rural (CEDAR) en este momento el desarrollo de capacidades está orientado a: Mejorar la capacidad de gestión de los gobiernos locales, instituciones, empresas y otros actores como medio para lograr el cumplimiento óptimo de las nuevas competencias que son transferidas por el Gobierno Central en el marco de la descentralización (OJEDA, 2012).

Sin dejar de prestar atención a esta legítima necesidad coyuntural, es preferible inscribirse dentro de un horizonte mucho mayor. Todos intuimos o somos conscientes de que la inversión en capacidades es una condición fundamental para el desarrollo. Las capacidades implican generar o consolidar una voluntad firme para desplegar recursos materiales y no materiales en las personas y colectivos, a fin de hacer realidad sus propósitos.

Sin embargo, la voluntad es fundamental, más no suficiente: Las personas y los colec-

tivos necesitan contar con marcos filosóficos, conceptuales, programáticos y metodológicos que orienten sus acciones de desarrollo. Pero además, se requiere poner en práctica criterios, creatividad e imaginación para gestionar procesos, entre los que se encuentra la gestión de la información, la gestión del aprendizaje, la gestión de la diversidad y la gestión de la incertidumbre, entre otros aspectos (OJEDA, 2013).

Es decir, para la consecución de Municipios Inteligentes, en este caso Nueva Paz, el objetivo fundamental del desarrollo de capacidades tiene que ver con que los actores, sean instituciones, personas y/o comunidades, se empoderen y logren real autonomía para administrar su vida y su destino.

Como manifiesta Max-Neef (1993, p. 33)

[...] es mediante la generación de autodependencia, a través del protagonismo real de las personas en los distintos espacios y ámbitos, que pueden impulsarse procesos de desarrollo sinérgicos en la satisfacción de dichas necesidades.

En la autonomía a nivel municipal, la descentralización es una aspiración en proceso de materializarse que, a pesar de tener ya una base legal, no es todavía irreversible. Debemos distinguir claramente entre esta aspiración que se comparte, y la voluntad política de los gobernantes en sus diferentes niveles, que muchas veces está bastante lejos de esta impostergable demanda histórica (MIMDES - DFID, 2008).

Es necesario tomar en cuenta diferentes aspectos, porque el desarrollo de capacidades no ocurre en una dimensión única, ni lineal. Por el contrario, cruza una serie de dimensiones en la misma medida que el comportamiento de las personas expresa una respuesta a una realidad multifactorial.

La primera lección que se desprende de lo expuesto es que no basta hacer una estratificación de los actores de la formación de capacidades de acuerdo a sectores, cargos, funciones o clases, sino que al interior de estos estratos también se presentan una diversidad de condiciones.

Por ello, un factor a considerar en la formulación y gestión del Desarrollo de Capacidades, en la experiencia del Municipio Nueva Paz tiene que ver precisamente con la gestión de la diversidad. De primera impresi-

ón, el reconocimiento de esta situación podría desanimarnos un poco, dado que supondría generar respuestas para cada realidad específica y el número resultante de casos podría ser inmanejable. Justamente aquí se pone a prueba la capacidad creativa para diseñar un sistema que resolviendo el tema de la diversidad, permita a la vez ser eficientes y consecuentes con los dichos propósitos.

Diferentes actores locales del municipio coinciden en que la descentralización es una apuesta estratégica para activar el proceso de desarrollo sobre la base del desarrollo de las capacidades y potencialidades del municipio. Estando clara la apuesta, entonces la palabra clave es activar. Es decir, que partiendo de reconocer que la descentralización es un proceso de largo plazo, el reto se plantea en términos de cómo hacer para que su institucionalización sea más visible y tangible para la población local del municipio Nueva Paz.

La necesidad de activar el proceso marca la orientación del desarrollo de capacidades. Se reconoce que todos son sujetos de desarrollo de capacidades, no obstante se tiene que definir estratégicamente aquellos actores centrales que permitan catalizar el proceso. Sin embargo, si no se aborda bien este aspecto se podría caer en la tentación de trabajar solo con los iluminados o los empoderados formalmente, terminando por ser excluyentes y yendo en sentido contrario a lo que se está buscando (MIMDES – DFID, 2008).

También se podría estar tentado, como casi siempre se hace, de pensar que trabajando con los seleccionados, ellos y ellas van a hacer las réplicas necesarias. La realidad dice que esto no siempre sucede así, por lo tanto se debe hacer real el asunto, o en otras ocasiones se piensa que con capacitarse a través de un taller o un curso ya se está en condiciones de transformar la realidad, se da por hecho que la percepción e interpretación de los participantes está a tono con los objetivos propuestos en la capacitación. Por más esfuerzo que se le ponga a la selección de los actores, se observa que muchas veces los factores del entorno son más confusos y algunos de los capacitados terminan siendo absorbidos por la inercia de siempre o no construyen los conocimientos necesarios para su actualización. Un excelente facilitador de un gobierno local podría verse frustrado ante una actitud autoritaria del

presidente de la asamblea o jefe de la administración y terminar asimilándose al sistema por conservar su puesto o evitar momentos desagradables.

La articulación seria y comprometida de los actores a un proceso social es una condición que se debe saber identificar. Concomitante a ello, es importante tomar en cuenta su legitimidad social, pues esta permitirá inferir el grado de magnificación de la formación y desarrollo de capacidades. La firma de compromisos y los planes de incidencia de la formación son factores que coadyuvan, pero se debe estar claro en que la mejor motivación es la que sale desde adentro, más allá de incentivos o presiones.

El desarrollo humano se vincula con el fortalecimiento de determinadas capacidades relacionadas con toda la gama de cosas que una persona puede ser y hacer en su vida; en la posibilidad de que todas las personas aumenten su capacidad humana en forma plena y den a esa capacidad el mejor uso en todos los terrenos, ya sea el cultural, económico, ambiental, social y político, es decir, en un fortalecimiento de capacidades (MAX-NEEF, 1993).

El Desarrollo de Capacidades es para el CEDAR (2012) “El proceso en el cual personas, organizaciones y la sociedad incrementan sus conocimientos actitudes y prácticas en los ámbitos técnico-productivos y socio-organizativos para responder a las contradicciones internas y externas y sostenerse en el tiempo”.

Para el Desarrollo de Capacidades en el Municipio de Nueva Paz fue preciso tener en cuenta la necesidad de comprender por los actores, que para ello hay que cambiar paradigmas, cambios personales y organizacionales, mejora de la calidad de las prácticas y cambios de comportamientos, entre otras exigencias. Los actores del municipio debieron comprender además que, **Aprender** es apropiarse de conocimientos significativos del contexto de actuación de los actores, para la solución de los problemas. **Desaprender**, en este caso es cuando se dan cuenta de la necesidad de un cambio, de despojarse, de borrar de la mente, conocimientos, actitudes y prácticas para la solución de los problemas nuevos y actuales que no pueden ser resueltos con los métodos y técnicas tradicionales. **Reaprender**, es actualizar, transformar e innovar

los conocimientos, actitudes y prácticas en la solución de los problemas presentes en el municipio, son los nuevos métodos, tecnologías, estilos que permiten la transformación de los problemas presentes, que con los conocimientos, actitudes y prácticas anteriores, es decir, tradicionales, más que transformar

el problema este se acrecienta, se hace más complejo y sin solución.

Para la formación y desarrollo de capacidades en el municipio Nueva Paz se tuvo en cuenta los componentes siguientes: ¿Saber qué?, el ¿Saber por qué?, el ¿Saber para qué? y el ¿Saber cómo?

DESARROLLO DE CAPACIDADES Y FORMACION DE COMPETENCIAS		
Saber qué:	DATOS - ESTADÍSTICAS - HECHOS	Para conocer y controlar la realidad.
Saber por qué:	INFORMACION	Análisis, comprensión, interpretación de datos, hechos y estadísticas de la realidad.
Saber para qué:	CONOCIMIENTOS	Un estado cambiante de comprensión y aceptación de las premisas (verdades) constitutivas de dicha comprensión, que emerge después de un esfuerzo de análisis y síntesis.
	HABILIDADES	Operaciones intelectuales y psicomotoras del sujeto en su relación con la realidad.
	VALORES	Rasgos trascendentes de la personalidad (sentimientos - convicciones). Son las virtudes que orientan la actuación del sujeto en la realidad.
Saber cómo:	CAPACIDADES	Acciones intelectuales del sujeto que lo faculta para transformar la realidad: Investigar, diseñar, sistematizar, desarrollar metodologías para transformar y obtener cambios en la realidad.
	COMPETENCIAS	Potencialidades funcionales de las facultades del sujeto - son las aptitudes del sujeto que le permiten actuar y contextualizar para cambiar en otra realidad cualitativamente mejor.

Las capacidades pueden según la literatura ser de dos tipos:

Las Funcionales: Son capacidades “transversales” que están asociadas a todos, a los diferentes niveles y no a un sector o tema en particular. Son las capacidades de gestión necesarias para formular, implementar y revisar políticas, estrategias, programas y proyectos. Como las capacidades funcionales se centran en “lograr que las cosas se hagan”, son de importancia clave para el éxito del desarrollo de capacidades, cualquiera sea la situación subyacente.

Las Técnicas: Son las que están asociadas a áreas particulares de experticia y práctica de sectores o temas específicos tales como el cambio climático, VIH/SIDA, deporte comunitario, cultura, salud, o como tales, están estrechamente relacionadas a un sector u organización en cuestión.

Por ello a partir del esquema anterior, el CEDAR, da valor agregado al Desarrollo de Capacidades y señala, “el desarrollo de capacidades es el proceso mediante el cual los individuos, grupos, organizaciones, instituciones, comunidades y sociedades incrementan su información, conocimientos, habilidades, actitudes, valores, para realizar funciones esenciales, resolver problemas, definir y lograr objetivos y entender y responder a sus necesidades de desarrollo en un contexto y de manera sostenible” (CEDAR, 2013, p. 22).

3 La gestión de los procesos de formación

Este es un punto central para la elaboración de un programa de Desarrollo de Capacidades en el municipio. Se parte de una realidad específica en cada lugar, en este caso el Municipio Nueva Paz, con su propia histo-

ria, sus propios actores, sus propios procesos políticos, sociales, económicos, ambientales y culturales y, sobre todo, con su propia base de recursos naturales. Esto hace la realidad peculiar y única. No obstante, hay marcos genéricos que se aplican como país.

En principio, son los actores locales quienes debieran formular su Programa de Desarrollo de Capacidades, porque ellos conocen mejor, qué es lo que tienen, qué es lo que quieren y cómo lo quieren hacer. Sin embargo, también es cierto que nuestro proceso de descentralización se inscribe en un marco en el que el gobierno central, el gobierno provincial y el gobierno local tienen funciones que cumplir dentro de una lógica de integración y de unidad.

Por ello, existen también planes y programas nacionales de Capacitación y Asistencia Técnica en Gestión Pública para el fortalecimiento de los Gobiernos provinciales y locales, los cuales deben contextualizarse de acuerdo a las necesidades e intereses de los territorios y municipios para la transformación de su entorno, lo que posibilita el accionar en el campo del desarrollo de capacidades locales.

Habiendo precisado los roles en el Municipio Nueva Paz, se pudo atender la gestión del proceso. Se partió de la problemática específica del municipio, pero además se contó con el potencial específico que hace referencia a la energía cultural presente en cada proceso, así como a los recursos materiales y las personas calificadas con que se cuenta para sacar adelante tanto la formulación del Programa de Desarrollo de Capacidades como su gestión, monitoreo y evaluación.

Es importante conocer tanto la problemática como las potencialidades. Sin embargo, para efectos de la realidad en el municipio de estudio, con carencias materiales y déficit de capacidades de los actores en su actualización, se presta más atención a las potencialidades, pues es lo que actualmente se posee y con lo que se puede contar al margen de la provisión de recursos externos, tan esquivos y tan escasos (MIMDES – DFID, 2008).

Una creativa mirada a las potencialidades en el Municipio Nueva Paz ayudó a poner en valor las energías, las capacidades y las facultades con que se cuenta. Sobre estos factores se puede decidir, lo que hace más

independientes y menos vulnerables a las eventualidades de los procesos externos. Por ello, una herramienta de inestimable valor en la consecución de Municipio Inteligente en Nueva Paz lo constituyó el Mapeo de Actores Sociales (POZO, 2007).

En el Municipio Nueva Paz, el aprovechamiento de las potencialidades pasó, ante todo, por identificar personas y procesos que magnificaron el accionar continuo, con la construcción de alianzas estratégicas entre gobiernos locales o provinciales con espacios socio-educativos como la Universidad y el Centro Universitario Municipal donde ya existe experiencia instalada en temas que interesa desarrollar, y llegó hasta la definición de espacios estratégicos de formación que no necesariamente coinciden con límites geográficos o políticos.

Lo importante es que los espacios identificados permitieron hacer más eficientes los procesos de formación. Pero además, significó poner en valor las experiencias de gestión, de actores y procesos muchas veces no documentados ni ordenados académicamente, pero muy ricos en lecciones y metodologías tanto para saber hacer las cosas, como para no volver a cometer los mismos errores. En este contexto la fábrica, la empresa, el sindicato, la asociación campesina, el local del médico de la familia, entre otros espacios, también cobran valor de aprendizaje. En el fondo, todo esto no tiene otro objetivo más que institucionalizar una sociedad de aprendizaje.

Cuando se hace referencia a la formación y desarrollo de capacidades, conviene precisar que se está aludiendo a toda la gama de espacios, tiempos y oportunidades de aprendizaje que ofrece la vida. Es decir, procesos de formación formal, informal y no formal. Ahora bien, independientemente de cualquier modalidad siempre se debe tener objetivos claros, hacer explícitos los resultados esperados y contar con una metodología definida.

4 El desarrollo de capacidades para el actual proceso de desarrollo local

El propósito central es avanzar hacia una cultura democrática y concertadora, tomando el actual proceso de descentralización como un medio excepcionalmente favorable

para alcanzarla. Pero también se debe ser consciente que este es un proceso de muy largo aliento en el que tienen que ser bien dosificadas las energías individuales e institucionales para no perderse en la angustia o en la frustración y recordar siempre la frase de ese gran pensador que fue Don Fernando Ortiz “Ciencia, Conciencia y Paciencia”. Sobre todo cuando se sabe que muchas de las acciones se soportan, en mayor o menor medida, en representaciones de gobiernos locales cuya temporalidad todavía está de la mano con fragilidad institucional.

En el Municipio Nueva Paz se manejó simultáneamente dos dimensiones: Una dimensión de visión a largo plazo, como proceso, y una dimensión de visión a corto plazo, como gobierno. Además, es necesario tomar como un hecho razonablemente esperado que del conjunto de actores formado en los programas habrá quienes deserten, algunos que se desplacen y otros que se quedarán para fortalecer sus capacidades. La apuesta, sin embargo, es lograr la suficiente motivación como para que la mayoría se quede acompañando eficientemente sus procesos locales.

Se consideró, junto a lo dicho, que no se está trabajando para formar una sola y única promoción, sino que el esfuerzo se dirige a un proceso constante y permanente de actualización de nuevos actores, con lo cual se puede mitigar el riesgo que significa la alta movilización de personal.

Se necesitó entonces en Nueva Paz, para la coyuntura, resolver las necesidades de formación y desarrollo de capacidades según el grado de importancia. Para ello se dirigió por los actores a mejorar la capacidad de gestión y decisiones del gobierno local, generando apropiados cuadros gerenciales, profesionales y técnicos que den soporte y viabilidad al proceso de descentralización y promuevan el desarrollo local con equidad (OJEDA, 2007).

Desde el Municipio se busca por sus actores generar liderazgos que aseguren las bases de la competitividad en la prestación de servicios públicos locales eficientes, que se refuerce una cultura organizacional donde la creatividad, el trabajo en equipo, la calidad del servicio al usuario, el trabajo por resultados y el orgullo de pertenencia sean sus distintivos.

Sin embargo, el municipio actualiza, aprende y desarrolla capacidades para la

transformación del entorno y la consecución del desarrollo local, por lo que:

- Consolida el proceso de programas sociales y logra la mejor gestión local.
- Desarrolla capacidades de gestión del gobierno local para fortalecer el proceso de descentralización.
- Consolida procesos participativos en curso en la gobernabilidad local.
- Fortalece las capacidades de liderazgo democrático de la sociedad civil para mejorar la gobernabilidad local con su participación activa en la gestión y seguimiento.

Estos hitos pueden abordarse simultáneamente, pero a la vez marcan una línea de secuencialidad. Esto quiere decir que es el énfasis lo que cambia, según las necesidades que el proceso local demanda.

A pesar de todas las investigaciones realizadas en los últimos años no hay todavía una teoría completa y coherente que haya sido adoptada por los investigadores y teóricos del campo de la educación de adultos; prueba de ello son las diversas definiciones que existen sobre este concepto; sin embargo, para avanzar en el logro del desarrollo de capacidades, en el proyecto se ha trabajado sobre el aprendizaje individual permanente y el trabajo en grupos desde la Metodología de la Educación Popular.

5 La Educación para el Desarrollo de Capacidades

El Desarrollo de Capacidades en los programas y proyectos que se desarrollan en Nueva Paz para el Desarrollo Local se nutre de diversas fuentes como: la pedagogía crítica, las corrientes constructivistas del conocimiento, que tienen su origen en la psicología de Piaget, Vigotsky, Luria o Bruner, el modelo de investigación-acción elaborado por Lewin, retomado y profundizado por Carr y Kemmis, entre otros. Siguiendo a Vigotsky quien consideraba la educación como un proceso de interacción social en el que el adulto guía al aprendiz y le introduce en la cultura, la Educación para el Desarrollo concibe la enseñanza aprendizaje como un proceso activo y participativo en el que el docente actúa como facilitador para ayudar en la construcción del conocimiento, partiendo de sus preocupaciones y centros de interés (DIEZ DEL CORRAL, 2005).

La Educación para el Desarrollo de Capacidades en la consecución de Municipios Inteligentes como lo es Nueva Paz, se enmarca en un planteamiento educativo no tradicional, en el que se ha pasado de priorizar solo los contenidos, a considerar que la educación en actitudes, valores y habilidades es esencial y debe formar parte del proceso formativo. Por esta razón, y por su carácter crítico, la Educación para el Desarrollo de Capacidades se enfrenta a diversos problemas para su puesta en práctica en el sistema formal e informal de enseñanza. Las escuelas a menudo siguen utilizando esquemas tradicionales de aprendizaje –con una concepción del conocimiento muy compartimentalizada– que hace difícil la introducción de enfoques globales y de metodologías participativas para trabajar con grupos.

La educación para el desarrollo de capacidades, se caracteriza en Nueva Paz por su dimensión globalizadora, abordando distintos aspectos de la realidad y analizando las interrelaciones que existen desde una perspectiva local-global. En este sentido, Souza (2006) señala que es además interdisciplinaria, transdisciplinaria porque no se circunscribe a un solo sector y propone un trabajo entre los distintos sectores que trasciende a la comunidad municipal en pleno.

La educación para el desarrollo de capacidades de los actores del Municipio Nueva Paz, propugna valores solidarios, cooperativos, críticos, de participación, no se lleva a cabo mediante métodos tradicionales, jerárquicos, individualistas, de transmisión vertical de conocimiento, sobre todo si se considera que los destinatarios de la información son a su vez multiplicadores tanto de los contenidos como de los valores y actitudes que se van definiendo a lo largo del proceso formativo. Por esta razón, en la educación para el desarrollo de capacidades no se separa texto y contexto, método y contenido, es la única manera de no provocar disonancias cognitivas entre aquello que se dice, la forma en la que es transmitido y la práctica. En definitiva, descuidar la dimensión metodológica puede conducir a una desvalorización de los contenidos, que a la postre llegan a invalidarlos, convirtiéndolos en retórica, o reduciéndolos a un valor puramente instrumental, desprovistos de su carga ética y movilizadora (DIEZ DEL CORRAL, 2005).

Las características de la metodología de grupo de formación las hace más apropiada para desarrollar una propuesta de educación para el desarrollo de capacidades de forma coherente. Sus raíces se encuentran desde el punto de vista pedagógico en algunos modelos educativos de la Escuela Nueva, de la que se trabaja en el Municipio de Nueva Paz con la propuesta de la Educación Popular (FREIRE, 1994, 2000).

Por su parte, Díez Del Corral (2005, p. 314) asegura que “El grupo como proceso, a lo largo de la actividad va a atravesar diferentes momentos, que se corresponden con diferentes fases del aprendizaje”. En un primer momento la actividad se centrará en la creación del grupo y de un clima adecuado para la formación. Luego el grupo atravesará inicialmente momentos más dirigidos y de aportación de conocimientos por parte de especialistas, posteriormente el protagonismo del grupo será mayor. Por eso es muy importante concebir la actividad del grupo como un proceso en el que el recorrido es muy importante en la medida que se desarrollan capacidades para el trabajo en grupos. Una lección aprendida en el trabajo en grupo en el Municipio Nueva Paz, es que gobernantes, funcionarios, especialistas, instituciones se formaron e integraron en un grupo para el desarrollo de capacidades que posibilitó la comprensión para la transformación del entorno en la consecución de prosperidad y sostenibilidad.

En el Desarrollo de Capacidades, los actores del municipio se consideraron como vehículo y protagonistas del proceso de aprendizaje como requisito fundamental de la metodología del grupo en formación. Para ello es necesario tener en cuenta una serie de condiciones, que han de ser creadas por el educador/a y previstas en la programación y la metodología a aplicar.

Se creó el clima de grupo de formación. En este orden de ideas, se trata de confianza y empatía para poder romper barreras interpersonales y favorecer la comunicación horizontal fluida. Este clima se logró desde las primeras sesiones con la realización de actividades o dinámicas de conocimiento interpersonal. Se utilizó dinámicas que crean situaciones de juego que permiten el conocimiento interpersonal a través de otros códigos, conociendo las

reacciones, actitudes, sentimientos y valores de las personas sin necesidad de expresar cuál es el status de cada cual en el mundo profesional o en las relaciones sociales. Este clima tiene que ser lúdico durante todo el proceso.

Se estableció un acuerdo de formación. Las expectativas y necesidades formativas de cada uno de los y las participantes son, por naturaleza, diferentes y no necesariamente coinciden con la institución, la actividad o con los educadores/as. Se explicitó las expectativas y demandas de cada cual, se contrastó, discutió y refundió en un todo que permita la creación de un interés colectivo grupal. Este paso es muy importante porque va a ser el hilo conductor de todo el proceso de aprendizaje, va a establecer unos parámetros para la evaluación final y va a permitir formular y explicitar las condiciones y requisitos que harán posible llevar a cabo el objetivo.

6 La generación y apropiación del conocimiento en el Desarrollo de Capacidades para el Desarrollo Local

Con la época emergente surge un nuevo modo de generación de conocimiento (GIBBONS et al., 2004) con atributos que lo diferencian del modo clásico, sin que eso signifique incompatibilidad -sino complementariedad- entre los dos. Ello se tiene en cuenta por el CEDAR (2012) para la construcción de municipios inteligentes bajo la premisa de que el Programa Participativo Municipio Inteligente y los proyectos que se generan son del, con y desde el gobierno.

En este sentido, los cinco atributos del modo de generación de conocimiento en el desarrollo de capacidades son:

1. Conocimiento generado en el contexto de su aplicación e implicaciones.
2. Esfuerzo transdisciplinario.
3. Diversidad de actores y organizaciones.
4. Reflexividad y compromiso sociales.
5. Control social ampliado de la calidad y relevancia.

6.1 Conocimiento generado en el contexto de su aplicación e implicaciones

En el desarrollo de capacidades en el Municipio Nueva Paz al contrario del modo en que se generaba conocimientos con ante-

rioridad sin posibilidad de tener en cuenta el contexto, pues el modo clásico de "producción" de conocimiento es "producido" dentro de organizaciones creadas exclusivamente para esta finalidad, el modo emergente aplicado en la actualidad en el municipio implica un proceso de generación de conocimiento deliberadamente comprometido con el contexto de su aplicación (dimensión práctica) e implicaciones (dimensión ética). Por eso, su práctica ocurre en el contexto, y bajo su influencia directa. Un modelo de investigación, desarrollo e innovación centrado en el entorno del municipio es el cambio más relevante para cualquier Universidad u organización de ciencia y tecnología motivada a practicar la actividad científica y tecnológica bajo la lógica del modo de generación del conocimiento para la contribución al Desarrollo Local.

Por esta razón, las acciones de investigación en la construcción de municipios inteligentes dan un giro de 180 grados para alcanzar su visión y objetivos ante métodos y prácticas muy arraigadas en todos los actores sociales que interactúan a nivel de municipio. Es importante tener en cuenta que estas posiciones que se adoptan y formadas en los actores por el paradigma clásico se desarrollan con las mejores de las intenciones, sin percibir estos actores sociales, personas e instituciones, que el grado de coherencia interna para el desarrollo de las acciones que se proponen ya no están en correspondencia con el contexto hacia donde se dirigen. En ocasiones a nivel de municipio se piensa que es algo fácil de solucionar, sin embargo, en la interacción en diferentes municipios se percibe la alta complejidad para alcanzar las transformaciones y el cambio, pues a pesar de la voluntad y del reconocimiento de la necesidad de cambio, aún prevalecen los viejos métodos y prácticas arraigadas durante la vida cotidiana.

Por su parte, el Modelo del Desarrollo Local Municipio Inteligente en Nueva Paz, en la metodología para su construcción, entre las diferentes herramientas que utiliza está el "mapeo de actores" que descansa sobre el supuesto de que la realidad social se puede ver como si estuviera conformada por relaciones sociales donde participan diversos actores sociales. Tal como lo plantea Martín Gutiérrez el abordaje de redes sociales se caracteriza por considerar que, se puede pensar

a la sociedad en términos de estructuras las cuales se manifiestan por diferentes formas de relaciones entre actores sociales (sean estos actores, grupos, organizaciones, clases o individuos). Los conjuntos de vínculos o de relaciones sociales forman redes y según sea la posición que los distintos actores ocupan en dichas redes, van a definir sus valores, creencias y comportamientos (POZO, 2007).

Es una herramienta fundamental para la gobernabilidad que permite el análisis de los intereses de los diferentes actores implicados con una activa participación en los procesos de desarrollo en el territorio, para socializar, construir, generar, utilizar y compartir dicho conocimiento en favor del desarrollo municipal sostenible.

También será necesario crear la capacidad para reconfigurar conocimiento y experiencias. Mientras el modo clásico fue creado principalmente para generar conocimiento nuevo, universalizarlo y transferirlo, el foco principal en este caso es dirigido a la reconfiguración de conocimiento y experiencias ya existentes para los diferentes contextos que los demandan. Cuando el conocimiento y las experiencias existentes no son suficientes o no son relevantes para llenar las necesidades de un determinado contexto, el esfuerzo incluye la generación de conocimiento nuevo; pero teniendo como referencia el propio contexto (GIBBONS et al., 1994; DEMO, 1997; ENGEL; SALOMÓN, 1997; SOUZA, 2001; OJEDA, 2012). En este caso, en los municipios que se transforman en municipios inteligentes, el CEDAR y la Universidad Agraria de La Habana facilitan, educan, construyen, forman y desarrollan capacidades en los actores de la comunidad municipal pues ellos son los que conocen y comprenden como transformar sus comunidades y municipio.

Las implicaciones para la gestión de la investigación y extensión generados por el CEDAR exige de condiciones necesarias entre las que incluyen: proyectos centrados en el entorno y orientados para resolver problemas complejos, democratización del acceso a la información, conocimiento generado con la participación de los que lo necesitan, desempeño de los proyectos dependiente de la dinámica del contexto de su aplicación e implicaciones, incidencia de la diversidad de intereses externos, reconfiguración de conocimiento

y experiencias existentes, incertidumbre e inestabilidad como premisas para la gestión y planificación, flexibilidad en la formulación y gestión de proyectos.

6.2 Esfuerzo transdisciplinario

En el municipio de Nueva Paz como en cualquier contexto, la realidad es compleja; no pudiendo ser interpretada y transformada a partir apenas del conocimiento disciplinario (GIBBONS et al., 1994; ENGEL, 1997; SOUZA, 2008, 2010). Una vez que el modelo emerge para manejar problemas y desafíos complejos, este será un esfuerzo que va más allá de las disciplinas disponibles, al contrario del modo clásico que se basa en el aporte disciplinario.

Este tipo de esfuerzo comprometido con la complejidad del contexto de la aplicación e implicaciones del conocimiento a generar va a requerir la participación adicional en el municipio de otra categoría de expertos: aquellos talentos que aún no siendo formalmente capacitados poseen conocimiento tácito relevante sobre los problemas y desafíos complejos y sus respectivos contextos, lo que demandará el desarrollo de capacidades en los actores locales. Todo especialista es un experto, pero no todo experto tiene que ser un especialista formalmente capacitado. Involucrar talentos locales, externos a las disciplinas, es crítico para generar conocimiento comprometido con el contexto de su aplicación e implicaciones. Eso implica crear la capacidad para construir y gerenciar equipos que incluyan expertos no reconocidos entre los actores tradicionalmente asociados al modo clásico de generación de conocimiento.

Para la gestión de la innovación en el municipio, la práctica de la transdisciplinariedad implica, por ejemplo, seleccionar problemas complejos para la investigación y, después, inspirados en éstos, derivar problemas sencillos de investigación, construir marcos conceptuales para los equipos de los proyectos, gestión de proyectos transdisciplinarios, gestión de procesos participativos, actuación de los equipos bajo el enfoque sistémico, y la participación de expertos sin especialización formal; todo ello implica cambio en la forma de actuar y pensar de los actores, lo que exige el desarrollo de capacidades funcionales y técnicas. Al desarrollar capacidades en los

actores en la manera de pensar y accionar es importante construir los conceptos, asumir la base metodológica y conceptual para la consecución del desarrollo local y las herramientas que facilitarán la consecución de Municipio Inteligente para el Desarrollo Local.

6.3 Diversidad de actores y organizaciones

En el municipio de Nueva Paz, objeto de investigación, y en este caso contexto de la aplicación e implicaciones del conocimiento, hay siempre la presencia de muchos actores y organizaciones interesados en este tipo de esfuerzo. Será imposible generar conocimiento socialmente relevante sin la participación de los actores que lo necesitan o que serán impactados por su uso. En ese punto, la participación se presenta desde un enfoque metodológico según Rebellato (2004), como una herramienta importante en el ámbito comunitario. Por ello, uno de los puntos clave para la participación ciudadana a nivel local, lo constituye el fomentar el sentido de pertenencia como “agente” activo que puede aportar de modo puntual, con acciones concretas, con cronogramas pautados, al abordaje de la realidad problemática a nivel local.

Todo ello se convierte entonces en el primer desafío a enfrentar por los diversos actores sociales, a la hora de construir y generar conocimientos en las dimensiones del desarrollo local: el sentirse parte en el abordaje del problema, el saberse valioso por el aporte que se puede brindar, desde la perspectiva personal, pero que además, si eso se realiza en conjunto con otros actores locales, en un diálogo abierto, franco y de respeto, se puede potenciar ese aporte, enriqueciéndose con las propuestas de otros, a través de la negociación y la concertación (ARTIGAS, 2014).

Eso implica gestión de proyectos interinstitucionales y comunitarios, formación de equipos interinstitucionales *ad hoc*, negociación interinstitucional y comunitaria permanente, relaciones y comunicaciones interinstitucionales permanentes, gestión permanente de conflictos y resistencias, gestión de estrategias de cofinanciación de proyectos, la actuación en red, gestión de procesos participativos. Habrá también la necesidad de actuar bajo ciertos principios orientadores previamente negociados para

servir de referencia para facilitar la colaboración interinstitucional, como por ejemplo: infraestructura compartida, intercambio de talentos, autoridad del argumento (no el argumento de la autoridad) y valorización de los talentos locales.

Es condición en los proyectos de desarrollo e investigación que se desarrollan por el CEDAR en la consecución de municipios inteligentes por un desarrollo local, la generación y construcción de conocimientos de forma contextual y con interacción social a pesar de que en el presente, el modo clásico, tradicional, el positivismo ya en decadencia, se encuentra bien arraigado en la forma de actuación de los actores sociales, aunque todos sabemos que estamos abocados ¡a cambiar! Para ello, es necesario e imprescindible el desarrollo de capacidades de manera sistemática y permanente. En consecuencia, el desarrollo de capacidades no es posible con talleres, cursos, diplomados en ocasiones sustentados por métodos tradicionales o conocimientos desactualizados, porque aún el facilitador no ha alcanzado estas capacidades y pretende transformar el entorno con lo pasado.

En el desarrollo de capacidades, el conocimiento se construye y valida desde la interacción entre los grupos sociales (interacción social), conocimientos locales y conocimientos científicos. Enfatiza el contexto de descubrimiento (conocimiento de la realidad, generación de teoría), más que el de justificación (comprobación). Conocimiento Universal – prueba de la teoría. Conocimiento contextual – Generación de teoría. Comprender para transformar (RAMOS et al., 2013).

Si bien, en el municipio Nueva Paz, este modelo también plantea un cambio de actitudes, este no debe estar asociado a la adopción de nuevas tecnologías ni al condicionamiento mecánico de conductas. El cambio fundamental aquí consiste en el paso a un hombre – mujer acrítico a un hombre – mujer crítico; en ese proceso de un hombre desde los condicionamientos que lo han hecho pasivo, conformista, fatalista, hasta la voluntad de asumir su destino humano; desde las tendencias individualistas y egoístas hasta la apertura a los valores solidarios y comunitarios. Se trata de no seguir caminos para la consecución del desarrollo local, se trata de

desarrollar capacidades para construir caminos que permitan el desarrollo local.

6.4 Reflexividad y compromiso sociales

Bajo la lógica del modo emergente de generación de conocimiento en el desarrollo de capacidades, reflexividad social significa la capacidad para reflexionar desde la perspectiva e intereses de cada uno de los actores participantes del esfuerzo. Sin este ejercicio, el esfuerzo no será muy diferente de las intervenciones verticales donde prevalecen siempre la visión y las opiniones de los que monopolizan el poder de decidir por monopolizar la gestión de las iniciativas. Bajo esta lógica, *compromiso social* implica generar conocimiento comprometido con las realidades, necesidades, problemas, desafíos y aspiraciones de los actores sociales.

6.5 Control social ampliado de la calidad y relevancia

En el modo clásico, el control es desarrollado por los *pares* y es suficiente para determinar la calidad y relevancia del conocimiento generado. En el nuevo modelo de gestión del conocimiento eso ya no es suficiente. La participación de otros actores del contexto implica la incorporación de nuevos criterios para definir lo que es conocimiento relevante. Cada categoría de actor social va a proponer sus criterios para evaluar la calidad del esfuerzo y la relevancia de su impacto. Criterios ambientales, sociales, económicos, políticos, institucionales y éticos serán añadidos a los criterios científicos y técnicos, que obviamente continuarán siendo importantes. Finalmente, es también inevitable la creación de modelos *suigeneris* de evaluación. Esfuerzos realizados bajo la lógica del nuevo modelo no podrán ser percibidos ni valorizados por modelos diseñados para evaluar esfuerzos realizados bajo la lógica del modo clásico (SOUZA, 2008, 2010).

7 Consideraciones finales

En el desarrollo de capacidades en el municipio de Nueva Paz fue preciso tener en cuenta la necesidad de comprender por los actores, que para ello hay que cambiar paradigmas, cambios personales y organiza-

cionales, mejora de la calidad de las prácticas y cambios de comportamientos, entre otras exigencias, debieron además comprender que hay que construir y apropiarse de conocimientos significativos del contexto de actuación de los actores para la solución de los problemas; se dan cuenta de la necesidad de un cambio, de despojarse, de borrar de la mente, conocimientos, actitudes y prácticas para la solución de los problemas nuevos y actuales que no pueden ser resueltos con los métodos y técnicas tradicionales; es imprescindible actualizar, transformar e innovar los conocimientos, actitudes y prácticas en la solución de los problemas presentes en el municipio.

Referencias

- ARTIGAS, E. Programa de capacitación para la participación activa de los actores locales en el desarrollo de Nueva Paz. España: Universidad de Málaga, 2014. Disponible en: <<http://www.eumed.net/libros-gratis/2014/1366/index.htm>>.
- CENTRO DE ESTUDIOS DE DESARROLLO AGRARIO Y RURAL – CEDAR. *Bases conceptuales, filosóficas y metodológicas del Desarrollo Local*. La Habana, 2013. p. 20-23.
- _____. *Programa de Desarrollo Participativo Municipio Inteligente*. Habana, 2012.
- DEMO, P. *Conhecimento moderno: sobre ética e intervenção do conhecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- DIEZ DEL CORRAL, P. Una nueva mirada a la educación artística desde el paradigma del desarrollo humano. Madrid: Universidad Complutense, 2005.
- ENGEL, P.; SALOMÓN, M. *Facilitating innovation for development*. A RAAKS Resource Box. The Netherlands: STOAS, 1997.
- FREIRE, P. Educación y participación comunitaria. En: CASTELLS, M. et al. *Nuevas perspectivas críticas en educación*. Barcelona: Paidós Educador, 1994.
- _____. *Pedagogía de la autonomía*. México: Siglo XXI Editores, 2000.
- GIBBONS, M. et al. *The new production of knowledge: the dynamics of science and research in contemporary societies*. London: SAGE, 1994.
- MAX-NEEF, M. A. *Desarrollo a escala humana: conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones*. Barcelona: Nordan Comunidad/Icaria, 1993.
- MINISTERIO DE LA MUJER Y DESARROLLO SOCIAL/ MINISTERIO BRITÁNICO PARA EL DESARROLLO INTERNACIONAL – MIMDES – DFID. Lineamientos programáticos para la elaboración de los planes de desarrollo de capacidades. Proyecto Fortalece, 2008.
- OJEDA, R. Gestión del Conocimiento en el desarrollo local. En: MES. *La nueva Universidad Cubana y su contribución a la universalización del conocimiento*. La Habana: Editorial Félix Valera, 2007.

_____. Hoja de ruta hacia un Municipio Inteligente por un Desarrollo Agrario y Rural sostenible. VIII Taller Internacional "Universidad Ciencia y Tecnología. Congreso Internacional de Educación Superior. Febrero 2012. Publicado CD Memorias del Evento: ISBN 978-959-1614-34-6., 2012

_____. La Generación de Conocimiento desde la Investigación y la Extensión en el cambio de época para la consecución de municipios inteligentes. XI Taller Internacional: "Comunidades: Historia y Desarrollo". "Lo comunitario en la transformación emancipatoria de la sociedad", 2013.

POZO, A. *Mapeo de actores sociales*. Lima, Perú, 2007.

RAMOS, A.; OJEDA, R; PEÑA, M.A.; ARTIGAS, E. *La Gestión Deportiva Municipal en Iberoamérica: Historia, Teoría y Práctica*. El deporte en el ámbito comunitario para el desarrollo humano. España: Editorial Librerías Deportivas Esteban Sanz S. L., 2013.

REBELLATO, J. L. La participación como territorio de contradicciones éticas. En: ROMERO, M. I.; HERNÁN-

DEZ, C. N. *Concepción y metodología de la educación popular*. Selección de lecturas. La Habana: Editorial Caminos, 2004. Tomo I, p. 299-336.

SOUZA, J. "Changing Roles and Responsibilities of Planners and Planning Units: from rationalization to flexibilization under the networking logic"; forthcoming in Source Book on Planning in Agricultural Research. The Hague, the Netherlands: ISNAR-CAB International, 2001.

SOUZA, J. El Poder de las redes y las redes del poder en el contexto del cambio de época. En: BENALCÁZAR, Patricio Carpio (Editor). *Retos del desarrollo local*. Quito: DOCUTECH, 2006. p. 81-98.

SOUZA, J. *La geopolítica del conocimiento y la gestión de procesos de innovación en la época histórica emergente*. Campina Grande, PB: [s.n.], 2008.

SOUZA, J. La pedagogía de la pregunta y el "día después del desarrollo". En: *Dirección De Desarrollo Rural*. CONGRESO NACIONAL DE EDUCACIÓN RURAL, 3., Medellín, Colombia. Brasil: EMBRAPA, 2010.

História econômica de Forquilha (1895-2011): de núcleo colonial a município

History of economic Forquilha (1895-2011): from colonial village to county

Histoire économique de Forquilha (1895-2011): colony pour la municipalité

Historia de los derechos económicos forquilha (1895-2011): a ciudad colonial núcleo

João Henrique Zanelatto*

(jhz@unesco.net)

Paulo Sérgio Osório*

(pso@unesco.net)

Recebido em 03/02/2014; revisado e aprovado em 14/07/2014; aceito em 10/11/2014

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/151870122015210>

Resumo: O escrito objetivou historicizar o processo de desenvolvimento das atividades econômicas do município de Forquilha, situado no Sul Catarinense e, ao mesmo tempo, fazer uma periodização do seu desenvolvimento econômico. Abordou-se a história econômica de Forquilha a partir de quatro momentos: 1) 1895-1929: Comércio nas Vendas; 2) 1929-1959: Das dificuldades econômicas a criação da Sociedade União Colonial; 3) 1959-1989: O crescimento da indústria em Forquilha; 4) 1989-2011: A emancipação e a integração socioeconômica de Forquilha.

Palavras-chave: História Econômica. Forquilha. Periodização.

Abstract: The writing process aimed to historicize the development of economic activities in the municipality of Forquilha located in southern Santa Catarina and, at the same time, sought to make a timeline of its economic development. Addressed the economic history of Forquilha from four periods: 1) 1895-1929: Trade in Sales, 2) 1929-1959: From the economic difficulties the creation of the Society Colonial Union, 3) 1959-1989: The growth of industry in Forquilha; 4) 1989-2011: The empowerment and socio-economic integration of Forquilha.

Key words: Economic History. Forquilha. Periodization.

Résumé: Le processus d'écriture visant à historiciser le développement des activités économiques dans la municipalité de Forquilha situé dans le sud de Santa Catarina et, dans le même temps, cherché à faire une chronologie de son développement économique. Consacrées à l'histoire économique de Forquilha de quatre périodes: 1) 1895-1929: le commerce des ventes, 2) 1929-1959: les difficultés économiques de la création de l'Union Colonial Society, 3) 1959-1989: La croissance de l'industrie dans Forquilha; 4) 1989-2011: L'intégration et l'autonomisation socio-économique des Forquilha.

Mots-clés: Histoire économique. Forquilha. Périodisation.

Resumen: El proceso de escritura destinado a historiar el desarrollo de las actividades económicas en el municipio de Forquilha situada en el sur de Santa Catarina y al mismo tiempo trató de hacer una cronología de su desarrollo económico. Se dirigió a la historia económica de Forquilha de cuatro períodos: 1) 1895-1929: Comercio en Venta, 2) 1929-1959: De las dificultades económicas de la creación de la Unión Colonial Society, 3) 1959-1989: El crecimiento de la industria en Forquilha; 4) 1989-2011: La integración y el empoderamiento socioeconómico de Forquilha.

Palabras clave: Historia económica. Forquilha. Periodización.

1 Introdução

O município de Forquilha está situado no Sul Catarinense, a 200 KM da capital Florianópolis, ocupado desde o final do século XIX por população constituída de alemães, italianos, luso-brasileiros, poloneses, russos, japoneses e afrodescendentes. Sua economia esteve assentada até o final dos anos de 1980 na agricultura. Mudanças foram se processando somente no final dos anos 80, quando conseguiu a emancipação política do município de Criciúma. Forquilha foi, desde o final do século XIX, um núcleo colonial constituído por uma diversidade de grupos étnicos, conseguiu

eleva-se a condição de distrito em 1959 e, em 1989, veio à emancipação. Nesse longo período, experimentou mudanças em seu desenvolvimento econômico. Assim, o escrito objetivou historicizar o processo de desenvolvimento das atividades econômicas de Forquilha e, ao mesmo tempo, fazer uma periodização do seu desenvolvimento econômico. Abordou-se a história econômica de Forquilha a partir de quatro momentos: 1) 1895-1929: Comércio nas Vendas; 2) 1929-1959: Das dificuldades econômicas à criação da Sociedade União Colonial; 3) 1959-1989: O crescimento da indústria em Forquilha; 4) 1989-2011: A emancipação e a integração socioeconômica de Forquilha.

* Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Santa Catarina, Brasil.

2 Comércio nas vendas: 1895-1929

O atual município de Forquilha, como já exposto, está situado no Sul Catarinense, teve sua base econômica fundamentalmente centrada nas atividades agrícolas até o final da década de 1980. Essa situação foi se alterando ao longo dos anos 80, com um processo de crescimento da indústria, comércio e intensa urbanização. Desde o final do século XIX, já havia moradores nas terras que compreendem o atual município de Forquilha. Os índios que foram os primeiros habitantes e, aos poucos, foram sendo exterminados, os luso-brasileiros, italianos, poloneses, russos, alemães¹, viviam nos primeiros anos de uma economia basicamente de subsistência. A distância dos centros urbanos, a deficiência de estradas e meios de transporte eram os obstáculos ao desenvolvimento (ZANELATTO; OSÓRIO, 2012).

Em relação ao comércio e à indústria nas terras de Forquilha no início do século XX, havia, na propriedade de Manoel João Rocha, um engenho de açúcar e outro de farinha de mandioca, neles trabalhavam vários colonos da região como agregados. Havia as bodegas José Manuel e do italiano Suppi. Víveres e utensílios eram comprados de viajantes que passavam vez por outra, o café e o sal grosso eram os artigos mais cobiçados, a moeda era muito escassa entre a população que habitava Forquilha. Em 1914, Frederico Oderdenge, que não era agricultor, abriu uma pequena “venda” próxima ao rio Mãe Luzia, esta foi vendida para Gabriel Arns em 1922².

¹ Outro aspecto que o escrito procurou contemplar foi dar visibilidade para os vários grupos étnicos que contribuíram no desenvolvimento econômico do município de Forquilha: luso-brasileiros, alemães, italianos, poloneses, russos, japoneses, afrodescendentes. Ao dar visibilidade para a diversidade étnica dos habitantes que compõem o município, divergiu-se de grande parte da historiografia e dos discursos que buscam construir uma identidade alemã para Forquilha.

² Sobre a venda e seu proprietário observaram-se algumas divergências nos livros de: TISCOSKI, Adolfo. *Uma história de imigrantes*. Curitiba, PR: Gráfica Vicentina, 1994, p. 20. BACK, Adolfo. *100 anos: história de Forquilha*. Criciúma, SC: Ed. UNESC, 1995, p. 43. ARNS, Otilia. *Forquilha 1912-2002: história e resgate da memória dos nossos antepassados*. Florianópolis, SC: IOESC, 2003, p. 240. Para Adolfo Tiscoski a venda foi vendida em 1914 e seu proprietário chamava-se

A primeira atafona e também o secador de arroz da região ficavam em Mãe Luzia, na propriedade do “russo” Seberg. Essa família de letões também se dedicava à criação de ovelhas. A lã era fiada num tear, para confecção de peças de vestuário tricotadas. (TISCOSKI, 1994, p. 18).

No início do século XX, próximo a Forquilha, estavam localizadas as duas principais casas comerciais da região, a dos irmãos Bortoluzzi, em Nova Veneza, e a de Giacomo Burigo, em Mãe Luzia. O senhor Olindo Scarduelli, morador de Morro Comprido, lembra que criavam porcos e levavam até Mãe Luzia “ali havia uma fábrica, levava porco nas carroças, alguns fugiam dava muito trabalho” (Olindo Scarduelli, entrevistado em 2011). O senhor Arnaldo Preis, ao falar das dificuldades dos colonos de Forquilha, assim se expressou:

Não sei como se ganhava uns tostões ou mil réis, porque não havia comércio, não havia indústrias. Plantava-se arroz, mas só para comer. Milho, não se vendia. Criavam-se porcos, animais e vacas. Nos nossos primeiros anos aqui porcos não eram vendidos, derretia-se a banha em casa. Vendia-se a banha enlatada. Havia os Bortoluzzi de Nova Veneza que compravam tudo que os colonos produziam. Tinham também descascador. Eram três irmãos com comércio bastante sortido. Depois colocaram em Mãe Luzia uma fábrica de banha de um Minatto e do Giacomo Búrigo. (DALL’ALBA, 1997, p. 363).

Outros colonos adquiriam alguns gêneros alimentícios, roupas e comercializavam a banha e os derivados do porco na venda da família Napoli em Meleiro. A banha era enlatada no estabelecimento da família Napoli e, em seguida, “transportada em carro de boi, até Maracajá. De lá seguia de trem até Laguna, onde era então embarcada com destino ao Rio de Janeiro” (TISCOSKI, 1994, p. 22).

Os colonos também transportavam principalmente arroz e banha em carros de boi até a estação da estrada de ferro Dona Tereza Cristina, localizada em Palmeiras, hoje Pindotiba. As dificuldades eram grandes

Frederico Oterding. Em Adolfo Back e Otilia Arns a venda foi vendida em 1922 e seu proprietário chamava-se Frederico Oderdenge. Mesmo com essas divergências o que fica evidenciado é que os autores estão se referindo da mesma venda e seu proprietário.

para fazer esse trajeto, pois as estradas eram esburacadas, cobertas de pedras ou áreas pantanosas de difícil passagem. Era muito comum encontrar carros quebrados ou atolados ao longo das estradas (BACK, 1995, p. 12-13).

O comércio era também realizado com a região Serrana e com os serranos que aqui passavam com seus produtos indo para Tubarão e Laguna. Compravam-se ou trocavam-se alguns produtos com os serranos, estes muitas vezes pernoitavam nos arredores de Forquilha. Os colonos de Forquilha subiam a serra e compravam porcos. Seu Fridolino Stainer diz que “comprava porcos da serra, tratava com batatas, engordava e vendia” (DAROS, 2009, p. 123).

Depois de comprar a casa de comércio de Frederico Oderdenge em 1922, Gabriel Arns, que até aquele momento vivia exclusivamente da agricultura, passou a desenvolver as atividades comerciais. Arns ampliou a casa de comércio e se tornou o principal comerciante comprando e vendendo produtos para os colonos residentes nas terras de Forquilha, em especial aos colonos alemães.

Além da casa comercial, Gabriel Arns construiu uma pequena fábrica de banha “comprava os suínos abatidos da colônia e das redondezas, exportando a banha e a carne para o Rio de Janeiro” (SILVA, 1998, p. 114). Em 1923, comprou um beneficiador de arroz e, em seguida, montou uma serraria e uma olaria para fabricar tijolos, todas movidas por máquina a vapor (locomóvel) importadas da Alemanha (BACK, 1995, p. 44).

Os negócios de Gabriel Arns prosperaram rapidamente e, em Sangão, comprou um terreno com uma atafona e uma serraria, que passaram a ser administradas por seu cunhado Alfredo Steiner. Instalou também uma ferraria em Forquilha para seu cunhado Jorge Steiner, que produzia foice, enxada, facão, ferraduras, machado, entre outros produtos que eram comercializados com os colonos (ARNS, 2003, p. 241).

Em Forquilha, Gabriel Arns construiu uma instalação de grande porte, uma casa com dois andares que tinha múltiplas funções. No primeiro andar, na parte de trás da casa, havia uma grande cozinha e um refeitório onde cerca de trinta a quarentas operários faziam suas refeições na época da safra do porco, e havia também uma sala de

jantar onde os “viajantes caixeiros” faziam suas refeições. Na parte da frente, ficavam as repartições de secos e molhados com uma infinidade de produtos que abasteciam as famílias da comunidade. O escritório de contabilidade ficava ao lado e era administrado por seu cunhado Adolfo Back, professor no período matutino e contador da casa comercial no período vespertino (ZANELATTO; OSÓRIO, 2012).

O rápido crescimento dos empreendimentos de Gabriel Arns foi interrompido com a crise mundial de 1929, iniciada nos Estados Unidos e atingindo drasticamente a economia brasileira. Grande parte dos empreendimentos de Gabriel Arns dependia da venda de seus produtos para os grandes centros do país, Rio de Janeiro e São Paulo, estados duramente castigados com a crise, pois tinham a economia centrada nas exportações de café para os Estados Unidos e países da Europa. Essa crise afetou a economia da colônia e, em especial, os negócios de Gabriel Arns (ZANELATTO; OSÓRIO, 2012).

Mas como entender essa crise? Com o término da Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918), os países da Europa ficaram com sua capacidade produtiva bastante reduzida, cenário esse que possibilitou aos Estados Unidos tornar-se, ao mesmo tempo, maior credor e centro financeiro mundiais. A economia americana vivia um período de grande euforia provocada pelo grande crescimento de suas indústrias e comércio que, durante a guerra, produziam e vendiam para a Europa. No pós-guerra, o consumo interno e as exportações não cresceram no mesmo ritmo da produção, o mercado não conseguia absorver tudo o que era produzido, provocando a crise de superprodução. A oferta excessiva de mercadorias e a falta de consumidores desencadearam uma crise na economia mundial (HOBSBAWM, 1995).

Antes da crise mundial de 1929, os negócios de Gabriel Arns já haviam sido duramente afetados. No ano de 1925, os preços dos produtos coloniais, banha, carne salgada, arroz, feijão subiram significativamente; esses produtos produzidos na fábrica de banha, no descascador de arroz de Gabriel Arns ou comprados por ele dos colonos, eram transportados para o porto de Laguna e embarcados para o Rio de Janeiro e São Paulo, mas,

com a alta dos preços, ficaram nos depósitos de Laguna sem navios para transportá-los. No ano seguinte, em 1926, os preços dos produtos tiveram um declínio violento, voltaram aos valores anteriores da grande alta de 1925, e esta queda de preços das mercadorias afetou drasticamente os negócios de Gabriel Arns, que pagou preços muito altos aos produtos comprados dos colonos de Forquilha e região. Além disso, muitos dos produtos estocados em Laguna acabaram perdendo sua validade de uso e foram jogados ao mar (ZANELATTO; OSÓRIO, 2012, p. 90).

Arnoldo Preis narrou assim o crescimento e a crise dos negócios de Gabriel Arns:

Finalmente saiu aqui em Forquilha também. Foi um primo meu, o Gabriel Arns, quem começou e em 1925 já tinha uma casa de comércio bastante forte. Aí já vendia o porco carneado, com carne ou sem carne. Ele é que dava o jeito de encaixotar a banha e a carne e levar em carro de boi até Criciúma. De Criciúma a Laguna de trem. Em Laguna ficava lá apodrecendo antes que chegasse um navio para levá-la ao Rio de Janeiro. Lá não deixavam desembarcar... O Gabriel quebrou com aquilo. Um ano que deu uma safra boa comprou muito e deu uma baixa nos preços. (DALL'ALBA, 1997, p. 364-365).

O crescimento e as dificuldades dos negócios de Gabriel Arns foram narrados também por Aluísio Hoepers

Quem começou com uma pequena casa comercial foi o Gabriel Arns e chegou a ter grande comércio. Tudo que o colono precisava ele mandava pedir. Tecido, ferragens, secos e molhados. Comprava os produtos dos colonos. Depois, houve um ano em que ele comprou muito feijão, e esse teve uma quebra muito grande no preço. Isso arrastou seu Gabriel para a falência. A dívida grande dele era com os Hoepcke. (DALL'ALBA, 1997, p. 368).

Nas narrativas de Arnold Preis e de Aluísio Hoepers, ficou evidenciado que ao longo dos anos de 1920, Gabriel Arns foi o principal comerciante da comunidade de Forquilha, através de sua casa comercial e demais empreendimentos, funcionou como um intermediário entre os colonos e os centros urbanos do sul catarinense e sudeste do país. Comprava os gêneros agrícolas dos colonos e revendia nos centros urbanos, trazia os produtos industrializados em especial do Rio de

Janeiro e São Paulo e os vendia aos colonos de Forquilha³. Tornou-se o comerciante mais rico de Forquilha e um influente líder político na comunidade. Mesmo com a crise que levou à falência de vários de seus negócios, a partir de 1926, como expostos nas narrativas, ele continuou a influenciar na economia e na política de Forquilha durante várias décadas.

Assim, na primeira fase da história de Forquilha, que compreende o período da história brasileira conhecido como a Primeira República (1889 – 1930), a economia de Forquilha girou em torno das casas comerciais criadas na comunidade e nos arredores de Forquilha. Luso-brasileiros, italianos, russos, poloneses e alemães que viviam nas terras de Forquilha, vendiam sua produção agrícola nas casas comerciais de Nova Veneza, Mãe Luzia, Meleiro ou no comércio de Gabriel Arns, situados na própria comunidade.

3 Das dificuldades econômicas à criação da Sociedade União Colonial: 1929-1959

Além da crise mundial de 1929, que afetou drasticamente a economia brasileira, no ano seguinte o país vivenciou o movimento armado conhecido na historiografia como revolução de 1930, que colocou Getúlio Vargas na condução da nação e afastou do poder a oligarquia cafeeira de São Paulo. Dois anos depois, em 1932, os paulistas através de um movimento conhecido como movimento constitucionalista tentaram voltar ao poder, mas foram derrotados pelas forças fiéis a Vargas depois de três meses de conflito armado.

Esses acontecimentos contribuíram significativamente para afetar a economia dos moradores da comunidade de Forquilha e de todo o sul catarinense, pois a economia da região dependia e muito das exportações

³ É importante destacar que a figura do comerciante (intermediários) esteve presente em vários núcleos coloniais de imigração europeia de Santa Catarina durante a Primeira República (1889-1930). Muitos funcionaram também com banqueiros, pegavam o dinheiro dos colonos e emprestavam para outros colonos e assim conseguiam capitais para investir em seus empreendimentos. Sobre isso ver: SOUTO, Américo A. da Costa. *Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (século XVII-1960)*. Florianópolis, SC: Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina (CEAG/SC), 1980.

de seus produtos para o Rio de Janeiro e São Paulo.

As dificuldades econômicas experimentadas pelos moradores de Forquilha no início dos anos de 1930 levaram os luso-brasileiros, italianos, russos e poloneses a desenvolverem basicamente atividades de subsistência, exercer outras atividades, como por exemplo, o trabalho nas minas de carvão de Criciúma ou migrarem para outras cidades. À medida que a economia foi se recuperando, esses colonos foram novamente vendendo seus produtos nas casas comerciais da região.

No entanto alguns moradores de Forquilha, de descendência alemã, enfrentaram a crise criando uma cooperativa, a Sociedade União Colonial. O Padre Paul Linnartz foi fundamental para a criação da cooperativa; vindo da Alemanha, chegou a Forquilha em 1932, sendo muito bem recebido pelos moradores, pois até aquele momento não havia um padre na comunidade. Logo que chegou, o Padre procurou se inteirar da situação da comunidade e percebeu as dificuldades que seus moradores vinham enfrentando.

Em um relatório de 17 páginas enviado a Associação do Reino Católico de Alemães Estrangeiros (R. K. A.), em Berlim, relatava a situação dos moradores da comunidade enfatizando a necessidade de ajuda, e prontamente a Associação atendeu aos reclames do padre enviando reforço financeiro para Forquilha (ARNS, 2003, p. 185-186).

A partir da presença do Padre Paul Linnartz, foram crescendo as articulações de cunho legal para a criação da Sociedade União Colonial. Para a constituição da Sociedade, foi definido que cada sócio deveria contribuir com a quantia de dois contos de reis para a formação do capital social. No entanto somente um dos sócios pagou de imediato o valor estipulado, Joaquim Junkes, os demais não possuíam recursos para contribuir. Foi o Padre Linnartz que emprestou a quantia de dois mil marcos, que convertidos em moeda nacional correspondiam a 13.490.00 réis (BACK, 1995, p. 45). Esse foi o capital inicial da Sociedade União Colonial que seria criada oficialmente em 14 de junho de 1935.

De acordo com os estatutos da Sociedade União Colonial, os associados eram obrigados a comprar todos os gêneros de uso pessoal e doméstico bem como vender os

produtos da sua lavoura na Sociedade. Para o funcionamento da Sociedade, alugaram o “prédio de Gabriel Arns, a parte em que tinha instalada a casa de negócio, paióis, fábrica de banha etc.” (BACK, 1995, p. 45). O aluguel ficou estipulado em 12% dos lucros obtidos pela Sociedade. “Inventariou-se o pequeno estoque que Gabriel Arns mantinha, que passava agora para a Sociedade União Colonial” (BACK, 1995, p. 45). Esses dados são reveladores da difícil situação em que se encontravam os negócios de Gabriel Arns, que, ao que tudo indica, não havia conseguido se recuperar da crise do final da década de 1920.

No final do ano de 1935, após seis meses de funcionamento, a Sociedade União Colonial apresentou um lucro de 10.286.300 mil réis. Era o sucesso da sociedade que passou a ter grande importância no desenvolvimento da comunidade de Forquilha, em especial entre os descendentes de imigrantes alemães. A Sociedade União Colonial, por um bom tempo veio a substituir as casas de comércio particulares de Forquilha.

No período de sua existência, a Sociedade União Colonial atuou em várias frentes: em 1936, construiu uma nova fábrica de banha; em 1937, comprou de Gabriel Arns os prédios e terreno que até então eram alugados; também em 1937 era iniciada a fábrica de laticínios na antiga fábrica de banha, ali era produzido o queijo, intitulado com a marca SUCO. Era comercializado principalmente no Rio Grande do Sul. Em 1942, foi construída uma nova fábrica de queijo em conformidade com as exigências da inspetoria. Em 1947, a Sociedade conseguiu com a Companhia Telefônica Catarinense a instalação de um telefone no escritório, isso depois de a Sociedade ter colocado posteamento de Mãe Luzia até a ponte do Rio Sangão. Em 1948, adquiriu um caminhão, e outro, em 1956, os quais eram utilizados para entregar e buscar produto dos colonos. Em 1954, foi comprado o beneficiador de arroz, a atafona com terreno e prédios do senhor Fridolino Michels. Além dessas atividades, a Sociedade União Colonial comprou terrenos em Forquilha, fábrica de queijo em Braço do Norte e, em convênio com o governo do estado, construiu-se uma estação de monte e uma pocilga (BACK, 1995, p. 46-48).

A Sociedade funcionou ao longo de sua existência como uma cooperativa onde

os sócios entregavam sua produção que era pesada e registrada em um livro caixa. Os sócios recebiam “o crédito que lhes permitia adquirir gêneros de suas necessidades, como sal, café, peças de tecidos, utensílios de cozinha, ferramentas e tudo mais” (TISCOSKI, 1994, p. 50). Não recebiam dinheiro pela sua produção e, quando não estavam precisando de algum produto, recebiam vales em papel que posteriormente foram substituídos por fichas de metal. “Isso por um lado dava certa garantia aos associados, mas por outro mantinha o sócio preso a um sistema monopolizado em que os interesses estariam voltados à Sociedade União Colonial” (MACHADO, 2004, p. 24). No estatuto da Sociedade União Colonial (1935), em seu artigo 47 parágrafo 2, determinava a cada sócio o direito de comprar e vender fora da Sociedade, mas somente com a permissão do diretor gerente. A Sociedade também fazia negócios com os não associados, “mas neste caso o negócio era sempre em dinheiro e a vista” (TISCOSKI, 1994, p. 500).

Como já exposto, a sociedade União Colonial foi formada por descendentes de alemães, seus sócios eram na sua ampla maioria de origem alemã. Diante desse dado, é imperativo fazer alguns questionamentos: Onde os colonos luso-brasileiros, italianos, poloneses e russos que moravam em Forquilha nas diversas comunidades, como por exemplo, Sanga do Engenho, Sanga do Café, São Roque, Morro Comprido, Pique Rio do Cedro, São Pedro, Taquaras, Barra da Sanga, comercializavam seus produtos nas décadas de 1930, 40 e 50? Havia nessas comunidades bodegas, vendas, armazéns? Os colonos levavam sua produção para outras praças, Meleiro, Maracajá, Nova Veneza, Mãe Luzia e Criciúma? Ou compravam na Sociedade União Colonial?

Nas comunidades citadas, desde a década de 1930 havia vendas, igreja, escolas muito bem estruturadas, pode-se afirmar que, nesse período, em várias destas comunidades, residiam muito mais moradores do que atualmente. Pode-se afirmar também que, até a emancipação de Forquilha, essas comunidades estabeleciam relação socioeconômica muito maior com outras praças e municípios do que com o núcleo central de Forquilha. Isso não quer dizer que os colonos não comprassem ou vendessem seus produtos também na Sociedade União Colo-

nial. Certamente os valores das mercadorias eram determinantes nas negociações, mas também as estradas e os preconceitos étnicos influenciavam nas atividades comerciais.

4 O crescimento da indústria em Forquilha – 1959-1989

Para compreender esse contexto, é necessário ter clareza das transformações que vinham se processando no Brasil durante a década 1950. Foi nesse período que efetivamente o Brasil experimentou a sua industrialização, mais precisamente durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), e, com a implementação do Plano de Metas, a economia brasileira chegou a crescer 8% ao ano (SKIDMORE, 2000). Os ventos dessas mudanças certamente chegaram a Forquilha.

Além dessas transformações que vinham se processando em âmbito nacional, no sul catarinense anteriormente a este processo, durante a década de 1940 vivia o *boom* da mineração. Por ocasião da Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro passou a incentivar e subsidiar o consumo do carvão nacional produzido nesse período, especialmente em Criciúma. A exploração do carvão mineral veio mudar significativamente a economia da região, a população de Criciúma praticamente dobrou entre 1940 e 1950. Ao longo das décadas de 1950 e 1960, a economia da região foi se diversificando, várias indústrias foram sendo criadas, as cerâmicas, o vestuário e o calçado⁴. O sul catarinense foi deixando de ser uma região estritamente agrícola. Em Forquilha, o leite que era destinado para a queijaria passou a ser vendido em Criciúma. “Essa fábrica de laticínios teve êxito durante trinta anos quando, com o crescimento da cidade de Criciúma, o leite não supria mais as necessidades exigidas pelas instalações e encerrou suas portas para essa atividade” (ARNS, 2003, p. 252).

Como Forquilha não estava isolada, os ventos dessas mudanças se fizeram sentir

⁴ Sobre as transformações que se processaram no sul catarinense entre as décadas de 1940 a 1980 ver: GOULARTI FILHO, Alcides (Org.). *Memória e cultura do carvão em Santa Catarina*. Florianópolis, SC: Cidade Futura, 2004. GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação econômica de Santa Catarina*. Florianópolis, SC: Cidade Futura, 2002.

também na comunidade. Forquilha foi perdendo a característica de núcleo colonial, mas continuou a explorar as atividades vinculadas à agricultura, pecuária e suinocultura. Destacam-se, no período, a criação da Cooperativa de Eletrificação Rural em 1959, ano em que Forquilha foi transformada em Distrito e era instalada a Intendência, expansão da produção do arroz com instalação de indústria para sua comercialização em 1962; a fundação do Frigorífico Sul Catarinense S.A. (FRISULCA) em 1963; criação da Cooperativa Agropecuária em 1965 e, no final da década de 1960, o Grupo Maximiliano Gaidzinski assumiu o FRISULCA.

A criação do Distrito, o fechamento da Sociedade União Colonial S.A.⁵, em 1966 (Sociedade que vinha passando por dificuldades desde o final dos anos de 1950, pois teve que vender vários imóveis para poder se manter) e a constituição de cooperativas e empresas foram fundamentais para Forquilha perder sua condição de núcleo colonial muito fechado e dinamizar sua economia. Basta dizer que esses novos empreendimentos não eram de exclusividade dos descendentes de imigrantes alemães. Como exemplo disso, a empresa de comercialização de arroz era de um descendente de italiano, a direção do FRISULCA era composta por descendentes de alemães, italianos e lusos e havia acionistas provenientes de Criciúma, Siderópolis, Tubarão e até de Curitiba. Esses empreendimentos contribuíram também para dar os primeiros passos na integração das várias comunidades ao núcleo central.

Posto isso, faz-se uma breve descrição desses empreendimentos que contribuíram para a dinamização da economia de Forquilha.

⁵ A historiografia local procura explicar que o fechamento da Sociedade União Colonial S.A. deveu-se pela alta da inflação. Infere-se que seu fechamento deveu-se muito mais pelo novo contexto sócio econômico das décadas de 1950 e 1960. Pode-se dizer que a estrutura de organização da Sociedade estava muito arcaica para enfrentar os novos tempos. Certamente os agricultores nos anos 60 já não queriam ficar presos a obrigatoriedade de vender e comprar produtos na Sociedade. Outros estabelecimentos comerciais foram surgindo como, por exemplo, o de Luis Tiscoski que passou a concorrer com a sociedade. Sobre isso ver: TISCOSKI, Adolfo. *Uma história de imigrantes*. Curitiba, PR: Gráfica Vicentina, 1994, p. 64.

5 A Cooperativa de Eletrificação Rural

Em Forquilha desde o final do século XIX, as habitações dos luso-brasileiros, italianos, alemães poloneses e russos eram iluminadas por lâmpões a querosene ou lâmpões Aladim (lâmparina). Essa forma de energia soltava muita fumaça escurecendo o teto, as paredes das casas e deixava as narinas enfumaçadas. Posteriormente alguns colonos passaram a utilizar o liquinho. Na década de 1940, a Sociedade União Colonial e alguns colonos e comerciantes se associaram e instalaram um gerador de eletricidade movido à gasolina que atendia as instalações da sociedade,

A Cooperativa de Eletrificação Rural de Forquilha foi criada em 1959, foi fundamental para sua criação a força política do sul catarinense nessa época; o Governador Heriberto Hülse era da região, seu filho José era presidente da C.E.E. e Forquilha gozava de muito prestígio político, pois havia eleito três vereadores em 1955, Paulo Preis havia sido prefeito e era deputado estadual. Um ano antes da criação da Cooperativa, uma comitiva de Forquilhenses foi recebida pelo governador Heriberto Hülse, entre eles estavam os vereadores Adolfo Back e Aloísio Back; participaram também Fridolino Steiner, Fidelis Back e Valdomiro Michels, esses pleitearam ao governador que o estado levasse energia elétrica para Forquilha. O governador atendeu ao pedido mandando estender uma rede para eletrificação de Forquilha (DAROS, 2009, p. 120). Essa rede deveria ser entregue para uma instituição que a administraria. Assim, em 27 de janeiro de 1959, o governo enviou para Forquilha técnicos e um estatuto já preparado e, em reunião realizada no salão de festas da Sociedade União Colonial, “nós fundamos a Cooperativa com sessenta associados. Eu não tinha energia ainda, porque morava lá embaixo. Recebi energia no dia 30 de outubro de 1960”⁶.

Na reunião que criou a Cooperativa, foi também realizada a eleição para escolher os membros dos Conselhos de administração fiscal e os suplentes. Foram eleitos para

⁶ Fridolino Steiner entrevistado por DAROS, Jorge. *Meio século de história: 50 anos COOPERA, 1959-2009*. Forquilha: COOPERA, 2009, p. 120.

presidente: Alfredo Michels, Diretor-Gerente: Fidelis Back, Secretário: Alvin Kurtz, Conselheiros: Alfredo Arns e Apolinário Tiscoski (Ata de criação da Cooperativa de Eletrificação Rural de Forquilha, 1959). Em 1962 uma nova diretoria assumiu a Cooperativa. Na presidência: Ari Osvaldo da Silveira, Vice-presidente: Dionísio Triches, Gerente: Fridolino Steiner e Secretário: Guérion Steiner. Observa-se aqui a presença de um lusobrasileiro e descendente de italiano na direção da Cooperativa.

Com o passar dos anos, a Cooperativa foi levando energia para todas as comunidades de Forquilha. O senhor Fridolino Steiner, que por 21 anos foi gerente até 1989, lembra as dificuldades para levar a energia para as comunidades nos primeiros tempos da Cooperativa:

Nós partimos do nada. Ganhamos alguma coisa, o resto foi dado pelos colonos. Na região de Sangão, tinha eucalipto de qualidade. Os Borsatto, Casagrande. Os colonos, poucos, que podiam ajudar pagavam em serviço e quem não podia ajudar pagava em dinheiro. O governo mandou os fios, os isoladores, transformadores, o resto era tudo por nossa conta. [...] Em 1959 construímos a Linha Eyng. Eram colonos, um melhor do que o outro. Depois tinha a linha Santa Rosa onde morava o Augusto Vitali, que tinha engenho de arroz. Conseguiu material do Estado e construímos, a partir da Linha Eyng, pelo meio do mato, a linha de Santa Rosa. Instalamos lá dez casas. Saí da roça para ir lá construir essa rede. Um dia por semana. Ia de bicicleta. Minha família cuidava da estufa. [...] Em 1961, veio o material para construir a rede São Roque – Sangão. Aí veio o montador do Estado que fez essa rede, e eu peguei de Forquilha a São Roque com os colonos. Quando nós terminamos, os outros estavam ainda pela metade. [...] tivemos ajuda do Afonso Forgiarini, Romualdo Forgiarini, dos Ronchi, era gente de pegar mesmo⁷.

Quando da sua fundação em 1959, recebeu o nome de Cooperativa de eletrificação Rural de Forquilha (CERFOL) e, a partir de 1985, mudou sua nomenclatura passando a se chamar Cooperativa Mista Pioneira Ltda.

(COOPERA). Essa mudança ocorreu porque a Cooperativa passou a desenvolver também atividades do setor agropecuário. O setor agropecuário descentralizou suas atividades em cinco unidades: 1) Sistema de irrigação e drenagem (Pró-Várzeas); 2) Sistema de secagem, armazenagem e comercialização de grãos; 3) Comércio de Insumos agropecuários; 4) Programa de inseminação artificial; 5) Coleta de leite (Jornal da Manhã, 31 de dezembro de 1990).

Em 2003, o setor agropecuário e o setor de distribuição de energia foram separados, nascia a COOPERNOVA desenvolvendo as atividades do setor agropecuário. E a COOPERA que permaneceu com a mesma nomenclatura passou a atuar somente na distribuição de energia. Somente em 2006, após definição em Assembleia Geral, seu nome passou a ser Cooperativa Pioneira de Eletrificação (COOPERA).

Durante seus mais de cinquenta anos, a Cooperativa foi administrada por Alfredo Michels, Ari Osvaldo da Silveira, Augusto Vitali, Mário Tiscoski, Bruno Back e Carlos Alberto Arns; passou por algumas dificuldades chegou a ter uma dívida de cerca de 17 milhões no final dos anos de 1990, mas conseguiu se recuperar a partir da medida tomada pelos gestores de transferir a cobrança da energia dos associados para o Banco (entrevista com Mário Westrup, em 18 de janeiro de 2012). Configurou-se em uma instituição importantíssima para o desenvolvimento da economia do Distrito e posteriormente município de Forquilha.

6 O crescimento da produção e comercialização do arroz

A agricultura foi e ainda é uma das principais atividades em importância para a economia do município de Forquilha. Milho, feijão, batata, fumo e arroz eram produzidos pelos colonos para o consumo e comércio. Desses produtos, o arroz foi conseguindo um amplo mercado consumidor, e sua produção foi sendo ampliada já na década de 1940.

Mas foi na década de 1960 que o arroz teve uma maior expansão de sua produção e comercialização. Em 1962, Antonio Alésio montou uma indústria moderna para beneficiamento de arroz contribuindo para

⁷ Fridolino Steiner entrevistado por DAROS, Jorge. *Meio século de história: 50 anos COOPERA, 1959-2009*. Forquilha: COOPERA, 2009, p. 120-121.

a ampliação das áreas de plantio de arroz em Forquilha. Por essa época já havia alguns engenhos de arroz nas comunidades de Forquilha, como por exemplo, o de Augusto Vitali, em Santa Rosa.

Nas décadas seguintes, a produção de arroz foi crescendo, novas técnicas de plantio e maquinário moderno foram sendo incorporadas, além da criação de empresas de grande porte que comercializavam. Em 1990, um ano após a emancipação, foram produzidas no município 14.400 toneladas de arroz, e essa produção foi se multiplicando nos anos seguintes (Censo agropecuário, 2010)

7 Da criação do FRISULCA a sua incorporação pelo Grupo Gaidizinski

Fundado em 1963, o Frigorífico Sul Catarinense S.A. (FRISULCA) visava à industrialização de produtos alimentícios derivados de animais suínos e bovinos. Dessa sociedade, participaram acionistas de Forquilha, Criciúma, Siderópolis, Tubarão e de Curitiba. Inicialmente foram realizados estudos de viabilidade do empreendimento, pois a sua concretização demandava vultosas somas de recursos para construção de uma estrutura que fosse lucrativa. O empreendimento envolveria todos os municípios do sul catarinense que poderiam fornecer os animais. Os estudos apontaram para a grande viabilidade do empreendimento e escolhiam Forquilha para localização do FRISULCA. A diretoria foi composta por empresários e lideranças de vários municípios e de várias etnias. A sociedade anônima iniciou com um capital de 10 milhões de cruzeiros velhos.

Entre 1963 a 1966 foi adquirido terreno e foram sendo realizadas as construções e instalados os equipamentos para o funcionamento do FRISULCA. Foram perfurados dois poços semiartesianos com 80 metros, para garantir a água para a indústria.

Em Assembleia Geral realizada em 19 de setembro de 1964, foi aumentado o capital da empresa para 20 milhões de cruzeiros com participação de representantes de quase todos os municípios do sul Catarinense. Em 30 de abril de 1966, era realizada Assembleia Geral Extraordinária a fim de aumentar o capital da empresa num montante de 500 milhões de cruzeiros, pois este vinha se desvalorizando pela inflação (BACK, 1995, p. 70-72).

O FRISULCA entrou em funcionamento no ano de 1966, abatendo suínos e bovinos, mas a falta de capital de giro e a inflação que corroeu o capital da empresa impediram que ela continuasse em funcionamento sendo vendida para o Grupo Maximiliano Gaidizinski de Criciúma. Este recuperou a empresa colocando-a em pleno funcionamento. Posteriormente a empresa investiu em maquinário automatizado e, na década de 1980, exportava seus produtos congelados para os grandes centros do país e também para outros países (GATELLI, 1987, p. 48).

É imperativo fazer uma reflexão sobre as explicações apontadas para as dificuldades enfrentadas pelo FRISULCA (inflação e falta de capital de giro) que levaram à sua venda. Como um empreendimento de tal porte, em que havia sido feito um estudo de viabilidade econômica, criou uma estrutura de frigorífico moderna e não levou em consideração a necessidade de capital de giro e a própria inflação? Em 1963 quando da criação do FRISULCA, o país já estava com inflação alta e vivenciava um dos períodos mais turbulentos de sua história: greves em todo país, mobilizações contra e a favor do governo do presidente João Goulart e o golpe militar em março de 1964. (REGO; MARQUES, 2005). Em 1966, quando o FRISULCA começou suas atividades, a inflação do país não era maior do que em 1963⁸. Infere-se que as explicações das dificuldades do FRISULCA não são suficientes para explicar a sua venda para o Grupo Maximiliano Gaidizinski.

8 Economia de Forquilha impulsionada pela cerâmica e mineração

A exploração do carvão mineral teve início no território de Forquilha na década de 1960 com a Carbonífera Criciúma. Em 1982, a Carbonífera Criciúma começou a operar no Bairro Vila Franca. Posteriormente, a Cooperminas iniciava suas atividades no Bairro Santa Líbera. Em 2002, a Mineração Caravaggio deu início às suas atividades no Bairro Ouro Negro (GLUCK, 2006, p. 49). Se, por um lado, a mineração contribuiu e vem contribuindo

⁸ Sobre a taxa de inflação brasileira da década de 1960 ver: *Revista de Economia Política*, v. 5, n. 4, p. 15-30, out./dez. 1985.

com empregos e impostos para o município, por outro, vem trazendo o problema da poluição ambiental.

Em 1971, a família Forgiarini fundou a cerâmica Solar Ltda. Segundo Romualdo Forgiarini, seu pai, José Forgiarini, chegou a Forquilha por volta de 1911, tinha um engenho de farinha e criava porco, que era vendido para fazer banha. Relata que, em 1965, montou um armazém de secos e molhados, comprou um caminhão que fazia serviços nas minas, e, em 1971, comprou a cerâmica do senhor Dionísio Triches (entrevista com Romualdo Forgiarini, 2011). O início da cerâmica foi lembrado também por José Forgiarini:

Não tinha muito comércio de tijolo quando nos compramos em 71. Levamos sorte, abriu a BR - 101 e os produtos passaram a ser levados para o Rio Grande do Sul. Fomos ampliando, em 1976 começamos a produzir pisos rústicos, colonial, conhecido como lajota, e a gente abriu para São Paulo, Paraná, Mato Grosso, mandamos para o Paraguai, Uruguai, Argentina e cresceu bastante. Mas hoje passou aquela fase. (Entrevista com Romualdo Forgiarini, 2011).

Na década de 1970, ocorreu a expansão do setor cerâmico devido ao crescimento acelerado da construção civil. Haviam sido criados na década anterior o BNH (Banco Nacional de Habitação) e o SFH (Sistema Nacional de Habitação) em 1964, que fomentavam a construção civil, mas colocados em prática somente a partir de 1968 (GOULARTI FILHO, 2002, p. 238-239). A cerâmica Solar produzia tijolos e “lajotão colonial” produto muito apreciado nas décadas de 1970, 80 e 90. Inicialmente a produção da empresa era vendida somente em Santa Catarina, posteriormente a produção passou a ser comercializada em outros estados atingindo todo o mercado nacional. O “lajotão colonial” foi comercializado também no mercado externo, sendo exportado para os países do Mercosul e também para a África do Sul.

Em 2003, a empresa fez a opção por produzir somente telhas do tipo portuguesa

e romana, produto que vinha aumentando o consumo no mercado nacional.

A criação do distrito e todos os empreendimentos descritos contribuíram para a dinamização da economia e deram os primeiros passos para uma integração das várias comunidades com Forquilha, pois, até a década de 1950, essas comunidades estabeleciam relações socioeconômicas com outros municípios ou outras comunidades como, por exemplo, Maracajá, Meleiro e Nova Veneza, e muito pouco com o centro.

9 A emancipação e a integração socioeconômica de Forquilha: 1989-2011

Todos os empreendimentos já citados anteriormente e a criação do distrito foram significativos para a dinamização da economia e contribuíram para uma integração das várias comunidades de Forquilha a partir da década de 1960, mas foi a emancipação política que integrou Forquilha contribuindo decisivamente para o seu desenvolvimento socioeconômico.

A partir da emancipação o comércio e a indústria foram florescendo rapidamente, os vários setores já implantados no município ampliaram suas instalações, a presença do poder público com as várias secretarias, saúde, educação, agricultura aproximaram as comunidades do centro. Comunidades que outrora estabeleciam relações socioeconômicas com outros municípios, Meleiro, Maracajá e Nova Veneza, com a emancipação voltaram-se para Forquilha.

O crescimento da indústria, do comércio, as agências bancárias, as atividades ligadas ao setor público possibilitaram o aumento dos postos de trabalho, o processo de urbanização, a crescente migração e o aumento da população do município. A urbanização e o crescimento da população ficam evidenciados nos censos demográficos apresentados pelo IBGE entre 1970 a 2010.

Ano/Década	População	Homens	Mulheres	População Urbana	População Rural
1970	7.094	3.635	3.459	479	6.615
1980	10.860	5.515	5.345	2.689	8.171
1991	14.058	7.174	6.884	4.397	9.661
2000	18.349	9.293	9.056	14.557	3.792
2010	22.548	11.309	11.239	18.426	4.122

Quadro 1 - População de Forquilha 1970-2010

Fonte: Censo demográfico IBGE

A urbanização fica evidenciada também quando se observa o grande crescimento vertiginoso dos bairros constituídos próximos ao centro de Forquilha, como por exemplo: Vila Lourdes, Clarissas, Ouro Negro e Nova York. Nesses bairros, é significativa a presença de população migrante, atraída pela oferta de trabalho que o município possibilita. São trabalhadores provenientes dos municípios do Sul Catarinense e muitos de outros estados.

Em relação à indústria, foi notável o crescimento da empresa Agroeliane S/A que em 1990, empregava 1.500 trabalhadores diretos e produzia “mensalmente 1.800 toneladas de carne de frango e 1.250 toneladas de carne suína, colocando 40% no mercado externo” (Jornal da Manhã, 31 de dezembro de 1990). Além disso, a empresa era produtora de rações, absorvia toda a colheita de milho da região e sustentava através das suas linhas de produção de carne de frango e de suínos, uma significativa rede de criadores integrados (Jornal da Manhã, 31 de dezembro de 1990).

Em 1995, a Agroeliane foi adquirida pelo grupo Seara alimentos, que concentrou suas atividades em Forquilha somente na

produção de frangos, a unidade que fazia o abate de suínos (FRISULCA) foi fechada e 400 trabalhadores foram demitidos. Até 1995 os trabalhadores desta empresa eram na sua maioria de Forquilha. A empresa estabelecia uma boa relação com a comunidade. Havia uma identidade da comunidade com a empresa. Os novos proprietários da empresa se fecharam para a comunidade e esta relação de identidade comunidade/empresa foi se perdendo⁹.

Em 2005, passou para o controle do grupo Cargil, um dos maiores produtores mundial de alimentos e, em 2009, a Seara alimentos foi adquirida pelo Marfrig Group que empregava em 2011 mais de 2.000 trabalhadores em Forquilha, sendo que mais de 65% desses trabalhadores eram do sexo feminino. O grupo Cargil procurou restabelecer uma boa relação com a sociedade de Forquilha, prática que vem sendo ampliada pelo Marfrig Group.

Mesmo com a urbanização e o crescimento da indústria e do comércio em Forquilha, a produção da área rural continuou a ter relevância na economia do município, em especial o arroz.

⁹ Segundo Célio Alves Elias o grupo Gaidizinski vendeu a Agroeliane para salvar a cerâmica Eliane que estava passando por uma crise. A marca Seara esteve sobre o controle da Ceval alimentos que pertencia ao grupo Hering e posteriormente vendido para a empresa americana Bung. Estas empresas se afastaram da sociedade forquilhense que quando pertencia a Agroeliane eram sempre recebidas. Varias entidades do município quando organizavam um evento procuravam a empresa e eram atendidas.

Ano	Amendoim (em casca) (toneladas)	Arroz (em casca) (toneladas)	Batata- doce (toneladas)	Batata- inglesa (toneladas)	Cana-de- açúcar (toneladas)	Feijão (em grão) (toneladas)	Fumo (em folha) (toneladas)	Mandioca (toneladas)	Melancia (toneladas)	Melão (toneladas)	Milho (em grão) (toneladas)	Tomate (toneladas)	Laranja (toneladas)	Tangerina (toneladas)
1990	-	14.400	-	450	1.400	748	1.372	6.300	-	-	2.640	-	-	-
1991	Ano	21.900	-	238	1.400	1.134	703	2.700	12	-	4.116	120	-	-
1992	-	21.175	-	285	1.400	456	1.322	600	19	8	5.610	120	-	-
1993	-	15.234	-	571	1.400	417	1.708	2.400	15	7	4.485	105	36	-
1994	-	22.509	-	385	1.400	126	1.136	2.400	15	7	3.360	228	126	-
1995	-	30.259	-	375	1.750	512	880	2.400	12	7	3.360	270	450	-
1996	1	25.000	-	300	750	679	1.040	2.760	12	3	3.600	50	720	271
1997	1	27.500	-	400	750	514	1.581	1.800	15	10	3.570	108	900	-
1998	1	33.000	-	375	1.750	630	1.040	1.200	25	-	3.120	40	960	-
1999	-	40.300	-	600	350	726	1.414	1.600	25	6	2.520	35	960	-
2000	-	38.805	-	725	280	683	922	900	25	6	2.520	25	900	-
2001	-	46.230	-	1.500	350	444	1.125	900	200	-	3.075	35	210	320
2002	-	35.295	-	650	350	315	1.373	540	-	-	2.970	35	-	175
2003	-	54.375	80	600	350	435	1.181	540	-	-	3.456	35	-	400
2004	-	64.400	80	885	325	234	1.319	900	-	-	4.350	35	-	400
2005	-	73.125	80	885	325	372	1.423	900	-	-	4.050	-	-	240
2006	-	73.875	80	900	325	462	782	900	-	-	4.050	-	-	240
2007	-	73.125	80	300	325	252	832	900	-	-	4.470	-	-	400
2008	-	76.050	80	675	325	264	903	900	-	-	5.280	-	-	-
2009	-	75.950	-	975	520	693	1.349	900	-	-	4.020	-	-	-
2010	-	65.170	-	225	500	378	1.120	900	-	-	3.920	-	-	-
TOTAL	3	927.677	480	12.299	16.325	10.474	24.525	33.340	375	54	78.542	1.241	5.262	2.446

Quadro 2 – Produção Agrícola dos 14 gêneros mais expressivos de Forquilha (1990-2010)

Fonte: Censo agropecuário 1990-2010

Dos quatorze produtos do gênero agrícola que estão no quadro acima, observa-se que a produção de arroz foi a que mais cresceu no ano de 1990; foram produzidas 14.400 toneladas, produção que foi crescendo nos anos subsequentes chegando ao auge em 2008 com 76.050 toneladas.

Quanto à produção de batata inglesa, cana-de-açúcar, feijão, fumo, mandioca e milho, estes foram sendo produzidos anualmente durante todo o período de 1990 a 2010, mas, com uma produção que oscilava de ano para ano diferenciando-se do arroz cuja produção foi sempre crescente. Em relação aos demais produtos, amendoim, batata doce, melancia, melão, tomate, laranja e tangerina não tiveram uma sequência na sua produção, foram produzidos somente em alguns anos.

A emancipação constituiu-se em um passo relevante para a integração socioeconômica de Forquilha e também política, religiosa e cultural. Além da presença do poder público, nas várias comunidades, do crescimento da indústria e do comércio, do processo de urbanização e da migração foram sendo criadas associações de moradores, clubes de mães, clube de idosos contribuindo cada vez mais para integração de todas as comunidades a Forquilha.

A migração de trabalhadores para no município vem contribuindo para ampliar a diversidade étnica e deixar Forquilha muito mais plural. São luso-brasileiros, italianos, alemães, poloneses, russos, japoneses, afrodescendentes e outros grupos étnicos vivendo e construindo o município de Forquilha.

Referências

- ARNS, Otília. *Forquilha 1912-2002: história e resgate da memória dos nossos antepassados*. Florianópolis, SC: IOESC, 2003.
- BACK, Adolfo. *100 anos: história de Forquilha*. Criciúma, SC: Ed. UNESC, 1995.
- DALL'ALBA, João Leonir. *Histórias do grande Araranguá*. Araranguá, SC: Orion, 1997.
- DAROS, Jorge. *Meio século de história: 50 anos COOPERA, 1959-2009*. Forquilha, SC: COOPERA, 2009.
- GATELLI, Gema. *A evolução econômica de Forquilha*. 1987. Monografia (Especialização em História) – Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), Criciúma, SC.
- GLUCK, Renê. *Forquilha: linda de viver*, Santa Catarina, Brasil. Forquilha, SC: [s.n.], 2006.
- GOULARTI FILHO, Alcides (Org.). *Memória e cultura do carvão em Santa Catarina*. Florianópolis, SC: Cidade Futura, 2004.
- GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação econômica de Santa Catarina*. Florianópolis, SC: Cidade Futura, 2002.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX 1914 – 1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MACHADO, Rosiane. *A organização econômica de Forquilha: a Sociedade União Colonial (1935 a 1966)*. Criciúma, SC: Unesc, 2004.
- REGO, Márcio; MARQUES, Rosa Maria. *Economia brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005.
- REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA, v. 5, n. 4, p. 15-30, out. / dez. 1985.
- SILVA, Walburga Arns. *Saga de uma família teuto-brasileira: Lehrer Arns, registros e vida de um professor de colônia*. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 1998.
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SOUTO, Américo A. da Costa. *Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (século XVII-1960)*. Florianópolis, SC: Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina – CEAG/SC, 1980.
- TISCOSKI, Adolfo. *Uma história de imigrantes*. Curitiba, PR: Gráfica Vicentina, 1994.
- ZANELATTO, João Henrique; OSÓRIO, Paulo Sérgio. *Forquilha: do presente para o passado, outras memórias uma nova história*. Forquilha, SC: Ed. UNESC, 2012.

Turismo alternativo solidário e o Centro Público de Economia Solidária de Itajaí, SC

The alternative solidarity tourism and the Public Center for Solidarity Economy of Itajaí, SC

Le tourisme alternatif de la solidarité et le Centre Public de L'économie Solidaire Itajaí, SC

El turismo alternativo solidario y el Centro Público de Economía Solidaria de Itajaí, SC

Idalina Maria Boni*

(idalina@univali.br)

Rafaela Vieira**

(arquitetura.rafaela@gmail.com)

Recebido em 10/04/2015; revisado e aprovado em 14/07/2015; aceito em 30/07/2015

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/151870122015211>

Resumo: O objetivo deste trabalho foi identificar as experiências do Centro Público de Economia Solidária de Itajaí (CEPESI) e sua produção relacionada ao turismo. De caráter qualitativo, é uma pesquisa do tipo exploratória e descritiva. Os resultados apontam que os associados e parceiros do CEPESI demonstraram-se interessados na associação do turismo à economia solidária, existindo desafios a serem superados.

Palavras-chave: Turismo. Economia solidária. Desenvolvimento local.

Abstract: The objective of this paper was to describe the experiences of the Public Center for Solidarity Economy of Itajaí (CEPESI) and its production related to tourism. Qualitative, constitutes in a exploratory and descriptive survey. The results show that members and partners of CEPESI demonstrate their interest in the association of social economy and tourism, still existing challenges to be overcome.

Key words: Tourism. Solidarity economy. Local development.

Résumé: L'objectif de cette recherche était d'identifier les expériences de le Centre Public de L'économie Solidaire Itajaí (CEPESI) et la production liée au secteur touristique. A caractere qualitative, constitue une enquête sur l'exploratoire et descriptive. Les résultats rapportent que les membres et les partenaires CEPESI ont manifesté leurs intérêts dans l'économie sociale et de l'association touristique, afin surmonter l'obstacle.

Mots-clés: Tourisme. Économie solidaire. Développement local.

Resumen: El objetivo de la investigación fue describir las experiencias del Centro Público de Economía Solidaria de Itajaí (CEPESI) y su producción relacionadas al turismo. De carácter cualitativo, se trató de un estudio de tipo exploratorio y descriptivo. Los resultados demuestran que los miembros y apoyadores de CEPESI tienen interés en la asociación entre economía social y turismo, pero que hay retos por superar en este sentido.

Palabras clave: Turismo. Economía solidaria. Desarrollo local.

1 Introdução

O turismo é uma atividade econômica complexa e multifacetada. Envolve agentes sociais variados que terão diferentes percepções, atitudes e comportamentos durante a visita ao destino. Tem-se, portanto, a necessidade de compreender as possibilidades de se trabalhar o turismo de forma integrada aos valores humanos, ao desenvolvimento local sustentável e à economia solidária.

O turismo alternativo solidário vem sendo tratado como uma oportunidade no âmbito social, econômico e cultural, para proporcionar o desenvolvimento de diversas localidades. Novas propostas de desenvolvi-

mento vêm sendo apontadas, e a atividade turística tem sido fim central em grande parte dessas experiências, tendo-se como foco o turismo alternativo.

O turismo alternativo solidário de base comunitária busca se contrapor ao turismo massificado, requerendo menor densidade de infraestrutura e serviços e buscando valorizar uma vinculação situada nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar. (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009, p. 86).

Podemos ter também destinos turísticos urbanos que possam se ligar a uma organização da economia solidária e trabalhar atividades voltadas a turismo alternativo. O

* Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Itajaí, Santa Catarina, Brasil.

** Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, Santa Catarina, Brasil.

turismo alternativo solidário se viabiliza com a mobilização de agentes locais que são parte da cadeia produtiva do turismo e do movimento social organizado. Não é apenas um trabalho ou serviço que deva ser executado pela prefeitura ou pela iniciativa privada para desenvolver a cidade e seu potencial turístico, mas a somatória dos agentes é que faz acontecer o desenvolvimento local, devendo ser planejado esse processo.

Para Hall (2001), o planejamento do turismo requer processos integrados em que haja participação e envolvimento de diversos setores na construção de localidades sustentáveis. Yázigi (2009) afirma que o turismo não se constitui em uma categoria de análise, e seu planejamento deve envolver diferentes setores, demandando ações integradas.

A economia solidária possui princípios fundamentais, não apenas como um instrumento de geração de emprego e renda, mas, principalmente, como fonte de integração e crescimento dos indivíduos, resguardando que seus integrantes usufruam do resultado de maneira igualitária. “A economia solidária se constitui em um conjunto de práticas e estratégias socioeconômico que, ao longo da história humana, [...] manteve viva a possibilidade de uma ordem social baseada sobre a cooperação e a autogestão” (ARROYO, 2013, p. 01).

O Centro Público de Economia Solidária de Itajaí (CEPESI) envolve-se diretamente com a atividade turística, pois sua sede encontra-se implantada no centro da cidade, próximo ao píer turístico de Itajaí, cidade portuária e que está na rota de transatlânticos. Constitui-se em um espaço físico de comercialização, especialmente de produtos artesanais, congregando associados e parceiros de vários municípios da Região Turística da Costa Verde & Mar e do município de Brusque. Além desse espaço físico, o CEPESI constitui-se em uma estrutura articuladora e mobilizadora da geração de renda coletiva para esta região centro-norte catarinense, que trabalha o comércio justo e a vivência dos princípios da economia solidária.

Portanto passa a ser pertinente discutir o turismo alternativo solidário junto ao CEPESI, com o intuito de compreender como este pode contribuir para o desenvolvimento local sustentável incluindo os princípios da

economia solidária. O objetivo foi identificar as experiências do CEPESI e sua produção relacionada ao turismo, visando descrever as possibilidades de articular o trabalho dessa organização ao turismo alternativo solidário.

O artigo estrutura-se nos seguintes itens: referencial teórico, no qual se apresentam conceitos e articulações entre turismo alternativo solidário e economia solidária; a metodologia adotada; breve caracterização do turismo regional e local; resultados obtidos e considerações finais.

2 Turismo alternativo solidário e economia solidária: algumas considerações

Para muitos, turismo é basicamente viajar, ou viver experiências novas e conhecer culturas. O trabalho com turismo nos leva a reconhecer várias demandas envolvidas no atendimento ao turista.

O turismo exige viagem e desencadeia redes de serviços; [...] Os serviços turísticos são processos interativos entre quem oferece e quem procura, uma prestação cada vez mais personalizada ao cliente, com qualidade e informação sobre a clientela, além do uso de tecnologias modernas de informação. (CORIOLANO et al., 2009, p. 15).

O turismo é uma das principais atividades econômicas de serviço, promovida por muitos países em desenvolvimento como estratégia para a redução da pobreza. Diante disso, além do turismo de massa, existe outra forma de organização turística que segue os princípios de respeito, inclusão, solidariedade, sustentabilidade e reúne as comunidades ou grupos com apoio de Organizações Não-Governamentais (ONGs), turistas conscientes que desejam trabalhar em defesa e no convívio com o meio ambiente, realizando um turismo diferenciado. Existe um fluxo importante para esse eixo conhecido como turismo alternativo solidário, e pode-se perceber que existem turistas para todas as formas de oferta turística.

Visando à distribuição equitativa, esse turismo diferenciado se apresenta como um forte vetor de transformação no qual a ideia central é empreender ações governamentais e privadas no sentido de aproximar e mobilizar pessoas físicas e jurídicas, dispostas a conhecer a realidade das comunidades, dos territórios, objetivando colaborar na melhoria da qualidade de vida das pessoas. O turismo

alternativo solidário ou comunitário atua na perspectiva de que o turista se torne um agente social que proporcione mudanças positivas nos locais que visita. Uma parcela crescente da população demanda por produtos e serviços alternativos, querendo conhecer a procedência destes, valorizando as pessoas que os produzem, e esse processo é conhecido como comércio justo.

Crescem e ganham visibilidade na academia, na mídia e no setor público as inúmeras experiências de organização da atividade turística classificadas como Turismo de Base Comunitária, Turismo Comunitário, Solidário, de Conservação, entre outras denominações, em todo o mundo, e em particular na América Latina. (BRASIL, 2010, publicação sem número de páginas).

Os estudos acerca do tema têm crescido, mas ainda há falta de consenso sobre os conceitos, resultado da diversidade das próprias experiências turísticas alternativas solidárias e de base comunitária que ocorrem pelo país, efetivadas por instituições reconhecidas como pioneiras na organização das atividades turísticas alternativas.

Segundo Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009, p. 110), podem-se traçar alguns princípios comuns entre as diversas definições: “autogestão; associativismo e cooperativismo; democratização de oportunidades e benefícios; valorização da cultura local e, principalmente, protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade”. A Economia Solidária converge neste mesmo sentido dos princípios coletivos:

O princípio da economia solidária é a apropriação coletiva dos meios de produção, a gestão democrática pelos membros das decisões e deliberação coletiva sobre os rumos da produção, a utilização dos excedentes (sobras) e, também, sobre a responsabilidade coletiva quanto aos eventuais prejuízos da organização econômica. (SCHIOCHET, 2012, p. 25).

No Brasil, a economia solidária vem crescendo e se firmando como outra forma de organizar também a economia com o fortalecimento do direito coletivo ao trabalho. Essa forma de organização se expressa via organização de associações, cooperativas, clubes de troca, empresas de autogestão, visando fortalecer a geração de renda e inclusão social. Conta também com a ajuda de

políticas públicas e entidades de apoio que buscam fortalecer este trabalho. As definições de economia solidária reforçam os princípios defendidos pelo turismo alternativo solidário ou de base comunitária como vem sendo definido, que deve conduzir o turista a uma forma de solidariedade concreta com os locais visitados.

Baseado nos princípios da economia solidária, o turismo comunitário ou solidário se mostra como alternativa aos projetos de turismo convencional. O turismo comunitário questiona o mito do turismo como gerador de emprego e renda e denuncia as políticas centradas na atração de investimentos que não levam em consideração a participação e o desenvolvimento das comunidades locais. (FONTOURA, 2009, p. 03).

O turismo alternativo solidário, pautado nos princípios da economia solidária, constrói um turismo mais equitativo, reforçando a inclusão social e econômica de organizações e/ou grupos de trabalhadores e trabalhadoras que produzam bens ou serviços, ampliando a renda das famílias, de forma autogestionária. As iniciativas de economia solidária podem incrementar ganhos sociais em termos de autoestima e empoderamento dos empreendimentos, favorecendo a formação para o trabalho autônomo associativo.

Se olharmos de perto, trata-se do desejo de um diálogo de sentidos entre os visitantes e os visitados, que procura abrir um caminho através dos escombros que o turismo de massa uniformizador deixa para trás. (ZAQUAL, 2009, p. 59).

Esses escombros só podem ser enfrentados com um olhar intrínseco ao local, às comunidades e o envolvimento das pessoas.

O desenvolvimento local é uma oportunidade de possibilitar o crescimento em todos os aspectos da vida humana. As diversas iniciativas do turismo alternativo solidário são fundamentadas nos modos de vida local.

Este tipo de organização e oferta do produto turístico possui elementos comuns como a busca da construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação, por parte destas, dos benefícios advindos do desenvolvimento do setor. (SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA, 2009, p. 362).

Para Irving (2009), há necessidade de novos modelos para a prática social do turismo que emergem no sentido de buscar promover o desenvolvimento e o protagonismo dos envolvidos.

3 Percurso metodológico

De caráter qualitativo, a pesquisa é do tipo exploratória e descritiva e estrutura-se em três etapas: coleta de dados, sistematização das informações, análise com discussão dos resultados. As técnicas de pesquisa utilizadas foram a pesquisa bibliográfica, documental e observação participante.

A pesquisa bibliográfica sobre a temática estudada pautou-se na busca por artigos científicos nos Anais da ANPTUR e em bases de dados como SciELO e EBSCO. É recente a produção acerca do turismo alternativo solidário no Brasil, sendo bastante substancioso embasar reflexões e estudos que contribuam às novas construções, tendo-se identificado como autores-chaves Coriolano et al. (2009), Irving (2009), Maldonado (2009) e Zaqual (2009).

Na pesquisa documental, efetuou-se o levantamento de dados históricos em documentos dos fóruns de Economia Solidária, documentos produzidos por instituições governamentais e do Centro Público de Economia Solidária de Itajaí.

Utilizou-se também a observação participante, definida por Moreira (2002, p. 52) como “uma estratégia de campo que combina ao mesmo tempo a participação ativa com os sujeitos, a observação intensiva em ambientes naturais, entrevistas abertas informais e análise dos dados.” Essa técnica foi viabilizada através de entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas, gravadas e transcritas, bem como pela vivência de uma das autoras nas atividades do Centro Público, visto que é parte integrante da associação (BONI, 2014).

A observação participante:

Consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais deste. (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 194).

Com a observação participante, buscou-se compreender como os membros e parceiros

identificam o CEPESI e a economia solidária de Itajaí, qual sua visão sobre turismo e turismo alternativo solidário, quais os produtos da cidade e do CEPESI para agregar a atividade turística e as necessidades para essa efetiva articulação como turismo.

Para a compreensão dos resultados das entrevistas, foi usada a técnica de interpretação do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), utilizando-se expressões-chaves e ideias centrais. O DSC “é uma proposta de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos” (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2000, p. 70). Apresenta os resultados em forma de discurso de uma ou mais pessoas, sintetizados e na primeira pessoa do singular. Optou-se por essa metodologia para análise qualitativa, pois possibilita voz aos indivíduos, destacando a percepção de cada envolvido.

Nesse sentido, destacamos que se privilegiam:

[...] os discursos de cada sujeito reunidos em um discurso único em cada tema tratado, visando capturar as experiências da população estudada por meio das respostas às entrevistas, tornando um discurso único o discurso de muitos. (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2000, p. 16).

Os demais dados levantados foram sistematizados em textos e ilustrações, conforme sua natureza e finalidade, sendo na sequência analisados. Isso possibilitou identificar o estado da arte sobre o tema estudado e as experiências do CEPESI vinculadas ao turismo, contribuindo para descrever as possibilidades de articular o trabalho dessa organização ao turismo alternativo solidário.

4 Turismo e o contexto regional e local

O estado de Santa Catarina organizou os planos regionais de turismo, ou macro programas de regionalização do turismo, visando à segmentação e organização do estado para desenvolvimento turístico, como previsto nos Planos Nacionais de Turismo. Nesse processo, o estado catarinense foi dividido em dez destinos turísticos, denominado Caminhos dos Cânions, Caminhos dos Príncipes, Caminhos da Fronteira, Encantos do Sul, Grande Florianópolis, Grande Oeste, Serra Catarinense, Vale Europeu, Vale do Contestado e Costa

Verde & Mar.

A região do litoral centro norte catarinense, onde se localiza a Região Turística da Costa Verde & Mar, é reconhecida por suas belezas naturais e sua significativa representatividade no contexto turístico estadual. O município de Itajaí está articulado a outros municípios dessa região através da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI), que possui o Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde & Mar, o qual pretende em seu escopo facilitar a articulação entre os associados, estabelecer políticas públicas, realizar a divulgação dos municípios associados em feiras e demais meios turísticos, bem como produção de materiais sobre articulação de roteiros, levantamento de dados e planejamento turístico.

A Costa Verde & Mar, composta pelas destinações de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras; Bombinhas; Camboriú; Ilhota; Itajaí; Itapema; Luiz Alves; Navegantes; Penha e Porto Belo, revisou seu Plano Estratégico de Marketing Turístico Integrado (PEMTI) ao longo do ano de 2012, com sua publicação em 2013, através de oficinas internas promovidas pelo Colegiado do Curso de Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), bem como oficinas em conjunto com o *trade* turístico, para validar as ações e estratégias, segundo a AMFRI (2013). O PEMTI constitui-se em um instrumento de planejamento que visa subsidiar a continuidade do desenvolvimento da atividade turística, a implementação de novos empreendimentos, o incremento da demanda, além de inserir novos paradigmas de gestão para o turismo que se sustentem no fortalecimento da imagem, consolidação de roteiros turísticos, logística integrada, captação de investidores e estímulo à cultura empreendedora.

Cabe destacar que o PEMTI da Costa Verde & Mar não faz qualquer referência ao turismo alternativo solidário na região, nem ao Centro Público de Economia Solidária de Itajaí, apesar de destacar o artesanato como ponto forte da cidade.

Os pontos fortes da Costa Verde & Mar indicados no PEMTI (AMFRI, 2013) fazem referência à constância de população de acadêmicos de cursos de graduação que possuem articulação com a atividade turística. Somado a isso, a abertura de cursos técnicos faz com

que a oferta de profissionais qualificados seja uma constante na região. Vale ressaltar a existência de cursos de graduação e tecnologia específicos para as demandas da região, como Logística, Engenharia Naval, Turismo e Hotelaria, Gastronomia, entre outros.

Como pontos fracos da Costa Verde & Mar, o PEMTI (AMFRI, 2013) identifica que a qualidade de vida no Brasil está melhorando, porém a desigualdade social ainda permanece um problema a ser enfrentado, inclusive na região. A busca por empregos durante a alta temporada continua sendo uma realidade nos municípios da Costa Verde & Mar, em especial nos municípios litorâneos, que muitas vezes não conseguem absorver essa mão de obra durante o resto do ano, potencializando problemas sociais. As ações sociais direcionadas ao processo migratório continuam sendo uma necessidade para os municípios da região da Costa Verde & Mar.

Integrante da Costa Verde & Mar, o município de Itajaí encontra-se em uma região geográfica estratégica do território catarinense sob o ponto de vista logístico e é a sede do CEPESI.

No município situam-se intersecções de importantes rodovias federais (BR 101 e BR 470) e estaduais (SC 412 e SC 486). Além de possuir um porto municipal, está próximo ao porto e ao aeroporto Internacional Ministro Victor Konder, ambos localizados em Navegantes.

Itajaí congrega atividades industriais, comerciais, acadêmicas e turísticas. Sua população, em 2010, era de 183.373 habitantes segundo dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Na área urbana, concentram-se 96,2% dos habitantes, sendo a 7ª cidade do estado em número de população. Seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) em 1991 era de 0,588. Em 2000, chegou a 0,688, alcançando, em 2010, um total de 0,795, apontando um aumento desse índice e um bom desempenho.

A economia de Itajaí possui o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado, potencializado pelo porto. Além disso, também é uma cidade universitária, sendo que a UNIVALI se destaca como uma das maiores instituições de ensino do Brasil, com mais de 70 cursos superiores. A cidade possui riquezas culturais, com traços históricos marcantes

trazidos pelos imigrantes portugueses, alemães e italianos, que também se manifestam em sua arquitetura.

Próximo à sede do CEPESI, há um píer em que atracam cruzeiros marítimos internacionais na região Sul do Brasil. O píer possui estrutura de alfândega e está voltado predominantemente para o turismo de massa, colocando Itajaí na rota turística regional, pois se situa entre cidades constantemente procuradas por turistas: Balneário Camboriú, um dos três destinos turísticos do sul do país, e Penha, conhecida por abrigar um dos maiores Parques Temáticos da América Latina, o Beto Carreiro World.

Itajaí, através da Secretaria de Turismo, vem fomentando discussões a fim de analisar e organizar-se para um maior crescimento da atividade turística na cidade. Por ocasião da comemoração dos 153 anos de fundação da cidade em 2013, foi realizado o Terceiro Fórum Itajaense de Turismo, visando articular a comunidade no sentido de construir caminhos para essa atividade (ITAJAÍ, 2013). A cidade de Itajaí, SC, apresenta uma estrutura de atendimento do turismo por demanda e vem buscando se firmar no segmento do turismo náutico e cultural.

O turismo náutico caracteriza-se pela utilização de embarcações náuticas com finalidade da movimentação turística. A realização da regata Volvo Ocean Race, em 2012 e 2015, e a regata Jacques Vabre, em 2013, apontam o destaque da cidade neste setor.

Mesmo sendo pouco discutido e com reduzidos dados sobre sua contribuição e movimentação turística, o turismo de negócios apresenta-se como um potencial devido ao caráter industrial e portuário da cidade, que também desponta para o turismo de eventos. Faz-se necessário o desenvolvimento de políticas efetivas para essas diferentes demandas.

Essa organização da cadeia do turismo municipal apresenta-se como possibilidades para os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), capazes de gerar trabalho e renda associados ao turismo. Pensar uma linha de turismo alternativo solidário que possa ser construída pelo Centro Público de Economia Solidária na cidade de Itajaí e região é um desafio, considerando as condições existentes. Maldonado (2009, p. 31) reforça a possibilidade quando afirma que “os trabalhos na linha

do turismo alternativo têm mais possibilidades de bons resultados quando agregados ou beneficiados por sua localização junto a locais receptores de turismo”.

Positivamente, quando se trata de economia solidária, Itajaí constitui-se em uma cidade referência, mobilizadora desse potencial. O Fórum Litorâneo organiza e articula os 11 municípios da região da AMFRI e a cidade de Brusque. Fruto desta experiência de impacto regional e de menção nacional está o CEPESI, que atua como um “guarda-chuva”, objetivando ser referência para a mobilização, formação e comercialização dos produtos e serviços dos Empreendimentos Econômicos e Solidários.

Enquanto espaço físico, o CEPESI constitui uma loja alternativa, ligada ao Comércio Justo, que recebe turistas durante sua visita à cidade. Existem poucas ações direcionadas a esse público de forma mais efetiva e direta, o que precisa ser explorado. Considerando que o CEPESI possui uma proposta de trabalho que visa articular os empreendimentos econômicos solidários, de forma autogestionária, o espaço tem o desafio, desde sua constituição, de ser um espaço alternativo e inovador, trabalhando os princípios da economia solidária, o que motiva o estudo de inserção do turismo alternativo solidário, inclusivo e comunitário.

5 O Centro Público: sua organização e sua produção relacionada ao turismo

A compreensão do CEPESI e sua organização são necessárias para visualizar as possibilidades do turismo alternativo e solidário nesse espaço.

Os Centros Públicos de Economia Solidária são uma ação de política pública que nasceu da parceria entre a rede de gestores e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do Ministério do Trabalho e Emprego. Os Centros Públicos de Economia Solidária abrigam nas suas dependências várias iniciativas e projetos voltados ao fortalecimento da Economia Solidária (ES), sejam governamentais ou não, promovendo a sua integração. Foi estabelecido por meio de Termo da Referência, no qual todos os parceiros deveriam realizar audiência pública para implantação de um Centro Público, visando

transparência na sua criação. Segundo o Termo de Referência, os Centros Públicos devem construir um Conselho Gestor (CG) com representação majoritária da sociedade civil.

O CEPESI foi criado em 2005 a partir do termo de referência junto a SENAES e fruto da articulação do movimento social ligado à geração de renda e à organização existente dos empreendimentos da cidade, que conquistaram junto à prefeitura municipal este espaço.

Com o desenvolvimento e bons resultados desta organização, hoje o CEPESI situa-se em espaço amplo e moderno com mais de 1500m², localizado no centro da cidade, com uma organização estruturada, somando as várias entidades de apoio, governo e empreendimentos. Esse processo de organização possibilitou ao município aprovar um Projeto Ações Integradas de Economia Solidária para o Município de Itajaí, SC, junto à SENAES, que visa ampliar e incrementar a economia solidária nos territórios, fortalecer os empreendimentos existentes e a política de ES.

O CEPESI coloca-se na condição de um forte articulador de toda a região da AMFRI e a cidade de Brusque, fomentando a organização em todos os municípios, visto que boa parte destes têm, através de seus empreendimentos de economia solidária, produtos comercializados no espaço. Em parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da UNIVALI, que articula entre seus trabalhos a incubação do Fórum Litorâneo, bem como a Rede de Políticas Públicas de ES na região, o CEPESI constitui-se em um espaço da comercialização de EES dessa região e mobilização do movimento de EES (UNIVALI, 2009).

O Centro Público de Economia Solidária de Itajaí possui uma oferta de produtos variados, especialmente no artesanato, servindo de atrativo ao turismo. No espaço também se destaca sua oferta variada de confecção, somada à marca Justa Trama, um grupo de consertos e costura, o espaço popular de educação em saúde, com opção de cuidados variados, e o bazar da Cooperfoz. Este é um bazar da Cooperativa de Catadores que comercializa na loja o lixo que é luxo, produtos vindos da reciclagem propiciando fazer a discussão referente ao consumo. Ocorre também a comercialização de produtos orgânicos da

Rede Eco Vida. No CEPESI há auditório para formação e eventos, feira de troca solidária, espaço para exposição de produtos da Associação Quilombola do Morro do Boi, do Núcleo Negro Afrodescendentes Manoel Martins dos Passos, além de área para atendimento aos turistas, informando sobre sua história, oficinas, cursos como o da renda de bilro, atividades que trazem vitalidade ao lugar.

A entidade se caracteriza juridicamente como uma associação de direito privado, composta por conselho de administração, 14 EES associados, cinco entidades de apoio, dois gestores públicos. Possui uma diretoria eleita a cada dois anos e trabalha com comissões (comercialização, projetos, mobilização e marketing, formação). Ela engloba um conjunto de empreendimentos que buscam incluir pessoas, trabalhando seu empoderamento e gerando renda e sustentabilidade. Soma uma gama de indivíduos envolvidos nos empreendimentos com cerca de 130 pessoas diretas, definindo sua missão, visão e estratégias, visando atender os objetivos estabelecidos e os desejos dos associados, bem como trabalhar a autogestão em sua essência.

Sua missão é fomentar a Economia Solidária com articulação, formação e desenvolvimento local sustentável por meio de inclusão social e consciência ambiental. Sua visão é ser referência em Economia Solidária como Centro Público, praticando organizadamente seus princípios.

Objetiva promover os direitos humanos respaldados na solidariedade, na ética e na democracia, bem como promover o desenvolvimento sustentável, com foco nas relações sociais e produtivas, fundamentado nos preceitos de comércio justo e solidário, e com participação dos produtores em todas as fases do processo da cadeia produtiva.

Suas diretrizes e estratégias estão estabelecidas no campo da formação continuada para todos os associados fazem parte do CEPESI, aberto a demais grupos que desejem participar. Há também o trabalho com a articulação do movimento de Economia Solidária junto às redes, fóruns, feiras, conselho, visando fortalecer e ampliar os parceiros e a inserção do Centro Público no movimento. Persegue a sustentabilidade econômica e social, incentivando a construção de redes e cadeias ou a participação dos EES nestas.

É importante perceber que, em muitos casos, a inserção de um empreendimento na economia solidária articula-se à necessidade econômica e à ação da busca de um mundo melhor. Como demonstra a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão [ANTEAG] (2002, p. 143) “Para muitos, o cooperativismo e a autogestão é um projeto de sobrevivência. Para outros, um projeto de vida. Para o país, um projeto de sociedade”. O Centro Público de Economia Solidária trabalha com autogestão na sua organização. Esta se destaca como ponto fundamental em toda a organização da economia solidária. A autogestão é apontada como centralidade para a economia solidária. Cabe olhar as expressões como: empenho, liberdade, participação, colaboração e união. Estas são colocações que os membros envolvidos em processo de produção e comercialização coletiva sempre apresentam.

A verdade é que a prática tende a surpreender a teoria, pois a autonomia dos indivíduos, tão anunciada por alguns esquemas teóricos, é realmente experimentada, mesmo que de maneira frágil e incipiente. A partir daí, a teoria passa a correr atrás dos significados assumidos por essa liberdade vivida. A teoria pode dar conta em boa medida do porquê das mudanças, mas não das próprias mudanças. Porque o novo, mesmo que nunca seja um novo absoluto, traz qualidades que escapam de olhares acostumados a enxergá-los no mundo. (ANTEAG, 2002, p. 42).

O Centro Público, mesmo com toda a sua estrutura, organização e trabalho autogestionário e convivência nos princípios da economia solidária (cooperação, autogestão, solidariedade e atividade econômica), possui também suas fragilidades e dificuldades, tais como sustentabilidade, entraves tributários e fiscais, participação do voluntariado no atendimento ao público, gestão de conflitos, inovação, melhora permanente na qualidade de atendimento e produtos, formação, divulgação, inserção maior no mercado local, empoderamento e fortalecimentos dos EES. Esses temas são trabalhados em suas reuniões, convivência e em formações que permanentemente buscam junto aos parceiros, possibilitar maior aprofundamento na organização e trabalho do CEPESI.

O CEPESI trabalha claramente a característica da economia solidária, pois é intrín-

seco a seu processo a autogestão. As decisões são tomadas em reuniões mensais do Conselho Gestor, compostas por um representante de cada associado citado acima. Princípios como cooperação, democracia, solidariedade e respeito à natureza são possíveis de serem identificados em cada grupo associado. O CEPESI é um marco para o movimento, considerado uma grande conquista pelos seus associados, sendo o turismo alternativo solidário um grande potencial a ser explorado.

6 As possibilidades do turismo alternativo solidário no CEPESI

A partir da técnica de interpretação do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) são elencados os resultados da observação da participante, apresentando os pensamentos e falas dos associados e parceiros do CEPESI, suas visões sobre o Centro Público e a economia solidária, sobre turismo e turismo alternativo solidário, além das possibilidades e desejos de articulação da economia solidária ao turismo alternativo solidário.

Quando questionados acerca de como os membros e parceiros identificam o CEPESI e a economia solidária de Itajaí, SC, tem-se destaque para as dificuldades, mas também para o valor do trabalho realizado. Os discursos apontam para:

Uma ideia interessante, mas, sub divulgada tanto por parte do turismo como da população, não tendo uma identificação clara.

O diferencial principal está na comercialização, na organização e gestão compartilhada. Trabalha três eixos: formação, comercialização e mobilização, possuem vários grupos associados, cooperativas e associações.

O CEPESI é tudo de bom, se encontra de tudo e é uma faculdade. O mais importante é o crescimento para as pessoas e as formações. Um local diferente com uma economia diferente que agrega valor a produção local.

Pautado nessa ideia de solidariedade, associação e cooperativismo, pode-se afirmar:

Ao integrar a cooperativa, muitos experimentam pela primeira vez em suas vidas o gozo de direitos iguais para todos, o prazer de poderem se exprimir livremente e de serem escutados e o orgulho de perceber suas opiniões sendo respeitadas, e pensam no destino do coletivo. (SINGER, 2003, p.116).

Os associados e parceiros do CEPESI descrevem, através do DSC, o turismo como um momento de: “Viver uma experiência diferente, conhecer culturas, lugares, intercâmbio, onde buscamos a similaridade com nosso cotidiano ou lugar”.

Em relação ao turismo alternativo solidário, foi preciso trazer à mente vários tipos de turismos alternativos para que se pudesse buscar o conhecimento referente ao turismo de base comunitária ou solidário. O DSC aponta para diversas visões e o desconhecimento sobre o tema:

Não conheço Turismo de Base Comunitária. Interessante, imagino que seja mais segmentado. Conheço um pouco sobre outras áreas de turismo. Ouvi falar de turismo de intercâmbio, observação, ecológico, náutico, aventura e na faculdade (graduação) não tem nada sobre turismo de base comunitária – TBC. Não se conhece sobre tema e deveria poder estudar para CEPESI conhecer e até abrir outra forma de atração turística.

No turismo rural, tem as pousadas residenciais, interessante, se vivencia o turismo. O Turismo de Base Comunitária é uma atividade comunitária. Para Itajaí escapou o tempo e possibilidade de organização pelo seu tamanho atual e outros interesses.

O que o CEPESI faz na organização de seu espaço pode ser mostrado e isso ser um turismo diferente.

Na discussão sobre a recepção do turista e produtos da cidade para agregar à atividade turística, aparece no DSC a questão dos produtos típicos reforçando a necessidade de divulgação:

Turismo é recepção, boa informação para turista, produto com apelo turístico, intercâmbio de saberes e produtos de Itajaí, a lembrancinha que mostre a cultura da cidade. O CEPESI precisa da divulgação, trabalhar o diferencial, todo o conceito do projeto e sua rede de comercialização. Temos muitos produtos similares e deveria usar o potencial para apelo turístico.

Necessita de um folder e de trabalho dentro das agências, pontos turísticos e nas secretarias. O Centro poderia ser uma atração turística, mas precisa de melhor divulgação, a maioria não conhece. O Centro necessita divulgar e estar mais presente em feiras de divulgação.

Necessita de uma divulgação ampla e mais do estado e do governo federal, colocar no calendário nacional as cidades que tem Centro Público, pensar algo com a SENAES, divulgar turisticamente os Centros Públicos e o Comércio Justo.

O CEPESI deveria estar em todos os eventos do Município. Integra participar da Lei de Incentivo à Cultura, estar mais próximo com FITUR.

Ter a ES no roteiro turístico. Valorizar a rede de comercialização que possuem, estar com identidade visual forte, material de divulgação.

O CEPESI, ele aqui e turismo está longe. Poucos conhecem na universidade ou, se perguntar aos servidores dos municípios que estão no CEPESI, poucos conhecem. Nós temos a AMFRI aqui, e talvez fazer uma qualificação com o CEPESI, para se inteirar.

Refletindo se os produtos do Centro Público estão relacionados ao turismo, os sujeitos apontam em seu discurso que o fenômeno turístico existe, mas de forma incipiente no Centro, necessitando ser planejado:

Poderíamos pensar em construir uma gama de produtos que tenha a ver com a cidade, resgate a cultura, ter um cartão, uma etiqueta identificando e divulgação do CEPESI. Colocar no meio turístico seu potencial, trabalhar forte o artesanato, mas precisa ter uma pessoa para ajudar.

Buscar a criação de brindes e ter apoio de pessoas para criar produtos típicos regionais e outros produtos. Trabalhar produtos corporativos com brindes para hotéis e restaurantes feitos pela ES, parcerias. O artesanato é forte e ser parceiro do roteiro cultural que o Consórcio da AMFRI está montando é uma possibilidade.

Temos uma carência muito grande de achar produtos da cidade, com a marca da cidade, o pouco que tem às vezes tem qualidade ruim. Ampliar os grupos e ter capacidade de criar mais e vender mais, empreender, estudar, conhecer.

Os sócios do Centro destacam a necessidade de formação, debate, estudo e conhecimento sobre o tema. Apontam suas necessidades e apoios desejados, bem como seus sonhos:

Ter assessoria para análise crítica, para pensar em produtos e serviços voltados ao turismo. Proporcionar mais qualificação

para os artesãos referente aos produtos e acabamentos, tendo os pontos de turismo da região revelado nos produtos.

Trabalhar a rede de comercialização com identificação de produtos de cada cidade, fortalecer a rede de políticas públicas.

CEPESI deve participar mais, tem o conselho de turismo, vir à secretaria conversar, trazer ideias, ser mais proativo. Buscar assessoria de agência de turismo para trabalhar pacotes turísticos, e a comunicação, com divulgação do conceito.

Foi elaborado um plano pela UNIVALI, junto ao DRS de comunicação integrada para o CEPESI e precisa fazer isso acontecer.

Ter formação sobre turismo para levar o conceito do que é o CEPESI para turismo. Formação e capacitação e capacidade também, conhecer bem os grupos que participam.

O CEPESI apresenta-se como uma fonte de geração de renda, que fortalece os princípios da economia solidária, além de convergir com os princípios e a organização do turismo alternativo solidário.

7 Considerações finais

As experiências destacadas confirmaram a possibilidade de se buscar um caminho de reflexão sobre o trabalho da economia solidária associada ao turismo alternativo solidário junto ao CEPESI, vislumbrando um novo olhar para o turismo.

Questões como a falta de divulgação das atividades realizadas pelo CEPESI, necessidade de planejamento e de maior identidade da cidade de Itajaí no cenário turístico foram apontadas como deficiências ao desenvolvimento do turismo. Apesar de seu trabalho amplo e com muitas conquistas de políticas públicas no município de Itajaí, faz-se necessário uma maior divulgação do Centro Público de Economia Solidária.

Trabalhar os aspectos de planejamento e formação acerca do turismo alternativo solidário contribuirá na comercialização dos produtos e no atendimento aos diferentes perfis de turistas que chegam ao CEPESI.

É sabido que o turismo alternativo solidário ainda é pouco conhecido e explorado, inclusive nacionalmente. Para que a comunidade compreenda o turismo alternativo soli-

dário, recomendam-se debates e capacitações que podem ocorrer no próprio espaço físico do CEPESI, inclusive buscando apoio de entidades e instituições de ensino.

O CEPESI proporciona que os envolvidos sintam-se parte do processo. Proporciona liberdade de expressão acerca de sua gestão, apresentando potencial para tornar-se um espaço educador para o turismo alternativo solidário, reafirmando sua prática da economia solidária. Contudo existe a necessidade de se ampliar e dar continuidade aos estudos, visando ao adequado planejamento desse caminho.

Referências

- ARROYO, J. C. T. Desenvolvimento, natureza e cultura: economia criativa e economia solidária. In: COLÓQUIO CELSO FURTADO SOBRE CULTURA E DESENVOLVIMENTO, 4., 2013, Belém. *Anais...* Belém: Secretaria da Economia Criativa, Ministério da Cultura, 2013.
- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – AMFRI. *Atualização do plano de marketing turístico integrado*: PEMTI / COSTA VERDE & MAR. Itajaí, 2013. Disponível em: <<http://www.amfri.org.br>>. Acesso em: 2 abr. 2014.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRABALHADORES E EMPRESAS DE AUTOGESTÃO – ANTEAG. *Autogestão: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho*. 2. ed. São Paulo: ANTEAG, 2002.
- BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letras e Imagem, 2009.
- BONI, I. M. *Desafios para a associação do turismo à economia solidária: a experiência do CEPESI em Itajaí/SC*. 2014. 203f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú.
- BRASIL. Ministério Do Turismo. *Marcos conceituais do turismo*. Brasília: Mtur, 2010. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2013.
- BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letras e Imagem, 2009. p. 76-91.
- CORIOLO, L. N. et al. *Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudança*. Fortaleza, CE: Ed. UECE, 2009.
- FONTOURA, A. G. da C. Redes de turismo comunitário no Brasil: a experiência da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (TURISOL). Projeto Bagagem. In: FÓRUM GLOBAL SOBRE TURISMO. FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2009, Belém. *Anais...* Belém: FSM, 2009. Disponível em: <http://www.fboms.aspoan.org/wp-content/uploads/.../TURISOL_AnaGFontoura.dc>. Acesso em: 11 maio 2013.

HALL, C. M. *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo 2010*. Dados sobre as Cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

IRVING, M. de A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letras e Imagem, 2009. p. 108-121.

ITAJAÍ. Secretaria Municipal de Turismo Itajaí/SC. *III Fórum Itajaense de Turismo, 153 anos da cidade*. 2013. Disponível em: <<http://www.itajaí.sc.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos da metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1991.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. *O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisas qualitativas*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2000.

MALDONADO, C. O Turismo Rural Comunitário na América Latina. In: BARTHOLLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letras e Imagem, 2009. p. 25-44.

MOREIRA D. A. *O método fenomenológico na pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson Learrnng, 2002.

SCHIOCHET, V. Da democracia a autogestão: economia solidária no Brasil. In: BENINI E. A.; FARIA, M. S.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. (Org.). *Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária*. São Paulo: Outras Edições, 2012.

SILVA, K. T. P.; RAMIRO, R. C.; TEIXEIRA, B. S. Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 359-373.

SINGER, P. Economia solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

UNIVERSIDADE DO VALE DE ITAJAÍ – UNIVALI. *Panorama da Situação Socioeconômica do Centro Público de Economia Solidária de Itajaí (CEPESI)*. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Itajaí, 2009.

YÁZIGI, E. *Saudades do futuro: por uma teoria do planejamento territorial do turismo*. São Paulo: Plêiade, 2009.

ZAQUAL, H., Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: BARTHOLLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 55-75.

Análise do Programa Nacional de Capacitação com Gestores Ambientais de Sergipe na visão dos participantes

Analysis of the National Training Program with Environmental Managers of Sergipe in the view of participants

Analyse du Programme National de Formation avec Gestionnaires de L'environnement de Sergipe dans la vue des participants

Análisis del Programa Nacional de Formación en Gerentes Ambiental Sergipe, en vista de los participantes

Rafael Fragassi Oliveira*

(rafael_fragassi@hotmail.com)

Carina Angélica dos Santos*

(profcarina@yahoo.com.br)

Laura Jane Gomes*

(laurabuturi@gmail.com)

Recebido em 25/02/2015; revisado e aprovado em 14/06/2015; aceito em 23/07/2015

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/151870122015212>

Resumo: Este trabalho teve por objetivo analisar o Programa Nacional de Capacitação (PNC) com Gestores Ambientais do Estado de Sergipe na visão dos participantes. Foi aplicado um questionário semiestruturado enviado virtualmente. Paralelamente ao envio do questionário, as 230 pessoas cadastradas foram contatadas por meio de ligação telefônica. Constatou-se que nem todos os entrevistados que possuem nível superior tiveram formação na área ambiental. Tal seleção deveria estar atrelada à formação do profissional na área ambiental. Quanto às mudanças na gestão ambiental municipal após o PNC, não foi possível quantificar, porém alguns avanços foram apontados.

Palavras-chave: Gestão ambiental. Fortalecimento institucional. SISNAMA.

Abstract: This study aimed to analyze the National Training Program (PNC) with Environmental Managers of the State of Sergipe in view of the participants. A semi-structured questionnaire sent virtually was applied. In parallel with the circulation of the questionnaire, the 230 people registered were contacted by phone call. The profile of the participants was not what was stipulated by the PNC. This selection should be linked to the training of professionals in the environmental area. As for the changes in municipal environmental management of unicípios participants could not be quantified, but some progress has been noted.

Key words: Management. Strengthening. SISNAMA.

Résumé: Cette étude visait à analyser le Programme National de Formation (PNC) avec les gestionnaires de l'environnement de l'État de Sergipe en vue des participants. Un questionnaire semi-structuré envoyé presque à été appliquée. En parallèle avec la diffusion du questionnaire, les 230 personnes inscrites ont été contactés par appel téléphonique. Le profil des participants ne était pas ce qui était prévu par la PNC. Cette sélection devrait être liée à la formation des professionnels dans le domaine de l'environnement. En ce qui concerne les changements dans la gestion environnementale municipale de unicípios participants n'a pu être quantifiée, mais certains progrès ont été constatés.

Mots-clés: Gestion. Renforcement. SISNAMA.

Resumen: Este estudio tuvo como objetivo analizar el Programa Nacional de Capacitación (PNC) con los gestores ambientales del Estado de Sergipe, en vista de los participantes. Enviada prácticamente se aplicó un cuestionario semi-estructurado. En paralelo con la circulación del cuestionario, las 230 personas registradas fueron contactados por llamada telefónica. El perfil de los participantes no fue lo que se estipuló por la PNC. Esta selección debe estar vinculado a la formación de profesionales en el área ambiental. En cuanto a los cambios en la gestión ambiental municipal de unicípios participantes no pudieron ser cuantificados, pero se ha observado algún progreso.

Palabras clave: Gestión. Fortalecimiento. SISNAMA.

1 Introdução

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) designou diversas competências comuns a todas as esferas da federação, dentre elas a proteção do meio ambiente. Em seu Artigo 225 é estabelecido que “todos têm

direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, atribuindo ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes gerações e futuras” (ANTON, 2007).

Destaca-se, também na Constituição,

* Universidade Federal de Sergipe, Aracajú, Sergipe, Brasil.

em seu Artigo 23, que cada município deve ficar responsável no que diz a respeito à execução da Gestão Ambiental local com a finalidade de consolidação do SISNAMA. A Lei Complementar nº 140 assinada em 2011 deixa clara as competências da União, Estados, Distritos e Municípios quanto à proteção de paisagens naturais notáveis; à proteção ao meio ambiente; ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e flora.

Assim, torna-se notória que a prática da descentralização deve concentrar, de forma mais eficiente, o poder de decisão da gestão ambiental “nas mãos” dos municípios. Entretanto, para a consolidação da descentralização, foi elaborado pelo Governo Federal em 2008, o Programa Nacional de Apoio à Gestão Ambiental Municipal (PROGRAM), por meio de cinco eixos: 1. Formação, capacitação e assistência técnica; 2. Comunicação e acesso à formação ambiental e cidadania; 3. Participação e controle social; 4. Planejamento e monitoramento ambiental e 5. Financiamento da gestão ambiental.

No Estado de Sergipe, a execução da gestão do Meio Ambiente está atualmente concentrada na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) e, no ano de 2008, tornou-se integrante do Programa Nacional de Capacitação (PNC), junto com os demais 22 Estados da Federação. O PNC contou com a orientação da Comissão Técnica Tripartite Estadual, com a função de cumprir metas relacionadas ao primeiro eixo: Formação e capacitação e assistência técnica, porém a capacitação só ocorreu de fato no ano de 2010.

O Programa teve a finalidade de estabelecer as bases de estruturação municipal para a gestão ambiental local, incentivando as prefeituras a assumirem suas importantes funções no sistema.

Nesse sentido, julga-se necessário identificar em que medida o PNC contribuiu para o fortalecimento da gestão ambiental nos municípios do Estado de Sergipe e se os agentes que concluíram o curso estão fazendo parte da gestão municipal. Para isso, este trabalho teve como objetivo analisar o Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais sob a visão dos participantes bem como conhecer o perfil dos concludentes do PNC do ano 2010.

Objetivou-se também analisar a visão dos participantes quanto à qualidade do curso ministrado, bem como verificar se houve avanços na gestão ambiental dos municípios.

2 Procedimento metodológico

2.1 Área de estudo

O estudo foi realizado no estado de Sergipe, que está localizado na região nordeste do Brasil e apresenta uma área de 21.910 km² de extensão com dois biomas predominantes: Mata Atlântica e Caatinga. Na região litorânea, há ocorrência de Mata Atlântica com a predominância de ecossistemas de restingas e manguezais, já no extremo oeste do Estado, ocorre a predominância do bioma Caatinga.

2.2 Coleta e análise das informações

O trabalho foi calcado no estudo exploratório, uma vez que nunca foi realizada uma pesquisa sobre a temática no Estado de Sergipe de forma descritiva, de maneira que se propôs analisar o perfil dos participantes do curso e a sua visão em relação às mudanças na gestão ambiental municipal.

O universo da pesquisa se reportou a todos os participantes do PNC realizado em 2010, no Estado de Sergipe. Estes foram identificados por meio do cadastro de participantes do PNC, disponibilizado pela Superintendência de Qualidade Ambiental, Desenvolvimento e Educação Ambiental (SQS), promotora da capacitação e pertencente à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. No referido cadastro, os nomes dos gestores participantes estavam distribuídos por territórios: Grande Aracaju, Leste Sergipano, Médio e Alto Sertão, Agreste Sergipano, Sul e Centro Sul Sergipano e Baixo São Francisco (SERGIPE, 2007).

O período da capacitação foi de 12 a 16, 26 a 30 de abril, 3 a 7 de maio e 5 a 9 de julho do ano de 2010. Segundo consta no cadastro disponibilizado pela SQS/SEMARH, participaram da capacitação 230 gestores, porém não foi possível obter informações de quantos deste total cursaram na forma presencial e quantos participaram do curso virtual.

Com base em revisões bibliográficas sobre o tema, foi elaborado um questionário semiestruturado, adaptado de Darós (2011), subdividido em partes: Perfil dos Participantes do Programa (idade, sexo, escolaridade); Atuação desses profissionais no momento da realização da pesquisa; Avaliação do entrevistado quanto à capacitação recebida e visão destes sobre os desdobramentos na gestão ambiental municipal após o curso de capacitação.

O questionário foi enviado por e-mail via ferramenta *Google docs* aos concluintes do curso. Paralelamente ao envio do questionário, as 230 pessoas cadastradas foram contatadas por meio de ligação telefônica. Destas, apenas 91 atenderam a ligação. O contato telefônico teve como objetivos: divulgar a presente pesquisa e saber se receberam o questionário via e-mail, bem como incentivá-los a responder, caso não tivessem feito ainda, e atualização do e-mail caso fosse necessário além de checar se ainda estavam presentes na prefeitura na área ambiental.

Foi definida uma amostragem a partir dos 230 nomes cadastrados. A determinação da amostra foi feita com base na fórmula para cálculo do tamanho mínimo da amostra de acordo com Barbetta (2006), onde: N número (número de gestores) = 230; n tamanho (número de elementos) da amostra; n_0 uma primeira aproximação do tamanho da amostra e E_0 erro amostral tolerável = 0,12 (probabilidade de 90% de significância), definindo-se a amostra mínima com 53 questionários.

$$n_0 = 1/E_0^2$$

$$= 1/0,12^2 = 69,4$$

$$n = N \cdot n_0 / (N + n_0)$$

$$= 230 \cdot 69,4 / (230 + 69,4)$$

$n = 53$ (amostra necessária a ser utilizada num erro amostral de 12%)

Após a realização de um pré-teste, o envio do questionário foi realizado entre os meses de março e julho de 2014. Apesar do contato telefônico e do reenvio dos questionários (oito vezes) aos 230 e-mails disponibilizados pelo cadastro, 67 pessoas responderam ao questionário.

Para análise, os dados das questões fechadas foram sistematizados no programa SPSS e apresentados em forma de gráficos

e tabelas com as devidas porcentagens. As respostas abertas foram analisadas de acordo com a metodologia de análise de conteúdo de Bardin (2011). Para isso, fez-se a delimitação dos objetivos da análise das perguntas relacionadas ao Programa. Em seguida, estas, passaram pelo processo de categorização, utilização de termos chave para indicar o significado central das perguntas, e, por fim, a interpretação inferencial das respostas dadas pelos entrevistados, realizando o discurso a partir destas.

Quando as falas foram transcritas de forma integral, o nome dos entrevistados foi substituído por número e uma breve descrição do perfil: sexo e formação profissional.

3 Resultados e discussões

3.1 Perfil dos entrevistados

Dos 67 entrevistados, 29 (43%) são do sexo feminino, e 38 (57%), do sexo masculino. Se comparado com o total de participantes do PNC apresentados no cadastro, verificou-se que 68 são do sexo feminino (29,5%), e 162 são do sexo masculino (70,5 %). Pode-se afirmar que vertentes relacionadas ao tema ambiental vêm manifestando um acentuado interesse dos diferentes gêneros em virtude da sua atualidade e democratização participativa (DARÓS, 2011).

Quanto à faixa etária, 12 (18%) possuem a idade entre 18 e 30 anos; 32 (48%) entre 30 e 45 anos; 22 (33%) entre 45 e 60 anos e um (2%) acima de 60 anos.

De acordo com os resultados obtidos, 43 (64,2%) dos entrevistados possuem ensino superior completo. Apenas dez (15%) dos participantes possuem o ensino médio completo e dois (3%), ensino médio incompleto. Convém registrar também que cinco entrevistados (7,5%) afirmaram possuir ensino superior incompleto, cinco (7,5%) possuem mestrado, e dois (3%) possuem o título de doutorado.

Quando questionados sobre o local de residência, 55 (82,1%) responderam que residem em área urbana, e 12 (17,9%) dos entrevistados residem em área rural. Fazendo-se uma correlação entre a escolaridade e residência do total de entrevistados, pode-se observar que, dos 55 entrevistados que residem em área urbana, 36 (54%) possuem

ensino superior completo, nove (14%) ensino médio completo e cinco (8%) mestrado. Dos 12 entrevistados que residem em área rural, sete (11%) possuem ensino superior completo,

dois (3%) ensino superior incompleto, um (1,5%) ensino médio incompleto, um (1,5%) ensino médio completo e um (1,5%) doutorado (Quadro 1).

Escolaridade X Residência	Residência		Entrevistados (Número)
	Rural	Urbana	
Ensino Médio Incompleto	1	1	2
Ensino Médio Completo	1	9	10
Ensino Superior Incompleto	2	3	5
Ensino Superior Completo	7	36	43
Mestrado	0	5	5
Doutorado	1	1	2
Total de Entrevistados	12	55	67

Quadro 1 – Correlação entre a escolaridade e residência, rural e urbana, dos entrevistados que participaram do Programa Nacional de Capacitação em Sergipe, São Cristóvão, 2014.

Fonte: dados da pesquisa.

a) Atuação profissional

Dos entrevistados, 58 (82%) afirmam que estão, atualmente, trabalhando, e nove (18%) não. Com relação à área de atuação profissional, constatou-se que 33% possuem empregos relacionados à área ambiental, 46% não trabalham nessa área, supostamente pelo motivo da mudança de gestão da prefeitura, que ocorre a cada quatro anos, e 21% não responderam a esse quesito.

Fazendo a correlação entre a escolaridade e o tempo de trabalho na área ambiental

dos entrevistados, constatou-se que, dos 67 entrevistados, 21(31,3%) possuem ensino superior completo e trabalham há mais de cinco anos na área ambiental, três (4,5%) possuem mestrado e estão há dois anos trabalhando na área ambiental, sete (10,5%) possuem ensino médio completo e trabalham há três anos na área ambiental e, um (1,5%) possui ensino superior incompleto e trabalha há três anos na área ambiental. Trinta e cinco entrevistados (52,2%) não responderam a esse quesito, supostamente por não estarem atuando na área ambiental (Quadro 2).

Escolaridade X Tempo na Área Ambiental	Tempo na área ambiental (anos)	Percentual	Número de Entrevistados
Ensino Médio Completo	3	10,5%	7
Ensino Superior Completo	Mais de 5 anos	31,3 %	21
Mestrado	2	4,5%	3
Ensino Superior Incompleto	3	1,5%	1
Não responderam	-----	52,2%	35
Total de Entrevistados	-----	-----	67

Quadro 2 – Correlação entre a escolaridade e tempo de trabalho na área ambiental dos entrevistados que participaram do Programa Nacional de Capacitação em Sergipe, São Cristóvão, 2014.

Fonte: dados da pesquisa.

Quando questionados sobre as experiências na área ambiental, dos entrevistados, nove (14%) responderam. Todos possuem ensino superior completo (engenharia ambiental, agrônômica e civil; biologia; licenciatura em campo e ciências sociais)

e estão há mais de cinco anos trabalhando na área ambiental (educação ambiental, ONG's e licenciamento ambiental, junto ao INCRA/SE).

Convém ressaltar que nem todos os entrevistados que afirmam possuir experiência

na área ambiental, possuem formação específica nessa área.

Para Darós (2011) as variáveis básicas que buscam constituir um perfil mínimo definido estão relacionadas a escolaridade, cargo e tempo de trabalho na área ambiental, obtendo dessa forma uma base situacional dos servidores nas estruturas ambientais locais além de indiretamente refletir na confiabilidade dos dados.

Quanto às experiências na área profissional, os entrevistados afirmaram que possuem experiência na gestão ambiental pública e no licenciamento ambiental, com um convívio direto com conflitos voltados aos recursos naturais, maior entendimento acerca da importância da educação ambiental

e gerenciamento da coleta de resíduos sólidos. Outro ponto destacado foi o desenvolvimento de projetos e palestras nas escolas municipais, maior aptidão de como recuperar matas ciliares degradadas, aliada a mobilização com os produtores rurais das áreas.

3.3 Satisfação em relação ao Programa Nacional de Capacitação (PNC)

Quando questionados sobre a satisfação do PNC, constatou-se que 29 (43,3%) classificaram o PNC como bom, 29 (43,3%) como ótimo, e apenas nove (13,4 %) classificaram como regular. Vale ressaltar que nenhum dos 67 entrevistados classificou o PNC como péssimo ou ruim (Figura 1).

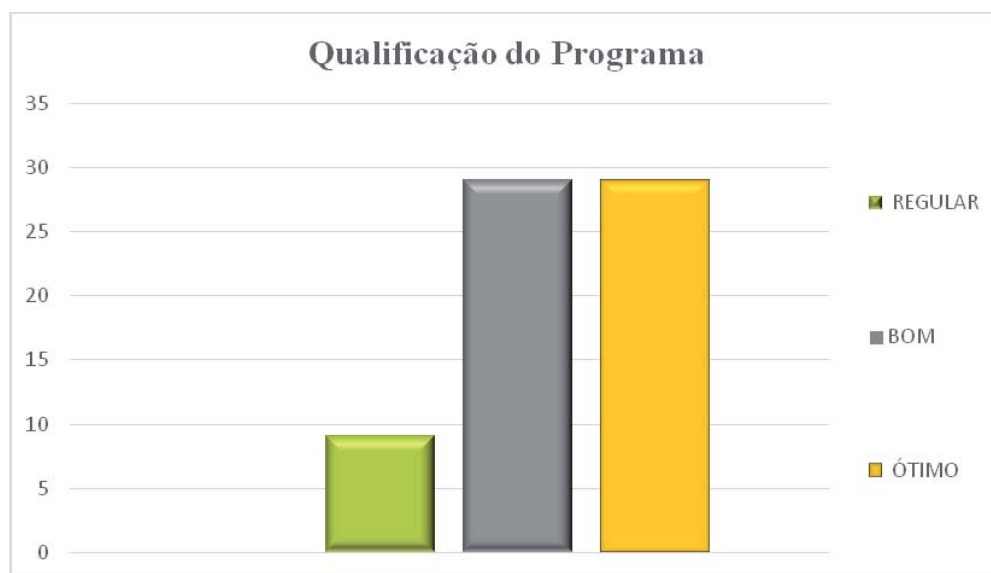


Figura 1 – Satisfação referente a qualificação do Programa Nacional de Capacitação, São Cristóvão, 2014.

Fonte: dados da pesquisa.

Quando questionados sobre qual ou quais dos seis passos estratégicos do PNC os entrevistados consideravam o mais importante, 28 (45%) dos entrevistados responderam que a Capacitação foi a mais importante; 13 (19%) responderam apoio a discussão, troca de informações e intercâmbio de experiências; 10 (15%) afirmaram ser a sensibilização e mobilização; seis (9%) referiram-se ao tópico Comitê Gestor Local (CGL); três (4,5) fizeram menção à etapa formalização do compromisso de adesão ao PNC e dois (3%) acompanhamento e avaliação.

Quanto aos benefícios do PNC para o crescimento profissional, dos 67 entrevistados, 62 (92%) responderam à questão. Esses afirmaram que o PNC ampliou o entendimento relacionado ao meio ambiente na área de gestão ambiental, criação, organização e estruturação de uma secretaria. Enfatizaram o maior esclarecimento de como é a atuação do Ministério do Meio Ambiente, a importância do SISNAMA em suas três esferas e a necessidade de estruturação para um maior fortalecimento a nível municipal. A importância do conhecimento das leis ambientais

e das políticas públicas do município foi ressaltada e, ainda, no desenvolvimento de práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas municipais, a ampliação de conhecimento adquirido, que permitiu a implantação de ações que possibilitaram um contexto melhor na condução das atividades locais, a exemplo, da instauração da coleta seletiva nos conjuntos habitacionais, melhor atuação nos procedimentos de licenciamento ambiental, reconhecimento que a gestão organizada e compartilhada é a base para a melhoria da qualidade ambiental.

Com relação à utilização dos conhecimentos do PNC na área que atuava na época, 32 dos entrevistados responderam (48 %), a exemplo do entrevistado n.25:

Com certeza, elaborei o projeto de ação, código municipal de meio ambiente e participei de todas as oficinas de resíduos sólidos. Foi muito importante, pena que os gestores não estão dando muita importância as questões ambientais. (Feminino, ensino superior completo, trabalha há 3 anos na área ambiental).

Os outros afirmaram que empregaram o conhecimento na análise de processos junto ao grupo de licenciamento do município e por meio do acompanhamento, junto aos técnicos da SEMARH, nos processos de mobilização dos atores municipais em reuniões para o acompanhamento de estruturação municipal, na elaboração da Agenda 21 e do Código Municipal de Meio Ambiente e no processo de inserção do município no Consórcio de Resíduos Sólidos. Estes, por sua vez, trabalham há mais de cinco anos na área ambiental e possuem formação em engenharia ambiental, agrônoma e ciências biológicas.

3.4 Desdobramentos na gestão ambiental municipal após o Programa Nacional de Capacitação

Quando questionados se o PNC trouxe avanço na gestão ambiental do município, 38 (57%) entrevistados responderam à questão, como podemos ver em uma das afirmações transcrita a seguir:

Sem dúvida, após a capacitação foi criada a secretaria de meio ambiente do município, e a partir daí, a lei foi praticada com mais rigor. (Masculino, Engenharia Civil, atuava

na época no município de Itabaiana e trabalha há mais de 5 anos na área ambiental).

Tal afirmação pode ser verificada por meio da notícia veiculada pela agência de notícias Infonet em 24 de abril de 2011. Nessa data, a agência divulga a assinatura do convênio junto à SEMARH, que autoriza a Prefeitura de Itabaiana a exercer as atividades de licenciamento ambiental no município (INFONET, 2011). O mesmo procedimento ocorreu recentemente em notícia veiculada pelo site A8 Sergipe (2014), em 9 de abril de 2014, o prefeito de Aracaju, assina o mesmo convênio com a SEMARH.

Para os entrevistados que possuem ensino superior completo e trabalham há mais de 5 anos na área ambiental, a gestão ambiental do município avançou de forma significativa após o PNC, inclusive, alguns projetos foram colocados em ação, houve a possibilidade de fazer licenciamentos simplificados, maior desenvolvimento em projetos de arborização urbana, oficinas de reciclagem e a realização de trilhas ecológicas para os estudantes do município.

Por outro lado, alguns entrevistados afirmaram que não houve avanço, uma vez que a gestão da época não colocou em prática e os que foram capacitados não puderam desenvolver nenhuma atividade, a não ser em seu próprio benefício.

A partir dos relatos dos entrevistados, verificou-se que alguns demonstraram vontade de colocar em prática tudo que aprenderam durante o PNC, porém a própria gestão limitou tal iniciativa. As respostas dos entrevistados a seguir, evidenciam os questionamentos citados anteriormente.

Não teve avanço, faltava o apoio da gestão. (Feminino; pedagogia; trabalhava no município de General Maynard na época do curso).

Por um período, com a mudança de gestão ficou difícil saber até se a Secretaria de Meio Ambiente existia. (Feminino; educação em campo; atuava no município de Cumbe; trabalha há mais de 5 anos na área ambiental).

Quando questionados sobre importância desses passos, dos 67 entrevistados, 59 (88 %) responderam à questão. Constatou-se que todos os possuem ensino superior completo e trabalham há mais de 5 anos na área ambiental.

Estes afirmaram que a capacitação proporcionou um maior conhecimento para os gestores municipais, maior entendimento acerca da estrutura do SISNAMA, também aprenderam como estruturar e fortalecer a gestão ambiental municipal e maior conhecimento da política ambiental.

Outro passo citado foi o CGL que viria a facilitar as liberações e as implementações de políticas públicas voltadas para as questões ambientais e as trocas de conhecimento e intercâmbio de experiências aumentaram a percepção dos gestores acerca da criação do comitê gestor local mais dinâmico.

Considerações finais

Com base nos resultados, constatou-se que a grande parte dos entrevistados alegou possuir ensino superior completo em diversas áreas. No entanto convém ressaltar que nem todos os entrevistados que afirmam possuir experiência na área ambiental, possuem formação específica nessa área.

No tocante ao grau de satisfação dos participantes, constatou-se que 43,3% classificaram o programa como bom, o mesmo valor foi apontado como ótimo e apenas 13,4% classificaram como regular. Quanto às mudanças na gestão ambiental municipal, não foi possível quantificar, porém alguns avanços foram apontados.

Para alguns entrevistados, o Programa Nacional de Capacitação trouxe avanço na gestão ambiental do município. Em contrapartida, outros mencionaram que não puderam colocar em prática o que aprenderam com o Programa por conta de empecilhos da própria gestão, o que mostra dessa forma as diferentes prioridades da gestão de cada município do Estado.

Por fim, é de extrema relevância que haja programas de capacitações contínuas, já que existem exonerações por conta do término das gestões, bem como uma definição e detalhamento quanto ao perfil dos gestores participantes. Assim, a gestão atual das prefeituras deve ser sensibilizada quanto à relevância da questão ambiental.

Referências

- A8SERGIPE [site]. 2014. *Prefeitura de Aracaju fica responsável pelo licenciamento ambiental do município*. Disponível em: <<http://a8se.com/conteudo/58/39552/prefeitura-de-aracaju-fica-responsavel-pelo-licenciamento-ambiental-do-municipio.html>>. Acesso em: 29 jul. 2014.
- ANTON, C. B. *Gestão Ambiental Pública: estudo exploratório na administração municipal de Estância Velha*. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22110/000647506.pdf?sequence=1&locale=pt_BR>. Acesso em: 1º set. 2013.
- BARBETTA, Pedro Alberto. *Estatística Aplicada às Ciências Sociais*. 6. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2006.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. ed. ver. e ampl. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2011.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Artigo 225. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 24 jan. 2014.
- DARÓS, Tatiane D. *Avaliação do Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais – PNC: um estudo de caso no estado do Paraná*. 2011. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento) – FAE - Centro Universitário, Curitiba, PR.
- INFONET cidade [site]. 2011. *Itabaiana terá órgão licenciador do meio ambiente*. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=112447>>. Acesso em: 29 jul. 2014.
- SERGIPE. Secretaria de Estado do Planejamento de Sergipe - SEPLAN. *Mapa territórios sergipanos*. Aracaju: GIGEC/SUPES/SEPLAN, 2007. Disponível em: <<http://www.sedurb.se.gov.br/modules/wfdownloads/singlefile.php?cid=1&lid=32>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

Produtividade e eficiência no setor agropecuário do nordeste brasileiro

Productivity and efficiency in the northeast brazil agricultural sector

Productivité et l'efficacité dans le secteur agricole du nord-est du Brésil

Productividad y eficiencia en el sector agrícola del noreste Brasil

Jair Andrade Araujo*

(jaraujoce@gmail.com)

Ansu Mancal*

(mancalansu@yahoo.com.br)

Recebido em 26/03/2015; revisado e aprovado em 15/07/2015; aceito em 23/07/2015

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1518-70122015213>

Resumo: Esse artigo analisa a produtividade total dos fatores na região Nordeste do Brasil, a região brasileira que possui limitações em termos de recursos naturais para produção agrícola. Estima-se a fronteira de produção e determina-se o índice de produtividade total dos fatores (PTF) de Malmquist, o qual é decomposto nos índices de variação de eficiência e variação tecnológica. As conclusões indicam que o crescimento da PTF não foi homogêneo entre os estados nordestinos e que o setor agropecuário obteve ganhos de produtividade crescentes entre 1970 a 2006..

Palavras-chave: Agricultura do Nordeste. Produtividade. Crescimento Econômico.

Abstract: This article analyzes the total factor productivity in the Northeast region of Brazil, being a region that has limitations in terms of natural resources for agricultural production. Was estimated a production frontier and determined the Malmquist total factor productivity (TFP) index, which is decomposed in the rates of efficiency and technological change. The conclusions indicate that TFP growth was not homogeneous between the northeastern states, and that agricultural sector obtained increasing gains of productivity from 1970 to 2006.

Key words: Agriculture of Northeast. Productivity. Economic growth.

Résumé: Cet article analyse la productivité totale des facteurs dans la région nord-est du Brésil, et la région brésilienne qui a ses limites en termes de ressources naturelles pour la production agricole. La frontière de la production est estimée et qui détermine le taux de productivité totale des facteurs (PTF) de Malmquist, qui est décomposé dans les taux de variation de l'efficacité et du changement technologique. Les résultats indiquent que la croissance de la PTF n'a pas été homogène dans les États du nord et le secteur agricole a enregistré des gains de productivité accrue 1970-2006.

Mots-clés: Agriculture dans le Nord-Est. la productivité. la croissance économique.

Resumen: En este artículo se analiza la productividad total de los factores en la región nordeste de Brasil, y la región brasileña que tiene limitaciones en términos de recursos naturales para la producción agrícola. La frontera de producción se estima y que determina la tasa de productividad total de los factores (PTF) de Malmquist, que se descompone en las tasas de cambio de la eficiencia y el cambio tecnológico. Los resultados indican que el crecimiento de la PTF no fue homogénea en los estados del noreste y el sector agropecuario tuvo ganancias de aumento de la productividad 1970-2006.

Palabras clave: Agricultura en el Nordeste. la productividad. el crecimiento económico.

1 Introdução

O setor agrícola brasileiro apresenta diferenças regionais no que se refere aos recursos naturais e às características da produção; essas diferenças podem ter impactos diferenciados sobre a eficiência da produção agrícola entre as regiões.

A região Nordeste, por suas limitações em termos de recursos naturais para produção agrícola no que se concentra a sua principal fonte de renda do meio rural, atribui à baixa produtividade dos fatores uma das causas

da pobreza. De acordo com Ferreira (2010), a baixa produtividade é a principal causa do atraso, existindo consenso de que a diferença da produtividade total dos fatores explica uma grande parte da diferença de renda, ou seja, uma área ou localidade é mais pobre porque é muito menos eficiente em organizar a sua produção e empregar os insumos.

Diante desse contexto, este trabalho pretende analisar a Produtividade Total dos Fatores (PTF) no Nordeste do Brasil e fazer sua decomposição pelo índice de Malmquist, tendo em vista as informações divulgadas no

* Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil.

último censo agropecuário, para permitir a obtenção de novos resultados para a economia da região com as últimas informações disponíveis. Esse tema é de extrema importância regionalmente e deve ser devidamente atualizado, pois, além de realizar estudo, inclui as informações do censo agropecuário de 2006.

2 Revisão de Literatura

Por muitos anos, tem-se discutido o papel da produtividade agrícola no desenvolvimento.

Gerações de economistas desenvolvimentistas têm dado ênfase à produtividade de agricultura como uma parte essencial para o sucesso de uma estratégia de desenvolvimento. De acordo com a visão baseada em parte na revolução industrial, existe uma relação positiva entre a produtividade agrícola e a industrialização.

Conforme Lopes et al. (2012), a agricultura é o setor em constante transformação, a rapidez do processo de modernização tem alta capacidade de transformação dos estabelecimentos levando-os a atingir elevados níveis de renda agrícola, mas os estabelecimentos que não acompanham essas mudanças ficam estagnados aumentando as disparidades de renda no setor.

Segundo Mendes et al. (2009), o Brasil reduziu significativamente, desde a década de 1980, os investimentos em infraestrutura, o que possivelmente comprometeu a produtividade total dos fatores e a competitividade da agropecuária.

A partir da década de 1990, a adoção de mecanismos modernos de política agrícola fez com que, mesmo com a redução dos gastos públicos na agricultura, a iniciativa privada se sentisse incentivada a conceder crédito ao setor, o qual pode em parte explicar o aumento na taxa média de crescimento

da produtividade total dos fatores agrícola, principalmente a partir de 2001.

Nessa mesma perspectiva, Rocha et al. (2013) destacam que a agricultura brasileira apresentou importantes transformações em sua estrutura, nesse processo.

O governo vem sustentando esse setor por meio de política direcionada ao desenvolvimento tecnológico, e os resultados mostraram que, nas regiões menos desenvolvidas, os investimentos em ciência, tecnologia e inovação precisam ser complementados com investimentos em infraestruturas.

Conforme Gomes et al., (2009), para a economia nordestina, a agropecuária possui uma representação expressiva; da forma como se deu o processo de mudanças tecnológicas no Brasil, torna-se necessário analisar as características regionais da estrutura produtiva agrícola.

Nesse sentido, destacam ainda que a agropecuária nordestina apresentou ganhos na produtividade total de fatores no período de 1996 a 2006.

A análise do desempenho da agropecuária do Nordeste a partir da taxa de variação do seu Produto Interno Bruto (PIB) e da sua participação proporcional na renda total da região (Figura 1) revela que, a partir da década de 70, a participação da agropecuária vem caindo. No entanto isso não quer dizer que ela está perdendo sua importância.

Na Figura 1, à frente, percebe-se que a renda da agropecuária no Nordeste Brasileiro apresenta variações anormais, ou seja, sem seguir uma tendência lógica de aumento ou redução, os quais podem ser em parte, atribuídos às variações climáticas com que essa região historicamente se depara. Em várias outras regiões do mundo, também se enfrentam situações semelhantes, algumas até piores, problemas estes já superados por meio da educação associada ao desenvolvimento tecnológico.

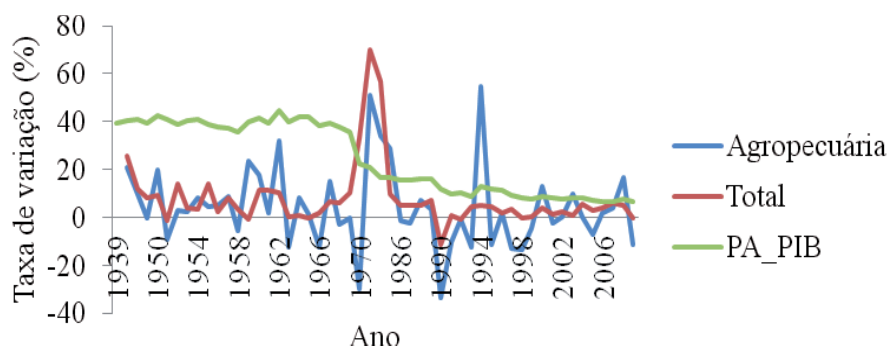


Figura 1 – Taxa de variação do Produto Interno Bruto Total, Produto Interno Bruto da Agropecuária e a Proporção da Agropecuária no total do nordeste brasileiro de 1939 a 2009.

Fonte de dados: IPEA, 2011.

No período de 1970 a 2000, a produtividade total de fatores na região nordeste apresentou um padrão comportamental semelhante à ocorrida em todo o país, mas em níveis expressivamente mais baixos. O Nordeste parece não se beneficiar do aumento da produtividade demonstrado pelo Brasil na década de 1990 (BEZERRA; MELO, 2007).

3 Material e métodos

3.1 Área de estudo

A área geográfica do estudo é a região Nordeste do Brasil, que possui uma área de 1.554.291,607 Km² e uma população de 53.081.950 habitantes. Na região há 2.454.060 estabelecimentos agropecuários que ocupam uma área de 76.074.411 ha (IBGE, 2006).

Os dados utilizados são referentes ao valor da produção agropecuária dos anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995 e foram obtidos junto ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2011). Já os dados referentes ao ano de 2006 e os de área, tratores e o pessoal ocupado (o total das pessoas que estão trabalhando nos estabelecimentos) foram obtidos nos censos agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os estados nordestinos constituem unidades de observação totalizando nove unidades, e o período de estudo se estende de 1970 a 2006. Considera-se como variável dependente no modelo a ser estimado o valor da produção agropecuária, e as outras variáveis constituem variáveis explanatórias. Destaca-se que todos os valores monetários utilizados foram corri-

gidos pelo deflator implícito do PIB para o ano de 2006. O limite superior da amostra é ano de 2006 e se justifica pela disponibilidade do último censo agropecuário disponível.

A terra é representada pela área plantada e é o principal fator de produção agrícola. A sua degradação se constitui numa das maiores preocupações não só no sentido econômico, como também social no referente à manutenção da vida humana. Portanto a sua produtividade e a eficiência no seu uso são relevantes no que se refere à economia rural.

O pessoal ocupado (aqui representando o fator trabalho ou mão de obra) na agropecuária da região Nordeste, com exceção das propriedades voltadas mais para a subsistência, que mostra uma relação pessoas por área maiores que nas propriedades vistas como uma empresa agrícola, é um indicador de nível tecnológico dos produtores agrícolas; quanto mais tecnificados forem, a tendência é reduzir o número de pessoal necessário para desenvolvimento das atividades produtivas. Mas essa relação não se aplica a propriedades familiares, haja vista que os trabalhadores são os próprios proprietários, e a elevação do nível tecnológico não necessariamente se traduzirá em redução dos funcionários e, como a área de estudo é a região nordeste onde predominam as propriedades familiares, a produtividade e a eficiência do trabalho devem receber a equivalente relevância do nível tecnológico.

A variável utilizada para representar o estoque de capital foi o número de tratores disponíveis nos estabelecimentos agropecuários.

3.2 O modelo de fronteira estocástica

A fronteira de produção é definida como a envoltória das funções de produção dos estados mais produtivos. Esse conceito

se baseia na hipótese de que todos os estados têm acesso potencial à mesma tecnologia. A forma funcional adotada é uma função de produção de fronteira estocástica agrícola de i -ésimo estado, é definida como:

$$Y_{it} = f(x_{it}; \beta_{it}) + \varepsilon_i \quad i = 1, 2, \dots, N; j = 1, 2, \dots, J; t = 1, 2, \dots, T;$$

Em que: Y_{it} representa o vetor do valor do produção do i -ésimo estado no período t ; X_{it} é o vetor de fatores de produção; β é o vetor de parâmetros a serem estimados; t é o tempo e $\varepsilon_i = v_i + u_i$. Note-se que o termo ε_i representa o erro composto que está dividido entre esses dois componentes. O primeiro assume a forma de uma distribuição normal, e o outro dado por u_i com distribuição assimétrica, mede a eficiência técnica por meio da diferença entre o produto observado e o

produto na fronteira. Esse termo pode assumir várias hipóteses quanto à lei estatística como, half-normal, a exponencial, a gamma, entre outras. Nesse trabalho, a distribuição normal-exponencial para o erro unilateral mostrou-se mais adequada.

No caso em que a forma funcional especificada para a tecnologia de produção agrícola nordestina para dados em painel, foi estimada uma função Cobb-Douglas¹ dada por:

$$\ln Y_{it} = \beta_0 + \beta_A \ln A_{it} + \beta_L \ln L_{it} + \beta_K \ln K_{it} + \beta_t t + v_{it} - u_{it}$$

Em que: Y_{it} representa o vetor do valor do produção do i -ésimo estado no período t ; X_{it} é o vetor de fatores de produção compostos por Área (A), Trabalho (L) e Capital (K); β é o vetor de parâmetros a serem estimados; t é o tempo. De acordo com essa formulação, obtém-se a produtividade total dos fatores, que será em seguida decomposta.

A decomposição da PTF já foi utilizada por alguns autores por meio do conhecido índice de Malmquist, que compõe o Índice de Produtividade Total em dois componentes, variação tecnológica e variação de eficiência.

3.3 O Índice de Malmquist

A metodologia de análise foi descrita em Coelli et al. (1998), para obter a estimação de variação na PTF e decompô-la em suas

componentes de mudança – mudança técnica e na eficiência técnica.

Coelli et al. (1998) propuseram a mensuração do crescimento da Produtividade Total de Fatores, sendo a soma da variação no componente eficiência e a variação no componente técnica. A tecnologia de produção, para um dado período t , pode ser definida usando o conjunto de produção, $P(x_t)$, o qual representa todo vetor de produtos, q_t , que podem ser produzidos usando um vetor de insumos x_t : $P(x_t) = \{q_t : x_t \text{ pode produzir } q_t\}$. Considera-se a função distância produto-orientado, Segundo Coelli et al. (1998), a função distância do produto é definido no conjunto de produção $P(x)$ como: $d_0(x, q) = \inf\{\delta : (q|\delta) \in P(x)\}$.

O uso de $\inf$ (que significa ínfimo) em vez de $\min$ (que significa mínimo) se refere ao rigor do modelo, porque permite a possibilidade de que o mínimo pode não existir. A função distância $d_0(x, q)$ terá um valor menor ou igual a um, se o vetor de produto q for um elemento do conjunto de produção factível, $P(x)$.

O valor da função distância orientada pelo produto, para um estado que utiliza o nível de insumo x no período t para produzir o produto q_t , corresponde à razão entre a distância do produto q_t do i -ésimo

¹ Utilizou-se o teste de razão de verossimilhança com a finalidade de determinar a forma funcional adequada da função da fronteira estocástica de produção. O valor da razão de verossimilhança superou o valor crítico da estatística χ^2 com nível de significância de 5% em favor do modelo Cobb-Douglas. Destaca-se que esse modelo foi testado ainda em comparação a outras funções, tais como: Translog, Solow neutra, Hicks neutra, entre outras, porém, o modelo aqui especificado foi aquele que melhor se adaptou aos dados aqui utilizados.

estado e a fronteira de possibilidades de produção, e pode ser representado da seguinte maneira: $d_0^t(x_t, q_t) = q_t / F(x_t)$, onde $F(x_t) = \max\{q_t : (x_t, q_t) \in P(x)\}$. $F(x_t)$ representa a produção máxima o que pode ser obtido dada a tecnologia e o nível de insumo dado.

O índice de Malmquist é definido pelo conceito de funções distâncias, as quais permitem descrever uma tecnologia de produção sem especificar uma função objetivo comportamental. Essas funções distância podem ser definidas orientada pelo insumo ou orientada pelo produto. Já o índice de PTF de Malmquist mede a mudança na PTF entre dois períodos, calculando-se a razão da distância de cada período em relação a uma tecnologia comum. Se a tecnologia do período t é usada como referência, o índice de mudança de PTF de Malmquist (Produto-orientado) entre período s e período t pode ser escrito da seguinte forma (COELLI et al.,

$$1998): m_0^t(q_s, x_s, q_t, x_t) = \frac{d_0^t(q_t, x_t)}{d_0^t(q_s, x_s)}.$$

Se a tecnologia do período s for usada como referência, esse índice é definido como: $m_0^s(q_s, x_s, q_t, x_t) = \frac{d_0^s(q_t, x_t)}{d_0^s(q_s, x_s)}$. Em que: $d_0^t(q_t, x_t)$ é a função distância orientada pelo produto no período t , e $d_0^s(q_s, x_s)$ é a função distância orientada pelo produto no período s . Um valor de m_0 maior que um indica aumento de PTF de período s para período t , e um valor de m_0 menor que um mostra declínio na PTF entre os dois períodos.

Esses dois índices são equivalentes somente se a tecnologia é Hicks neutro, isto é, se a função distância do produto pode ser representada com $d_0^t(q_t, x_t) = A_t d_0(q_t, x_t)$ para todo t . Para evitar a imposição dessa restrição e a escolha arbitrária de uma ou outra forma de expressão do índice, o índice de PTF de Malmquist é frequentemente definido com uma média geométrica desses dois índices (COELLI et al., 1998):

$$m_0(q_s, x_s, q_t, x_t) = \left[\frac{d_0^s(q_t, x_t)}{d_0^s(q_s, x_s)} \times \frac{d_0^t(q_t, x_t)}{d_0^t(q_s, x_s)} \right]^{1/2}$$

A função da distância nesse índice de produtividade pode ser rearranjada para mostrar que é equivalente ao produto de índice de variação da eficiência técnica e o índice de mudança técnica dado por:

$$m_0(q_s, x_s, q_t, x_t) = \frac{d_0^t(q_t, x_t)}{d_0^s(q_s, x_s)} \left[\frac{d_0^s(q_t, x_t)}{d_0^s(q_s, x_s)} \times \frac{d_0^t(q_t, x_t)}{d_0^t(q_s, x_s)} \right]^{1/2}.$$

sendo:

$$Var. \text{ da efic. técnica} = \frac{d_0^t(q_t, x_t)}{d_0^s(q_s, x_s)}$$

$$Var. \text{ técnica} = \left[\frac{d_0^s(q_t, x_t)}{d_0^s(q_s, x_s)} \times \frac{d_0^t(q_t, x_t)}{d_0^t(q_s, x_s)} \right]^{1/2}.$$

Isso mostra que o índice de produtividade total de Malmquist pode ser decomposto nos índices de variação de eficiência técnica e variação técnica, pode-se desta forma identificar qual desses dois índices apresenta maior influência sobre a variação da PTF.

4 Resultados e discussão

O conjunto total de dados é constituído de um painel com 54 observações, a partir das quais foi estimada a fronteira de produção estocástica para a região Nordeste do Brasil. Os resultados quanto à estimativa dos parâmetros dessa função estão explícitos na Tabela 1.

As variáveis significantes foram área plantada considerada o principal fator de produção agrícola, o pessoal ocupado que representa o trabalho na agropecuária da região Nordeste e o capital que é representado pelo número de tratores utilizados na agricultura, enquanto que o tempo não apresentou resultados significativos.

Contudo a variável área plantada não apresentou resultados esperados. Talvez isso seja explicado devido à má utilização desse insumo nos estados do Nordeste. De qualquer modo, esses resultados corroboram com Marinho e Carvalho (2004) e Bragagnolo (2012), que encontram uma relação negativa entre essa variável e a produção na agricultura no Brasil ao utilizarem informações dos últimos censos agropecuários.

Tabela 1 – Estimativa dos parâmetros da fronteira de produção do setor agropecuário do Nordeste do Brasil – 1970 a 2006.

Variável	Coefficientes Estimados	Desvio-padrão	P > z
β_0	1,936	0,616	0,00
$\ln A (\beta_A)$	-0,429	0,076	0,00
$\ln L (\beta_L)$	1,279	0,102	0,00
$\ln K (\beta_K)$	0,255	0,049	0,00
$T (\beta_t)$	0,039	0,035	0,25
σ_v	0,144		
σ_u	0,250		
σ^2	0,083		
γ	1,739		
LR	-4,219		

Fonte: Acervo dos Autores.

Através do resultado, é possível observar que o fator trabalho ainda é o mais importante na agropecuária da região, mostrando um impacto maior (1,27) sobre o valor da produção agrícola. Isso significa que se deve dar uma atenção prioritária à qualificação da mão de obra rural, haja vista a sua importância relativa no setor agropecuário nordestino.

De certa forma, pode-se dizer que o crescimento da agricultura no Nordeste exige um profissionalismo na atividade produtiva, de modo a dar manutenção ao espaço já conquistado e expandir ainda mais o fortalecimento e

participação do setor. Através da qualificação da mão de obra, podem-se aumentar as oportunidades tanto para produtores como para população rural como um todo por meio do efeito transbordamento dos ganhos agrícola com exportações nas economias locais.

Nas Tabelas 2 e 3, são apresentados os resultados referentes às variações da eficiência técnica e as variações tecnológicas para a região Nordeste com seus Estados, que constituem a decomposição da produtividade total dos fatores, considerando-se as tecnologias disponíveis para os estados e para a região.

Tabela 2 – Variação da Eficiência Técnica do setor agropecuário dos Estados nordestinos e do Nordeste do Brasil.

VET					
Estados	1975	1980	1985	1996	2006
Maranhão	1,031	1,038	1,047	1,057	1,070
Piauí	1,093	1,112	1,134	1,161	1,194
Ceará	1,013	1,017	1,022	1,028	1,035
Rio Grande do Norte	0,994	0,994	0,995	0,995	0,997
Paraíba	1,027	1,033	1,041	1,050	1,062
Pernambuco	0,995	0,996	0,997	0,998	1,000
Alagoas	0,988	0,987	0,987	0,986	0,986
Sergipe	1,048	1,059	1,071	1,086	1,104
Bahia	0,998	0,999	1,001	1,003	1,006
Nordeste	1,020	1,025	1,032	1,039	1,048

Fonte: Acervo dos Autores

Verifica-se, na Tabela 2, que os estados que se destacaram quanto à variação da eficiência técnica foram Piauí (19,41%), Sergipe (10,45%) e Maranhão (7,02%); e os estados de Alagoas e Rio Grande do Norte tiveram queda de 1,34% e 0,29%, respectivamente no período estudado. A região Nordeste apresentou uma variação de 4,89%. De acordo com Helfand

e Pereira (2012), os níveis mais elevados de educação formal aumentam a eficiência dos agricultores e, assim sendo, esses resultados podem ser atribuídos aos reflexos de ganhos em termos de níveis educacionais na região, em particular na área rural. No entanto essa verificação não faz parte do objeto de estudo neste artigo.

Os resultados sobre as variações tecnológicas nas regiões estudadas são apresentados na Tabela 3. Nota-se que ocorreram avanços, ou seja, houve deslocamento da fronteira de produção. Destacam-se os resultados da variação tecnológica dos estados do Rio Grande do Norte (10,20%), Pernambuco (9,01%), Bahia (8,82%), Alagoas (8,67%), Maranhão (8,53%) e Paraíba (8,31%). Já a região Nordeste apresentou uma variação de 7,87%. Nota-se que o Piauí teve o pior desempenho, de 3,13%, entre os estados nordestinos.

Esses resultados corroboram com os de Gomes *et al.* (2009), no estudo sobre a produtividade total de fatores na Agropecuária Nordestina. Esses autores verificaram uma redução na relação trabalho/capital, considerando-a como mudanças tecnológicas, demonstraram que a função de produção agropecuária passou a ser mais intensiva em capital, relativamente ao trabalho e salienta que o Nordeste apresentou ganhos crescentes tanto na variação da eficiência técnica, quanto na variação tecnológica.

Tabela 3 – Variação Tecnológica do setor agropecuário dos Estados nordestinos e do Nordeste do Brasil.

VT					
Estados	1975	1980	1985	1996	2006
Maranhão	1,007	1,015	1,029	1,053	1,085
Piauí	0,979	0,982	0,991	1,007	1,031
Ceará	1,011	1,019	1,032	1,052	1,078
Rio Grande do Norte	1,022	1,032	1,047	1,070	1,102
Paraíba	1,008	1,016	1,030	1,052	1,083
Pernambuco	1,019	1,028	1,042	1,063	1,090
Alagoas	1,021	1,030	1,042	1,062	1,087
Sergipe	0,998	1,004	1,016	1,036	1,064
Bahia	1,018	1,027	1,040	1,061	1,088
Nordeste	1,009	1,017	1,030	1,050	1,078

Fonte: Acervo dos Autores.

De acordo com as variações na eficiência técnica e tecnológicas, encontram-se as variações da produtividade total dos fatores em cada ano, para cada estado da região Nordeste e foram apresentados na Tabela 4. Note que todos os Estados que a constituem obtiveram ganhos crescentes de produtividade.

Segundo Faria (2012), ocorreu mudança na distribuição espacial da produtividade do fator terra (área) no Brasil, e os principais

estados afetados positivamente com essas mudanças no padrão espacial da produtividade da terra localizam-se no Nordeste e no Centro-Oeste. Essa alteração na produtividade da terra estimulou o deslocamento de parte dos recursos em direção às atividades desses Estados e podem explicar em parte os ganhos obtidos nas variações das eficiências técnicas observadas para a região.

Tabela 4 – Variações da produtividade total dos fatores do setor agropecuário dos Estados nordestinos e do Nordeste do Brasil.

PTF					
Estados	1975	1980	1985	1996	2006
Maranhão	1,039	1,055	1,078	1,113	1,161
Piauí	1,070	1,092	1,124	1,170	1,231
Ceará	1,025	1,037	1,055	1,082	1,117
Rio Grande do Norte	1,016	1,026	1,042	1,066	1,098
Paraíba	1,035	1,050	1,073	1,106	1,150
Pernambuco	1,015	1,024	1,039	1,061	1,090
Alagoas	1,009	1,017	1,029	1,048	1,072
Sergipe	1,047	1,064	1,089	1,125	1,175
Bahia	1,016	1,026	1,041	1,064	1,094
Nordeste	1,030	1,043	1,063	1,092	1,131

Fonte: Acervo dos Autores.

Os estados que se destacam quanto à variação da produtividade total dos fatores no período foram: Piauí (23,15 %); Sergipe (17,52%) Maranhão (16,15 %) e Paraíba (15,03%). A região apresentou uma variação de 13,14% (Tabela 4). Esses resultados corroboram com Marinho e Carvalho (2004), que estudaram o crescimento do setor agropecuário no Nordeste e encontraram variação positiva na PTF nas últimas décadas. Esses autores encontraram que os melhores desempenhos com relação ao crescimento da PTF na região foram os estados do Maranhão (24,5%), Paraíba (13,5%) e Rio Grande do Norte (12%), no período de 1970 a 1996. Gasques et al. (2010), utilizando outra metodologia, mostraram que aconteceu crescimento de produtividade total dos fatores em todos os estados do nordeste no período entre 1970 e 2006.

Na Tabela 5, são apresentados os resultados do índice acumulado das variações da eficiência técnica, variações tecnológicas e da produtividade total dos fatores na Agropecuária Nordestina. Observa-se que a região Nordeste apresenta ganhos de eficiência técnica de 7,35% comparando-se com o período inicial. Em relação à variação tecnológica, a região também apresenta ganhos de 6,55% durante todo o período.

Tabela 5 – Índices cumulativos de variação tecnológica, da eficiência técnica e da Produtividade Total dos Fatores do setor agropecuário do Nordeste.

Período	VET	VT	PTF
1970	1,000	1,000	1,000
1975	1,020	1,009	1,030
1980	1,047	1,027	1,075
1985	1,080	1,058	1,143
1996	1,123	1,112	1,249
2006	1,178	1,199	1,413
Média	1,073	1,065	1,143

Fonte: Acervo dos Autores.

Os resultados mostram ganhos acumulativos de produtividades total na região Nordeste na ordem de 14,38%, influenciada pelos efeitos positivos da variação da eficiência técnica e tecnológica. Esses resultados corroboram com Marinho e Carvalho (2004); segundo esses autores, na região Nordeste, as lavouras com mais alto valor comercial passaram a ocupar os percentuais mais elevados

na composição do valor total da produção agropecuária e contribuíram para o crescente acúmulo da PTF na agricultura do Nordeste entre 1970 a 1996.

Os dados da Tabela 6 se referem às variações médias da eficiência técnica, tecnológicas e da produtividade total dos fatores em cada Estado e na região como um todo entre os anos de 1970 e 2006. Esses resultados médios confirmam as observações anteriormente destacadas sobre a produtividade e seus componentes.

Os resultados da Tabela 6 corroboram com Gomes et al. (2009), que em seu estudo sobre produtividade total dos fatores na região Nordeste no período de 1996 a 2006 observaram que a Agropecuária Nordestina apresentou, em média, aumentos de 25,9% na produtividade total dos fatores representando um ganho anual de 2,33%.

Tabela 6 – Variação média da eficiência técnica, tecnológicas e da produtividade total dos fatores no setor agropecuário dos estados e no Nordeste do Brasil – 1970 a 2006.

Estados	VET	VT	PTF
Maranhão	1,049	1,037	1,088
Piauí	1,138	0,998	1,136
Ceará	1,023	1,038	1,063
Rio Grande do Norte	0,995	1,054	1,049
Paraíba	1,043	1,037	1,082
Pernambuco	0,997	1,048	1,045
Alagoas	0,987	1,048	1,035
Sergipe	1,073	1,023	1,099
Bahia	1,001	1,046	1,048
Nordeste	1,033	1,037	1,071

Fonte: Acervo dos Autores.

As informações da Tabela 6 mostram que os ganhos da produtividade e de variações tecnológicas são nítidos nos estados do Nordeste. Nota-se que, com exceção dos estados de Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte, com variação na eficiência técnica abaixo de um, em quase todos os outros estados as variações na eficiência técnica, variações tecnológicas e de produtividade total de fatores encontram-se acima da unidade (1), seguindo uma tendência crescente. Sabe-se que os valores acima da unidade na análise de produtividade total de fatores indicam ganhos entre os dois momentos de tempo analisados, enquanto valores abaixo da

unidade indicam redução entre os períodos correspondentes.

Pode-se inferir que essa tendência crescente da produtividade total dos fatores no setor agrícola para Nordeste deve-se em parte ao aumento da importância das exportações no agronegócio da região, principalmente no setor das frutas, os quais, pela exigência quanto à competitividade para se permanecer no mercado e ganhar espaços internacionais, provocam ajustes estruturais em nível dos produtores, os quais se sentem obrigados a se tornarem cada vez mais eficientes para salvaguardar os benefícios econômicos desses mercados. Esses dados devem ser analisados em pesquisas futuras.

5 Considerações finais

O presente artigo analisa o crescimento da agricultura do Nordeste Brasileiro no período 1970 a 2006 e, para isso, utiliza-se de um modelo de fronteira estocástica para decompor a PTF da agricultura para cada estado.

O fator trabalho é o mais importante na explicação da taxa de variação do valor da produção agropecuária no Nordeste Brasileiro, o que mostra a necessidade de fortalecimento do capital humano no setor agropecuário, de modo a alcançar importantes resultados econômicos, principalmente no setor rural.

O setor agropecuário da região Nordeste obteve ganhos de produtividade total de fatores entre 1970 e 2006. Em outras palavras, está ocorrendo aproveitamento crescente das potencialidades agrícolas, que se tornam mais promissores com as implantações das infraestruturas públicas que permitem a criação de polos de produção agrícola continuada, por meio da agricultura irrigada.

Por fim, todos os estados apresentaram ganhos médios de produtividade total dos fatores (A, L e K). Nos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas, as variações tecnológicas tiveram maior influência que as variações na eficiência técnica no aumento da produtividade, o que mostra a necessidade de se priorizar a melhoria na qualidade da mão de obra, enquanto que o Piauí apresentou comportamento contrário, tendo maior influência na produtividade o componente de eficiência técnica.

Referências

- BEZERRA, J. F.; MELO, A. de S. A produtividade total dos fatores e o crescimento da economia do nordeste no período 1970 a 2000. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 38, n. 4, p.679-694, out./dez. 2007.
- BRAGAGNOLO, C. *Produtividade, crescimento e ciclos econômicos na agricultura brasileira*. 2012. 168p. Tese (Doutorado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – ESALQ/USP, Piracicaba, SP.
- COELLI, T. J.; RAO, D. S. P.; BATTESE, G. E. *An introduction to efficiency and productivity analysis*. 1. ed. Boston: Kluwer Academic Publishers, 1998.
- FARIA, W. R. *Modelagem do uso da terra e mensuração dos efeitos da mudança na produtividade agrícola entre 1996 e 2006 no Brasil*. São Paulo: Informações FIPE, 2012.
- FERREIRA, P. C. Eficiência e produtividade total dos fatores em Minas Gerais. *Ensaios Econômicos*, Rio de Janeiro, n. 705, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/professor/ferreira/TFPMG.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2013.
- GASQUES, J. G.; BASTOS, E. T.; BACCHI, M. R. P.; VALDES, C. Produtividade total dos fatores e transformações da agricultura brasileira: análise dos dados dos censos agropecuários. In: GASQUES, J. G. et al. (Org.). *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/Livro_agriculturabrasileira.pdf>. Acesso em: 29 out. 2013.
- GOMES, A. P.; ALCANTARA FILHO, J. L.; SCALCO, P. R. Eficiência, tecnologia e produtividade total dos fatores: uma análise das mudanças recentes na agropecuária do Nordeste. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA DO NORDESTE, 14., 2009, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: ANPEC/BNB, 2009.
- HELFAND, S. M.; PEREIRA, V. F. Determinantes da pobreza rural e implicações para as políticas públicas no Brasil. In: Buainain, A. M.; Dedecca, C.; Neder, H. (Org.). *A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas*. Brasília: Inter-American Institute for Cooperation on Agriculture, 2012. p. 121-160. Disponível em: <<http://www.iica.int>>, acesso em: 06/12/2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 set. 2013.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *Ipeadata. Agropecuária*. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2013.
- LOPES, I. V.; ROCHA, D. P.; LOPES, M. R.; BOMFIM, R. C. Perfis das classes de renda rural no Brasil. *Revista de política agrícola*, Brasília, v. 21, n. 2, p. 21-27, abr./jun. 2012.
- MARINHO, E.; CARVALHO, R. M. Comparações inter-regionais da produtividade da agricultura brasileira - 1970-1995. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 56-92, 2004.
- MENDES, S. M.; TEIXEIRA, E. C.; SALVATO, M. A. Investimentos em infra-estrutura e produtividade total dos fatores na agricultura brasileira: 1985-2004. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 63, n. 2, p. 91-102, 2009.

ROCHA, L. A.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S. Construindo competências tecnológicas na agricultura brasileira: articulando a política nacional de inovação com os investimentos em infraestrutura. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 18., 2013. *Anais...* Fortaleza, 2013.

Estratégias de desenvolvimento e a expansão das capacidades em um grupo produtivo de mulheres rurais assentadas

Development strategies and the expansion of capabilities in a productive group of settled rural women

Las estrategias de desarrollo y la expansión de la capacidad en un grupo productivo de mujeres rurales asentadas

Stratégie de développement et expansion des capacités d'un groupe productif composé de femmes d'un assentamento rural

Valdemar João Wesz Junior*

(jwes@yaho.com.br)

Recebido em 02/10/2014; revisado e aprovado em 24/10/2014; aceito em 22/11/2014

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/151870122015214>

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar como o acesso a diferentes atores e ativos possibilita a geração de capacidades que permitem criar trajetórias sustentáveis de reprodução socioeconômica e melhoria das condições de vida. O caso averiguado é o Grupo Pé-da-Serra, constituído por mulheres do Assentamento Santa Lúcia (Bonito, Estado do Mato Grosso do Sul, Brasil), onde as assentadas trabalham com a agregação de valor dos produtos do cerrado. A partir da aplicação de entrevistas semiestruturadas, este artigo aponta que o Grupo Pé-da-Serra proporcionou maior empoderamento e autonomia às integrantes, além do crescimento da renda familiar.

Palavras-chave: Grupo produtivo. Desenvolvimento local. Assentamento rural.

Abstract: This article aims at analyzing how access to different actors and assets enables generating capabilities which, in turn, may create sustainable trajectories of socioeconomic reproduction and enhancement in life conditions. The studied case is the group Pé-da-Serra, constituted by women from Santa Lúcia Settlement (Bonito, State of Mato Grosso do Sul, Brazil) where rural settled women work adding value to the cerrado products. Using semi-structured interviews, this article points out the importance of Pé-da-Serra group in providing greater empowerment and autonomy to his members, besides household's income growth.

Key words: Production group. Local development. Rural settlement.

Résumé: L'objectif de cet article est d'analyser comment l'accès d'un groupe productif à différents acteurs et actifs fait émerger de nouvelles capacités qui permettent de créer des trajectoires de reproduction socio-économiques et une amélioration des conditions de vie locales. Le cas d'étude est un groupe de femmes (Pé-de-Serra) appartenant à l'Assentamento Santa Lúcia (Bonito, État du Mato Grosso do Sul, Brésil) et dont l'une des principales activités consiste à chercher des moyens d'augmenter la valeur ajoutée des produits du Cerrado. Partir de l'application des entretiens semi-structurés, cet article fait remarquer que le groupe fourni une plus autonomisation et d'autonomie pour les membres, en plus de la croissance du revenu des ménages.

Mots-clés: Groupe productif. Développement local. Assentamento rural.

Resumen: El objetivo de este artículo es analizar cómo el acceso a diferentes actores y activos posibilita la generación de capacidades que permiten crear trayectorias sostenibles de reproducción socioeconómica y la mejora de las condiciones de vida. El caso examinado es el Grupo Pé-de-Serra, integrado por mujeres del Asentamiento Santa Lúcia (Bonito, Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil), donde las asentadas trabajan con la agregación de valor de los productos del Cerrado. A partir de entrevistas semiestruturadas, este artículo señala que el Grupo Pé-de-Serra proporcione mayor empoderamiento y autonomía a las integrantes, además del crecimiento de los ingresos familiares.

Palabras clave: Grupo productivo. Desarrollo local. Asentamiento rural.

1 Introdução

As atuais discussões acadêmicas sobre o desenvolvimento local têm partido de uma perspectiva multivariada que reconhece o caráter polissêmico dessa noção. Além de compreender a influência das distintas dimensões (sociais, econômicas, políticas, culturais etc.), rompe-se com as interpretações mais tradicionais que percebiam o desenvolvimento como

crescimento econômico, e o local, enquanto um espaço isolado e/ou com restritas relações com o nacional/global (OLIVEIRA, 2001). Uma das abordagens que reconhece essas diferentes dimensões, a importância dos distintos atores e a sua relação em vários níveis escalares é o *livelihoods approach*, o qual será utilizado neste trabalho.

O objetivo deste artigo é analisar como o acesso a diferentes atores e ativos possibilita

* Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil.

a geração de capacidades que permitem criar trajetórias sustentáveis de reprodução socioeconômica e melhoria das condições de vida. O caso averiguado é o Grupo Pé-da-Serra, constituído por mulheres do Assentamento Santa Lúcia (Bonito, MS), onde as assentadas trabalham com a agregação de valor aos produtos do cerrado através da elaboração de doces e geleias em uma agroindústria localizada na própria sede do Assentamento. Para tal análise, utiliza-se, principalmente, o *framework* proposto por Bebbington (1999) sobre os meios de vida (*livelihoods*).

Este artigo integra a pesquisa “O perfil dos grupos produtivos de mulheres localizados em áreas de reforma agrária” (BRUNO et al., 2010), demandada pela Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia do Ministério de Desenvolvimento Agrário (AEGRE/MDA). A partir da amostragem aleatória simples, em 2009 foram visitados cinco grupos produtivos nas diferentes regiões brasileiras, sendo que o autor deste artigo foi quem conduziu a pesquisa em Bonito/MS. O estudo baseou-se em metodologia qualitativa e foi conduzido mediante a aplicação de entrevistas em profundidade semiestruturadas. No Grupo Pé-da-Serra, foram entrevistadas quatro integrantes do Grupo de mulheres, dois maridos das participantes do projeto, três assentadas não integrantes do Grupo e dois atores externos envolvidos com o projeto¹.

Este trabalho está estruturado em quatro partes, além da Introdução e das Considerações Finais. Inicialmente apresenta-se a abordagem do *livelihoods* trazida por Bebbington (1999). Em seguida são resgatas algumas informações gerais sobre o município de Bonito, MS, e o Assentamento Santa Lúcia. Posteriormente analisa-se a estratégia do Grupo Pé-da-Serra a partir do acesso aos

diferentes atores da sociedade civil, do mercado e do Estado e da mobilização de distintos ativos de capital (como o natural, produzido, humano, social e cultural). Por fim, observa-se o “ganho de capacidade” obtido pelas assentadas envolvidas com o Grupo através do seu empoderamento e da ampliação de sua autonomia, além haver um crescimento na renda familiar.

2 A abordagem de *livelihoods* a partir de Antony Bebbington: acesso a ativos e atores

A abordagem do *livelihoods*, inicialmente denominada como “*the sustainable livelihood approach*”, foi desenvolvida por Chambers e Conway na década de 1990 e dedicava-se ao modo como os pobres rurais constroem estratégias que lhes permitem afrontar contextos de vulnerabilidade, situações de risco e instabilidade socioeconômica e ambiental. Ao longo dos anos o conceito de *livelihoods* apresentou uma grande flexibilidade, permitindo a sua ampla difusão entre diferentes atores que trabalham com as questões do desenvolvimento (organizações multilaterais, institutos de pesquisa, movimentos sociais e organizações não governamentais), seja analiticamente ou em situações de intervenção social e política em diversas partes do mundo (PRADO, 2011).

No Brasil, vários estudos têm utilizado esta abordagem (DELGADO, 2001; BASSO, 2004; PEÑAFIEL, 2006; PERONDI, 2007, entre outros), e a tradução tem ganhado diferentes formas: “meios de vida”, “modos de vida”, “estratégia de vida”, “formas de vivência” e “trajetória de reprodução”. Neste ensaio, adota-se “meios de vida” por concordar com Niederle e Grisa (2008) de que esse termo se aproxima mais do sentido de meios de suporte, subsistência ou manutenção da vida, os quais são representados na definição de *livelihoods*.

Anthony Bebbington (1999) estabelece um esquema analítico para subsidiar a construção de políticas de desenvolvimento rural e enfrentamento da pobreza no campo, sobretudo no trabalho “*Capitals and Capabilities: a framework for analysing peasant viability, rural livelihoods and poverty in the Andes*”. Para o autor, os meios de vida das famílias dependem do acesso a ativos e a atores. Inclusive uma das conclusões do trabalho é que as famílias

¹ Ao integrar uma pesquisa que foi conduzida com outros interesses e que não utilizou a abordagem do *livelihoods*, os dados disponíveis apresentam duas limitações: i) não é possível analisar o conjunto dos meios de vida das famílias, mas apenas uma estratégia de reprodução (Grupo de Mulheres do Assentamento Santa Lúcia); ii) a unidade de análise são as mulheres do Grupo, e não a família como um todo. Esse segundo ponto, que inicialmente era percebido como uma dificuldade, acabou trazendo elementos importante ao evidenciar algumas questões de gênero, que não ganham muita expressividade no referencial de Bebbington (1999).

que obtiverem melhorias mais expressivas nas condições de vida são aquelas que conseguiram acessar de forma ampla um conjunto de ativos e melhorar o acesso a atores estatais, do mercado e da sociedade civil. Neste debate, o acesso a recursos e a esferas institucionais é um elemento central na determinação da viabilidade e da sustentabilidade das trajetórias de reprodução, justificando uma concepção de modos de vida enraizada nessa noção.

No *framework* construído por Bebbington (1999), outro componente central são os ativos, que são recursos de diferentes naturezas acessados para a construção das estratégias. O autor classifica os ativos de capital em cinco tipos: i) capital natural: qualidade e quantidade de recursos naturais – terra, água, solo etc.; ii) capital produzido: ativos físicos e de infraestrutura (estradas, energia, telefone, barragens, etc.), ativos financeiros (dinheiro, poupança, crédito) e meios de produção (máquinas, ferramentas, insumos); iii) capital humano: conhecimento, saúde, destrezas, habilidades; iv) capital social: relações de reciprocidade e confiança, participação em organizações e redes sociais; v) capital cultural: recursos, valores e símbolos apropriados em virtude da cultura dos grupos sociais dos quais se faz parte e que sustentam formas de identidade, costumes, tradições e padrões de interação.

Para Bebbington (1999), os ativos não são somente veículos para a ação instrumental (que permitem às pessoas construir alternativas de reprodução material), mas também meios para a ação hermenêutica², uma vez que também dão significado à vida das pessoas, e emancipatória, visto que constituem a base de poder que permite aos atores desafiar as estruturas de dominação e coerção. A interpretação de Bebbington expande a compreensão seniana de capital humano ao possibilitar que as pessoas possam atuar de modo mais significativo no mundo e dá a elas poder para transformá-lo (NIEDERLE; GRISA, 2008).

É importante apontar que: i) os ativos são ao mesmo tempo *inputs* e *outputs* das estratégias familiares, pois podem retroalimentar a plataforma; ii) os ativos interagem na medida em que são usados e transformados

pelas pessoas; iii) os ativos não são apenas fonte de sustento e significado, são também fonte de poder; iv) os ativos variam através do espaço e também entre diferentes grupos sociais, de gênero e étnicos; v) o acesso a um ativo pode sacrificar outro; vi) os ativos podem ser afetados por processo ecológicos, políticas macroeconômicas e estratégias econômicas de outros atores. Mas, mais importante que os ativos em si, é o acesso a eles, que passa essencialmente pelos atores do mercado, da sociedade civil e do Estado em suas diferentes escalas.

Bebbington (1999) argumenta que as esferas do mercado, Estado e sociedade civil/comunidade possuem sua própria lógica de ação, o que influencia na distribuição, controle e transformação dos ativos. Essa perspectiva dialoga, em alguma medida, com a proposta de Offe (1999), que afirma que ambos os atores precisam ser considerados (e combinados) no processo de desenvolvimento. Nesse sentido, não deve haver uma perspectiva monolítica, pois ela “tende a ignorar (no plano teórico) e a destruir (em suas implicações práticas) as combinações que os outros dois componentes da ordem social têm para dar” (OFFE, 1999, p. 129). Da mesma forma,

[...] não se pode basear nem mesmo na combinação de apenas dois desses padrões (isto é, excluindo o terceiro respectivo), sejam sínteses mercado-Estado, Estado-comunidade ou comunidade-mercado. Precisamos de todos os três elementos da ordem social e numa mistura que consiga evitar que cada um deles se sobreponha aos outros e os elimine. (OFFE, 1999, p. 129-30).

A combinação entre mercado, Estado e sociedade civil é essencialmente política, pois passa pela negociação entre eles e, portanto, se torna passível de controvérsia e de contestação (OFFE, 1999). Entretanto o conflito não ocorre somente entre as esferas, mas também com os atores internos a elas, apontado para a heterogeneidade presente dentro desses espaços. Além disso, a própria fronteira entre mercado, Estado e sociedade civil está ficando cada vez mais solúvel e permeável diante da presença de atores que circulam entre elas de modo indistinto (DAGNINO, 2002).

Para Bebbington (1999), a incapacidade de alguns grupos rurais em melhorar seus modos de vida se deve a uma falha ou inabilidade para: i) defender seus ativos; ii) proteger

² Neste caso, ação hermenêutica refere-se à centralidade da cultura na definição dos repertórios individuais e coletivos (LONG; PLOEG, 1994).

os meios existentes para transformá-los em ativos e; iii) assegurar oportunidades para transformá-las em ativos. Essas falas estão relacionadas com as próprias características da pobreza, que limitam a capacidade das pessoas na construção e utilização das redes e ligações com atores estatais, do mercado ou da sociedade civil que poderiam ajudá-los a ter acesso e a defender seus ativos.

Dada a importância de compreender minimamente o entorno e o contexto no qual estão inseridas as famílias analisadas (BEBBINGTON, 1999), serão apresentadas algumas informações gerais sobre o município de Bonito, MS, e o Assentamento Santa Lúcia, onde está localizado o Grupo Pé-da-Serra.

3 O município de Bonito, MS, e o Assentamento Santa Lúcia: uma breve apresentação

O município de Bonito fica localizado no Sudoeste de Mato Grosso do Sul, com uma população de 19.459 pessoas em 2010, sendo que apenas 17,5% moram no meio rural. O PIB de 1999 a 2008 apresentou um crescimento

anual de 7%, alcançando em 2008 um valor próximo aos R\$ 195 milhões (IBGE, 2010). Ainda que a localidade seja reconhecida nacional e internacionalmente pelo ecoturismo, as atividades agropecuárias desempenham um grande papel na economia local. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, a pecuária bovina atingia 85% da área dos estabelecimentos agropecuários do município e 72,5% da mão de obra ocupada nas propriedades rurais, mas eram as lavouras temporárias (soja e milho) que respondiam por dois terços do valor total da produção – ainda que utilizassem apenas 9,5% da área (IBGE, 2010).

Em Bonito/MS, existiam 821 estabelecimentos agropecuários em 2006, sendo que 44,3% tinham até 100 ha, e 16% possuíam mais de mil ha. Enquanto as primeiras detêm apenas 2,3% da área total, aquelas com mais de mil hectares ocupam 71,2% (Tabela 1). Essa configuração demonstra a grande concentração de terras no município, a qual tem sido utilizada para a produção de monocultivos em grande escala e, no caso da pecuária de corte, de forma extensiva.

Tabela 1 – Número e área dos estabelecimentos agropecuários em Bonito, MS (2006)

Estratos de área	Número de estabelecimentos agropecuários			Área dos estabelecimentos agropecuários		
	N.	%	% acum.	N.	%	% acum.
< 10 ha	44	5,4%	5,4%	174	0,0%	0,0%
> 10 < 50 ha	242	29,5%	34,8%	5.398	1,2%	1,2%
> 50 < 100 ha	78	9,5%	44,3%	5.285	1,2%	2,4%
> 100 < 500 ha	237	28,9%	73,2%	59.266	12,9%	15,3%
> 500 < 1.000 ha	88	10,7%	83,9%	61.797	13,5%	28,8%
> 1000 < 2.500 ha	91	11,1%	95,0%	140.501	30,7%	59,4%
> 2.500 ha	41	5,0%	100,0%	185.968	40,6%	100,0%
Total	821	100,0%	-	458.389	100,0%	-

Fonte: IBGE (2010).

Foram criados dois assentamentos em Bonito. O primeiro foi o Assentamento Guaicurus, instituído em 1986, com uma área de 2.722 ha, que comporta 120 famílias. O segundo foi criado em 1998, quando o Governo Federal, através do INCRA, “desapropriou 1.026,74 ha de terras da Fazenda Santa Lúcia, no município de Bonito, dando início ao projeto de assentamento de 37 famílias, somando aproximadamente 100 pessoas”

(IDATERRA, 2001). O assentamento ali implantado, que ficou com o mesmo nome da antiga propriedade, foi formado por pessoas que haviam passado, em média, quatro anos no acampamento. Nesse período, a maioria dos homens trabalhava como empregado nas fazendas, e as mulheres ficavam “debaixo da lona”. Muitas pessoas inseridas no Assentamento Santa Lúcia (Figura 1) eram “peões” do estabelecimento que foi desapropriado.

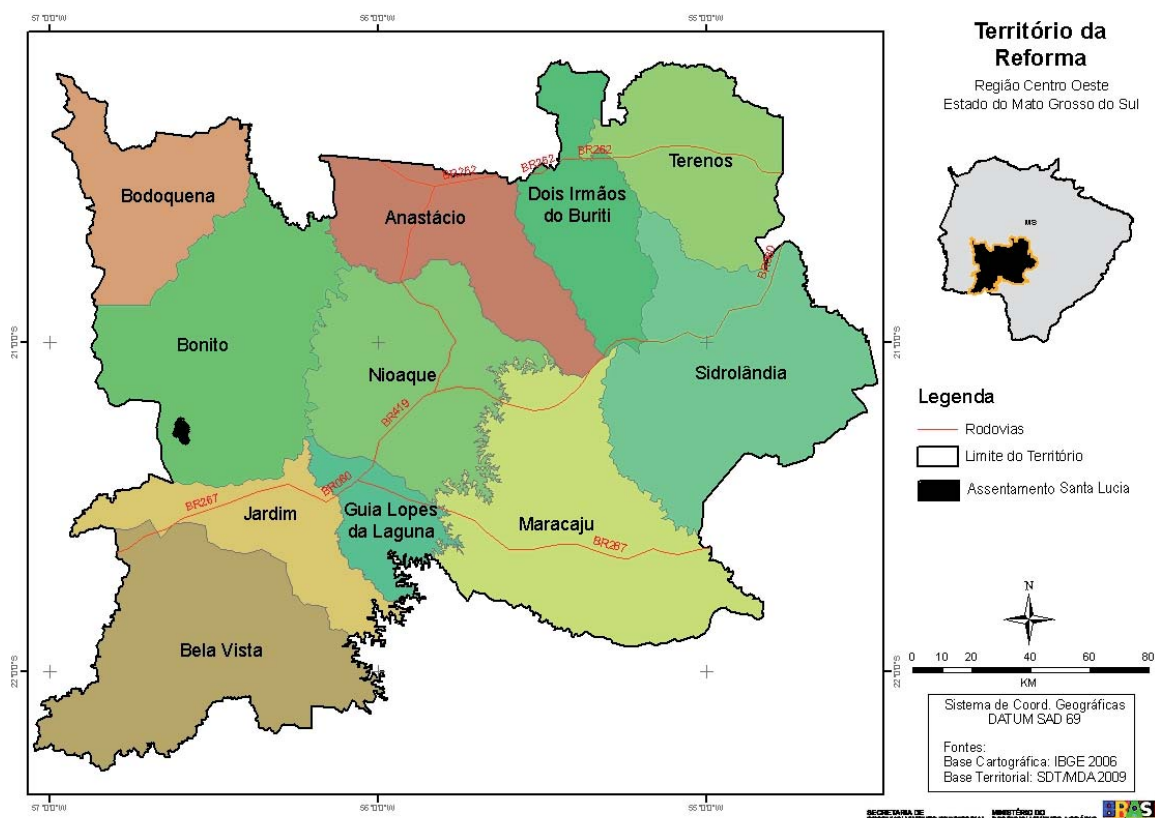


Figura 1 – Localização aproximada do Assentamento Santa Lúcia no Território da Cidadania da Reforma/MS

Fonte: Adaptado de SDT/MDA.

Uma pesquisa realizada em 2005, no Assentamento (MILANO et. al., 2005), com aplicação de questionários junto aos moradores, aponta a maioria deles com idade superior a 45 anos, sendo reduzida a presença de criança e jovens. A escolaridade dos assentados é baixa, pois mais de 30% são analfabetos e praticamente 50% têm até a 4ª série. Esse perfil está vinculado com a própria origem das famílias, pois a maior parte sempre morou no meio rural na condição de “peão”, meeiro ou parceiro (grupos sociais que, em geral, apresentam reduzida escolaridade). Somente uma pessoa tem ensino superior, que é a coordenadora do Assentamento e do Grupo Pé-da-Serra.

A extensão média das áreas dos 36 lotes varia de 15 a 17 hectares. Para além das parcelas individuais, de acordo com Milano (2002), o assentamento possui duas áreas de preservação permanente que totalizam 422,4 ha. Os solos, onde se localiza o Assentamento Santa Lúcia, são aptos à prática agrícola desde que

corrigida sua acidez. A pecuária é desenvolvida em menor ou maior grau por todos os assentados, junto com a suinocultura e a criação de galinha caipira. Além desses animais, são cultivados diversos produtos nos lotes, que são destinados, sobretudo, ao autoconsumo familiar, além da venda do excedente na feira municipal, que se realiza todo sábado na sede do município. As duas principais fontes de renda dos assentados, em 2002, eram oriundas do trabalho temporário nas fazendas circunvizinhas³ e da aposentadoria. Conforme a Figura 2, em 75% dos casos a renda familiar bruta ficava abaixo de dois salários mínimos. As famílias que alcançavam dois salários (25%) contavam com pelo menos um aposentado no grupo doméstico (MILANO, 2002).

³ O Assentamento é cercado por cinco fazendas, que possuem áreas que variam entre 3 mil e 12 mil hectares, sendo que três trabalham unicamente com bovinocultura de corte, e duas possuem, além da pecuária, lavouras de soja, milho, aveia e sorgo.

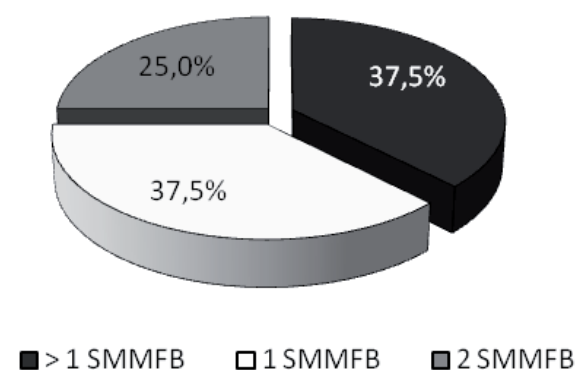


Figura 2 – Estratos de renda em salário mínimo mensal familiar bruto (SMMFB) no Assentamento Santa Lúcia em 2002

Fonte: Milano (2002).

A baixa renda das famílias tem estimulado a venda de lotes no assentamento. Segundo informações obtidas durante a pesquisa de campo, 12 sítios haviam sido “repassados” até 2009, chegando a $\frac{1}{3}$ do total. A maior parte dos produtores que estão deixando o assentamento são pessoas mais idosas que se sentem menos estimuladas a permanecer no meio rural, pois o acesso a cidade é muito difícil, já que a sede municipal de Bonito se localiza a mais de 35 km, e as condições de deslocamento são precárias, dado que só existe transporte aos sábados à tarde.

Até o final de 2008, todos os assentados já haviam acessado o Pronaf A⁴, direcionando o crédito para as mais diversas atividades e cultivos/criações. Entretanto, segundo exclamações dos produtores, não houve uma orientação técnica sobre a forma de conceber os projetos, dando uma grande liberdade aos interesses particulares de cada beneficiário. Isso se refletiu na alta taxa de inadimplência do financiamento (que chega a 50%), comprometendo o acesso a outras políticas públicas a partir desse endividamento.

Essa conjuntura marcada pelo difícil acesso aos serviços públicos, baixa renda, migração dos assentados para a cidade e problemas no pagamento do crédito rural estimulou que algumas assentadas (lideradas naquele momento pela assentada que era professora da escola) fossem buscar alternativas

juntos aos atores locais. A principal entidade que se envolveu foi a Fundação Neotrópica do Brasil⁵, que articulou dois projetos para o Grupo Pé-da-Serra e que mobilizou a participação dos atores do Estado e do mercado, dado que as assentadas tinham uma menor capacidade de construir redes para intermediar o acesso junto a essas esferas.

O fato de as mulheres já terem se organizado no período da conquista de terras, enquanto seus maridos trabalhavam nas fazendas circunvizinhas ao acampamento, é um elemento chave para compreender o seu papel na demanda de alternativas junto às entidades municipais. Nesse sentido, pode-se concordar com Bebbington (1999) que o capital social é central no acesso aos atores externos, pois foi um elemento determinante na busca de parcerias para a implementação do projeto produtivo. Além disso, o capital humano, vinculado sobretudo à professora da escola do Assentamento (e assentada), também é uma variável chave nesse processo.

4 O Grupo de Mulheres Pé-da-Serra

O Grupo Pé-da-Serra foi concebido enquanto uma alternativa para famílias assentadas que se encontravam em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Na perspectiva de Ellis (2000), pode-se dizer que se trata de uma estratégia reativa, pois foi condicionada em meio a um contexto de grandes dificuldades que comprometiam a reprodução dessas famílias e a sua permanência no Assentamento. A atividade que passou a ser desenvolvida foi a agregação de valor através da agroindustrialização de produtos de origem vegetal, na sua maioria nativos do cerrado, sendo produzido coletivamente geleias, doces e conservas, comercializadas tanto no mercado local (aproveitando os turistas que visitam Bonito, MS) como em nível regional e nacional (principalmente através das feiras). Trata-se de uma atividade presente na trajetória das famílias, a qual sofreu algumas adaptações para aproveitar a

⁴ O Pronaf A é direcionado aos produtores(as) assentados(as) da Reforma Agrária ou beneficiário(as) do Programa do Crédito Fundiário. Os recursos de Investimento são direcionados para estruturação dos lotes dos(as) assentados(as) (MDA, s/d).

⁵ A Fundação Neotrópica do Brasil é uma ONG sediada em Bonito, MS, e desenvolve uma série de projetos de preservação ambiental em Mato Grosso do Sul, especialmente no Parque Nacional da Serra da Bodoquena (que compreende os municípios de Bonito, Jardim e Bodoquena).

abertura dos novos mercados que valorizam os atributos de qualidade e de diferenciação (WILKINSON, 2008).

O acesso à estratégia ocorreu, sobretudo, pela mobilização da sociedade civil, através da Fundação Neotrópica do Brasil, que coordenou dois projetos e mobilizou a participação de diferentes atores. O primeiro projeto chamou-se “Qualificação e diversificação da produção de alimentos pelas mulheres assentadas no entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena⁶” e contou com o apoio financeiro de R\$ 129.744,00 do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS⁷), vinculado ao Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O projeto foi aprovado em setembro de 2003 e finalizado em fevereiro de 2005. O objetivo da iniciativa foi investir na capacitação das produtoras rurais do assentamento, valorizando suas condições produtivas e inserindo-as diretamente no processo de geração de renda familiar.

Em 2006, a Fundação Neotrópica do Brasil aprovou o “Projeto Frutificando” junto ao Instituto HSBC Solidariedade⁸. Os objetivos desse projeto, que teve um caráter complementar ao primeiro, estavam voltados para o fortalecimento do Grupo Pé-da-Serra, incluindo ações de conservação ambiental através do apoio técnico à produção sustentável, mais especificamente produção de frutas

em sistemas agroflorestais, cujo excedente seria comercializado de forma *in natura* ou transformado em conservas pelas mulheres na agroindústria. Outro ator da sociedade civil envolvido nos projetos foi o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), ligado à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que ofereceu uma variedade de cursos para as integrantes do Grupo.

A estratégia do Grupo Pé-da-Serra também passa pelo acesso às esferas do Estado e do Mercado, que são centrais no desenvolvimento de projetos locais (OFFE, 1999), ainda que mobilizadas e articuladas pela sociedade civil (Fundação Neotrópica do Brasil). O baixo envolvimento prévio desses atores com os assentados é reflexo do próprio contexto regional, onde as atividades de maior visibilidade são a pecuária extensiva e a monocultura de soja e milho (presente nas grandes propriedades) e o turismo (que também são desenvolvidas, em sua maior parte, nas fazendas). Entretanto a ONG buscou o envolvimento destas esferas e obteve, no caso do Estado, uma participação das suas diferentes escalas.

Na base municipal o apoio tem ocorrido através da contrapartida da prefeitura na implantação do projeto (cujo investimento foi direcionado na melhoria da infraestrutura básica) e na disponibilização de espaço físico para a realização da feira semanal na sede da cidade. No âmbito estadual, foi articulado um envolvimento na legislação dos produtos, através da Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (IAGRO), e na oferta de assistência técnica por intermédio da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER). A escala federal tem auxiliado, sobretudo, na comercialização da produção através das feiras regionais, estaduais e nacionais, como é o caso da Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, em que o Grupo Pé-da-Serra tem participando com todas as despesas custeadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A estratégia do Grupo Pé-da-Serra também passou pela esfera do mercado – ainda que em menor grau se comparado com as demais. Visto que se trata de uma iniciativa de agregação de valor à produção que potencializa o uso dos produtos do cerrado a partir

⁶ O Parque Nacional da Serra da Bodoquena, criado em novembro de 2000 com 76.400 ha, está situada na borda sudoeste do Complexo do Pantanal, Estado de Mato Grosso do Sul. O Parque foi a primeira e, até o momento, a única unidade de conservação de proteção integral federal implantada no estado de Mato Grosso do Sul (BRASIL, 1997).

⁷ O PPP-ECOS “concede pequenas doações a organizações não governamentais e de base comunitária para atividades que se enquadrem nas áreas focais e nos programas operacionais do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) e que, obrigatoriamente, resultem na melhoria da qualidade de vida das comunidades locais por meio do uso sustentável da biodiversidade do Cerrado” (PNUD, 2008).

⁸ Criado em 2006, o Instituto é responsável por gerir o investimento social do Grupo HSBC nos três focos de atuação - Educação, Meio Ambiente e Comunidade. A partir de editais anuais, são selecionados projetos focados na redução da pobreza e dos impactos ambientais por meio do desenvolvimento sustentável das comunidades (INSTITUTO HSBC SOLIDARIEDADE, s/d).

de um manejo sustentável, houve uma perspectiva de mobilizar os comerciantes locais a venderem e a divulgarem essas mercadorias como de “qualidades diferenciadas”.

No Grupo de Mulheres Pé-da-Serra foram acessados distintos *ativos de capital* para a construção dessa estratégia. É importante destacar que alguns ativos já estavam presentes e outros foram obtidos, transformados e/ou valorizados a partir do envolvimento das assentadas com os atores da sociedade civil, do mercado e do Estado. O *capital natural* é um ativo mobilizado no cultivo ou na coleta da matéria-prima da agroindústria, já presente no Assentamento e no seu entorno antes do Grupo. A partir do contato com outros atores, houve uma orientação no manejo desse ativo através da preservação dos recursos naturais, apoio técnico à produção agroecológica e produção de frutas em sistemas agroflorestais.

Em relação ao *capital produzido*, pode-se dizer que parte de infraestrutura básica já estava sendo utilizada pelos assentados (estradas, energia, prédios, etc.). Entretanto houve um incremento e uma melhoria significativa a partir da aprovação dos dois projetos, pois os ativos financeiros foram direcionados para a compra de máquinas e equipamentos da agroindústria (fogão, panelas, mesa inox, freezer etc.). Além disso, com a contrapartida da prefeitura, foi realizada a adaptação e reforma do prédio, essencial para obtenção da legislação sanitária e para o acesso a novos mercados.

A relevância do *capital humano* relaciona-se com o conhecimento das assentadas em relação aos processos produtivos (desde a produção da matéria-prima até a confecção do produto final) e à comercialização das mercadorias. Para tanto, foram realizados uma série de palestras, encontros técnicos e cursos de capacitação pelo SENAR, direcionados para agregação de valor dentro de determinados padrões de qualidade e em conformidade com a legislação vigente. Esses treinamentos também englobaram a apresentação do produto aos consumidores e as formas de venda da produção. Conforme o relato de uma das integrantes do Grupo, “foi muito bom os cursos para mim que só estudei até a 5ª série. A gente sabia fazer, mas sempre é bom ter um curso pra aprender melhor”.

O *capital social* é um ativo que já estava no Assentamento, sobretudo na esfera política-organizacional, visto que foram quatro anos de acampamento e mobilizações para a conquista da terra. Mas esse capital não havia sido transferido para outras áreas, sendo fundamental a articulação com a ONG para a constituição de um espaço coletivo direcionado às atividades produtivas. Além disso, a agroindústria está firmemente envolvida com os espaços locais, mobilizando confiança e reciprocidade nas diversas redes de comercialização, onde se destacam os laços de parentesco, amizade e vizinhança. Em visita à feira do produtor em Bonito, MS, esses elementos ficaram mais evidentes, pois as vendas são pautadas nos vínculos sociais e comunitários, na pessoalidade e nas relações de proximidade entre os vendedores e os consumidores.

O *capital cultural* também é relevante no Grupo Pé-da-Serra, pois há um grande conhecimento na utilização dos produtos do cerrado, o qual foi acumulado e apropriado entre as gerações. As frutas nativas desse bioma fazem parte da alimentação dos grupos sociais que ali vivem, definindo a sua identidade local. Ainda que tenha sido utilizado principalmente no âmbito doméstico, através da produção para o autoconsumo familiar, esse ativo passou a ser um atributo valorizado e estendido até o mercado a partir da mobilização conjunta com os outros tipos de capital.

A partir do envolvimento das assentadas com diferentes atores na mediação aos ativos e capitais basilares dessa estratégia, o Grupo Pé-da-Serra foi constituído, em 2002, por 11 mulheres. Ao analisar as entrevistas com quatro integrantes do Grupo, podem-se identificar algumas características sociodemográficas. Todas são casadas, com idade entre 35 e 60 anos e, com exceção da coordenadora do grupo (formada em Letras e professora na escola do assentamento), possuem baixa escolaridade. Uma das entrevistadas é analfabeta e relata:

Nem o meu nome eu sei escrever porque eu fui criada na roça e o meu pai era um piauiense muito carrasco e para ele mulher não poderia estudar porque era só para escrever carta para homem.

Ainda que duas entrevistadas fossem naturais de Mato Grosso do Sul, uma é pau-

lista e outra piauiense, algo bastante característico dos assentamentos da reforma agrária, que agregam famílias de diferentes regiões do país. Todas eram originárias do campo e sua família vinculava-se como parceira dos proprietários da terra (responsável pelas atividades de plantio, manejo e colheita da produção agrícola) ou como trabalhadores rurais contratados, sendo que as mulheres atuavam na sede das fazendas (limpeza e preparação da alimentação para os demais empregados).

No decorrer dos anos, o número de integrantes diminuiu para nove – uma faleceu e a outra saiu do assentamento –, mas atualmente há perspectiva de ampliar esse número. Para participar no Grupo, é necessário cumprir com dois requisitos centrais: morar no assentamento e fazer o curso de capacitação na área da produção ou receber o treinamento das integrantes mais velhas durante dois meses.

Algumas assentadas não participaram do projeto. Em uma pesquisa realizada no início das atividades do Grupo, Milano (2002) aponta que as principais justificativas para isso foram a falta de tempo, problemas de saúde e a distância entre o lote e a agroindústria. Em 2009, foram entrevistadas algumas assentadas que não participaram do Grupo, e os argumentos se mantiveram.

Eu moro longe da sede e não tem quem cuida do meu filho pequeno quando eu iria lá [na agroindústria] trabalhar.

Apesar de eu mora perto [da agroindústria] e ter fruta no lote, eu ando sempre meio adoentada e assim fica difícil pra mim participar das atividades da fabriqueta... sempre tem que fazer um doce, uma geleia e com os meus problemas não é fácil.

Já as integrantes do Grupo apontaram para múltiplas motivações para participarem do Grupo Pé-da-Serra:

O que levou a gente a participar é que aqui é pouca renda que nós temos. Eu precisava ter um dinheirinho que fosse só meu.

É porque a gente sempre tem que estar junto no assentamento para estar mais forte.

Aqui tinha muita fruta nos lotes que não era consumida e nem vendida e por isso se perdia.

Chega de roça, né? Puxar enxada!

Assim nós vamos no mato e não derrubamos a árvore porque nós sempre vamos precisar dos frutos dela.

O que se percebe é que as motivações à participação das assentadas no projeto foram de ordem econômica, social, produtiva, política, simbólica e ambiental, pois perpassam pela: i) perspectiva de aumentar a renda familiar; ii) expectativa de obter uma remuneração econômica distinta do marido; iii) necessidade da união das mulheres; iv) possibilidade de aproveitar a produção excedente; v) esperança de trabalhar em uma atividade menos desgastante; vi) conservação ambiental da Serra da Bodoquena.

Como já demonstrado, a estratégia do Grupo Pé-da-Serra perpassou por diferentes atores e mobilizou distintos ativos de capital (como o natural, produzido, humano, social e cultural). Considerado esses elementos, interessa-nos saber se o acesso aos atores e ativos possibilitou uma expansão das capacidades (*capability*) das assentadas. A expansão das capacidades significa ampliar as possibilidades de os indivíduos ou grupos se tornarem atores e agirem segundo suas concepções. As capacidades habilitam as pessoas para serem agentes de mudanças, transformando os ativos e as oportunidades em meios de reprodução econômica e social que impliquem uma melhoria de sua qualidade de vida, de acordo com critérios das próprias pessoas (BEBBINGTON, 1999; SEN, 2010).

5 Empoderamento e autonomia a partir do Grupo Pé-da-Serra

A partir das leituras de Sen (2010) e Bebbington (1999), pode-se questionar qual foi a capacidade das assentadas em obter a melhoria de suas condições de vida e a reprodução socioeconômica a partir da constituição do Grupo Pé-da-Serra (visto enquanto uma oportunidade construída através das ligações com diferentes atores e com o acesso a distintos ativos)? O que pôde ser observado neste estudo é que houve um “ganho de capacidade”, que pode ser visualizada no empoderamento das assentadas no âmbito doméstico e do Assentamento, na ampliação da sua autonomia a ativos e atores externos e na diversificação e ampliação da renda.

Com mais de seis anos de funcionamento até o momento da pesquisa de campo, pode-se perceber que o Grupo transformou significativamente a vida das assentadas. Um

dos elementos chaves refere-se ao seu *empoderamento* na esfera doméstica/familiar – visto o empoderamento enquanto conquista de poder capaz de mudar a posição que ocupam os atores em um determinado campo social de disputa (DELGADO, 2003). Esta noção está ligada – e muitas vezes se confunde empiricamente – com a própria autonomia econômica das assentadas.

Para as quatro integrantes entrevistadas, a renda obtida cresceu significativamente com a criação do Grupo e passou a contribuir com mais de 50% da renda mensal familiar (em um dos casos, ela chega a ser responsável por 85%). Conforme uma das participantes, “antes de surgir esse grupo de mulheres aqui, eu não sabia entrar num banco, eu queria ter a minha conta; hoje eu tenho uma conta, uma poupança minha, eu tenho o meu dinheiro”. Isso é um elemento que sempre ganha centralidade nas entrevistas, pois a maior autonomia financeira altera a relação de poder no espaço doméstico (BRUNO et. al., 2010). Isso pode ser visualizado no próprio relato da coordenadora do Grupo:

Para os homens seria melhor se a mulher ficasse na casa dela, fazendo as coisas da casa só! Claro. Eles tinham domínio total, né? Era bem melhor do jeito que tava, pra eles. Ele dominava! Agora não; agora nós temos voz ativa [...] não preciso mais pedir dinheiro para pagar a roupa dos meus filhos, material escolar, pois agora eu tiro tudo dali [agroindústria].

Além da alteração das relações de gênero no interior do espaço doméstico, houve outra transformação que foi propiciada a partir da constituição do Grupo: maior participação das mulheres nas decisões do Assentamento. Isso pode ser percebido na fala da coordenadora do Grupo e atual presidente da Associação do Assentamento:

Pra você ter uma ideia, as mulheres não votavam aqui pra associação do assentamento; era só homem! Isso mudou depois que surgiu a agroindústria... e essa é a segunda eleição que nós vota. Até no fim da terceira eleição elas [as mulheres] ainda não votavam. Assim, o cantinho delas era lá; cuidar dos filhos e da casa, ficando lá. Quando marcava reunião da diretoria não aparecia uma mulher! Era só dos homens, só. Aí, quando surgiu a agroindústria e o grupo das mulheres, aí tomou outro rumo. Foi uma luta, sabe? Eles não queria fazer

uma assembleia, não queria fazer uma reunião pra gente entrar. Aí começou com 20% das mulheres, aí foi 30% e agora a gente monta a chapa e manda ver.

A expressão “manda ver” se refere à participação política do Grupo, que, a partir deste episódio, construiu uma chapa para concorrer às eleições para presidência da Associação do Assentamento e obteve a vitória. Na fala da coordenadora, fica evidente também o conflito para que as assentadas pudessem participar dos espaços decisórios do Assentamento. Essa situação já havia sido destacada por Romano (2002), quando afirmou que o conflito é uma condição para o empoderamento, pois quebra relações de dominação que geram a privação das liberdades.

Além da esfera doméstica e do Assentamento, o Grupo obteve capacidade para transformar as relações de poder junto aos atores da sociedade civil, do Estado e do mercado – elementos centrais para o empoderamento das pessoas em situações de pobreza (ROMANO, 2002; DELGADO, 2003). Na relação com os atores do Estado, houve mudanças a partir do aumento da visibilidade do Grupo no município e fora dele. Os técnicos da AGRAER e da prefeitura passaram a atuar mais no Assentamento, auxiliando tanto nas atividades da agroindústria (compra de embalagens, transporte para as feiras etc.) como na agricultura (oferta de mudas, troca-troca de sementes, disponibilização de um trator com implementos etc.). Além disso, o Grupo Pé-da-Serra passou a participar dos espaços deliberativos das políticas, como no Colegiado do Território da Cidadania da Reforma, onde obtiveram recursos para construir outra agroindústria.

As assentadas também modificaram sua posição no mercado, pois deixaram de entregar apenas excedentes na feira. A agregação de valor aos produtos do cerrado atingiu novos consumidores, novos espaços de venda e novas áreas de abrangência – principalmente pela participação nas feiras nacionais. Paralelamente, os investimentos na produção agroecológica reduziram a busca por insumos externos e passou-se a valorizar os recursos disponíveis no próprio Assentamento. Isso amplia a autonomia das unidades familiares em relação a atores e a ativos externos, seja porque internaliza recursos produtivos que

deixam de ser adquiridos nos mercados, seja em virtude da menor dependência a intermediários, visto que a comercialização geralmente se processa em circuitos locais e nas feiras (PLOEG, 2008).

A autonomia aos atores também pode ser vista em relação à Fundação Neotrópica do Brasil, que deixou de acompanhar o Grupo há mais de quatro anos, e ele tem conseguido “andar com as próprias pernas”, como afirmam as integrantes da agroindústria. Atualmente é o próprio Grupo Pé-da-Serra que se tornou o proponente dos projetos para o Assentamento. Até 2009 tinham sido aprovados dois projetos voltados à produção. O primeiro foi uma agroindústria de derivados da cana-de-açúcar com utilização de frutos do cerrado, que foi construída com recursos do Programa Pequenos Projetos Eossociais (PPP-ECOS) e objetiva ser uma alternativa de ocupação para os homens – para que não precisem mais trabalhar nas fazendas como “peões”. O segundo projeto, que ainda não tinha sido implantado no período da pesquisa, diz respeito à construção de uma fábrica de farinha. Esse recurso foi aprovado junto ao Programa Territórios da Cidadania, mostrando que o Grupo está atuando nos espaços deliberativos do programa, em que são encaminhadas demandas referentes a projetos de infraestrutura.

De todo modo, pode-se dizer que houve um transbordamento dos benefícios gerados pela agroindústria das mulheres para além das famílias diretamente envolvidas com o empreendimento, o que tem beneficiado outras pessoas. Este é, inclusive, um dos fatores pelo qual o Grupo foi bem avaliado por todos os moradores entrevistados, sendo sempre referenciado como o ponto de partida para a obtenção de novas conquistas no Assentamento. O principal exemplo, que sempre é citado pelos assentados, é a agroindústria de cana-de-açúcar, que foi uma demanda dos homens, mas uma realização das mulheres após a sua entrada na Associação do Assentamento.

O ganho de *capacidade* das assentadas a partir do Grupo possibilitou uma diversificação dos meios de vida, pois passaram a obter novas fontes de renda, que por sua vez dependem de novos acessos a atores e ativos. Entretanto a atual situação é diferenciada dos

anos passados, pois houve uma melhoria das condições de vida e uma redução da vulnerabilidade socioeconômica, além de um maior empoderamento dos atores do Assentamento e uma ampliação da sua autonomia frente aos recursos necessários para a construção de trajetórias mais sustentáveis.

6 Considerações finais

Para finalizar, cabe destacar que o Grupo Pé-da-Serra pode ser considerada uma iniciativa de desenvolvimento local, pois perpassou pelas três dimensões fundamentais e indissociáveis trazidas por Delgado (2003): i) o *empoderamento* dos atores sociais locais em sua relação com o Estado, os mercados e outros segmentos da sociedade civil; ii) a participação em *espaços públicos institucionalizados* de discussão de propostas de desenvolvimento rural local e de implementação de políticas públicas; iii) a obtenção de *alternativas econômicas concretas* que viabilizam, de forma sustentável, a melhoria dos níveis de renda e das condições de vida das comunidades rurais.

Além disso, a constituição e a participação no Grupo possibilitaram que as assentadas pudessem exercer a sua “condição de agente”, que, na abordagem de Sen (2010), é um elemento fundamental para o desenvolvimento, pois permite que as pessoas possam agir e ocasionar mudança de acordo com seus próprios valores e objetivos. Isso se deve, principalmente, ao processo de empoderamento, que provocou uma alteração nas regras do jogo e uma maior autonomia das assentadas.

Para encerrar o trabalho, cabe destacar a ação hermenêutica proporcionada pelo Grupo Pé-da-Serra às suas participantes. Enquanto que a ação instrumental (que permitem às pessoas construir alternativas de reprodução material) e a emancipatória (que constituem a base de poder que permite aos atores desafiar as estruturas de dominação e coerção) ganharam mais destaque até aqui, o papel do Grupo no significado da vida das suas integrantes foi trazido de modo implícito. Entretanto a organização produtiva também foi um meio para a ação hermenêutica, como pode ser percebido no relatado de uma das participantes: “Aquela pessoa tímida que tinha antes do Grupo não existe mais. Hoje eu acho que sou

outra pessoa, porque eu saí, conheci, comecei a viajar... uma coisa que eu nunca tinha imaginado! Então a gente vai indo e parece que acorda. Agora eu sou alguma coisa!"

Referências

- BASSO, D. *Desenvolvimento local e estratégias de reprodução das famílias rurais: abordagens sobre o desenvolvimento rural na região noroeste do Rio Grande do Sul*. 2004. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro.
- BEBBINGTON, A. Capitals and capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty. *World Development*, v. 27, n. 12, p. 2021-2044, 1999.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. *Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai (Pantanal): análise integrada e prognóstico da Bacia do Alto Paraguai*. Brasília, 1997.
- BRUNO, R. et al. *Perfil dos grupos produtivos de mulheres em áreas de reforma agrária situadas em territórios da cidadania*. Relatório de Pesquisa REDES/IICA-MDA-NEAD. Rio de Janeiro, 2010. (mimeo.).
- CHAMBERS, R.; CONWAY, G. R. *Sustainable Rural Livelihoods: practical concepts for the 21st century*. Brighton, England: Institute of Development Studies, 1991.
- DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 279-301.
- DELGADO, N. G. Desenvolvimento local e extensão rural e pesqueira: reflexões metodológicas. *Estudos sociedade e agricultura*, n. 16, p. 62-73, 2001.
- _____. Extensão e desenvolvimento local: em busca da construção de um diálogo, *Desenvolvimento em Questão*, n. 1, p. 229-237, 2003.
- ELLIS, F. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford (UK): Oxford University Press, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *SIDRA*. 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/>>. Acesso em: abr. 2011.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E EXTENSÃO RURAL DE MATO GROSSO DO SUL – IDATERRA. *Plano de Desenvolvimento Sustentável: Projeto de Assentamento Santa Lúcia*. Bonito, MS, 2001.
- INSTITUTO HSBC SOLIDARIEDADE. *Conhecendo o Instituto*. [s./d.]. Disponível em: <<http://www.porum-mundomaisfeliz.org.br>>. Acesso: maio 2011.
- LONG, N.; PLOEG, J. D. van der. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. (Ed.). *Rethinking social development: theory, research and practice*. Harlow: Longman, 1994. p. 62-90.
- MILANO, S. M. Z. *Diagnóstico Socioeconômico do entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena*. Bonito, MS: [s.n.], 2002.
- MILANO, S. M. et al. *Perfil das mulheres no Assentamento Santa Lúcia*. Bonito, MS: [s.n.], 2005.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. *Pronaf*. [s./d.]. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: abr. 2011.
- NIEDERLE, P. A.; GRISA, C. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, Bogotá, n. 61, p. 11-35, 2008.
- OFFE, C. *A atual transição histórica e algumas opções básicas para as instituições da sociedade*. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (Org.). *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo/Brasília: Editora Unesp/Enap, 1999. p. 119-145.
- OLIVEIRA, F. de. *Aproximações ao enigma: que quer dizer desenvolvimento local?* São Paulo: Instituto Polis, 2001.
- PEÑAFIEL, A. P. P. *Modos de vida e heterogeneidade das estratégias de produtores familiares de pêssego da região de Pelotas*. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS.
- PERONDI, M. A. *Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar*. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS.
- PLOEG, J. D. van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2008.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. *Edital de convocação de projetos*. 2008. Disponível em: <www.ispn.org.br/edital2008-2009.doc>. Acesso: maio 2011.
- PRADO, B. A. A perspectiva dos modos de vida entre narrativas do desenvolvimento. CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA – ALAS, 28. *Anais...* Recife, 2011.
- ROMANO, J. O. *Empoderamento: enfrentemos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza*. In: ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. (Org.). *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 9-20.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.
- WILKINSON, J. *Mercados, redes e valores*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2008.

O empoderamento de lideranças indígenas Kaingang no sul do Brasil

The empowerment of indigenous Kaingang leaders in southern Brazil

L'autonomisation des dirigeants autochtones Kaingang dans le sud du Brésil

El empoderamiento de los líderes indígenas Kaingang en el sur de Brasil

Antonio Cavalcante de Almeida

(antoniocavalcant@hotmail.com)

Recebido em 13/02/2014; revisado e aprovado em 14/07/2014; aceito em 13/11/2014

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1518-70122015215>

Resumo: O presente artigo estudou o empoderamento de lideranças Kaingang no movimento indígena na região sul do Brasil, com ênfase no estado do Paraná. O foco da análise foram as lideranças indígenas atuantes no campo de mediação que se inicia, sobretudo, com a participação ativa no âmbito das aldeias (Terra Indígena Manguaçu), com as autoridades tradicionais passando pelas instituições e espaços de disputas no Estado-nação.

Palavras-chave: Empoderamento. Indígena. Liderança.

Abstract: This paper has studied the empowerment of the indigenous Kaingang leaders' movement in southern Brazil, with emphasis in the state of Paraná. The focus of the analysis was active indigenous leaders in the field of mediation that begins, especially, with their active participation in the realm of the villages (Terra Indígena Manguaçu), with the traditional authorities moving along institutions and spaces of dispute in the nation-State.

Key words: Empowerment. Indigenous people. Leadership.

Résumé: Cet article étudie l'autonomisation des leaders du mouvement autochtone Kaingang dans le sud du Brésil, en mettant l'accent sur l'État de Paraná. L'objectif de l'analyse a été le leadership autochtone actif dans le domaine de la médiation qui commence, en particulier avec la participation active dans les villages (Terra Indígena Manguaçu), avec les autorités traditionnelles à travers les institutions et les espaces de conflits dans l'État nation.

Mots-clés: Autonomisation. Autochtones. Leadership.

Resumen: En este trabajo se estudió el empoderamiento de los líderes de movimientos indígenas Kaingang en el sur de Brasil, con énfasis en el estado de Paraná. El análisis se enfoca en los líderes indígenas trabajando en el campo de la mediación, que comienza principalmente con la participación activa en el ámbito interno de los pueblos (Terra Indígena Manguaçu), con las autoridades tradicionales (caciques), llegando hasta las instituciones y espacios de disputa en el Estado Nacional.

Palabras clave: Empoderamiento. Indígena. Liderazgo.

1 Introdução

O termo *empowerment* já existia antes mesmo da utilização a partir dos movimentos emancipatórios relacionados ao exercício da democracia e da cidadania, sobretudo iniciado pelo movimento dos negros, das feministas, dos homossexuais, pelo movimento dos direitos das pessoas deficientes ocorridos nos Estados Unidos e Europa na metade do século XX. Ademais, é o momento de emergência dos novos movimentos sociais exigindo mais liberdade de expressão, participação política e o cessamento do preconceito racial nas democracias políticas ocidentais. Nesse sentido, os conceitos de capital social e empoderamento ganhavam visibilidade no âmbito dos movimentos sociais e políticos no meio acadêmico.

Como se observa, o empoderamento aparece precisamente durante os anos 1970

nos estudos da área de educação e sociologia política, principalmente remetendo-se à historicidade do tema no século XVI. Assim, para alguns especialistas, a origem do conceito de *empowerment* está relacionada ao movimento da Reforma Protestante, iniciada por Lutero quando questionou o poder tradicional da igreja na Alemanha por meio de 95 teses. A par disso, ele desafiou o clero aplicando um conjunto de críticas à igreja e à autoridade papal, motivo pelo qual veio modificar a partir daquele momento os rumos da religião e da autoridade política sobre muitas nações. Pode-se dizer que é o primeiro indicativo de uma perspectiva de elaboração conceitual do *empowerment* pela literatura e, mais tarde, absorvido pela corrente do liberalismo político (HEWITT, 2007; BAQUERO, 2012).

Assim, o conceito de empoderamento ocupou um espaço importante nas ciências

* Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Pato Branco, Paraná, Brasil.

sociais como consequência de estudos nas áreas de educação e política social no século passado. No tocante à primeira, existem estudos realizados pelo educador brasileiro Paulo Freire e o pedagogo norte-americano Ira Shor, durante os anos 1970, sobre o conceito de *empowerment* de classe em contraposição à corrente liberal vigente que priorizava o empoderamento individual, – o *selfmade man* (o homem que se faz pelo seu próprio esforço) – organizacional e psicológico preponderante nas ciências sociais aplicadas como na administração, economia, saúde pública e psicologia social norte americana. No que diz respeito à segunda questão, em meados dos anos 1980 surgiu a discussão sobre capital social, relacionado à participação política, cidadania e democracia, realizado sobretudo na área da ciência política por Coleman (1988) e Putnam (1997) e que tem servido de desdobramento para estudos sobre *empowerment*.

A partir dos anos 1990, os movimentos sociais passaram a buscar o empoderamento de pessoas e de grupos sociais que vivem em condições de risco e de extrema desigualdade social e política. As formas ultrapassadas de participação social e política passavam por mudanças e ressignificações em quase todos os países do Eixo Norte/Sul. Por conseguinte, não havia mais espaço para políticas tradicionais e verticalizadas, pois os contextos sociais e políticos não admitiam mais ações não-dialógicas e diretivas.

A propósito, durante aquele período, houve um impulso na disseminação de Ongs, fundações, sindicatos, associações e outras entidades de participação política em todo mundo. A condição para o sucesso de políticas, programas, projetos de um amplo leque de organizações, representantes de diferentes perspectivas políticas, de diferentes tamanhos, capacidade de influência e natureza tem a ver com o envolvimento social e político da sociedade e da comunidade nos destinos de suas histórias de vida (GOHN, 2004; ANTUNES, 2002; IORIO, 2002; ROMANO, 2002).

Assim, contextualiza-se o conceito de *empowerment* mostrando a complexidade e a multiplicidade de sentidos associado à categoria empoderamento, sempre que traduzido para outros idiomas, no decorrer do tempo, sobretudo quando utilizado nos diversos movimentos sociais e políticos desde os anos 1970 até a atualidade.

Assim, este artigo buscou a) examinar as implicações inerentes ao processo de empoderamento das lideranças Kaingang em contato com o Estado e a sociedade envolvente; b) analisar os processos políticos internos e externos exigidos no tocante a uma liderança local, regional e nacional; c) identificar as principais ferramentas acessadas pelas lideranças.

2 Aspectos metodológicos

No tocante à questão do referencial teórico para orientar o caminho da pesquisa e dos objetivos propostos, optou-se pelo encaminhamento da pesquisa por meio de uma abordagem do estudo do empoderamento bastante utilizado para examinar questões atinentes aos movimentos sociais, sobretudo aos grupos sociais e étnicos desprovidos e excluídos dos processos sociopolíticos e econômicos em vários continentes.

O estudo é de corte qualitativo e sustenta-se na teoria do empoderamento considerando a liderança indígena como categoria analítica. Com relação ao universo da pesquisa, Minayo (1999) afirma que uma boa amostragem é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões. Portanto, nesta investigação, procurou-se abranger a maior quantidade possível de lideranças e que a amostra fosse suficiente no sentido de constituir um universo qualitativo e heterogêneo de atores sociais.

A pesquisa foi realizada com um universo de 15 lideranças com perfis e estilos (liderança local, regional e nacional) de participação política bem diversificados no que tange ao campo de atuação política dentro do Estado nacional. Neste artigo, optou-se por nove depoimentos de lideranças indígenas que participaram da pesquisa sobre poder e empoderamento étnico. Assim, todos os entrevistados no momento da investigação assumiam alguma atividade política e/ou função social estratégica na comunidade e/ou no âmbito do Estado nacional.

Além disso, a observação participante e a entrevista semiestruturada foram uma das técnicas de coleta de dados aplicados com os atores sociais envolvidos no movimento indígena no sul do Brasil. Além do mais, utilizou-se de outros instrumentos consagrados como: anotações de campo e depoimentos

de lideranças políticas Kaingang na Terra Indígena Mangueirinha, sudoeste do Paraná.

3 Contexto histórico do povo Kaingang

A presença das populações indígenas no território paranaense, conforme estudos arqueológicos e antropológicos, é de cerca de 3 mil anos. Muitas análises apontam para a hipótese de deslocamento de habitantes de outras áreas no sentido da região sul do Brasil por algum motivo ainda desconhecido, embora um estudo de relevo geográfico mostre que se dirigiram a uma região de planalto semelhante ao seu habitat originário. Assim, o certo é que as pesquisas arqueológicas indicam que os Jê Meridionais (Kaingang e Xokleng) deslocaram-se do Brasil Central (nascentes do Rio São Francisco e Araguaia) em direção à região Centro-Sul estabelecendo-se nas regiões hoje conhecidas como estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, além da província de Misiones, na Argentina, aproximadamente por volta de 3 mil anos. Desse modo, não se tem ideia de quando teriam chegado à região que atualmente ocupam no sul do Brasil. Além disso, conforme Urban: “Tampouco se sabe por que migraram, embora um estudo do relevo geográfico mostre que se dirigiram a uma região de planalto semelhante ao habitat original” (URBAN, 1992, p. 90). Esse estudo vem reforçar a tese de que, na região do Planalto Meridional, habitavam povos originários conhecidos hoje como Guarani, Xetá, além de Kaingang e Xokleng (URBAN, 1992; NOELLI, 2000; TOMMASINO, 2000, VEIGA, 2006).

A grafia do termo Kaingang pode ser encontrada de diferentes maneiras ao longo da história de contato com o homem branco e as instituições sociais não-indígenas. Assim, como se pode notar, o termo aparece escrito em documentos jurídicos e históricos nas seguintes grafias: Caingang, Kaingangue, Kaingáng, Kaingang. Até nos apontamentos do reverendo Chagas Lima (1842), há nomenclatura referente aos índios Camé, Votoron, Dorin e Cayere que habitavam a região dos Campos de Guarapuava.

Como tal, a organização social e política Kaingang, historicamente, é baseada no sistema de metades exogâmicas, isto é, pela complementaridade entre os indivíduos que

trazem a marca cultural conferida de Kamê e Kaïru. Praticamente toda a cosmologia dos Kaingang perpassa pelas assimetrias entre o universo do mito de origem dos heróis¹ e pelo faccionalismo. Ou seja, sistema dualista que se opõe e se engloba numa relação dialética de tensão e coesão social. Para falar desse contexto faccional e simbólico, Neoli Kafy, ex-vereador, líder indígena e residente da TI Rio das Cobras, município de Nova Laranjeiras, Sudoeste do Paraná, comentou: “[...] no meio Kaingang, nós temos as facções, né, quando entramos em atrito, o pau pega mesmo entre nós. A rivalidade é grande entre as marcas culturais, as pinturas de cada metade”. Em suma, a organização sociocultural e política Kaingang opera pela dualidade clânica, o que orienta e fortalece o *modus vivendi* e o *modus operandi* da etnia.

4 Empoderamento: algumas definições

O debate sobre empoderamento tem gerado muitas interpretações e definições a respeito da terminologia, contudo a vasta polissemia conceitual não alterou a sua essência, que é a questão do poder (democracia, fortalecimento, autonomia) e de suas teias de relações dentro da sociedade e das instituições sociopolíticas. É possível que o termo empoderamento tenha incorporado e ganhado novos contornos com a sua utilização por outras áreas, a saber, no espaço do movimento indígena e das lideranças étnicas em vários continentes. A palavra é usada em contextos diferentes² e por diversas organizações sociais e políticas alternativas bastante distintas,

¹ Segundo Curt Nimuendajú: “A tradição dos Kaingang conta que os primeiros desta nação saíram do chão [...] Saíram em dois grupos, chefiados por dois irmãos por nome Kañerú e Kamé, sendo que aquele saiu primeiro. Cada um já trouxe um número de gente de ambos os sexos. Dizem que Kañerú e sua gente toda eram de corpo fino, peludo, pés pequenos, ligeiros tanto nos seus movimentos como nas suas resoluções, cheios de iniciativa, mas de pouca persistência. Kamé e os seus companheiros, ao contrário, eram de corpo grosso, pés grandes, e vagarosos nos seus movimentos” (NIMUENDAJÚ, 1993, p. 9).

² A discussão em torno do verbete original *empowerment* na língua anglo-saxônica, e, sua correspondência empoderamento na língua portuguesa e *empoderamiento* no idioma espanhol, mostra a polissemia do vocábulo quando traduzido e usado em diferentes contextos sociopolíticos.

basta apenas explorar o conceito na *Web*³ para ver quantidade de experiências existentes.

A facilidade com que os movimentos sociais e as instituições políticas utilizam o conceito no seu cotidiano permitiu o emprego de tantas outras tentativas de definições. De um lado, o empoderamento aparece, na literatura progressista, como ações efetivas de melhoria da qualidade de vida, da autonomia, da participação política e do aumento da visão crítica da realidade social por parte dos grupos e dos atores sociais; de outro lado, observa-se a perspectiva conservadora centrada nas práticas de uma cidadania assistida e paternalistística apoiada em modelos estabelecidos e manipulatórios. A operacionalização é complexa e requer o compromisso social e consciente de quem estimula e implementa a emancipação política do sujeito no sentido freireano.

Por isso, no que concerne às organizações da sociedade civil e seu papel no empoderamento, há uma tensão entre os defensores de que elas se concentrem na prestação de serviços e os que preconizam a mobilização social. Autores críticos como Zimmerman (1988), Antunes (2002), Sen (1997), Romano (2002), Iorio (2002), Gohn (2004), Rowlands (2005), Horochovski (2007) compreendem que as ações mais exitosas são aquelas que rompem com assistência social (cidadania concedida ou manipulada), paternalismo, apatia e alienação dos atores envolvidos. Segundo esse entendimento, a autonomia e a postura crítica e criativa vindo de baixo para cima são ingredientes fundamentais para a mobilização social e a transformação da ordem existente. Como bem diz Freire (1986), ninguém empodera alguém, as pessoas empoderam-se entre si, mediadas pelo mundo de situações vivenciados. Assim, o trabalho em tela está embebido pela teoria social que coloca os sujeitos como atores ativos dos processos de mudanças.

Para Sen (1997), o empoderamento é, em primeiro lugar, uma abordagem sobre o poder, principalmente alterando as relações de poder em favor daqueles que anteriormente exerceram pouco poder sobre suas próprias vidas. Nesse sentido, a autora afirma: “[...] o empoderamento não é algo que pode ser

feito a alguém por outra pessoa. Mudanças na consciência e auto-percepção são próprias, e quando elas ocorrem, podem ser explosiva e criativa” (SEN, 1997, p. 3).

No que tange à questão de que o empoderamento jamais poderá ser uma dádiva, uma concessão, ele deve ser um elemento poderoso de mudança nas pessoas. Nesse sentido, a autora ainda acrescenta de forma categórica:

Agentes de mudanças externas podem ser catalisadores essenciais, mas a dinâmica do processo de empoderamento é definida pela extensão e a rapidez com que as pessoas mudam a si mesma. Isso significa que, se os governos que capacitam as pessoas, elas se fortalecem. Isso significa que os governos não empoderam as pessoas; as pessoas empoderam-se. Assim, o que políticas governamentais e ações podem fazer é criar um ambiente favorável ou agir como uma barreira ao processo de empoderamento. (SEN, 1997, p. 3).

Entretanto existe uma diferença sutil quando comparadas as definições de empoderamento progressistas e conservadoras, surgindo em meio à visão tradicional a perspectiva fundada em valores neoliberais que afirmam:

[...] o empoderamento significa o fortalecimento da esfera privada, deixando-se às associações e comunidades a resolução de seus problemas. Combate-se, desse modo, políticas e programas estatais de assistência e bem-estar social. Sob o argumento de fortalecer as comunidades, o empoderamento assoma como justificativa para redução da despesa pública, dos impostos e da regulação estatal sobre as relações econômicas. (HOROCHOVSKI, 2007, p. 492).

A par disso, Villacorta e Rodríguez (2002) afirmam que o empoderamento é uma perspectiva que coloca as pessoas excluídas dos processos prevalecentes de desenvolvimento e do poder (sua distribuição e exercício) no centro do processo de desenvolvimento. Situar as pessoas e os grupos sociais que vivem na pobreza e/ou são excluídos do sistema dominante significa colocar as instituições econômicas (mercados) e as políticas (Estado) a serviço desses grupos, e não o contrário.

Para Villacorta e Rodríguez (2002, p. 47), o empoderamento é um processo de construção e/ou ampliação das capacidades

³ *World Wide Web* que significa teia ou rede mundial.

que têm as pessoas e grupos pobres excluídos para: a) “Assumir o controle de seus próprios assuntos; b) produzir, criar, gerar novas alternativas; c) mobilizar suas energias para o respeito a seus direitos; d) mudar as relações de poder; e) poder discernir como escolher; f) levar a cabo suas próprias opções.”

De acordo com Iorio (2002), o empoderamento é uma perspectiva que põe as pessoas no centro do processo de desenvolvimento social e político. Não pode haver política de empoderamento se não houver o encorajamento das pessoas. Para ela, inserir as pessoas e os grupos vivendo na pobreza e/ou excluídos no interior do processo de desenvolvimento significa pôr as instituições econômicas (mercados) e políticas a serviço desses grupos. Hoje, é possível ver os grupos excluídos nos países pobres lutarem por políticas afirmativas no que concerne aos direitos sociais, culturais e políticos. Os movimentos sociais estão cada vez mais heterogêneos e pragmáticos em relação à agenda de reivindicações. A participação dos cidadãos no mundo da subpolítica é importante dentro do Estado-nação, no sentido de fortalecer a democracia e a participação ativas dos sujeitos.

Zimmerman (1988) e Rappaport (1995) afirmam que o empoderamento é uma construção que liga os pontos fortes das organizações e também as competências individuais, ajudando a fortalecer sistemas e comportamentos de pró-atividade quanto às questões de política social e de mudança social. Acredita-se ser um processo pelo qual os indivíduos ganham domínio e/ou controle sobre suas próprias vidas e participação democrática na vida da sua comunidade.

Horochovski (2007) lembra que a definição de empoderamento é próxima à noção de autonomia, pois refere-se à capacidade de indivíduos e grupos decidirem sobre as questões que lhes dizem respeito, escolher, enfim, entre cursos de ação alternativos em as múltiplas esferas política, econômica, cultural, psicológica, entre outras. De acordo com ele, é preciso compreender que, numa perspectiva emancipatória: “[...] empoderar é o processo pelo qual indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão” (HOROCHOVSKI, 2007, p. 486). Desse modo, Antunes (2002), ao analisar

a questão, acrescenta que o empoderamento é todo o acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania.

Assim, a metodologia é gradual e complexa, de modo que não pode ser realizada jamais à revelia dos sujeitos políticos e dos grupos envolvidos. O processo de construção metodológico deve atingir o nível de complexidade das ações sociais para verdadeiramente compreender os fenômenos não revelados nem explicitados. Logo, o empoderamento deve implicar desfazer as construções sociais negativas, de forma que as pessoas atingidas cheguem a ver-se como possuidoras de capacidade e direito de atuar e ter influência. Rowlands (2005) afirma que, na concepção ampliada do empoderamento, cabe observar três dimensões importantes: a) Pessoal: aqui o empoderamento supõe o desenvolvimento do sentido do eu, da confiança e da capacidade individual, e desfazer os efeitos da opressão interiorizada. b) Relações próximas: aqui o empoderamento refere-se ao desenvolvimento da capacidade de negociar e de influir na natureza da relação e das decisões que se tomam dentro dela. c) Coletiva: quando os indivíduos trabalham conjuntamente para obter um impacto mais amplo do que poderia ter alcançado cada um deles em separado. Isso inclui a participação nas estruturas políticas; deveria abarcar também a ação coletiva baseada na cooperação e na competência. A ação coletiva pode estar centrada tanto em nível local, por exemplo, no âmbito do povo e do bairro como em nível institucional, seja redes nacionais e nas Nações Unidas.

O empoderamento de pessoas e grupos jamais pode ser algo linear e vindo de cima e sem a participação política direta dos sujeitos envolvidos e dos atores mais interessados no assunto. Os agentes externos do desenvolvimento, de maneira geral, não empoderam nem procuram discutir as relações de poder inerentes à ligação e à associação entre os projetos implementados e às comunidades. É comum não querer discutir as relações de comando e obediência no momento de implementação da política pública; a maneira mais sutil é desviar os conflitos e as reflexões críticas que, muitas vezes, são consideradas como perda de tutela sobre os sujeitos por

parte de quem está no comando das políticas públicas. Rowlands (2005) lembra que qualquer noção de empoderamento outorgada por um ou outro grupo oculta uma intenção de manter o controle, pois o poder não pode ser concedido, todavia eleva de dentro e do cerne dos grupos e dos atores sociais.

Dessa maneira, Batliwala enfatiza que:

El proceso de empoderamiento es, entonces, una espiral que altera la consciencia, identifica áreas de cambio, permite crear estrategias, promueve el cambio canaliza las acciones y los resultados, que a la vez permiten alcanzar niveles mas altos de conciencia y estrategias mas acordes con las necesidades y mejor ejecutadas. Visto así, el empoderamiento en espiral afecta a todos los involucrados: el individuo, el agente activista, la colectividad y la comunidad. Por ende, el empoderamiento no puede ser un proceso vertical o unilateral. (BATLIWALA, 1997, p. 201).

No dizer sempre expressivo de Sen (1997), o empoderamento e a autonomia não é algo que pode ser feito a alguém por outra pessoa, já que mudanças na consciência e na autopercepção são importantes e, quando elas ocorrem, podem ser a mais explosiva criatividade de energia, permitindo transformações, a partir do qual muitas vezes não há como voltar atrás. E, sendo assim, o empoderamento não pode ser feito por agentes de mudança externos, visto que a dinâmica do processo é definida pela extensão e a rapidez com que as pessoas mudam a si mesmas. Dessa maneira, conforme ela: “[...] os governos não capacitam as pessoas, elas se fortalecem. Que o que políticas governamentais e ações podem fazer é criar um ambiente favorável ou agir como uma barreira ao processo de empoderamento” (SEN, 1997, p. 3).

5 Empoderamento: a palavra com as lideranças indígenas

A categoria empoderamento foi aplicada tanto nos diálogos com lideranças indígenas, na TI Mangueirinha, quanto nos encontros agendados com os dirigentes vinculados à Funai, ArpinSul e Conselho dos Caciques do Paraná. Em relação às entrevistas realizadas, todas as lideranças foram questionadas sobre como veem a questão do empoderamento étnico, assim como a percepção delas sobre o fenômeno liderança indígena na atualidade.

Assim, a discussão a respeito do assunto revela aspectos importantes da interação social dos indígenas na sociedade envolvente e com o Estado nacional. Conforme Azelene Kaingang, socióloga e funcionária pública da Funai, o empoderamento está associado ao conhecimento técnico-científico conquistado com o envolvimento dos povos indígenas com a sociedade externa. Afinal, ela convive, há muito tempo, com a sociedade não indígena e participa ativamente representando os povos originários nos organismos nacionais e internacionais, o que, em certa medida, proporcionou-lhe acessar mecanismos e ferramentas técnico-científicas importantíssimas para o empoderamento individual, político e étnico (coletivo). De acordo com Azelene, a sociologia a ajudou muito a compreender a sociedade não índia e a qualificar a sua intervenção política nas discussões referentes às atividades promovidas pelos organismos internacionais como Organizações das Nações Unidas (ONU) e Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os direitos dos povos indígenas. O discurso afirmativo de Azelene faz pensar na perspectiva sociológica do empoderamento como um recurso importante que impulse os sujeitos e/ou grupos sociais a buscar a liberdade de expressão, a autonomia e a emancipação social, sobretudo em conjunturas políticas desiguais de relações de poder (ANTUNES, 2002; IORIO, 2002; SEN, 1997).

Azelene Kaingang, quando interpelada sobre a temática e o considerar-se uma liderança empoderada e capacitada para dialogar como porta-voz dos povos indígenas, no campo de intermediação dos organismos nacionais e internacionais, ela refletiu e respondeu:

Eu sim! Eu sim! Eu me considero uma militante empoderada né, porque eu tive acesso a coisas, porque eu tive acesso a mecanismos e a ferramentas e ao conhecimento técnico-científico do homem branco. Eu acho, que é assim, hoje, ele é indispensável para o empoderamento de qualquer liderança e de qualquer pessoa. Assim, por que eu posso ser uma liderança, uma liderança de base lá dentro do território indígena, entendeu. Mas, se eu não tiver um conhecimento técnico-científico ou se alguém não me explicar o que que é isso, eu não tenho condições de discutir alguns direitos fundamentais do meu povo. Por exemplo, as políticas públicas, cheia de

conceitos, cheia de armadilhas para se discutir, né. Então, é necessário isso, daí uma forma de eu me empoderar foi acessar uma universidade. Acessar o conhecimento do homem branco, que eu não gosto dessa palavra homem branco, mas da sociedade não-indígena. (Azeleno, socióloga e servidora pública na Funai).

O trecho acima revela um pouco a história da líder indígena em contato com o mundo das instituições políticas e sociais da sociedade ocidental. Suas reflexões críticas sobre o processo de como as políticas públicas são pensadas, desenhadas e elaboradas em gabinetes governamentais e escritórios não governamentais, sempre a portas fechadas e à revelia dos interesses dos povos autóctones. Ela lembra que uma elite togada e urbana, constituída por juristas, procuradores, parlamentares, consultores técnicos, indigenistas e antropólogos, elaborava, no passado, as leis e as políticas públicas sem que os maiores interessados participassem dos rumos do debate. A partir dos anos 1990, o Brasil tornou-se signatário de várias declarações internacionais sobre os direitos humanos e os povos indígenas brasileiros. Como parte legítima do processo em questão, passaram a reivindicar o direito de participação ativamente no debate de políticas públicas que dizem respeito à vida das populações tradicionais no Estado Nacional.

Azeleno assinala que os conceitos e as definições de políticas indigenistas são elaborados de maneira tão abstrata e tão carregados de valores que não é possível serem entendidos pelas populações autóctones se não forem explicados claramente os significados, as estratégias e os efeitos deles na vida das comunidades indígenas. Segundo ela, às vezes, a explicação para algumas comunidades tradicionais, que não falavam português, muitas vezes, sucedia apenas na língua materna, no caso, o Kaingang. A explanação de Azeleno sobre o processo de interação e o ato de transmitir o conhecimento aos caciques, no próprio idioma deles, faz lembrar o conceito de tradução cultural de Michaela Wolf (2008), que significa não transmissão literal e arbitrária de terminologias socioculturais, mas translação, deslocamento e mobilidade do outro sujeito que resiste – no caso, o interessado no processo de apropriação do novo conhecimento, que, comprometido com a

tradução cultural, mostrará o significado real para as pessoas interessadas. Nesse sentido, a tarefa do tradutor é se envolver, transpor e agir no processo de construção de novos conhecimentos.

O testemunho da militante indígena, a seguir, revela a conscientização étnica e a habilidade para navegar nas duas culturas (a indígena e a da sociedade envolvente), articulando e negociando as garantias dos direitos políticos dos povos originários:

Eu conheço minha cultura. Eu domino melhor do que ninguém minha cultura. O que eu quero é o seu conhecimento, é o seu saber como não indígena para eu poder me defender de você mesmo, entendeu. Então, o empoderamento, essa forma de ter o poder, e de ter o conhecimento, porque informação hoje é poder, né. Ela dá para você, aliás, abre para você acessos importantes, que vão afunilando-se. De certa forma, eles vão afunilando-se, que não são todas as pessoas que têm acessos. E você vai fazendo parte, e você vai cada vez mais nesse afunilamento fazendo parte de um grupo seleto de pessoas na medida em que você vai aprendendo. Ou seja, na medida em que você vai conhecendo, se informando. E mais do que isso, quando nós indígenas acessamos esses espaços como as universidades, a gente está contribuindo numa outra questão, que é de fazer as sociedades não-indígenas nos entenderem e também nos respeitarem. Porque eu acho, que você só respeita aquilo que você conhece. Se você não conhecer, você não respeita. Então, na medida que você vai também fazendo parte desse afunilamento, você também vai qualificando as pessoas para que elas conversem com você e te entendam. E, só fazendo um parêntese, quando eu participei da discussão da Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas e outros fóruns internacionais, como o fórum da Terceira Conferência Mundial contra o racismo que aconteceu em Durban, na África do Sul, eu lembro que, numa pré-conferência que aconteceu em Genebra, Suíça, a gente discutia essa questão da adoção do termo povos indígenas dentro da Declaração, e, muitos países, não concordavam com esse termo. Por que, quando você fala povo, você fala o povo do mundo, o povo das américas, de uma forma bem genérico. Quando você fala povos, quando você coloca o “s”, agrega o “s”, a essa palavra. Logo, você reconhece que ele é diverso. E que não existe um único

povo, mas que existem muitos povos. Além disso, que são diversos entre eles e das sociedades que o cercam. Então, muitos países não aceitavam colocar “s” na palavra povos, porque aí eles teriam que reconhecer essa diversidade e proteger essa diversidade e adotar políticas para tanto. Então, muitos países não queriam reconhecer. (Azelene, socióloga e servidora da Funai).

Aliando ao discurso anterior, Azelene continuou narrando a experiência pessoal e política como representante dos povos indígenas das três américas na ONU, como integrante da delegação oficial do Brasil para discutir a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, em 2006. Ela participou de todas as edições anteriores do evento, porém, em 2011, foi impedida pelo governo federal, por meio de uma notificação da própria Funai, de representar o Brasil na conferência da ONU. O órgão indigenista alegou que a indígena nunca representou o Estado brasileiro e, sim, os povos indígenas, por isso haveria de dar oportunidade para um outro servidor não indígena.

Retomando as narrativas pessoais de Azelene, ela contou minuciosamente sobre a sua intervenção política feita no fórum da ONU, em 2007, quando usou de cinco minutos para defender os direitos dos povos indígenas. Assim, conforme ela:

Aí, eu me lembro que, nessa época, eu fiz parte da delegação brasileira oficial para discutir essa questão. Havia um grupo fechado de discussões, que um diplomata brasileiro me convidou para participar. Aí um diplomata francês falava assim, porque eu tenho que reconhecer eles como povos diferentes? Por que olha ela é igual a mim, ela não tem diferença de mim. Ela é igual a mim. Por que eu tenho que reconhecer a ela direitos diferentes, ou seja, direitos além daqueles que eu tenho como cidadão francês? Aí, o diplomata brasileiro perguntou se eu queria responder. Eu disse, eu quero responder. Aí ele falou, olha como você tem dificuldade com o inglês. Então, você pode falar em português e eu transmito por inglês para a tradução da ONU, das Nações Unidas, repassar para todos presentes. Eu falei tá bom! E quando ele acabou de falar. Eu fiz o sinal para acender a luz do microfone, aí eu comecei a falar em língua Kaingang, eram uns quatro minutos que podia falar. Eu falei uns três minutos em idioma Kaingang. Aí a tradução da ONU

parou, porque não tem tradução para língua Kaingang. Todo mundo ficou me olhando assim, né. O diplomata brasileiro olhando também. Por que eu não falei que iria falar em língua Kaingang. Quando faltava um minuto mais ou menos, eu falei em português. Eu perguntei, se ele tinha entendido o que eu falei ao diplomata francês. O diplomata brasileiro perguntou para ele. Ele disse (diplomata francês) que é óbvio que não tinha entendido nada. Eu falei, sabe por que você não entendeu, porque só um povo no mundo fala essa língua, que é o meu povo. Por isso, você não entendeu. É por isso que sou diferente de você. Então, de como o empoderamento, de como acessar mecanismos e ferramentas e espaços eles servem de estratégias políticas para a gente. Para a gente poder dessa forma contribuir não só de políticas, mas de legislações, de normas, de declarações, de pactos internacionais dos direitos humanos né, do direito internacional, em favor de nossos povos e de nossas comunidades. Então, eu me sinto uma militante empoderada exatamente por isso, porque eu consegui acessar mecanismos, ferramentas, espaços, saberes, conhecimentos, informações, culturas que me permitiram colaborar e contribuir não só com o meu povo, mas com os povos indígenas do Brasil, das Américas e do mundo. No sentido de assegurar e de garantir direitos que hoje estão aí, sendo discutidos, adotados, seguidos, gerando jurisprudência em julgamentos internacionais. Então, é assim, por isso, que me sinto uma militante empoderada. (Azelene, socióloga e servidora pública na Funai).

À medida que uma liderança étnica usa o próprio conhecimento do inimigo – expressão cunhada por ela – como estratégia política para defender os direitos políticos, sociais e coletivos dentro do Estado-nação, duas questões vêm à baila: a primeira questão tem a ver com o fato de os povos indígenas acessarem constantemente os sistemas culturais e os mecanismos formais para conquistar direitos e políticas dentro da sociedade envolvente. Ou seja, utilizarem as próprias armas do opressor para se defenderem com mais sabedoria e igualdade. A segunda questão refere-se aos limites e possibilidades de uma atuação afirmativa do movimento indígena dentro do Estado racional-legal. Assim, até onde a autonomia e a liberdade dos povos originários são preservados – pela tradição dos grupos – sem que se confundam com os conceitos de

liberdade vigiada e autonomia relativa dos sujeitos dentro do Estado moderno.

No tocante à questão da afirmação política dos direitos originários, a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, no Capítulo VIII, Dos Índios, é um exemplo desse protagonismo indígena durante as últimas décadas no Brasil. Não quer isso dizer que os direitos presentes nos livros e nos manuais jurídicos sejam efetivados na prática. É preciso constantemente lutar para afirmar e materializar o direito que está nos livros como realidade social dos povos indígenas e não indígenas desprotegidos. Para Ari Paliano, advogado e liderança Kaingang, é preciso que o índio aproprie-se fundamentalmente da “técnica-jurídica, para que ele vá prá frente e use a nosso favor do nosso povo e das comunidades”, completou. Na mesma linha de entendimento, Rildo Mendes, coordenador técnico da ArpinSul e morador do Toldo Imbu, Santa Catarina, sustentou o argumento anterior: “se uma liderança tem o conhecimento técnico acima dos demais, ela consegue ter maior poder de decisão na esfera regional e local”.

Uma reflexão que deve ser feita é sobre quando as lideranças aprendem a reivindicar e a negociar na arena de disputas no Estado-nação. A ação delas pode interferir no desenho das políticas públicas específicas, além de rever a maneira como o sistema de poder lida com as questões que lhes dizem respeito cotidianamente. É importante salientar que, nesse processo político no campo da intermediação política, todos aprendem a jogar o jogo, inclusive as próprias lideranças indígenas. Normalmente, elas tornam-se mais conscientes da realidade e aparecem como sujeitos de direitos visíveis à sociedade envolvente. É óbvio que isso incomoda as instituições socio-políticas que, dependendo da conjuntura, são obrigadas a revisar as práticas de intervenção social, ora para acatar as demandas coletivas dos movimentos sociais, ora recuar e reprimir as reivindicações coletivas.

O despertar para o empoderamento individual, político e coletivo foi narrado pelo cacique Valdir: “Então, eu não conhecia Funai, não conhecia o Estado, as autoridades, deputado, governador e nem prefeito daqui de Manguaçu. Eu fui aprendendo, participando e me envolvendo com a sociedade

local e as instituições de governo”. De fato, as lideranças recebem geralmente as primeiras lições de governança, de formação política na base, para, em seguida, lançarem-se na luta em defesa da política indígena regional em que vão conhecer os meandros das instituições governamentais. Nesse momento de ativismo político, elas acabam circulando bastante por áreas e conhecendo a realidade socioeconômica e política de outras comunidades indígenas.

De acordo com o cacique Valdir, a aprendizagem com as instituições políticas o fortaleceu politicamente a ponto de ser sempre consultado por outras lideranças sobre diversos assuntos, inclusive, já prestou orientação política para o Conselho Estadual dos Caciques do Paraná e o Conselho Regional dos Caciques de Guarapuava, Paraná. Assim, as entidades referidas buscavam seu auxílio quando se tratava de decisões importantes sobre política indigenista regional. Iorio (2002, p. 29) esclarece que “[...] as pessoas empoderam-se a si mesmas”. Em razão disso, Antunes (2002) explica que o empoderamento não é algo feito por alguém a outra pessoa. É uma conquista e ainda mais um estímulo individual e coletivo. O sentido verdadeiro é a transformação do poder de baixo para cima, isto é, a conscientização política como prática poderosa em face de todo e qualquer processo que seja neutro, despolitizado e não emancipatório dos sujeitos (FREIRE, 1986; SEN, 1997; IORIO, 2002; ROMANO, 2002).

Romancil Cretã, articulador político da ArpinSul, atestou o argumento do cacique Valdir a respeito do empoderamento e declarou-se decisivo quando se trata de articulação política dos povos indígenas no Sul do Brasil. Assim, questionado se ele se considerava uma liderança empoderada, afirmou:

[...] Eu acho que sim. Eu acho que eu tenho esse empoderamento. Eu percebo, às vezes, que a minha liderança assusta muito. Por que eu consigo com um simples telefonema, hoje, e com uma conversa com outras lideranças, a gente consegue fazer um movimento imediato. Então, eu acredito que eu tenha esse empoderamento. E o empoderamento não só pela questão de você fazer reivindicações, mas, o empoderamento de você adquirir o conhecimento também, conhecimentos políticos, saber avaliar a conjuntura política independente

do governo que está no Estado ou Governo Federal. Você saber que nem um governo é igual a outro. O Governo do Paraná você tem que trabalhar de um jeito com ele, o de Santa Catarina, de outro e o do Rio Grande do Sul, de outro. Mas, você tem que tentar, ter estratégias de dialogar com cada um deles no dia-a-dia. Então, eu acredito que isso é o empoderamento de você entender e saber atuar na esfera das negociações. Não é só pelo poder de você chegar e vamos fazer um movimento agora. Não é só disso! O empoderamento, desde o entendimento político que você tem dos direitos. Você saber, quando você está na frente de um Deputado Federal, quando você está na frente de um Senador, de uma Governador, do Prefeito. Você saber a postura que você tem que ter perante ele. Quando é uma pessoa que você quer amedrontar ele, para ele ficar e se preparar que o próximo é ele dentro de uma reivindicação. Tem o jeito, eu consigo fazer essas falas. Essas estratégias. Eu consigo assustar as pessoas desse jeito. Para mim, o empoderamento é você ter o conhecimento do que você vai fazer naquele momento. E tem que ser iluminado também, porque se você não for iluminado. Então, eu acredito que seja isso o empoderamento. (Romancil Cretã, coordenador político da ArpinSul).

Em outras palavras, Romancil explica que é fundamental as lideranças desenvolverem uma visão crítica de mundo no campo da intermediação, isto é, atingirem uma conscientização política aliada à estratégia de ação no campo de disputas de poder.

Adir, coordenador técnico da Funai, refletindo sobre a questão do poder institucionalizado e as obrigações enquanto indígena no exercício da função, explicou que, para a função dele, é necessário conhecimento técnico-científico e está bem atualizado. Por isso, o líder precisa saber acolher todas as demandas comunitárias e negociá-las a ponto de transformá-las em ações efetivas de políticas públicas de assistência aos direitos dos povos indígenas. Assim, no tocante à questão do empoderamento, ele respondeu:

Não deixa de ter. O cargo que você ocupa, se você não tiver um pouco desse empoderamento, dessa capacidade de liderar, você também não permanece. Você tem um pouco de poder, você não pode esquecer que tem obrigações a cumprir com o governo. No meu caso, eu tenho obrigações a cumprir com o governo, com a instituição

(Funai), que são metas a serem desenvolvidas dentro das comunidades. São normas burocráticas que têm de ser seguidas. Não deixa de ter um pouco de poder, porque você, na hora que você escreve um projeto, detalha um projeto junto com a comunidade, está representando o que você aprendeu e mostrando para a comunidade na prática. A comunidade começa a ver com outros olhos. O projeto começa a ganhar corpo. Eles começam também a te respeitar como líder. Mas eu não me considero uma liderança comunitária. Eu me considero, tenho até uma certa liderança. Liderança que vem de mim. Mas não que eu seja uma liderança indígena. Eu sou mais um braço do Governo Federal a serviço das comunidades indígenas. Trabalhando pelo Governo nas comunidades indígenas. (Adir, coordenador técnico local da Funai).

Valfride, professor bilíngue, falou que se sente fortalecido e empoderado apenas para dar sugestões e orientar as lideranças na comunidade. Ele explicou que gostaria de exercitar mais o papel de intermediador político entre as duas culturas – a indígena e a do branco. Assim, sempre que as lideranças internas, ligadas ao cacique, pediam algum auxílio e/ou orientação, nunca hesitou, sempre aconselhava e participava das atividades políticas internas. Em suma, ele declarou que o objetivo é trazer para a comunidade os temas importantes que ocorrem externamente e traduzir internamente para seu povo. Dessa maneira, ele considera que:

O único poder que eu tenho como professor, é de orientar. Por exemplo, seria isso meu trabalho, e é isso que eu quero exercer. Ter o poder, assim, de orientar as pessoas do que acontece lá fora, na sociedade não-indígena. E que nós também estamos inseridos e que nós somos diferentes. Como eu sempre falo, a gente é assim um povo, ainda, que vive na coletividade. Se você cair fora dessa coletividade, as coisas perecem. Então, a nossa força, desde antes, é a coletividade, a comunidade. Porque você sozinho não consegue fazer nada! Pode notar até a questão, das manifestações contra isso e contra aquilo. Então, se você não só nas sociedades indígenas, mas também nas sociedades não indígenas acontece isso. É a força do grupo. Eu sempre converso com o pessoal aqui da Terra Indígena Mangueirinha, sozinho você não vai fazer nada. Então se você está engrupado, aí a coisa anda. (Valfride, professor bilíngue da Escola Estadual Indígena Jykre Tãg).

Nota-se que, Ivan, advogado e militante político da Terra Indígena Apucarantina, município de Tamarana, localizado no Norte do Paraná, afirmou conhecer a temática, porém, não se considera ainda empoderado, porque não vê efetivamente canais que facilitem a participação indígena na vida política dentro do Estado nacional. De acordo com Ivan “[...] o empoderamento só vai chegar quando ocuparmos cargos nos três poderes essenciais do País, por exemplo, no poder executivo, legislativo e judiciário, para termos o poder da caneta e usar a favor dos povos indígenas”. De acordo com ele, é preciso que os povos indígenas assumam posições estratégicas no Estado-nação, sobretudo participando de decisões importantes a respeito das políticas públicas e direitos indígenas.

O pouco espaço reservado aos povos indígenas na sociedade vem motivando os representantes étnicos a buscar o aprimoramento educacional como recurso político e cultural poderoso para interagir com as instituições jurídico-políticas na América Latina. Assim, Ulloa (2004) cita o exemplo da Colômbia, onde os povos originários conquistaram avanços significativos depois que o Estado colombiano proporcionou um processo de descentralização administrativa e revisão constitucional, em 1991. Vale ressaltar, ainda, que o País ratificou a Convenção 169, da OIT, em 1989, reconhecendo os índios como cidadãos com plenos direitos de manter a sua identidade e seus territórios tradicionais. Convém notar, outrossim, que, além dessas conquistas anteriores, o movimento indígena colombiano conquistou uma jurisdição eleitoral especial que garante aos povos originários daquele país duas representações no Senado Federal colombiano.

6 Considerações finais

As exigências destacadas anteriormente demandam das lideranças habilidades para interagir e transitar construindo redes de relações sociais com a sociedade não indígena. Com efeito, a construção de alianças com outros movimentos sociais e políticos é uma estratégia de sobrevivência política para além dos aldeamentos. Portanto saber interagir no mundo dos brancos, sobretudo nas instituições sociais, poderá render experiências

importantes para o bom exercício tanto dentro quanto fora da aldeia. Então, expressar-se bem no idioma português, no sentido de discutir com desenvoltura acerca das políticas indigenistas, é um diferencial importante no campo social e político.

Dado interessante que emergiu nas falas dos entrevistados é a tendência das novas gerações de Kaingang em alcançarem níveis de instrução elevados, sobretudo acadêmicos, como uma ferramenta fundamental para compreender e interpretar as políticas públicas, os códigos, as leis, as resoluções nacionais e internacionais da sociedade não indígena. O fato de os novos protagonistas buscarem conhecimento para compreender as políticas públicas tem a ver com a dificuldade das lideranças mais velhas ou tradicionais de lidarem com os conceitos abstratos existentes nas políticas indigenistas na atualidade.

Aliado à questão anterior, o estudo demonstrou que os Kaingang, além de exigirem de seus representantes determinadas condutas e distintivos inerentes a um líder étnico (confiança, respeito, tradição familiar, linhagem clânicas etc.), também vêm sinalizando para um tipo de ator político com alto grau de instrução. Ou seja, o entendimento é de que, no mundo atual, não se pode mais viver totalmente isolado, apenas do conhecimento tradicional e das leis internas do grupo. Muitos entrevistados relataram a necessidade de aprender – aprender para defender-se do inimigo. O confronto com este já não será mais por meio dos instrumentos de guerra do passado guerreiro como o arco e flecha, usando uma metáfora recorrente entre eles na TI Manguueirinha, mas, sobretudo por meio do ‘papel e da tinta’. O fato é que a apropriação do conhecimento não indígena pelo índio é visto pelo Kaingang como um recurso político importante para negociar projetos comunitários, verbas públicas, cargos políticos e legislação indigenista.

Então, ainda em relação à questão dos atores sociais, a investigação revela que os perfis das lideranças são base-intermediária-nacional, mas, não é uma regra geral para todos os povos. Eles podem mudar e tomar outros contornos conforme as especificidades e a conjuntura sociopolítica de cada grupo étnico. Apesar da complexidade dos fenômenos estudados, pode-se dizer que os Kaingang

seguem essa lógica de representação política. Assim, a legitimidade de uma liderança está na sua capacidade de articular os trabalhos entre aldeia-cidade-aldeia sem perder o vínculo social e político com qualquer uma das esferas.

Ainda, observa-se que o papel político e cultural das diversas lideranças é muito importante para os Kaingang. Eles são representantes fundamentais das comunidades dentro do Estado-nação. No caso específico dos Kaingang, é mais significativo estar bem representado, sobretudo no sul do Brasil, onde as lideranças de base têm um papel muito importante dentro dos aldeamentos. Assim, a comunidade acaba sendo um grande laboratório de formação política de lideranças de base que vai lapidando para outros ambientes como o regional e o nacional.

Referências

- ANTUNES, Marta. O caminho do empoderamento: articulando as noções de desenvolvimento, pobreza e empoderamento. In: ROMANO, Jorge; ANTUNES, Marta (Org.). *Empoderamento e direitos de combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 91-116.
- BAQUERO, Ruth Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 173-187, 2012.
- BATLIWALA, Srilatha. El significado del empoderamiento de las mujeres: nuevos conceptos desde la acción. In: LEÓN, Magdalena (Comp.). *Poder y empoderamiento de las mujeres*. Santa Fé Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1997. p. 187-211.
- CHAGAS LIMA, Francisco. Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava. *Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo IV, n. 13, p. 43-64, 1842.
- COLEMAN, James S. Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, v. 94, p. 95-120, jul. 1988. Suplemento.
- FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Medo e ousadia*: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 10 jun. 2008.
- HEWITT, Hugh. *Blog*: entenda a revolução que vai mudar o seu mundo. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2007.
- HOROCHOVSKI, Rodrigo R.; MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais, UFSC, 2007, p. 485-506.
- IORIO, Cecília. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: ROMANO, Jorge; ANTUNES, Marta (Org.). *Empoderamento e direitos de combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 21-44.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- NIMUENDAJÚ, Curt. *Notas sobre organização religiosa e social dos índios Kaingang*. Campinas: Unicamp, 1993, p. 57-66.
- NOELLI, Francisco Silva. Repensando os rótulos e a história dos Jê no Sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva; TOMMASINO, Kimiye (Org.). *Uri e Wãxi: estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Editora UEL, 2000.
- PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- RAPPAPORT, Julian. Empowerment meets narrative: listening to stories and creating settings. *American Journal of Community Psychology*, v. 23, n. 5, 1995.
- ROMANO, Jorge O. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta (Org.). *Empoderamento e direitos de combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 9-44.
- ROWLANDS, Jô. *El empoderamiento a examen*. 2005. Disponível em: <<http://www.governabilidad.cl/modules.php?name=News&file=article&sid=809>>. Acesso em: 11 abr. 2009.
- SEN, Gita. *Empowerment as an approach to poverty*. Working Paper Series, n. 97.07, dez. 1997.
- TOMMASINO, Kimiye. Território e territorialidade Kaingang. Resistência cultural e historicidade de um grupo Jê. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva; TOMMASINO, Kimiye (Org.). *Uri e Wãxi: estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Editora UEL, 2000.
- ULLOA, Astrid. *La construcción del nativo ecológico: complejidades, paradojas y dilemas de la relación entre los movimientos indígenas y el ambientalismo en Colombia*. Bogotá, Colombia: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2004.
- URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 87-102.
- VEIGA, Juracilda. *Aspectos fundamentais da cultura Kaingang*. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2006.
- VILLACORTA, Alberto E.; RODRÍGUEZ, Marcos. Metodologias e ferramentas para implementar estratégias de empoderamento. In: ROMANO, Jorge; ANTUNES, Marta (Org.). *Empoderamento e direitos de combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 45-66.
- ZIMMERMAN, Marc A.; RAPPAPORT, Julian. Citizen participation, perceived control, and psychological

empowerment. *American Journal of Community Psychology*, v. 16, n. 5, p. 725- 750, 1988.

WOLF, Michaela. Translation – Transculturation. Measuring the perspectives of transcultural political action.

Translated by Kate Sturge. *Transversal*: eipcp multilingual webjournal, Viena, Austria, abr. 2008. Disponível em: <<http://eipcp.net/transversal/0608/wolf/en>>. Acesso em: 22 maio 2011.

O que queriam os Kalungas? A transformação do olhar acadêmico sobre as demandas quilombolas do nordeste de Goiás

What do the Kalungas want? The evolution of academic analysis of the demands of former-slave communities in the Northeastern region of Goiás

Lo que querían los Lalungas? La transformación de la mirada académica a las demandas cimarrones del nordeste de Goiás

Que voulaient les Kalungas? La transformation du point de vue de l'académie sur les demandes des communautés d'ex-esclaves au Nord-Est de Goiás

Cecilia Ricardo Fernandes*
(ceciliarfernandes@gmail.com)

Recebido em 02/12/2014; revisado e aprovado em 24/06/2015; aceito em 12/07/2015
DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1518-70122015216>

Resumo: O artigo tem como objetivo realizar uma retrospectiva sobre a literatura acadêmica, dos últimos trinta anos, sobre as demandas da comunidade quilombola Kalunga, do nordeste do estado de Goiás. A partir da análise de vinte e cinco textos, foram elencadas as principais demandas Kalungas presentes na literatura, que foram separadas em persistentes, parcialmente sanadas e recentes, a fim de se criar um retrato mais completo das transformações vividas por essa comunidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Remanescentes de quilombo; Territorialidade.

Abstract: The purpose of this article is to present a retrospective on the academic literature of the last thirty years about the demands of the Kalunga *Quilombo* (maroon) community situated in the northeast of Goiás State, in Brazil. The main demands of the Kalungas found in the literature were listed during the analysis of twenty-five texts. The demands were then classified as "persistent", "partially remedied" and "recent" in order to create a more complete picture of the changes experienced by this community.

Key words: Local development; Remnants of *Quilombo* (Maroon). Territoriality.

Résumé: Cet article a pour objectif de réaliser une rétrospective sur la littérature académique, lors des trente dernières années, au sujet des demandes faites par la communauté quilombola Kalunga, du nord-est de l'état de Goiás. À partir de l'analyse de vingt-cinq textes, nous avons recensé les principales demandes Kalungas présentes dans la revue de littérature. Nous les avons séparées en trois catégories, les persistantes, les partiellement résolues et les récentes, afin de créer un portrait le plus complet possible des transformations vécues par cette communauté.

Mots-clés: Développement local; Quilombolas restants; Territorialité.

Resumen: El artículo tiene como objetivo presentar una retrospectiva de la literatura académica de los últimos treinta años sobre las demandas de la comunidad maroon Kaluga, al noreste del estado de Goiás. Del análisis de veinticinco textos enumerados a cabo son las principales demandas Kalungas presentes en la literatura, que se separa en persistente, parcialmente subsanado y recientes, con el fin de crear una imagen más completa de los cambios experimentados por esta comunidad.

Palabras clave: Desarrollo local. Remanente del quilombo; Territorialidad.

1 Introdução

No início da década de 1980, o meio acadêmico desconhecia a existência dos remanescentes de quilombolas habitantes dos vãos do nordeste goiano. Foi recentemente, em 1982, que a primeira pesquisadora científica, Mari de Nasaré Baiocchi, entrou em contato com essas comunidades hoje denominadas de Kalungas. Pouco mais de trinta anos se passaram, mas diversas pesquisas acadêmicas já foram realizadas com essa comunidade nas mais variadas áreas do conhecimento, como antropologia, geografia, psicologia, pedagogia, botânica, turismo e direito.

Ao analisarem-se esses trabalhos, independentemente da área de concentração, observa-se que, ao longo do texto, são levantadas demandas da comunidade Kalunga, sejam estas percebidas pelos pesquisadores ou abertamente verbalizadas pelos moradores da região. No entanto cada acadêmico enfoca mais atentamente apenas aqueles problemas que são mais adequados ou retratáveis de suas problemáticas de pesquisa, sendo mais difícil obter um retrato geral das necessidades, problemas e conquistas da comunidade estudada. Além de serem poucas as tentativas em traçar esse panorama mais amplo da realidade Kalunga (BAIOCCHI, 1999; JATOBÁ, 2002;

* Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil.

UNGARELLI, 2009), é comum que indagações a respeito do desenvolvimento, ou desfecho, dos problemas abordados nos trabalhos acadêmicos, permaneçam sem resposta.

Não se pretende com essa observação desmerecer os estudos especializados e profundos realizados na comunidade. Eles são de grande importância para a caracterização da população e de seus problemas, e fundamentais para a compreensão detalhada de aspectos específicos. Entretanto a sistematização das informações obtidas ao longo dessas diversas pesquisas pode auxiliar no planejamento de futuros trabalhos científicos e ações governamentais no território Kalunga, indicando conflitos, prioridades e possíveis buracos do conhecimento a serem preenchidos.

Muitas demandas políticas, estruturais e jurídicas foram levantadas ao longo de vários anos de pesquisas de campo na comunidade, como legalização das terras, saúde básica, educação, estradas, transporte e segurança contra os grileiros. Atualmente muitas dessas reivindicações foram atendidas, mas novas demandas surgem junto com o aumento do turismo na região, o crescimento da pecuária, alterações nos sistemas produtivos, impacto de políticas públicas e a crescente abertura cultural entre quilombolas e as populações vizinhas.

Por acreditar na importância de se avaliar o passado ao planejar o futuro, o presente trabalho tem como objetivo realizar uma retrospectiva sobre a literatura acadêmica, dos últimos trinta anos, frente às demandas da comunidade Kalunga. A partir da análise de vinte e cinco textos científicos (extraídos de três bases de dados) que abordam o tema, dentre livros, monografias, dissertações, teses e artigos, pretende-se refletir sobre os problemas observados no território quilombola e, com isso, elencar as principais demandas presentes na literatura, observando suas persistências, ou não, nos relatos e as alterações que estas sofreram ao longo do tempo. Espera-se, dessa forma, traçar um breve relato das transformações recentes sofridas pela comunidade, construir um retrato mais preciso da situação atual desse quilombo e, a partir daí, levantar alguns questionamentos sobre possíveis demandas futuras.

2 Quilombagem e os Kalungas

O movimento histórico e social da quilombagem, caracterizado inicialmente pelos grupos de negros escravizados que se rebelavam e fugiam, teve seus primeiros casos documentados ao longo do século XVI. Em 1740, o Conselho Ultramarino já definia quilombo como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões nele” (SCHIMITT et al., 2002). Atualmente quilombo é definido pela Associação Brasileira de Antropologia como “toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado” (UNGARELLI, 2009, p.17). Entretanto, por mais que as definições formais não remetam ao assunto, é impossível se falar de quilombos sem adentrarmos na questão fundiária brasileira. No Brasil a ocupação das terras se deu por meio da expulsão de indígenas e negros, além da utilização de mão de obra escrava. Dessa forma, a territorialidade negra foi construída desde seu início sobre um constante estado de tensão e conflito (LEITE, 2008).

Com o fim da escravidão, em 1888, a marginalização desses grupos não foi abrandada, e as populações negras libertas continuaram sem acesso a terras, excluídas da economia nacional, a não ser como mão de obra barata para os latifúndios. Desde então, as comunidades remanescentes dos quilombos lutam por seus direitos e garantia de território (NEIVA et al., 2008), mas é só na década de 1980 que a questão quilombola é levada à Assembleia Nacional Constituinte, culminando no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, que diz: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1998).

A história da comunidade do quilombo Kalunga está intimamente ligada com os ciclos econômicos da região nordeste do Goiás, mais especificamente o ciclo do ouro, que, no século XVIII, trouxe a mão de obra escrava para as precárias minas da região. Tanto os escravos fugidos da mineração, quanto os que

vinham da região nordeste do Brasil, encontravam nos vãos goianos um refúgio suficientemente longe dos centros administrativos e das forças militares (AVELAR; DE PAULA, 2003). Essas terras, contudo, eram habitadas por populações indígenas, como os Acroás, Kaiapós e Karajás, que já haviam recuado do litoral à procura de refúgio (SIQUEIRA, 2012). Os relatos dos quilombolas contam que os indígenas não mantinham muito contato, evitando aproximações à luz do dia, mas que, aos poucos, alguns laços foram estabelecidos, estabelecendo-se trocas e misturas culturais (BAIOCCHI, 1999; ROCHA, 2009).

Atualmente, o quilombo Kalunga é o maior do Brasil, ocupando 272 mil hectares, com aproximadamente dez mil habitantes que formam mais de duas mil famílias. Estão organizados em mais de vinte comunidades em sessenta e duas localidades (PROJETO KALUNGA SUSTENTÁVEL, s./d.; SEPPIR/FUBRA, 2004). Ele se localiza entre três municípios do nordeste goiano (Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás) e pode ser subdividido em quatro núcleos principais: Engenho II, o Vão do Moleque, o Vão de Almas e o Ribeirão dos Bois (SOUZA, 2010). Os estudos sobre essa grande comunidade tiveram início na década de 1980, com a pesquisadora Mari de Nasaré Baiocchi, da Universidade Estadual de Goiás, mas é principalmente a partir de 1991, com a criação estadual do Sítio Histórico e Patrimônio Cultura Kalunga, que as universidades e instituições voltam seus olhares para as problemáticas desse quilombo.

3 Tradição e territorialidade

Os Kalungas são uma comunidade negra, em situação rural, que mantém uma profunda relação com a terra, perpassada pela ancestralidade e o isolamento (UNGARELLI, 2009). Baiocchi (1999, p. 12) explica melhor a questão do isolamento ao afirmar que os Kalungas estão “Isolado(s) no sentido de (como um quilombo) delimitar fronteiras e, coletivamente seguir uma história e cultura peculiar”. A principal atividade econômica do grupo é a agricultura familiar de subsistência. Entretanto sempre foi comum a troca do excedente por produtos não típicos da comunidade, como o sal e o café. Essa base

econômica não monetária, caracterizada pelo escambo, permitia uma equidade da distribuição dos bens dentro do quilombo (UNGARELLI, 2009), característica que hoje se encontra em declínio.

Atualmente, a comunidade mantém seu caráter produtivo de subsistência, sendo os principais cultivos a mandioca, o milho, o feijão e o arroz. Entretanto a agrobiodiversidade dessa comunidade é extensa e, mesmo com as alterações nos sistemas produtivos e os impactos das políticas públicas, ainda é possível encontrar um grande número de variedades cultivadas, muitas das quais de sementes locais, como é o caso do feijão, com quatorze variedades, a mandioca com oito, banana com quinze e arroz com dez variedades (FERNANDES, 2014; UNGARELLI, 2009). Toda essa diversidade sempre foi produzida nas roças de toco, ou coivaras, patrimônio da cultura cerratense. Essa técnica implica capinar-se a vegetação com enxada, preparar aceiros e, em seguida, manejar a passagem do fogo. Planta-se por dois ou três anos, após os quais a terra é deixada “parada” para descanso por mais alguns anos, período esse chamado de pousio. No território Kalunga, as parcelas escolhidas para o plantio são preparadas em terrenos mais próximos aos cursos de água e, por isso, muitas vezes, distantes das casas ou comunidades, as quais estão protegidas da elevação das águas em terrenos mais secos. Cada roça pertence a um grupo familiar, que semeia a terra coletivamente (BAIOCCHI, 1999; UNGARELLI, 2009; FERNANDES, 2014).

Além da agricultura, essas comunidades cultivam uma grande variedade de frutas e verduras nos arredores das casas e também dependem do extrativismo de espécies nativas da região, como jatobá, gueroba, pequi, baru, cagaita, mangaba, baquari, cajuí, coco indaiá, buriti e o licurí. O Sítio Histórico e do Patrimônio Kalunga conta com vários atrativos naturais, como cachoeiras e mirantes, sendo a cachoeira Santa Bárbara a mais visitada da região de Cavalcante, atração esta que demanda guias, alojamentos e alimentação para os turistas.

Outro atrativo para o turismo local são as festas religiosas que acontecem ao longo do ano e incluem rezas, danças e comidas típicas. Uma das mais conhecidas é a festa de Nossa

Senhora da Abadia, que ocorre na comunidade de Capela, na região do Vão de Almas, no mês de Agosto. É importante ressaltar que, em todas as manifestações culturais Kalungas, encontramos profundas relações com a sua territorialidade, “visto que é no espaço vivido que essas manifestações se dão, e no território que se definem as identidades com suas idiossincrasias” (LIMA; NAZARENO, 2012, p. 109).

Muita coisa mudou na comunidade Kalunga desde o primeiro contato com pesquisadores acadêmicos, trinta anos atrás. As casas já não são construídas unicamente de barro, o sustento não vem só da terra, os doentes não precisam ser carregados em redes até a cidade, já não se tecem as próprias roupas, e a luz não é sempre de lampião. A Internet chegou a alguns pontos do quilombo, e a população agora é representada pela Associação Quilombo Kalunga. Existe, em alguns lugares, posto de saúde, escolas, luz e transporte. Frente a tantas mudanças, surge a questão: “mas o que permanece dos Kalungas?”. Não há como responder a essa questão satisfatoriamente, sem entrar no debate sobre as noções de populações tradicionais.

Na definição de quilombo oferecida pela Associação Brasileira de Antropologia, já citada no início da seção dois deste texto, existem alguns elementos marcantes como: a dependência dos ciclos naturais, posição periférica frente à economia de mercado e a localização em áreas marginais menos transformadas. Estas são as três características listadas por Barreto Filho (2006), que sustentam o grande guarda-chuva conceitual, que é a definição de “populações tradicionais”, no qual os quilombolas Kalungas se inserem. Ainda de acordo com esse autor, não é preciso que os povos tradicionais voltem a suas formas antigas de viver, nem que as abandonem por completo e integrem a sociedade dominante. Segundo ele, existe uma terceira via, onde um grupo tradicional poderia: “[...] modificar seu modo de obter a subsistência, combinando as formas antigas e novas para poder manter e confirmar a sua identidade, permitindo, ao mesmo tempo, que a sua sociedade e sua economia evoluam” (BARRETO FILHO, 2006, p. 124).

Ao buscarem novas formas de se adequarem ao mundo, os Kalungas consultam

seu passado e projetam seu futuro, criando um diálogo saudável entre tradição e modernidade, que permite que se extraia o que melhor os define. As relações entre várias gerações da comunidade e as populações vizinhas são extremamente importantes nesse processo:

As tradições e os costumes das comunidades rurais negras são reconstruídos, constantemente, na relação com as gerações mais novas e também pelo contato com as populações circunvizinhas. Não se pode pensar as comunidades rurais negras, reconhecidas ou não como remanescentes de quilombos, como grupos “parados no tempo”. (DE SOUZA, 2008, p. 78-79).

Entretanto é preciso que não se negligencie os conhecimentos tradicionais dos povos que estão sofrendo mudanças sociais rápidas, como os Kalungas, pois a perda de elementos culturais é um problema tão grave quanto a perda de espécies (DIEGUES, 2001). Por isso é importante observar quais demandas estão sendo sanadas e quais novas estão surgindo, a fim de não se perder de vista os objetivos globais da comunidade e os rumos escolhidos no planejamento de um desenvolvimento mais sustentável.

4 Demandas passadas

Embora relatos escritos sobre a comunidade quilombola Kalunga não sejam recentes, como as cartas do Sargento Antônio J. Pereira, de 1821, ou a notícia do jornal Goiano de 1962 (BAIOCCHI, 1999), os primeiros relatos acadêmicos a respeito dessa comunidade se deram a partir da década de 1980, com a pesquisadora Mari de Nasaré Baiocchi. Ela foi a primeira pesquisadora a desbravar os vãos do nordeste goiano em busca de mais informações sobre os chamados, naquela época, calungueiros.

Desde as primeiras publicações sobre os Kalungas, por volta de 1983, muito material foi produzido, englobando diversas áreas do conhecimento acadêmico, como antropologia, geografia, história, nutrição, agronomia, turismo e, mais recentemente, a ecologia e o desenvolvimento sustentável. Buscando compreender melhor a trajetória dessa comunidade nos últimos trinta anos, pretendemos extrair, dos vinte e cinco textos analisados,

as principais demandas da comunidade quilombola Kalunga. As reivindicações não aparecem de forma similar em todos os trabalhos, nem de forma homogênea ou inter-relacionadas. Entretanto algumas demandas são mais constantes ao longo da literatura sugerindo algumas prioridades na visão dos pesquisadores

Os textos analisados foram escolhidos a partir da pesquisa em três plataformas de busca (Portal de Periódicos da Capes, Biblioteca Central da Universidade de Brasília e Banco de Teses, Monografias e Artigos da Universidade Federal do Goiás - UFG), utilizando-se apenas a palavra chave “Kalunga” a fim de não se excluir trabalhos a partir de suas áreas temáticas. Foram deixados de fora trabalhos comparativos ou que apenas citassem o caso Kalunga. Priorizaram-se os trabalhos que focavam no estudo de caso Kalunga ou que pretendiam retratar especificamente a realidade dessa comunidade. É importante citar que muitos dos artigos da década de 1980 e 1990, referentes aos Kalungas, não foram localizados para leitura, por não estarem disponíveis em formato digitalizado ou se localizarem apenas para consulta na Biblioteca da UFG. Entretanto os trabalhos escritos durante esse período pela pesquisadora Baiocchi são abordados de forma resumida em seu livro “Kalunga: povo da terra”, publicado em 1999, pois este compila grande parte das ideias dos textos anteriores à sua publicação (BAIOCCHI, 1983, 1984, 1990, 1991, 1995, 1994 e 1996).

Outros bons trabalhos sobre a problemática quilombola (LEITE, 2008; SCHMITT et al., 2002; SOUZA, 2008) foram deixados de fora devido a não tratarem especificamente da comunidade Kalunga, mas contribuíram imensamente para a compreensão das

questões raciais, históricas e jurídicas que envolvem esse enorme grupo denominado de “remanescentes de quilombos”. Ainda durante a escrita dessa revisão, novas pesquisas referentes aos Kalungas foram publicadas (ARAÚJO, 2014; RANGEL, 2014; ROSA, 2013; COSTA 2013), mas, apesar de atenderem aos critérios anteriormente citados, não houve tempo suficiente para serem incorporadas. A lista completa dos vinte e cinco trabalhos analisados para esse artigo, em ordem cronológica, pode ser vista na Tabela 1.

Ao longo desses trinta anos de pesquisa abordados neste trabalho, os Kalungas enfrentaram diversos problemas de ordem territorial, social e cultural. Alguns deles são constantes nos relatos acadêmicos, enquanto outros surgem apenas recentemente. Para tratarmos mais detalhadamente das demandas levantadas pelos autores pesquisados, elas foram divididas em três padrões: a) demandas persistentes; b) demandas parcialmente sanadas; e c) demandas recentemente. As demandas que não tiveram representatividade em uma parcela maior de artigos foram deixadas de fora da análise deste trabalho, o que não significa dizer que tais problemáticas são (ou eram) menos importantes para a comunidade. As demandas persistentes são aquelas que aparecem na maioria dos textos analisados, independente da época ou foco da pesquisa. As demandas parcialmente sanadas são aquelas que aparecem de forma expressiva nos textos mais antigos, mas que atualmente já não possuem grande relevância devido a já terem sido parcialmente trabalhadas. E, por fim, as demandas recentes que dizem respeito àqueles tópicos levantados apenas nos trabalhos dos últimos anos, e que muitas vezes, só aparecem após outros problemas mais urgentes serem sanados.

Tabela 1 – Ano, autoria, título e demandas dos textos analisados.

Ano	Autoria	Título do Trabalho	Principais Demandas Levantadas
1999	BAIOCCHI, M.N	“Kalunga: Povo da Terra.	Questão fundiária; invisibilidade social;
2002	JATOBÁ, D.	A Comunidade Kalunga e a Interpelação do Estado: da invisibilidade à identidade política.	Invisibilidade social; mobilidade; questão fundiária; perda de conhecimento local;
2003	AVELAR, G.A e DE PAULA, M.V	Comunidade Kalunga: Trabalho e cultura em terra de Negro.	Questão fundiária; educação, mobilidade; saúde; perda de conhecimentos locais;
2003	DAMANDO, G.I.	O Impacto do Turismo em Cavalcante (GO).	Impacto do turismo; êxodo rural; perda de conhecimentos locais;
2005	CRUZ, K.C.M.S. e VALENTE, A.L.E.F	A Cachoeira do Poço Encantado: empreendimento familiar e presença Kalunga na cadeia do ecoturismo em Teresina de Goiás.	Necessidade de projetos econômicos de viés sustentável; segurança alimentar; perda de conhecimentos locais;
2004	VALENTE, A. L. E. F et al.	Regularidade e Dignidade da Segurança Alimentar em Território Kalunga.	Segurança alimentar; necessidade de projetos econômicos de viés sustentável;
2007	PARÉ, M.L et al.	A educação para quilombolas: experiências de São Miguel dos Pretos em Restinga Seca (RS) e da comunidade Kalunga do Engenho II.	Educação; questão fundiária; Questão racial; desconhecimento das leis;
2007	TIBURCIO, B.A. e VALENTE, A.L.E.F.	O comércio justo e solidário é alternativa para segmentos populacionais empobrecidos? Estudo de caso em Território Kalunga.	Necessidade de projetos econômicos de viés sustentável; saúde;
2007	VELLOSO, A.D.	Mapeando Narrativas: uma análise do processo histórico-espacial da comunidade do Engenho II – Kalunga.	Questão fundiária; invisibilidade social;
2008	NEIVA, A.C.G.R. et al.	Caracterização Socioeconômica e Cultural da Comunidade Quilombola Kalunga de Cavalcante, Goiás, Brasil.	Saúde; educação; mobilidade; infraestrutura; perda de conhecimentos locais;
2008	DE SOUZA, M.L.A.	Comunidades Rurais Negras e Educação no Projeto ‘uma história do povo Kalunga’.	Questão fundiária; Educação;
2008	GODINHO, T.M.	O Lugar da Mulher no Quilombo Kalunga.	Questão de gênero; questão racial; perda de conhecimentos locais;
2009	BUZIN, E.J.W.K et al.	Simulação de Produção de Pequi no Território Kalunga.	Necessidade de projetos econômicos de viés sustentável;
2009	UNGARELLI, D.B.	A comunidade Quilombola Kalunga do Engenho II: Cultura, produção de alimento e ecologia de saberes.	Questão fundiária; segurança alimentar; conservação da biodiversidade; perda de conhecimentos locais;
2009	MASSAROTTO, N.P.	Diversidade e Uso de Plantas Medicinais por Comunidade Quilombolas Kalunga e Urbanas, no Nordeste do Estado do Goiás.	Impactos do turismo; saúde; perda de biodiversidade; perda de conhecimentos locais;
2010	CHIANCA, P.P.	Nas Vias do Reconhecimento – emergência étnica e territorialização Kalunga.	Questão fundiária; invisibilidade social;
2010	SOUZA, C.L.F.	A Comunidade Kalunga.	Questão fundiária; mudança climática; desequilíbrio ambiental;
2010	ALMEIDA, M.G.	Territórios de Quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalungas de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado.	Questão fundiária; impacto do turismo;
2010	AMORIM, W.M.	Kalunga, uma comunidade Tradicional no Cerrado.	Desequilíbrio ambiental; conservação da biodiversidade;
2012	LIMA, L.N.M. e NAZARENO, E.	Manifestações culturais em território Kalunga: a festa de Nossa Senhora de Aparecida como elemento de (re)afirmação indenitária e reaproximação étnica.	Infraestrutura; saúde; mobilidade;
2012	BARROS, J.R.	A percepção Ambiental dos Quilombolas Kalungas do Engenho e do Vão de Almas acerca do clima e do Uso da Água.	Mudança climática; degradação ambiental; conservação da biodiversidade; mobilidade;
2012	FRANCO, R.D.	A Desapropriação e a Regularização dos Territórios Quilombolas.	Questão fundiária; desconhecimento das leis;
2012	SANTOS, R.C.	Saúde e Alimentação em Comunidades Quilombolas de Goiás.	Saúde; segurança alimentar;

Ano	Autoria	Título do Trabalho	Principais Demandas Levantadas
2012	SIQUEIRA, R.C.M.	Instrumentos Jurídicos para a Organização das atividades Agrárias da Comunidade Kalunga do Engenho II.	Questão fundiária; ferramentas legais; necessidade de projetos econômicos de viés sustentável;
2013	FURTADO, M.B.	Cultura, Identidade e Subjetividade em uma Comunidade Quilombola: uma etnografia na comunidade Kalunga.	Invisibilidade social; segurança alimentar.

4.1 Demanda persistente

Em todos os trabalhos analisados, foram encontradas alusões à questão fundiária, do direito à terra. Já na década de 1980, as questões referentes a esse direito se destacaram como carro-chefe dos esforços por parte dos pesquisadores presentes na comunidade Kalunga. As primeiras denúncias de grilagem das terras quilombolas do nordeste goiano foram fundamentais para direcionar as pesquisas daquela época sobre o tema. Nelas, figuraram situações nas quais moradores eram pressionados a vender suas terras e, muitas vezes, nem sequer recebiam o valor combinado pelo negócio. Baiocchi relata a importância dessas denúncias:

As primeiras denúncias partiram da Contenda (1982), definiu-se aí o rumo do Projeto Kalunga – Povo da Terra que, de um projeto de pesquisa antropológica, amplia-se para a antropologia aplicada, no compromisso do retorno às comunidades [...]. (BAIOCCHI, 1999, p. 86).

Como já foi citado, os Kalungas possuem uma relação com o seu território na qual terra não é vista como passível da mercantilização; ela representa a sobrevivência daquele grupo, trazendo em si carga afetiva, simbólica e política que permite a manutenção dos seus costumes particulares (AVELAR; DE PAULA, 2003). Pela sua cultura, a terra pertence aos antepassados, que a conquistaram e fundaram as primeiras moradias, e os vivos podem apenas a usufruir, em grupos familiares, desses espaços (BAIOCCHI, 1999).

A terra/território é de extrema importância para a identidade da comunidade Kalunga e, dessa forma, fundamental para a preservação da sua cultura. O respeito ao legado e às conquistas desse povo deve essencialmente ser baseado no respeito ao direito Kalunga sobre a sua terra. Por isso não é de se estranhar que, além de surgir como a primeira demanda da comunidade, a questão fundiária

se mantenha até os dias de hoje como uma problemática constantemente abordada pelos pesquisadores.

As terras Kalungas sofrem intensamente com a pressão das fazendas vizinhas e com as investidas violentas dos grileiros. Por meio desses atores da especulação fundiária, a comunidade perde grande parte das suas terras produtivas, os roçados/roças, o que força a comunidade a procurar novas áreas, menos férteis, para o plantio. Em muitos casos, isso envolve desmatamento de novas áreas ou queda da produtividade, atividade que coloca em risco a segurança alimentar desses produtores. “A perda da terra, especialmente das áreas de roçados compromete a própria existência do quilombo, e da cultura Kalunga” (UNGARELLI, 2009, p. 20).

Apesar de em 1991 o governo do estado de Goiás ter criado o Sítio Histórico e Cultural Kalunga, protegendo 237.000 hectares, muitas áreas anteriormente utilizadas pelos quilombolas foram deixadas de fora, incluindo vários roçados. Em grande parte dos artigos, com maior ou menor ênfase, a questão da titulação das terras Kalungas é citada, seja referindo-se à perda de fartura, à grilagem das terras, ou aos mecanismos legais de reivindicação delas (BAIOCCHI, 1999; SIQUEIRA, 2012; FRANCO, 2012; VELLOSO, 2007). Infelizmente essa repetição não se trata apenas de um vício acadêmico, pois ainda hoje muitos moradores do quilombo Kalunga estão impedidos (seja por cercas ou por ameaças) de utilizarem as suas antigas terras produtivas, como relata a Dona Joanilda, citada no trabalho de Ungarelli:

[...] Que a maioria das terras tá tudo... só... só tem isso aí, só, que o povo acha mesmo que é da gente, né? Mas, em volta das terras de cultura tudo, tudo tá... são tudo nas mãos dos fazendeiros, não tem o título, e para produzir, lá, pra plantar, tem que... tem que ser com o apoio do sargento dele e tem fazendeiro que já não... não apóia! [...] (UNGARELLI, 2009, p. 58).

A titulação das terras é o primeiro passo para que as comunidades quilombolas se sintam empoderadas (SCHWARTZMAN et al., 2000). Tal sentimento é fundamental para que os atores locais se envolvam de forma efetiva, soberana e durável nas questões que permeiam suas vidas e, assim, possam responder com protagonismo aos estímulos e às oportunidades que se apresentem a eles (BURSZTYN; BURSZTYN, 2013). Sem o sentimento de empoderamento sobre as suas terras, é muito difícil trabalhar questões como preservação do meio ambiente ou o desenvolvimento local sustentável, pois a responsabilização perpassa a esfera do pertencimento. Portanto colocar a questão da titulação da terra como uma demanda primária e constante é, sem dúvida, o melhor caminho para, além de garantir os direitos dos Kalungas, assegurar que demandas mais recentes, como a conservação da biodiversidade, possam ter viabilidade futura.

4.2 Demandas parcialmente sanadas

Outro grupo de reivindicações que marca presença nos trabalhos publicados na década de 1990 e início dos anos 2000 é o das demandas por saúde, educação e mobilidade. Já nas primeiras observações de campo, os pesquisadores envolvidos relatam a falta de assistência médica, escolas e estradas. Contudo, ofuscados por reflexões referentes à importância da titulação das terras, o estudo desses problemas só se consolida fortemente na primeira década deste século.

Na área da educação, alguns estudos se aprofundaram, indo além da simples constatação do problema, como é o caso dos trabalhos “A educação para quilombolas: experiências de São Miguel dos Pretos em restinga seca (RS) e da comunidade Kalunga do Engenho II” (PARÉ et al., 2007) e “Comunidades Rurais Negras e Educação no Projeto ‘Uma História do Povo Kalunga’” (DE SOUZA, 2008). Nesses trabalhos, além da necessidade de criação de escolas, capacitação de professores e continuidade do ensino, nota-se uma profunda reflexão sobre a importância do material didático regionalizado e da formação adequada dos professores para a autoestima dos alunos e da comunidade.

Esta adequação do ensino formal à realidade rural e étnica dos grupos quilombolas

precisa levar em consideração as experiências vividas dos estudantes e a história de sua terra e seus antepassados (DE SOUZA, 2008), evitando a dicotomia rural/atrasado e urbano/evoluído que é tão presente no cotidiano das crianças Kalungas, principalmente aquelas que precisam se mudar para os centros urbanos em busca de continuidade em seus estudos.

A demanda por educação se encontra na categoria de “parcialmente sanada” devido à sua evolução nos últimos trinta anos. Quando Baiocchi entrou pela primeira vez em contato com os Kalungas, estes não possuíam nenhuma escola dentro do seu território. Já na década de 1990, escolas de ensino fundamental foram construídas em alguns núcleos da área Kalunga e, hoje em dia, as escolas da comunidade já contam com estruturas de alvenaria, energia elétrica e, em alguns casos, internet. Atualmente, uma das comunidades dentro do território já dispõe de segundo grau completo e, em 2011, a primeira turma inteiramente composta de Kalungas concluiu o ensino médio sem precisar se mudar para alguma cidade próxima.

A assistência médica também foi uma demanda muito presente nos trabalhos dos primeiros vinte anos de pesquisas, pois, para receber atendimento hospitalar, os familiares precisavam carregar os doentes em redes por três dias até a cidade mais próxima. Muitos não resistiam ao percurso, e por isso doenças facilmente tratáveis acabavam se tornando mortais pelo isolamento físico da comunidade. Em pesquisa realizada no ano de 2007 no território Kalunga, 50% dos entrevistados citaram a falta de assistência médica como principal problema local (NEIVA et al., 2008).

Percebe-se que o acesso à assistência médica e a mobilidade são demandas que se misturam e o investimento na resolução de um dos problemas pode acabar por beneficiar ambos, como é o caso da abertura da estrada que liga a comunidade Engenho II a Cavalcante. Essa iniciativa, aliada às caminhonetes cedidas pelo governo local para o transporte dos quilombolas, criou uma melhora significativa na mobilidade da população, permitindo o acesso facilitado às cidades próximas e, com isso, aos postos de saúde, escolas e comércios dessas localidades. Recentemente, também foram construídos postos de saúde,

como o Posto de Saúde da Família III, que se localiza dentro da comunidade Engenho II, oferecendo atendimento e medicamentos aos problemas de saúde mais comuns da população Kalunga.

Essas e outras melhorias básicas conquistadas pelos Kalungas ao longo desses trinta anos, como a atuação de agentes locais de saúde, respondem à maioria das demandas por saúde e mobilidade citadas nos textos analisados. Isso não quer dizer que os problemas de saúde e transporte desse quilombo estejam sanados, mas é um indicativo de que muita coisa mudou ao longo das últimas décadas e, com isso, algumas necessidades primordiais já foram atendidas. Outras demandas relacionadas à saúde, menos citadas, como o alcoolismo, baixa idade com que as jovens meninas se casam e engravidam (TIBURCIO; VALENTE, 2007) e qualidade da água (AMORIM, 2010) foram pouco aprofundadas nos textos analisados e carecem de mais estudos para que se possa avaliar sua evolução.

4.3 Demandas recentes

A partir de 2009 algumas tendências se tornaram mais evidentes dentro dos trabalhos a respeito da comunidade Kalunga. As três consideradas mais importantes foram: os estudos dos instrumentos legais; os estudos ambientais e de conservação; e os estudos sobre possibilidades de desenvolvimento econômico sustentável para a região. Cabe ressaltar que esses temas já apareciam em trabalhos anteriores, mas de forma mais sutil ou com menor frequência, e, por isso, foram classificados como demandas que emergiram mais recentemente.

Dois dos estudos analisados (SIQUEIRA, 2012; FRANCO, 2012) aprofundam as questões das ferramentas legais que podem, e devem, auxiliar os Kalungas nas demandas jurídicas envolvendo suas terras. Essa aparição mais tardia das temáticas legais pode estar relacionada com o fato de que as próprias leis que respaldam o direito à terra quilombola são algo muito recente, que não estava presente na Constituição, até 1988. Basta lembrar que as pesquisas de Biocchi se iniciaram em 1982 e que, em 1991, quando o Sítio Histórico Cultural Kalunga foi criado, muito pouco tinha sido feito a respeito da titulação das terras dos

remanescentes de quilombos. Logo, a prática jurídica envolvendo direitos quilombolas é recente, assim como seus estudos. Por isso, não é surpreendente que, na análise dos textos amostrados, esse padrão tenha se repetido.

Tratando-se das temáticas relacionadas ao meio ambiente, como a conservação e o desenvolvimento sustentável (BARROS, 2012; AMORIM 2010; SOUZA, 2010; UNGARELLI, 2009), o seu surgimento tardio não se deve à degradação ambiental ser uma problemática recente; afinal, a relação homem-natureza sempre implicou apropriação dos recursos naturais. Entretanto pensar em desenvolvimento é pensar em liberdades, como assinala Amartya Sen. Ou seja, o principal fim do desenvolvimento é a expansão das liberdades (VEIGA, 2005), e as principais limitações à liberdade, como a pobreza, tirania, carência de oportunidades econômicas, negligência dos serviços públicos básicos e intolerância, são exatamente aqueles desafios enfrentados no final do século passado pelos Kalungas.

Foi preciso sanar os problemas que limitavam as liberdades da comunidade, impedindo a ela se desenvolver, antes de se pensar em desenvolvimento sustentável. Em outras palavras, como planejar o futuro quando o próprio presente não está garantido? Foi assim na comunidade Kalunga, onde primeiro se estabeleceram condições mínimas de qualidade de vida nos povoados antes de se falar sobre conservação dos recursos, mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável, poluição da água e queimadas. Isso não significa que tais temáticas não tivessem importância anteriormente; apenas, que são problemas muitas vezes negligenciados quando não se tem certeza sobre o dia de amanhã.

Dentro dos estudos analisados, relacionados a temáticas ambientais, encontramos pesquisas que focam desde as percepções ambientais dos Kalungas (BARROS, 2012), até catalogações etnobotânicas a respeito de plantas medicinais locais (MASSAROTTO, 2009). Trata-se de um universo temático extremamente amplo, que começa a ser trabalhado, mas que possui um enorme potencial acadêmico.

5 E o futuro?

Os últimos trinta anos trouxeram diversas mudanças para a comunidade do quilombo Kalunga, e algumas delas ocorreram devido ao trabalho de alguns pesquisadores, que ajudaram a dar visibilidade aos quilombolas, apontando a sua antiga situação de vulnerabilidade e invisibilidade social. Entretanto o maior esforço parte, sem dúvida, dos próprios quilombolas, que lutam diariamente pelos seus direitos, evoluindo e ressignificando suas vidas e cultura frente às muitas possibilidades que se apresentam.

Os três principais tipos de demandas que emergiram dos trabalhos científicos analisados (constantes, parcialmente sanadas e recentes) dão bons indícios do caminho percorrido pelo quilombo nas últimas décadas. Elas nos mostram as principais dificuldades, batalhas e conquistas que a comunidade Kalunga enfrentou e ainda deve enfrentar nos próximos anos.

Como assinalou Barretto Filho (2006), o grande desafio que se apresenta para as comunidades tradicionais, nos dias de hoje, é encontrar um terceiro caminho, entre a tradição estagnada no passado e o completo abandono de suas raízes em busca da inserção na sociedade moderna. Essa não é tarefa fácil, mas as pesquisas acadêmicas podem ajudar apresentando novas perspectivas ou apenas diferentes pontos de vista sobre os problemas locais. Entretanto não cabe a nenhum pesquisador dizer qual caminho os Kalungas devem seguir. A autonomia desse grupo em decidir sobre o seu futuro é fundamental para o seu empoderamento e responsabilização frente aos novos caminhos que se apresentam. E que novos caminhos são esses?

Desde a pesquisa que levou à elaboração deste artigo, em 2012, muitas pesquisas novas foram publicadas e outras tantas identificadas. Fica claro que o interesse acadêmico pelo quilombo Kalunga e suas particularidades está crescendo, assim como os investimentos em infraestrutura, educação, capacitação e turismo. Várias pesquisas (UNGARELLI, 2009; ALMEIDA, 2010; BARROS, 2012) ressaltam a importância dos Kalungas na conservação da agro e biodiversidade locais. A ligação com a terra e com os ciclos naturais, presente na sua cultura, pode ser a porta de

entrada para iniciativas ligadas à preservação do meio ambiente e à sustentabilidade. Entretanto pode ser preciso, antes de seguir adiante, refletir sobre o passado e as recentes mudanças ocorridas na comunidade, a fim de que não se perca de vista (ou se encontre) o terceiro caminho, aquele que permita aos Kalunga aliar modernização e tradição em prol de uma melhor qualidade de vida de para as suas famílias.

Referências

- ALMEIDA, M. G. Territórios de Quilombos: pelos vãos e serras dos Kalungas de Goiás – Patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, GO, v. 4, n. 1, p. 36-63, fev. 2010.
- AMORIM, W. M. Kalunga, uma comunidade tradicional no cerrado goiano: relatos de viagem. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, GO, v. 4, n. 1, p. 211-223, fev. 2010.
- ARAÚJO, G. P. *O conhecimento etnobotânico dos Kalunga: uma relação entre língua e meio ambiente*. 2014. 218p. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF.
- AVELAR, G. A.; DE PAULA, M. V. Comunidade Kalunga: trabalho e cultura em terra de negro. *GEOgraphia*, n. 9, p. 115-131, 2003.
- BAIOCCHI, M. N. *Kalunga: povo da terra*. Brasília: Ministério da Justiça, 1999. 123 p.
- BARRETTO FILHO, H. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R. S. S.; NEVES, W. A. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 109-143.
- BARROS, J. R. A percepção ambiental dos quilombolas Kalungas do Engenho e do Vão de Almas acerca do clima e do uso da água. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, GO, v. 6, n. 4, p. 216-236, dez. 2012.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988). Brasília, DF: Senado, 1998.
- BURSZTYN, M. A.; BURSZTYN, M. *Fundamentos de política e gestão ambiental: caminhos para a sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Gramond, 2013. 603p.
- BUZIN, E. J. W. K.; PARREIRA, I. M.; FIGUEIREDO, R. S. Simulação da produção de pequi no território Kalunga. *Enciclopédia Biosfera*, Goiânia, GO, v. 5, n. 7, p. 1-25, 2009. Disponível em: <<http://www.conhecer.org.br/enciclop/2009/modelagem.pdf>>.
- CHIANCA, P. P. *Nas vias do reconhecimento: emergência étnica e territorialização Kalunga*. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília DF.
- COSTA, V. S. *A luta pelo território: histórias e memórias do povo Kalunga*. 2013. Monografia (Licenciatura em Educação do Campo) Faculdade UnB Planaltina – FUP/UNB, Planaltina, DF.
- CRUZ, K. C. M. S.; VALENTE, A. L. E. F. A cachoeira do Poço Encantado: empreendimento familiar e presença

- Kalunga na cadeia do ecoturismo em Teresina de Goiás. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, DF, v. 43, n. 4, p. 779-804, out./dez. 2005.
- DAMANDO, G. I. *Os impactos do turismo em Cavalcante* – GO. 2003. 42p. Trabalho (Especialização em Turismo e Hospitalidade) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF.
- DE SOUZA, M. L. A. Comunidades rurais negras e educação no Projeto “Uma História do Povo Kalunga”. *RURIS*, v. 2, n. 1, p. 73-97, 2008.
- DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- FERNANDES, C. R. *Saberes e sabores kalungas: origens e consequências das alterações nos sistemas alimentares*. 2014. 142p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, UnB, Brasília, DF.
- FRANCO, R. D. *A desapropriação e a regularização dos territórios quilombolas*. 2012. 196p. Dissertação (Mestrado em Direito Agrário) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO.
- FURTADO, M. B. *Cultura, identidade e subjetividade em uma comunidade quilombola: uma etnografia na comunidade Kalunga*. 2013. Dissertação (Mestrado em Processos do Desenvolvimento Humano e Saúde) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF.
- GODINHO, T. M. *O lugar da mulher no Quilombo Kalunga*. 2008. 156p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP.
- JATOBÁ, D. *Comunidade Kalunga e a interpelação do estado: da invisibilidade a identidade política*. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF.
- LEITE, I. B. *O Projeto Político Quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, SC, 16(3), p. 965-977, set./dez. 2008.
- LIMA, L. N. M.; NAZARENO, E. Manifestações culturais em território Kalunga: a festa de Nossa Senhora de Aparecida como elemento de (re)afirmação identitária e reaproximação étnica. *REMIE Multidisciplinary Journal of Educational Research*, v. 2, n. 1, p. 105-127, 2012.
- MASSAROTTO, N. P. *Diversidade e uso de plantas medicinais por comunidades quilombolas Kalunga e Urbanas, no nordeste do estado de Goiás-GO, Brasil*. 2009. 127p. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Universidade de Brasília (Um), Brasília, DF.
- NEIVA, A. C. G. R.; SERENO, J. R. B.; SANTOS, S. A.; FIORAVANTI, M. C. S. Caracterização socioeconômica e cultura da Comunidade Quilombola Kalunga de Cavalcante, Goiás, Brasil: dados preliminares. In: SIMPÓSIO NACIONAL CERRADO, 9, 12-17 out. 2008, Brasília, DF. *Anais...* Brasília, DF: Embrapa Cerrado, 2008. 8p.
- PARÉ, M. L.; OLIVEIRA, L. P.; VELLOSO, A. D. A educação para quilombolas: experiências de São Miguel dos Pretos em Restinga Seca (RS) e da Comunidade Kalunga de Engenho II (GO). *Cadernos do CEDES*, Campinas, SP, v. 27, n. 72, p. 215-232, maio/ago. 2007.
- PROJETO KALUNGA SUSTENTÁVEL. *Povo Kalunga*. [s.d.]. Disponível em: <<http://quilombokalunga.org.br/povo-kalunga/>>. Acesso em: 15 set. 2013.
- RANGEL, D. L. de O. *Aspectos ambientais, sociais e a saúde em território kalunga no estado de Goiás, em 2012*. 2014. 215p. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF.
- ROCHA, A. P. de. C. *Entre culturas: quilombola e indígena*. 2009. 43p. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF.
- ROSA, W. D. S. *Reza, rezadeiras e juventude na Comunidade Vão de Almas, Cavalcante - GO*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação no Campo) – Faculdade UnB Planaltina- FUP/UnB, Planaltina, DF.
- SANTOS, R. C. *Saúde e alimentação em comunidades quilombolas de Goiás*. 2012. 98p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO.
- SCHARTZMAN, S.; NEPSTAD, D.; MOREIRA, A. Arguing Tropical Forest conservation: People versus Parks. *Conservation Biology*, v. 14, n. 5, p. 1370-1374, 2000.
- SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. A Atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, SP, ano V, n. 10, p. 1-6, set. 2002.
- SEMPIR-FUBRA. *Levantamento sócio econômico e cultural quilombola Klaunga*. Brasília: UnB, 2004.
- SIQUEIRA, R. C. M. *Instrumentos jurídicos para a organização das atividades agrárias da comunidade kalunga do Engenho II*. 2012. 195p. Dissertação (Mestrado em Direito Agrário) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO.
- SOUZA, B. O. *Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do movimento quilombola brasileiro*. 2008. 204p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF.
- SOUZA, C. L. F. A Comunidade Kalunga. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, GO, v. 4, n. 1, p. 196-210, fev. 2010.
- TIBURCIO, B. A.; VALENTE, A. L. E. F. O comércio justo e solidário é alternativa para segmentos populacionais empobrecidos? Estudo de caso em Território Kalunga (GO). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, DF, v. 45, n. 2, p. 497-519, abr./jun. 2007.
- UNGARELLI, D.B. *A comunidade quilombola kalunga do Engenho II: cultura, produção de alimentos e ecologia de saberes*. 2009. 92p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF.
- VALENTE, A. L. E. F.; GIORDANO, R. N. E.; SILVA, C. M. V.; SOUZA, M. L. G.; MAROCLO, A. C. *Regularidade e dignidade da segurança alimentar em território Kalunga*. CONGRESSO BRASILEIRO DE GASTRONOMIA E SEGURANÇA ALIMENTAR, 1. Brasília: CET/UnB, 2004. v. 1, p. 122-123.
- VEIGA, J. E. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 220p.
- VELLOSO, A. D. *Mapeando narrativas: uma análise do processo histórico-espacial da Comunidade do Engenho II – Kalunga*. 2007. 162p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF.

A mobilidade independente da criança em centros urbanos

The child's independent mobility in urban centers

Mobilité indépendante de l'enfant en centres urbains

Movilidad independiente del niño en los centros urbanos

Gabriela Mello Sabbag*
(gabi_s@hotmail.com)

Ariane Kuhnen**
(ariane.kuhnen@ufsc.br)

Mauro Luís Vieira**
(maurolvieira@gmail.com)

Recebido em 23/11/2013; revisado e aprovado em 14/07/2014; aceito em 28/12/2014

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1518-70122015217>

Resumo: A diminuição da mobilidade infantil independente, em grandes centros urbanos, vem sendo detectada e relacionada a fatores como a violência e a falta de espaços apropriados para as crianças. Por meio de revisão bibliográfica internacional, foi identificado que a mobilidade estimula o desenvolvimento cognitivo, social e motor da criança e que há necessidade de políticas e planejamentos urbanos que proporcionem espaços seguros e maior participação da criança na cidade.

Palavras-chave: Mobilidade independente. Criança. Urbano.

Abstract: Decreased of mobility independent children in large urban centers has been detected and related to factors such as violence and lack of appropriate spaces for children. Through international literature review, it was identified that mobility stimulates cognitive, social and motor child development and that there is need for policy and urban planning that provide safe spaces and greater participation of the child in the city.

Key words: Independent mobility. Child. Urban.

Résumé: Les diminution de la mobilité des enfants indépendants dans les grands centres urbains, a été détectée et liée à des facteurs tels que la violence et le manque d'espaces appropriés pour les enfants. Grâce à l'examen de la littérature internationale, il a été identifié que la mobilité stimule cognitif, social et moteur de l'enfant et qu'il est nécessaire pour la politique et la planification urbaine qui fournissent des espaces sûrs et une plus grande participation de l'enfant dans la ville.

Mots-clés: La mobilité individuelle. Enfants. Urbain.

Resumen: La disminución de la movilidad hijos independientes en los grandes centros urbanos, se ha detectado y en relación con factores como la violencia y la falta de espacios adecuados para los niños. Mediante revisión de la literatura internacional, se identificó que la movilidad estimula el desarrollo cognitivo, social y motor del niño y que hay necesidad de que la política y la planificación urbana que proporcionan espacios seguros y una mayor participación de los niños en la ciudad.

Palabras clave: La movilidad independiente. Los niños. Urbano.

1 Introdução

Pesquisadores vêm demonstrando preocupação com a qualidade do espaço urbano que vem sendo ofertado para as crianças interagirem e explorarem o ambiente de maneira independente. Na Europa, tal tema vem sendo debatido desde 1970 (VISSCHER; BIE, 2008), segundo Hillman e Adams (1992), o nível de liberdade de locomoção independente da criança, entre os anos de 1971 e 1990, diminuiu, e o principal fator associado ao decréscimo da liberdade das crianças é o medo do tráfego

por parte dos pais. Há uma preocupação com a segurança do público infantil em centros urbanos (BJÖRKLID, 1994; CRUZ, 2011), mas também com as crianças superprotegidas, muito controladas, isoladas, pouco ativas e independentes em seus ambientes (KYTTÄ, 1997). Investigações sobre a mobilidade e a saúde da criança, os ambientes facilitadores das atividades físicas e sua relação com o desenvolvimento físico e motor da criança e do adolescente, vêm sendo realizadas (CARVER et al., 2010; CHRISTENSEN et al., 2011; DAVIS; JONES, 1996; NETO; MALHO, 2004).

* Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras (FACEL), Curitiba, Paraná, Brasil.

** Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Alguns questionamentos surgem sobre essa temática: Como as crianças fazem para se locomover em seu dia a dia? Como vão para a escola? Visitam amigos? Brincam sozinhas, com amigos ou sempre acompanhadas por adultos? Em quais ambientes físicos as crianças brincam (internos e/ou externos)? Quais as atividades das crianças em ambientes internos e externos? O quanto uma criança pode exercer a independência numa cidade? As crianças têm oportunidades para interagir entre si ou sempre são intermediadas por adultos? Quais os efeitos das práticas de restrição do uso de espaços externos para o seu desenvolvimento físico, motor, cognitivo e social da criança? (PREZZA et al., 2001; O'BRIEN et al., 2000; KYTTÄ, 1997; NETO; MALHO, 2004).

Kyttä (1997) e Neto e Malho (2004) citam que o desenvolvimento da criança não pode se restringir ao espaço da sua casa, ao quintal e ao *playground*, sendo que há uma vizinhança, um bairro ao redor com possibilidades de interações (*affordances*) a serem estabelecidas pela criança. No entanto, quando essas oportunidades são impedidas por barreiras físicas (DAVIS; JONES, 1996; MOUETTE; AIDAR; WAISMAN, 2000; CRUZ, 2011) e sociais (VALENTINE; MCKENDRICK, 1997), efeitos tais como a diminuição de repertório social, motor e de conhecimento de atividades lúdicas e cotidianas vêm sendo detectados (KYTTÄ, 2004; VISSCHER; BIE, 2008; PREZZA et al., 2001). Apesar da detecção de que há barreiras que limitam a mobilidade da criança em ambientes urbanos, muitas vezes estas são desconsideradas no planejamento das cidades e nas políticas públicas (DAVIS; JONES, 1996).

Para analisar a mobilidade e suas relações com o desenvolvimento infantil, deve-se considerar: o espaço urbano disponível (PREZZA et al., 2001; CRUZ, 2011), as práticas sociais e culturais relacionadas as práticas parentais (O'BRIEN et al., 2000; POOLEY; TURNBULL; ADAMS, 2005; PREZZA et al., 2005), as condições de vida e de moradia das famílias (CRUZ, 2011; PREZZA et al., 2001), características como a idade e o gênero (POOLEY; TURNBULL; ADAMS, 2005; PREZZA et al., 2001) e as habilidades da criança (VILLANUEVA et al., 2012).

Diante desses fatores, pretende-se apresentar as contribuições das pesquisas da

área, em especial as internacionais, sobre o processo de desenvolvimento da mobilidade da criança ocidental em centros urbanos, buscando analisar: a relação entre a mobilidade e o desenvolvimento humano; a perspectiva de desenvolvimento infantil e a mobilidade; a mobilidade e a independência infantil em centros urbanos e; o método e os resultados de algumas pesquisas sobre mobilidade e independência infantil.

2 Mobilidade e desenvolvimento humano

Günther (2003), ao definir mobilidade, destaca a necessidade de se considerar as relações recíprocas entre a pessoa que se comporta e o ambiente físico, sendo que a mobilidade possibilita a ocorrência dessas interações. O autor destaca que, conforme a pessoa se movimenta e se desloca num espaço físico, ela o modifica (tanto em termos físicos, quanto sociais), assim como esse ambiente físico possibilita ou não determinados deslocamentos e ações por parte da pessoa. Os comportamentos de movimentação, locomoção e exploração do ambiente estão relacionados aos contextos sociais que podem favorecê-los ou não, tais como: os aspectos socioculturais, percebidos ou não pela pessoa, sobre o espaço pessoal e a privacidade (GÜNTHER, 2003). Apesar da variedade de contextos sociais e culturais que envolvem o ser humano, os autores (KYTTÄ, 2004; GÜNTHER, 2003) enfatizam que a mobilidade no ambiente físico, enquanto exploração é essencial para o desenvolvimento. Ao longo do desenvolvimento humano, surgem novas demandas e contextos cada vez mais complexos, os quais exigem o contato e a exploração de recursos do ambiente físico e social, desde a infância até a fase adulta (CRUZ, 2011; GÜNTHER, 2003; NETO; MALHO, 2004). Quando há eventos que impedem a mobilidade, como as restrições a nível pessoal ou ambiental, podem ocorrer interferências que afetam o percurso do desenvolvimento (GÜNTHER, 2003).

A mobilidade diária traz implicações para a construção da vida cotidiana, consequentemente, ocasiona mudanças e possibilita a construção da identidade individual e grupal (POOLEY; TURNBULL; ADAMS, 2005). Para a caracterização da mobilidade, deve-se

buscar investigar: para onde a pessoa vai (residência, escola, emprego, casa de amigos ou familiares, hospital, parques, ruas); como ela transita (a pé, de bicicleta, de skate, patins, de carro, de ônibus, de metrô, trem, avião); com quem ela se locomove (acompanhada ou desacompanhada); para que ela se movimenta e com que frequência ela o faz. Esses fatores trazem implicações para a identidade, consequentemente, para o desenvolvimento de uma pessoa (POOLEY; TURNBULL; ADAMS, 2005).

Além disso, há dimensões que devem ser consideradas e que, quando combinadas, explicam o processo da mobilidade e suas mudanças ao longo do tempo: idade, gênero, grupo socioeconômico, estrutura familiar, estrutura urbana, a tecnologia para o transporte e a rede de transporte que existem em determinadas localidades (POOLEY; TURNBULL; ADAMS, 2005).

Sobre a mobilidade infantil, Neto e Malho (2004) citam que as ações e as interações vivenciadas pela criança em diversos contextos são fundamentais para o desenvolvimento e a organização dos processos adaptativos e competências para a interação social dinâmica.

3 Perspectivas sobre o desenvolvimento infantil e a mobilidade

Os estudiosos do tema mobilidade, frequentemente, argumentam que há uma relação entre a visão que se tem da criança e as práticas que possibilitam maior liberdade e movimentação das crianças nas cidades (VISSCHER; BIE, 2008; DAVIS; JONES, 1996; NETO; MALHO, 2004; KYTTÄ, 2004; CHRISTENSEN et al., 2011). Reflexões baseadas nos estudos sobre a sociologia da criança (ARIÉS, 1981) propõem que as crianças sejam consideradas como seres humanos com direitos, necessidades e que lhes devam ser ofertadas possibilidades para que sejam ativas em seus contextos de interação. Essas propostas influenciam as pesquisas sobre mobilidade e a independência da criança, as quais afirmam que esta não deve ser percebida como um ser que sempre precisa se adequar às necessidades e aos parâmetros impostos pelos adultos (VISSCHER; BIE, 2008). Os estudiosos do tema destacam que, muitas vezes, as crianças

são vistas como seres que ainda não desenvolveram o raciocínio e que, por essa razão, precisam ser contidos e controlados pelos adultos sempre (DAVIS; JONES, 1996; NETO; MALHO, 2004; KYTTÄ, 2004; CHRISTENSEN et al., 2011), fato que pode estar relacionado às restrições à liberdade infantil. Segundo Davi e Jones (1996), os estudos sobre transporte não propõem restrições aos veículos, mas sim às crianças, que devem ser controladas ativamente pelos responsáveis, sendo impostas barreiras que podem ocasionar consequências para o desenvolvimento infantil que vêm preocupando os pesquisadores, tais como: a diminuição da autonomia (KYTTÄ, 2004), o sentimento de medo constante (BJÖRKLID, 1994), os atrasos no desenvolvimento psicomotor e as poucas oportunidades de interação social em espaços físicos mais livres, como a rua (NETO; MALHO, 2004).

Visscher e Bie (2008) afirmam que há duas perspectivas sobre o uso do espaço público urbano pelas crianças e que elas afetam as estratégias de educação e socialização. A primeira propõe que a criança seja protegida dos perigos ofertados pela cidade, o que resulta em segregação e separação dos espaços frequentados, ficando a criança restrita a maior parte do tempo aos ambientes institucionalizados: escola, casa e instituições recreacionais. A segunda argumenta que a criança deve ser preparada e estimulada para se tornar capaz de se mover, independentemente e de forma segura, nos espaços públicos urbanos, podendo acessar as oportunidades de socialização ofertadas pela cidade, tornando-se “amiga da cidade” (usuária e conhecedora dos recursos de uma cidade).

A perspectiva de controle ativo da vida da criança está associada à institucionalização infantil, termo que tem sido utilizado para se referir a atividades e espaços pedagógicos por ela frequentados, diariamente e por muitas horas, em que há atividades estruturadas, um controle ativo do desenvolvimento da criança, o que pode ser considerado como um preparo da criança para o seu futuro na sociedade. Nem sempre essa proposta considera a socialização nos espaços públicos como educativa e necessária para o desenvolvimento infantil (VISSCHER; BIE, 2008).

Na realidade europeia, as estratégias utilizadas para estimular o uso dos ambientes

públicos em cidades por crianças vêm passando por transformações. Visscher e Bie (2008) citam que, no final do século XIX, surgiu o playground tradicional (espaço externo organizado para as crianças brincarem) com o objetivo de que as crianças de ambientes urbanos pudessem usufruir espaços externos, mas que este falhou no quesito socialização. A partir de então, século XX, novos estudos buscaram analisar novas propostas de espaços externos para as crianças menos formais, mais livres que possibilitassem a interação entre as crianças e as habilidades de criatividade (VISSCHER; BIE, 2008).

Em meados da década de 1990 e início dos anos 2000, na Europa (Holanda, Bélgica), surgiram propostas de mudança do *design* dos bairros para buscar incluir as crianças e promover maior interação independente destas em centros urbanos. O novo modelo foi denominado *play web*, este é formado por redes integradas por meio da construção de rotas seguras que dão acesso aos parques, playgrounds, escolas, centros de esporte e, nessas rotas seguras, as crianças podem se locomover de maneira independente em seus bairros. Tais iniciativas fazem parte do programa *Child-friendly-city*, cidade amigável para criança, uma proposta política, introduzida pela *The United Nations Children's Fund* (UNICEF, 2013) em 1996, que tem o objetivo de ofertar à criança o direito de andar em segurança, encontrar os amigos, interagir e brincar por conta própria, participar ativamente da vida comunitária, bem como expressar suas opiniões sobre a vida na cidade (VISSCHER; BIE, 2008; UNICEF, 2013). A perspectiva da criança como um ser ativo busca ofertar o direito a acessibilidade, flexibilidade, segurança e oportunidades de interação, fatores que estão relacionados às possibilidades de mobilidade independente (BLINKERT, 2004).

4 Mobilidade e independência da criança

A definição de independência de mobilidade envolve a análise do desenvolvimento da autonomia da criança e a consideração das possibilidades ofertadas pelos espaços físicos acessíveis a mesma (NETO; MALHO, 2004). Sendo a independência uma capacidade que emerge das oportunidades e experiências

que a criança tem para tomar decisões de se movimentar num espaço físico, o qual oferta possibilidades de ação para a criança (NETO; MALHO, 2004).

A independência de mobilidade é conquistada gradativamente, depende do desenvolvimento maturacional da criança, mas também das experiências que ela vivencia em seus contextos de interação (NETO; MALHO, 2004). Um estudo brasileiro, desenvolvido por Cruz (2011), detectou a forma como as crianças organizavam e estruturavam a percepção e a sua atuação em contextos cada vez mais complexos. Cruz (2011) observou que as crianças diariamente, por meio das experiências com o meio, iam organizando o espaço e, de acordo com a evolução da idade, da complexidade das atividades e dos contextos, iam modificando sua interação. Elas iam obtendo maior conhecimento e consciência, inicialmente, da casa em seu ambiente interior e dos membros que faziam parte desta; posteriormente, da casa como um todo e um ambiente geográfico interno, na fase mais avançada passavam a compreender a casa e os contextos externos, tais como o quintal e o terreno, para futuramente localizar a casa numa rua e as ruas mais próximas a esta (HIGUCHI, 1999, citado em CRUZ, 2011).

Desta forma, a mobilidade independente deve ser analisada de uma perspectiva evolutiva em que conforme a criança cresce e tem oportunidades de exploração dos espaços, ela vai desenvolvendo representações destes espaços físicos (memória, percepção e identificação), o que possibilita a liberdade de ação e as novas interações com os espaços cotidianos (NETO; MALHO, 2004).

Sobre as estratégias para medir e analisar a mobilidade independente infantil, Kyttä (2004) explica que a independência pode ser analisada do ponto de vista do alcance territorial das crianças, isto é, a distância percorrida pela criança entre a residência e os locais que ela frequenta, estando ela sozinha ou com pares. Neto e Malho (2004) propõem que se busque descobrir: a maior distância percorrida pela criança; se ela realiza os trajetos sozinha e/ou com amigos de idade aproximada, mais jovens ou mais velhos; a análise dos trajetos e caminhos realizados pela criança de sua casa para a escola; o meio de transporte utilizado no percurso; a motivação das crianças para

frequentarem ou não os locais públicos; o fato de frequentarem ou não a casa de amigos e/ou vizinhos do bairro.

Para a análise da mobilidade infantil, também deve ser considerada a licença ou permissão que a criança tem para se mover de forma independente no ambiente, sendo que o nível de mobilidade está relacionado às regras definidas pelos pais/ cuidadores (KYTTÄ, 2004; CARVER; TIMPERIO; CRAWFORD 2012; O'BRIEN et al., 2000). Os autores destacam o papel dos familiares que podem facilitar ou restringir as oportunidades de exploração do ambiente físico pela criança (HILLMAN; ADAMS, 1992; NETO; MALHO, 2004; KYTTÄ, 2004). Mas além desse fator, no que se refere à mobilidade infantil nas cidades, as pesquisas (DAVIS; JONES, 1996; MOUETTE; AIDAR; WAISMAN, 2000; KYTTÄ, 2004) apontam para as mudanças dos espaços físicos (calçadas perigosas, ruas sem calçadas, falta de espaço próprio para as crianças brincarem) e para os altos índices de violência e envolvimento de crianças e adolescentes com crimes (VALENTINE; MCKENDRICK, 1997), como variáveis que dificultam a possibilidade de os pais ofertarem liberdade para as crianças interagirem com o espaço urbano de forma mais livre e independente. Neto (1999) cita que os espaços públicos das cidades, em especial as ruas, vêm deixando de ser locais que propiciam oportunidade para interação com outras crianças ou com outras gerações, seja para brincar ou para passar um tempo livre e espontâneo.

5 Métodos e resultados dos estudos sobre mobilidade da criança em centros urbanos

Para estudar a mobilidade infantil em contextos urbanos, os pesquisadores utilizam estratégias metodológicas variadas e múltiplas que visam detectar a interação entre os fatores associados, sendo utilizados recursos, tais como: entrevistas e/ou questionários aplicados às crianças e aos pais/cuidadores (KYTTÄ, 1997); observações sistemáticas do comportamento de deslocamento infantil (CHRISTENSEN et al., 2011); exercícios de mapas, nos quais os pesquisadores buscam detectar os trajetos das crianças (O'BRIEN et al., 2000); observações e fotos da vizinhança; utilização de recursos tecnológicos, tais como o

uso do Global Positioning System (GPS), combinado com o trabalho de campo etnográfico e um questionário interativo a que a criança responde via telefone móvel enquanto se locomove no seu dia a dia (CHRISTENSEN et al., 2011); utilização de diários sobre os trajetos/deslocamentos em que a criança deve descrever se transita acompanhada ou não, o meio de transporte utilizado e o significado das experiências de mobilidade (KYTTÄ, 1997); análise histórica e documental de implantações de propostas políticas e pedagógicas em algumas cidades europeias (VISSCHER; BIE, 2008); análise da participação das crianças nas políticas públicas de saúde (DAVIS; JONES, 1996; RISOTTO et al., 2008).

Nas entrevistas com as crianças, são explorados temas como: o que elas pensam sobre os locais; quais espaços são significativos; o que elas fazem nesses locais; os espaços que utilizam para brincar, andar, correr; como exploram os ambientes, se tem liberdade para se locomover sozinhas ou com colegas; mapeamento dos locais que frequentam e trajetos; a supervisão e prática regulatória parental (O'BRIEN et al., 2000). Por meio das observações sistemáticas, busca-se descrever todas as atividades realizadas pelas crianças. Os pesquisadores obtêm permissão, dos pais e da escola, para ficar na sala de aula durante as atividades escolares, no recreio quando as crianças brincam lá fora, após a saída da escola, quando as crianças aproveitam o tempo em casa e na comunidade local e aqueles fazem perguntas ou tiram dúvidas das crianças sobre como utilizar os instrumentos da pesquisa (CHRISTENSEN et al., 2011).

Por meio desses procedimentos, as pesquisas vêm detectando a diminuição da mobilidade independente relacionadas a diversos fatores que se inter-relacionam: práticas parentais, ambientes físicos e contextos sociais das cidades, as características (idade, gênero) e o repertório da criança (habilidades).

Sobre as práticas familiares, O'Brien et al. (2000) destacam que não somente as práticas parentais devem ser consideradas para a compreensão da mobilidade infantil, mas também a cultura familiar, as transmissões de informações entre as gerações sobre as possibilidades de acesso infantil aos ambientes públicos, bem como o repertório da criança. As ações parentais na interação com os filhos

não ocorrem desconectadas de fatores sociais e ambientais, quando os pais consideram os ambientes como perigosos, devido ao intenso tráfego de carros (HILLMAN; ADAMS, 1992), às ruas pouco seguras (VILLANUEVA et al., 2012), aos riscos do contato com estranhos, à possibilidade de sequestros ou de envolvimento da criança em situações criminosas (VALENTINE; MCKENDRICK, 1997; RODRIGUES; PESSOA; SILVA, 2007), esses fatores aumentam as restrições à mobilidade infantil. As crianças não podem ir para a escola desacompanhadas de adultos (HILLMAN; ADAMS, 1992; RODRIGUES; PESSOA; SILVA, 2007), poucas vão para a escola a pé (MALHO, 2004), os pais passam a levar a criança para a escola de carro (CARVER; TIMPERIO; CRAWFORD, 2012; MALHO, 2004), havendo um isolamento da criança e a supervisão parental constante (BJÖRKLID, 1994). Segundo Malho (2004), as experiências infantis no espaço urbano, geralmente, são mediadas pelos adultos ou por meios que afastam a criança da experiência real e corporal nesses ambientes, como quando estão dentro de automóveis. Dados contrários também são encontrados: as percepções de pais e filhos sobre as rodovias e ruas como sendo seguras estão associadas à maior frequência de atividades físicas por crianças e jovens (de 8 a 9 anos e 13 a 15 anos) (CARVER et al., 2010), assim como as mães que se sentem pertencentes à comunidade, as quais conhecem e se relacionam com seus vizinhos, permitem que seus filhos transitem pelo bairro (PREZZA et al., 2001).

Sobre o espaço urbano disponibilizado para as crianças, também devem ser analisadas a localização, as características da moradia, a disponibilidade ou a ausência de parques e de centros públicos de lazer na região da residência (PREZZA et al., 2001; CRUZ, 2011). Na pesquisa de O'Brien et al (2000), as crianças que residiam em locais próximos a parques e de fácil acesso aos ambientes de lazer (clube, casa dos amigos) se locomoviam mais livremente e realizavam mais atividades ao ar livre, iam brincar no parque e na piscina do clube. Num centro urbano da Austrália, os locais mais frequentados pelas crianças foram as escolas, as casas dos amigos, as lojas, os parques (VILLANUEVA et al., 2012). Já num centro urbano brasileiro, as principais ati-

dades realizadas pelas crianças envolveram o estudar, o fazer tarefas de casa e o brincar em casa (RODRIGUES; PESSOA; SILVA, 2007). Sobre as atividades e os contextos de crianças brasileiras que residiam numa zona de ocupação de Manaus (CRUZ, 2011), foi detectado que as crianças precisavam de espaço para se movimentar, para desenvolver a motricidade e que acabavam brincando em locais que ofereciam perigos como o beco, no qual passavam muitas pessoas e até mesmo motos, havia risco de as crianças deslizarem, sendo que foram relatados acidentes como atropelamentos, mas também as estratégias que as crianças desenvolveram para brincar e explorar o ambiente, o que lhes aumentava a autonomia. No entanto Cruz (2011) destacou que, na realidade brasileira, a maioria das cidades apresentam problemas sociais e ambientais que dificultam a mobilidade infantil, tais como aglomeração, pobreza, periferias geográficas e sociais, desemprego, depredação dos recursos naturais e falta de infraestrutura para o saneamento básico e para a segurança.

Outro achado foi que as crianças residentes em cidades pequenas ou vilas, geralmente, apresentam maior mobilidade independente que as crianças de áreas urbanas e rurais (CHRISTENSEN et al., 2011; CARVER; TIMPERIO; CRAWFORD, 2012). Há também diferenças no nível de mobilidade a depender do país em que a criança reside, Kytä (1997; 2004) detectou que as crianças finlandesas apresentam maiores níveis de liberdade de locomoção que as crianças do Reino Unido, Alemanha e Austrália. Tais diferenças estão relacionadas às diferenças culturais, ao senso de comunidade, bem como à organização e espaços públicos disponibilizados (KYTTÄ, 1997; PREZZA, 2001).

Sobre a relação entre as características da criança e a mobilidade, ocorre o aumento gradativo da liberdade de mobilidade associado ao aumento da idade da criança (O'BRIEN et al., 2000; PREZZA et al., 2001) e ao gênero masculino (PREZZA et al., 2001; KYTTÄ, 2004). No entanto, de maneira geral, as crianças já não têm tantas possibilidades para realizar atividades sozinhas como antigamente (KYTTÄ, 2004; HILLMAN; ADAMS, 1992).

Sobre o repertório das crianças, o nível de mobilidade infantil influencia o desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social

da criança (KYTTÄ, 2004). As crianças que têm oportunidade de brincar fora de casa apresentam: maior frequência de interações entre pares (seja em ambientes internos ou externos), mais comportamentos de exploração do espaço físico, senso de responsabilidade e de cuidado do ambiente físico (KYTTÄ, 2004; NETTO; MALHO, 2004); maior conhecimento das atividades lúdicas (KYTTÄ, 1997); do que as crianças que só brincam em *playgrounds*.

Por fim, alguns estudos apresentam propostas políticas e pedagógicas alternativas para que a criança possa usufruir dos centros urbanos com maior autonomia e liberdade. Davis e Jones (1996) afirmam que o planejamento da cidade e o uso desta pelas crianças é um tema de política pública de saúde, mas que mudanças voltadas para o bem-estar da criança estão relacionadas a outros setores da sociedade, como a economia. Sobre a área econômica, os meios de transporte envolvem um mercado que traz lucros e benefícios financeiros para a sociedade. Já a criança e suas necessidades para o desenvolvimento saudável em contextos urbanos, geralmente, são lembradas somente quando há problemas da infância e juventude. Davis e Jones (1996) citam que essa população, frequentemente, é vista como vítima ou problemática, o que dificulta a busca de soluções que valorizem e possibilitem o desenvolvimento de capacidades, incluindo a autonomia e a liberdade. Baseados na visão de saúde da Organização Mundial da Saúde, os autores destacam que o desenvolvimento saudável da criança em ambientes urbanos deve proporcionar oportunidades para que ela possa utilizar a cidade, brincar e se locomover nas ruas com certo grau de independência, tomar algumas decisões e ser ouvida. Risotto et al. (2008) propõem a inovação e a experimentação de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes, serviços de preparo e suporte para pais e medidas de implementação que melhorem o acesso e uso dos ambientes urbanos pelas minorias e promoção dos direitos e da cidadania das crianças. As autoras propõem que ações territoriais sejam realizadas por meio da detecção das necessidades das famílias e das crianças e o estabelecimento de metas prioritárias. Estas estão em consonância com as políticas públicas que buscam contar com a participação ativa da comunidade para a tomada de decisão referente à saúde pública.

6 Considerações finais

A mobilidade acompanha o ser humano ao longo de sua trajetória, sendo aumentada ou diminuída de acordo com a fase e o contexto de vida da pessoa. O surgimento dos grandes centros urbanos trouxeram mudanças para o estilo de vida e a rotina das pessoas, consequentemente, para a mobilidade.

No caso da mobilidade infantil, o tema vem sendo pesquisado em países europeus, os quais vêm detectando a diminuição da liberdade e da mobilidade independente das crianças e seus efeitos para o desenvolvimento infantil, tais como a diminuição da autonomia, do livre trânsito e a dificuldade de reconhecimento do espaço geográfico da cidade pela criança. São sugeridas intervenções ambientais e mudanças no design nas cidades que possibilitem maior segurança, menor tráfego e facilidade para chegar aos destinos, construção de rotas mais seguras e locais que sejam atrativos e confortáveis para as crianças. Ao mesmo tempo, programas educativos para o desenvolvimento de habilidades infantis para transitarem em segurança na vizinhança voltados para os pais e para as crianças. Há propostas para que as crianças sejam incentivadas a participar das políticas públicas de saúde e planejamento urbano de forma ativa.

Para a elaboração de propostas e novas políticas relacionadas à mobilidade em centros urbanos é preciso destacar que esta é uma área de que merece a análise da perspectiva de várias disciplinas: engenharia, arquitetura, psicologia, educação física, medicina, educação, fisioterapia, dentre outros setores.

Há poucos estudos brasileiros sobre esta temática, sendo que o Brasil é um país que contém grandes centros urbanos com diferenças geográficas, espaciais e sociais relevantes. Com isso, surgem questionamentos sobre como as crianças brasileiras de diferentes regiões, cidades e contextos (centrais, periféricos) estão vivenciando a sua infância na cidade. Como as políticas públicas nacionais analisam a situação da criança nos centros urbanos brasileiros? Como os pais brasileiros analisam e direcionam a mobilidade de seus filhos? Como as crianças brasileiras percebem sua liberdade de mobilidade? Quais têm sido as consequências dessas práticas para o desenvolvimento das crianças brasileiras? Essas

perguntas envolvem temas que podem ser investigados por pesquisadores, os quais podem buscar o acesso à realidade das crianças de diferentes contextos geográficos brasileiros, visando descrever as possibilidades de mobilidade independente das crianças no Brasil.

Referências

- ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BJÖRKLID, Pia. Children, traffic, environment. *Architecture and Behaviour*, v. 10, n. 4, p. 399-406, 1994.
- BLINKERT, B. Quality of the city for children: chaos and order. *Children, youth and environments*, v. 14, n. 2, p. 99-112, 2004.
- CARVER, Alison; TIMPERIO, Ana; HESKETH, Kylie; CRAWFORD, David. Are safety-related features of the road environment associated with smaller declines in physical activity among youth? *Journal of urban health: Bulletin of the new york academy of medicine*, v. 87, n. 1, p. 29-43, 2010.
- CARVER, Alison; TIMPERIO, Ana F.; CRAWFORD, David A. Young and free? A study of independent mobility among urban and rural dwelling Australian children. *Journal of science and medicine in sport*, n. 15, p. 505-510, 2012.
- CHRISTENSEN, Pia; MIKKELSEN, Miguel Romero; NIELSEN, Thomas Alexander Sick; HARDER, Henrik. Children, mobility, and space: using GPS and mobile phone technologies in ethnographic research. *Journal of Mixed Methods Research*, p.1-20, 2011.
- CRUZ, Patrícia de Goes. Ambiente urbano: lugar de restrição espacial e descoberta de novos espaços. *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 702-714, 2011.
- DAVIS, Adrian; JONES, Linda L. Children in the urban environment: an issue for the new public health agenda. *Health & Place*, v. 2, n. 2, p. 107-113, 1996.
- GÜNTHER, Hartmut. Mobilidade e affordance como cerne dos estudos pessoa-ambiente. *Estudos de Psicologia*, v. 8, n. 2, p. 273-280, 2003.
- HILLMAN, Mayer; ADAMS, John G.U. Children's freedom and safety. *Children's Environments*, v. 9, n. 2, p. 12-33, 1992.
- KYTTÄ, Marketta. Children's independent mobility in urban, small town, and rural environments. In: CAMSTRA (Org.). *Growing up in a changing urban landscape*. Assen: Van Gorcum, 1997. p. 41-52.
- _____. The extent of children's independent mobility and the number of actualized affordances as criteria for child-friendly environments. *Journal of Environmental Psychology*, n. 24, p. 179-198, 2004.
- MALHO, Maria João. A criança e a cidade: independência de mobilidade e representações sobre o espaço urbano. *Actas dos ateliers do Vº congresso português de sociologia*, v. 5, p. 49-56, 2004. Disponível em: <http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628ed529c42d_1.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2013.
- MOUETTE, Dominique; AIDAR, Tirza; WAISMAN, Jaime. Avaliação dos impactos do tráfego na mobilidade da população infantil através da análise de correspondência múltipla, *Transportes*, v. 8, n. 1, p. 56-87, 2000.
- NETO, Carlos. O jogo e os quotidianos de vida da criança. In: KREBS, Ruy; COPETTI, Fernando; BELTRAME, Tais S.; USTRA, Marcelo (Org.). *Perspectivas para o desenvolvimento infantil*. Santa Maria, RS: SIEC, 1999. p. 49-66.
- NETO, Carlos; MALHO, Maria João. Espaço urbano e independência de mobilidade na infância. *Boletim do IAC*, Lisboa, n. 73, separata n. 11, p. 1-4, 2004. Disponível em: <<http://www.fmh.utl.pt/Cmotricidade/dm/textoscni/espacourbano.pdf>> Acesso em: 12 ago. 2013.
- O'BRIEN, Margaret; JONES, Deborah; SLOAN, David; RUSTIN, Michael. Children's independent spatial mobility in the urban public realm. *Childhood*, v. 7, v. 3, p. 257-277, 2000.
- POOLEY, Colin.G.; TURNBULL, Jean; ADAMS, Mags. The Significance of travel and mobility. In: POOLEY, Colin.G.; TURNBULL, Jean; ADAMS, Mags (Org.). *A mobile century: changes in everyday mobility in Britain in the twentieth century*. Aldershot: Ashgate, p. 1-12, 2005.
- PREZZA, Miretta; ALPARONE, Francesca R.; CRISTALLO, Carmela; LUIGI, Secchiano. Parental perception of social risk and of positive potentiality of outdoor autonomy for children: the development of two instruments. *Journal of environmental psychology*, n. 25, p. 437-453, 2005.
- PREZZA, Miretta; PILLONI, Stefania; MORABITO, Carmela; SERSANTE, Cinzia; ALPARONE, Francesca R.; GIULIANI, Maria V. The influence of psychosocial and environmental factors on children's independent mobility and relationship to peer frequentation. *Journal of community & applied social psychology*, v. 11, n. 6, p. 435-450, 2001.
- RISOTTO, Antonella; ZAMPATTI, Emanuela; PREZZA, Miretta; PACILLI, Maria G. Community psychology principles and recent innovations in social policies for children in Italy. *Journal of community & applied social psychology*, v. 18, n. 5, p. 512-517, 2008.
- RODRIGUES, Fernanda M. G.; PESSOA, Vanete M.; SILVA, Shirley M. Verificação no nível de independência de mobilidade de crianças. *Movimentum: revista digital de educação física*, v. 2, n.2, p. 1-12, 2007.
- UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND. THE - UNICEF. *What is a child friendly city?* Disponível em: <<http://childfriendlycities.org/overview/what-is-a-child-friendly-city/>> Acesso em: 13 ago. 2013.
- VALENTINE, Gill; MCKENDRICK, John Children's outdoor play: exploring parental concerns about children's safety and the changing nature of childhood. *Geoforum*, v. 28, n. 2, p. 219-235, 1997.
- VILLANUEVA, Karen; GILES-CORTI, Billie; BULSARA, Max; TIMPERIO, Anna; MCCORMACK, Gavin; BEESLEY, Bridget; TRAPP, Georgina; MIDDLETON, Nicholas Where do children travel to and what local opportunities are available? The Relationship between neighborhood destinations and children's independent mobility. *Environment and Behavior*, p. 1-27, 2012.
- VISSCHER, Sven de; BIE, Maria Bouverne-de. Recognizing urban public space as a co-educator: children's socialization in Ghent. *International journal of urban and regional research*, v. 32, n. 3, p. 604-616, 2008.

A pesquisa na área econômica sobre meio ambiente no Brasil: um estudo sobre a produção dos Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu* da área de Economia de 2007 a 2012

Research in the economic area of the environment in Brazil: a study on the production of Graduate Programs *Stricto Sensu* Economic area from 2007 to 2012

La investigación en el área económica del medio ambiente en Brasil: un estudio sobre la producción de los Programas de Postgrado Stricto Sensu del área Económica de 2007 a 2012

Recherche dans le domaine de économie sur l'environnement au Brésil : une étude sur la production de programmes d'études supérieures Stricto Sensu la zone économique de 2007 à 2012

Valdineia Ribeiro de Oliveira*

(valdineia.r@ig.com.br)

Valdir Fernandes**

(valdir.fernandes@icloud.com)

Christian Luiz da Silva**

(christiansilva76@gmail.com)

Recebido em 15/06/2015; revisado e aprovado em 24/06/2015; aceito em 17/07/2015

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1518-70122015218>

Resumo: Este artigo tem por objetivo compreender como as questões ambientais vêm sendo incorporadas pela Área de Ciências Econômicas, no contexto dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da CAPES. Os resultados dão conta de que as pesquisas relacionadas às questões ambientais dentro dos programas de Pós-Graduação em Economia ainda são incipientes. Destaca-se o fato de que há uma pouca relação entre a ciência econômica e os problemas ambientais na pós-graduação brasileira, pois há o predomínio de temas relacionados à economia aplicada.

Palavras-chave: Economia. Meio Ambiente. Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil.

Abstract: This article aims to understand how environmental issues are being incorporated by the Economics Area, in the context of Graduate *Stricto Sensu* Programs CAPES. Results realize that research related to environmental issues within the Economy in the Graduate programs is still incipient. Noteworthy is the fact that there is little relationship between economics and environmental problems in the Brazilian post- graduation, as there is a predominance of topics related to applied economics.

Key words: Economics. Environmental. Graduate Programs *Stricto Sensu* in Brazil.

Résumé: Cet article vise à comprendre comment les questions environnementales sont incorporées par la zone Economics, dans le cadre des programmes d'études supérieures *Stricto Sensu* CAPES. Résultats rendent compte que la recherche liée aux questions environnementales au sein de l'économie dans les programmes d'études supérieures sont encore naissante. Remarquable est le fait qu'il ya peu de relation entre l'économie et les problèmes environnementaux dans la post-graduation brésilienne, comme il ya une prédominance des sujets liés à l'économie appliquée.

Mots-clés: Economics. Environnementales. Programmes D'études Supérieures *Stricto Sensu* Brésil.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo entender cómo los problemas del medio ambiente están siendo incorporados por el Área de Economía, en el contexto de los Programas de Postgrado en sentido estricto CAPES. Resultados dan cuenta de que la investigación relacionada con temas ambientales dentro de la economía en los programas de posgrado son aún incipientes. Es de destacar el hecho de que hay poca relación entre la economía y los problemas ambientales en el postgrado de Brasil, ya que hay un predominio de temas relacionados con la economía aplicada.

Palabras clave: Economía. Medio Ambiente. Programas de Postgrado *Stricto Sensu* en Brasil.

1 Introdução

A economia, como ciência, estrutura-se em uma proposição metodológica positivista no século XVIII a partir de um contexto de

revolução industrial e de reorganização dos fatores de produção e do consumo. Os propósitos dessa ciência fundamentaram-se em tratar a relação entre recursos escassos e necessidades ilimitadas a partir da organização

* Centro Universitário Franciscano do Paraná (UNIFAE), Curitiba, Paraná, Brasil.

**Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.

e racionalização desses recursos para o atendimento de necessidades, criadas pelo mercado ou naturais para a sobrevivência. A visão propositiva trata dos recursos mais escassos à época, o que direciona a literatura clássica para a relação do trabalho, considerando este o principal fator atribuidor do valor de um produto.

Entretanto a própria tecnologia e (r)evolução da indústria tornou esse fator menos crucial para o processo de desenvolvimento de novos produtos ou serviços, associado ao crescimento vertiginoso da demanda, que ampliou o recurso trabalho e, ao mesmo tempo, viabilizou novas escalas de produção para o atendimento da crescente demanda. Essa relação criou um ciclo virtuoso de crescimento estagnado por movimentos anticíclicos do próprio sistema econômico, que trazia novas incógnitas para essa área de pesquisa.

A crise de 1929 foi marcante para uma nova preocupação e função do papel do Estado, reforçado após a Segunda Guerra Mundial, como agente organizador desses fatores de produção em nível macro e agente promotor ou regulador, dependendo da própria função do Estado no contexto histórico, do processo de intervenção para minimizar os ciclos econômicos.

Entretanto os movimentos sociais pós Segunda Guerra Mundial, que buscavam repensar a relação entre Estado e sociedade e nortear a revisão dos limites do crescimento econômico, em um novo embate dentro e fora desse campo teórico. Com a primeira grande crise do Petróleo nessa mesma década de 1970 e com a iminência de uma crise energética, se começou a pensar em meio ambiente neste campo teórico. As questões relativas à natureza reforçaram-se como limitadores desse processo de crescimento e o dilema entre meio ambiente e crescimento econômico tomou um novo patamar de discussão.

Entretanto a questão do meio ambiente teve mais dificuldades de orientar essa discussão, seja pela própria racionalização do valor dos recursos ambientais que ainda não formalizam mercados, espaço próprio da discussão de qualquer atividade econômica, seja pelos frutos mais prospectivos que assertivos na contribuição dessa ciência para a sociedade. Mas não há como se furtar desse recurso que efetivamente demonstra a sua escassez

e relação com as transações econômicas, o que denota um campo da economia que desenvolve abordagens diferenciadas, como a economia ambiental, que tenta valorizar os bens ou serviços ambientais, ou a economia ecológica, que visa compreender o processo entrópico entre relação econômica e o meio ambiente.

Considerando o sistema de pós-graduação do Brasil como fomentador da pesquisa e do norte teórico tratado por pesquisadores e novos doutores, questiona-se: no *quantum* de conhecimento produzido pelas pesquisas da área de Ciências Econômicas, como vêm sendo incorporadas as questões ambientais nas pesquisas no contexto dos programas de Pós-Graduação da Área de Ciências Econômicas da CAPES?

Dessa forma, o objetivo deste artigo é apresentar resultado de análise relativa às pesquisas recentes desenvolvidas pela área econômica sobre o meio ambiente, a partir da caracterização dos programas e dos temas predominantes da Pós-Graduação das Ciências Econômicas no Brasil.

Caracteriza-se como exploratória, segundo as definições de Quivy e Campenhout (2008), na medida em que sistematiza uma abordagem, um campo ou uma perspectiva ainda pouco abordados. Pesquisa junto aos Programas de Pós-Graduação da Área de Ciências Econômicas da Capes, com conceito maior ou igual a 3 no último triênio pela CAPES. Busca compreender as características dos programas de Pós-Graduação das Ciências Econômicas, quanto às áreas de concentração e linhas de pesquisa e trabalhos de conclusão. Os dados foram coletados diretamente nos *websites* da CAPES e dos Programas de Pós-Graduação. A análise se deu a partir de segregação das informações em tabelas, considerando temas das pesquisas. O pressuposto é que o tema não é predominante na discussão desse campo de pesquisa, apesar de ser presente como uma das áreas de interesse.

O artigo está organizado em quatro sessões, além desta introdução. A sessão segunda trata da relação entre economia e meio ambiente no campo teórico, com intuito de mostrar a evolução desse campo de discussão. A sessão seguinte trata a questão da pós-graduação no Brasil em economia. A quarta sessão apresenta os resultados da pesquisa

e as discussões e, por fim, as conclusões da pesquisa.

2 Economia e meio ambiente: aproximações em um campo teórico

O período que antecede aos fundamentos do sistema capitalista foi predominado pelo Mercantilismo a partir da intensificação das relações comerciais utilizando-se de metais para a troca de bens. Pode ser considerado um período de nacionalismo, pois objetiva o enriquecimento do país por meio do acúmulo de metais preciosos, buscando resultados favoráveis no balanço comercial do país (BELL, 1976).

Ao contrário do pensamento mercantilista, baseado na supremacia do poder dos Estados, nasce o pensamento fisiocrata, no qual a riqueza não se encontra no superávit de transações comerciais, mas sim, no poder da natureza. Bell (1976, p. 123-124) expõe que a ordem natural da natureza poderia ser aplicada à relação que se tem entre o Estado, a indústria e o comércio, quando a produção e a distribuição deveriam ser realizadas de acordo com as leis fixas da natureza, sem interferência das restrições governamentais. Nesse pensamento, entre outros autores, destaca François Quesnay (1694-1774), considerado o fundador da fisiocracia, que defende a Lei do *laissez faire, laissez passer*, característica do liberalismo econômico.

Com Adam Smith, Thomas Malthus, John Stuart Mill e David Ricardo tem-se a ascensão do pensamento econômico clássico. Smith (1996, p.81) explora a divisão do trabalho, o modo como surge o uso do dinheiro nas relações comerciais, e suas inversões em novas mercadorias; procura caracterizar as relações de troca e faz a análise do valor, concluindo que o trabalho é a medida real do valor intercambiável de todas as mercadorias. Analisa também os salários, a origem da renda da terra, os lucros do capital. Assim, intensifica-se o pensamento liberal de economia autorregulada, e a riqueza das nações deixa de ser obtida apenas pela natureza e passa a ser obtida pela terra, capital e trabalho, predominando o *laissez faire* para a realização do comércio internacional.

Em 1798, Thomas Robert Malthus lançou seu *Ensaio Sobre a População*, a primeira

preocupação com a população. O contexto em que se passa essa obra é o da Revolução Industrial. Malthus (1996, p. 6-7) observa o setor agrícola incapaz de produzir alimentos para toda a população, e, com as fábricas nas cidades, os trabalhadores migraram para as cidades, reduzindo salários reais e conduzindo à rápida acumulação de capitais na economia. Malthus considerou que todo homem estava destinado à pobreza, já que a população cresceria à taxa superior à taxa de produção de alimentos. Malthus concluiu que a população, se não controlada, cresceria em progressão geométrica, dobrando a cada 25 anos, enquanto isso a produção de alimentos, em seu estudo específico de análise da Grã-Bretanha, poderia ser aumentada a cada 25 anos, por uma quantidade de subsistência igual à que ela atualmente produzia, crescendo, dessa maneira, em progressão aritmética, o que conduziria a uma crise de falta de alimentos para manter a população. Esses cálculos não foram reais em função do progresso técnico e das novas tecnologias, que possibilitaram maior produção de alimentos, tais como adubos químicos, grãos híbridos, novas técnicas de cultivo, entre outros. Esta foi uma primeira aproximação da relação entre os recursos naturais como um fato efetivamente escasso e de valor, priorizando a terra como crucial para delineação da produção por conta da sua finitude.

A Revolução Industrial foi estratégica para a ascensão do capitalismo, entretanto as críticas a esse sistema foram rigorosas. Karl Marx, Webber, Hobson, entre outros, criticaram o sistema. Para Marx (1996), o ponto de partida do capitalismo é a disponibilidade de uma mercadoria especial, a força de trabalho, que decorre de um longo processo de expropriação. Esse processo transfere para alguns a posse dos meios de produção impondo à grande maioria a condição de vendedor da força de trabalho, originando, assim, o conceito de Mais-Valia. Referindo-se a Mais-Valia, Marx critica esse modo de produção essencialmente porque é o valor do trabalho não pago ao trabalhador, levando à exploração exercida pelos capitalistas sobre seus assalariados e conduzindo à luta de classes entre a burguesia (os capitalistas donos dos meios de produção) e os operários.

O pensamento marginalista surge com Vilfredo Pareto, Stanley Jevons, Menger,

Léon Walras, entre outros, que criticam o pensamento da economia clássica. Pensam a distribuição e a teoria do valor pela análise da procura e explicam o valor pela teoria da utilidade marginal. Jevons (1996, p. 136) diz que “enquanto o tão citado *valor de uso* de Adam Smith é a utilidade total de um bem para nós, o *valor de troca* é definido pela *utilidade final*, o desejo remanescente que nós ou outros temos de possuir mais”. Permanece, portanto, a questão do trabalho nas discussões de valor. Para Menger, o valor surge como um resultado da relação entre a necessidade humana e os bens econômicos disponíveis capazes de satisfazer essa necessidade (BELL, 1976, p. 371). Para Walras, a utilidade marginal conduz ao equilíbrio geral, apresentando os princípios da economia de concorrência perfeita. Com Walras e Pareto, surge a utilização da matemática como técnica de análise econômica, ainda que ressaltando que a economia sempre estaria interessada nos problemas como o homem utiliza fontes escassas para a satisfação de suas necessidades.

Com Alfred Marshall, ascende a corrente teórica neoclássica, em 1890, com a publicação de *Principles of Economics*. Para Marshall (1996, p. 6), a “Economia com suas análises e leis não era um corpo de dogmas imutáveis e universais, e de verdade concreta, mas uma máquina para a descoberta da verdade concreta”. Marshall (1996, p. 77) diz que “Economia Política ou Economia, é um estudo da Humanidade nas atividades correntes da vida; examina a ação individual e social em seus aspectos mais estreitamente ligados à obtenção e ao uso dos elementos materiais do bem-estar”. Por isso, afirma que a economia estuda a riqueza, mas também estuda o homem; além disso, ressalta que existe uma relação intrínseca entre o econômico e a religião, que sempre teve influência acentuada nas relações econômicas.

Com a Revolução Industrial, e a grande massa da população nas cidades, surgem as populações extremamente pobres. Marshall chama a atenção que, nessas grandes cidades, onde se busca a riqueza e o trabalho, pouco tempo é dispensado à amizade e aos momentos para a união em família, nem mesmo a religião consegue alcançá-los, ou seja, tem-se trabalho, mas não se tem o bem-estar. Assim, Marshall (1996, p. 364) afirma

que para amenizar a pobreza, ultrapassam-se os recursos materiais do povo e os obrigam a exigir demasiado do solo com equipamento imperfeito e, assim, a provocar a ação enérgica da lei do rendimento decrescente a respeito dos produtos primários, sem ter o poder de reduzir os seus efeitos. “Tendo assim começado em condições de pobreza, um crescimento da população pode chegar às consequências tão frequentes de enfraquecimento do caráter que incapacita um povo a desenvolver uma indústria altamente organizada”.

Com isso, desde os finais do século XIX, a preocupação com a escassez de recursos naturais delinea aspectos relevantes e inquietos para a discussão a luz da ciência econômica. Andrade (2013) retrata essa discussão ao afirmar sobre a insustentável relação entre a trajetória do sistema econômico e do relacionamento humano com o natural. Entretanto o autor reforça que a inadequação do instrumental neoclássico para tratar a questão ambiental se resume em três pontos:

mainstream econômico não reconhecer a problemática natural do capital natural enquanto obstáculo para o contínuo crescimento do sistema econômico [...] em segundo lugar, sua base de inspiração mecanicista sugere que todos os fenômenos são reversíveis e que não há a possibilidade de perdas irreparáveis [...] por último, o *mainstream* neoclássico é profundamente falho em desconhecer dos nexos entre o sistema econômico e sua base ecológica”. (ANDRADE, 2013, p. 17).

O Keynesianismo surge com John Maynard Keynes em sua obra *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, e também com Michail Kalecki, o principal motivo da ascensão desse pensamento, é a Crise de 1929, conhecida como a Grande Depressão. Os postulados da economia clássica foram insuficientes para explicar essa crise. Nesse momento, Keynes tentou participar da reconstrução de um novo liberalismo, onde participou do *Nation and Atheneum*, um seminário influente com objetivo de influenciar a posição do Partido Liberal.

No final dos anos 1920 e início dos anos 1930, Keynes começou a esboçar suas primeiras ideias quanto a questões polêmicas relacionadas ao desemprego avassalador do contexto e o impacto das obras públicas. Buscando a razão desse desemprego, que

penalizava toda a sociedade, concluiu que eram oriundos de desajustes entre poupança (*S*) e investimento (*I*). Ou seja, para gerar poupança, precisa-se incentivar o consumo, gerando poupança interna, e consequentemente investimentos, que proporcionarão mais empregos, aumentando a demanda agregada e conduzindo a sociedade a sair da crise e a obter mais bem-estar.

A questão do bem-estar se fortalece nesse contexto, e a discussão sobre ação coletiva, por meio do Estado, é fonte de pesquisa e amadurecimento do campo teórico da economia. Nessa discussão, vinculam-se as ações coletivas para correção de falhas de mercado, o que associa alguns serviços ambientais aos bens públicos, de características não rivais e não exclusivos, como ar e água (ROMEIRO, 2003).

Diante de um contexto movimentos ambientalistas e sociais, frente ao forte crescimento econômico pós II Guerra Mundial, a partir de 1960, e da escassez do petróleo, na década de 1970, diferentes correntes de teóricos econômicos interpretavam essa relação insustentável entre o sistema econômico e a relação entre homem e meio ambiente. Alguns teorizavam sobre o crescimento, independentemente da existência de restrições naturais, como Robert Solow (1974) e Joseph Stiglitz (1974). Outros reforçavam a necessidade de compreensão dessa dinâmica e interação do recurso natural no meio econômico, como Baumol e Oates (1971). Alguns mais restritivos com relação ao crescimento, como Georgescu-Roegen (1971), Ward e Dubos (1972).

A controvérsia não permitiu enfrentar o problema da relação entre o sistema econômico e os sistemas naturais. A teoria da valoração econômica tenta aproximar o problema relativo ao meio ambiente ao *mainstream* econômico (MOTTA, 2007; MOTA, 2006). A clareza da importância da relação entre economia e meio ambiente é natural, porém pouco explorada, como cita Hackett (2006), ao explicar que os economistas aprendem pouco sobre o meio ambiente e os estudiosos das ciências ambientais aprendem pouco sobre economia, mas os sistemas interagem em muitos caminhos. Há, portanto, segundo Lisboa (2000, p. 17), uma “desconexão entre a ciência econômica e as demais ciências do

social”, o que significa dizer que há também uma desconexão entre a ciência econômica e os problemas da sociedade que não aqueles de economia aplicada, ou seja, um pensamento simplista acerca do funcionamento e da dinâmica social que se reduz ao econômico.

Como definiu Weber (1996; 1999) e retomado pela Escola de Frankfurt (HORKHEIMER, 2002), o sistema econômico capitalista é dotado de um espírito, a racionalidade instrumental, que possibilitou o domínio da técnica e sua constante evolução e aperfeiçoamento e, por isso, se tornou o sistema hegemônico na sociedade contemporânea. Entretanto as bases desse sistema, segundo Polanyi (1994), são o capital natural e o capital criativo. Interpretando Polanyi (1994), pode-se afirmar que economia deve aplicar o seu princípio de melhor alocação dos recursos disponíveis, que, no atual contexto, significa trabalhar com a iminência da exaustão dos recursos naturais e o potencial de trabalho, por meio da criatividade que pode ser representada pelas novas formas de inovação. Nesse contexto, buscou-se compreender como os programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil na área econômica tratam dessa temática por meio de suas pesquisas e linhas de pesquisa.

3 Pós-graduação da área de Ciências Econômicas da CAPES

A área de Economia possui atualmente, de acordo com o documento de área, 56 programas de pós-graduação com 79 cursos aprovados pela CAPES, sendo 42 mestrados acadêmicos, 23 mestrados/doutorados e 14 mestrados profissionais. Apresenta-se uma tendência de crescimento do mestrado profissional, pois se elevou de 4 programas no ano de 1999 para 14 em 2013 (CAPES, 2013, p. 1).

Quanto à distribuição geográfica dos programas da área de Economia quase a metade (27) encontra-se na região Sudeste, que, com exceção do Espírito Santo, em todos os demais estados dessa região têm cursos de mestrado profissional, mestrado acadêmico e mestrado/doutorado. Observando o mesmo nos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, na região do Sul, onde apenas Santa Catarina conta com um curso de mestrado/doutorado. Já na região Nordeste, predominam os

mestrados acadêmicos (6), e os cursos de mestrado/doutorado estão situados nos estados de Ceará, Paraíba e Pernambuco. Os cursos da Região Centro Oeste de mestrado/doutorado (2) encontram-se no Distrito Federal, e na região Norte apenas no Pará a área de economia tem um curso de mestrado acadêmico.

Com relação à formação de recursos humanos, a área de Economia tituló 1.243 mestres acadêmicos no triênio 2007 a 2009, 884 mestres profissionais e 346 doutores. Nos anos de 2010 e 2011, os números ficaram em 888 novos mestres acadêmicos, 728 novos mestres profissionais e 281 novos doutores. O ano de 2012, que fecha o triênio, ainda tinha informações disponíveis na conclusão desta pesquisa.

O Documento de Área da CAPES (2013) ressalta que, nos últimos anos, a produção científica dos programas de pós-graduação em Economia vem apresentando um crescimento expressivo, com significativo aumento na publicação em periódicos internacionais de qualidade, fruto da mobilização de muitos pesquisadores/programas em busca da excelência. Nessa perspectiva, a avaliação da área tem mostrado uma maior internacionalização dos programas, com reflexo em suas notas. Dessa forma, no último triênio (ou no momento do credenciamento) para os programas novos, a distribuição atual encontra-se com 11 programas com nota 3 e 9 programas com nota 4, para o mestrado acadêmico, de acordo com gráfico 6. Para o mestrado/doutorado, têm-se 5 programas com nota 4; 8 programas com notas 5, 3 programas com notas 6 e 2 programas com notas 7, conforme apresentado no gráfico 7. O gráfico 7 mostra uma evolução positiva, com perspectivas de melhoria no decorrer dos próximos anos.

A interdisciplinaridade em Economia foi discutida recentemente entre os coordenadores da pós-graduação no segundo seminário de acompanhamento da área do triênio, no primeiro trimestre de 2013. Segundo o Documento de Área (CAPES 2013, p. 6), chegou-se a um consenso, de que Área de Economia pode contribuir para o avanço da perspectiva interdisciplinar, uma vez que é uma ciência em que há interseções com muitas outras ciências. Citam-se exemplos de interdisciplinaridade com áreas como administração, ciência política e relações in-

ternacionais, direito, educação, engenharia, história, medicina, planejamento urbano e regional, demografia, psicologia, sociologia, serviço social, zootecnia, ciências agrárias, e entre tantas outras, e nas ciências ambientais, relação discutida nesta pesquisa.

Apesar dessa conclusão, os coordenadores identificaram uma grande dificuldade em traçar o limite do que é estritamente da área de economia. Mesmo com essa dificuldade, os coordenadores de programas de pós-graduação, em sua maioria, reconheceram a relevância de não se penalizar cursos com viés de economia aplicada, que trabalham de maneira mais evidente na fronteira da economia com demais áreas do conhecimento. O que tem se observado, também, é o constante intercâmbio de alunos, com recebimento de alunos de outras áreas e reconhecimento de disciplinas feitas por alunos de economia em programas de pós-graduação de outras áreas (CAPES, 2013, p. 6).

Tanto o mestrado acadêmico, quanto o doutorado e o mestrado profissional, têm no documento de área, ser fundamental que o programa tenha em seu eixo central disciplinas associadas a teoria econômica e métodos quantitativos, quais sejam: Macroeconomia, Microeconomia e Métodos Quantitativos, tendo as demais disciplinas que estabelecer relações com as linhas de pesquisa do programa. Daí a relativa dificuldade de se ter pesquisas relacionadas ao meio ambiente dentro do escopo dos programas de Pós-Graduação de Economia (CAPES, 2013, p. 7). Assim, a lista das disciplinas precisa ser apresentada em conjunto com as ementas, que devem mostrar a bibliografia compatível com o programa com objetivos e estruturas próximas aos do programa em análise.

Com relação ao corpo docente, este precisa ser integrado, de maneira equilibrada, por doutores, por profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação, de acordo com a Portaria Normativa MEC nº 17 de 28 de dezembro de 2009. O corpo docente deve ser bem qualificado com experiências relevantes, execução de projetos de pesquisa aprovados por agências de pesquisa e/ou empresas, devendo comprovar a carga horária docente e condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso. Também para o

mestrado profissional, o número mínimo de docentes permanentes, na Área de Economia, deve ser sete para os cursos de mestrado, e o percentual de docentes permanentes com atuação como permanente em outro Programa de Pós-Graduação não pode ultrapassar a 40%. Além disso, o currículo dos professores deve estar relacionado à área do mestrado profissional e deve haver experiências prévias de trabalhos compartilhados entre os membros do corpo docente CAPES (2013, p. 15).

Por ser um mestrado profissional aceitar-se-á uma maior participação de professores externos à IES. Entretanto essa participação não pode caracterizar dependência, seja em termos de produção, seja em termos

das disciplinas básicas do programa, pois as Portarias da CAPES nº 1 e nº 2/2012 devem ser respeitadas. Também se faz necessário estabelecer explicitamente a experiência prévia com orientação do corpo docente.

Sobre as avaliações da área, parte-se das Fichas de Avaliação, que fornecem informações sobre os critérios a serem adotados pela Comissão da Área de Economia na avaliação dos Programas de Pós-Graduação acadêmicos e profissionais no triênio de 2010-2012. A avaliação tanto dos cursos acadêmicos quanto dos cursos profissionais foi feita com base em cinco quesitos padronizados para a avaliação de todas as áreas de conhecimento, segundo a CAPES (2013, p. 16), a saber:

Tabela 1 - Requisitos para Avaliação da Pós-Graduação

Quesito	Peso Cursos Acadêmicos (%)	Peso Mestrado Profissional (%)
1. Proposta do Programa	0	0
2. Corpo Docente	20	20
3. Corpo Discente, Teses e Dissertações	35	30
4. Produção intelectual	35	30
5. Inserção Social e Relevância	10	20

Fonte: CAPES, 2013, p. 16.

A proposta do programa possui peso zero porque trata de um quesito que fornece indicadores qualitativos para a atribuição da nota final, e também, atua como uma trava, uma vez que, se não for considerado com qualidade informativa suficiente, pode inviabilizar a proposta de programa.

Com relação ao Corpo Docente, este permite avaliar a competência e maturidade científica para desenvolver as atividades de ensino, pesquisa e orientação do programa, constituindo-se em quesito fundamental na avaliação do bom desempenho do Programa. Recebeu ponderação menor que corpo discente e teses e dissertações e produção intelectual porque é considerado um requisito com capacidade reduzida relativa de discriminação entre os programas, visto a organização e estruturação atuais da maioria deles (CAPES, 2013, p. 17).

Corpo Discente, Teses e Dissertações e Produção Intelectual são avaliados como pontos mais relevantes, pois priorizam os produtos e não os processos, representando

os resultados do programa em termos de novos pesquisadores formados e titulados e da produção intelectual dos mesmos associados à produção docente (CAPES, 2013, p. 17).

O quesito Inserção Social/Internacional analisa a atuação do programa no contexto regional, nacional e internacional, e considera o impacto científico, tecnológico, econômico e educacional, bem como o envolvimento em ações de integração social e de solidariedade (CAPES, 2013, p. 17).

4 Resultados e discussões

A Pós-Graduação da área de Ciências Econômicas da CAPES (2013) encontra-se inserida dentro da denominada Grande Área de Ciências Sociais Aplicadas. Analisando a Grande Área de Ciências Sociais Aplicadas, verifica-se a Área de Economia, que atualmente possui 80 cursos de Pós-Graduação que compõem 57 programas. Representa, dessa forma, 12% tanto de programas, quanto de cursos, em relação ao total da Grande Área

de Ciências Sociais Aplicadas. Constitui-se na terceira mais relevante área das Ciências Sociais Aplicadas, pois Administração, Contábeis e Turismo somam 26%, e Direito 18%. A

importância da economia na Pós-Graduação é fundamental para o desenvolvimento do país, mas há concentração em alguns temas de economia aplicada.

Tabela 2 – Programas e cursos de pós-graduação por área de avaliação das Ciências Sociais Aplicadas

ÁREA (Área de avaliação)	Programas e Cursos de Pós-Graduação					Totais de Cursos de Pós-Graduação			
	Total	M	D	F	M/D	Total	M	D	F
Administração (Administração, Ciências Contábeis e Turismo)	132	37	2	55	38	170	75	40	55
Arquitetura e Urbanismo (Arquitetura e Urbanismo)	33	14	0	4	15	48	29	15	4
Ciência da Informação (Ciências Sociais Aplicadas I)	15	3	0	4	8	23	11	8	4
Comunicação (Ciências Sociais Aplicadas I)	44	23	0	1	20	64	43	20	1
Demografia (PUREdemografia)	4	2	0	0	2	6	4	2	0
Desenho Industrial (Arquitetura e Urbanismo)	17	6	0	3	8	25	14	8	3
Direito (Direito)	84	53	0	1	30	114	83	30	1
Economia (Economia)	57	19	0	15	23	80	42	23	15
Economia Doméstica (Serviço Social)	1	1	0	0	0	1	1	0	0
Museologia (Ciências Sociais Aplicadas I)	3	2	0	0	1	4	3	1	0
Planejamento Urbano e Regional (PURED)	32	14	0	8	10	42	24	10	8
Serviço Social (Serviço Social)	32	18	0	0	14	46	32	14	0
Turismo (Administração, Ciências Contábeis e Turismo)	7	4	0	2	1	8	5	1	2
Brasil	461	196	2	93	170	631	366	172	93

Fonte: CAPES (2013).

A análise da distribuição geográfica dos programas de Pós-Graduação em Economia é relevante para se buscar a influência das necessidades de desenvolvimento regional do país. Percebe-se, de acordo com a tabela 3, que há grande concentração da pesquisa de Economia da região sudeste [São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo], onde se encontram grandes centros de excelência em estudos dessa área [com melhores conceitos], representando 47% dos programas de pós da área. Essas universidades centram suas pesquisas em Teoria Econômica e Economia Aplicada, que mais adiante serão mais bem analisadas. A segunda maior representatividade dessa área encontra-se na região nordeste do país, com 23% dos programas em suas universidades, seguida do sul com 19%, centro-oeste com 9%, e norte com apenas 2%.

Tabela 3 – Distribuição de Programas em Economia por Região

Regiões	Quantidade	%
Sul	11	19
Sudeste	27	47
Centro-Oeste	5	9
Nordeste	13	23
Norte	1	2
Brasil	57	100

Fonte: CAPES (2013)

No que se refere à qualidade, a CAPES possui uma escala de conceitos na análise de cada curso de Pós-Graduação, conforme visualizam-se na tabela 4, os conceitos referentes ao mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado, concluindo que os conceitos 3 e 4 ainda são predominantes na área, o que indica necessidade de se buscar melhores resultados no futuro.

Tabela 4 – Distribuição de Cursos de Pós-Graduação de Economia por Conceito/Nota

Cursos / Conceitos 2012	3	4	5	6	7	Total
Doutorado	-	10	8	3	2	23
Mestrado Acadêmico	15	14	8	3	2	42
Mestrado Profissional	5	6	4	-	-	15
Total	20	30	20	6	4	80

Fonte: CAPES (2013)

As principais linhas de pesquisa presentes nos programas de pós-graduação da área de economia são evidenciadas na tabela 5. Observa-se que, dentre as pesquisas no

âmbito da Área de Economia, apenas 2% voltam-se a estudar sobre o meio ambiente, a melhor alocação dos recursos naturais e gestão do meio ambiente num todo.

Tabela 5 – Principais Linhas de Pesquisa – Pós-Graduação em Ciências Econômicas

Principais Linhas de Pesquisa – Pós-Graduação em Ciências Econômicas	M Prof	M Acad	Dout.	Total	%
Economia Aplicada / Métodos Quantitativos / Econometria / Macroeconomia / Monetária	5	13	11	29	16%
Teoria econômica / Política econômica	1	9	8	18	10%
Desenvolvimento regional e urbano / Economia Regional e Rural e Brasileira	1	11	4	16	9%
Desenvolvimento Econômico	2	7	6	15	8%
Economia Geral	1	7	5	13	7%
Finanças / Finanças Públicas e Estado / Mercado Financeiro	6	3	3	12	7%
Economia das Empresas e Investimentos / Controladoria	7	4	1	12	7%
Economia internacional / Comércio Internacional	3	5	3	11	6%
Economia do trabalho e Social		6	4	10	6%
História Econômica / instituições e desenvolvimento econômico		5	5	10	6%
Economia política / Política Social	1	3	2	6	3%
Economia Industrial e de Redes e Inovação	1	2	2	5	3%
Economia Agrícola		3	1	4	2%
Economia do Meio Ambiente / Ec. Agrícola e dos Rec. Naturais e Gestão Econ. do Meio Ambiente.		2	2	4	2%
Economia do setor público	1	1	2	4	2%
Políticas Públicas	1	1		2	1%
Políticas de Desenvolvimento	1	1		2	1%
Agronegócio e Desenvolvimento Regional	1	1		2	1%
Economia da mundialização e do desenvolvimento	1			1	1%
Economia das Organizações e Gestão Agroindustrial		1		1	1%
Gerenciamento de projetos	1			1	1%
Gestão e Economia da Saúde	1			1	1%
Regulação e competitividade	1			1	1%
Economia Digital e Comércio Eletrônico	1			1	1%
Total	37	85	59	181	100%

Fonte: CAPES (2013)

A análise subsequente identifica os principais temas das teses e dissertações dos discentes de economia. Para tanto, foi selecionada a quantidade de teses e dissertações de todos os programas de pós-graduação em economia avaliados pela CAPES. Para essa coleta de dados, foi considerado o último triênio avaliado, ou seja, os anos de 2007 a 2009. Nessa análise, é realizado um comparativo.

Em um primeiro momento, pelos principais temas que norteiam a pesquisa em economia, utilizou-se o critério de selecionar os principais temas propostos pelos programas e defendidos pelos pesquisadores, as principais linhas de pesquisa em questão no último triênio avaliado pela CAPES. Posteriormente, compara-se esse estudo com o percentual de pesquisa que a Economia realiza considerando as questões ambientais.

Tabela 6 – Teses e dissertações defendidas no período 2007-2009 referentes aos principais temas de Economia

Principais temas / Linhas de Pesquisa	Teses e Dissertações	%
Economia Aplicada / Métodos Quantitativos / Econometria / Macroeconomia / Monetária	495	28%
Desenvolvimento Econômico	340	19%
Economia das Empresas e Investimentos / Controladoria	165	9%
Finanças / Finanças Públicas e Estado / Mercado Financeiro	118	7%
Economia do trabalho e Política Social e Economia Política	112	6%
Análise de Investimentos, Organizações	107	6%
Economia Agrícola e Regional	106	6%
Teoria econômica / Política econômica	101	6%
Desenvolvimento regional e urbana / Economia Regional e Rural e Brasileira	101	6%
Economia do Meio Ambiente / Ec. Agrícola e dos Rec. Naturais e Gestão Econ. do Meio Ambiente	67	4%
Economia internacional / Comércio Internacional	27	2%
Regulação e competitividade	11	1%
Total	1750	100%

Fonte: CAPES (2013)

De acordo com a tabela 6, visualiza-se que os principais temas que preocupam a Pós-Graduação da área de economia são os de economia aplicada, com 28% do total do período analisado, sendo que as questões ambientais correspondem a apenas 4%. Levando-se em consideração toda importância que essas questões representam para a sociedade atual, este é um percentual muito pequeno.

Uma outra conclusão referente às teses e dissertações é que, em alguns programas, existem linhas de pesquisas relacionadas às questões ambientais, ficando a critério dos discentes optarem por pesquisas nesse cam-

po. O que acontece, entretanto, é a opção por outras linhas de pesquisas.

As tabelas que se seguem, tabelas 7, 8 e 9, mostram que existem algumas linhas de pesquisa dentro da área de economia que tratam de questões ambientais. Mas, mesmo quando o programa traz essa possibilidade, poucos discentes optam por fazer suas pesquisas de mestrado e doutorado nessa linha de pesquisa. Talvez o que falte seja incentivo por parte dos docentes a instigarem os discentes a pesquisarem sobre essas questões chave para a sociedade a partir do momento atual que exige tais preocupações.

Tabela 7 – Total de teses e dissertações: comparativo entre Economia e Meio Ambiente período 2007-2009

Dissertações / Teses	Total Economia	%	Total Meio Ambiente	%	%
Total de dissertações Mestrado Acadêmico	940	54%	35	52%	4%
Total de dissertações Mestrado Profissional	572	33%	28	42%	5%
Total de Teses	238	14%	4	6%	2%
	1750	100%	67	100%	

Fonte: CAPES (2013)

Tem-se que 54% de toda pesquisa em Economia provêm de dissertações de mestrado acadêmico; 33% de dissertações, de mestrado profissional; e 14%, de doutorados. Das pesquisas relacionadas com questões ambientais, tem-se 52% provenientes de dissertações de mestrado acadêmico; 42% de mestrado profissional; e 6% de doutorados. Ao comparar a quantidade de pesquisas relacionadas às questões ambientais com o restante das pesquisas em Economia, tem-se que, de todas as dissertações de mestrado acadêmico, apenas 4% inserem-se dentro de temas relacionados a questões ambientais; apenas 5% com relação no mestrado profissional; e apenas 2% no doutorado.

Este resultado pode ser explicado pela tradição de formação presente nos CURRÍCULOS das Faculdades/Universidades, que seguem à própria tradição da ciência econômica, nos quais constata-se uma maioria centrada em estudos de modelos clássicos, ou marxistas, ou Keynesianos, que tradicionalmente excluem o meio ambiente da equação econômica e mantêm a desconexão

dos demais problemas da sociedade. Nesse sentido, pode-se inferir que os campos de aplicação dos produtos gerados pelas pesquisas realizadas no contexto dos programas de pós-graduação da área de economia, voltam-se prioritariamente para: Modelos quantitativos de crescimento econômico; Estudos de taxa de juros, câmbio, e geração de emprego e renda; Comércio Internacional; Desenvolvimento Econômico em temas que abarcam o conceito de desenvolvimento como resultado de emprego e renda pela industrialização, e ainda não aplica o desenvolvimento em seu sentido de desenvolvimento sustentável com valoração econômica dos recursos naturais e dos impactos ambientais; Economia do trabalho; Economia empresarial, em função dos mestrados profissionais.

Do percentual reduzido de pesquisas que consideram questões ambientais destacam-se: energia, água, empregos verdes e crédito de carbono. Além desses resultados, foram feitas análises dos resumos dessas teses e dissertações por palavras chave, o que conduziu ao seguinte resultado, conforme tabela 8.

Tabela 8 – Cômputo das dissertações e teses produzidas pelos programas da área de economia (período 2007-2009), em conformidade com temas ligados as questões ambientais

Nº	TEMAS DAS QUESTÕES AMBIENTAIS	Palavras-chave (algumas)	Dissertações	Teses
01	Economia verde / Empregos verdes	3	2	3
02	Energia	9	6	9
03	Cidades sustentáveis	12	5	12
04	Alimentos (segurança alimentar e Agricultura Sustentável)	4	2	4
05	Água	5	1	5
06	Oceanos	9	3	9
07	Desastres naturais (redução de riscos e resiliência)	2	-	2
08	Outros temas	3	1	3
Total		-	47	20
			67	

Fonte: Os autores. Dados oriundos de dissertações de cursos avaliados pela CAPES (2013).

De acordo com a tabela 8, percebe-se que, ao pesquisar por palavras-chave nas teses e dissertações dos programas de pós-graduação da área de Economia, encontra-se alguma pesquisa relacionada à área de questões ambientais. Mas em comparação com cursos de outras áreas, ainda é pequeno em relação às possibilidades que se têm de pesquisa nessa área.

No que se refere à atuação dos docentes em pesquisas no âmbito dos programas de

pós-graduação da Área de Economia, conclui-se que, assim como as linhas de pesquisa dos programas, também seus docentes estão trabalhando em sua maioria com ciências sociais aplicada e métodos quantitativos. A maioria, como se observa na tabela 9, está em Economia Geral, mas, ao visualizar o Currículo Lattes de alguns desses docentes, também o que se encontra é formação dentro dessas linhas mais técnicas e quantitativas.

Tabela 9 – Corpo Docente da Área de Economia por Linha de Pesquisa (2007-2009)

Corpo Docente por Área de Atuação – Pós-Graduação Economia	Total 2007	%	Total 2008	%	Total 2009	%
Economia Geral	294	50%	299	51%	378	56%
Ciências Sociais Aplicadas / Matemática / Engenharias/ Métodos Quantitativos / Estatística	126	21%	120	20%	98	15%
Economia agrária / Regional e Urbana	42	7%	40	7%	38	6%
Economia Internacional / Econ. Monetária e Fiscal	14	2%	15	3%	13	2%
Teoria Econômica	17	3%	19	3%	14	2%
Sociologia / Sociologia Rural	5	1%	5	1%	8	1%
Ciências Humanas	11	2%	16	3%	16	2%
Economia Industrial	7	1%	9	2%	9	1%
Administração	8	1%	9	2%	9	1%
Economia dos Recursos Naturais e Recursos Florestais	6	1%	7	1%	11	2%
História Econômica	9	2%	8	1%	13	2%
Arquitetura e Urbanismo e Demografia	3	1%	3	1%	5	1%
Ciência Política	10	2%	10	2%	15	2%
Economia do Desenvolvimento	18	3%	20	3%	25	4%
Mudança tecnológica	4	1%	3	1%	6	1%
Comunicação	5	1%	2	0%	4	1%
Inovação, Instituições e Competitividade	4	1%	2	0%	3	0%
Finanças Públicas Internas	5	1%	5	1%	7	1%
Total	588	100%	592	100%	672	100%

Fonte: Os autores (2013). Dados oriundos do caderno de indicadores da CAPES (2013).

5 Considerações finais

O objetivo deste artigo foi apresentar resultados de pesquisa sobre as questões ambientais que vêm sendo incorporados pela Área de Ciências Econômicas, no contexto dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

Dentre as principais inferências deste estudo, destaca-se o fato de que há uma desconexão entre a ciência econômica e os problemas ambientais, o que representa menos de 5% dos estudos da área. Há, em contrapartida, um predomínio de temas relacionados à

economia aplicada. Esse aspecto corrobora as afirmações de Lisboa (2000) e Polanyi (1994) de que existe a crença de que o processo que engendrou a economia esteja fundamentado apenas nas leis econômicas, desconsiderando outras variáveis socioambientais.

Outro aspecto é a formação do economista cujos currículos seguem à própria tradição da ciência econômica, centradas em estudos do *mainstream* e que tradicionalmente excluem o meio ambiente como relevante para compreensão da dinâmica econômica. Contudo os resultados apontam que há uma

interface, mesmo que ainda muito tênue, entre a pesquisa na área econômica no Brasil e as questões relacionadas ao meio ambiente. Isso pode ter várias origens:

- não apropriação do tema ao *mainstream* da economia;
- predominância da discussão sobre a intervenção do Estado em políticas macroeconômicas; a interveniência da matemática como forma método de racionalização dos problemas econômicos;
- incapacidade de lidar com a complexidade do tema, que sobrepõe a questão singular de um recurso e expande a proposição de integração na relação do homem com o meio natural;
- imprecisão da classificação de trabalhos pela próprio posicionamento generalista de muitas discussões que consolida quase metade do corpo docente a economia geral;
- falta de precisão dentro da subárea que trata da relação entre economia e meio ambiente, presente por termos não consolidados e controversos, como economia verde e cidades sustentáveis
- relação ideológica controversa dentro do próprio campo da ciência econômica, com observações diferentes sobre as expectativas da evolução desta interação entre o homem e o meio ambiente

Nesse diapasão, o distanciamento entre a teoria econômica e o meio ambiente diminui, mas de maneira controversa na área. A pesquisa na área ratifica essa tendência, mas os próprios teóricos preferem, muitas vezes, não considerar o problema ou não se aproximar interdisciplinarmente de outras áreas que poderiam dar mais consistência a essa discussão. A integração e interação entre economista e cientistas ambientais é necessária para articulação de produções científicas interdisciplinares, dentro das abordagens disciplinares de cada área.

Referências

ANDRADE, Daniel Caixeta. *Valoração econômica ecológica: bases conceituais e metodológicas*. São Paulo: Annablume, 2013.

BAUMOL, W. J.; OATES, W. E. The use of standards and prices for protection of the environment. *The Swedish Journal of Economics*, v. 73, n. 1, p. 42-54, mar. 1971.

BELL, John Fred. *História do pensamento econômico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020 / Coordenação de Pessoal de Nível Superior*. Brasília, DF: CAPES, 2010. (2 v.).

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. *Documento de área 2013*. Diretoria de Avaliação. Avaliação Trienal 2013. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Economia_doc_area_e_comiss%C3%A3o.pdf> Acesso em: 02 abr. 2013.

GEORGESCU-ROEGEN, N. *The entropy law and the economic process*, Nueva York, Harvard: University Press, 1971.

HACKETT, Steven C. *Environmental and natural resources economics*. 3. ed. New York, United States: M.E.Sharpe, 2006.

HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. São Paulo: Centauro, 2002.

JEVONS, W. Stanley. *A teoria da economia política*. Tradução de Cláudia Laversveiler de Moraes. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Série Os Economistas).

LISBOA, Armando de Melo. A crítica de Karl Polanyi à utopia do mercado. *SOCIUS Working Papers*, Lisboa, n. 2/2000, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, 2000.

MALTHUS, Thomas Robert. *Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática*. Tradução de Regis de Castro Andrade, Dinah de Abreu Azevedo e Antonio Alves Cury. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Série Os Economistas).

MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia, tratado introdutório*. Tradução revista de Rômulo Almeida e Ottolmy Strauch. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Série Os Economistas).

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1996. (Livro 1, cap. IV).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes. *Contribuição da pós-graduação brasileira para o desenvolvimento sustentável*. Capes na Rio+20. Brasília: Capes, 2012. 194 p.

MOTA, José Aroudo. *O valor da natureza: economia e política dos recursos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

MOTTA, Ronaldo Seroa. *Economia ambiental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

POLANYI, Karl. *El sustento del hombre*. Barcelona: Mondadori, 1994.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 1998.

ROMEIRO, A. R. Economia ou economia política da sustentabilidade. In: MAY, P.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. (Org.). *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003. p. 1-29.

SOLOW, R. M. The economics of resources or the resources of economics. *American Economic Review*, v. 64, n. 2, p. 1-14. 1974.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Abril Cultural, 1996. (Série Os Economistas).

STIGLITZ, J. E. Growth with Exhaustible Natural Resources. *Review of Economic Studies*, v. 42, p. 122-152. 1974.

WARD, B. e DUBOS, R. *Only one earth: the care and maintenance of a small planet*. Harmondsworth: Penguin Books Ltd, 1972.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1996.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Unb, 1999. v. 1.

Problemas percibidos y concepciones de extensión de los técnicos del Centro Nacional de Tecnología Agropecuaria y Forestal de El Salvador, Centroamérica

Problemas percebidos e concepções de extensão dos técnicos do Centro Nacional de Tecnologia Agropecuária e Forestal de El Salvador, América Central

Perceived problems and conceptions of extension of the practitioners of the Centro Nacional de Tecnología Agropecuaria y Forestal, El Salvador, Central America

Les problèmes perçus et les conceptions de la extension de techniciens du Centre National de technologie agricole et des forêts en El Salvador , en Amérique Centrale

Fernando Landini*
(landini_fer@hotmail.com)

Recebido em 02/04/2014; revisado e aprovado em 14/07/2014; aceito em 12/11/2014
DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/151870122015219>

Resumen: La extensión rural se está reposicionando en América Latina como herramienta de desarrollo. 34 extensionistas rurales de El Salvador fueron encuestados para identificar los problemas a los que se enfrentan y la concepción de extensión rural con que guían su práctica. Los encuestados describen como principales problemas el uso de tecnologías inapropiadas, la falta de créditos y las dificultades para el trabajo grupal. A nivel general se observa la presencia de una concepción de la extensión fuertemente transferencista.

Palabras clave: Extensión rural. Desarrollo rural. Transferencia de tecnología.

Resumo: A extensão rural está reposicionando-se na América Latina como ferramenta de desenvolvimento. 34 extensionistas rurais de El Salvador foram pesquisados para identificar os problemas que eles enfrentam e a concepção de extensão rural que orientam a sua prática. Os participantes descreveram como principais problemas o uso de tecnologias inadequadas, a falta de crédito e as dificuldades para o trabalho em grupo. Em geral, os extensionistas pesquisados têm uma concepção fortemente transferencista da extensão rural.

Palavras-chave: Extensão rural. Desenvolvimento rural. Transferência de tecnologia.

Abstract: In Latin America, the use of rural extension as a development tool is regaining acknowledgement. 34 practitioners were surveyed with the aim of identifying the problems faced by Salvadorian rural extensionists, as well as the conception of rural extension that they use to guide their practice. The fundamental problems that the participants describe are the farmers' use of unsuitable technologies, lack of credits and the difficulties of cooperative work. In general terms, the interviewees support a diffusionist approach to rural extension.

Key words: Rural extension. Rural development. Transfer of technology.

Résumé: La vulgarisation rurale redevient en Amérique Latine un outil de développement. 34 «vulgaristes» ruraux du El Salvador ont été interrogés pour identifier les problèmes qu'ils rencontrent et la conception de l'extension rurale qui guide leur pratique. Les enquêtes décrivent comme problèmes principaux l'usage de technologies inappropriées, le manque de crédits et les difficultés pour le travail en groupe. De façon générale, on observe la présence d'une conception de la vulgarisation fortement orientée vers le transfert de technologies

Mots clés: Vulgarisation rurale. Développement rural. Transfert de technologie.

1 Introducción

Existe creciente interés en América Latina por reposicionar a la extensión como herramienta de desarrollo rural (AGUIRRE, 2012) en el contexto de la revalorización de las políticas de desarrollo activas (HAUSMANN; RODRIK, 2005). Los sistemas de extensión rural latinoamericanos nacen hacia mediados del siglo pasado inspirados en el modelo de extensión estadounidense (DA ROS, 2012; SCHALLER, 2006). Desde fines de los 80s y durante los 90s, la consolidación de las

políticas neoliberales, las cuales sostenían la idea de un 'estado mínimo' como premisa para el desarrollo, llevó al desmantelamiento y a la búsqueda de privatización de muchos de los sistemas de extensión del continente (ARDILA, 2010; DIESEL et al., 2008). Con el nuevo siglo, en la mayor parte de América Latina los supuestos neoliberales y las políticas de ajuste estructural empiezan a ser puestas en cuestión, lo que invita a la recuperación de la extensión como instrumento de desarrollo rural (RIVERA, 2002; SELIS, 2012). En El Salvador, la aplicación de políticas de

* Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Universidad de Buenos Aires y Universidad de la Cuenca del Plata, Argentina.

ajuste, fundamentalmente durante los 90s, llevó a una caída drástica del presupuesto del Centro Nacional de Tecnología Agropecuaria y Forestal (CENTA), principal institución de extensión del país, sin que hasta la fecha el nivel de gasto se haya restablecido como porcentaje del gasto público (ARDILA, 2010).

En el contexto de la recuperación de la extensión rural en América Latina en general y en El Salvador en particular, resulta de interés identificar y estudiar los problemas a los que se enfrenta la extensión rural en el país, particularmente el CENTA, con el fin de diseñar e implementar acciones para afrontarlos. En Latinoamérica la investigación sobre extensión rural resulta particularmente escasa (MÉNDEZ, 2006), especialmente si se la compara con la cantidad de publicaciones en temas relacionados, como es el caso de la agricultura familiar.

La mayor parte de las investigaciones destinadas a abordar la temática de la extensión rural se apoyan en estudios de caso puntuales. Haciendo una lectura transversal de estos trabajos se observan múltiples problemas que tienen que ser enfrentados por los extensionistas. Entre ellos pueden mencionarse la escasa adopción de tecnologías por parte de los productores (GADEA, 2009), la dificultad para lograr la participación de los beneficiarios en distintos proyectos (BOAS; GOLDEY, 2005), la falta de adecuación de las planificaciones a las necesidades de los productores (AQUINO; TEIXEIRA, 2005; MURILLO; MARTÍNEZ, 2010), y las trabas para comercializar la producción campesina junto a los bajos precios de venta (ESCOBAR, 2012).

Uno de los problemas más mencionados por los investigadores es la persistencia de enfoques de extensión rural tradicionales, de carácter difusionista (SÁNCHEZ CADENA, 2011; SARAIVA; CALLOU, 2009; SELIS, 2012), aún en contra de los nuevos abordajes recomendados por la academia, por diferentes organismos internacionales y por las mismas instituciones de extensión. La extensión rural tradicional, nacida en los Estados Unidos el siglo pasado, se caracteriza por estructurarse a partir de la transferencia (también denominada 'difusión') de conocimientos 'modernos' desarrollados por los investigadores a los productores del campo

(LANDINI; MURTAGH; LACANNA, 2009). De esta manera, la extensión queda organizada como un vínculo vertical, en donde tanto el saber como el poder quedan ubicados en un polo de la relación, en detrimento de los productores (FREIRE, 1973). En contraste, las propuestas de extensión actualmente se orientan hacia modelos de trabajo participativos (MEDEIROS; BORGES, 2007) centrados en la comunicación y el diálogo horizontal entre técnicos, productores e incluso otros actores que forman parte de los sistemas de innovación agrícola (SOUZA; GOMES, 2008; ZUIN; ZUIN; MANRIQUE, 2011). No obstante, queda claro que el cambio de un modelo vertical-difusionista a uno horizontal-participativo constituye un gran desafío, ya que se observan importantes problemas para llevar estos cambios a nivel de las prácticas de los extensionistas (LANDINI, 2012; SELIS, 2012; SOUZA; GOMES, 2008).

Así, atendiendo al conjunto de problemas que deben enfrentar los extensionistas y los sistemas de extensión rural, en este trabajo se propone identificar y analizar los problemas enfrentados por los técnicos del CENTA y las concepciones de extensión a partir de las cuales éstos guían sus prácticas, con el fin de aportar al fortalecimiento de la extensión rural salvadoreña. En este sentido, se asume que un mayor conocimiento y comprensión de las problemáticas que limitan su impacto puede contribuir a generar acciones y estrategias que permitan afrontarla.

2 Materiales y métodos

Para alcanzar estos objetivos se realizó una investigación descriptiva basada en la implementación de una encuesta a extensionistas del CENTA. Se destaca que algunos de los resultados desarrollados en este trabajo han sido presentados parcialmente como parte de un comparativo latinoamericano, pero sin que se haya focalizado en el caso salvadoreño (LANDINI, 2013a, en prensa).

A nivel latinoamericano las encuestas fueron realizadas entre los años 2010 y 2013. Las encuestas de El Salvador son del 2010. La encuesta fue enviada y recibida por email. La respuesta fue voluntaria. Se recibieron los formularios de 34 extensionistas de la institución. La cantidad de extensionistas que trabajan en

el CENTA no pudo ser obtenida ni pudo hacerse una estimación que contara con suficiente fundamento. En consecuencia, dado que se desconocía el total de extensionistas así como su distribución territorial, y que se iba a trabajar con respuestas voluntarias, el tamaño de la muestra no fue calculado estadísticamente como suele hacerse en las investigaciones de tipo cuantitativo (ARGIBAY, 2009). De esta manera, los resultados no deben considerarse como representativos de la totalidad de la extensión rural del CENTA, sino tenidos como expresión de un estudio con énfasis hermenéutico/interpretativo (GUBA; LINCOLN, 1994), cercano a la tradición cualitativa, aun cuando sus resultados se expresen de manera cuantificada.

Las preguntas cerradas de la encuesta se orientaron a relevar información sociodemográfica, mientras que las abiertas abordaron los problemas enfrentados en el trabajo de extensión y las contribuciones de la psicología al trabajo de los extensionistas (ver Anexo). Las respuestas de los encuestados son tomadas en dos sentidos. Primero, como fuente de información sobre una realidad que conocen de primera mano (esto referido fundamentalmente a los problemas relacionados con el trabajo de extensión). Segundo, como indicadores del modo en que los encuestados miran ciertos ámbitos de la realidad, en este caso su concepción de extensión.

Para el análisis de las respuestas se utilizaron los principios generales de la Teoría Fundamentada (DANTAS et al., 2009; LEITE et al., 2012). En concreto, se procedió a la lectura de las respuestas haciendo foco en cada uno de los ejes de análisis indicados. En ese proceso se fueron construyendo categorías, las cuales fueron utilizadas para clasificar los diferentes fragmentos de las respuestas con el apoyo del software Atlas Ti. Luego se realizaron lecturas adicionales del material con el fin de ajustar los contenidos de cada categoría, uniéndose aquellas de límites difusos o separando aquellas que tenían contenidos con identidad propia. Luego de varias lecturas se llegó a una definición final de cada categoría que contuviera criterios de inclusión/exclusión de fragmentos. Como criterio general, durante el proceso de clasificación se optó por incluir los fragmentos que podían presentar dudas, para no cometer el

error de excluir aquellos que sí debían ser categorizados. Para terminar, se procedió a una última lectura de los fragmentos incluidos dentro de cada categoría con el fin de excluir aquellos que no correspondieran a su definición final. A nivel operativo, se consideró que una categoría (que expresaba una creencia o afirmación particular) estaba presente en una encuesta cuando había sido mencionada al menos una vez. En las tablas de resultados sólo se presentan aquellas categorías que aparecen en al menos el 25% de las encuestas. Respeto del eje de análisis correspondiente a los problemas relacionados con el trabajo de extensión sólo se consideraron las preguntas 1 y 2. Respeto de la concepción de extensión se tomaron todas las respuestas (ver el listado de preguntas en el Anexo).

3 Resultados y discusión

3.1 Descripción general de la muestra

La muestra está compuesta por 33 hombres y 1 mujer. Llama la atención esta relación ya que si bien ésta no fue seleccionada en términos de azar estadístico, no se introdujo ningún criterio de selección más que la voluntad de responder de los participantes. Esto trae como pregunta si realmente existe un predominio masculino tan fuerte en el CENTA y, en ese caso, cuál será su impacto en las actividades que implementa la institución, siendo el más probable la priorización de las prácticas productivas consideradas tradicionalmente masculinas como objeto del trabajo de extensión. Respeto del nivel educativo, el 78% posee título universitario, mientras que el resto terciarios no universitarios. En ningún caso se indicaron estudios de postgrado, algo frecuente en otros países latinoamericanos como la Argentina por ejemplo, donde más del 40% de los extensionistas ha realizado cursos de postgrado, especializaciones o maestrías (LANDINI, 2013b), pero no tanto en otros como Paraguay, donde este porcentaje no llega al 10% (LANDINI, 2013c). Respeto de los 24 casos en los que se indicó una formación universitaria específica, 23 son ingenieros agrónomos y 1 posee título de docente universitario. Si bien cierto predominio de ingenieros agrónomos es usual dentro del personal de extensión

(LANDINI; BIANQUI, 2014), en este caso la tendencia es sin dudas extrema. Ahora bien, teniendo en cuenta que la extensión rural no sólo requiere de conocimientos técnicos para su implementación efectiva (BOCCHICCHIO, 2013; LANDINI, 2012), sino también de capacidades vinculadas con la gestión de grupos, la implementación de dinámicas participativas y el manejo de procesos de enseñanza-aprendizajes (LANDINI et al., 2009), resulta preocupante que la institución no cuente con profesionales que tengan título relacionado con dichas áreas.

La edad de los encuestados va de los 25 a los 59 años, con una media de 41,33 y un desvío estándar de 9,86. La experiencia de trabajo como extensionistas va de los 2 a los 31 años, con una media de casi 14 años y un desvío estándar de 9,54. Aquí llama la atención que el 38% de los encuestados tenga una experiencia de entre 2 y 4 años, mientras

que el resto se ubique entre los 14 y los 31, quedando un bache de experiencia entre los 5 y los 13 años. Teniendo en cuenta que una amplia mayoría de los extensionistas trabajaron sólo en instituciones gubernamentales, este resultado podría estar sugiriendo la existencia de un período sin contrataciones entre el año 1997 y el 2005, coincidiendo a grandes rasgos con el período 1999-2004, en el cual el PBI de El Salvador permaneció estacado (HAUSMANN; RODRIK, 2005).

3.2 Problemas vinculados con el trabajo de extensión

En el Tabla 1 se presentan los problemas que deben enfrentar los extensionistas encuestados en su trabajo. Se indica la cantidad de encuestas en las que éstos fueron mencionados así como el porcentaje que representan del total de participantes.

Tabla 1 - Problemas para el desarrollo y el trabajo de extensión

Contenidos	Menciones	%
1. Productores con tecnologías o manejos productivos inadecuados	16	47,06
2. Falta de créditos para la producción	15	44,12
3. Individualismo, desconfianza y falta de asociaciones de productores	15	44,12
4. Bajo nivel escolar de los productores	13	38,24
5. Falta de capital, inversión o infraestructura predial	13	38,24
6. Falta de tierra, tierra improductiva o problemas de tenencia	12	35,29
7. Problemas para comercializar, bajos precios de venta	12	35,29
8. Resistencia al cambio y a la adopción de tecnologías	11	32,35
9. Falta de apoyo del estado y de las instituciones públicas a los productores	10	29,41
10. Insumos para la producción caros, altos costos	10	29,41
11. Productores con actitud asistencialista, oportunista, pasivos, desanimados	9	26,47
12. Productores con escasa diversidad productiva en sus predios	9	26,47
13. Proyectos e iniciativas de desarrollo diseñados sin la participación de los productores o que no se adecuan a los territorios	9	26,47

A continuación reflexiona sobre estos problemas. No obstante, se deja para subtítulos posteriores el análisis de las implicaciones de este encuadre de problemas, el cual revela mucho de la concepción de extensión de los encuestados (LANDINI et al., 2014).

El más mencionado corresponde a una crítica a las prácticas productivas de los beneficiarios, lo que se expresa en las encuestas como: “producción de secano y uso de tecnologías tradicionales”, “mal uso del recurso suelo” o “uso indiscriminado de agroquímicos”. Esto se relaciona también con la escasa diversidad productiva, lo que incluye referencias críticas al monocultivo:

“la agricultura del pequeño agricultor es tradicional [...] encajonándose en la mayoría de los casos en la producción de granos básicos”. A la par, al señalarse el “tradicionalismo” de los productores, también se plantea que estas prácticas productivas constituyen trabas para la adopción de nuevas tecnologías a partir del “arraigamiento de los patrones culturales de parte de los productores”, lo que lleva a la “falta de adopción de tecnologías a nivel familiar”.

En segundo lugar aparece la falta de créditos para la producción, problema que se articula con la falta de capital y de infraestructura predial de los productores. Estos

problemas, sumados a la falta de tierra o a los problemas de tenencia, nos retrotraen al rol que jugó la cuestión de la tierra en la guerra civil salvadoreña y en los acuerdos de paz posteriores (KAY, 2003), en los cuales la entrega de tierras generó a los beneficiarios una deuda que en la mayoría de los casos se les hizo imposible de pagar (BREMONT, 2007). Si bien hacia fines de los 90 esa deuda fue condonada casi en su totalidad, los resultados de la encuesta sugieren la gran importancia que conservan estos problemas. A la vez, en el caso de la falta de crédito, hay que hacer referencia al impacto de las políticas de ajuste estructural de los 90, las cuales incluyeron la privatización de la banca pública, con las consecuencias que un encuestado menciona: “la privatización de la banca nacional hizo muy difícil el acceso a créditos para el pequeño productor al no tener las garantías”.

En tercer lugar aparece como problema el individualismo, la desconfianza y la falta de asociaciones de productores. Esto se expresa como “falta de organización” por parte de los productores o como “conductas individualistas (falta de confianza, egoísmo)”. Un encuestado lo analiza de esta manera: “la mayoría de los proyectos vienen formulados para trabajar en forma asociada, lo que lleva a la dificultad en muchos de los casos de encontrarse con muchos conflictos internos dentro de estas organizaciones”. Como se mencionaba anteriormente, los extensionistas deben gestionar trabajos grupales en el contexto de su función. Asumiendo que su formación es técnica, no social, no resulta extraña la presencia de este problema.

Por su parte, el “bajo nivel educativo” de los productores, así como el “alto nivel de alfabetismo”, también son descriptos como problemas. Si bien esto no es aclarado en las encuestas, posiblemente se relacione con la dificultad que encuentran los técnicos a la hora de formar o capacitar a los productores por la existencia de limitaciones para seguir argumentos técnicos, como han sugerido diferentes autores (GAITÁN; PACHÓN, 2010; HENZ, 2010).

Otra de las dificultades mencionadas, en este caso por poco más de un tercio de los encuestados, son los “problemas para comercializar su producción”, lo que incluye “los malos precios de venta de sus cosechas”.

Esto es explicado por “desconocimiento de mercadeo”, “utilización de intermediarios para la venta de producción” o por “invasión de mercadería de los países vecinos”, esto último pudiendo vincularse con el Tratado de Libre Comercio entre EEUU, Centroamérica y República Dominicana (CAFTA), que tiene en los agricultores uno de los actores más golpeados (TAYLOR; YÚNEZ; JESURUN-CLEMENTS, 2010).

La falta de apoyo del estado a los productores, por su parte, hace referencia a la “falta de políticas que impulsen a la agricultura” o a “cero políticas de apoyo a los productores para poder desarrollarse de parte de los gobiernos”. En definitiva, se argumenta que “no existen políticas adecuadas de protección e incentivos a pequeños y medianos productores agropecuarios”. Indudablemente, estas dificultades pueden reconducirse a las políticas de ajuste estructural y de liberalización del comercio implementadas a partir de los años 90, las cuales llevaron a la privatización de diferentes sectores de la economía y a la retirada del Estado como constructor de políticas activas de desarrollo. Como señala un encuestado, estas políticas llevaron a “disminuir la agricultura y a impulsar el comercio en el país”, como de hecho se deduce de análisis realizados por diferentes autores (ROBLES, 2010).

Respecto del problema de la ‘actitud asistencialista’ de los productores, se lo abordará más adelante en relación a la concepción de extensión de los encuestados. El último problema mencionado por los técnicos participantes hace referencia a la existencia de proyectos e iniciativas de desarrollo diseñados sin la participación de los beneficiarios. Esto lo explica con claridad un encuestado cuando dice que “ha habido muchos modelos y muchos programas de extensión tanto de ONGs, como del gobierno [...] que han definido sus líneas de acción [...] sin tomar en cuenta el sentir y pensar de los beneficiarios o afectados”. Es decir, proyectos diseñados y/o implementados sin participación de los beneficiarios, problema que también ha sido señalado por autores en otros contextos (MURILLO; MARTÍNEZ, 2010; TAVEIRA; OLIVEIRA, 2008).

3.3 Concepción de extensión de los encuestados

En el Tabla 2 se mencionan los elementos que dan forma a la concepción de extensión rural de los extensionistas encuestados del CENTA.

Tabla 2 - Concepción de la tarea de extensión rural

Contenidos	Menciones	%
1. Extensión orientada al cambio de mentalidad, o a la transferencia/adopción de tecnologías por parte de los productores	26	76,47
2. Desvalorización del saber o de las prácticas productivas campesinas	17	50,00
3. Hacer diagnósticos, planificar, dar seguimiento y evaluar proyectos	17	50,00
4. Formar/gestionar grupos de productores, manejar conflictos	16	47,06
5. Capacitar, enseñar y formar al productor	15	44,12
6. Reconocimiento/valoración de la participación y de tener en cuenta las necesidades, intereses y racionalidad del productor en el trabajo de extensión	12	35,29
7. Intervenir en género, juventud y niñez como parte del trabajo de extensión	10	29,41
8. Concientizar, motivar, hacer entender o hacer cambiar al productor	9	26,47

A los fines analíticos, pueden diferenciarse tres tipos o núcleos de contenidos que dan forma a la concepción de extensión rural de los encuestados. Por un lado están los elementos que configuran (1) una concepción transferencista o difusionista de la extensión, luego se observan diferentes contenidos que describen (2) diferentes actividades propias del trabajo con productores, y finalmente (3) el señalamiento de la importancia de la participación en el trabajo de extensión rural. Con fragmentos en más del 76% de las encuestas puede observarse una definición de la extensión como cambio de mentalidad o como transferencia/adopción de tecnologías por parte de los productores (extensión difusionista). Respecto de la extensión como cambio de mentalidad, los encuestados hablan de la necesidad de un “cambio de paradigmas, [de] lograr un cambio en [las] actitudes, habilidades y destrezas de la familia rural”. Dicho de manera algo más fuerte: “cambiar la estrechez de raciocinio de los productores [respecto de] ciertos temas que obstaculizan su progreso”. En relación a la idea de transferencia de tecnologías, un encuestado señala que “en algunos casos y zonas, no existe o es mínima la asistencia técnica que facilite la transferencia de tecnología”. Finalmente, en otras encuestas también se habla de la “falta de adopción de tecnologías a nivel familiar” o de “adopción limitada de tecnología”. De

esta manera, se configura una visión de la extensión rural focalizada en el cambio de la ‘mentalidad’ de los productores (situación que en cierto sentido los toma como ‘objetos’ del accionar de la extensión), y en la transferencia y adopción de tecnologías. La extensión transferencista es descrita por diferentes autores como un modo tradicional de pensar la extensión, derivado del modelo estadounidense, el cual asume que son los expertos (investigadores, extensionistas) los portadores del único conocimiento legítimo, mientras que los productores son percibidos como portadores de conocimientos inapropiados o ‘atrasados’ (e.g. LANDINI; MURTAGH; LACANNA, 2009; MACHADO; DE HEGEDÜS; SILVEIRA, 2006; SCHALLER, 2006). Siendo que se asume que el técnico sabe (en un sentido amplio y totalizador) y que el productor no posee conocimientos relevantes, la extensión termina construyéndose como ‘transferencia’ de quien sabe a quien no sabe (FREIRE, 1973). Asumido esto, no resulta extraño que el 50% de los encuestados también tenga una visión negativa de los conocimientos y saberes de los productores.

Enfocada la extensión rural de esta manera, no resulta inesperado que los encuestados perciban ‘resistencia al cambio y a la adopción de tecnologías’ por parte de los productores. Es que una interpretación del problema en esos términos parte de

asumir que el productor debería adoptar la tecnología que se le transfiere en tanto se la considera como la mejor para él, sin que se ponga en cuestión si efectivamente lo que se ofrece coincide con los intereses, necesidades y valores de los beneficiarios. En este contexto tampoco es extraño encontrar descripciones de actitudes pasivas o asistencialistas por parte de los productores (planteadas por muchos encuestados como problema), ya que los agricultores no suelen sentirse comprometidos cuando los objetivos de las acciones no coinciden con lo que internamente ellos consideran más importante.

En paralelo, se observa que un porcentaje importante de los encuestados, poco más de un tercio (35,29%), hacen referencia a la importancia de la participación y de tener en cuenta las necesidades, intereses y racionalidad del productor en el trabajo de extensión. Podría pensarse que aquellos que no poseen una visión difusionista son los más propensos a valorar la participación. No obstante, este no parece ser el caso, ya que mientras que el 35% de quienes tienen un enfoque difusionista valoran la participación, el 37% de quienes no lo tienen también la valoran, siendo la diferencia entre porcentajes bastante pequeña. Este resultado coincide con dos estudios recientes, uno realizado en Argentina (LANDINI, 2015) y otro en Paraguay (LANDINI; BIANQUI; CRESPI, 2013), los cuales señalan que la valoración de la participación no permite diferenciar entre extensionistas que poseen y no poseen abordajes difusionistas, posiblemente porque la valoración de la participación se relacionaría más con la adopción de un discurso valorado socialmente que con un compromiso real con su contenido.

Dentro de los contenidos referidos a la concepción de extensión rural también se observan un conjunto de tareas que hacen a la labor de extensión. Dentro de ellas se destacan el trabajo con el ciclo completo del proyecto (diagnóstico, planificación, seguimiento y evaluación) (50%), la formación o gestión de grupos (47,06%) y la capacitación/formación de productores (44,12%). Visto esto, resulta interesante mencionar que sólo la capacitación de productores se corresponde de manera directa con la formación técnica de los encuestados, mientras que el diseño de proyectos y el trabajo con grupos aparecen como tareas

que no se identifican necesariamente con su formación (particularmente el trabajo con grupos). Por último, también se hace mención del trabajo a nivel de género, juventud y niñez, y de la motivación/concientización de productores, que hasta cierto punto podría vincularse con una mirada difusionista de la extensión.

4 Reflexiones y síntesis final

En este trabajo se ha señalado el alto predominio masculino en la muestra de extensionistas del CENTA. Queda abierta la cuestión de si este porcentaje se mantiene entre los extensionistas de la institución y cuáles son sus implicaciones. En cualquier caso, apoyar la equidad de género a nivel de los agricultores familiares también requiere que esta equidad exista a nivel de las instituciones de apoyo.

La formación de los extensionistas encuestados se concentra en el área productiva (fundamentalmente agronómica). Dado que varios de los problemas mencionados van más allá de la formación técnica, y que la función misma del extensionista requiere conocimientos provenientes del ámbito social, parece recomendable plantearse la distribución disciplinar de los extensionistas del CENTA, buscando incorporar profesionales de disciplinas no técnicas. A la vez, en este contexto, la formación de postgrado aparece como una alternativa interesante, particularmente en áreas como la extensión rural, el desarrollo, la comercialización y las ciencias sociales. El mismo CENTA podría apoyar este proceso de formación de su personal. Por su parte, si bien la cuestión de la falta de créditos y el problema del acceso a la tierra exceden lo que está bajo el control de los extensionistas y de la misma institución, parecen ser cuestiones que requieren una atención particular, en especial el acceso a la tierra, teniendo en cuenta el contexto histórico salvadoreño.

Posiblemente, la existencia de una fuerte concepción difusionista de la extensión rural en los encuestados sea el principal problema identificado. Indudablemente, la implementación de estrategias de intervención con estas características está limitando el impacto de las tareas de extensión, lo que puede intuirse al encontrar dentro de los

problemas presentados por los encuestados algunos potenciados por este tipo de acciones. En relación a esto, resulta fundamental generar estrategias institucionales que permitan repensar estas prácticas y su impacto, para avanzar hacia modalidades de extensión críticas y complejas, más orientadas a generar capacidades que a entregar respuestas definidas de antemano, favoreciéndose así un posicionamiento activo y dinámico de los productores. En este contexto, la implementación de modalidades de capacitación reflexivas puede constituir una alternativa de gran interés (LANDINI; BIANQUI; RUSSO, 2013). A la vez, la formación en extensión y en desarrollo rural a nivel de cursos de capacitación o de postgrado podría constituir una alternativa válida. En cualquier caso, repensar las estrategias de extensión parece una tarea necesaria, si lo que se busca realmente es potenciar y fortalecer la agricultura familiar salvadoreña.

5 Anexo: Listado de preguntas abiertas incluidas en la encuesta

1. Según su experiencia ¿cuáles son los principales problemas que tienen los pequeños productores para progresar y salir adelante?
2. Muchas veces los proyectos de extensión y de desarrollo rural con pequeños productores no logran los resultados que se esperan. Además de lo mencionado en la pregunta anterior, ¿qué otras dificultades surgen en el trabajo de extensión?
3. De los problemas y dificultades mencionados en las preguntas 1 y 2, ¿usted piensa que la psicología podría ayudar a resolver alguno de ellos? [Si responde SÍ pase a la pregunta 4, si responde NO pase a la pregunta 5]
4. Si respondió SÍ a la pregunta anterior
 - 4.1. ¿Qué dificultades o problemas mencionados en las preguntas 1 y 2 podría ayudar a resolver la psicología?
 - 4.2. ¿Qué otros aportes podría hacer la psicología al trabajo de extensión?
 - 4.3. Si no lo mencionó en alguna respuesta previa ¿de qué manera piensa que los psicólogos/as podrían hacer estos aportes al trabajo de extensión? ¿en qué actividades o acciones concretas podrían implicarse?
5. Si respondió NO a la pregunta 3, ¿por qué piensa que la psicología no podría ayudar a

resolver ninguno de los problemas mencionados?

6. Si desea agregar algún comentario puede hacerlo aquí:

Referencias

- AGUIRRE, Francisco. *El nuevo impulso de la extensión rural en América Latina*. Situación actual y perspectivas. Santiago de Chile: Red Latinoamericana para los Servicios de Extensión Rural, 2012.
- AQUINO, Joacir; TEIXEIRA, Olívio. Agricultura familiar, crédito e mediação institucional: a experiência do PRONAF em São Miguel no Nordeste Brasileiro. *Cuadernos de desarrollo rural*, Bogotá, v. 2, n. 54, p. 61-85, 2005.
- ARDILA, Jorge. *Extensión rural para el desarrollo de la agricultura y la seguridad alimentaria: aspectos conceptuales, situación y una visión de futuro*. San José, Costa Rica: Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, 2010.
- ARGIBAY, Juan. Muestra en investigación cuantitativa. *Subjetividad y Procesos Cognitivos*, Buenos Aires, v. 13, n. 1, p. 13-29, 2009.
- BOAS, Ana; GOLDEY, Patricia. A comparison on farmers' participation in farmers' organizations and implications for rural extension in Minas Gerais. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, MG, v. 7, n. 3, p. 259-270, 2005.
- BOCCHICCHIO, Ana. Perfil profesional en el área de extensión y desarrollo rural. En: FEITO, María; BATTISTA, Susana; CORIA, Lorena; LANDINI, Fernando (Ed.). *Contribuciones internacionales al Desarrollo Local y Rural: hacia una agenda de investigación*. San Justo, Argentina: Universidad Nacional de La Matanza, 2013. p. 184-188.
- BREMOND, Ariane. The politics of peace and resettlement through El Salvador's land transfer programme: caught between the state and the market. *Third World Quarterly*, v. 28, n. 8, p. 1537-1556, 2007.
- DA ROS, César. Gênese, desenvolvimento, crise e reformas nos serviços públicos de extensão rural durante a década de 1990. *Mundo Agrário*, La Plata, v. 13, n. 25, sin páginas, 2012.
- DANTAS, Claudia; LEITE, Josete; LIMA, Suzinara; STIPP, Marluci. Teoría fundamentada en los datos. Aspectos conceptuales y operacionales: metodología posible de ser aplicada en la investigación en enfermería. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, Brasil, v. 17, n. 4, p. 573-579, 2009.
- DIESEL, Vivien; FROELICH, José; NEUMANN, Pedro; SILVEIRA, Paulo. Privatização dos serviços de extensão rural: uma discussão (des)necessária? *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília v. 46, n 4, p. 1155-1188, 2008.
- ESCOBAR, Germán. *Diseño de una agenda de extensión rural latinoamericana para un desarrollo rural inclusivo*. Extensión rural con un enfoque participativo y de mercado: hacia un marco conceptual. Santiago, Chile: Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural, 2012.
- FREIRE, Paulo. *¿Extensión o comunicación?* La concientización en el medio rural. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.

- GADEA, Rafael. Extensión rural en el Paraguay: experiencias del proyecto de manejo sostenible de los recursos naturales (PMRN). *Revista IICA Uruguay*, Montevideo, n. 2, p. 8-10, 2009.
- GAITÁN, Carlos; PACHÓN, Fabio. Causas para la adopción de tecnologías para la renovación de cafetales. Caso El Colegio (Cundinamarca). *Agronomía Colombiana*, Bogotá, v. 28, n. 2, p. 329-336, 2010.
- GUBA, Egon; LINCOLN, Yvonna. Paradigmas en pugna en la investigación cualitativa. En: DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna (Ed.). *Handbook of qualitative research*. Londres: Sage, 1994. p. 105-117.
- HAUSMANN, Ricardo; RODRIK, Dani. Self-discovery in a development strategy for El Salvador. *Economía*, Massachusetts, v. 6, n. 1, p. 43-101, 2005.
- HENZ, Gilmar. Desafios enfrentados por agricultores familiares na produção de morango no Distrito Federal. *Horticultura Brasileira*, Brasília, v. 28, n. 3, p. 260-265, 2010.
- KAY, Cristóbal. Estructura agraria y violencia rural en América Latina. *Sociologías*, Porto Alegre, RS, n. 10, p. 220-248, 2003.
- LANDINI, Fernando. Problemas en la extensión rural paraguaya: modelos de extensión en la encrucijada. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, Bogotá, v. 9 n. 69, p. 127-149, 2012.
- _____. *Concepción de extensión rural en 10 países Latinoamericanos*. Manuscrito enviado para publicación, 2013a.
- _____. Perfil de los extensionistas rurales argentinos del sistema público. *Mundo Agrario*, La Plata, v. 14., n. 27, sin páginas, 2013b.
- _____. Perfil de los extensionistas de la Dirección de Extensión Agraria. *Revista Investigación Agraria*, Asunción, v. 15, n. 1, p. 33-40, 2013c.
- _____. Different Argentine rural extensionists' mindsets and their practical implications. *The Journal of Agricultural Education and Extension*, Wageningen, Holanda, v. 21, n. 3, p. 219-234, 2015.
- LANDINI, Fernando; BIANQUI, Vanina. Latin American rural extensionists' socio-demographic profile. *Ciência Rural*, Santa Maria, RS, v. 44, n. 3, p. 575-581, 2014.
- LANDINI, Fernando; BIANQUI, Vanina; CRESPI, Melina. Evaluación de las creencias sobre extensión rural de los extensionistas paraguayos. *Psiencia*, Buenos Aires, v. 5, n. 1, p. 3-14, 2013.
- LANDINI, Fernando; BIANQUI, Vanina; RUSSO, Mabel. Evaluación de un proceso de capacitación para extensionistas rurales implementado en Paraguay. *Revista de Economía e Sociología Rural*, Brasília, v. 51, n. sup. 1, p. s009-s030, 2013.
- LANDINI, Fernando; LEEUWIS, Cees; LONG, Norman; MURTAGH, Sofía. Towards a psychology of rural development processes and interventions. *Journal of Community and Applied Social Psychology*, v. 24, n. 6, p. 534-546, 2014.
- LANDINI, Fernando; MURTAGH, Sofía; LACANNA, María. *Aportes y reflexiones desde la psicología al trabajo de extensión con pequeños productores*. Formosa, Argentina: Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria, 2009.
- LEITE, Josete; SILVA, Laura; OLIVEIRA, Rosane; STIPP, Marluci. Thoughts regarding researchers utilizing Grounded Theory. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 46, n. 3, p. 765-769, 2012.
- MACHADO, João; DE HEGEDÜS, Pedro; SILVEIRA, Laurício. Estilos de relacionamento entre extensionistas e produtores. *Ciência Rural*, Santa Maria, RS, v. 36, n. 2, p. 641-647, 2006.
- MEDEIROS, Jássio; BORGES, Djalma. Participação cidadã no planejamento das ações da Emater-RN. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p. 63-81, 2007.
- MÉNDEZ, Marlon. Los retos de la extensión ante una nueva y cambiante noción de lo rural. *Revista Facultad Nacional de Agronomía*, Medellín, v. 59, n. 2, p. 3407-3423, 2006.
- MURILLO, Daniel; MARTÍNEZ, Jorge. Comunicación para el desarrollo en México: reflexiones sobre una experiencia en el trópico húmedo. *Estudios sobre las Culturas Contemporáneas*, Colima, México, v. 16, n. 31, p. 201-225, 2010.
- RIVERA, Fernando. Una aproximación al desarrollo rural de Costa Rica. La extensión agrícola: breve síntesis de su evolución y tendencias. *Educare*, San José, Costa Rica, n. 3, p. 29-43, 2002.
- ROBLES, Francisco. Nuevos espacios de acumulación: modelo de ajuste estructural en El Salvador y Costa Rica (1980-1999). *Revista Ciencias Sociales*, San José, Costa Rica, n. 128-129, p. 97-117, 2010.
- SÁNCHEZ CADENA, Dulce. Dimensión informativa vs. dimensión comunicativa en el concepto de extensión. ¿La definición según Swanson en verdad ya está superada? *Ra Ximhai*, Mochichahui, México, v. 7, n. 3, p. 437-444, 2011.
- SARAIVA, Rosa; CALLOU, Angelo. Políticas públicas e estratégias de comunicação para o desenvolvimento local de comunidades pesqueiras de Pernambuco. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 10, n. 1, p. 73-81, 2009.
- SCHALLER, Nilo. *Extensión rural: ¿hacia dónde vamos?, ¿hacia dónde ir?* El Colorado, Argentina: Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria, 2006.
- SELIS, Dardo. Análisis de la institucionalidad asociada a los procesos de innovación tecnológica en el sector hortícola del Gran La Plata. *Mundo Agrario*, La Plata, v. 12, n. 24, sin páginas, 2012.
- SOUZA Irenilda de; GOMES, Ana. Folkcomunicação e extensão rural brasileira: as estratégias de comunicação rural para o desenvolvimento local. *Razón y Palabra*, Monterrey, n. 60, sin páginas, 2008.
- TAVEIRA, Luís; OLIVEIRA, Julieta. A extensão rural na perspectiva de agricultores assentados do Pontal do Paranapanema. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 46, n. 1, p. 9-30, 2008.
- TAYLOR, J. Edward; YÚNEZ, Antonio; JESURUNCLEMENTS, Nancy. Does agricultural trade liberalization reduce rural welfare in less developed countries? The case of CAFTA. *Applied Economic Perspectives and Policy*, Oxford, v. 32, n. 1, p. 95-116, 2010.
- ZUIN, Luís; ZUIN, Poliana; MANRIQUE, Miguel. A comunicação dialógica como fator determinante para

os processos de ensino-aprendizagem que ocorrem na capacitação rural: um estudo de caso em um órgão público de extensão localizado no interior do Estado de São Paulo. *Ciência Rural*, Santa Maria, RS, v. 41, n. 5, p. 917-923, 2011.

Iconografia



Artesanato de etnias indígenas: patrimônio cultural de Mato Grosso do Sul

Indigenous groups handicraft: Mato Grosso do Sul cultural heritage

Artisanat des ethnies autochtones: patrimoine culturel du Mato Grosso Sul

Artesania de los grupos indígenas: herencia cultural de Mato Grosso do Sul

Arlinda Cantero Dorsa*

(acdorsa@ucdb.br)

Maria Augusta de Castilho*

(m.a.castilho@terra.com.br)

Maria Christina de Lima Félix Santos*

(mclfs@yahoo.com.br)

Recebido em 15/04/2015; revisado e aprovado em 24/07/2015; aceito em 29/07/2015

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1518-70122015220>

A **iconografia** é uma palavra de origem grega que significa *eykon*, imagem, e *graphia*, descrição, escrita - é uma forma de linguagem visual que utiliza imagens para representar aspectos da vida cotidiana de um povo. A iconografia estuda a origem e a formação das imagens. Assim, a preservação de iconografias pode ser feita por meio da memória visando à continuidade das manifestações culturais de uma determinada comunidade, e é essa a verdadeira responsável e guardiã de seus valores culturais (FERNANDES, 2009).

A arte se destaca, portanto, como elemento fundamental da iconografia, e o artista passa a ser seu mediador, o qual permeia o processo, “ao construir um canal para a expressão, de uma linguagem própria que conta a história de uma comunidade” (PENTEADO, s/d, p. 19).

Assinala-se que o patrimônio pode ser conceituado como a herança de uma sociedade no conjunto das realizações construídas ao longo de sua história, no que se refere à sua cultura.

O termo patrimônio, no Houaiss, significa bens de família, herança, posses. Em suma, patrimônio, na perspectiva cultural, refere-se aos relatos materiais e imateriais que compõem a memória coletiva de um povo. Todavia signos materiais ou imateriais (objetos, construções, costumes, vestimentas) só podem ser considerados patrimônio se a comunidade ou alguém lhes conferir valor (SANTOS, 2011).

É nesse contexto que as iconografias das etnias indígenas (5) de Mato Grosso do Sul foram desenvolvidas entre 2002 e 2010, a partir de um projeto da Fundação de Cultura de MS em conjunto com a artista plástica Araci Marques Vendramini. As imagens das estátuas, em tamanho natural, dos indígenas da iconografia de MS se encontram em exposição permanente na sala de entrada, à direita, da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS).

A trajetória da artista reflete de forma contundente aspectos do desenvolvimento local, no tocante ao capital humano, solidariedade, incentivo ao desenvolvimento local propriamente dito.

Araci Marques Vendramini, em 1982, teve contato com a argila, moldando o barro e deixando-o secar de forma natural. A seguir, começou a desenhar os rostos das filhas, materializando cada expressão facial na própria argila. Em sua oficina, encontram-se peças recém construídas e também de restauro. Em 2000, começou a esculpir estátuas de franciscanos, objetivando angariar fundos para o grupo assistencial no município onde mora - Sete Quedas, MS. Anos mais tarde, começou a produzir peças de indígenas, negros, anjos, boiadeiros e outros objetos do cotidiano desses personagens. Logo depois, teve a ideia de contar a história dos povos (indígenas e negros) por meio de estátuas, sendo a maioria de tamanho natural. “A expressão dos olhos

* Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

e da face é o foco de suas obras de arte. Tais peças são extremamente detalhadas, grandes e suntuosas que remetem à realidade e à vivência do cotidiano” (GABOARDI, 2011, p. 71).

A argila utilizada na composição das estátuas é proveniente do município de Rio Verde de Mato Grosso (distante 1.400 km da residência da artista), ficando armazenada em uma tulha e depois é colocada em um tanque com água, onde fica por dois meses. “Depois vai para uma maromba, um triturador, espécie de amassadeira, onde passa pela máquina por quatro vezes até ficar plástica. Em seguida, é empacotada e armazenada no depósito, pronta para ser trabalhada” (GABOARDI, 2011, p. 72). Tal técnica exige quarenta dias de modelagem e, depois, mais 25 a 30 dias para secar, antes de ser levada ao forno para iniciar o processo de queima. Ao sair do forno, a peça é lixada e fixada sobre uma base de madeira. A pintura em tinta óleo leva mais três meses para secar e depois são colocados os adornos e acessórios que dão o toque final. Portanto uma peça leva de 120 a 150 dias para ser construída.

A artista trabalha sempre na intenção de preservar os costumes e especificidades das vestimentas, pinturas, cocares, colares, arcos, potes, entre outros objetos, por meio da elaboração das esculturas em tamanho natural das etnias indígenas de MS. Nesse contexto, Tuan (1976) assevera que o exercício de produzir a história de um local implica o reconhecimento de processos de identificação dependentes de sistemas culturais que articulam relações de vizinhança, territorialização e sentimento de pertença. Esse autor também assinala a abordagem humanista, ou seja, com um recorte na psicologia, em que o território, principalmente onde os indígenas vivem seu cotidiano¹, pode ser visto como uma porção do espaço, em relação ao qual se desenvolvem afetos, por intermédio de experiências individuais e/ou coletivas (TUAN, 1976). Ao contemplar nas estátuas, as vestimentas, pinturas, cocares, colares, arcos, potes, Araci Marques Vendramini tenta proteger o patrimônio cultural e a história étnica desses povos em Mato Grosso do Sul.

¹ A artista foi até as aldeias para verificar *in loco* como era a vida cotidiana na aldeia indígena para depois poder retratar tal realidade nas imagens que passou a produzir.

Funari e Pelegrini (2006, p. 55) expõem que:

Há muito por fazer, mas podemos afirmar que a experiência patrimonial no Brasil tem sido assimilada no seu sentido mais completo, em sintonia com a coletividade e a partir de conhecimentos antropológicos, sociológicos, históricos, artísticos e arqueológicos orientados por especialistas. A implantação de cursos de educação patrimonial, a organização de oficinas-escola e serviços em mutirão constituem em ações de importância fundamental no processo de envolvimento da população. Esse esforço, articulado com o estímulo à responsabilidade coletiva, contribuirá para consolidar políticas de inclusão social, reabilitação e sustentabilidade do patrimônio em nosso país.

O patrimônio cultural brasileiro está constituído não apenas pelas obras do passado, mas também por uma cultura viva e variada graças à rica diversidade do país (IPHAN, 1994). Assim, as obras em tela procuram de maneira intrínseca e extrínseca revelar, neste mundo globalizado, parte da diversidade cultural sul-mato-grossense.

A identificação e a análise das estátuas se fazem necessárias neste início de século (XXI), conforme descrito por Lody (1998, p. 47), no II Seminário de Patrimônio Cultural de Mato Grosso do Sul², quando aponta que:

Num mundo cada vez mais globalizado, interativo, *on line*, os valores pessoais, individuais, ganham destaque e persegue-se, ao mesmo tempo, um verdadeiro ideal de singularidade. Pode-se, inicialmente, unir os conceitos de singular, peculiar, próprio, com o de identidade, identidades. Planos de expressão do homem, do seu grupo, da sua coletividade.

Não se pode também deixar de lado que a história, a arquivologia revelam um processo de permanente diálogo multicultural e traçam a cultura local como a construção histórica um produto coletivo da vida humana.

Dessa forma, de acordo com Lima (2007, p. 5), atual superintendente da 18ª SR IPHAN:

A relevância cultural de Mato Grosso do Sul não se inicia com a criação do Estado

² O II Seminário de Patrimônio Cultural de Mato Grosso do Sul: cultura, desenvolvimento e preservação foi realizado pela Universidade Católica Dom Bosco e Secretaria de Estado de Cultura e Esportes, no período de 8 a 10 de julho de 1998, em Campo Grande, MS.

em 1977, mas revela-se desde os primórdios da ocupação de nossas terras que, segundo estudos arqueológicos comprovados por processos científicos de datação, data de aproximadamente 11 mil anos atrás. É a partir daí que nossa herança cultural começa a ser construída fundindo caracteres portugueses, espanhóis e indígenas que geraram nossa cultura, fortemente caracterizada por essa miscigenação e pela influência desses povos, o que definiu, ao longo dos tempos, nossa peculiar identidade cultural.

As obras expostas na FCMS constituem um patrimônio cultural podendo ser destacado como a herança de uma sociedade, apresentando um conjunto das realizações construído ao longo de vários anos, sendo um produto individual e, ao mesmo tempo, coletivo. Os bens materiais dependem do conhecimento acumulado pela sociedade, dos meios e instrumentos disponíveis, da criatividade de seus autores³. Nesse aporte, valer ressaltar os aspectos identitários dos povos indígenas e seus valores culturais, cuja preservação deve permear todos os olhares da população brasileira.

Na visão de Fernandes (2009, p. 20-21):

O patrimônio cultural de um povo lhe confere identidade e orientação, pressupostos básicos para que se reconheça como comunidade, inspirando valores ligados à pátria, à ética e à solidariedade e estimulante para o exercício da cidadania, através de um profundo senso de lugar e de continuidade histórica. [...] Os sentimentos que o patrimônio evoca são transcendentais, ao mesmo tempo em que sua materialidade povoa o cotidiano e referencia fortemente a vida das pessoas. Patrimônio cultural é, portanto, a soma dos bens culturais de um povo.

Tais bens culturais devem ser preservados para a garantia da perpetuação da memória que possibilita a narrativa da história local, regional e nacional.

O desenvolvimento trazido ao Estado de MS por meio da atividade turística, precisa ser visto como desenvolvimento econômico sustentável. Sendo assim, a preservação do patrimônio cultural⁴ ocorre se a localidade assumir seu papel determinante na defini-

ção de suas metas e efetivar um processo de planejamento integrado e contextualizado⁵ (SANTOS, 2011, p. 26).

As fotos aqui apresentadas são de autoria de Daniel Reino, fotógrafo da FCMS, datadas de dezembro de 2012, com as seguintes discriminações étnicas: Nāndeva-guarani; Quató; Kaiowá; Terena e Kadiwéu⁶.

Etnia Nāndeva-Guarani

Povo que conhece o valor do cooperativismo rudimentar e heterogêneo, dentro de uma boa concepção de beneficiamento geral. Na agricultura, esses indígenas conheciam a influência lunar para a semeadura, a colheita, o corte e o labor da madeira. Habitavam desde os confins da Colômbia e da Venezuela, toda a América até a parte central da Argentina e do Oceano Atlântico ao pé da Cordilheira Andina, chegando ao Brasil.



Foto 1 – Simbolicamente a mãe está amamentando o filho, usando adornos diversificados.

³ Como é o caso das estátuas criadas por Araci Marques Vendramini ao longo de décadas.

⁴ A preservação cultural não é somente do patrimônio material, mas também o imaterial de um povo.

⁵ Como foi o caso da artista em questão; houve um planejamento, que foi desenvolvido de acordo com o previsto.

⁶ Os dados sobre as cinco etnias foram retirados de FCMS (2010).



Foto 2 – Usa adornos que enfeitam o personagem, são utilizados em seu cotidiano na aldeia.



Foto 3 – Mulher com colares cuidando do filho e fazendo artesanato.

Etnia Guató

Viviam em canoas e habitavam à beira das lagoas, rios e ilhas no Nordeste da Bacia Platina. Cultivavam o milho, abóbora, batateira, banana e algodão, também caçavam e pescavam. As mulheres eram exímias tecelãs, fabricando tecidos de algodão.

Os Guató, considerados o povo do Pantanal por excelência, ocupavam praticamente toda a região sudoeste de Mato Grosso, abarcando terras que hoje pertencem àquele estado, ao estado de Mato Grosso do Sul e à Bolívia (SILVA, 2008).



Foto 4 – Indígena segurando peixes, os quais fazem parte de sua alimentação tradicional.

Etnia Kaiowá

Os Kaiowá são os que mais conservam seus costumes tribais, ataduras nos punhos e tornozelos, pintam o rosto com urucum e usam um cinto – o kuákuahá – exclusivo para rituais nos quais se utilizam flores e penas de tucanos.



Foto 5 – Criança no colo da mãe que usa vários braceletes e colar, manuseando espigas de milho, base de sua alimentação.



Foto 6 – Personagem sentado usando cocar, braceletes, colares e uma lança, disposta no sentido vertical com enfeites na ponta.

Etnia Terena

Pertencente ao grupo dos Guará, que, a partir do século XVIII no antigo estado de

Mato Grosso, destacam-se como terena. São excelentes agricultores e ceramistas. Cultivavam milho, mandioca, fumo, batata-doce, algodão e abóbora. O Naati era composto pelo cacique e seus familiares, uma espécie de nobreza.



Foto 7 – Personagem empunhando uma lança, usando adereços, tais como: colares, pulseiras e braceletes no alto dos braços.



Foto 8 – Mulher sentada com o filho no colo, apresentando vários adornos na cabeça, em volta do pescoço, nos braços e no pé esquerdo.

Etnia Kadiwéu

Os Kadiwéu, antigos Guaicururus, foram os primeiros a usar os cavalos. Na guerra do Paraguai, foram chamados de

cobra-coral, pela cor de suas pinturas corporais (branca, preta e vermelha). Carregam o emblema do clã nas pinturas corporais. As mulheres foram as primeiras a empunhar o maracá.



Foto 9 – Indígena com o corpo desenhado, segurando lança na mão direita e um cocar enfeitado, sentado sobre uma onça pintada. Ao lado, observa-se um vaso utilizado na culinária da aldeia.



Foto 10 – Mulher indígena com chocalho na mão e enfeites coloridos (na cabeça, nas orelhas, envolta do pescoço). A criança em seu colo também tem adornos. Percebe-se que mãe e filho estão com o corpo todo pintado.

Referências

- FERNANDES, Hélènemarie Dias. *A (re)territorialização do patrimônio cultural tombado do Porto Geral de Corumbá-MS no contexto do desenvolvimento Local*. 2008. 148 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 2009.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio histórico e cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL – FCMS. *Projeto: etnias de MS*. Campo Grande, MS, 2010. (Folder).
- GABOARDI, Josiane; VENDRAMIN, Araci Marques. In: PELEGRINI, Fábio (Org.). *Vozes do artesanato*. Campo Grande: FCMS, 2011.
- LIMA, Maria Margareth Escolar Ribas. *Patrimônio histórico cultural do MS*. Campo Grande: FCMS, 2007.
- LODY, R. Patrimônios culturais tradicionalmente não consagrados. In: SEMINÁRIO DE PATRIMÔNIO CULTURAL DE MATO GROSSO DO SUL, 2., Campo Grande, jul. 1998. *Anais...* Campo Grande: UCDB, 1998.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *Patrimônio cultural*. Brasília: Ministério da Cultura, 1994.
- PENTEADO, Iara. Uma abordagem antropológica da Arte. In: ROSA, M. G. Sá et al. (Org.). *Artes plásticas em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: FCMS, [s.d.].
- SANTOS, Maria Christina de Lima Félix. *Patrimônio cultural no contexto territorial da Noroeste do Brasil – NOB: perspectivas de desenvolvimento local das comunidades estabelecidas na rota do trem do pantanal*, 2011. 122f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2011.
- SILVA, Givani José. Guató. *Povos indígenas no Brasil*, nov. 2008. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guato>>. Acesso em: 3 mar. 2013.
- TUAN, Yi-Fu. Geografia humanística. *Associação Americana de Geógrafos*, v. 66, n. 2, junho, 1976.

Personalidade científica



Trajetória de Rosa Ester Rossini – pesquisadora e membro do Conselho Editorial da Revista Interações

Rosa Ester Rossini trajectory – researcher and member of the Editorial Board of the Revista Interações

Rosa Ester Rossini trajectoire – chercheur e membre du Comité de Rédaction des Revista Interações

Rosa Ester Rossini trayectoria – investigador y miembro del Consejo Editorial de la Revista Interações

A Revista Interações sente orgulho em apresentar a trajetória da pesquisadora **Rosa Ester Rossini**¹, que contribuiu de forma relevante para o desenvolvimento científico e formação de recursos humanos para a ciência e tecnologia no Brasil. Em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) lançou a quarta edição das Pioneiras da Ciência no Brasil, dentre as quais se encontra a cientista que foi escolhida para ser homenageada nesta edição.

Rosa Ester Rossini nasceu no dia 9 de outubro de 1941, em Serra Azul, pequeno município do Estado de São Paulo, situado na região de Ribeirão Preto. Ascendente de imigrantes italianos que vieram para trabalhar nas lavouras de café no final do século XIX, Rosa Ester Rossini, desde tenra idade, se apaixonou pela escola. E o desejo de vir a ser professora se ampliou quando seus pais se tornaram servidores públicos e começaram a trabalhar no Grupo Escolar de Serra Azul. O convívio com os professores e o apoio assertivo de Dona Antonietta de Matos Guaryannas Taveiros, então Diretora do Grupo escolar de Serra Azul, marcariam decisivamente a trajetória daquela brilhante estudante.

Nos idos de 1948, o Ginásio era frequentado apenas pelos filhos e filhas das classes mais abastadas. Dona Antonietta, porém, fizera um levantamento na pequena cidade a fim de identificar potenciais estudantes e buscou oferecer ajuda àqueles que não pudessem arcar com as despesas dos estudos para frequentar o ginásio. Mirando-se no exemplo do irmão mais velho que ingressara no curso

ginasial em São Simão, Rosa Ester, depois de concluir os estudos no Grupo Escolar de Serra Azul, em 1952, sem pestanejar e antes de completar 11 anos de idade, determinada, resolveu permanecer em São Simão, nos meses de novembro e dezembro durante a semana, na casa de uma coleguinha do cursinho de admissão, a fim de se preparar para o ingresso no curso ginasial.

Naquela época, apenas alguns professores que lecionavam no Ginásio de São Simão haviam frequentado a universidade. Um deles, que cursara Geografia na Universidade de São Paulo (USP), o professor James Noronha de Souza, exerceu enorme influência sobre Rosa Ester Rossini, que decidiu, não apenas, ser **professora “normalista”** como também resolvera estudar para se tornar **professora de Geografia**. Essa ousada aspiração fez com que levasse inúmeros “beliscões” de sua mãe, pois ela achava que era muita ousadia de Rosa Ester Rossini, filha de serventes do Grupo Escolar de Serra Azul, querer estudar mais do que os filhos e filhas das próprias professoras e, mesmo, da cidade.

Ao observar as paisagens e suas diferenças no decorrer do trajeto que realizava, diariamente, entre Serra Azul e São Simão, Rosa Ester Rossini alimentou o desejo de compreender os processos que as constituíam. A Geografia era a ciência que respondia a muitas de suas inquietações. Assim, não hesitou em escolher cursar Geografia e passou a se preparar, com afinco, para o vestibular de Geografia da USP, a mais prestigiosa universidade brasileira. Enquanto estudante do Curso Normal “Otoniel Mota”, em Ribeirão Preto, Rosa Ester também se destacou como

¹ ROSSINI, Rosa Ester. Pioneiras da Ciência no Brasil. 4. ed. Brasília: CNPq, 2015. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/pioneiras-da-ciencia-do-brasil4>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

jogadora de basquete. A participação nos campeonatos estaduais garantiu-lhe uma renda mínima para se manter no decurso dos seus estudos secundários.

Em 1961, mudou-se para a cidade de São Paulo e, durante a realização do vestibular para USP, conheceu o Professor José Ribeiro de Araújo Filho, que depois viria a ser seu orientador de Mestrado e Doutorado naquela instituição. Tornou-se discípula e importante colaboradora desse professor.

Em 1963, Rosa Ester Rossini tornou-se sócia da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e estava completamente envolvida com a ciência geográfica. No mesmo ano passou a estagiar junto aos professores Maria Alice dos Reis Araújo e José Bueno Conti, no Instituto Geográfico e Geológico, bem como com o doutor Nelson Rodrigues, no Instituto de Medicina Tropical. E, a convite de dois grandes e importantes geógrafos, a saber, Aroldo de Azevedo e Pasquale Petrone, Rosa Ester Rossini iniciou sua atividade no recém criado Instituto de Geografia como auxiliar de pesquisa no trabalho que estudava “O Abastecimento da Cidade de São Paulo em Produtos Hortifrutigranjeiros”. Durante o decurso da graduação, ela participou exaustivamente de todas as viagens de campo e tornou-se uma estudante assaz aplicada com um único objetivo: desenvolver-se profissional e intelectualmente.

Após a conclusão do bacharelado e da licenciatura em geografia na USP (1964), Rosa Ester Rossini foi convidada pelas Cónegas de Santo Agostinho a lecionar geografia no “Sedes Sapientiae” da Pontifícia Universidade Católica (PUC). Também, após receber o convite da professora Cacilda, passou a ensinar na Faculdade São Bento. E assumiu as aulas de geografia, a convite do professor Pasquale Petrone, no recém-criado curso normal do Colégio “Dante Alighieri”. Entre 1970-71, foi Coordenadora do Departamento de Ciências Sociais da PUC. Ainda fora aprovada em concurso público para professora no Ensino Oficial do Estado de São Paulo e classificada em primeiro lugar, em 1965.

Já nos finais da década de 1960, passou a se aprofundar sobre o **fenômeno das migrações** e, em 1967, mesmo como docente do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, iniciou os seus estudos na Pós-Graduação

em Geografia da USP sob a orientação do Professor José Ribeiro de Araújo Filho. Conviveu e aprendeu com os grandes nomes da geografia: Pierre Monbeig, Philippe Pinchemel, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, André Libault, Michel Rochefort, Aziz Ab’Saber, Pierre George, Milton Santos entre outros.

Ingressou como Professora na USP, em 1970, e concluiu, em 1971, sua dissertação de mestrado intitulada “Serra Azul, o homem e a cidade”. Convém destacar que, mesmo em se tratando de um trabalho de caráter monográfico, é a primeira vez que o tema relativo aos **trabalhadores volantes e migrantes** foi abordado na Geografia da USP.

Em 1971, Rosa Ester Rossini foi convidada por Terezinha Fram para coordenar, na Secretaria da Educação, o projeto “Caracterização Sócio-Econômica dos Municípios do Estado de São Paulo”. Sob sua coordenação, o referido projeto contou com a colaboração, na ocasião, das (os) estudantes de geografia Ana Fani Alessandri, Amélia Luiza Damiani, Tânia Bondezan, Lúcia Araújo Marques, Adalberto Leister, Nelson Bacic Olic como, igualmente, teve o apoio precioso da professora Nice Lecocq Müller.

Com base no material que fora organizado no decorrer daquele trabalho, Rosa Ester Rossini buscou construir o seu projeto de doutorado. E, influenciada pelos estudos de Pierre George e Jacqueline Beajeau-Garnier, ambos da escola francesa de geografia, Elza Keller, expoente sobre os estudos de população no Brasil, e José Francisco de Camargo, Rosa Ester Rossini se tornou uma das primeiras geógrafas brasileiras a discutir os dilemas vinculados ao forte êxodo rural como, por exemplo, a concentração da população volante nas periferias urbanas.

Em 1975, obteve o título de doutora pela USP tendo defendido a tese “Contribuição ao Estudo do Êxodo Rural no Estado de São Paulo”, sob a orientação do Professor José Ribeiro de Araújo Filho. Fizeram parte da banca os professores Pasquale Petrone, Wanda Silveira Navarra, José de Souza Martins e Fernando Salgado. Ainda no final daquele ano, foi escolhida para ser homenageada em sua cidade natal (Serra Azul) e representar, em sua pessoa, todas as mulheres da cidade em virtude do Ano Internacional da Mulher e porque

também fora a primeira mulher daquele município a alçar a universidade. Nessa altura, Rosa Ester Rossini já caminhava para se consolidar como uma das principais referências na área de **Geografia da População**. E, como foi pioneira naquele campo do conhecimento, logo passou a integrar o Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU) junto com as pesquisadoras/professoras Eva Blay, Lia Fukui, Maria Isaura Pereira de Queirós etc.

Outra pesquisadora que a influenciou foi Maria Luiza Marcílio – pioneira nos estudos de demografia histórica no Brasil. Maria Luiza possibilitou inúmeros intercâmbios à Rosa Ester Rossini que, nesse período, veio a participar, no México, da mesa redonda intitulada “Relações entre a Marcha da Ocupação do Estado de São Paulo e o Café” no prestigioso Congresso da União Internacional para o Estudo Científico da População (IUSSP).

E, com apoio daquela renomada pesquisadora supracitada, Rosa Ester Rossini participou, em 1979, da criação da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) sendo tesoureira durante o biênio 1980-82. Também, nesse mesmo período, assumiu a direção da AGB, seção São Paulo bem como participou do Conselho Diretor da AGB Nacional. Acrescida àquelas atividades, Rosa Ester Rossini conquistou, como pesquisadora, o 1A do CNPq, desenvolvendo pesquisas relacionadas aos processos de modernização do campo e ao êxodo rural. Orienta estudantes de graduação e pós-graduação nesta temática desde 1977. Passa a participar, regularmente, de bancas examinadoras, contribuindo, sobremaneira, para formação de mestres e doutores que passaram a atuar em diferentes partes do território brasileiro e também no exterior.

Por indicação da professora Elza Keller, tornou-se membro efetivo, entre 1984-1988, da Comissão de Geografia da População da União Geográfica Internacional (UGI), instituição esta de grande prestígio e relevância na área da Geografia. Em 1982, foi responsável por promover o Encontro Regional da UGI, em São Paulo, ocasião esta em que pesquisadores de diversas partes do mundo estiveram presentes no Departamento de Geografia da USP. Convém destacar que Rosa Ester Rossini também foi pioneira na criação do grupo de trabalho, na UGI, sobre a **questão de gênero**, categoria de análise que até então não fazia

parte do **métier** da Ciência Geográfica. Através da categoria **trabalho**, Rosa Ester Rossini encontrou, finalmente, o caminho que tornou possível a integração dos estudos de gênero no âmbito da Geografia.

Em 1988, defendeu sua tese de Livre-Docência intitulada “Geografia e Gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista”. Os membros da banca examinadora foram o professor José Ribeiro de Araújo Filho (Presidente), Milton de Almeida Santos, Manuel Correia de Andrade, Antônio Olívio Ceron e Lêda Maria Pereira Rodrigues. Enquanto pesquisadora, Rosa Ester Rossini estabeleceu intercâmbio com inúmeros investigadores em âmbito internacional, sendo constante referência e pioneira nos estudos sobre população e gênero na geografia brasileira e internacional.

Desde 1985, participou como uma das fundadoras do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE), liderado pela professora Eva Blay. De 1984 a 1990, foi Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da USP. Nesse período, sob sua coordenação, aquele Departamento se beneficiou com a vinda de professores de grande relevância não apenas para a Geografia como também para as Ciências Humanas em geral, tais como Jean P. Damais, Daniel Noin, Alain Lipietz, da França, os professores Carlos Carreras e Eugênio Garcia Zarza, da Espanha, a professora Maria Nazaré Roca, da Iugoslávia.

E, mesmo após o período em que foi coordenadora, enriqueceu o Departamento de Geografia da USP ao possibilitar a vinda de professores como Maria Aparecida de Moraes (UNESP) e Ivone Gebara que ministraram curso sobre gênero; Manuel Araújo de Moçambique da Universidade Eduardo Mondlane, que ensinou sobre a África Sul-saariana; e Maria Beatriz Rocha-Trindade da Universidade Aberta de Lisboa, que proferiu o curso sobre Migrações.

Em 1988, Rosa Ester Rossini foi indicada pelo Conselho Deliberativo do CNPq para participar como Assessora de Geografia Humana e Regional e, desde 1989, participa como membro dos Comitês Assessores como representante da Área de Ciências Humanas e Sociais do Programa Interinstitucional de

Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Como tal, incansavelmente, tem percorrido todo o Brasil a fim de fortalecer o programa supracitado no âmbito das instituições de Ensino Superior do país como também tem colaborado com a descoberta de talentos para ciência como um todo.

Cumpra informar que graças à criação do PIBIC e de outros programas correlatos, o número de mestres e doutores em todo o país vem se ampliando, uma vez que o “aprender” científico passou a ocorrer já no decurso da graduação (e, atualmente, no Ensino secundário em alguns contextos), e o número de desistências na pós-graduação reduziu enormemente. Em 1990, através de concurso público, Rosa Ester Rossini tornou-se professora Titular do Departamento de Geografia da USP, sendo aprovada com a nota máxima (10,0). Também nesse período, foi coordenadora do Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental (LABOPLAN), no qual participou com os professores Milton Santos, Armem Mamigonian, Maria Adélia e Regina Sader em inúmeros estudos e pesquisas.

Por todos os seus feitos e méritos acadêmico-científicos, já em 1984, Rosa Ester Rossini recebeu homenagem da Escola Estadual Francisco de Freitas (Serra Azul), que denominou a Biblioteca da escola de “Professora Rosa Ester Rossini”. E, em 2005, foi condecorada, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia do Governo Federal, com a Ordem Nacional do Mérito Científico como Comendadora. Vale ressaltar que, no Departamento de Geografia da USP, Rosa Ester Rossini é a única, até o presente momento, depois de Milton Santos, a receber tamanha honraria, e foram pouquíssimos os geógrafos agraciados com tal distinção acadêmica.

Em 2011, foi homenageada, durante o “I Seminário Latino-Americano de Geografia e Gênero: Espaço, Gênero e Poder. Conectando Fronteiras” (Pré-Encontro Regional da UGI), por ter sido pioneira nos estudos de gênero na Geografia brasileira. Igualmente, em 2012, foi agraciada, pelo Instituto Histórico e Geográfico (IHG), com a medalha da Imperatriz Leopoldina, por seus inúmeros contributos para as discussões de gênero. E no mesmo ano, recebeu o título de Doutora *Honoris Causa* pela Universidade Federal de Rondônia.

Por fim, ainda nos dias atuais, Rosa Ester Rossini continua sendo Pesquisadora 1A do CNPq com o projeto “Geografia e Gênero: as novas e velhas dinâmicas no campo brasileiro com ênfase na expansão da cana-de-açúcar no século XXI”, é parecerista de inúmeras agências de fomento à pesquisa de todo o país, compõe o conselho editorial de dezenas de periódicos científicos e prossegue orientando estudantes de iniciação científica, mestrands, doutorands e supervisionando pesquisadores de pós-doutorado na Universidade de São Paulo. É autora de dezenas de artigos científicos publicados em periódicos de grande impacto científico (nacional e internacional) bem como de capítulos de livros. Frequentemente concede entrevistas para os principais meios de comunicação do país buscando elucidar os fenômenos contemporâneos relativos à população, questões de gênero, dentre outras temáticas.

Está recuperando o cerrado em sua chácara objetivando transformá-la em laboratório de pesquisa para as crianças das escolas de Serra Azul e entorno, iniciativa que já se tornou pública, ao doá-la à Escola, talvez única no mundo que recebeu o nome de um servente, seu pai, Ramiro Rossini.



Crédito: Jiro Mochizuki (Divulga Ciência/2015). Disponível em: <<https://blogdivulgaciencia.wordpress.com/2014/10/06/pioneira-da-ciencia-no-brasil-e-referencia-na-geografia-2>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

Resumos de dissertações



**RESUMOS DAS DISSERTAÇÕES APRESENTADAS EM 2013, NO PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL (PPGDL) -
MESTRADO ACADÊMICO
UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO - CAMPO GRANDE, MS¹**

O Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local, implantado em 1998, e destaca-se por ser interdisciplinar, tendo como missão “promover, por meio de atividade de ensino, de pesquisa e de extensão, a formação integral, fundamentada nos princípios éticos, cristãos e salesianos, de pessoas comprometidas com a justiça social para que contribuam com o desenvolvimento sustentável”.

O Desenvolvimento Local neste programa é entendido como o protagonismo dos atores de um dado território, com apoio de organizações públicas e privadas, na reflexão da realidade vivida para agenciar e coordenar, por meio de processos interativos e cooperativos, os recursos tangíveis e intangíveis originários do local ou de áreas externas, na busca de soluções sustentáveis para os problemas, necessidades e aspirações coletivas, de ordem social, econômica, cultural, política e do ambiente natural.

A relação dos resumos apresentados neste número da Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local – segue a ordem cronológica das defesas das dissertações, seguidas do título, nome do(a) autor(a), do(a) orientador(a) e data de apresentação perante a banca examinadora. Todos os trabalhos estão disponíveis na Secretaria do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local, na Biblioteca Félix Zavattaro, no campus da Universidade Católica Dom Bosco, na cidade de Campo Grande, MS, Brasil e no site do Programa – www.ucdb.br/mestrados/desenvolvimentolocal. Os resumos seguem uma sequência lógica obedecendo à continuação dos resumos publicados na Interações, v. 16, n. 1, 2015.

192 – Título: MEDIAÇÃO DE CONFLITOS COMO INSTRUMENTO DE PACIFICAÇÃO SOCIAL: UM ENFOQUE DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Nome: Wilsiene Ramos Gomes da Costa

Orientador: Dr. Heitor Romero Marques

Data de apresentação: 29/11/2013

Resumo: Vivemos numa sociedade que está habituada a levar todas as questões conflituosas ao judiciário com intuito de resolver com sentença judicial, fomentando o que vem sendo chamado de cultura da sentença. Em contrapartida, o judicial propicia uma demanda de processos que se multiplica, cresce e se acumula por deficiência tanto de reformas estruturais quanto do próprio sistema de processos e procedimentos. Corrobora com empenho positivista o fato de os profissionais da área fomentar essa cultura, sempre determinados a serem parciais ao término dos processos, visando ao bem e à necessidade de se chegar à finalização de um conflito. Contudo esse acesso à justiça vem sendo tratado de forma insatisfatória já que não está ao alcance de todos, deixando a sociedade órfã de um Estado Democrático de Direito. A relevância deste estudo se caracteriza por prever mudança de cenário no convívio da sociedade, ao se deparar com uma nova metodologia de resolução de conflitos, estimulada pela Mediação, com o fito de propiciar uma transformação, visando à melhoria no convívio das pessoas, acrescentando mais um aporte para o Desenvolvimento Local e desencadeando um meio seguro de pacificação social. É essencial abranger qual a contribuição para o Desenvolvimento Local – como capital humano – em seu sentido mais amplo, identificando os elementos envolvidos como Território, Territorialidade, Comunidade, Comunitarização e Agente de Desenvolvimento Local – que pode fomentar a cultura do ganha-ganha. Nesse contexto, a Mediação, como uma tecnologia social inovadora que se apresenta como instrumento e meio adequado para o desenvolvimento dos métodos alternativos de resolução de inúmeros problemas, prioriza a autonomia da vontade das partes, possibilitando a elas mais uma opção de resolver seus conflitos. Destarte, o objetivo da pesquisa é ressaltar a importância da Mediação como meio e instrumento de resolução de conflitos e pacificação social, com foco no Desenvolvimento Local. A pesquisa está delimitada em responder às seguintes questões: Qual a importância da Mediação de Conflitos no contexto do judiciário? Como o judiciário pode colaborar com o novo método de resolução de conflitos para a sociedade e qual importância dessa contribuição para o Desenvolvimento Local? Para o enfrentamento dessas indagações, foi utilizado como metodologia o estudo descritivo-analítico

¹ Pesquisa elaborada pelos mestrandos do PPGDL – Antonio Henrique Maia Lima e Thayliny Zardo, que são bolsistas da CAPES no referido programa.

e indutivo, por meio de revisão literária para obter informações obtidas em livros, revistas, artigos e registros disponíveis no Núcleo de Resolução de Conflitos do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul que vem atendendo ao cidadão através da Mediação. Conclui-se que é visível serem os direitos humanos a inspiração para inovações de métodos de resolução de conflitos na sociedade que almeja uma condição saudável de sobrevivência social pacificadora na qual o papel do Mediador tem tudo a ver com o papel de um agente para o desenvolvimento local, fomentando a pacificação e o bem-estar social.

Palavras-chave: Acesso à justiça. Pacificação social. Desenvolvimento Local. Resolução de Conflitos. Mediação.

193 – Título: HERANÇA DE UM BRASIL CENTRAL: ASPECTOS DO PATRIMÔNIO INDÍGENA BRASILEIRO NA ÓTICA DOS VIAJANTES E PESQUISADORES NÃO BRASILEIROS DE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA A CLAUDE LÉVI-STRAUSS

Nome: Viviane Luiza da Silva

Orientadora: Dra. Maria Augusta de Castilho

Data de defesa: 01/11/2013

Resumo: Este trabalho contribui para o estudo histórico e etnográfico do Brasil Central que teve como eixo norteador identificar e examinar sistematicamente relatos de viagens, imagens e objetos coletados, que foram deixados como herança por viajantes, coletores e artistas que atravessaram o Brasil e outros países da América Latina, à procura do conhecimento das terras e dos povos do novo mundo. Para a materialização das hipóteses levantadas, foram feitas reflexões das leituras dos materiais selecionados permitindo a delimitação do período entre o final do século XVIII até meados do século XX, abrangendo-se a viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira a Claude Lévi-Strauss. Esses relatos constituem fontes históricas fundamentais para o reconhecimento das culturas. Os objetivos desta pesquisa são analisar e divulgar imagens e textos do patrimônio indígena brasileiro contido em museus, bibliotecas e arquivos estrangeiros. Documentos da etnografia do Brasil Central que foram pouco estudados permitem uma ampla compilação de materiais de pesquisas anteriores que não possuem versões em português, bem como materiais de caráter inédito. Revelar esse grande volume de pesquisas permitirá um estudo mais aprofundado do patrimônio cultural indígena do Brasil Central. Afinal, a identidade cultural move sentimentos de pertencimento, valores e uma infinidade de itens impregnados nas mais variadas sociedades do mundo.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Povos indígenas. Brasil Central. Coleções etnográficas.

194 – Título: (RE)TERRITORIALIZAÇÃO DO ESPAÇO CINEMATOGRAFICO DE CAMPO GRANDE, MS: HISTÓRIA E CULTURA NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Nome: Flaviana Miranda da Silva de Sá

Orientadora: Dra. Maria Augusta de Castilho

Data de defesa: 16/09/2013

Resumo: O trabalho tem por objetivo rememorar e demonstrar à comunidade as transformações ocorridas pelas salas de exibições cinematográficas em Campo Grande - Estado de Mato Grosso do Sul, desde o início com o cinetoscópio, até os dias atuais com a tecnologia dos complexos 3 D. O estudo contempla a área de concentração do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local, ou seja, Desenvolvimento Local no contexto das territorialidades. Vale ressaltar ainda que as reflexões a respeito de identidades locais inserem-se na linha de pesquisa do referido programa – Desenvolvimento Local: cultura, Identidade e diversidade. A pesquisa foi pautada no método indutivo, utilizando-se referências bibliográficas, por meio de consultas e interpretação de imagens, entrevistas e pesquisas in loco. Identificaram-se também aspectos culturais e sociais do cinema na vida do campo-grandense ao longo da história. Assim, analisa-se a (des)territorialização dos espaços culturais de Campo Grande (cinemas) e sua (re)territorialização; desfazendo-se, em sua maioria, dos espaços culturais para dar lugar a outros que não valorizam o patrimônio cultural local, e sim a parte econômica, procura-se de forma contundente contribuir para um maior conhecimento da história cultural artística cinematográfica em um período marcante para comunidade local. Estabelece-se, após várias reflexões, que todos os espaços de exibição cinematográficos existentes em Campo Grande, influenciaram no desenvolvimento cultural, social e econômico da cidade, e de sua sociedade.

Palavras-chave: Cinema. Cultura. Território. Desenvolvimento.

195 – Título: ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA ANÁLISE COM ENFOQUE TERRITORIAL NA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA SANTO EUGÊNIO**Nome:** Leandro Henrique de Araújo Leite**Orientador:** Dr. Heitor Romero Marques**Data de defesa:** 01/08/2013

Resumo: A presente pesquisa constitui-se em um estudo desenvolvido no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades, integrando a linha de pesquisa Desenvolvimento Local: sistemas produtivos, inovação e governança. A investigação cerne sobre os desdobramentos da relação entre Assistência Social e Desenvolvimento Local desenvolvidos na Associação de Moradores da Vila Santo Eugênio em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. O trabalho em tela vislumbra o panorama de que a assistência social e as teorizações do Desenvolvimento Local podem contribuir para a prevenção de riscos sociais e situações que levam o indivíduo à exclusão social, por meio do empoderamento das potencialidades locais, oportunizando o acesso a bens e serviços públicos e articulação política com um enfoque sócio-territorial. A pesquisa teve como objeto de estudo a Assistência Social em relação ao Desenvolvimento Local na Associação de Moradores da Vila Santo Eugênio. Para tanto, procurou verificar, pela ótica do Desenvolvimento Local, quais as potencialidades e entraves no Projeto Ciranda Solidária, desenvolvido na Associação de Moradores da Vila Santo Eugênio (ASMVE), e sua contribuição no processo de desenvolvimento da referida comunidade por meio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. A pesquisa teve como metodologia o estudo de campo com abordagem qualitativa com a quantificação de alguns dados, utilizando registros bibliográficos e documentais (fichas sociais, fichas de matrículas e atas das reuniões), entrevistas com responsáveis e profissionais da instituição e observação das famílias atendidas pelo Projeto Ciranda Solidária, no setor de Serviço Social. A investigação realizada evidencia que são muitos os aspectos congruentes entre os objetivos da Política de Assistência Social e o Desenvolvimento Local, em especial os aqui evidenciados. Ambos têm como foco fomentar o protagonismo individual e coletivo a partir de suas vivências e sua territorialidade, utilizando recursos e potencialidades locais, articuladas com políticas públicas, parcerias com organizações da sociedade civil organizada e instituições privadas. Em posse dos dados obtidos, foi possível perceber que, enquanto Associação de Moradores e instituição que compõe a rede socioassistencial, a AMVSE necessita instrumentalizar melhor as estratégias que visam fortalecer a participação e interação dos pais e responsáveis pelas crianças e adolescentes do Projeto, que também são moradores da Vila Santo Eugênio. Embora seja necessário fortalecer o vínculo familiar, conforme preconizado pelo serviço socioassistencial prestado, é inerente, também, que se fortaleça e fomente a cidadania plena dos moradores. O Projeto Ciranda Solidária, por si só, já demonstra um grande potencial do local, que é cuidado e preocupação com as crianças, evidenciado nas falas tanto das responsáveis por elas, quanto pelo presidente da instituição. É necessário que, da forma como alguns moradores se organizaram para reivindicar um espaço e serviços que contribua com o desenvolvimento das crianças, que matricularam seus filhos no Projeto, continuem a mobilização e reivindicação de novas melhorias, não somente para as crianças, mas para todos os demais moradores.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local. Assistência Social. Terceiro Setor. Associação de Moradores.**196 – Título:** PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR TRADICIONAL DO ESTADO DE MATO GROSSO**Nome:** Regina Nogueira da Silva**Orientador:** Dr. Olivier François Vilpoux**Data de defesa:** 31/07/2013

Resumo: A agricultura familiar é a grande responsável pelo abastecimento da mesa do brasileiro. Ela pode ser definida como a forma de organização produtiva em que os critérios adotados para orientar as decisões relativas à exploração agrícola não se subordinam unicamente pelo ângulo da produção e/ou rentabilidade econômica, mas levam em consideração as necessidades e objetivos da família. Ao longo do tempo, a agricultura familiar passou por transformações consideráveis nas questões econômicas e políticas. Atualmente, a discussão sobre a agricultura familiar ocupa um grande espaço no mundo acadêmico e político brasileiro, é enfatizada nos discursos dos movimentos rurais, dos órgãos governamentais e por acadêmicos, principalmente os ligados ao estudo das ciências sociais. O objetivo da pesquisa é de analisar a pluriatividade na agricultura familiar tradicional de duas Comunidades tradicionais de Mato Grosso. As comunidades rurais, de Santa Helena e Carandazinho, localizadas próximas a cidades e constituídas por familiares, são advindas de gerações de agricultores tradicionais rurais. A pluriatividade na agricultura familiar não trata apenas da reprodução desta, mas do trabalho externo efetuado pelos produtores e com

o qual obtêm uma renda extra. Os trabalhos extra-agrícolas realizados por alguns membros da família e o aproveitamento dos produtos através da produção caseira de doces, defumados e até mesmo de trabalhos artesanais realizados pelas esposas e filhos dos agricultores, têm duas funções sociais: complementar a renda da família e possibilitar o melhoramento da renda familiar e, conseqüentemente, a permanência das famílias na propriedade rural, dando continuidade às atividades agrícolas oriundas de agricultores tradicionais.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Pluriatividade. Multifuncionalidade.

197 – Título: DINÂMICA DA OCORRÊNCIA DOS CASOS RELATADOS DE DIARREIAS AGUDAS NA CIDADE DE CAMPO GRANDE, MS, NO PERÍODO DE 2008 A 2012

Nome: Karine Ferreira da Costa

Orientadora: Dra. Marney Pascoli Cereda

Data de defesa: 31/07/2013

Resumo: A análise dos casos relatados de diarreia em adultos requer atenção e aprofundamento, pois envolvem questões coletivas de saúde, acarretando absenteísmo e gasto com saúde pública. A pesquisa objetivou compreender a vigilância da saúde na incorporação das atividades de vigilância epidemiológica, ambiental e sanitária, do município de Campo Grande-MS, no período de 2008 a 2012. Trata-se de um estudo descritivo documental das planilhas de controle da Monitorização de Doença Diarreica Aguda, na tentativa de esclarecer a ocorrência de Doença Diarreica Aguda (DDA) em adultos. As coletas de dados secundários foram provenientes da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Campo Grande. Os resultados obtidos confirmam que, no ano de 2010, 56% dos casos de diarreia foram em adultos e demonstram uma evolução crescente no decorrer anos seguintes, acima dos índices esperados. Dentre os distritos de saúde de maior notificação de DDA, encontra-se o Norte, composto por bairros onde há predominância infraestrutural inadequada e são desprovidos de saneamento básico. Alguns dos casos de DDA puderam ser relacionados ao uso de água de poço. Com relação ao Tratamentos, 75% caracterizam plano de cuidado tipo A, 5% tipo B, e 20% tipo C. Além dos problemas citados, a diarreia de adultos reflete outros problemas mais graves. Um deles inclui falhas no procedimento de abordagem devido à inconsistência de dados, por subnotificação ou notificação incorreta da monitorização e do encaminhamento dos casos de DDA. Conclui-se que os problemas de saúde requerem enfrentamento local, por meio do compartilhamento de saberes, além da necessidade de que os atores interajam de forma a elaborar respostas coletivas criativas ao problema de saúde coletiva detectada. Evidencia-se a necessidade de políticas de saneamento básico e educação permanente de profissionais e da comunidade. Os dados da pesquisa poderão retroalimentar as instituições fontes das informações, colaborando para melhorar a saúde da comunidade, uma das principais metas para atingir Desenvolvimento Local.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local. Saúde Pública. Diarreia. Toxinfecção Alimentar. Vigilância Epidemiológica. Monitorização de Doença Diarreica Aguda. Doença Diarreica Aguda.

198 – Título: A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE TERNOS-MS: PERSPECTIVAS DE SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Nome: Ronaldo São Romão Sanches

Orientador: Dr. Heitor Romero Marques

Data de defesa: 31/07/2013

Resumo: A pesquisa visa analisar as potencialidades e perspectivas da agricultura familiar, frente a um modelo de produção no campo, impulsionado a partir da década de 1970 e que prioriza a agricultura empresarial. Para tanto, buscou-se tomar como parâmetro a agricultura em Ternos, um típico município de economia predominantemente agropecuária, do Estado de Mato Grosso do Sul. O problema mais comumente encontrado é a constatação da baixa rentabilidade dos estabelecimentos que se enquadram nos padrões da legislação vigente, desmotivando os produtores a ponto de, muitas vezes, inviabilizar o empreendimento e migrar para as cidades. O objetivo da pesquisa é analisar, sob o prisma do Desenvolvimento Local, se a agricultura familiar pode ser considerada sustentável e se a pequena propriedade rural é viável. Como objetivo específico, visa analisar as atividades sob os diversos prismas da sustentabilidade. O tema da pesquisa reveste-se de importância por se tratar de uma área importante da economia, que é a produção de alimentos, e a inserção e o papel da agricultura familiar nesse contexto, quando se verifica a predominância dos recursos e das pesquisas voltadas essencialmente para um modelo de produção de alimentos que tem por objetivo gerar divisas com exportação, sendo evidente a ocupação desenfreada de velhas e novas fronteiras agrícolas para implantação de culturas da

soja, do milho, da cana-de-açúcar, da bovinocultura de corte, de florestas em forma de monoculturas, como a do eucalipto, para produção de celulose e papel, de carvão vegetal para suprir as necessidades da indústria siderúrgica.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Assentamentos. Sustentabilidade. Terenos.

199 – Título: TURISMO GASTRONÔMICO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SÃO MIGUEL, MUNICÍPIO DE MARACAJU, MS.

Nome: Geziane Aparecida Martins Fernandes

Orientadora: Dra. Marney Pascoli Cereda

Data de defesa: 31/07/2013

Resumo: A pesquisa averiguou se os alimentos preparados e consumidos rotineiramente na comunidade negra rural quilombola de São Miguel, no município de Maracaju, apresentavam suficientes características de preparações afro-brasileiras para serem valorizadas como cardápio em turismo gastronômico. Essa averiguação atendia um anseio dessa comunidade de, com alimentos cultivados localmente e usando os conhecimentos tradicionais, atrair consumidores para o local, como forma de garantir recursos e valorizar as raízes culturais na forma de um restaurante. Para isso, foram aprofundadas as questões referentes às características sócio-históricas desse grupo e pesquisados os cultivos e preparações culinárias comumente elaboradas. Essas preparações foram confrontadas com outras descritas na literatura como de origem africana, antes e depois do contato com a cultura brasileira em formação. De acordo com relato sócio-histórico contido na literatura, quando africanos foram trazidos de seu país de origem e quando chegaram ao Brasil, foram adaptados culturalmente. Os alimentos típicos da culinária africana, mineira e regional de Mato Grosso do Sul faz parte desta comunidade negra quilombola de São Miguel. A investigação pautou-se nos pressupostos de pesquisa qualitativa. Elaborou um roteiro de pesquisa por meio de entrevistas e relatos orais. A análise e sistematização dos resultados se pautaram pela análise do conteúdo. O referencial teórico baseou-se nos fundamentos do desenvolvimento local; uma vez que se entendeu ser este o caminho para responder as questões do trabalho. A partir do cotidiano dessa comunidade, tentou-se compreender os fenômenos que a compõem e as possibilidades para seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Alimentos afro-descendentes. Culinária. Comunidade quilombola. Turismo rural. Gastronomia.

200 – Título: ANÁLISE DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA OS TRABALHADORES DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA ALVORADA DO SUL, MS - 2008-2011

Nome: Dinaci Vieira Marques Ranzi

Orientadora: Dra. Cleonice Alexandre Le Bourlegat

Data de defesa: 31/07/2013

Resumo: Este trabalho propõe analisar o processo de construção da Política de Humanização na Rede Municipal de Saúde no contexto específico do território municipal de Nova Alvorada do Sul, processo esse iniciado em 2008, como uma iniciativa da Administração Pública local, que percebeu a necessidade da implantação desse programa, visando à melhoria do atendimento nos serviços oferecidos à população. A questão que passou a nortear a pesquisa foi sobre a efetividade da prática de educação permanente junto às unidades de saúde do SUS, realizada no contexto de uma cidade de pequeno porte de Mato Grosso do Sul, verificada junto aos trabalhadores nela engajados e aos usuários desses serviços. O objetivo geral da presente pesquisa foi avaliar e interpretar a prática política de educação permanente adotada em Nova Alvorada do Sul, MS, à luz dos princípios da política estabelecida no Sistema Único de Saúde (SUS), com atenção maior à aplicação dos princípios específicos da Política Nacional de Humanização que permeiam a formação dos trabalhadores de saúde. Nesse sentido, procurou-se verificar nas condições dadas pelo sistema SUS, no território de Nova Alvorada do Sul, no ambiente das unidades de saúde e no âmbito dos vários projetos existentes, como foi adotada a metodologia e a prática da educação permanente, e interpretar por meio da escuta dialogada com os sujeitos dessa prática educativa, levando em conta seus níveis de aspiração pessoal e profissional, possíveis transformações ocorridas no nível perceptivo e da reflexão crítica durante o processo. Conclui-se que os serviços de saúde devem se organizar a partir da compreensão do adequado fluxo e do acesso aos usuários facilitado por um pacto interno de gestão tratando-se, pois, de um processo de construção de uma política já constituída focada na formação e na discussão de novas posturas e propostas de trabalho.

Palavras-chave: Educação permanente. Humanização. SUS.

201 – Título: PROCESSO COLETIVO DE APRENDIZAGEM E INOVAÇÃO TERRITORIAL SOB A ÓTICA DA TECNOLOGIA SOCIAL COM POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL – REGIÃO DO IMBIRUSSU – CAMPO GRANDE – MS (2008-2012)

Nome: Aparecida Cristina Campello Curado Piccolo

Orientadora: Dra. Maria Augusta de Castilho

Data de defesa: 31/07/2013

Resumo: Investigar práticas educativas presentes no cotidiano escolar da Educação Básica e procurar concretamente articular a prática à teoria revelou-se campo fértil na construção de Projeto Político Pedagógico escolar, pois tal prática favorece reflexões continuadas sobre as possibilidades e os limites presentes na educação escolar. No caso desta pesquisa, entre as interações: Escola - Comunidade Escolar e Tecnologias Sociais, como potencialidades de Desenvolvimento Local. A pesquisa se insere na área de concentração do Mestrado Acadêmico – Desenvolvimento Local: no contexto de territorialidades e na linha de pesquisa: cultura, identidade e diversidade. O universo selecionado foi o da Escola Municipal Professor Fauze Scaff Gattass Filho e sua comunidade escolar do entorno, localizada no Bairro Nova Campo Grande, Região do Imbirussu, período de 2008 a 2012. O trabalho foi pautado no método indutivo, com observações *in loco*, tendo como aporte teórico bibliográfico autores renomados que serviram de apoio para o desenvolvimento do conteúdo em tela. As reflexões sobre as tecnologias sociais e as ações dos educadores/educandos, permeiam princípios pedagógicos que podem gerar a produção do conhecimento no âmbito escolar do Ensino Fundamental brasileiro. Na proposta de construção de saberes na prática das Tecnologias Sociais, é fundamental o entendimento de que o conhecimento tácito e o conhecimento explícito não são entidades totalmente separadas. Ambos constituem saberes mutuamente complementares. A superação de “mazelas” e “feridas sociais” preexistentes no modelo territorial já constituído foi favorecida pelo processo coletivo de aprendizagem que articula pressupostos e práticas das Tecnologias Sociais com as práticas do cotidiano escolar, na unidade escolar em tela. Foi elevado o potencial para o Desenvolvimento Local no território de abrangência do estudo em foco. As possibilidades presentes em experiências inovadoras como a que foi objeto desta pesquisa tiveram lugar recentemente no cenário científico/acadêmico, mas que não ganharam ainda a visibilidade necessária para colaborar na construção de novos paradigmas. Esta pesquisa indicou que, mesmo que de forma incipiente, a comunidade educativa da Escola Pública pesquisada abraçou o desafio da construção de um processo coletivo de aprendizagem, comprometido com um mundo mais justo e solidário. Essa mesma intervenção demonstrou que a interação entre a construção de Projeto Político Pedagógico e a prática de Tecnologias Sociais pode tornar-se propulsora de desenvolvimento local. Sobretudo, porque potencializa a energia protagonista da juventude e de outros atores sociais na busca por novas práticas na transformação social na perspectiva da construção de dinâmicas e processos sustentáveis inovadores.

Palavras-chave: Tecnologias sociais. Projeto político pedagógico. Interação comunidade-instituição escolar.

202 – Título: PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO NO PROCESSO DE MIGRAÇÃO PARA JURUENA, MT: DAS EXPECTATIVAS INICIAIS À REALIDADE ATUAL

Nome: Soviana Foppa

Orientador: Dr. Josemar de Campos Maciel

Data de defesa: 25/07/2013

Resumo: As migrações para o município de Juruena iniciaram-se no final da década de 1970 e início da década de 1980, época em que a cidade ainda era distrito do município de Aripuanã e se chamava Vila Juruena. Após a emancipação, em 1988, passou a se chamar Juruena, em homenagem a um importante rio do Estado do Mato Grosso que banha o município, o rio Juruena. A cidade está localizada a noroeste do Estado de Mato Grosso, a 893 quilômetros da capital, Cuiabá, e seus primeiros migrantes vieram em sua maioria do Sul do país, dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essa dissertação visa realizar e discutir um levantamento prévio das motivações que incentivaram a viagem desses migrantes nas primeiras décadas de fundação e consolidação do município, evidenciando as relações entre os ideais que nortearam a sua mudança para essa região e o processo de constituição da territorialidade local durante o processo de ocupação. A pesquisa situa a questão na literatura que discute a história, a memória e a colonização mato-grossense, e dialoga com testemunhas e protagonistas a partir da discussão da história oral como formulada por Ecléa Bosi, Jacques Le Goff, Paul Thompson e Michael Pollak. O material de campo se completa com consultas bibliográficas, documentais e de registros históricos do município.

Palavras-chave: Juruena. História Oral. Colonização. Memória.

203 - Título: A POTENCIALIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL NO INSTITUTO AGRÍCOLA DO MENOR DE DOURADOS (IAME)**Nome:** Joe Graef Filho**Orientador:** Dr. Heitor Romero Marques**Data de defesa:** 22/07/2013

Resumo: O Instituto Agrícola do Menor de Dourados (IAME), com mais de trinta e dois anos de funcionamento, é uma entidade não governamental de acolhimento de crianças e adolescentes do sexo masculino entre 7 e 14 anos de idade em situação de vulnerabilidade. Como local, o IAME, territorialmente definido, é visto sob o prisma do Desenvolvimento Local com olhar especial para os infantes acolhidos, entendidos como pessoas em desenvolvimento, detentores de direitos e deveres a partir de uma interpretação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e normas correlatas. Como pano de fundo da pesquisa, a interpretação é voltada para uma visão mais ampla e desmistificada que finda por pautar argumentos contrários a ideias preconcebidas relacionadas aos dois princípios norteadores das garantias fundamentais das crianças e adolescentes, proteção integral e prioridade absoluta, particularmente no que tange à prática de atividades determinadas pelos pais ou responsáveis resultantes do poder familiar que encete o desenvolvimento de habilidades para a vida adulta seja em família, ou no exercício de labor regular. Objetivando evidenciar a possibilidade de abrangência do Desenvolvimento Local nas mais diferentes comunidades e, em especial, analisar as potencialidades para o Desenvolvimento Local no Instituto Agrícola do Menor, o trabalho buscou estabelecer, na medida do possível, uma conversa entre os autores que constituem o referencial teórico e entre os atores envolvidos direta ou indiretamente com a Entidade; aquele estabelecido por pesquisa bibliográfica, e este por meio de entrevistas gravadas com questionamentos centrais preestabelecidos e observações do local conduzidas de forma estruturada e não estruturada. Ao conhecer o IAME, foi possível pautar a importância de seu papel social na cidade de Dourados e a visão que a Instituição possui em relação a si mesma e para com os Acolhidos e ainda a discriminação da sociedade para com o local e seus habitantes. Entrelaçando os preceitos legais para Instituições da espécie e a ordem do possível, dado aos poucos recursos que conduzem a sofrível sustentabilidade do local, levantou-se a questão de contrariedade entre o querer jurídico e a execução concreta da proteção integral dos infantes. Na busca dos aspectos históricos da constituição do IAME, foram identificadas algumas distorções que evidenciaram a origem dos problemas relacionados à sustentabilidade para o Desenvolvimento Local e que se mantêm até os dias de hoje e são refletidas na forma de gerenciamento administrativo voltada mais para o cuidado, subsistência, atenção afetiva e educacional dos Acolhidos, e menos para o cumprimento de protocolos, o que cria certa adversidade que se traduz em debilidades e ameaças destacadas entre outros fatores negativos e positivos constatados no DAFO, realizado no local e findado na elaboração de um possível retrato do IAME. À luz dos principais aspectos que conduzem ao Desenvolvimento Local, entendidos como pertinentes ao objetivo traçado, chegou-se a uma sugestão de mobilização e parcerias possíveis para a sustentabilidade do IAME e garantias de melhor desenvolvimento humano das crianças e adolescentes ali acolhidos.

Palavras-chaves: Instituição. Desenvolvimento Local. Criança e Adolescente.

204 - Título: A FESTA DA FARINHA DA COLÔNIA PULADOR NO CONTEXTO DA MIGRAÇÃO NORDESTINA EM ANASTÁCIO, MS**Nome:** Lucimara Nascimento da Silva**Orientadora:** Dra. Maria Augusta de Castilho**Data de defesa:** 19/03/2013

Resumo: Esta pesquisa ressalta a Festa da Farinha da cidade de Anastácio, com enfoque na identidade cultural do povo nordestino e na presença do sentimento de pertença nesse local. Nesse contexto, destaca o valor da festa em sua representação por parte dos participantes local e turistas, a potencialidade para o desenvolvimento local da comunidade nordestina e para área urbana da cidade. Para tanto, teve-se como questões norteadoras a percepção dos visitantes, na avaliação das potencialidades da festa para o desenvolvimento local tanto da área urbana quanto da comunidade nordestina, incentivo econômico, assim como preservação de sentimento de pertença. A comemoração tem por objetivo a representação cultural e identidade local, que, junto com o sentimento de pertença, traz desenvolvimento local, social e econômico provando que a tradição e o enraizamento na cultura constroem o desenvolvimento humano. Nesse contexto, o importante é levantar a autoestima dessa população fazendo com que, a cada ano, a realização da festa consiga superar os anos anteriores, levando-a a identificar suas raízes e valorizar seus costumes e tradições. Como se pode verificar, a festa tem essa função, de alimentar a esperança dessa

comunidade que saiu de Pernambuco e criou raízes fora do seu local de origem e consegue superar todas as dificuldades, demonstrando para toda a sociedade da cidade e da região a força obtida durante anos e que perpassa de geração em geração, valorizando e repassando para cada membro sua cultura, e, dessa forma, o desenvolvimento local se faz presente.

Palavras-chave: Festa da Farinha. Anastácio. Desenvolvimento local.

205 – Título: DIREITOS SOCIAIS – O CAMPO COMO TERRITÓRIO E A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESTUDO DE CASO

Nome: Nadia Sater Gebara

Orientador: Dr. Heitor Romero Marques

Data de defesa: 14/03/2013

Resumo: A presente Dissertação tem como objeto os Direitos Sociais, em que o campo se apresenta como território e a educação como instrumento de Desenvolvimento local. O estudo envolve a interação e participação da comunidade escolar como fortalecimento dos aspectos de cidadania e valorização das expectativas locais: a zona rural. A Área de Concentração é o Desenvolvimento Local em contexto de territorialidades, e a linha de pesquisa, o Desenvolvimento Local: cultura, identidade, diversidade voltada à valorização criativa e endógena dos recursos locais, as ações coletivas como ferramenta para o Desenvolvimento Local. A pesquisa realizou-se segundo moldes de estudo de caso, para compreender a situação dos alunos da Escola Rural Fazenda Miya Polo e desenvolveu-se em respeito aos critérios quantitativos e qualitativos, e toda argumentação fundamentada nos teóricos indicados no referencial teórico. A comunidade escolar, considerada como centro de encontro e convergência, de ideias e de interesses, é passível de demonstração da convivência e de expectativas dos moradores da zona rural e observação dos anseios comunitários em relação à concretização dos Direitos Sociais e como eles acontecem no meio. Os Direitos Sociais, previstos na Constituição Federal como inerentes a todos indistintamente, apresentam-se numa visão generalizada, afastados das regiões rurais pela própria situação política e territorial, apresentando-se como raras oportunidades de real concretização. O território rural, por sua vez, compreendido como espaço de afastamento, de difícil acesso e dependente politicamente do centro urbano. O objetivo geral do estudo foi identificar o nível de concretização desses direitos e, de modo mais específico, da situação da Escola Municipal e Fazenda Miya Polo I, localizada no distrito de Macaúba, Município de Dourados-MS, no que tange tanto ao ensino-aprendizagem em relação ao conteúdo ministrado respeito às particularidades locais, à valorização das práticas sociais rurais, bem como ao caráter subjetivo e de dimensão humana, frente à condição particular do aluno que pertence à comunidade rural, somada ao atual contexto globalizado da sociedade. Nesse sentido, foram observados também os fatores endógenos como aspecto central da cidadania e sentimento de pertencimento ao local, elementos norteadores da comunidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local. Direitos Sociais. Educação. Território Rural.

206 – Título: GERONTOLOGIA SOCIAL NA VILA CARLOTA – CAMPO GRANDE/MS DE 2003 A 2007 SOB A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Nome: José Celso Rocha Martins Júnior

Orientadora: Dra. Arlinda Cantero Dorsa

Data de defesa: 28/02/2013

Resumo: A pesquisa apresenta uma percepção dos idosos na Vila Carlota usando como base a gerontologia social na perspectiva do desenvolvimento local no município de Campo Grande – MS. Tem por objetivo aliar as ações fisioterápicas às atividades integradoras como forma de atingir melhor qualidade de vida em uma população de idosos. Norteia o trabalho os questionamentos: como as ações fisioterápicas influenciaram um grupo de idosos pertencentes a uma comunidade? Tais ações potencializaram o seu desenvolvimento, melhorando a identidade desses idosos dentro do contexto da diversidade e refletindo uma maior ou menor qualidade de vida para essa parcela da população? Como hipótese, têm-se as ações fisioterápicas com o meio de fomentar uma melhora em sua autoestima, o que resultou em modificações de sua autonomia e seu modo de viver a velhice, buscando, desse modo, meios de integração social, cultural e econômica. Como metodologia, usou-se a pesquisa qualitativa com base na pesquisa-ação, ou seja, teoria e prática. O estudo teve como fonte de dados as fichas de avaliação preenchidas na anamnese e entrevista, em atividades fisioterápicas oferecidas aos idosos residentes na Vila Carlota. O programa atendia semanalmente 35 indivíduos com 60 anos ou mais, homens e mulheres, dos quais

77% são mulheres e 23% são homens. É possível que a adesão dos idosos ao programa direcionado à atenção de todos os níveis de assistência em saúde esteja relacionada à localização da Associação de Moradores da Vila Carlota, que é nas redondezas das suas residências, facilitando o deslocamento para as atividades, bem como possibilitando o convívio entre idosos com características semelhantes. Desse modo, a pesquisa foi organizada em três capítulos. No primeiro capítulo, é abordado o idoso sob diferentes óticas: biológica, jurídica e social. No segundo capítulo, são discutidos os conceitos de território/territorialidade, comunidade e desenvolvimento local. No terceiro capítulo, é descrita a percepção do agente de desenvolvimento local em sua observação “*in loco*” sobre o que potencializou o desenvolvimento dos idosos da Vila Carlota. As ações fisioterápicas integradoras desenvolvidas após o diagnóstico cinésico-funcional possibilitaram aos idosos melhorar suas limitações e incapacidades. Essas ações favoreceram para que estes conseguissem autonomia em suas atividades de vida diária. Nesse contexto, a reflexão é constante para a progressão da pesquisa, sendo que o desenvolvimento local tem sua percepção a partir do sentimento de pertencimento a um grupo, nesse caso, o sentimento de perceber que se podem ampliar os horizontes de um idoso realocando-o ao local, de modo que este seja inserido em ambiente sociocultural que os possibilite viver a velhice com qualidade, podendo repassar sua vivência aos mais jovens ao longo de sua jornada. As ações ainda necessitam de uma maior observação em outros níveis de pesquisa por não serem foco deste trabalho. De forma geral, a presente pesquisa conseguiu atingir seus objetivos, ao delinear que os idosos no exato momento em que são empoderados, conseguem caminhar para o desenvolvimento em todos os níveis, através da reflexão crítica do que ele representa na comunidade.

Palavras-chave: Percepções. Idosos. Identidade. Comunidade. Desenvolvimento.

207 – Título: DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA ESCOLA PAU BRASIL: POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTÁVEL

Nome: Eliane Maria da Silva Delmondes Dias

Orientadora: Dra. Maria Augusta de Castilho

Data de defesa: 28/02/2013

Resumo: O objetivo desta pesquisa é o de analisar as potencialidades para o Desenvolvimento Local e Sustentável da Escola Pau Brasil (EPB), da organização GIRA Solidário na capital do Estado de Mato Grosso do Sul, no ano de 2012. A pesquisa se insere na área de concentração do Mestrado de Desenvolvimento Local, no contexto de territorialidade e na linha de pesquisa cultura, identidade e diversidade, uma vez que se analisa a transformação social, econômica e cultural dos alunos da EPB da organização GIRA solidário. O estudo foi realizado por meio de coleta de dados *in loco*. Além disso, também foram analisados os documentos históricos das empresas com o objetivo de se identificar as condições de vida, família, emprego e renda da população alvo. Vale ressaltar que as entrevistas foram semiestruturadas e aplicadas individualmente. Depois de realizada essa coleta de dados, foi possível visualizar e interpretar todos os dados que foram organizados com apoio do referencial teórico eleito e em torno de grandes categorias de análise. Verificou-se então que a mudança dos jovens e adolescentes da Escola Pau Brasil, foi real em relação à mudança de vida profissional. O trabalho está dividido em três capítulos, a saber: o primeiro contempla conceitos, descrição do objeto de pesquisa; o segundo, de teorias para o Desenvolvimento Local; e o terceiro destaca a análise dos dados da pesquisa. Em suma, identificou-se que o problema é que os jovens e adolescentes da região sofrem com o alto índice de desemprego, que inicialmente tem como causa a baixa qualificação profissional. Para tentar reduzir essa baixa qualificação, a EPB melhora as condições dos jovens/adolescentes do entorno do lixão, por meio do ensino técnico profissionalizante. Os alunos passam por uma seleção na rede pública de educação para obterem um complemento à sua formação de base educacional, de modo que, ao final de um ciclo de três anos, eles possam ter uma profissão que os possibilitem melhor inserção no mercado de trabalho. Em uma observação, pode-se considerar que a EPB cumpre seu propósito, ao melhorar as condições de empregabilidade para esses jovens e adolescentes ao qualificá-los para o mercado de trabalho. A pesquisa foi realizada com os alunos da EPB *in loco*, em um total de 07 entrevistados, sendo 06 meninos e 01 menina em uma faixa de idade de 16 a 23 anos, com a aprovação do Comitê de Ética da UCDB.

Palavras-chave: Política Social. Desenvolvimento Local. Desenvolvimento Sustentável. Educação. Trabalho.

208 – Título: A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL: PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL**Nome:** Edilene Maria de Oliveira**Orientadora:** Dra. Arlinda Cantero Dorsa**Coorientadora:** Dra. Cleonice Alexandre Le Bourlegat**Data de defesa:** 22/02/2013

Resumo: O presente estudo refere-se à Educação Profissional e Tecnológica oferecida, por meio da metodologia a distância, pelo Instituto Federal de Educação (IFMS), Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de verificar os serviços e igualmente conferir se, ao atender à demanda da localidade com a formação técnica subsequente, por meio da educação a distância, a referida instituição vem contribuindo para o desenvolvimento local e regional. Tem por questão norteadora identificar se os cursos de educação profissional e tecnológica subsequentes, ofertados a distância pelo IFMS, podem gerar desenvolvimento local para o território de Mato Grosso do Sul. O estudo baseia-se em perspectivas, uma vez que o IFMS iniciou suas atividades em 2010, e os cursos de educação a distância ainda não têm turmas concluídas. Para o desenvolvimento deste estudo, foi realizada uma pesquisa histórica da educação profissional no Brasil, desde o seu início, em 1808, até chegar aos dias atuais, com os Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica e suas propostas inovadoras. O estudo também discorre sobre as ferramentas tecnológicas que hoje estão disponibilizadas no apoio a educação a distância, e ainda faz um relato da educação a distância no IFMS, sua metodologia e território. O trabalho também busca evidenciar o comprometimento institucional do IFMS no apoio ao desenvolvimento da localidade/região e o papel exercido pela educação a distância, ao mesmo tempo em que aprofunda o conteúdo teórico sobre desenvolvimento local. Além disso, apresenta o território do IFMS, seus serviços de educação profissional desenvolvido por meio da educação a distância, finalizando com características e percepções dos estudantes em relação à sua formação e à localidade em que vive. O interesse por realizar este estudo se deu pelo fato do IFMS ter suas vertentes voltadas para atuar em direção ao desenvolvimento da localidade e da região, tendo como finalidade a construção da cidadania. Ao ampliar sua área de ação, por meio da disponibilidade dos cursos na modalidade a distância para diversas cidades do estado, acaba por atender a um público que não tem acesso à qualificação profissional, ao fornecer educação gratuita e de qualidade, e de certa forma, contribui para a inclusão social por meio da educação profissional. Nesse sentido, verificou-se que a educação a distância, tem possibilitado ao IFMS estar presente em maior quantidade de cidades, amplia sua distribuição territorial, buscando sintonia com o local, reafirma a vontade de consolidar a educação profissional e tecnológica com o desenvolvimento local e regional. A educação a distância no IFMS se constitui como um caminho para ampliação rápida da educação profissional e tecnológica, do mesmo modo que possibilita uma melhoria no ensino, pois vem ao encontro do atendimento às exigências do mercado atual.

Palavras-chave: Educação profissional a distância. Território. Desenvolvimento.

209 – Título: APICULTURA COMO ATIVIDADE QUE FAVORECE O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL EM MATO GROSSO DO SUL**Nome:** Lorene Almeida Tiburtino-Silva**Orientadora:** Dra. Marney Pascoli Cereda**Data de defesa:** 15/02/2013

Resumo: A apicultura é atividade de importância econômica e social, mas para que seja sustentável é necessário que seja competitiva. Mato Grosso do Sul apresenta grande potencial para apicultura embora produza pouco mel em escala nacional. O artigo tem por objetivo a identificação da flora melífera por meio dos grãos de pólen e o conhecimento dos apicultores locais. Do pantanal, cerrado e mata atlântica que compõem os ecossistemas do estado, cerca de 60% são considerados frágeis e dispõem de pasto apícola nativo para suportar a apicultura. Os apicultores acreditam conhecer bem essas plantas. Na safra de 2010, foram coletadas 80 amostras de mel diretamente em apiários do estado, sendo 61 localizados no cerrado, 3 em mata atlântica e 16 no pantanal. Os apicultores que forneceram o mel listaram as plantas melíferas que consideravam de importância em sua atividade. No laboratório foram coletados e fotografados os grãos de pólen das amostras de mel para comparação com as características descritas na literatura. Uma lista de plantas prováveis foi estabelecida e comparada com a lista dos apicultores. A comparação mostrou a predominância do pólen do assa-peixe (*Vernonia scabra*) em ambas as listagens. Foram também identificados polens de plantas não citadas pelos apicultores entre as quais a “figueira” (*Ficus spp*) e “vassoura de bruxa” (*Ouratea Hexasperma*). Os resultados evidenciaram a dependência

da apicultura do estado de melíferas nativas, destacando o assa-peixe. Para concluir sobre a importância das melíferas nativas sobre a produção apícola, é necessário lembrar que esses polens representam a vegetação de área de aproximadamente 1,5 km ao redor do ponto de amostragem e que 11 a 25% dos grãos de pólen não foram ainda identificados.

Palavras-chave: Cerrado. Plantas melíferas nativas. Ecossistemas. Desenvolvimento sustentável. Mel.

210 – Título: A RELEVÂNCIA DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA (NUPRAJUR) PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CAMPO GRANDE, MS

Nome: Carla Mombrum de Carvalho Magalhães

Orientadora: Dra. Maurinice Evaristo Wenceslau

Data de defesa: 30/01/2013

Resumo: Esta pesquisa trata do funcionamento do Núcleo de Prática Jurídica (NUPRAJUR) Adhemar Mombrum de Carvalho Filho e de seus antecedentes históricos, atuação dos estagiários, professores e funcionários no atendimento à população economicamente hipossuficiente, e de que forma o Núcleo pode proporcionar ao cidadão o acesso à Justiça e Desenvolvimento Local. Tem como objetivo geral investigar a relevância do NUPRAJUR para o Desenvolvimento Local. Para tanto, procurou-se conhecer o atendimento no NUPRAJUR da UCDB na cidade Campo Grande, MS, no período de 2007 a 2011, bem como a quantidade de pessoas atendidas e as respectivas ações propostas. Como metodologia, optou-se por abordagem qualitativa, e o método utilizado foi o hipotético-dedutivo para analisar o atendimento. A população do Município de Campo Grande, MS, quando hipossuficiente economicamente, enfrenta problemas no que diz respeito ao atendimento jurídico e judicial em razão da demanda e disponibilização de atendimento gratuito para verem satisfeitos seus anseios e direitos. Uma das dificuldades enfrentadas pela população é não dispor de condições financeiras para suportar os custos da demanda judicial, diante disso entendeu-se que a participação do setor privado, no caso o atendimento pelo NUPRAJUR é de relevância para o Desenvolvimento Local na medida em que as pessoas encontram a pacificação social e contribui para melhoria na qualidade de vida da população do Município de Campo Grande, MS e desenvolvimento pessoal, pois encontra a pacificação dos conflitos judiciais. Conceituou-se local, território, cidadania e Desenvolvimento Local, identificando-se quais são seus agentes, e analisou-se o tema cidadania que está intimamente ligado com desenvolvimento, bem como sua importância no Estado Democrático de Direito no Brasil. Abordou-se o acesso à Justiça pela Assistência Judiciária Gratuita, os Núcleos de Práticas Jurídicas e os instrumentos colocados à disposição da população, com enfoque no NUPRAJUR da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), que garante ao cidadão a efetivação dos seus direitos por meio do alcance da justiça mediante a resposta da jurisdição.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Desenvolvimento Local. Cidadania. Acesso à Justiça. Núcleo de Prática Jurídica.

INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Critérios para publicação

Art. 1º - *Interações*, Revista Internacional do Programa de Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, destina-se à publicação de matérias que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico, além de permitir a constante atualização de conhecimentos na área específica do Desenvolvimento Local.

Art. 2º - A periodicidade da Revista será, inicialmente, semestral, podendo alterar-se de acordo com as necessidades e exigências do Programa; o calendário de publicação da Revista, bem como a data de fechamento de cada edição, serão, igualmente, definidos por essas necessidades.

Art. 3º - A publicação dos trabalhos deverá passar pela supervisão de um Conselho de Redação composto por três professores do Programa de Desenvolvimento Local da UCDB, escolhidos pelos seus pares.

Art. 4º - Ao Conselho Editorial caberá a avaliação de trabalhos para publicação.

§ 1º - Os membros do Conselho Editorial serão indicados pelo corpo de professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, entre autoridades com reconhecida produção científica em âmbito nacional e internacional.

§ 2º - A publicação de artigos é condicionada a parecer positivo, devidamente circunstanciado, exarado por membro do Conselho Editorial.

§ 3º - O Conselho Editorial Internacional, se necessário, submeterá os artigos a consultores *ad hoc*, para apreciação e parecer, em decorrência de especificidades das áreas de conhecimento.

Art. 5º - A Revista publicará trabalhos da seguinte natureza:

I - Artigos inéditos, que envolvam, sob forma de estudos, abordagens teóricas ou práticas referentes à pesquisa em Desenvolvimento Local, e que apresentem contribuição relevante à temática em questão.

II - Traduções de textos fundamentais, isto é, daqueles textos clássicos não disponíveis em língua portuguesa, que constituam fundamentos da área específica de Desenvolvimento Local e que, por essa razão, contribuam para dar sustentação e densidade à reflexão acadêmica, com a devida autorização do autor do texto original.

III - Entrevistas inéditas sobre trabalhos relevantes e voltados para o Desenvolvimento Local.

IV - Resenhas de obras inéditas e relevantes que possam manter a comunidade acadêmica informada sobre o avanço das reflexões na área do Desenvolvimento Local.

Art. 6º - A entrega dos originais para a Revista deverá obedecer aos seguintes critérios:

I - Os artigos deverão conter **obrigatoriamente**:

- a) título em português, inglês, francês e espanhol;
- b) nome do(s) autor(es), identificando-se em rodapé as respectivas instituições, endereços eletrônicos, dados relativos à produção do artigo, bem como possíveis auxílios institucionais;
- c) cada artigo deverá conter, no máximo, **três autores**, os quais, pela simples submissão do artigo, assumem a responsabilidade sobre autoria e domínio de seu conteúdo;
- d) resumo em português, inglês, francês e espanhol com, no máximo seis linhas ou 400 caracteres, rigorosamente corrigidos e revisados, acompanhados, respectivamente, de palavras-chave, todas em número de três, para efeito de indexação do periódico;
- e) texto com as devidas remissões bibliográficas no corpo do próprio texto;
- f) referências.

II - Os trabalhos devem ser encaminhados para acdorsa@ucdb.br, dentro da seguinte formatação:

- a) arquivo no padrão Microsoft Word;
- b) autorização para publicação (Art. 7º), devidamente assinada pelo(s) autor(es), digitalizada, bem como **endereço completo para correspondência**, para o recebimento dos exemplares;
- c) o texto deverá ter entre 10 e 18 páginas redigidas em espaço 1,5;
- d) caso o artigo traga gráficos, tabelas ou fotografias, o texto deverá ser reduzido em função do espaço ocupado por aqueles;
- e) a fonte utilizada deve ser a *Times New Roman*, tamanho 12;
- f) os caracteres itálicos serão reservados exclusivamente a títulos de publicações e a palavras em idioma distinto daquele usado no texto, eliminando-se, igualmente, o recurso a caracteres sublinhados, em negrito, ou em caixa alta; todavia, os subtítulos do artigo virão em negrito;

III - Todos os trabalhos devem ser elaborados em qualquer língua, com texto **rigorosamente corrigido e revisado**.

IV - Eventuais ilustrações, fotos e imagens com respectivas legendas devem ser apresentadas inseridas no texto e separadamente, em formato TIFF, JPG, WMF ou EPS.

V - As referências e remissões deverão ser elaboradas de acordo com as normas de referência da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT - 6023).

VI - As opiniões e conceitos emitidos pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade.

VII - Os limites estabelecidos para os diversos trabalhos somente poderão ser excedidos em casos realmente excepcionais, por sugestão do Conselho Editorial e a critério do Conselho de Redação.

Art. 7º - O(s) autor(es) deverá(ão) enviar declaração de elaboração, domínio do conteúdo e autorização para publicação do artigo (disponível no *site* do periódico).

Art. 8º - Não serão aceitos textos que não obedecerem, rigorosamente, os critérios estabelecidos. Os textos recusados serão devolvidos para os autores acompanhados de justificativa.

Art. 9º - A simples remessa de textos implica autorização para publicação e cessão gratuita de direitos autorais.

Art. 10 - Os autores que publicarem artigos na Interações só poderão publicar novamente nesta revista após um período de dois anos.

Art. 11 - Em um mesmo número da Revista não será permitido constar mais de um artigo do mesmo autor, mesmo que em coautoria.

Art. 12 - Ao autor de trabalho aprovado e publicado será fornecido, gratuitamente, um exemplar do número correspondente da Revista.

Art. 13 - Uma vez publicados os trabalhos, a Revista reserva-se todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução como transcrição, com a devida citação da fonte.

Para fins de apresentação do artigo, considerem-se os seguintes exemplos (as aspas delimitando os exemplos foram intencionalmente suprimidas):

a) Remissão bibliográfica após citações:

In extenso: O pesquisador afirma: "a sub-espécie *Callithrix argentata*, após várias tentativas de aproximação, revelou-se avessa ao contato com o ser humano" (SOARES, 1998, p. 35).

Paráfrase: como afirma Soares (1998), a subespécie *Callithrix argentata* tem se mostrado avessa ao contato com o ser humano...

b) Referências:

JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Trajetória/Edusp, 1990.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A redefinição do lugar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1995, Aracaju. *Anais...* Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 1996. p. 45-67.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. *Revista Território* (3), p. 14-35, 1997.

WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

c) Emprego de caracteres em tipo itálico: os programas de pós-graduação *stricto sensu* da universidade em questão...; a subespécie *Callithrix argentata* tem se mostrado...

Endereço para correspondência e envio de artigos:

Universidade Católica Dom Bosco

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico

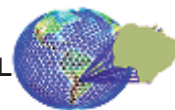
INTERAÇÕES – Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Av. Tamandaré, 6.000 – Jardim Seminário

CEP 79117-900 Campo Grande-MS

Fone: (67) 3312-3593

e-mail: acdorsa@ucdb.br



INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

DECLARAÇÃO

Eu, _____,

declaro, para fins de publicação nesta revista, que elaborei e domino o conteúdo do presente artigo, intitulado _____

_____,

bem como atendi a todos os critérios exigidos e autorizo o Conselho de Redação a publicar o meu artigo.

Data: ____/____/____.

Assinatura

Obs.: Quando o artigo tiver mais de um autor, todos deverão enviar esta declaração.

Endereço de correio do(s) autor(es), para entrega do exemplar da revista, caso o artigo seja publicado.

Este periódico usa a fonte tipográfica
Book Antiqua para o texto e títulos.
Foi impresso pela Gráfica Mundial,
para a Universidade Católica Dom Bosco,
em agosto de 2015.